

**MIMETISMOS E DETERMINAÇÃO
DA AGENDA NOTICIOSA TELEVISIVA**

A Agenda-Montra de Outras Agendas



DINIS MANUEL ALVES

**MIMETISMOS E DETERMINAÇÃO
DA AGENDA NOTICIOSA TELEVISIVA**

A Agenda-Montra de Outras Agendas



mar da palavra

MIMETISMOS E DETERMINAÇÃO DA AGENDA NOTICIOSA TELEVISIVA

A Agenda-Montra de Outras Agendas

Dinis Manuel Alves

Apoio
Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS)



Mar da Palavra – Edições, L.^{da}

MIMETISMOS E DETERMINAÇÃO DA AGENDA NOTICIOSA TELEVISIVA
A Agenda-Montra de Outras Agendas

Dinis Manuel Alves

Colecção
COMUNICAR-TE, n.º 5

Copyright © Março de 2013 (1.ª edição)
Mar da Palavra – Edições, L.^{da}

Depósito Legal n.º
ISBN 978-972-8910-??-?
Capa: João Pocinho

Mar da Palavra – Edições, L.^{da}
(NIPC 505775298 • Matriculada na Conservatória
do Registo Comercial de Coimbra com o n.º 8951)

Coordenação Editorial e Marketing:
Rua Alexandre Herculano, n.º 1 – 1.º esq.
3000-019 Coimbra
Tel.: 239 840 289 – Fax: 239 840 290
E-mail: mardapalavra@gmail.com

Administração e Direcção Financeira:
Urbanização S. Bento, lote 6, r/c dt.º
3045-120 Casais do Campo (Coimbra)
Apartado 58, 3001-901 Coimbra
Tel.: 239 983 961
E-mail: mardapalavra@sapo.pt

Este livro, no seu todo ou em parte, não pode ser reproduzido nem transmitido por qualquer forma ou processo – electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação – sem autorização prévia, e por escrito, da editora.

ÍNDICE

Agradecimentos	17
Falsa entrada	19
Capítulo 1. Ao que vimos, o que nos propomos fazer, como faremos.....	21
1. Genérico de abertura	21
1.1. Formulação da hipótese.....	25
1.2. Metodologia de investigação.....	28
1.3. Alinhamento	29
Capítulo 2. Enquadramento teórico	31
2.1. Os <i>media</i> todo-poderosos	31
2.1.1. A primeira ecografia	32
2.1.2. A teoria hipodérmica	36
2.2. Os efeitos limitados	38
2.3. Usos e satisfações.....	41
2.4. <i>Agenda-Setting</i>	44
2.5. Estudos de <i>newsmaking</i> - A descoberta das redacções.....	51
2.6. O mimetismo	64
2.7. Preenchimento de uma lacuna.....	72
Capítulo 3. Mimetismos e determinação das agendas	75
3.1. Indicações prévias	75
3.1.1. Critérios de selecção das semanas a analisar	76
3.1.2. Assuntos como <i>matéria de que tratam</i> as notícias	76
3.2. Semana de 4 a 10.01.1999.....	79
3.2.1. Potenciação noticiosa de assuntos da agenda televisiva em função da selecção por maior ou menor número de estações de televisão.....	79
3.2.2. Hierarquia das notícias nos alinhamentos, em função da selecção dos assuntos por maior ou menor número de estações de televisão	83
3.2.2.1. Notícias de abertura.....	84
3.2.2.2. Notícias nos três primeiros lugares dos alinhamentos.....	84
3.2.2.3. Notícias de fecho	85
3.2.2.4. Notícias nos últimos três lugares dos alinhamentos	86
3.2.3. Forças miméticas internas a cada estação	86
3.2.3.1. Análise aos fluxos entre noticiários da RTP1	87
3.2.3.1.1. Noticiários da RTP1 como <i>emissores</i>	87
3.2.3.1.2. Noticiários da RTP1 como <i>receptores</i>	88
3.2.3.1.3. Fluxos cumulativos e não cumulativos (introdução de assuntos <i>ex novo</i> nos noticiários)	91
3.2.3.2. Análise aos fluxos entre noticiários da SIC	92

3.2.3.2.1. Noticiários da SIC como <i>emissores</i>	92
3.2.3.2.2. Noticiários da SIC como <i>receptores</i>	93
3.2.3.2.3. Comparação dos valores semanais de fluxos entre noticiários da RTP1 e entre noticiários da SIC	94
3.2.3.3. Análise aos fluxos entre noticiários da TVI	94
3.2.3.3.1. Noticiários da TVI como <i>emissores</i>	95
3.2.3.3.2. Noticiários da TVI como <i>receptores</i>	96
3.2.3.4. Comparação dos valores semanais de fluxos entre noticiários da RTP1, entre noticiários da SIC e entre noticiários da TVI	97
3.2.4. Redifusão de notícias sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça	100
3.2.4.1. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça (RTP1)	103
3.2.4.2. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça (SIC)	104
3.2.4.3. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça (TVI)	104
3.2.4.4. Comparação dos valores semanais de redifusão de notícias sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça pelas três estações de televisão	105
3.2.4.5. Informativos matinais como receptores de notícias sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça	105
3.2.4.6. Peso das notícias redifundidas sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça na realimentação dos fluxos entre noticiários da mesma estação ..	107
3.2.4.7. Despromoção, nos alinhamentos, das notícias redifundidas sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça	108
3.2.4.7.1. Desactualização de peças redifundidas sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça	109
3.2.4.8. Pistas para uma explicação dos procedimentos detectados	112
3.2.5. A agenda do Jornal 2 e as agendas dos restantes informativos televisivos	113
3.2.6. Análise da agenda noticiosa radiofónica em função da agenda noticiosa televisiva	114
3.2.6.1. Indicações prévias	114
3.2.6.2. Difusão noticiosa de assuntos comuns aos meios rádio e televisão	115
3.2.6.3. Pré-agendamento radiofónico da agenda noticiosa televisiva	116
3.2.6.4. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações: relação entre o meio/rádio e o meio/televisão	118
3.2.6.4.1. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram antecipados pelo pleno das estações de rádio	119
3.2.6.4.2. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram ignorados pelo pleno das estações de rádio	120
3.2.6.4.3. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram ignorados por uma, duas ou três estações de rádio	121
3.2.7. Análise da agenda noticiosa radiofónica em função da agenda televisiva. Potenciação de assuntos em notícias e vigência horária em antena (7.01.1999) ...	122
3.2.7.1. Indicações prévias	122

3.2.7.2. Potenciação noticiosa de assuntos seleccionados pelas estações de rádio (grupo cumulativo), em função da selecção dos mesmos assuntos pelas estações de televisão	123
3.2.7.2.1. Antena 1	123
3.2.7.2.2. Rádio Renascença.....	124
3.2.7.2.3. T S F	126
3.2.7.2.4. Dados apurados referentes ao conjunto das estações de rádio (grupo cumulativo)	127
3.2.7.3. Permanência em antena de assuntos noticiados pelas estações de rádio (grupo cumulativo), em função da selecção dos mesmos assuntos pelas estações de televisão	128
3.2.7.3.1. Antena 1	129
3.2.7.3.2. Rádio Renascença.....	130
3.2.7.3.3. T S F	126
3.2.7.3.4. Dados apurados referentes ao conjunto das estações de rádio (grupo cumulativo)	131
3.2.7.3.5. Eventuais implicações da saturação noticiosa prévia por parte dos informativos radiofónicos no processo de decisão da agenda noticiosa televisiva.....	132
3.2.7.4. Potenciação noticiosa dos grupos de assuntos: a) seleccionados apenas pelo meio/rádio; b) seleccionados apenas pelo meio/televisão; c) seleccionados conjuntamente pelos dois meios	135
3.2.7.5. Pré-agendamento radiofónico da agenda televisiva	137
3.2.7.6. Agenda televisiva como <i>agenda-reflexo</i> de outras agendas, nomeadamente no grupo dos <i>assuntos de privilégio</i>	138
3.2.8. Análise da agenda noticiosa da imprensa escrita em função da agenda noticiosa televisiva (com cotejo efectuado à agenda noticiosa do meio/rádio)	141
3.2.8.1. Indicações prévias	141
3.2.8.2. Difusão noticiosa de assuntos comuns aos meios imprensa escrita e televisão.....	142
3.2.8.3. Peculiaridades das diferentes agendas.....	144
3.2.8.4. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações de TV: relação com o meio/imprensa escrita.....	146
3.2.8.5. Veiculação noticiosa de assuntos comuns aos meios rádio, imprensa escrita e televisão	147
3.2.8.6. Pré-agendamento da agenda noticiosa televisiva pelas agendas do meio/rádio e do meio/imprensa escrita.....	148
3.2.8.7. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações de TV: relação com os meios rádio e imprensa escrita	150
3.2.8.8. Potenciação noticiosa de assuntos seleccionados pelos jornais diários, em função da selecção dos mesmos assuntos pelas estações de televisão	151
3.2.8.9. Agendas noticiosas como <i>news promoters</i> de outras agendas noticiosas	153
3.2.8.10. A agenda- <i>agendada</i>	154
3.2.8.11. Assuntos da agenda televisiva ignorados pelos meios rádio e imprensa escrita	156

3.2.8.12. Assuntos da agenda televisiva retomados pelo meio/imprensa escrita	158
3.2.8.13. Absorção, pela agenda televisiva, de assuntos noticiados	
pela imprensa escrita	162
3.2.8.13.1. Análise de casos de respescagem temporalmente dilatada	169
3.2.8.13.2. <i>Media</i> estrangeiros como fonte	174
3.2.8.13.3. A imprensa antecipa, a rádio dá, a televisão mostra	175
3.2.8.14. Práticas e constrangimentos dos <i>gatekeepers</i> das redacções	
televisivas, por contraponto com a imprensa escrita	177
3.2.8.14.1 Fonte escondida, imprensa de fora	177
3.2.8.14.2. <i>Follow-up</i> pouco atraente	179
3.2.8.14.3. Ressonância mimética do dramatismo	184
3.2.8.14.4. A longa espera pela imagem	186
3.2.8.14.5. Agenda televisiva, uma agenda constrangida	187
3.2.9. Conclusões da análise à semana de 4 a 10.01.1999	191
3.3. Semana de 21 a 27.06.1999.....	193
3.3.1. Indicações prévias	193
3.3.2. Potenciação noticiosa de assuntos da agenda televisiva em função da selecção	
por maior ou menor número de estações de televisão.....	193
3.3.3. Hierarquia das notícias nos alinhamentos, em função da selecção dos assuntos	
por maior ou menor número de estações de televisão	195
3.3.3.1. Notícias de abertura.....	196
3.3.3.2. Notícias nos três primeiros lugares dos alinhamentos.....	196
3.3.3.3. Notícias de fecho	197
3.3.3.4. Notícias nos últimos três lugares dos alinhamentos	198
3.3.4. Forças miméticas internas a cada estação	198
3.3.4.1. Análise aos fluxos entre noticiários da RTP1	199
3.3.4.1.1. Noticiários da RTP1 como <i>emissores</i>	199
3.3.4.1.2. Noticiários da RTP1 como <i>receptores</i>	200
3.3.4.2. Análise aos fluxos entre noticiários da SIC	201
3.3.4.2.1. Noticiários da SIC como <i>emissores</i>	201
3.3.4.2.2. Noticiários da SIC como <i>receptores</i>	202
3.3.4.2.3. Comparação dos valores semanais de fluxos entre noticiários	
da RTP1 e entre noticiários da SIC.....	202
3.3.4.3. Análise aos fluxos entre noticiários da TVI.....	203
3.3.4.3.1. Noticiários da TVI como <i>emissores</i>	203
3.3.4.3.2. Noticiários da TVI como <i>receptores</i>	204
3.3.4.4. Comparação dos valores semanais de fluxos entre noticiários da RTP1,	
entre noticiários da SIC e entre noticiários da TVI	204
3.3.5. Redifusão de notícias sem alteração da introdução do pivot e da peça	207
3.3.5.1. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração	
da introdução do <i>pivot</i> e da peça (RTP1).....	207
3.3.5.2. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração	
da introdução do <i>pivot</i> e da peça (SIC).....	208
3.3.5.3. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração	
da introdução do <i>pivot</i> e da peça (TVI)	208

3.3.5.4. Comparação dos valores semanais de redifusão de notícias sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça pelas três estações de televisão	209
3.3.5.5. Informativos matinais como <i>receptores</i> de notícias sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça	209
3.3.5.6. Peso das notícias redifundidas sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça na realimentação dos fluxos entre noticiários da mesma estação	210
3.3.5.7. Despromoção, nos alinhamentos, das notícias redifundidas sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça	211
3.3.6. A agenda do <i>Jornal 2</i> e as agendas dos restantes informativos televisivos	212
3.3.7. Análise da agenda noticiosa radiofónica em função da agenda noticiosa televisiva	212
3.3.7.1. Difusão noticiosa de assuntos comuns aos meios rádio e televisão	212
3.3.7.2. Pré-agendamento radiofónico da agenda noticiosa televisiva.....	213
3.3.7.3. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações: relação entre o meio/rádio e o meio/televisão	213
3.3.7.3.1. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram antecipados pelo pleno das estações de rádio	214
3.3.7.3.2. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram ignorados pelo pleno das estações de rádio	215
3.3.7.3.3. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram ignorados por uma, duas ou três estações de rádio	215
3.3.8. Análise da agenda noticiosa da imprensa escrita em função da agenda noticiosa televisiva (com cotejo efectuado à agenda noticiosa do meio/rádio)	216
3.3.8.1. Indicações prévias	216
3.3.8.2. Difusão noticiosa de assuntos comuns aos meios imprensa escrita e televisão	217
3.3.8.3. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações de TV: relação com o meio/imprensa escrita.....	218
3.3.8.4. Veiculação noticiosa de assuntos comuns aos meios rádio, imprensa escrita e televisão	219
3.3.8.5. Pré-agendamento da agenda noticiosa televisiva pelas agendas do meio/rádio e do meio/imprensa escrita.....	220
3.3.8.6. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações de TV: relação com os meios rádio e imprensa escrita	221
3.3.8.7. Potenciação noticiosa de assuntos seleccionados pelos jornais diários, em função da selecção dos mesmos assuntos pelas estações de televisão	222
3.3.8.8. Agendas noticiosas como <i>news promoters</i> de outras agendas noticiosas	224
3.3.8.9. Assuntos da agenda televisiva ignorados pelos meios rádio e imprensa escrita	225
3.3.8.10. Assuntos da agenda televisiva retomados pelo meio/imprensa escrita	226
3.3.9. Conclusões da análise à semana de 21 a 27.06.1999	227
3.4. Semana de 29.11.1999 a 05.12.1999.....	231
3.4.1. Indicações prévias	231

3.4.2. Potenciação noticiosa de assuntos da agenda televisiva em função da selecção por maior ou menor número de estações de televisão.....	231
3.4.3. Hierarquia das notícias nos alinhamentos, em função da selecção dos assuntos por maior ou menor número de estações de televisão.....	233
3.4.3.1. Notícias de abertura.....	233
3.4.3.2. Notícias nos três primeiros lugares dos alinhamentos.....	234
3.4.3.3. Notícias de fecho.....	235
3.4.3.4. Notícias nos últimos três lugares dos alinhamentos.....	235
3.4.4. Forças miméticas internas a cada estação.....	236
3.4.4.1. Análise aos fluxos entre noticiários da RTP1.....	236
3.4.4.1.1. Noticiários da RTP1 como <i>emissores</i>	237
3.4.4.1.2. Noticiários da RTP1 como <i>receptores</i>	237
3.4.4.2. Análise aos fluxos entre noticiários da SIC.....	239
3.4.4.2.1. Noticiários da SIC como <i>emissores</i>	239
3.4.4.2.2. Noticiários da SIC como <i>receptores</i>	239
3.4.4.2.3. Comparação dos valores semanais de fluxos entre noticiários da RTP1 e entre noticiários da SIC.....	240
3.4.4.3. Análise aos fluxos entre noticiários da TVI.....	241
3.4.4.3.1. Noticiários da TVI como <i>emissores</i>	241
3.4.4.3.2. Noticiários da TVI como <i>receptores</i>	242
3.4.4.4. Comparação dos valores semanais de fluxos entre noticiários da RTP1, entre noticiários da SIC e entre noticiários da TVI.....	242
3.4.5. Redifusão de notícias sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça.....	244
3.4.5.1. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça (RTP1).....	244
3.4.5.2. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça (SIC).....	245
3.4.5.3. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça (TVI).....	245
3.4.5.4. Comparação dos valores semanais de redifusão de notícias sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça pelas três estações de televisão.....	246
3.4.5.5. Peso das notícias redifundidas sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça na realimentação dos fluxos entre noticiários da mesma estação.....	246
3.4.5.6. Despromoção, nos alinhamentos, das notícias redifundidas sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça.....	247
3.4.6. A agenda do <i>Jornal 2</i> e as agendas dos restantes informativos televisivos.....	248
3.4.7. Análise da agenda noticiosa radiofónica em função da agenda noticiosa televisiva.....	248
3.4.7.1. Difusão noticiosa de assuntos comuns aos meios rádio e televisão.....	248
3.4.7.2. Pré-agendamento radiofónico da agenda noticiosa televisiva.....	249
3.4.7.3. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações: relação entre o meio/rádio e o meio/televisão.....	249
3.4.7.3.1. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram antecipados pelo pleno das estações de rádio.....	250

3.4.7.3.2. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram ignorados pelo pleno das estações de rádio	251
3.4.7.3.3. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram ignorados por uma, duas ou três estações de rádio	251
3.4.8. Análise da agenda noticiosa da imprensa escrita em função da agenda noticiosa televisiva (com cotejo efectuado à agenda noticiosa do meio/rádio)....	252
3.4.8.1. Indicações prévias	252
3.4.8.2. Difusão noticiosa de assuntos comuns aos meios imprensa escrita e televisão.....	253
3.4.8.3. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações de TV: relação com o meio/imprensa escrita.....	254
3.4.8.4. Veiculação noticiosa de assuntos comuns aos meios rádio, imprensa escrita e televisão	255
3.4.8.5. Pré-agendamento da agenda noticiosa televisiva pelas agendas do meio/rádio e do meio/imprensa escrita.....	256
3.4.8.6. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações de TV: relação com os meios rádio e imprensa escrita.....	257
3.4.8.7. Potenciação noticiosa de assuntos seleccionados pelos jornais diários, em função da selecção dos mesmos assuntos pelas estações de televisão	258
3.4.8.8. Agendas noticiosas como <i>news promoters</i> de outras agendas noticiosas	259
3.4.8.9. Assuntos da agenda televisiva ignorados pelos meios rádio e imprensa escrita	260
3.4.8.10. Assuntos da agenda televisiva retomados pelo meio/imprensa escrita	261
3.4.9. Conclusões da análise à semana de 29.11.1999 a 05.12.1999	261
3.5. Mimetismos e determinação das agendas	
- Conclusões a extrair das três semanas analisadas.....	265
3.5.1. Potenciação noticiosa de assuntos da agenda televisiva em função da selecção por maior ou menor número de estações de televisão	266
3.5.2. Hierarquia das notícias nos alinhamentos, em função da selecção por maior ou menor número de estações de televisão	267
3.5.3. Forças miméticas internas a cada estação – Fluxos de notícias entre telejornais.....	268
3.5.4. Redifusão de notícias sem alteração da introdução do <i>pivot</i> e da peça.....	269
3.5.5. A agenda do Jornal 2 e as agendas dos restantes informativos televisivos	270
3.5.6. Análise da agenda noticiosa radiofónica em função da agenda noticiosa televisiva	270
3.5.7. Análise da agenda noticiosa da imprensa escrita em função da agenda noticiosa televisiva (com cotejo efectuado à agenda noticiosa do meio/rádio)	272
3.5.8. Pré-agendamento da agenda noticiosa televisiva pelas agendas do meio/rádio e do meio/imprensa escrita.....	274
3.6. Genérico de fecho	277
Fontes	305

*Aos meus Pais,
Nelson e Odete*

*Ao meu Irmão,
Nelson*

*À Fernanda,
Inês e Mariana*

*A Todos os
Amigos*

Obrigado

Ao Prof. Doutor Francisco Rui Cádima, Orientador da tese de doutoramento, e à Prof. Doutora Isabel Nobre Vargues, Co-Orientadora da mesma tese, em cujo projecto de investigação este livro se insere,

À Cision, na pessoa do Eng. José Santos e de todos os seus colaboradores,
À Markttest,

Ao Adelino Ramos, Alberta Marques Fernandes, Alcides Vieira, Alexandra Abreu Loureiro, Ana Cardoso Fonseca, Ana Lourenço, António Ennes Ferreira, António Nabo, António Prata, António Santos, Cândida Pinto, Carlos Daniel, Daniel Catalão, Dinis Sotto Mayor, Dionísio Manuel Dinis Alves, Emídio Rangel, Estrela Serrano, Fátima Campos Ferreira, Fátima Torres, Fausto de Sousa Correia (*in memoriam*), Fausto José Correia, Fernanda de Oliveira Ribeiro, Fernanda Mestrinho, Fernando Barata, Frederico Lopes, Helder Antunes, Henrique Garcia, João Fernando Ramos, João Filipe Barbosa, João Gabriel, Joaquim Osório, Jorge Castilho, Jorge Perestrelo (*in memoriam*), José Alberto Carvalho, José Alberto Machado, José Arantes, José Cândido de Sousa, José Carlos Castro, José Cruz, José Luís Cacho, José Rodrigues dos Santos, Júlia Dinis, Júlio Magalhães, Júlio Taborda Nogueira, Lisete Alves, Lourenço Medeiros, Luís Abreu, Luís Baila, Luís Marinho, Luís Miguel Loureiro, Lurdes Baeta, Manuel Domingues, Manuel Tomás, Marcos Júlio, Maria Alice de Pinho, Maria João Ruela, Maria Manuel, Mário Mesquita, Mário Moura, Mário Ruivo, Marques Rocha, Miguel Ganhão Pereira (*in memoriam*), Mira Godinho, Nuno Beirão, Nuno Roby Amorim, Octávio Ribeiro, Paula Roberto, Paulo Correia, Paulo Nogueira, Paulo Novais, Paulo Renato Lourenço, Paulo Salvador, Pedro Ribeiro, Pedro Sousa, Sérgio Gomes, Susana Santos, Tiago Rebelo, Valdemar Abreu, Vitalino Santos, Vítor Bandarra, Vítor Hugo,

À Família e aos Amigos, pelo carinho e inextinguível apoio.

Falsa entrada

Este livro insere-se no projecto de investigação que culminou na dissertação de doutoramento por nós apresentada, em Abril de 2005, na Universidade de Coimbra.¹

A investigação que produzimos originou já a publicação de três livros. Em "PROMOÇÕES, SILÊNCIOS, DESVIRTUAÇÕES – **A informação ao serviço da estação**" (Mar da Palavra, 2010), tratámos de pistar práticas pouco consentâneas com a tábua dos estritos critérios jornalísticos e, em compensação, muito consentâneas com os interesses empresariais das estações. Com base nos dados recolhidos, reflectimos ali sobre os prejuízos sofridos pelos telespectadores com tais procedimentos, atendendo ao volumoso caudal de promoções de conteúdos endógenos, de graves silenciamentos e distorções intencionais da actualidade, tudo à margem dos princípios mais sagrados da profissão de jornalista.

Na obra "TERCEIRO MUNDO EM NOTÍCIAS – **Em Directo do Inferno**" (Mar da Palavra, 2010), propusemo-nos revelar com que cores e cambiantes desenham, os jornais televisivos, uma parte do mundo em que vivemos (*corpus* constituído por 96 países que pertencem ao que se convencionou chamar *Terceiro Mundo*).

O terceiro livro fruto do referido projecto de investigação, "DA MÁQUINA ENFATIZADA À MÁQUINA CONSTRANGIDA – **Mal Dita Televisão**" (Mar da Palavra, 2011), tratou das representações de quem vê a televisão situando-se *do lado de fora*, posteriormente cotejadas com a observação do labor das redacções por parte do investigador e, por último, com as representações geradas pelos jornalistas de televisão em relação ao seu próprio trabalho.

"MIMETISMOS E DETERMINAÇÃO DA AGENDA NOTICIOSA TELEVISIVA – **A Agenda-Montra de Outras Agendas**", fecha este ciclo de publicações.

Efectuámos, na tese, longo percurso em torno das práticas miméticas endógenas e exógenas ao meio/televisão, focalizando primacialmente a nobre incumbência de selecção dos assuntos a noticiar. Ficámos conhecedores da expressão de tais práticas, e de eventuais consequências advenientes para os telespectadores. A potenciação noticiosa dos grupos de assuntos tratados por mais TV's, somada à pujança noticiosa que tais grupos de assuntos revelam, a montante, na rádio e na imprensa escrita, forneceram-nos indicadores que poderemos, sem risco, indexar à elevada capacidade de tais grupos

¹ "MIMETISMOS E DETERMINAÇÃO DA AGENDA NOTICIOSA TELEVISIVA – **A Agenda-Montra de Outras Agendas**". Dissertação de Doutoramento em Ciências da Comunicação, especialização em Discurso dos Media, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Orientadores: Prof. Doutor Francisco Rui Cádima (Universidade Nova de Lisboa); Prof. Doutora Isabel Nobre Vargues (Universidade de Coimbra).

de assuntos para influenciar a agenda pública, a ordem do dia noticioso transformada, assim, na ordem do dia das conversas dos cidadãos.

Destacámos indicadores vários com virtualidades bastantes para poderem determinar a agenda das conversas diárias, gerando uma compulsão para falar com os mais próximos do que se fala na TV e já se falou também na rádio e também se falou na imprensa.

Interrogámo-nos sobre o bem ou mal fundado de tais práticas. Fizémo-lo através de investigação desdobrada em duas vertentes, tendo por finalidade carrear dados que nos permitam aquilatar da maior ou menor bondade da agenda noticiosa televisiva como contribuinte, entre muitos outros recursos, para a formação de uma opinião pública esclarecida, porque dotada da informação pertinente em relação à cidade, país e mundo em que vivemos.

Concluída esta série de publicações, é de inteira justiça destacar aqui o inexcédível apoio do Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), sem o qual os quatro livros não teriam visto a luz do dia.

Sublinhado mais sentido porque acompanhámos, desde a primeira hora, o projecto de apoio estatal à publicação de obras relacionadas com o campo dos *media*.

Sendo mais precisos, desde a *hora zero*, quando um dia batemos à porta do Secretário de Estado da Comunicação Social procurando apoio para a publicação de “Foi Você que Pediu um Bom Título?” (Quarteto Editora, 2003).

Pouco tempo depois foi instituído um programa de “Incentivo à Investigação e à Edição de Obras sobre Comunicação Social”.

Obrigado, também, Alberto Arons de Carvalho.

CAPÍTULO 1

Ao que vimos, o que nos propomos fazer, como faremos

1. Genérico de abertura

“Penso que já não olhava para o meu marido tão atentamente há anos. Ele está velho”.
Larisa Lubomirova, vendedora de hortaliças russa, sobre o facto de os moscovitas terem ficado sem televisão, na sequência do incêndio na torre Ostankino (Expresso, 09.09.2000)

O bulício do mundo há décadas que passou a ter as batidas medidas num pulso em forma de ecrã. A televisão garante que tudo passa por lá, os agentes activos do fazer-mundo chancelam o *diktat*: *Só existe o que passa na TV*, o “real” só se *realiza* quando ungido pela bênção catódica da sua divulgação/amplificação. Ignorado pela televisão, o *acontecimento* já conhece o destino da sua efémera existência: a vala comum dos *sem-TV*, cova funda pejada de factos nados-mortos, certidão de óbito acusando sempre as mesmas maleitas – deficiente funcionamento das incubadoras televisivas, reprovação nos *castings* apuradores das notícias do dia, sinais vitais (actualidade, impacto, espectacularidade, burlesco, proximidade) demasiado débeis, não justificando entrada nos cuidados intensivos das redacções para reanimação em forma de notícia. O “objecto do século”¹ é, sobretudo, *O Sujeito*. Arroga-se o exclusivo de reificar, na virtualidade catódica, alguns excertos do “real”, deixando mole imensa de outros “reais” apodrecerem vítimas da gangrena virtual, a que ataca todos os factos condenados ao olvido por implacável e inapelável decisão dos *gatekeepers*. Hoje, o facto irrompe ou fabrica-se sonhando a suprema benção, não de um toque de Midas, mas de um *toque dos Media*.

Opinion-makers, políticos, demais agentes decisórios, todos se apressaram, à uma, em seguir Burke², atribuindo aos *media* estatuto e prerrogativas de Quarto Poder. Na vertigem divinitória, cedo a imprensa (no seu sentido lato) exigiu mais, passando a Poder que atravessa os demais poderes, condição de eficácia/sucesso do executivo, do judicial, do legislativo, das ânsias das elites, das reivindicações dos

¹ A televisão é o “objecto do século” para os franceses, ultrapassando largamente o computador e o telefone portátil, segundo uma sondagem realizada pelo jornal *Le Parisien* e o canal público *La Cinquième*. Um total de 63% dos franceses aponta a “caixa que mudou o mundo” como o principal objecto do século XX, à frente do computador (46%) e do telemóvel (33%). O transistor de rádio aparece em quarto lugar (13%), seguido da panela de pressão (12%) e do micro-ondas (10%). A sondagem foi efectuada entre 26 e 27 de Novembro com uma amostra de 1.016 pessoas. (*Televisão é o “objecto do século”*. *Público*, n/a, 21.12.1999).

² Jean-Noel Jeanneney (1996: 31) atribui ao publicista inglês Burke a *invenção*, nos finais do século XVIII, da expressão *Quarto Poder*.

deserdados da vida. Não foi necessária, sequer, grande peleja para, na luta entre imprensa (no sentido restrito), rádio e televisão, ter esta última conquistado o ceptro de *Prima Dona*: “Podemos olhar para trás e reconhecer a televisão como a invenção que reflectiu, moldou e recriou a cultura do século XX. (...) Nossa linguagem ecoa a linguagem da TV; o modo como nos vestimos reflecte as imagens da TV. Não é uma afirmação exagerada dizer que nos tornamos conscientes do mundo por meio da TV” (Cashmore, 1998: 10, 14).

O “real” passa agora pela sala de maquilhagem antes de se atrever a enfrentar as câmaras, como assinala Eco (1985: 213): “Por ocasião do casamento do príncipe Carlos e de lady Diana Spencer, em Londres, tudo foi encenado em função da reportagem da televisão: a cauda da princesa devia ser suficientemente longa para ser vista de cima, os tons pastel foram preferidos aos tons vivos para não saturar a filmagem e até a cor dos excrementos dos cavalos foi modificada para não ferir a objectiva da câmara”.

De assunto *susceptível de despertar o taliban que dorme em cada um de nós* (Dupuis, 1997: 23), a um dos maiores desafios democráticos do próximo século (Wolton, 1997: 25); dominada pela *ideia solene da estética da fascinação* (Iglesias, 1993: 15), contribuinte maior de efeitos que moldam a realidade, alterando a marcha dos acontecimentos pela simples presença das câmaras — *efeito lento, efeito Heisenberg, efeito Werther*; agradecendo os *meta-acontecimentos* que por vezes promove, parangonando *uma visão do mundo simplista, indicial, sem nuances, sem contrastes* (Jespers, 1998: 83); geradora de um *mundo/fábula*³ no qual o *factor fama* adquire papel primacial⁴; responsável pela substituição da fórmula racionalista *Penso, logo existo*, pela mais espectacular *Sou mediático, logo existo*, a televisão polariza o debate em torno dos *media*, remete para a penumbra os outros meios, tanto na virtude que pede loas como no pecado que sugere crucifixo. É, definitivamente, a *rainha do mundo mediático*: “De facto, se fosse animal, seria certamente uma leoa. Se fosse filme, seria indubitavelmente um espectáculo musical à moda de Cecil B. DeMille. Se fosse género televisivo, teria de ser uma telenovela. Se fosse fruta, seria a da época. Se fosse cantora, seria uma estrela da música pimba” (Traquina, 1997:12).

A Televisão chegou pavoneando-se, toda cheia de *donaire*, com “uma aura especial, mítica e distante, espécie de dádiva dos deuses hertzianos” (Cádima, 1999: 53). Acontece assim com a generalidade dos *media*. Todos nascem em berço de ouro, presenteados com doses generosas de incenso, até que a aura mirra. No caso da televisão, mirrou depressa.

O despacho de pronúncia é severo: acusada de se deixar colonizar, vertendo *enlatados* em doses maciças; de privilegiar a violência, a par de programas de ínfimo valor cultural, vulgo *telelixo*⁵; de viciar os telespectadores, grilhetando-os ao audímetro, autómatos fascinados pelas funções *progr, vol* e *tele-text*; de transformar o “real” em *big show*. Um perigo para a democracia, avisou Karl Popper

³ “O mundo verdadeiro torna-se então, fábula... E se a história pode também ser interpretada como um inventário do esquecimento, a televisão, mais do que inventariar a figura da raridade, no sentido de Foucault, faz ascender à ‘dignidade’ do seu ecrã apenas determinados factos, em preterição de todos os outros. Produz, por assim dizer, a grande amnésia do tempo” (Cádima, 1995: 91).

⁴ “O foco de luz sobre esta nova aristocracia é tão intenso e implacável que varre qualquer valor humanizante, deixando a descoberto um universo completamente entregue à banalidade. Ser famoso é uma nova forma de estar, que permite ser constantemente reconhecido por estar constantemente presente, com a conseqüente sensação de possuir um tipo de existência mais sólida, total e constante que nunca.

(...) Quando a vida diária se acaba por conceber, em grande medida, como uma constante representação perante uma audiência, o mundo das aparências converte-se numa finalidade social” (Odina e Halevi, 1998: 59).

⁵ “As televisões de sucesso são como o capitalismo selvagem e estão em estado de acumulação primitiva de entulho!” (Barroso, 1995: 77).

(1995); cabecilha da conspiração mediática responsável pela instauração da *democratura*, uma *espécie de ditadura doce sobre fundo democrático*, sentenciou Mermet (1987).

Em continente demonizado, o jornalismo televisivo não poderá, então, surgir como um distrito sem mácula. A informação televisiva revela-se produto de uma panóplia de influências, nas quais os estritos e sagrados critérios jornalísticos ocupam lugar residual. Prevalece a lógica económica, cobrindo-se o que é barato noticiar, tratando com pinças acontecimentos que envolvam interesses dos patrocinadores da estação, oferecendo espaço generoso a notícias laudatórias dos alicerces sinérgicos que sustentam o conglomerado-padrão, ao mesmo tempo que se abjura tudo o que possa beliscar a saúde financeira da estação.

Informação televisiva contaminada pelo *infotainment*, montagem de atrações que aceita espalhar assuntos – nobres ou não – em episódios durante o próprio telejornal; promocionada ao estilo feira popular – *é já a seguir ao intervalo, não saia do seu lugar; actualidade* que chega a servir-se requentada, logo desactualizada – *veja amanhã, no jornal das tantas*.

Ao estúdio – local outrora sagrado e de difícil acesso – chegam hoje cães perigosos, fadistas que tocam trechos na íntegra, crianças que tomam o lugar do *pivot* por uns instantes, famosos que vão ao telejornal noticiar que vão estar no programa seguinte da estação, participantes de *reality-shows* que vão ao telejornal revelar como foi o seu primeiro dia depois da expulsão, outros mostrar a ansiedade dos momentos imediatamente anteriores à sua entrada no programa.

Há directos que se esgotam com a informação de que a reunião ainda não começou, repetição de directos para anunciar que a reunião está quase a começar.

A informação desportiva partidizou-se (partido do Benfica, partido da Olivedesportos); há jornalistas que se despem para reportar vida em comunidade de nus; há os que se polvilham de adereços para sintonizarem a indumentária com o deserto despido. Alguns jornalistas reciclaram-se para reportar actualidades dos *reality-shows*; outros que nunca o foram ostentam *carteira profissional* nas capas das revistas rosa. Há *jornalistas* do *Big Brother*, do *Filhos da Nação*, do *Júlia 11 Horas*; há *jornalistas* especializados em noticiar os eventos da própria estação, porque a televisão virou notícia, por vezes de importância tamanha que até consegue honras de abertura nos telejornais.

O padrão dos 30 minutos deu lugar aos *telejornais-chiclete*, esticando até onde a concorrência obrigar.

Ramonet (1998: 25) é radical, no que à informação televisiva concerne. Categórico, nega aos telejornais o estatuto de espaços de produção jornalística: “Muitos cidadãos pensam que, confortavelmente instalados no sofá da sua sala de estar, vendo no pequeno ecrã uma sensacional cascata de acontecimentos à base de imagens fortes, violentas e espectaculares, podem assim informar-se com seriedade. Erro maiúsculo. Por três razões: a primeira, porque o jornalismo televisivo, estruturado como uma ficção, não é feito para informar mas sim para distrair; em segundo lugar porque a sucessão rápida de notícias breves e fragmentadas (uma vintena por cada telejornal) produz um duplo efeito negativo de sobreinformação e desinformação; e finalmente, porque querer informar-se sem esforço é uma ilusão mais de acordo com o mito publicitário que com a mobilização cívica. Informar-se custa e é a esse preço que o cidadão adquire o direito a participar inteligentemente na vida democrática”.

Meio recente, tendo dobrado há poucos anos as bodas de ouro, dificilmente passa o cabo das tormentas erguido pela grande maioria dos teóricos que sobre ela se têm debruçado. O quadro é tão negro, as condenações tão categóricas e assertivas, que podem induzir naturalmente ao absentismo, ao pudor de investigar *electrodoméstico* produtor de tanto mal.

Apesar de tudo o que se tem escrito sobre ela, há quem continue a considerá-la um *objecto não pensado*. Ou *mal-pensado*. O discurso sobre a televisão revela-se, com ínfimas excepções, prenhe de laivos maniqueístas, estreneamente bipolarizado. Os críticos, quase sempre, crucificam-na; os produtores televisivos correm a arrancar-lhe os pregos, que reciclam espetando-os nos críticos.

Neste quadro de posições extremadas, a contra-crítica acirra os críticos, tornando-os ainda mais impiedosos. Do outro lado da barricada, os fazedores da televisão constroem condomínio fechado, edificação destinada apenas aos profissionais injustamente incompreendidos. Da redoma auto-defensiva emite-se insistente mensagem: *Trabalhamos na caixa que mudou o mundo, se já está mudado e fomos nós, porque insistir?*

A televisão é um facto social incontornável⁶, que não pode nem deve ser reduzida a juízos destrutivos ou apologéticos. Entre as baias da trituradora e do aplaudímetro, importa abrir fresta por onde penetre o rigor científico, por natureza despido das paixões que obnubilam o bem fundado que deveria imbuir o debate sobre este influente meio de comunicação; alheado da corrente crítica do dia, com equidistância suficiente para que possa ser levado em conta, ou seja, sonhando que da investigação sobre brisa que ajude a melhorar o meio. Tratando-se da televisão, convenhamos não ser tarefa fácil, como constata Wolton (1999: 10): “O investigador é apanhado na *contradição* seguinte: pede-se-lhe que seja livre, que explore e, ao mesmo tempo, se ele diz algo diferente do discurso dos actores, dos homens políticos ou dos jornalistas, encontra imediatamente uma forte resistência. Principalmente quando se trata de temas tão ‘quentes’ como os que se ligam à televisão, à cultura do grande público, à informação, ao jornalismo, à política, às novas tecnologias ou à Europa. É um pouco a dupla ligação ‘Ajude-nos a compreender melhor o que se passa mas, acima de tudo, diga só aquilo que queremos ouvir’ ... Todos aqueles que, como eu, trabalham no mundo académico e no da investigação nesta área sonham, por vezes, vir um dia a beneficiar de um pouco da atenção tão favorável que rodeia, noutros casos, as múltiplas profecias da comunicação. Este domínio não é o único onde se observa uma tal resistência à análise mas é, sem dúvida, um daqueles onde a resistência é mais visível devido à relação ambígua que cada um de nós mantém com a comunicação”.

⁶ Não sendo critério exclusivo, o tempo médio que os cidadãos passam a ver televisão constitui-se como um indicador precioso da importância que o meio tem no quotidiano dos telespectadores. Dados de um estudo pan-europeu da empresa *The Media Edge*, referentes a 1999, davam conta de que os portugueses passavam, em média, 2,9 horas em frente ao televisor. Os consumidores mais compulsivos eram os italianos e os espanhóis, com um média de quatro horas diárias de consumo de programas televisivos, registando-se, numa década, um crescimento de 32% em Itália e de 9% em Espanha. A Áustria surge com o valor mais baixo, um consumo médio diário de 2,5 horas.

No conjunto dos países europeus, Portugal surge com uma das maiores taxas de penetração de televisão (quase 100 %) e a menor taxa de penetração do vídeo (não chegando aos 60%). O computador era, ao tempo, um bem disponível em pouco mais de 30% dos lares nacionais. Para mais detalhes, ver *Portugueses usam pouco internet mas vêem muita televisão*, e *Os hábitos portugueses*, Teresa Matos, *Público*, 23.03.2001.

Os televisores suplantam o telefone, nos equipamentos domésticos, em Portugal. Segundo dados do INE (citados pelo Obercom), em 1997 existiam 96,2% de lares equipados com televisor, contra 79,7% dotados de telefone, 46,2% com videogravador e apenas 14,3% equipados com telefone.

O número de assinantes do serviço de distribuição de televisão por cabo em Portugal ascendia a 977.000 no final do primeiro trimestre de 2001. (Dados do Instituto das Comunicações de Portugal, in “Número – 977.000”, *Público*, n/a, 27.05.2001).

No período de um ano, o número de assinantes crescerá 18%, passando a situar-se nos 1,2 milhões. No final de Março de 2002 já se encontravam cablados cerca de 62% do total de lares em Portugal – o equivalente a 3,1 milhões de domicílios, com 23% das habitações assinando o serviço de televisão por cabo. O total de assinantes da tecnologia DTH – *Direct To Home* (recepção via satélite), alternativa à infra-estrutura de cabo para a distribuição do sinal de televisão, atingia, na mesma data, os 239 mil, representando um crescimento de 54% face aos valores obtidos em Março de 2001. (Dados da Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom), in “O aumento – Assinantes da TV Cabo subiram 18 por cento”, *Público*, n/a, 23.05.2002.

A presente dissertação tratará do jornalismo televisivo, território sujeito, tal como o meio que o alberga, a representações que vogam ao sabor dos humores de um pelotão de críticos, por vezes demasiado lesto a incensar os profissionais das redacções televisivas, por vezes demasiado cruéis na tarefa de os apelar do pedestal da fama, até os sentirem exangues lá bem no rodapé do íngreme harmónio de socalcos da ignomínia.

Se, em rara ocasião, os jornalistas televisivos conseguem unanimidade de ruidosos aplausos, manda a prudência que não festejem o feito com alarido. A noite dos maus humores cedo descerrará, em espessa e tenebrosa nuvem, funesta lápide com inscrição interrogativa: “O jornalismo televisivo existe?”. Ponto de interrogação que, no caso, é ponto de negação.

Neste carrossel de extremos, atribui-se aos jornalistas das televisões uma aura de poder que muitas vezes não têm, neles se personificando a influência do meio em que laboram. Como, com igual destreza, se lhes exige o braço para gravar o ferrete das falhas que outros braços deveriam decorar.

A aura que embala a imagem apologetica do jornalista de televisão bebe inspiração nos filmes que romantizam a profissão, nas heroicidades fátuas de acidentais repórteres de guerra, obrigatoriamente algures em locais perigosos, nunca algures num qualquer recanto de um qualquer hotel bem abrigado dos pavores bélicos. Para muitos, um jornalista de televisão é o *pivot* que apresenta as notícias, e só. O *resto* da redacção não existe. E *pivot* é sinónimo de vedeta, tem direito a capa de revista, a notícias de transferências milionárias, a escrutínio da sua vida privada.

O imaginário das redacções televisivas rejeita tanto os constrangimentos banais como as condicionantes mais pesadas. São poucos, cada vez menos os jornalistas com coragem para denunciar as pechas da profissão, porque tal temeridade lhes pode custar o posto de trabalho.

1.1. Formulação da hipótese

A nossa hipótese de trabalho é a de que, constituindo-se efectivamente os telejornais como um poderoso instrumento de veiculação de informação, através de complexos processos de selecção da actualidade, tais processos são inelutavelmente conformados por regular e intensiva reelaboração da

Números da APEL, citados pelo Obercom e referentes a uma sondagem encomendada em 1997 por aquela associação de editores e livreiros, davam conta de que 47,9% dos portugueses do continente confessava não ser seu costume ler livros.

A nível mundial, um estudo da empresa francesa *Mediametrie* referente a 59 países, num total de 1,2 biliões de espectadores, registou um aumento do consumo televisivo durante o ano de 1999. A média diária situou-se nos 201 minutos. A América do Norte é a região do globo que passa mais tempo em frente ao ecrã (236 minutos por dia), ao contrário da Ásia que perfaz apenas 151 minutos. A Europa situou-se em 199 minutos e a América Latina em 220 minutos. Segundo aquele estudo, a tendência do consumo de televisão é de crescimento, nos últimos anos: a Europa acrescentou nove minutos ao seu tempo e os norte-americanos somaram mais dois minutos diários. (Dados divulgados pela Markttest portuguesa, in “*Relatório anual em 59 países – Consumo de televisão aumentou em 1999*”, *Público*, Sofia Rodrigues, 7.05.2000).

De acordo com uma sondagem realizada pela SOFRES em Janeiro de 2000, 83% dos franceses não seriam capazes de prescindir definitivamente da televisão. 78% não aguentariam um ano sem ver TV, 57% não suportariam tal abstinência sequer durante um mês, 30% não conseguiriam estar uma semana sem ligarem a caixa mágica, com 9% confessando que nem num único fim de semana são capazes de prescindir da televisão. (Dados difundidos pelo site *Canal Ipsos*, disponíveis em <http://www.canalipsos.com>).

Noutra sondagem realizada pelo mesmo instituto alguns meses antes (Agosto 1999), 75,3% dos franceses confessavam deitar-se mais tarde que o previsto em virtude do final mais demorado de um programa de televisão. 8,2% asseveravam que o consumo de televisão se reflectira numa menor frequência de relações sexuais. (Dados difundidos pelo site *Canal Ipsos*, *idem*).

Dados referentes à opção pela TV via cabo ou satélite na Europa ocidental podem ser consultados em “*Estudo do observatório do satélite Eutelsat - Metade dos lares da Europa ocidental vêem TV via cabo ou satélite*”, *n/a*, *Público*, 13.11.2001.

actualidade previamente seleccionada e difundida por outras agendas, o que se traduz numa significativa diminuição do grau de autonomia e liberdade de acção das redacções televisivas.

Da vasta série de condicionantes que conformam, significativamente, o conteúdo dos telejornais, destacaremos, em cada estação, os circuitos de realimentação dos telejornais através de *notícias a custo zero*; os comportamentos miméticos endógenos ao meio televisão e exógenos a este meio, o que nos permitirá aferir do poder limitado que as redacções televisivas demonstram para conseguir impor a agenda noticiosa.

Esse leque de constrangimentos merece, em nosso entender, dissecação tendente a uma autonomização que permita identificá-los como factores inelutavelmente condicionantes da pureza de princípios e intenções primeiras - que acreditamos existirem - junto da classe dos jornalistas encarregados de produzir os espaços informativos diários das televisões que emitem em Portugal.

Constrangimentos cujo elenco sumário já permitirá aquilatar da sua ordem de grandeza: exiguidade dos meios logísticos e humanos postos à disposição das redacções; dependência relativamente às fontes; competição pelas audiências; permeabilidade à inclusão de *info-pub* (espécie de publicidade redigida *telejornalizada*); restrição de informações através da contratação de exclusivos (com especial incidência no desporto); adequação a formatos padronizados e via de regra importados; diluição de fronteiras com outros géneros televisivos - à medida que os *shows* televisivos se vão apropriando da *realidade*, oferecendo produtos do género *Cadeira do Poder*, *Filhos da Nação*, *Eu Confesso* ou *Bombástico*, os telejornais vão-se permeabilizando cada vez mais ao *infotainment*, mistura de informação com divertimento.

Ainda a condicionante-tempo, obrigando à ausência de contextualização, geradora de prestações televisivas do género *un mot* ou em *catch words*; a condicionante-formato, com alinhamentos perenes e uma hierarquia que dramatiza à cabeça para amenizar na despedida (quase sempre com *fait divers*, *barbie news*); a dependência da imagem, deixando cair assuntos relevantes por carência de *ilustração*; dependência da imagem por vezes assumida como culto fetichista desta - a assunção de um *absoluto da imagem* que deixa assomar ao ecrã assuntos anedóticos, ou que leva os jornalistas de televisão a cederem à tentação de *ralentizarem* sequências da mais gritante crueldade; a vertigem do imediatismo, muitas vezes na origem de derrapagens que desacreditam o jornalismo televisivo (de Timisoara à guerra do Golfo, a lista cresce a ritmo preocupante); a dependência cada vez maior dos despachos das agências noticiosas, com um mundo noticiado de forma delegada; a assunção da *obrigatoriedade* no tratamento de determinados assuntos, gerando impressionante regularidade de efeitos miméticos entre os telejornais de diferentes estações - mimetismo que atinge o próprio alinhamento dos espaços noticiosos televisivos; ausência de *jornalismo de investigação*, abusando-se da *repescagem*, na imprensa e na rádio, dos assuntos do dia, retirando assim, às redacções televisivas, o nobre privilégio da *revelação*.

O conceito de mimetismo traduz-se, aqui, por uma prática de recuperação, pelas redacções televisivas:

- de assuntos seleccionados e difundidos previamente por outras agendas, numa espécie de reciclagem oportunista de um real originalmente transformado em notícia por outros meios não directamente concorrentes com a televisão (mimetismo exógeno ao meio/televisão - recuperação/reelaboração/reciclagem de notícias previamente veiculadas pela rádio e pela imprensa);

- de assuntos seleccionados e difundidos previamente por meios directamente concorrentes (mimetismo endógeno ao meio/televisão - recuperação/reelaboração/reciclagem de notícias previamente veiculadas por outras estações de TV);

- de assuntos seleccionados pela própria estação, com difusão anterior noutros espaços informativos (mimetismo endógeno da estação).

Tendo por base o expandido, pretendemos, através desta investigação, responder às seguintes questões:

1. A actualidade transmitida pelos telejornais é determinada, na sua globalidade, por critérios jornalísticos *tout court*?

1. a) Ou, pelo contrário, sofre, no seu processo de produção, a influência de uma vasta gama de condicionantes?

2. A verificar-se este segundo quadro, qual o peso de tais condicionantes? Assumirão estas um mero valor residual, ou deterão, no processo de produção noticiosa televisiva, uma importância capital?

3. Poderão os meios rádio e imprensa escrita integrar o leque de condicionantes sofrido pela actividade jornalística televisiva?

3. a) A constituírem-se como condicionantes, que peso específico lhes pode ser atribuído, nomeadamente no que concerne à tarefa de elaboração da agenda noticiosa por parte dos *gatekeepers* das redacções televisivas?

4. Em função dos dados a recolher, estaremos em condições de decidir pelo carácter determinante da agenda televisiva, em relação aos outros meios?

4. a) Ou, pelo contrário, poderemos considerar a agenda noticiosa televisiva como determinada, com os meios rádio e imprensa escrita desempenhando o papel de *news promoters* das suas agendas junto de uma terceira agenda, a agenda noticiosa televisiva?

HIPÓTESE

O conteúdo dos espaços informativos diários em televisão, vulgo telejornais, é sujeito a uma panóplia de condicionantes, internas à redacção, internas à empresa mas externas à redacção, e externas propriamente ditas;

- condicionantes que marcam, de forma inelutável, o produto final recebido pelos espectadores;
- e que se traduzem, por parte dos jornalistas de televisão, numa autonomia de grau infinitamente menor ao poder que lhes é vulgarmente atribuído.

Do grosso de condicionantes a elencar, assumirão especial relevo as práticas miméticas endógenas ao meio, e exógenas à televisão, característica que nos permitirá sustentar a subordinação da construção da agenda noticiosa a factores externos.

Entre esses factores, assumem especial significado as agendas dos meios rádio e imprensa escrita. Em consequência, estas agendas passarão a ser encaradas, não como meras agendas concorrenciais e até subordinadas à agenda televisiva, mas como *agendas-alavanca* de parte significativa do conteúdo da agenda televisiva, deste modo encarada como *agenda-montra* de assuntos previamente noticiados por outros meios.

Esta característica de *agenda-reflexo* de alinhamentos noticiosos anteriores com origem em meios exógenos ao campo televisivo, retirará à agenda televisiva o seu carácter determinante de outras agendas. De determinante, passará então a subordinada, poucas vezes detendo em suas mãos a *arca da originalidade noticiosa*.

Esta inversão da *communis opinio* em relação à agenda noticiosa televisiva comportará coloralio bifurcado nas consequências-mestras seguintes:

a) Menorização do jornalismo televisivo, enquanto força com potência sobran-te para impor os componentes da sua agenda aos restantes meios;

b) Desresponsabilização, em grau substancial, da agenda noticiosa televisiva, das máculas que reiteradamente lhe são atribuídas. O estigma que se lhe inculca, ao ser considerada como *agenda-reflexo*, não pode somar-se à responsabilidade-mor por efeitos perniciosos, reiteradamente atribuídos à selecção noticiosa vertida diariamente pelas estações de televisão.

c) Necessidade da elaboração de uma grelha de critérios de noticiabilidade no jornalismo televisivo, pauta que deve reflectir as condicionantes específicas do meio TV.

1.2. Metodologia de investigação

Procedemos à análise de telejornais emitidos por quatro estações televisivas portuguesas (RTP1, RTP2, SIC e TVI), durante o ano de 1999.

De um total de 3.800 noticiários, foram seleccionadas três semanas, repartidas por Janeiro, Junho e Dezembro, obedecendo a escolha a critérios que adiante detalharemos; da análise dos noticiários emitidos pelas três principais estações de radiodifusão portuguesas (Antena 1, Rádio Renascença e TSF), noticiários respeitantes às semanas da amostra acima referida, num total de 2.344 noticiários; da análise dos jornais diários, semanários e revistas publicados nos períodos correspondentes à amostra.

Quer no caso da televisão, quer no da rádio, a análise incidiu sobre as gravações integrais, em suporte vídeo e áudio, dos espaços informativos diários emitidos pelas sete estações referidas.

Para complemento da investigação, acompanhamos o processo de produção dos espaços informativos diários nas redacções das TVs acima mencionadas, pelo período de uma semana por estação (segunda a domingo).

Esta observação, realizada durante o ano de 1999, foi efectuada respeitando as regras estritas previamente definidas pelas direcções das estações, tendo-se estendido por cinco semanas.

A primeira semana de observação directa cumpriu-se na redacção da RTP/Porto, responsável pela produção dos informativos matinais e da hora do almoço da empresa pública (*Notícias 1 e Jornal da Tarde*, respectivamente). A segunda semana cumpriu-se na redacção central da TVI, em Queluz; a terceira semana na redacção de Lisboa da RTP1, responsável pela produção dos noticiários do horário nobre e do último informativo do dia (*Telejornal e 24 Horas*, respectivamente). A penúltima semana de observação directa cumpriu-se na redacção central da SIC, em Carnaxide. Por último, dedicámos ainda uma semana de observação directa ao trabalho de jornalistas e *gatekeepers* da RTP2 (2.^a a 6.^a feira na redacção da 5 de Outubro, em Lisboa; sábado e domingo na redacção do Porto, responsável pela produção do *Jornal 2* ao fim de semana).

Procedemos ainda à elaboração de extenso inquérito, contendo 109 perguntas, que foi entregue a jornalistas, editores e coordenadores das redacções das quatro estações de televisão, tendo obtido respostas na ordem dos 25,1%⁷.

Nas fontes seleccionadas, para além dos livros, procedemos a aturada pesquisa em jornais, programas de rádio e de televisão; a consultas na internet, englobando desde *sites* referentes a *media critics* a revistas electrónicas especializadas na investigação dos *media*.

⁷ O detalhe destas semanas de observação directa, e os resultados referentes ao inquérito encontram-se publicados no livro "DA MÁQUINA ENFATIZADA À MÁQUINA CONSTRANGIDA – Mal Dita Televisão" (Mar da Palavra, 2011).

Beneficiámos ainda do acesso a alguns estudos produzidos pela Marktest Audimetria, pelo Gabinete de Estudos da RTP e pela Memorandum (actual Cision).

1.3. Alinhamento

Da vasta gama de representações reagentes à actividade do meio *televisão*, em geral, e do jornalismo televisivo, em particular, damos conta no Capítulo II, que inclui também o marco teórico enquadrador das etapas de análise subsequentes.

O Capítulo III compreende a análise das três semanas de telejornais das estações seleccionadas para integrarem o *corpus* da tese – 4 a 10 de Janeiro de 1999, 21 a 27 de Junho de 1999, e 29 de Novembro a 5 de Dezembro de 1999, assim como as respectivas conclusões.

Trazendo à página a condição de jornalista profissional que durante alguns anos exerceu o *métier* em diversos meios – rádio, imprensa e televisão; conhecedor do tempo que não há sequer para chegar tantas vezes a tempo à *cacha* do dia, quanto mais para reflectir uns minutos que seja sobre o trabalho realizado; só posso pedir aos fazedores da televisão, e mais em concreto aos jornalistas de televisão, o beneplácito de considerarem esta uma investigação honesta, sem *parti pris*. Por mais que as conclusões possam ser incómodas para alguns, deixamos a certeza de não terem sido geradas nas arcas encoiradas cujas chaves a *Central Anti-Televisão* disponibiliza ao primeiro pressuroso que a demande. Acompanhando Erving Goffman, quisemos apenas *entrar no quarto na ponta dos pés e observar como eles ressonam*⁸.

Das cinco semanas passadas nas redacções das estações portuguesas, pudemos contactar mais de perto com dezenas de profissionais do jornalismo televisivo. E comprovar o que já pressentíamos: há por ali muita gente boa, intelectualmente dotada (professores universitários são vários), gente ciente dos males de que a profissão padece, disponível para aturar a insistência inquiridora do académico.

Houve quem, generosamente, tivesse aceite abrir o livro das mazelas, sempre salvaguardando a *fonte*, o mesmo é dizer a segurança do posto de trabalho; quem fizesse penitência por não ter tempo (disponibilidade, traduzimos nós), para pensar a frio no produto do labor diário; quem arregalasse os olhos a dados que carreávamos de anteriores investigações sobre o meio – *Ai é?!.*

Neste simples mas sintomático espanto encontrámos a força que por vezes minguava para tentarmos levar a bom porto os objectivos definidos à partida.

⁸ A citação pertence a Eduardo Prado Coelho (*Como eles ressonam. Público, 07.06.2001*): “Nos grandes debates actuais sobre a evolução televisiva, oscila-se entre duas atitudes: a dos que denunciam com toda as ganas duma indignação moral, e a dos que analisam, no intuito mais modesto de procurar compreender. Estes últimos (sempre suspeitos de conivência, como sucede com esse excelente crítico de televisão que é Eduardo Cintra Torres) poderiam tomar como lema a frase de Erving Goffman: ‘Aquele que quiser lutar contra a alienação e desejar despertar as pessoas para os seus verdadeiros interesses terá muito a fazer, porque o sono delas é profundo. A minha intenção não é cantar uma canção de embalar, mas apenas entrar no quarto na ponta dos pés e observar como eles ressonam.’”

CAPÍTULO 2

Enquadramento teórico

A hipótese de trabalho que formulámos implica, em nosso entender, enquadramento teórico suportado principalmente pelos resultados das pesquisas concernentes à temática do *agenda-setting* e do *newsmaking*, sem descurarmos os contributos que julgamos relevantes para a caracterização da actividade jornalística televisiva, nomeadamente das suas condicionantes. Tendo presente a relativamente recente retoma da problemática dos efeitos dos *media* no âmbito da *communication research*; considerando nós a importância da referência a tais estudos quer se confirme ou infirme a hipótese de trabalho avançada, decidimos incluir – é com ela que começamos este ponto – breve resenha das primeiras teorias da comunicação (teoria hipodérmica, teoria dos efeitos limitados e teoria dos usos e satisfações).

*“Era uma vez os mass media, eram maus, já se sabe, e havia um culpado.
Depois havia as vozes virtuosas, que lhe acusavam os crimes.
E a Arte (ah, felizmente), que oferecia alternativas,
para quem não fosse prisioneiro dos mass media.
Bem, acabou-se tudo. Devemos recomeçar
do princípio a interrogar-nos sobre o que aconteceu”.*

Umberto Eco¹

2.1. Os *media* todo-poderosos

A I Guerra Mundial e os turbulentos anos subsequentes jorraram caudal propagandístico de monta, megafones postados nos *media* que iam ganhando bojo, passando a *mass media*; deram-se ao respeito e ao temor. Na ressaca do conflito, natural o interesse dos investigadores em perscrutar os efeitos dos *media* junto do público. Alvo incauto, presa indefesa dos *media* que mostravam músculo, pedindo o braço d’outrém para a injeção do dia. Neste cadinho fermenta a teoria hipodérmica, com base em dois postulados: uma sociedade de massas², cujo advento assinalava o fim do “ciclo de

¹ in *Viagem na Irrealidade Quotidiana*, (1993: 134).

² A presença do conceito de sociedade de massas é, no entender de Wolf (1994: 21), fundamental “para a compreensão da teoria hipodérmica que, por vezes, se reduz a uma ilustração de algumas das características dessa sociedade”: “Há certos traços comuns que caracterizam a estrutura da massa e o seu comportamento. A massa é constituída por um conjunto homogéneo de indivíduos que, enquanto seus membros, são essencialmente iguais, indiferenciáveis, mesmo que provenham de ambientes diferentes, heterogéneos, e de todos os grupos sociais. Além disso, a massa é composta por pessoas que não se conhecem, que

publicidade”, de vida pública que o tráfico da notícia e a tipografia haviam inaugurado³; e massas demasiadamente permeáveis à influência dos *media* todo-poderosos. O contexto ajudava, atentas as experiências totalitárias da época. Os *media* haviam dado a conhecer a muito mais gente os horrores da guerra; começaram a encurtar o mundo, logo os regimes totalitários pressentiam-se vizinhos; foram utilizados a preceito pelos generais da propaganda, logo teriam que partilhar responsabilidades nos efeitos da guerra mais sangrenta.

O *gong* que assinalara o fim da primeira guerra mundial troara apenas para um intervalo de pesadelo. A recessão de 1929 punha um ponto final aos *roaring twenties*; pela Europa assistia-se a um crescendo geral dos nacionalismos; do leste vinham ventos soprados pela subversão; Hitler galgava a passos largos rumo ao poder, fazendo ferver uma temível máquina propagandística. Pressentia-se uma enorme perplexidade das opiniões públicas perante a aceleração das mutações sociais alavancadas desde o início do século⁴.

“Así como hay divorciados porque su marido se dedica al alcohol, a las mujeres o al juego, los hay ahora porque el marido se dedica demasiado a la radiodifusión”

Ramón Gómez de la Serna, *El Sol*, 29.10.1924

2.1.1. A primeira ecografia

Os *mass media* constituíam um fenómeno novo, virgindade predisposta a deixar-se macular pelas representações que, via de regra, acompanham os primeiros passos do nascituro.

A *Galáxia de Gutenberg* aprestava-se para passar o testemunho à *Galáxia de Marconi*. As maravilhas da radiotelegrafia iam preparando os espíritos para receberem, anos mais tarde, em fascínio encantatório, as primeiras emissões regulares de radiodifusão. A rádio salvava vidas no alto mar⁵, ajudava a capturar criminosos⁶, a vencer batalhas⁷.

estão separadas umas das outras no espaço e que têm poucas ou nenhuma possibilidade de exercer uma acção ou uma influência recíprocas”.

A definição de massa como um novo tipo de organização social “põe em destaque e reforça o elemento fundamental da teoria hipodérmica”, frisa Wolf (*idem*, 23), perspectivando-se os indivíduos como seres isolados, anónimos, vivendo separados, atomizados. Indivíduos acasalados, escancaradamente indefesos perante a pujança manipuladora dos meios de comunicação, prontos a assumirem a condição de “propagandeado”, perfil assim desenhado por Riesman (citado por Namer, 1976: 225): “Enfraquecimento do papel protector, ideológico e integrador dos grupos primários; perda de ideologia do grupo de origem em benefício de um grupo de referência, variável com o processo de mobilidade social; desequilíbrio devido às mudanças rápidas de costumes e às contradições éticas da sociedade industrial (ética do esforço e ética do desejo facilmente realizado na sociedade de consumo)”.

³ “Se o tráfico da notícia e a tipografia constituíram por excelência marcos fundadores de uma nova cultura laica e de um espaço público burguês anunciador de novos universos operadores de profundas mudanças estruturais na idade clássica europeia, poder-se-ia dizer que o universo das novas mediações introduzidas pela tecnociência na sociedade pós-industrial vê encerrar progressivamente um ciclo de ‘publicidade’, de vida pública, que teve o seu momento alto nos jogos de teatralidade e no regime de interpessoalidade que continham já em si o próprio declínio do Antigo Regime” – sustenta Cádima (1996: 136), para quem o fim de um tal ciclo de “publicidade” começara a observar-se “nos processos de individuação românticos da fase de arranque da revolução industrial, no ‘encontrar em si’ modelos de conduta, espécie de resposta à Declaração dos Direitos do Homem através de uma declaração dos direitos do ‘eu’”.

“De então para cá, e com passagem obrigatória, quer pela emergência do intimismo, quer pelo reconhecimento posterior das estratégias de mercado da ‘cultura do consumo’, veremos que a redescoberta do indivíduo – e o seu ‘abismo’ – o pôr em causa as diferentes ‘soberanias’ do sujeito histórico – acabam por ser paralelas ao declínio da própria esfera pública e à emergência de um novo intimismo, não romântico mas pós-moderno, hiper-individualista”.

⁴ “A miséria material e o sentimento de uma crise interminável conjugam os seus efeitos para dar a sensação de um aniquilamento moral das populações”- sublinham Droz e Rowley (1988: 138).

À frieza das notícias empapeladas sucedia o calor e o nervo das primeiras emissões em directo, algumas notícias embrulhadas em música que deleitava por não carecer do esforço da manivela. Uma legião de *sem-filistas* e *amadores-fonistas* improvisava os seus *postos de galena*, o mundo chegava a jorros a casa de cada um, entrava quase sem pedir licença e era, como era!, muito bem vindo: “As ondas ultracurtas quebraram fronteiras e distâncias. O Mundo inteiro é uma província vivendo no estreito contacto das frequências de milhões” – constatava, em 1932, articulista luso⁸. O tempo era, decididamente, de enlevo pelo fogo-sagrado da rádio-emissão, muitos os hossanas cantados a “Nossa Senhora do Ar”⁹.

⁵ O *Republic* colidira com o *Florida* (1909), pedira socorro pela TSF, salvaram-se todos os passageiros e tripulantes. Três anos mais tarde, a 15 de Abril, Jack Philips telegrafava: “*Colidimos. Queremos ajuda imediata*”. O dramático apelo desencadeou uma operação rádio que permitiu salvar cerca de 700 passageiros do Titanic.

Na sequência do naufrágio deste paquete, o parlamentar português Francisco Herédia apresenta, na sessão de 14 de Maio da Câmara dos Deputados, um projecto-lei propondo a obrigatoriedade da instalação da TSF a bordo dos vapores portugueses que tivessem acomodações para mais de 50 passageiros. Da exposição de Herédia respigamos a seguinte passagem: “(...) E, de resto, hoje ninguém se conforma com viagens mudas. As comunicações com o mar alto tornaram-se tão indispensáveis como as mais elementares comunicações telegráficas em terra. A bordo de todos os vapores de certa ordem há um jornal contendo notícias de tudo o que se passa no mundo. De bordo dos vapores encomendam-se quartos nos hotéis, enviam-se e recebem-se informações constantes de negócios, de família, etc., etc.” (Faria, 1994: 31).

⁶ Em 1910, o tenebroso Dr. Crippen, acusado de ter envenenado a mulher, de a retalhar e de a queimar, foi descoberto a bordo de um paquete que rumava ao Canadá, graças ao envio de uma mensagem radiotelegrafada à polícia.

⁷ Em 1916 atribuiu-se a vitória dos britânicos na batalha naval de Jutland graças à interceptção, pelos seus operadores, das mensagens da frota alemã (Miquel, 1984: 8).

⁸ Citação apócrifa in “Boletim da Rede dos Emissores Portugueses”, n.º 65, Janeiro/Julho 1949, p. 30.

Alguns anos mais tarde, António Ferro, presidente da direcção da Emissora Nacional, via na rádio um meio de propagandear sem gravata: “A rádio que penetra, misteriosamente, em todas as casas, como um génio familiar, duende caseiro, através dos buracos das fechaduras, das frinças das portas e das janelas, dos próprios muros compactos, que chega a ronronar nos nossos quartos, a levantar-se e a deitar-se conosco, é, talvez, a menos solene de todas as manifestações oficiais de propaganda...”. (*Onda – Revista Mensal de Rádio*, n.º 1, Janeiro 1945, p. 2).

Quase 20 anos depois, o fascínio mantinha-se intacto, como transpira desta carta que Curado Ribeiro (1964: 10-11) enviava a “um receptor amigo”. A televisão, em Portugal, balbuciava apenas os primeiros passos: “Meu caro, tu és um cofre mágico de entranhas de fios e de lâmpadas; de janelas luminosas. Falas-me tantas vezes, pela tua boca enfeitada de seda como as das mulheres do Oriente, que eu posso e devo prestar-te a homenagem de te dirigir esta carta.

A tua magia é para mim sem mistério. A ciência ensinou-me as leis físicas, pelas quais tu reproduzes os sons. Eu sei que és, apenas, como um eco. Música ou palavra, a alma que tu tens é apenas a que os homens te emprestam. A mais pequena estrela que brilha no céu dá-nos um pouco de si. Tu, não. Tu não tens voz própria, nem mensagem tua. Limita-te a reproduzir exactamente o que se confia às ondas invisíveis. És irresponsável.

Como sempre, estou a ouvir-te... Este ser longínquo, que fala a plenos pulmões pela tua janelinha de luz, quase está presente. Ouço-o, percebendo-lhe as mais íntimas inflexões e intenções. Talvez seja preciso rever a noção de presença. Os filósofos diziam que um ser está presente quando nos pode falar, quando se mostra, quando pode agir perante nós. Armado deste sólido bom-senso, podia-se (e talvez ainda se possa...) enviar para o manicómio os que invocam presenças ocultas, os visionários, os obcecados. Mas tu confundes os filósofos. Como é possível que não esteja presente, se este senhor que me fala, está aqui comigo? Grave problema psicológico!

Parece que se suprime o espaço. Uma comunicação real com os lugares mais distantes está à minha disposição, ao alcance dos meus dedos. O que vejo é uma pequena caixa cheia de coisas incompreensíveis e sem alma... Mas, a um estalo de um dos teus botões, eu tenho comigo cidades e aldeias, a terra imensa, todos os homens, todos os problemas; e as fibras da tua caixa vibram, falam, cantam, mentem, gritam... Podia falar da geografia ou da ubiquidade divina que me concedes!... Uma pequena pressão faz-me voar além dos horizontes. Num abrir e fechar de olhos, eu estou em toda a parte, sem sair daqui...”.

⁹ “A entrada em cena da TSF foi sem dúvida um dos maiores acontecimentos científicos destes últimos dez anos... Enquanto que na realidade tudo o resto se limita ao aperfeiçoamento do existente, mais ou menos hábeis ou fecundos, a TSF transportou-nos em cheio no inédito senão no desconhecido, sobre a própria fronteira do sobrenatural...” – este o hossana gritado ao meio nascente por E. Gautier, jornalista da crónica do *Ano Científico e Industrial para 1900* (Cazenobe, 1981: 25).

Marconi visitava Lisboa em 1920, os jornalistas lusos questionavam-no sobre propaladas tentativas de comunicação de Marte com a Terra, tentativas que estariam na origem de interferências registadas nos receptores de TSF... (Faria, 1994: 48).

Os anos 20 assistem ao triunfo do *big business*: em 1929, a imprensa britânica situa-se em 12.º lugar no elenco das indústrias, ultrapassando a construção naval. Os custos de produção e o financiamento das agências de informação e dos correspondentes aceleram um processo de concentração iniciado por volta de 1900.

“As verdadeiras beneficiárias da guerra são de facto essas indústrias jovens que asseguram o seu desenvolvimento ao serviço dos exércitos: a rádio, o telefone, a aviação e o automóvel. Estes sectores são tributários de uma autêntica revolução energética e tecnológica. (...) A electricidade torna-se condição da passagem a uma sociedade de consumo e à afirmação da primazia das indústrias ‘a jusante’, caracterizadas pela sua tecnologia mais elaborada e pela sua adequação ao mercado das classes médias urbanizadas. O sucesso da rádio, verdadeiro ‘luxo popular’, ultrapassa o da bicicleta em 1900. A sua procura revela-se insensível às flutuações cíclicas” – registam Droz e Rowley (1988: 83-84)¹⁰.

O fascínio encantatório do poder que os *media* pretensamente suavam só podia siamizar-se ao medo do desconhecido¹¹. A ecografia não podia, naturalmente, revelar os traços firmes dos novos meios; mas já se notava por ali “uma espécie de sistema nervoso simples que se espalha até atingir olhos e ouvidos, numa sociedade caracterizada pela escassez de relações interpessoais e por uma organização social amorfa (Katz-Lazarfeld, 1955, citados por Wolf, 1994: 25).

Hearst havia utilizado o seu jornal para desencadear a guerra de Cuba¹²; havia quem atribuísse à propaganda veiculada pelos jornais graves responsabilidades no desencadear da I Guerra Mundial, através da excitação criada junto das massas populares. Quanto ao papel propagandístico

¹⁰ O número de receptores de TSF cresce a um ritmo vertiginoso, com os Estados Unidos levando aqui a palma. Em 1921 contam-se 50 mil postos; em 1925, 4 milhões; em 1927, 6,5 milhões; em 1929, 10 milhões, em 1938, 26 milhões; em 1939, 31 milhões. Nas vésperas da II Guerra Mundial, contavam-se 4 milhões de postos receptores em França (um por dez habitantes), 8,5 milhões na Alemanha e na Grã-Bretanha, cerca de 4 milhões na URSS, 3 milhões no Japão, perto de um milhão na Austrália, algumas dezenas de milhares na Índia e na Indonésia.

Quanto a postos emissores, nos EUA recenseavam-se 200 em 1922; 578 em 1925; 650 em 1938. Por esta altura, sete em cada dez americanos escutava regularmente a TSF.

Em Portugal, as primeiras emissões radiofónicas tiveram lugar em 1914, por Fernando Gardelho Medeiros. Em 1920, Medeiros cria a Rádio Hertz. Em 1931 surge o Rádio Clube Português, e em 1935 é criada a Emissora Nacional (EN).

¹¹ A história revela-nos exemplos vários do medo atávico dos políticos em relação a qualquer inovação no campo das transmissões e da difusão em massa. Mattelart ([1991] 1997: 14, 16) refere os obstáculos colocados pelo poder político francês à maximização das potencialidades do telégrafo óptico: “Em França, a primeira utilização do telégrafo óptico ou aéreo, chamado ainda telégrafo de braços [inventado por Claude Chappe nos finais do século XVIII] terá finalidades militares. Continuará a tê-las durante muito tempo. Uma vez que, quando Chappe propõe ao cônsul três utilizações civis do telégrafo, duas são recusadas: a colocação à disposição dos industriais e comerciantes; o lançamento de uma pequena gazeta telegráfica. Só será permitida a transmissão pelo correio dos resultados da lotaria (o que permitia limitar os golpes astuciosos e especulativos que se davam durante o intervalo de transmissão pelo correio dos resultados entre a capital e a província).

“É assim que, como constata Yves Stourdzé, durante cinquenta anos, o telégrafo óptico foi financiado por subvenção do Ministério da Guerra, do Interior e pela Lotaria Nacional... Foi necessário atingir um Estado ‘forte’ para que se ousasse considerar o risco de abrir ao público o telégrafo eléctrico!”.

“Ao longo de toda a pré-história da modernidade postal”, sublinha Mattelart, “o medo da conspiração – nacional ou internacional – foi uma obsessão para os gestores das redes. Esta psicose dará lugar, em França, ao ‘Quarto Escuro’, gabinete criado sob o reinado de Luís XIII no Palácio dos Correios (Hotel des Postes), onde se violava o segredo das cartas”.

¹² Os *yellow-papers* americanos, com destaque para o *New York Journal*, de Hearst, terão funcionado como um “balão de ensaio” da aplicação, nos *media*, da nova propaganda, dita científica. É esta a opinião de Jesús Timóteo Álvarez (1992: 65): “Hearst punha em prática as teorias que, nesses anos 90 [século XIX] eram desenvolvidas por Gustav Le Bon, Pavlov e pelos primeiros analistas da psicologia das massas. Experimentavam-se as bases para o desenvolvimento de uma propaganda

desenvolvido pelos *media* no decurso do conflito, não foi preciso esperar muito para se conhecer a extensão dos danos: “Todos os ocidentais saíram da I Guerra Mundial convencidos de que haviam sido manipulados, de que as suas opiniões e ódios haviam sido ‘manufacturados’ e de que a propaganda organizada tinha tido responsabilidade directa no resultado final da contenda” – sinaliza Álvarez (1992: 89)¹³.

No que à rádio concerne, esta começa por ser olhada com desconfiança pelos políticos. Em França, ficou célebre a frase de René Vivianni, orador magnífico, simultaneamente fluente e pomposo, inteiramente representativo da eloquência durante grandes períodos da III República. “Pois bem! Fica aterrorizado com o microfone! E afirma: *Esse olho cego impressiona-me como um instrumento de tortura!*” (Jeanneney, 1996 : 130).

Tardieu perde as eleições diante do microfone. Blum, pelo contrário, há-de ganhá-las por usar, com mestria, o *olho cego*. Nos EUA, 1916, Woodrow Wilson também se serve das emissões radiofónicas para levar a bom resultado a campanha presidencial rumo à sua reeleição¹⁴. O *New Deal* é explicado aos cidadãos através da rádio. Há ainda a eficaz campanha de Roosevelt, utilizando em grande escala o meio radiofónico, provando que *uma voz doce e sem rosto podia orientar os indivíduos em qualquer direcção* (Statera, [1976] 1985: 54). Welles tratará de, recriando Wells, aterrorizar a América¹⁵.

programada e aplicável sob controlo, denominada científica. Neste sentido, o *amarillismo* é a fase prévia ao nascimento da dita propaganda científica”.

A guerra de Cuba, a que alguns chamaram “a guerra dos jornais” ou “a guerra dos correspondentes de guerra”, constituiu um bom *negócio* para a imprensa americana, mas o mesmo se pode dizer também dos jornais espanhóis, imbuídos de um significativo fervor bélico e patriótico durante a contenda, convencidos ou tentando convencer os leitores de que o *leão espanhol* levaria de vencida *os porcos* em toda a linha. Sobre o papel dos jornais espanhóis, e principalmente dos galegos no período negro do “Desastre de 98”, ver Xurxo Salgado Tejido, “1898, el fin del imperio español / La prensa gallega antes y después del ‘desastre’”, Revista Latina de Comunicación Social, n.º 18, Junho 1999.

¹³ Era essa a convicção de Lasswell, expressa em “Propaganda Technique in the World War” (1927): “A propaganda é um dos instrumentos mais poderosos do mundo moderno. Ela foi elevada a este estatuto na sequência de um conjunto de mudanças que modificaram a natureza da sociedade. As pequenas tribos primitivas podem amalgamar os seus membros heterogéneos numa unidade combatente recorrendo a um tambor e ao ritmo diabólico da dança. É através das orgias de exuberância que os jovens são levados ao ponto de ebulição belicosa e que todos, homens e mulheres, de todas as idades, são aspirados pela sucção do objectivo tribal. Na grande sociedade não é mais possível fundir a indocilidade dos indivíduos no fogareiro da dança de guerra; é necessário um novo instrumento, mais subtil, para unir milhares, mesmo milhões de seres humanos numa massa coerente de ódio, de desejo e de esperança. É a nova chama que deve consumir a chaga da dissensão e temperar o aço do entusiasmo bélico. Este novo martelo e esta nova bigorna da solidariedade social denomina-se propaganda” (citado por Mattelart, 1997: 80).

¹⁴ A Wilson coube o delicado papel de decidir pela participação dos EUA na I Guerra Mundial. Também aqui a arte da propaganda foi importante no sentido de converter a população estadunidense a envolver-se no conflito. Em 1920, George Creel, editor e director do Comité de Informação Pública, dava à estampa o livro “How we advertised America”, no qual detalhava, com orgulho, a forma como a organização a que presidia utilizou os princípios da publicidade para convencer os norte-americanos a entrarem na guerra.

¹⁵ Referimo-nos ao programa *Guerra dos Mundos*, *rádio-drama* representado pela companhia de Orson Welles, o *Mercury Theatre on the Air*, emitido pela CBS às oito da noite de 30 de Outubro de 1938, um domingo véspera de Halloween. A adaptação radiofónica da obra homónima do escritor britânico Herbert G. Wells é considerada por Lourdes Novalbos Bou (1999) como *o exemplo culminante das possibilidades dramático-expressivas do discurso radifónico denominado artístico, um discurso radiofónico que já não existe, infelizmente engolido pela televisão*. Num excelente artigo, a autora explica a forma como Welles soube tirar partido dos subsistemas semióticos que configuram a linguagem radiofónica (palavra, música, efeitos sonoros e até mesmo o silêncio), para potenciar as imagens auditivas que o programa conseguiu evocar nos ouvintes.

A publicidade invadira o hertz, em 1932 já havia inquéritos promovidos por associações de defesa dos valores familiares contra o excesso de anúncios. Dos lados da imprensa também não vinha bom-olhado para o meio mais novo. Mas só lhe restava adaptar-se.

O demo corria infrene *medias* adentro: “A maior parte do que se fez passar como teoria e investigação sociológicas não foi mais do que uma crítica desenfreada à sociedade, levada a cabo por intelectuais apocalípticos que viam nos *mass media* a demissão da civilização ocidental” – constata Janowitz e Schulze (1991: 26), para quem “o recurso ao conceito de sociedade de massas levou os sociólogos, ao interpretar obras de pensadores tão diferentes como Karl Marx ou Ferdinand Toennies, à conclusão de que constituía parte integrante da própria natureza dos *mass media* corromper o público, debilitar os vínculos sociais e levar ao desânimo os talentos criadores. O conceito de sociedade de massas foi submergido por um sentimentalismo moralizante, defensor de uma estrutura social mais simples e primitiva”.

2.1.2. A teoria hipodérmica

A teoria hipodérmica coincide com o intervalo entre as duas guerras mundiais, período que assiste ao desenvolvimento vertiginoso das comunicações de massa. Representa a primeira reacção de investigadores de proveniência diversa a este fenómeno novo, com virtualidades propagandísticas que logo concitaram a atenção de políticos de diversos quadrantes, com relevo para os detentores do poder em regimes totalitários¹⁶.

As mensagens veiculadas pelos *media* teriam, para os arautos da teoria hipodérmica, um impacto directo nos cidadãos, gerando comportamentos previsíveis. Os *media* injectavam ideias, atitudes e modelos de conduta a indivíduos atomizados, passivos e particularmente vulneráveis¹⁷. Esses efeitos “aconteciam em todas as pessoas, fossem quais fossem os atributos sociais ou psicológicos do indivíduo;

¹⁶ Virtualidades propagandísticas que não eram monopolizadas pelos políticos, nem estes deteriam a patente da utilização primeira. Esta caberia aos publicitários. Pratkanis e Aronson (1994: 27) registam a rápida intervenção do mundo académico neste campo, algumas décadas depois da criação, por Volney Palmer, da primeira agência de publicidade nos EUA: “No início da década de 1890 começaram a surgir novos cursos nas universidades, com títulos como ‘Os Princípios da Publicidade’, ‘Equipas de Vendas’, ‘Vendas por grosso e de retalho’. Publicaram-se manuais universitários com títulos como *A Publicidade e as suas Leis Mentais e A Psicologia e a Publicidade*, que prometiam ensinar a arte da persuasão, para aplicação ao domínio da publicidade e das vendas”.

Regista-se aqui uma curiosa aliança entre os publicitários e a corrente da psicologia social norte-americana, corrente que inspirou os mentores da teoria hipodérmica: “Se o trabalho e a fábrica estavam já, pelo menos aparentemente, organizados de forma ‘científica’, impunha-se com toda a certeza que as próprias estratégias de persuasão também o estivessem. É assim que subitamente uma ‘teoria geral dos instintos’ vem dar resposta às novas cadências impostas por Henry Ford e por Taylor, isto é, ao que já se chamava a ‘tirania da máquina’.

Curiosamente, ou não, é a psicologia social norte-americana, através de homens como Muenstenberg e Watson, que vem dar um novo alento aos publicitários. A terapêutica consumista havia caído numa certa passividade, não surgiam ‘novos objectivos’ capazes de motivar potenciais novos consumidores, enfim, os stocks que saíam em cada vez maior número das cadeias de montagem não escoavam no mercado. Urgia pois encontrar uma solução, e é da associação entre ‘behaviouristas’ e técnicos da publicidade que nascem os processos de sedução e de solicitação do consumidor” (Cádima, 1997: 22).

¹⁷ A indução de comportamentos passivos nos receptores, acusação hoje repetidamente dirigida às emissões televisivas, já vem de longe, e pede patente à rádio. Atente-se neste saboroso trecho, dos idos de 1945: “Antes de ir ao teatro ou ao cinema o senhor quasi sempre procura saber qual o género e a qualidade do espectáculo que vai ver. Mas, no caso da Rádio, o Senhor deixa que o acaso resolva tudo: Resultado: ouve programas que não lhe interessam ou o aborrecem. Outras vezes resmungam e tem birras quando um amigo lhe vem dizer que foi uma pena o senhor não ter ouvido o programa tal, que foi tão agradável. Isto é: deixou de ouvir qualquer coisa que era da sua preferência e ia de encontro à sua maneira de ser e de sentir. Pois muito bem: para evitar tais dissabores, os organismos radiofónicos têm o cuidado de fazer publicar, antecipadamente, os seus programas, espécie de bons conselheiros, de guias atentos.

e todas as pessoas eram membros iguais de uma audiência de massas que respondia de forma igual a todos os estímulos mediáticos” – sublinha Nelson Traquina (2001:15). Cada indivíduo era visto, portanto, como um átomo isolado, pronto a reagir isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massa. Visto como “uma espécie de folha em branco” (Manuel Pinto, 2000: 134), pronto a ser manipulado.

Mais do que um modelo sobre o processo de comunicação, a teoria hipodérmica apresentava-se como uma teoria da acção elaborada pela psicologia behaviorista. Os efeitos não eram estudados, mas dados como certos, seguindo-se a simplicidade do modelo E-R (Estímulo-Resposta).

Tendo por base este modelo, que despromovia o público a uma espécie de “cão de Pavlov”, desenvolveram-se uma série de investigações focalizadas na medição das atitudes de “indivíduos representativos”, quase sempre retirados do seu contexto social. Indivíduos que participavam num processo rigidamente assimétrico, com um emissor activo produzindo estímulos dirigidos a uma massa passiva de destinatários, que o emissor pretendia influenciar. Os dois pólos do processo de comunicação surgem isolados, independentes das relações sociais, situacionais e culturais em que os processos se realizam: “A *audiência* era concebida como um conjunto de classes etárias, de sexo, de casta, etc., mas dava-se pouca atenção às relações que lhe estavam implícitas ou às ligações informais. Não porque os estudiosos de comunicações de massa ignorassem que os componentes do público tinham família e grupos de amigos, mas porque se considerava que nada disso influenciava o resultado de uma campanha propagandística, ou seja, as relações informais entre as pessoas eram tidas como irrelevantes para as instituições da sociedade moderna” (Katz, citado por Wolf, 1994: 27).

Os investigadores sabiam da existência de resistências no circuito emissor-destinatário, mas tais resistências eram ignoradas, por irrelevantes. O processo era linear, unidireccional. Num dos pólos, um emissor organizado, transbordando energia propagandística suficiente para manipular a massa de átomos residente na foz. O modelo de Lasswell – *quem* (emissor) - *diz o quê* (mensagem) - *através de que meio* (*medium*) - *a quem* (receptor) - *com que efeito* (impacto) -, surgia assim depurado das *excrecências* que Shannon lhe acrescentará, ignorando ainda o *retorno* que décadas mais tarde veio a ser estudado por Schramm.

Ao analisar a quantidade de informação que uma mensagem contém e a capacidade de transmissão de um dado canal (*medium*), a teoria matemática de Shannon inclui, no circuito, a “fonte de ruídos”, responsável pelas interferências que prejudicam a transmissão perfeita da mensagem. A noção de ruído é uma contribuição nova desta teoria da informação: “Encarada de início num quadro técnico – farfalhar do telefone; interferência na rádio; ‘neve’ ou ‘chuva’ na televisão – esta noção de ruído aplica-se agora a todos os obstáculos que prejudicam a comunicação – a simpatia, a fadiga, os preconceitos, a educação, etc.” (Cloutier, 1975: 63).

A teoria matemática de Shannon funcionou como ponto de partida de numerosas investigações em psicologia e psicolinguística: a possibilidade de quantificar a informação revelou-se perfeitamente

Ora fique sabendo: **um dos piores inimigos da radiodifusão é aquele que ‘abre’ o receptor como se abrisse uma torneira e a deixasse correr dia e noite. Tais ouvintes servem-se da Rádio como se esta fosse um estupefaciente.** O que há de bom, de agradável, de útil na Rádio depende, estritamente, do sentido de discriminação do ouvinte. O ouvinte capaz dessa discriminação é o único que nos interessa e que conta para a Rádio. Exige qualidade e é para ele que trabalham os produtores radiofónicos. Na Radiodifusão, assim como nas mais diversas circunstâncias da vida, aquele que deseja receber qualquer coisa deve, em troca, dar qualquer coisa também. Neste caso: a sua atenção. A Rádio não deve ser considerada como o antídoto da tranquilidade, do repouso, mas como um meio de enriquecer a vida pelo contacto com os mais diversos factores artísticos. Encarada desta maneira e tendo sempre presente um particular sentido de selecção, a Rádio devolve-nos, multiplicado por cem, aquilo que nos custa”.

Transcrição de artigo do semanário australiano “The A.B.C. Weekly”, in “Onda – Revista Mensal de Rádio”, n.º 1, Janeiro de 1945, p. 6-7 (negro nosso).

adequada para avaliar, por exemplo, a taxa de redundância das línguas ou ainda para apreciar a relação entre a redundância e a lisibilidade de algumas categorias de discursos. No entanto, ressaltam Meunier e Peraya (1993: 30-31), “veio a revelar-se muito insuficiente para nos dar conta dos fenómenos de comunicação e das linguagens humanas”: “Ela considerava a comunicação como um processo linear opondo-se à cibernética de Wiener assim como à teoria geral dos sistemas de Ludwig von Bertalanffy que sublinham, ambos, na análise do funcionamento de todo o sistema, a importância da retro-informação, conseqüentemente da circularidade dos processos. Ignora também o significado da mensagem transmitida, os próprios interlocutores – emissor e receptor – e suas interações. Por último, é difícil considerar a significação como uma entidade abstracta sem relação com os parceiros da comunicação, destinatário e destinador. A significação, como toda a representação, constitui-se na sua relação com os interlocutores e com o contexto da interlocução. Apesar de ter posto em evidência alguns aspectos constitutivos do processo de comunicação bem como a noção de código tão cara à linguística saussuriana, este primeiro modelo, muitas vezes apelidado de telegráfico, é hoje em dia muito contestado”.

2.2. Os efeitos limitados

Os anos 40 tocaram a fim pela teoria hipodérmica, a “teoria dos efeitos poderosos” que, para os seus refutadores, era um “delírio de grandeza”, dependendo única e exclusivamente da “fantasia” (Dayan, 1992: 104). A temível agulha gastara-se de tanto uso; as veias dos incautos eram, afinal de contas, um tanto renitentes a tomar a primeira dose de propaganda *massmediática* que lhes batesse ao braço.

Afinal, constatava-se que havia veias diferentes, e que o método de aplicação da injeção não poderia ser sempre o mesmo. Uma panóplia de variáveis espalhava escolhos no meio de um processo bastante mais complexo do que o concebido pelos hipodérmicos. Nas variáveis relativas à audiência, Wolf (1994: 32 ss.) destaca o *interesse em obter informação*, a *exposição selectiva*, a *percepção selectiva* e a *memorização selectiva*. A *credibilidade do comunicador*, a *ordem da argumentação*, a *integralidade das argumentações* e a *explicitação das conclusões* integram a outra classe de variáveis, esta relativa às audiências.

Constatou-se a existência de uma parte do público que não possuía qualquer conhecimento sobre os assuntos tratados numa campanha, o que revelava pouco interesse e menor motivação em informar-se. Este grupo de *não informados* revelava-se mais difícil de atingir que o grupo dos que já haviam recebido informação sobre a campanha em estudo.

Os componentes da audiência tendiam a expor-se à informação considerada mais de acordo com as suas atitudes, evitando as mensagens que, pelo contrário, estavam em desacordo com essas atitudes¹⁸. As campanhas de persuasão eram bem acolhidas sobretudo por indivíduos que já estavam de acordo com as opiniões apresentadas ou que já haviam sido sensibilizados para os temas propostos¹⁹.

¹⁸ Nesta linha os estudos de Gerson, em 1966, e os de Greenberg e Dominick, em 1969. Gerson concluiu que o factor racial era importante no uso que os adolescentes faziam dos *media*. Greenberg e Dominick detectaram que a raça e a classe social predeterminavam o uso, feito pelos jovens, da televisão como fonte informal de aprendizagem.

¹⁹ Esta a conclusão de Klapper, em 1963: “Se as pessoas tendem a expor-se, sobretudo, às comunicações de massa de acordo com as suas próprias atitudes e os seus interesses próprios, devem evitar-se outros conteúdos; se, ainda por cima, tendem a esquecer esses outros conteúdos mal lhe aparecem à frente dos olhos e, finalmente, se tendem a adulterá-los mesmo que os recordem, então é evidente que, muito provavelmente, a comunicação de massa não modificará os seus pontos de vista. É muito mais provável que vá reforçar opiniões pré-existentes”.

Assinalou-se a presença de predisposições que podiam transformar, alterar mesmo radicalmente o significado da mensagem recebida, através da “descodificação aberrante” (*derailment of understanding*), ou dos *efeitos de assimilação e contraste*. Quanto à memorização das mensagens, várias pesquisas realizadas demonstraram que este processo era conformado por filtros análogos aos elementos de selectividade já referidos: aspectos considerados de acordo com as atitudes e as opiniões próprias eram memorizados num grau mais elevado do que os outros, tendência que se acentuava à medida que ia decorrendo o tempo de exposição à mensagem.

No grupo dos factores ligados à mensagem, verificou-se que os resultados se associavam quase sempre às variáveis anteriormente elencadas: “As relações são constantes: aquilo que se conhece sobre determinados assuntos influencia claramente as atitudes a eles referentes, assim como as atitudes em relação a determinados temas influenciam, naturalmente, o modo de estruturar o conhecimento em torno deles e a quantidade e a sistematização da nova informação que sobre eles se adquire” – constata Wolf (*idem*).

A salientar, assim, uma variação da eficácia das mensagens em função de determinadas características dos destinatários, com os efeitos das comunicações de massa indexados às interacções estabelecidas entre esses factores. O balão onipotente que os *media* pavonearam durante anos vai perdendo gás, a aura manipulatória que ofuscou teóricos e fazia temer pelas massas indefesas empalideceu um pouco. A massa não era uniforme nem tão candidamente porosa às melopeias que os *media* sopravam, mas não se havia rejeitado, *ad limine*, a potencialidade dos *mass media* para influenciarem os receptores. Efeitos haveria, mas limitados.

(Re)descobre-se o Homem, situando-o na cadeia de relações estabelecidas com o grupo ou grupos em que se insere. Katz e Lazarsfeld voltam a colocar no contexto social os destinatários das mensagens veiculadas pelos *media*, chamando a terreiro as relações interpessoais que investigadores anteriores haviam ignorado. A *massa* passara a ter sexo, idade, profissão, classe social, nível de escolaridade; os *átomos* não viviam isolados, mantinham tendências gregárias, mesmo que moldadas aos novos tempos.

A haver um herói nesta história – afirma Katz em 1987 ([1987] 1989: 78) -, esse herói não é o jornal nem a rádio, mas sim o grupo primário que desempenha um duplo papel: rede de informação e gerador de pressão social. O grupo passa a funcionar como um ponto de ancoragem, um termo de referência estável no qual o indivíduo se apoia para reforçar ou alterar convicções, ou para actuar. É no grupo que se constrói a imagem da realidade, uma realidade social sempre condicionada e mutável apenas por

Edgar Morin (1994: 29-30) carrega outros exemplos de *resistência* ao conteúdo veiculado pelos *media*, mecanismo activado quando tais conteúdos *agredem* crenças e convicções profundas dos indivíduos. Em sentido oposto, manifestam grande permeabilidade a considerarem como válidas informações falsas, desde que estas afaguem os seus credos: “Como se sabe há muito tempo, mas se está sempre a esquecer, os espíritos individuais (e por seu intermédio as ideologias colectivas) são muito capazes de resistir aos *media* quando estes difundem não só ideias, mas também informações contrárias às suas convicções e crenças profundas. Assim, os filmes de actualidades e as emissões de rádio da ocupação alemã tiveram influência quase nula sobre as opiniões e as esperanças dos Franceses. Estes viam apenas mistificação nas enormes massas de prisioneiros e nas destruições de tanques russos apresentadas nos *écrans*. Ainda mais: a partir do Outono de 1940 imperou entre a opinião pública francesa uma informação-mito, embora nunca tenha sido confirmada pela rádio inglesa: o malogro do desembarque alemão em Inglaterra. No momento em que a esquadra alemã se preparava para o desembarque, os Ingleses tinham largado fogo ao mazute que haviam espalhado no mar e provocado o incêndio da armada nazi. (...)”

Os nossos sistemas mentais filtram a informação: ignoramos, censuramos, repudiamos e desintegramos o que não queremos saber. Os Alemães que quiseram ignorar a existência dos campos nazis ignoraram-na, e em 1945 as populações alemãs receberam como mentiras de propaganda as imagens e os relatos dos campos da morte; os Franceses que quiseram ignorar a tortura na Argélia ignoraram-na.

Deste modo, consegue-se não ver o que toda a gente vê, deixa-se de ver o que se continua a ver (saturação) ou olha-se para outra coisa (diversão), mesmo quando temos todas as informações à nossa disposição. Quase poderia formular esta lei psicossocial: uma convicção bem firme destrói a informação que a desmente”.

comum acordo; é sobre o grupo que, do ponto de vista do persuasor, se deve incidir, por representar o papel crucial. Grupo que terá, em condições normais, um ou mais líderes.

A relação causal directa entre a propaganda dos *media* e a manipulação das massas, alicerce maior dos hipodérmicos, dá lugar a um processo em que a influência se manifesta de forma indirecta, com resistências, com obstáculos que importa transpor – e levar em linha de conta –, para atingir o *propagandeado*. O grau de eficácia de uma campanha propagandística, fosse ela política ou comercial, dependeria da fortuna da determinação, tão precisa quanto o engenho, a ciência e a arte possibilitassem, dos nós intermédios da cadeia de comunicação; da detecção dos agentes a quem a massa atribuía autoridade, prestígio e sagacidade para filtrar a mensagem mediática, funcionando tais agentes como filtros embutidos no processo de comunicação, e, numa segunda fase, como potenciadores relevantes da mensagem junto do respectivo círculo de influência.

Em vez do monopólio da influência directa, os *mass media* teriam que aceitar participar num oligopólio com mediadores de carne e osso, os detentores da última palavra, assinalada como sendo a melhor palavra. Falamos dos líderes de opinião, e do fluxo de comunicação a dois níveis, assim denominados por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet em 1944, na obra “The People’s Choice. How the Voter Makes up his Mind in a Presidential Campaign”.

Subsumindo-se à eficácia das campanhas eleitorais, estes investigadores elencaram três efeitos possíveis junto do público. O efeito de activação, responsável por transformar as tendências latentes em comportamento de voto efectivo; o efeito de reforço, preservando as decisões tomadas, contrariando eventuais apetências para mudança de atitudes; e o efeito de conversão, contribuinte de alterações efectivas na decisão de atribuição do voto.

Para além da filtragem, reelaboração, adulteração e potenciação da mensagem mediática a cargo dos líderes de opinião, o processo de formação das atitudes do indivíduo dentro do complexo relacional grupal deveria ainda levar em linha de conta as interacções recíprocas dos componentes do grupo, interacções não necessariamente hierarquizadas. Ou seja, tal processo não ficava dependente da existência de líderes de opinião no grupo e, quando os houvesse, estes poderiam não se constituir como os determinantes últimos das opções dos constituintes do grupo. Dito de outra forma, Lazarsfeld e a sua equipa não caíram em tentação de manter a seringa, deslocando-a uns furos mais abaixo no processo de comunicação, a meio caminho entre o emissor e a mole de receptores.

Os líderes de opinião e o fluxo comunicativo a dois níveis são, pois, apenas uma modalidade específica de um fenómeno de ordem geral. Na dinâmica que gera a formação da opinião pública – diz-nos Wolf (1994: 48), “o resultado global não pode ser atribuído aos indivíduos considerados isoladamente; deriva, pelo contrário, da rede de interacções recíprocas que une as pessoas umas às outras. Os efeitos dos *mass media* não podem ser compreendidos senão a partir da análise das interacções recíprocas que se estabelecem entre os destinatários: os efeitos dos *mass media* são parte de um processo mais complexo que é o da influência pessoal”.

A influência pessoal passa a concorrer, assim, directamente, com a influência interpessoal dos *media*, podendo mesmo levar-lhe vantagem, por estar umbilicalmente ligada à vida do grupo social e nela enraizada. E por ostentar um maior grau de flexibilidade perante as resistências do destinatário: “Se a credibilidade da fonte se reflecte na eficácia de uma mensagem persuasiva, é provável que a fonte impessoal dos *mass media* se ache em desvantagem em relação às fontes, essas bem conhecidas, que são próprias das relações interpessoais; por outro lado, enquanto uma mensagem da campanha eleitoral é entendida como sendo destinada a um objectivo preciso, a influência que resulta das relações interpessoais pode estar (ou parecer) menos ligada a finalidades específicas de persuasão” (Wolf, 1994: 49).

Os estudos da equipa de Lazarsfeld servirão de base a outros investigadores, com destaque para Merton. O líder de opinião vai *desdobrar-se* em líder local, residente nas pequenas comunidades, um influente polimorfo em que o conhecimento dos outros prevalece sobre as eventuais competências específicas que detenha. Já o líder cosmopolita vive nas grandes urbes, impondo-se pelas competências específicas que ostenta por contraponto a um menor relacionamento com o grupo. Defende-se ainda uma maior flexibilidade na *concessão* do estatuto de líder de opinião, papel intercambiável entre influentes e propagandeados, em função dos temas em debate. Um líder de opinião pode influenciar o grupo em área específica, na qual detenha competências valorizadas pelos restantes elementos, mas pode vestir a pele de influenciado em domínios para os quais outro ou outros membros do grupo exibam mais capacidades.

Dobrava-se o *turning-point*, a atenção dos investigadores deixava de focalizar obsessivamente o produto com origem no emissor e as intenções deste, passando a realçar o contexto em que se efectuava a recepção, nas suas múltiplas cambiantes. É nesta linha que se situam trabalhos como os de Arnheim (1944), Lippmann (Public Opinion, 1949), Berelson e Salter (1949), Janowitz e Marvick (1956) e G. E. Lang (1959).

2.3. Usos e satisfações

A teoria funcionalista dos *mass media* vai ater-se às funções desempenhadas pelo sistema mediático, privilegiando o estudo destas em detrimento dos efeitos provocados junto do público. Os *media* passam a ser analisados no seu funcionamento global, rejeitando-se aqui as anteriores focalizações, localizadas fundamentalmente no universo das campanhas políticas. Proceder-se a um inventário das funções dos *media*, e das disfunções provocadas pela actividade dos *mass media*. Wright (1974) destaca as funções de alerta, a atribuição de posição social e de prestígio aos indivíduos e grupos que são alvo da atenção dos *media*; ainda o reforço do prestígio geralmente atribuído aos cidadãos bem informados, e o reforço das normas sociais, contribuinte não negligenciável do controlo social nas grandes urbes. A disfunção narcotizante e o conformismo foram também elencadas como possíveis consequências da recepção dos conteúdos *massmediáticos*.

No paradigma funcionalista radicar-se-á o estudo dos efeitos dos *mass media* conhecido como hipótese dos usos e satisfações. Volta a deslocar-se o objecto de estudo, passando do emissor para o receptor. A preocupação residente na pergunta “o que é que os *mass media* fazem às pessoas?” é substituída pela interrogação “o que é que as pessoas fazem com os *mass media*?”.

Mudança de perspectiva baseada no conjunto de resistências encontradas e *remodelações infligidas*, pelos receptores, às mensagens veiculadas pelos *mass media*. Estes serão eficazes na sua acção se e na medida em que o receptor esteja disponível e predisposto para lhes atribuir tal eficácia. Tal disponibilidade surge indexada à condição de que os conteúdos emitidos pelos *mass media* satisfaçam as expectativas e necessidades do receptor.

Ao receptor é atribuído o papel decisivo de assimilar ou rejeitar as mensagens emitidas. Vencida esta barreira, o receptor continuará a desempenhar um papel activo na adequação da mensagem ao seu horizonte de expectativas e necessidades. Emissor e receptor passam a ser entendidos como parceiros activos no processo de comunicação.

A atenção dos investigadores radicava-se, agora, na definição e operacionalização da multiplicidade de variáveis sociológicas e psicológicas com virtualidades para explicar os diferentes padrões de consumo e obtenção de satisfações. Atente-se nos resultados obtidos em pesquisa desenvolvida por Berelson, sobre as reacções dos leitores de diários durante uma greve de jornais em Nova Iorque, no

ano de 1949²⁰. As funções desempenhadas pela imprensa e destacadas pelos leitores como as de maior relevância, foram: a) informar e fornecer interpretações sobre os acontecimentos; b) constituir um instrumento essencial na vida contemporânea; c) fonte de descontração; d) conferir prestígio social; e) instrumento de contacto social; f) constituir uma parte importante dos rituais da vida quotidiana.

Em 1948, Lasswell havia atribuído papel primacial às seguintes funções dos *mass media*: a) fornecer informações; b) fornecer interpretações que tornem significativas e coerentes as informações; c) exprimir os valores culturais e simbólicos próprios da identidade e da continuidade sociais. Em 1960, Wright acrescentará a estas três funções fundamentais uma quarta: a de entreter o espectador, fornecendo-lhe um meio de se evadir das ansiedades e dos problemas da vida social (citados por Wolf, 1994: 64).

Fiske (1990: 201ss.) refere os estudos desenvolvidos por McQuail, Blumler e Brown (1970). Estes investigadores detectaram, ao estudarem as audiências televisivas, quatro gratificações principais: auto-avaliação, interacção social, excitação e educação. Desenvolvendo esta pesquisa, verificaram que o grupo que usava os concursos para gratificações de auto-avaliação, vivia em casas camarárias e pertencia à classe trabalhadora. Os membros incluídos neste grupo utilizariam os *media* como compensação gratificadora de necessidades frustradas na vida social. Outro grupo, composto por indivíduos altamente sociáveis, usava os *media* para arranjar assuntos de conversa.

McQuail classificou depois em quatro categorias as gratificações detectadas com mais regularidade: evasão (fuga às limitações da rotina, fuga ao peso dos problemas, descarga emocional); relações pessoais (companhia, utilidade social); identidade pessoal (referência pessoal, exploração da realidade, reforço dos valores), e vigilância.

Já Katz, Gurevitch e Haas ([1973] citados por Wolf, 1994: 65) distinguem cinco classes de necessidades que os *mass media* satisfazem: necessidades cognitivas (aquisição e reforço de conhecimentos e de compreensão); necessidades afectivas e estéticas (reforço da experiência estética, emotiva); necessidades de integração a nível da personalidade (segurança, estabilidade emotiva, incremento da credibilidade e da posição social); necessidades de integração a nível social (reforço dos contactos interpessoais, com a família, os amigos, etc.); necessidades de evasão (abrandamento das tensões e dos conflitos).

O contexto social em que o destinatário vive pode, nomeadamente, relacionar-se com o tipo de necessidades que favorecem o consumo das comunicações de massa, segundo cinco modalidades: a) a situação social provoca tensões e conflitos, levando à sua atenuação através do consumo dos *mass media*; b) a situação social gera o conhecimento de determinados problemas que requerem atenção e a informação acerca desses problemas pode ser procurada nos *mass media*; c) a situação social oferece escassas oportunidades reais para a satisfação de certas necessidades, que se procura satisfazer, utilizando os *mass media* como substituto; d) a situação social faz emergir determinados valores cuja confirmação e cujo reforço são facilitados pelo consumo de comunicações de massa; e) a situação social fornece e provoca expectativas de familiaridade com determinadas mensagens que devem, por conseguinte, ser consumidas para se continuar a pertencer a grupos sociais de referência (Katz, Blumer, Gurevitch, 1974, citados por Wolf, 1994: 65).

A hipótese dos usos e satisfações considera assim estarmos perante uma audiência activa, onde relevam os objectivos específicos determinados pelo destinatário, que é consciente das escolhas tomadas

²⁰ Cinco anos antes, uma pesquisa de H. Herzog estabelecia três tipos de gratificações detectadas nos consumidores de radionovelas: descarga emocional, sonho e aconselhamento.

e capaz de as identificar, o que se torna importante do ponto de vista metodológico. De sublinhar ainda que tais usos e satisfações não são fornecidos exclusivamente pelos *mass media*, obrigados estes a concorrer com outras fontes de gratificação, como dançar, praticar desporto, fazer férias, etc.

Tendo por base estes pressupostos, os defensores desta hipótese desvalorizam os juízos de valor sobre a significância cultural dos *mass media*: “É irrelevante dizer que *Crossroad* não presta: se vai ao encontro das necessidades de sete milhões de pessoas, então é útil, e o facto de ofender os estetas eruditos é irrelevante” – sublinha Fiske (1990: 206)²¹.

Em conclusão, a hipótese dos usos e satisfações distribui os efeitos do conteúdo das mensagens *massmediáticas* por todo o contexto comunicativo. Papel primacial é desempenhado pelo destinatário, responsável último pelas condições de sucesso ou fracasso das mensagens produzidas pelos *media* de massas²².

²¹ Outros estudos vieram destacar o papel dos receptores na selecção do meio que consideram mais capacitado, ou mais adequado para cumprir as necessidades específicas de um determinado momento. Sobre este ponto concreto, Wolf (1994: 66-67) detalha as conclusões de dois estudos realizados em Israel.

Um estudo israelita sobre a utilização dos *mass media* numa situação particular de crise nacional — a guerra do Kippur, em Outubro de 1973 — revela que, no que respeita à necessidade fundamental de possuir informações sobre o que se está a passar, compreender a sua evolução e o seu significado e aliviar a tensão provocada pela situação de crise, a fonte principal de informação é a rádio, ao passo que a televisão é o meio mais utilizado para atenuar a tensão (esta última função é graduada de uma forma inversamente proporcional ao nível de escolaridade dos indivíduos).

Os jornais diários são utilizados sobretudo como fontes adicionais para interpretar e contextualizar a informação dos outros *mass media*. Na situação particular de guerra, a informação televisiva, para além de satisfazer a necessidade de se obter notícias e de aliviar o *stress*, satisfaz igualmente a necessidade de preservar o sentimento de unidade nacional. À medida que o tempo passa, isto é, após a primeira semana de guerra, aumenta a necessidade da audiência de possuir informações de fontes não oficiais, tais como emissores estrangeiros e, principalmente, comunicações pessoais com os que regressam da frente. Após o cessar-fogo do dia 22 de Outubro de 1973, o nível geral de credibilidade dos *mass media* israelitas revela-se baixo e só posteriormente, numa fase de reexame crítico quer do decorrer da guerra, quer da sua cobertura informativa, o nível de credibilidade atribuída pelos destinatários aos órgãos de informação aumenta (Katz, Peled, 1974). Neste caso, a dinâmica da utilização dos *mass media* e do tipo de necessidades que essa utilização deve satisfazer, está fortemente ligada à particularidade da situação, ao carácter excepcional do acontecimento.

A uma situação mais comum se referem os dados de uma outra pesquisa (levada a efeito em Israel sobre uma amostra de 1500 pessoas) que tinha por objectivo fazer o levantamento das necessidades satisfeitas pelas comunicações de massa (Katz, Gurevitch, Haas, 1973). A principal conclusão a que essa pesquisa chegou foi que os *mass media* são utilizados pelos indivíduos num processo destinado a reforçar (ou enfraquecer) uma relação (de tipo cognitivo, instrumental, afectivo ou integrativo) com um referente que pode ser o próprio indivíduo, a família, o grupo de amigos ou as instituições. Neste processo, evidenciam-se certas regularidades nas preferências de determinados *mass media* relativamente a certos tipos de associações: dado que cada meio de comunicação apresenta uma combinação específica entre conteúdos característicos, atributos expressivos e técnicos, situações e contextos de consumo, tal combinação de factores pode tornar os vários *mass media* mais ou menos adequados à satisfação de diferentes tipos de necessidades. Por exemplo, os livros e o cinema satisfazem as necessidades de auto-realização e de auto-satisfação, ajudando o indivíduo a relacionar-se consigo próprio; os jornais, a rádio e a televisão servem, pelo contrário, para reforçar o vínculo existente entre o indivíduo e a sociedade. As fontes de satisfação estranhas à comunicação de massa são consideradas mais relevantes e significativas do que os *mass media* ao passo que esta tendência vai sofrendo uma inversão à medida que aumenta a distância que separa o indivíduo do termo de referência. “A percentagem mais alta de indicações acerca da grande utilidade dos *mass media* na satisfação de uma necessidade, situa-se no grupo das necessidades orientadas sociopoliticamente, quer a nível cognitivo (reforço dos conhecimentos, da informação), quer a nível integrativo (aumento da estabilidade e da partilha de valores)”.

²² Apesar da quase totalidade dos estudos sobre os usos e satisfações perscrutar os motivos e predisposições dos indivíduos no consumo de conteúdos veiculados pelos *media*, houve quem se tivesse preocupado em descortinar as razões atinentes à abstinência desse consumo. Wimmer e Dominick (1996: 371) referem um estudo realizado em 1991 por Palmgreen e Lawrence, pesquisa que tentou averiguar por que razões um significativo número de pessoas não frequenta as salas de cinema.

Foram detectados cinco factores explicativos principais. Um primeiro grupo de pessoas foge das salas de cinema por razões atribuídas a detalhes concretos dos filmes (‘vocabulário grosseiro’, ‘sexo explícito’ e ‘violência’); outros justificaram a sua opção com dificuldades ambientais genéricas (‘muito calor/muito frio nas salas’, ‘sentir-se apertado no meio de muita gente’, ‘pisos escorregadios’); um terceiro grupo elencou incomodidades relacionadas com o ambiente físico (‘ter que estar

2.4. *Agenda-Setting*

Durante um longo período, o estudo dos efeitos permaneceu, como vimos, associado àquilo que Schulz (1982) define como o “Transfermodell der Kommunikation”, um modelo assente na defesa de uma assimetria dos processos comunicativos, do carácter episódico destes, e do carácter individual e intencional da comunicação. O paradigma dominante nos finais da década de 60 continuava (ainda) a ser o dos efeitos limitados. Os estudos pioneiros, no que à aferição dos efeitos mediáticos em eleições reporta, ocupavam-se fundamentalmente das mudanças a curto prazo em opiniões, atitudes e comportamentos (como as pesquisas de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, em 1948, ou Berelson, Lazarsfeld e McPhee, em 1954). Por vezes a comprovação de tais mudanças baseou-se em provas experimentais (Hovland, Lumsdaine e Sheffields, 1949), sendo raras as análises ancoradas em grandes inquéritos sociológicos.

Em 1960, Klapper, investigador da CBS, fazia uma síntese dos resultados dos estudos sobre os efeitos dos *media*. E concluía que “habitualmente a comunicação de massas não intervém como causa necessária e suficiente nos efeitos sobre a audiência, antes operando entre e através de um vínculo de factores e influências interpostas” (Klapper, 1960: 8).

Esta conclusão, sublinha Weaver (1996), relaxante para todos quantos procuravam sacudir responsabilidades perante os potenciais efeitos nocivos da violência nos programas, da perpetuação de estereótipos, da informação jornalística deturpada e da publicidade enganosa, não satisfazia o espectro dos que encaravam os *media* como importantes forças sociais, e sobretudo daqueles que suspeitavam que os *media* podiam gerar a longo prazo efeitos cumulativos no modo de perceber o mundo. A síntese de Klapper também não encaixava na ideia popular, bastas vezes propalada, de uma tremenda influência política exercida pelos *mass media*. O livro de Joe McGuinnis, “*Como se vende um Presidente*” (1969), que atribuía um papel político decisivo à televisão e aos fabricantes profissionais de imagem pública, permanecera durante várias semanas nas listas dos mais vendidos nos EUA²³.

Em 1972, a publicação de um estudo levado a cabo por McCombs e Shaw durante as eleições presidenciais estadunidenses de 1968, vem alterar radicalmente o panorama da investigação sobre os *media*, marcando o retorno à problemática dos efeitos, mas agora de sinal inverso. Rompendo com a tradição de estudar a mudança de atitudes e de opiniões, a investigação de McCombs e Shaw focaliza-se na formação e na mudança de cognições provocadas pelos *media*. Nesse estudo, aqueles autores defendem a existência de uma correlação entre a hierarquização, por parte dos eleitores, dos temas debatidos na campanha eleitoral, e a hierarquização conferida a esses temas por parte dos *media* (hipótese do *agenda-setting*, ou agendamento).

“Em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso” – defendia Shaw

sentado junto a desconhecidos’, ‘assentos incómodos’). Incomodidades provocadas pelo público foram as razões avançadas pelo quarto grupo (‘pessoas que estão sempre a falar’, ‘bebés que choram ou crianças que fazem barulho’, ‘pessoas que não deixam ver o filme’). O quinto grupo justificava a sua aversão às salas de cinema por não gostar do conteúdo geral dos filmes (‘peliculas de mau gosto’, ‘filmes abaixo das expectativas’).

²³ Nelson Traquina (2001: 17) acrescenta o descontentamento dos primeiros doutorados em comunicação. Estes sentiam que o propósito principal dos *media* era informar, mais que persuadir ou modificar comportamentos. Procuraram assim efeitos cognitivos, tais como o agendamento.

(1979: 96), “o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas”. Consumava-se, desta forma, a ruptura com o paradigma funcionalista sobre os efeitos dos *mass media*.

Considerando que a teoria dos efeitos limitados tinha tido a virtualidade de se constituir como “um paliativo adequado aos fervores quase históricos de alguns poderes extremadamente persuasivos”, McCombs (1994: 15) considerava a teoria dos efeitos limitados ferida de “uma concepção muito restrita sobre a comunicação de massas”, ignorando “muitos efeitos adstritos de maneira plausível aos *mass media* e em particular aos informativos”. Para além disso, McCombs expurgava do campo jornalístico quaisquer intentos persuasivos: “Os jornalistas profissionais não pretendem persuadir ninguém. Os cânones da objectividade, que durante gerações têm dominado o pensamento e a prática jornalísticas, desaconselham explicitamente qualquer esforço persuasivo, o que não exclui que as informações diárias não sejam justamente isso, *histórias* informativas. Com efeito, são-no! E como todas as histórias, estruturam-nos a experiência, filtram-nos as complexidades do meio envolvente e oferecem-nos uma versão polida, até mesmo literária, na qual se destacam alguns objectos com os seus atributos correspondentes”.

McCombs e Shaw seguiam uma linha de investigação já antecipada por Lippmann, no longínquo ano de 1922. No primeiro capítulo de “Public Opinion”, capítulo intitulado *The world outside and the pictures in our heads*, Lippmann defendia constituírem os *media* a principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens que sobre esses acontecimentos eram formadas pelos cidadãos, ligação entre o ambiente (o mundo que existe realmente lá fora) e o pseudo-ambiente (as nossas percepções pessoais sobre aquele mundo).

Em 1963, Cohen já defendera que, se a imprensa “pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar. O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redactores, editores e directores do jornal que lêem”.

Galtung e Ruge (1965) tinham observado algo de similar ao sustentarem que os critérios de relevância adoptados pelos jornalistas na selecção dos acontecimentos a transformar em notícias, percorriam todo o processo desde a ocorrência até ao leitor²⁴.

O labor jornalístico, longe de se confinar à veiculação de notícias, fornecia também um mapa sinalizador do relevo, da importância conferida a tais notícias por parte dos *media*. As notícias deixariam assim de valer apenas pelo seu conteúdo intrínseco, porque portadoras de sinais – evidentes ou de menor perceptibilidade -, destinados a potenciar (ou não) o seu valor junto dos receptores. Valia a notícia, mais a sua circunstância – a circunstância da revelação, da oportunidade desta, da mobilização de expedientes tendentes ao seu empolamento em página ou no alinhamento. A própria subida a página constituía já um sinal da importância que lhe fora conferida, por ter conseguido sobreviver no mar revolto dos acontecimentos que naufragam quotidianamente nas redacções.

Sinais que os cidadãos agradeciam, aos quais estavam permeáveis, atendendo ao número crescente de assuntos da *vida real* a que não acediam directamente, e dos quais tinham conhecimento apenas através da mediação simbólica dos *mass media*.

²⁴ Jorge Pedro Sousa (2000: 164) refere ainda as aproximações a esta abordagem por Park que, em 1939, destacou o poder dos jornais no estabelecimento de uma determinada hierarquização temática; e por Lasswell (1948) que, “ao falar da função da vigilância do meio que atribuiu à comunicação social, estaria a pressupor que os *news media* seriam capazes de estabelecer uma agenda temática junto do público (de outra forma seria inútil vigiarem o que quer que fosse, porque isso não traria quaisquer repercussões)”.

“Todos os dias os jornalistas manejam as notícias de várias formas, e todas elas são muito importantes. Em primeiro lugar, seleccionam as notícias que serão publicadas, e as que o não serão. Em seguida, devem avaliar todas as informações de que dispõem. Num diário típico, mais de 75% das notícias potenciais são desvalorizadas, nunca chegando à audiência. Não existe nos jornais espaço físico para imprimir todas as notícias disponíveis. Deve seleccionar-se. São estes os primeiros passos na ante-sala do processo diário. Mas nem todo o material que supera esta pré-selecção recebe o mesmo tipo de tratamento quando é apresentado à audiência. Parte dele é utilizado extensivamente, destacando-se fortemente. Outras notícias merecem um destaque menor. Os jornais, por exemplo, expressam claramente a relevância jornalística duma notícia através da sua colocação, título e extensão.

Ao incorporar ingredientes similares de peso nas suas próprias agendas, o editor assegura-se que as audiências percebem estes elementos relevantes das informações. Pese embora a circunstância destes elementos relevantes configurarem um subproduto incidental e inevitável do jornalismo, é inegável que tal relevância constitui um dos atributos da mensagem transmitida. A transmissão destes temas relevantes, através do processo do agendamento, é um dos aspectos mais importantes da comunicação de massas. Os *media* informativos não só determinam em grande parte a nossa consciencialização sobre o mundo em geral através do fornecimento de elementos primordiais para elaborar as nossas próprias imagens do mundo, como também influem sobre a proeminência dos elementos dessa imagem” – defendia McCombs (1994: 17).

Da profusão de artigos e livros publicados desde então sobre a temática do *agenda-setting* (mais de 200 contabilizados por Rogers, Dearing e Bregman em 1993), Traquina (2001:19) destaca três linhas de pesquisa que constituem o processo do agendamento. Esses três componentes são os estudos da *agenda mediática* (*media-agenda setting*), definidos como os estudos do conteúdo dos *media*, os estudos da *agenda pública* (*public agenda-setting*), definidos como os estudos que conceituam a relativa importância dos diversos acontecimentos e assuntos por parte de membros do público, e os estudos sobre a *agenda das políticas governamentais* (*policy agenda-setting*), definidos como o estudo da agenda das entidades governamentais.

A maior parte dos estudos sobre o agendamento tem examinado a relação entre a agenda mediática e a agenda pública. A profusão de investigações produziu uma vasta série de dados, nem sempre concordantes. Estudou-se o diferente poder de agendamento dos diversos *media*; as classes de temas com mais potencialidades síncronas entre as agendas mediática e pública, e os temas nos quais essa influência encontrava mais resistências; capacidades diferentes de agendamento no curto e no longo prazo; a existência de grupos de cidadãos mais permeáveis que outros à função de agendamento dos *media*, em função da necessidade de orientação sentida, ou dos recursos e habilidades políticas disponíveis; a capacidade da agenda pública também conseguir impor temas no agendamento mediático.

Caracterizamos a investigação que nos propomos realizar como um estudo da agenda mediática (*media-agenda setting*), pesquisa centrada nos mecanismos de formação da agenda noticiosa televisiva, com enfoque primacial na detecção de mimetismos suportados pelas agendas de outros *media* (rádio e imprensa escrita), enfoque tendente a caracterizar a agenda noticiosa televisiva como determinada (por outras agendas), ou determinante (de outras agendas). Não curaremos de estabelecer relações entre a agenda noticiosa televisiva e a agenda pública (*public agenda-setting*), ou entre a agenda noticiosa televisiva e a agenda das políticas governamentais (*policy agenda-setting*). A comprovar-se influência das agendas noticiosas radiofónica e da imprensa escrita na agenda noticiosa televisiva, será o grau de tal influência a determinar a maior ou menor potencialidade que tais comportamentos miméticos terão na conformação da agenda pública.

Aceitando o postulado de Cohen (1963) de que – “*se a imprensa pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar!*” –, a detecção de influências das outras agendas (radiofónica e da imprensa escrita), a frequência e amplitude de tais influências na formação da agenda noticiosa televisiva, trarão consigo consequências assinaláveis na capacidade da agenda noticiosa televisiva para *dizer aos seus próprios telespectadores sobre o que pensar*. Com a correlata implicação de uma capacidade potenciada por agendas situadas a montante (*agendas-alavanca*), contributivas na formação de uma macro-agenda que se concretiza na *agenda-montra* televisiva; macro-agenda que se traduzirá, em consequência, no afunilamento ou na redução dos assuntos tratados noticiosamente pelas diferentes agendas, o mesmo é dizer, em prejuízo da diversidade noticiosa servida pelo conjunto dos *media* aos receptores; ainda a passagem da agenda noticiosa televisiva, por muitos considerada determinante das outras agendas, a agenda determinada.

O mundo parecerá então mais igual a pessoas diferentes, mais igual na exacta medida dos decalques efectuados de outros mapas noticiosos pelos redactores, editores e directores da televisão que vêem. O relevo noticioso de determinados assuntos - quando tratados noticiosamente por agendas de mais do que um meio, quando chamados ao alinhamento não só por força da sua intrínseca noticiabilidade, mas também (ou sobretudo) por *imposição* de agendamentos prévios por parte de outros meios -, poderá contribuir para uma deficiente hierarquização, por parte dos cidadãos receptores, dos assuntos que compõem a ordem do dia da *polis*.

Nas páginas seguintes daremos conta dos resultados de algumas pesquisas efectuadas no âmbito do *agenda-setting*, revista que, para além de nos ajudar a melhor enquadrar teoricamente a problemática que iremos analisar, permitirá aferir da pertinência da pesquisa que nos propomos levar a cabo.

Uma pesquisa de McClure e Patterson (1976) sobre a campanha eleitoral de 1972 (EUA) revelava efeitos de agendamento mais significativos nos leitores dos jornais do que nos consumidores de televisão. Os autores indexaram tais resultados à constatação de uma subvalorização dos temas da campanha por parte das televisões. Estas privilegiavam o *folclore eleitoral*, o *fait divers*, em prejuízo dos temas essenciais, fragilizando assim as virtualidades do agendamento.

“A informação televisiva quotidiana fornece uma situação de aprendizagem impossível: o público é assediado por informações fragmentárias, totalmente inaptas para constituírem um quadro cognitivo adequado às opções que o eleitorado é chamado a fazer” (Wolf, 1994: 134).

Menor capacidade de influência da televisão na definição de certos temas da agenda pública, televisão que demonstrava, no entanto, virtualidades de imposição da agenda noutros temas, os pertencentes ao *baixo perfil* de agendamento, empolando os aspectos competitivos e formais: “A incapacidade da informação televisiva de fornecer instrumentos cognitivos adequados a uma opção política racional, não anula o facto de a televisão, com a sua informação fragmentada, *fornecer globalmente uma representação* da política, por exemplo, como uma arena onde, continuamente, se sucedem pseudo-golpes de teatro, onde os temas se afastam reciprocamente da atenção das pessoas sem que se possa entender bem o que se pretende” – sublinha Wolf (1994: 135-136), precisando: “Trata-se, porém, sempre, de um efeito de *agenda-setting*, centrado não em noções específicas, articuladas e definidas na sua importância, mas em domínios simbólicos mais vastos e genéricos. (...) O meio televisivo — *em determinadas condições e segundo características que lhe são próprias* — também pode obter um efeito de *agenda-setting*. A cobertura televisiva determina um relevo especial em circunstâncias tais como a interrupção da programação normal para informar sobre acontecimentos ‘extraordinários’, a utilização de uma apresentação visual, eficaz e envolvente, dos acontecimentos

noticiados, a cobertura ao vivo, em directo, de um acontecimento. Estas características comunicativas e estas condições técnicas atribuem um relevo especial à informação televisiva e, consequentemente, uma maior capacidade para obter efeitos de *agenda-setting*. A utilização dos *visuais* (isto é, dos acontecimentos públicos programados de uma forma tal que encontrem amplo espaço e imediata cobertura em directo nos telejornais: por exemplo, a viagem de Reagan à China, as celebrações na Normandia, etc.) confirmam precisamente o facto de que o meio televisivo possui igualmente um efeito de agenda particular e específico”.

Se algumas pesquisas minorizavam a capacidade de agendamento por parte da televisão, outras mitigavam essa fragilidade, havendo até estudos que apontavam em sinal contrário. A tese do equilíbrio foi sustentada por Palmgreen e Clark (1976), concedendo à imprensa um maior poder de agendamento dos temas de importância local e à televisão um maior poder de agendamento nos temas de importância nacional ou internacional. Zucker (1978), por seu turno, concede à televisão maior poder de agendamento (Sousa, 2000: 167).

Outra particularidade reside no facto do agendamento poder não funcionar em relação a todas as questões e a todas as pessoas, o que já havia sido constatado por McCombs em 1976. Segundo McLeod, Becker e Byrnes (1974), a agenda jornalística tem maior efeito junto das pessoas que participam em conversas sobre questões levantadas pelos *mass media*, ficando o grupo dos que não participam em tais conversas mais imune a tais influências. A *necessidade de uma orientação* também foi elencada como um factor de relevo na provocação de uma maior influência por parte dos *media* junto do público. Essa *necessidade de orientação* originava uma maior exposição aos *media*, daí o aumento de influência verificado.

Yengar e Kinder (1987) notaram maior permeabilidade à influência da agenda jornalística, nomeadamente à televisiva, por parte dos cidadãos “com recursos e habilidades políticas limitadas”. McClure e Patterson já em 1976 defendiam que “o *agenda-setting* é, verosimilmente, um efeito indirecto condicionado pelas anteriores disposições dos eleitores que são os destinatários das mensagens”. E Shaw (1979) reconhecia a importância, quer dos atributos psicológicos e sociais dos eleitores, quer das relações interpessoais na determinação da utilização que faziam dos *mass media*.

Os investigadores também se preocuparam em aquilatar da influência dos temas mobilizados pela agenda jornalística, em função da sua hierarquização no alinhamento ou disposição em página. Weaver, Graber, MacCombs e Eyal concluíram que o destaque da notícia não influenciava a agenda pública, mas já Behr e Yengar ([1985], citados por Traquina, 2001: 39) chegaram a conclusão diferente: “Uma implicação maior dos nossos estudos é a de que as ‘estórias’ noticiosas não são igualmente eficazes ao moldar a agenda pública: a notícia de abertura do noticiário televisivo tem maior impacto na percepção pelo cidadão da importância da questão”.

Os estudos anteriores a 1984, e sobretudo os de 1976, sugeriam que a influência exercida pelos *media* sobre a percepção pública dos temas a eleger como mais relevantes, era mais forte na primeira metade do ano eleitoral, diminuindo nos meses finais da campanha. Percebeu-se também que a influência dos *media* se exercia com mais facilidade, ou mais vigor, naqueles temas que não tinham impacto directo na vida das pessoas, ou aos quais os cidadãos não atribuíam importância capital. Temas para os quais os receptores teriam mais dificuldade em provocar debate na sua rede de relações pessoais. Eram os chamados temas “unobtrusive”, como o caso Watergate, na sua primeira fase, o escândalo Irão-Contras, ou a maioria dos temas relacionados com a política externa.

Nos estudos realizados em 1992 os votantes pareciam mais inclinados a privilegiar os temas “obtrusive”, como a economia, o emprego, saúde, educação, ou a problemática em torno do aborto. Com efeito, as primeiras sondagens efectuadas à boca das urnas, nas primárias da Primavera de 1992

apontavam para uma sensibilidade mais dirigida aos temas da economia e do emprego, sobretudo por parte dos democratas que regressavam ao partido depois de terem apoiado Bush. O *slogan* da campanha de Bill Clinton, “É a economia, estúpido”, condensava bem esta tendência por parte dos eleitores.

Outro dado destacado por Weaver (*idem*), diferenciava o papel desempenhado pela imprensa e pela televisão. Em anteriores processos eleitorais, detectara-se que a função de agendamento daqueles dois meios se esbatia à medida que a campanha eleitoral ia avançando. Durante as primárias, o reportório temático da imprensa tendia a permanecer estável, enquanto que o da televisão oscilava até se tornar bastante similar ao dos jornais. Cumprida a etapa da nomeação oficial dos candidatos, a agenda de ambos os meios tinha-se tornado praticamente idêntica, só a partir de então começando de novo a divergir.

Na campanha presidencial de 1992, apesar de não o poder demonstrar através de estudos promovidos para o efeito, Weaver nota uma tendência de redução da capacidade de agendamento dos *media* tradicionais (imprensa e televisão), a favor dos novos *media*. Os candidatos começavam a utilizar com mais regularidade os programas de entrevistas informais, *talk-shows*, os canais musicais como o MTV, os canais via satélite, os números de telefone gratuitos, entre outros.

Por outro lado, também se tentou testar a hipótese de uma relação causal bidireccional entre a agenda mediática e a agenda pública. Behr e Yengar concluíram pela existência de um fluxo unidireccional (da agenda mediática para a agenda pública); já Ebring, Goldenberg e Miller descrevem o processo de agendamento como interactivo. Com uma *nuance*: da agenda mediática para a agenda pública a influência é directa, enquanto que no sentido inverso os efeitos de agendamento se fazem sentir no longo prazo.

Influência da agenda pública sobre a agenda mediática, e também a influência a que esta estaria sujeita por parte dos políticos, nomeadamente das equipas de planificação das campanhas eleitorais. A focalização neste campo específico, diz Weaver (*ibidem*), ficou a dever-se à constatação de que os *media* não eram organizações blindadas às influências movidas do exterior, nomeadamente das provindas de poderosas fontes informativas, fontes arregimentadas exclusivamente para marcar a agenda temática das campanhas eleitorais, através de informação mas também de manobras de desinformação ou intoxicação da opinião pública, através dos *media*.

“Apesar do seu desejo de serem geradores independentes de atenção temática e da sua considerável liberdade de decisão, a maioria dos jornalistas credenciados para acompanhar as campanhas eleitorais ficam limitados ao que dizem e fazem os candidatos e às suas equipas de trabalho, ou às informações de outras fontes ‘internas’ do mundo político” – sublinhava uma equipa de investigadores da Northwestern University em 1991, para quem “os intercâmbios entre os jornalistas e os executivos da política revestiam carácter simbiótico” (Weaver, *ibidem*)²⁵.

²⁵ Uma limitação que não se restringe à hipótese do *agenda-setting*, mas que se poderia aplicar a todas as pesquisas efectuadas durante as campanhas eleitorais tem a ver com facto de tais estudos não levarem em linha de conta a influência gerada pelos *media* nos períodos que antecedem tais campanhas. Períodos nos quais os *staffs* dos candidatos mais prevenidos já trabalham com afinco, tentando moldar a agenda mediática aos interesses do candidato patrocinado. Se é verdade que a oposição deve estar em campanha permanente, este princípio há muito que é adoptado também pelos políticos no poder. Logo, a delimitação, para efeitos de pesquisa, de uma data concreta como sendo a do início de uma campanha eleitoral, se é correcta por respeitar os calendários oficiais, vai ignorar toda uma série de recursos mobilizados anteriormente, e tendentes a fazer chegar o candidato no melhor estado de graça possível ao período oficial de campanha.

Paletz (1996) dá-nos dois exemplos recentes, Bush em 1992 e Clinton em 1996: “Muito antes do início oficial da campanha eleitoral, já se começa a fazer sentir a influência do conteúdo dos *media*. Imagens de George Bush vomitando num jantar oficial no Japão, expressando o seu espanto perante um leitor de códigos de barras na caixa de um supermercado ou saindo de um carro de golf no Maine para ir vetar a legislação que pretendia ampliar os subsídios de desemprego, todas essas imagens

Desta constatação adviria então uma assimilação da agenda das políticas governamentais por parte da agenda mediática, o mesmo é dizer *duas agendas à uma* tentando influenciar a agenda pública. Ou seja, o circuito subvertia-se, deixando a agenda jornalística de funcionar autonomamente, perdendo assim a capacidade de influenciar a agenda das políticas governamentais e a agenda pública, para passar a *agente* da agenda dos políticos junto dos cidadãos²⁶. O que só contribuiria para descredibilizar o papel dos *media*, gerando desconfiança, apatia e abstencionismo junto do público.

“Se os políticos parecem conseguir maior controle sobre o reportório de questões colocadas em campanha, e se a ‘agenda’ passa a ser fundamentalmente um produto conjunto de jornalistas e políticos – como parece ser o caso nestes tempos de crescente profissionalização das campanhas eleitorais nos Estados Unidos, com uma escassa contribuição real de propostas por parte do público –, então é muito provável que se produza um crescente desinteresse e pessimismo político junto dos votantes” – considera Weaver.

De referir, também, a existência de pesquisas provando forte resistência dos receptores ao agendamento por parte dos *media*. Um estudo promovido por investigadoras da *Universidad del País Vasco* (Ofa Bezunartea e Mercedes del Hoyo) dá conta de um aparente paradoxo: a ideologia dominante em Euskadi é nacionalista, e no entanto os jornais de maior difusão veiculam ideários claramente

transmitiram a impressão de alguém que se mostrava inoperante na resolução dos problemas nacionais, alheado das preocupações dos cidadãos normais e contribuíram por certo para a sua derrota na tentativa de reeleição em 1992.

Já quanto a Bill Clinton, este dedicou boa parte de 1995 e 1996 a apresentar-se perante os *media* e na publicidade política como um defensor das medidas sociais, enfrentando o extremismo de um congresso de maioria republicana. Ao mesmo tempo, apropriou-se em parte das reivindicações anteriormente formuladas pelos republicanos, mediante a intensificação de manifestações e o avanço de propostas referentes a tais temas, como aconteceu na legislação de discriminação positiva para grupos minoritários, equilíbrio do orçamento, controle da delinquência, valores familiares ou a polémica das orações nas escolas. Ou seja, quando o período eleitoral começou formalmente, Clinton já se tinha colocado em posição muito favorável rumo à reeleição²⁷.

²⁶ Aos especialistas de marketing político não se colocam quaisquer dúvidas quanto à influência que os gabinetes dos candidatos devem exercer junto dos meios de comunicação social. Para o êxito ou inêxito de uma campanha a moldagem da agenda mediática desempenha papel capital. Tarefa que passa, desde logo, por uma adequada interpretação do pulsar da opinião pública: “O marketing político é para mim uma disciplina orientada no sentido de apurar a consonância entre as expectativas e reivindicações de determinados públicos ou audiências, por um lado; e de fazer ressaltar os atributos dos candidatos ou dos partidos, por outro. Como é que isto se consegue? Através de uma adequada interpretação da realidade, do bom uso das diversas ferramentas da comunicação e da coerência da mensagem em cada uma das fases da campanha” – diz Celedón (2001).

Moldagem que, segundo Martínez-Pandiani (2001), pode passar também por uma *correção da distorção dos erros* cometidos pelos *media* na avaliação do sentir da opinião pública, num momento determinado: “Um bom diagnóstico estratégico [na concepção de uma proposta política] envolve duas etapas. A primeira inicia-se com a identificação dos principais problemas que afectam a população da circunscrição eleitoral-alvo. Trata-se aqui de elaborar uma lista das necessidades e preocupações que se apresentam como cruciais no início das actividades proselitistas, lista hierarquizada de acordo com as prioridades que o eleitorado atribua a cada tema. Daí que as equipas de campanha realizem sondagens permanentes tendentes a identificar quais os temas que os eleitores privilegiarão no momento de decidir o seu sentido de voto. Será a criação de postos de trabalho, a defesa das instituições, a luta contra a corrupção, a segurança, a educação ou nenhum destes?”

No tocante a uma eleição presidencial, as prioridades parecem ser facilmente identificáveis. Poderia supor-se que estas surgem claramente da opinião recolhida pelos meios de comunicação social. No entanto, a experiência demonstra que estes nem sempre recolhem com total eficiência e representatividade o ‘sentir’ do eleitorado. Com efeito, uma das tarefas mais relevantes dos assessores de Marketing Político consiste em fornecer ao candidato e à sua equipa métodos de sondagem e medição da opinião pública que sirvam para corrigir a distorção originada pelos meios de comunicação²⁸.

Imposição da agenda política aos *media* que se vai tornando mais premente, asseveram os especialistas, também pela constatação da menor capacidade de fixação de voto dos partidos tradicionais, o que origina um crescendo significativo de eleitores *voláteis* ou indecisos. É neste sector, muito mais do que no grupo que resiste a quebrar antigas lealdades partidárias, que se têm decidido as vitórias de campanhas eleitorais mundo fora, êxitos esses que os peritos indexam à capacidade demonstrada pelas equipas eleitorais de conseguirem impor a sua agenda aos *media*.

contrários a esta postura nacionalista. Isto não obstante os elevados índices de leitura de jornais (60%), e o facto dos leitores considerarem que a imprensa tenta, em maior ou menor escala, influenciá-los. O estudo, publicado em 2000, sob o título *Leitorado e eleitorado no País Basco: ausência de correlação entre o comportamento de voto e o consumo da imprensa*, partia das seguintes hipóteses: 1) a maioria dos bascos que votam nacionalista não compra nem lê um jornal nacionalista; 2) muitos dos bascos que lêem jornais não nacionalistas votam em partidos nacionalistas; 3) no dilema *oferta informativa – tendência de opinião* o leitor decide-se pela primeira; 4) os leitores actuam como indivíduos capazes de interpretar por si mesmos face a uma realidade múltipla dispondo de fontes e informações plurais; 5) a política ocupa um lugar secundário entre os interesses quotidianos dos cidadãos bascos.

Os resultados estatísticos confirmaram todas as hipóteses enunciadas. Refira-se que a difusão da imprensa não nacionalista no País Basco atingia, à data da pesquisa, os 74,8%, contra 25,2% dos diários nacionalistas (263.500 exemplares diários contra 88.450). Passando para a audiência essa desproporção aumentava: 83,5% para os jornais não nacionalistas, quedando-se os nacionalistas nos 16,5%.

Números que contrastam significativamente com os resultados eleitorais, que ao longo dos mais de 20 anos de democracia se têm mantido nos 50% para cada um dos *grandes grupos* de eleitores, nacionalistas/não-nacionalistas. O estudo revela que uma alta proporção de votantes nacionalistas consome jornais não-nacionalistas. E é também no sector dos nacionalistas que se nota, segundo a pesquisa, um maior número de leitores convencido de que os jornais os tentam influenciar.

Em conclusão, “o leitor parece dissociar a sua faceta de indivíduo político com a de consumidor da imprensa. A sua relação quotidiana com um jornal está à margem da opção de voto efectiva; o eleitorado parece estar vacinado contra as intenções hipotéticas ou reais dos jornais influenciarem a sua opinião”.

2.5. Estudos de *newsmaking* - A descoberta das redacções

Cumprida longa etapa de estudos sobre a problemática dos efeitos dos *media* – do determinismo da teoria hipodérmica à suavização do poder da comunicação social defendida pelos adeptos da teoria dos efeitos limitados -, os investigadores descobriram finalmente as redacções: “Os académicos, seguindo o exemplo dos antropólogos em terras distantes, foram aos locais de produção, permaneceram durante longos períodos de tempo, observaram os membros da tribo jornalística com o intuito de *entrar na pele* das pessoas observadas e compreender a atitude do *nativo*” – constata Traquina (2001: 61).

Tentando responder à pergunta “porque é que as notícias são como são?”, constataram, desde logo, que na sua produção influem profissionais que lutam contra uma vasta gama de constrangimentos, criando mecanismos de rotinização tendentes a contornar as dificuldades que se lhes deparam e a assegurar, entre outros desideratos, a veiculação de notícias de acordo com as necessidades dos órgãos de comunicação social em que trabalham.

As relações entre as fontes (*news promoters*)²⁷ e os jornalistas (*news assemblers*), a influência da organização sobre o trabalho jornalístico, a conformação da actualidade às narrativas que viabilizam

²⁷ De acordo com a terminologia utilizada por Molotch e Lester ([1974] 1993: 38), *news promoters* são aqueles indivíduos e os seus associados (por exemplo, Nixon, a secretária de Nixon; Kunstler, o porta-voz de Kunstler; um-homem-que-viu-um-disco-voador) que identificam (e tornam-na assim observável) uma ocorrência como especial, com base em algo, por alguma razão, para os outros”. Os *news assemblers* são todos os profissionais do campo jornalístico que participam na “montagem”

a sua *transformação* em notícias, o peso das ideologias jornalísticas, passaram a constituir objecto de estudo, com a consequente revelação de complexo continente até então mantido na penumbra por teorias de maior ou menor pendor conspirativo.

Os estudos de *newsmaking*²⁸ permitiram desenhar um perfil-tipo do jornalista - profissional dotado de um conjunto de saberes de reconhecimento, de procedimento e de narração que constituem um “vocabulário de precedentes” necessário ao desempenho das funções para que foi incumbido (Ericson, Baranek e Chan: 1987: 113) - pesem as diferentes acentuações dos traços mais comuns. Profissional que precisa de notícias, ostentando o poder de filtrar a actualidade a ser vertida em notícia (*gatekeeping*), revelando, ao mesmo tempo, maior ou menor grau de dependência em relação à actuação dos *news promoters*; profissional imerso numa organização, cujas regras-mestras assimila por osmose; deparando-se, na sua actividade, com uma vasta série de constrangimentos e o consequente desafio de demonstrar engenho e arte que tornem superáveis tais limitações.

O acontecimento cumpre vasto e complexo percurso até à sua consumação em notícia. Esta deixa, definitivamente, de ser encarada como um *espelho da realidade*, ressaltando-se agora um laborioso processo de (re)construção dessa mesma realidade por parte dos jornalistas e das organizações em que trabalham²⁹. Processo condicionado por um vasto leque de factores, nos quais Hackett (citado por Traquina, 2001: 63) inclui “os critérios de noticiabilidade, as características tecnológicas de cada meio noticioso, a logística da produção jornalística, retraimentos orçamentais, inibições legais, a disponibilidade da informação das fontes, a necessidade de contar ‘estórias’, de modo inteligível e interessante, a um determinado público, a necessidade de empacotar a notícia de um modo que seja compatível com o imperativo comercial de vender as audiências aos anunciantes, e as formas de aparência dos acontecimentos sociais e políticos”.

Em 1949, David Manning White ([1950] 1993: 142-151) esboçou a primeira teoria da prolífica série de pesquisas sobre o *newsmaking*. White estudou o processo de selecção de notícias por parte de um *gatekeeper*³⁰ de um diário americano com uma tiragem aproximada de 30 000 exemplares, jornal publicado numa cidade do Midwest com cerca de 100 000 habitantes. A pesquisa de White

do produto jornalístico, jornalistas, editores e *rewritemen* que, trabalhando a partir dos materiais fornecidos pelos promotores, transformam um perceptível conjunto finito de ocorrências promovidas em acontecimentos públicos através de publicação ou radiodifusão.

²⁸ José Rodrigues dos Santos (1992: 79) chama-lhes “estudos produtivos”, porque “se concentraram na questão dos efeitos a partir da análise do trabalho dos produtores e dos processos de comunicação”.

²⁹ A teoria do espelho vai, segundo Traquina (*idem*, 67-68), beber à própria ideologia dominante no campo jornalístico. É a teoria mais antiga e responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. “Central à teoria é a noção-chave de que o jornalista é um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer” – assinala aquele investigador, considerando esta teoria “uma explicação pobre e insuficiente, que tem sido posta em causa repetidamente em inúmeros estudos sobre o jornalismo”. Concita, no entanto, adesão significativa por parte dos membros da tribo jornalística, renitentes em aceitar “qualquer ataque à teoria do espelho, porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social que as notícias reflectem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito das normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e relatar os factos, sendo simples mediadores que ‘reproduzem’ o acontecimento na notícia”.

³⁰ O termo *gatekeeper*, assinala White, foi utilizado por Kurt Lewin, em 1947, para salientar que a passagem de uma notícia por determinados canais de comunicação estava dependente do facto de certas áreas dentro dos canais funcionarem como *gates*. Levando a analogia ainda mais longe, Lewin afirmou que certos sectores dos *gates* são regidos ou por regras imparciais ou por um grupo *no poder* tomar a decisão de *deixar entrar* ou de *rejeitar*. Compreender o funcionamento do *gate*, ainda segundo Lewin, seria equivalente a compreender os factores que determinam as decisões dos *gatekeepers*.

O estudo de Lewin não se centrava, no entanto, no processo de selecção noticiosa, como assinala José Rodrigues dos Santos (1992: 80): “Lewin publicou um estudo sociológico sobre as decisões domésticas para a aquisição de alimentos para a casa, integrado numa pesquisa mais vasta sobre a dinâmica dos grupos sociais. Neste trabalho, Lewin observou que os

cingiu-se aos critérios de selecção de notícias providas unicamente de três agências noticiosas (Associated Press, United Press e International News Service).

Das 12 400 polegadas de notícias das agências noticiosas AP, UP e INS, o *gatekeeper* utilizou apenas 1297 polegadas de coluna, um décimo do material recebido: “É somente quando analisamos as razões apresentadas por ‘Mr. Gate’ para a rejeição de quase nove décimos das notícias (na sua procura do décimo para o qual tem espaço) que começamos a compreender como a comunicação de ‘notícias’ é extremamente subjectiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*. Neste caso particular, os 56 enunciados apresentados podem ser divididos em duas categorias principais: 1) rejeição do incidente devido à sua pouca importância, e 2) selecção a partir de muitos relatos do mesmo acontecimento” – constatou White. As notícias surgem, na perspectiva de White, como um produto das pessoas e das suas intenções, como resultado de uma accção pessoal.

Estudos de McCombs e Shaw (1976), e Hirsch (1977), reanalisaram os dados carreados por White, refutando as conclusões por este avançadas. Hirsch concluiu ter *Mr. Gate* exercido a sua liberdade dentro de uma latitude limitada, com as normas profissionais pesando mais que as razões subjectivas nas escolhas efectuadas.

Traquina (op. cit: 70) elenca as limitações do estudo de White: “A teoria do *gatekeeper* analisa as notícias apenas a partir de quem as produz: o jornalista. Assim, é uma teoria que privilegia apenas uma abordagem microsociológica, ao nível do indivíduo, ignorando por completo quaisquer factores macrosociológicos, ou mesmo microsociológicos como a organização jornalística. É, assim, uma teoria que se situa ao nível da pessoa do jornalista, individualizando uma função que tem uma dimensão burocrática inserida numa organização. Ao nível individual, a teoria avança uma explicação quase exclusivamente psicológica”.

Concepção bem limitada do trabalho jornalístico, centrada no conceito de selecção, minimizando por isso outras dimensões importantes do processo de produção das notícias, é outra das críticas avançadas por Traquina ao estudo de White³¹.

Gieber (1956), que analisou o trabalho de dezasseis jornalistas com as mesmas responsabilidades que Mr. Gate, encontrou no peso da estrutura burocrática da organização a razão conformadora com maior significado no processo de selecção do material a noticiar, não atribuindo especial significado às avaliações pessoais dos jornalistas. A estrutura burocrática da organização funcionaria como um “colete-de-forças organizacional” (Rodrigues dos Santos, 1992: 82), que relegava para segundo plano a sua subjectividade pessoal. Para Gieber, os elementos mais importantes na selecção de histórias “são o número de notícias disponível, o seu tamanho e as pressões do tempo. Ao *gatekeeper* é reservado um papel essencialmente passivo”.

No ano seguinte, B. H. Westley e M. MacLean alargaram a função de *gatekeeping* aos meios de comunicação de massas, enquanto instituição. A selecção da informação deixa de ser encarada como um processo levado a cabo por indivíduos isolados, passando a entender-se como uma função

produtos circulam sempre por canais que contêm ‘áreas de portão’ onde as decisões são tomadas. É nesses ‘portões’ que os alimentos são ou não autorizados a passar, em função de regras imparciais ou de ordens aparentemente arbitrarias de *gatekeepers*, ou ‘guardiões do portão’. O dono de uma loja de legumes é o primeiro *gatekeeper*, ao escolher junto do produtor os vegetais que pretende. O comprador doméstico é o segundo *gatekeeper*, ao seleccionar os legumes que quer levar para casa. O cozinheiro é o terceiro *gatekeeper*, ao escolher as partes dos legumes que vai colocar no prato”.

³¹ Na mesma linha, Rodrigues dos Santos (1992: 82) considera que o modelo de White peca por “excesso de simplicidade”, ignorando “alguns aspectos fundamentais do processo de selecção noticiosa”: “O conceito deu demasiado peso à ideia de que só há um *gatekeeper*, e ignorou o facto de que o esquema só funciona porque está integrado numa lógica organizacional”.

institucional. Os *gatekeepers* seleccionariam as notícias não de acordo com os seus interesses pessoais, numa tarefa evitada de subjectividade, antes em função do que consideravam ser o interesse do público a quem se dirigiam. “Westley e MacLean concluíram que há, de facto, um critério no *gatekeeping*, ao contrário do que pensava White” – sublinha Rodrigues dos Santos (1992: 82), que assinala o preenchimento de outras lacunas do modelo de White por parte de J. T. McNelly, em 1959, e de A. Z. Bass, dez anos mais tarde.

McNelly sublinhou a existência de vários *gatekeepers*, dispostos numa sequência precisa, com o processo de selecção noticiosa a fazer-se polietapicamente, desde a origem da notícia até à sua publicação³². Para além da selecção das notícias, os vários *gatekeepers* também filtravam pormenores das notícias autorizadas a ser publicadas, com a consequente redução/alteração do conteúdo destas.

Bass tratará de hierarquizar as diferentes etapas do processo de selecção, atribuindo maior importância ao processamento noticioso, etapa subsequente à da recolha noticiosa³³.

A *Terra Incognita* por onde, segundo o mito, o jornalista se passearia com inteiro à-vontade, manuseando a seu bel-prazer a matéria-prima que haveria de ser vertida em notícia, passa a ter contornos cada vez mais definidos, fronteiras-grilheta que conformam, significativamente, o trabalho do jornalista. A prolífica série de estudos que se vai desenvolvendo enquadra a actividade do jornalista na organização para a qual trabalha, submetendo-o a exigências várias, obrigando-o a lutar com uma pléiade de constrangimentos que, em maior ou menor grau, conformarão sempre a tarefa de transformar o acontecimento em notícia.

Como defende Paquete de Oliveira (1988: 48), “não se pode dissociar o resultado do ‘produto’ da realidade das estruturas, não é possível fazer uma sociologia do discurso ou da noticiabilidade sem fazer uma sociologia das suas condições de produção”.

As últimas pesquisas a que fizemos referência integram já uma corrente de pesquisa organizacional, com estudo fundador atribuído a Warren Breed. Em 1955, *Controle social na redacção: uma análise funcional* ([1955] 1993: 152-166), atribui especial ênfase aos constrangimentos organizacionais sofridos pelo jornalista no desempenho da sua actividade. O peso destes constrangimentos tratará de suavizar o vigor das crenças pessoais do jornalista, obrigando este a um processo de socialização tendo como determinantes as normas da política editorial da empresa em que trabalha. Política editorial que o jornalista neófito há-de assimilar por osmose, respeitando a autoridade institucional, estimando os seus superiores, temendo as sanções, evitando conflitos, tentando viabilizar as suas aspirações de

³² “Por exemplo, um correspondente no estrangeiro de uma agência noticiosa cobre um determinado acontecimento com um artigo de cento e setenta linhas. Quando a história chega aos escritórios regionais da agência, ela é reduzida para cento e cinquenta linhas, porque alguns pormenores foram considerados irrelevantes pelo chefe da delegação. O texto é de seguida distribuído pelos assinantes da agência, e chega à redacção central de um jornal. Aí, considera-se que parte da história só é interessante para um público muito conhecedor, e decide-se reduzi-la para cento e dez linhas. E no caso de estações de rádio e de televisão, o resultado final do trabalho desse correspondente da agência limita-se a um resumo de vinte linhas” (Rodrigues dos Santos, 1992: 83).

³³ “Bass sugeriu que o trabalho dos jornalistas deveria ser dividido em duas etapas. A primeira seria a da recolha noticiosa, que teria por função transformar os acontecimentos em notícias. A segunda etapa diria respeito ao processamento dessas notícias, modificando-as de forma a que constituam um produto completo para apresentar ao público, num jornal ou noticiário.

O *gatekeeping* está presente nestas duas etapas, uma vez que ambas lidam com o processo de selecção. Mas Bass deixou implícita a noção de que o ponto mais importante de filtragem é o do processamento noticioso, porque é aí que se faz a selecção final, com os *gatekeepers* longe da influência das fontes de informação. Bass descobriu que as fontes tinham capacidade de, na primeira etapa, influenciar o *gatekeeper* para que este incluísse na sua história pormenores que, noutras circunstâncias, não seriam introduzidos no texto. Muitos desses pormenores acabavam por ser retirados da notícia pelos processadores, que tinham a palavra final no *gatekeeping* e estavam longe da influência das fontes” (Rodrigues dos Santos, 1992: 83-84).

mobilidade e, sobretudo, garantindo o seu posto de trabalho³⁴, actividade da qual retira gratificações a vários níveis.

Na linha da pesquisa de Breed vamos encontrar outros estudos, como os desenvolvidos por Dan Nimmo (1964), Leo Bogart (1968) e Lee Sigelman (1973)³⁵. Ressalta, do conjunto destes estudos, a existência de uma autonomia relativa do jornalista³⁶, autonomia delimitada pela entidade patronal, consentida nos estritos limites impostos por esta; a prevalência de uma *cultura organizacional*, em detrimento de uma *cultura profissional*.

³⁴ Para Sousa (2000: 59), “um jornalista de uma determinada organização poderá pensar que o jornalismo que aí se faz não o satisfaz pessoalmente, já que preferiria, por exemplo, um jornalismo mais planificado e menos centrado quase unicamente na vital preocupação de ‘fechar’, ou mais investigação jornalística, etc. No entanto, ele, enquanto profissional, sujeitar-se-á aos constrangimentos organizacionais para poder continuar empregado e ser reconhecido pelos seus pares, usufruir de um salário e progredir na carreira”.

³⁵ Traquina (2001: 76) engloba neste grupo um estudo anterior ao de Breed, desenvolvido por Leo Rosten em 1937. As conclusões deste estudo apontavam para a existência de mais de 60% de jornalistas declarando terem sofrido “pressões subtis destinadas a obrigá-los a orientar as suas notícias no sentido das ideias da direcção”.

³⁶ A autonomia dos jornalistas no desempenho da sua actividade profissional funciona também como linha divisória das duas correntes em que se plasmaram as teorias de acção política dos *media* noticiosos. Aceitando ambas serem as notícias distorções sistemáticas da realidade, manipulada esta em função dos interesses políticos de determinados agentes sociais, divergem em absoluto quando tratam de medir a autonomia dos jornalistas.

Segundo Traquina (1993: 81ss), na versão de direita, defendida nos estudos de Kristol (1975) e Efron (1979), os *media* noticiosos norte-americanos, particularmente as grandes cadeias de televisão, integram uma “nova classe” de burocratas e intelectuais interessados na expansão da actividade reguladora do Estado à custa das empresas privadas. Esta “nova classe” utilizaria, então, os *media* na propagação das suas opiniões anticapitalistas. Olhando à *composição social* e aos valores assumidos pelos jornalistas norte-americanos, Rotham e Lichter (1986) concluíram terem esses profissionais valores mais à esquerda que a população norte-americana, constituindo uma nova classe anticapitalista.

Para os defensores desta corrente, os jornalistas exibem autonomia de grau bastante elevado no processo de produção noticiosa, detendo controle pessoal sobre o produto jornalístico, usando essa prerrogativa para injectarem as suas preferências políticas (diferentes das da maioria da população) no conteúdo noticioso.

Posição oposta é propugnada pelos adeptos da versão de esquerda da teoria de acção política. Aqui, a autonomia dos jornalistas é reduzida quase ao grau zero, desempenhando estes profissionais um papel pouco relevante, reduzidos à mera função de executantes ao serviço do capitalismo.

Para Herman e Chomsky (1989), autores de uma das formulações mais completas da versão de esquerda da teoria de acção política, o conteúdo das notícias não é determinado nem ao nível interior (nível dos valores e dos preconceitos dos jornalistas), nem ao nível interno (nível da organização jornalística), mas antes ao nível externo, ao nível macro-económico: “Nesta versão da teoria” – pontua Traquina, “uma relação directa é estabelecida entre o resultado do processo noticioso e a estrutura económica da empresa jornalística (...), existindo um directório dirigente da classe capitalista que dita aos directores e jornalistas o que sai nos jornais”.

A estrutura de propriedade dos *media*; a sua natureza capitalista, procurando o lucro através das receitas publicitárias; a dependência dos jornalistas de fontes governamentais e do mundo empresarial; as acções punitivas dos poderosos; por último a ideologia anticomunista dominante entre a comunidade jornalística norte-americana são os cinco factores carreados por Herman e Chomsky para explicarem a submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista.

Submissão que não ficará longe dos efeitos perniciosos de regimes censurantes impostos do exterior: “A autocensura, as forças do mercado e as normas das práticas noticiosas podem produzir e manter uma perspectiva particular tão eficazmente como uma censura formal do Estado” – defende Herman ([1985] 1993: 215), ao mesmo tempo que denuncia as limitações dos estudos de salas de redacção e de *gatekeepers* para a detecção dos mecanismos profundos de afunilamento da diversidade noticiosa: “(...) Há dificuldade em utilizar estudos de salas de redacção e de *gatekeepers* como indicadores da diversidade significativa. O seu empirismo *ad hoc* tende a produzir descrições estáticas de factores que influenciam os *media*, mais do que a identificar um processo subjacente ou uma mais alargada função social. O seu foco no conflito entre os *gatekeepers* e na negociação entre eles e os indivíduos e grupos que procuram moldar a produção dos *media* leva-os a concluir que estes concedem espaço, ainda que não grande, para opiniões dissidentes. Mas esta ‘diversidade’ só é significativa no contexto de incidentes individuais ou dos *media* mais propriamente do que numa estrutura de maiores agregados do poder ou padrões ideológicos nos quais as notícias desempenham um papel importante”.

No global, a actividade dos *media* noticiosos tem como resultado, segundo Herman (*idem*, 214), uma “diversidade sem sentido ou marginalizada”.

O processo de transformação do acontecimento em notícia obedeceria, segundo Galtung e Ruge ([1965] 1993: 61-73), a nove critérios-base, adoptados pela generalidade dos jornalistas. A pauta dos critérios de noticiabilidade, ou valores-notícia, integrava, segundo estes autores, o momento do acontecimento, a intensidade, clareza, proximidade, consonância, surpresa, continuidade, composição e valores socioculturais. Acontecimentos mais recentes, ou de última hora, seriam privilegiados em relação a outros mais antigos; o mesmo a valer para a magnitude do acontecimento (intensidade), assim como para a fácil compreensão do seu significado (clareza). Mais facilmente passariam o crivo da selecção as ocorrências verificadas mais perto do local (zona, região, país) onde se situava o centro difusor das notícias (critério da proximidade). A adequação do acontecimento às expectativas e preconceitos existentes constituir-se-ia como virtualidade noticiosa, ao cumprir o critério da consonância. O carácter inesperado de um acontecimento (surpresa)³⁷, eventuais desenvolvimentos (continuidade), contribuição para o equilíbrio da pauta de assuntos tratados numa edição (composição), somavam-se à adequação do acontecimento aos valores socioculturais vigentes na área de influência do jornal/rádio/televisão, para fechar a pauta dos critérios de noticiabilidade elencados por Galtung e Ruge.

Na presença de um acontecimento forte em vários destes valores/notícia, o jornalista decidir-se-ia, com grande probabilidade, pela sua publicação/difusão. Fraco em algum dos valores/notícia, mas continente de um critério bastante forte, o acontecimento manteria grandes possibilidades de se transformar em notícia também. Ostentando debilidades no conjunto ou na maior parte dos critérios, aí o *gatekeeper* recusá-lo-ia.

Os valores/notícia, sublinha Rodrigues dos Santos (1992: 87), são de algum modo “uma resposta organizacional à necessidade de produzir diariamente informação”: “Os jornalistas não podem todos os dias estabelecer novos critérios de selecção, o que tornaria o seu trabalho impraticável. Os valores/notícia são, por isso, uma forma de rotinizar o trabalho e facilitar a escolha e produção informativa”.

A consumação eficaz da tarefa de veiculação de notícias implica ainda a imposição, pela organização, de uma ordem no espaço e no tempo. O factor tempo é mesmo considerado, por Traquina (1993: 170), como “o eixo central do campo jornalístico”: “Para os profissionais do campo jornalístico, o desafio quotidiano é ter de elaborar um produto final (jornal, telejornal, noticiário radiofónico) todos os dias ou todas as semanas. É impensável a hipótese de o apresentador do Telejornal, por exemplo, dizer ‘hoje não há notícias’ ou ‘temos hoje um programa mais curto porque não havia notícias suficientes’. O trabalho jornalístico é uma actividade prática e quotidiana orientada para cumprir as horas de fecho”.

Tendo como base estudo de campo desenvolvido no Departamento de Informação da BBC, entre 1972 e 1975, Schlesinger ([1977] 1993: 177-190) realça a existência de “uma relação sistemática

Para além de fragilidades metodológicas detectadas, Traquina (2001: 84-85) considera como problema central do modelo proposto por Herman e Chomsky “a sua visão altamente determinista do funcionamento do campo jornalístico em que os jornalistas colaboram na utilização instrumentalista dos *media* noticiosos, ou são totalmente submissos aos desígnios dos interesses dos proprietários”.

³⁷ Galtung e Ruge (*idem*, p. 66) esclarecem funcionar, este sexto critério, como um corrector dos dois anteriores (proximidade e consonância): “A ideia é simplesmente a de que não é suficiente para um acontecimento ser culturalmente significativo e consonante com o que se esperava – isto define apenas um vasto conjunto de candidatas a notícias. Dentro deste conjunto, de acordo com a hipótese, as mais inesperadas têm as maiores hipóteses de serem incluídas como notícias. É o inesperado *dentro dos limites do significativo e do consonante* que atrai a atenção de alguém, e por ‘inesperado’ queremos dizer essencialmente duas coisas: *inesperado* ou *raro*. Assim, o que é regular e institucionalizado, contínuo e repetitivo em intervalos regulares e pequenos, não atrai praticamente muita atenção, *ceteris paribus*, com o inesperado e o *ad hoc* – uma circunstância que é provavelmente bem conhecida dos planeadores de cimeiras (Galtung, 1964). Os acontecimentos têm de ser inesperados ou raros, ou, de preferência, ambas as coisas, para se tornarem boas notícias”.

entre os conceitos de tempo, que compreendem parte dos conhecimentos profissionais do jornalista, e as exigências criadas pela organização de trabalho”. Para além de se constituir como “uma simples resposta aos constrangimentos colocados pelo ciclo de produção do sistema noticioso”, o conceito de tempo do jornalista é considerado por Schlesinger como assumindo “carácter fetichista” para os jornalistas, funcionando o domínio da pressão temporal como um meio de manifestarem o seu profissionalismo, podendo ser aceite como “uma verdadeira virtude”³⁸.

A ordem no tempo, conseguida pela organização ao planificar as tarefas futuras através do serviço de agenda, corre a par com a necessidade de impor uma ordem no espaço. Isto faz-se, segundo Gaye Tuchman (1978), estabelecendo uma rede (*news net*) que alerte e reporte os acontecimentos verificados. A cobertura do espaço é feita geograficamente, por especialização organizacional e por especialização temática. O mundo é dividido em áreas de responsabilidade territorial, estabelecem-se sentinelas junto das organizações produtoras regulares de acontecimentos noticiáveis, procedendo-se ainda a uma divisão por secções especializadas em determinados temas.

A necessidade organizacional de controle do factor tempo e a maior ou menor extensão da rede de agências, delegações ou correspondentes ao dispor de um determinado órgão de comunicação social, interferem, inelutavelmente, na promoção dos acontecimentos a notícias. A exiguidade de meios disponíveis, tanto em recursos humanos como em parafernália técnica, somada a eventuais deficiências na cobertura geográfica, terá como consequências uma maior dificuldade na transformação de determinados acontecimentos em notícias³⁹.

A passagem do acontecimento a notícia implica ainda a convocação de saberes específicos dos jornalistas, uma competência narrativa necessária para atribuir cunho apelativo ao facto, transformando-o em *estória*⁴⁰. Embora sendo índice do real, como sublinha Traquina (1993: 168), as notícias registam

³⁸ O investigador brasileiro Pereira Junior (1997), que em 1997 acompanhou a produção do RJTV1, jornal local da Rede Globo de Televisão, emitido a partir do Rio de Janeiro, assinala pormenor significativo a este respeito: “Durante a pesquisa notámos que o relógio da redacção estava adiantado cinco minutos”.

³⁹ Traquina (2001: 96-97) refere, a este propósito, os “buracos na rede noticiosa” e os “lapsos temporais”: “No caso português, é inegável a existência de grandes buracos na rede noticiosa. A razão principal é a extrema concentração dos recursos das empresas jornalísticas, em termos de territorialidade geográfica, em Lisboa. Com base em dados fornecidos pelo Sindicato dos Jornalistas Portugueses, em 1988, 72% dos jornalistas portugueses exercem a sua actividade profissional em Lisboa, enquanto 16 % trabalham no Porto. Com a excepção do trabalho meritório de algumas empresas jornalísticas, por exemplo *Jornal de Notícias*, o ‘resto do país’ é notícia, tal como os países do chamado ‘terceiro mundo’, quando há desordem (...).

O *resto do país* também é notícia quando serve de palco para as deslocações das autoridades institucionais, nomeadamente o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, os ministros, os líderes dos partidos políticos (aqui o critério de notoriedade do actor do acontecimento joga como factor essencial de *noticiabilidade*).

Dados mais recentes sobre a distribuição geográfica da comunidade jornalística portuguesa apontam claramente para uma redução na concentração dos jornalistas em Lisboa e no Porto, mas, como salientam Garcia e Castro (1994:21), o ‘concentracionismo geográfico’ é o dado mais saliente com 50,7% dos jornalistas portugueses na área metropolitana de Lisboa e 13,9 % na área metropolitana do Porto. Os autores avisam que o rigor da análise pode estar prejudicado, porque o Sindicato dos Jornalistas não possui informação sobre 24,7% dos jornalistas portugueses. (...)

A rede noticiosa também tem lapsos temporais. Tal como se espera que acontecimentos julgados com valor-notícia ocorram nalguns locais institucionais, mas não noutros locais, também se espera que os acontecimentos com valor-notícia se concentrem durante as horas normais de trabalho. Durante estas horas, as organizações jornalísticas têm o grosso dos seus repórteres e fotógrafos disponíveis para cobrir ‘estórias’. A ocorrência de um acontecimento antes ou depois destas horas tem que apresentar uma evidência clara de caracterização como acontecimento com valor-notícia em ordem a justificar a deslocação de um repórter para o cobrir”.

⁴⁰ “Ao produzir programas noticiosos nos jornais e na televisão, os jornalistas contam histórias obedecendo a certas fórmulas” – assinala Schudson (1988: 25-26), ao pormenorizar a versão literária de explicação da natureza das notícias pela acção cultural, versão que encara a notícia “como um *conto*, uma forma de literatura e uma forma assaz estereotipada e convencional: “A escrita noticiosa é governada por padrões narrativos impostos, não por necessidade orgânica ou propósitos

as formas literárias e as narrativas (*news frames*) utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento. Para Bird e Dardenne (1993 [1988]: 268-269), os próprios valores-notícia – que os jornalistas frequentemente sugerem ser algo de intrínseco aos acontecimentos –, são códigos culturalmente específicos de contar estórias: “Em termos práticos, os valores-notícia, as regras e as fórmulas são essenciais para o trabalho dos jornalistas. Os repórteres podem ter de escrever muitas ‘estórias’ numa semana, ou mudar-se para outra comunidade e começar a escrever acerca dela

ideológicos, mas por tradições narrativas. Por exemplo, a ênfase dada a conflitos abertos, antagonistas identificáveis e eventos visíveis, em vez de processos sociais subjacentes, pode ser explicada por uma perspectiva de ação social, mas uma explicação literária também funciona. E se as pessoas contam histórias de maneira semelhante não só em grandes organizações noticiosas que evitam correr riscos, mas também em conversas à mesa, cartas pessoais e contos de fadas, então a explicação literária pode ser a mais poderosa para o carácter melodramático das notícias. Porque é que os jornais de Chicago trataram de maneira tão diferente a visita do Papa à comunidade mexicana? Para saber porque é que o *Sun-Times* tomou o acontecimento como sendo político e o *Tribune* o apresenta como se tivesse sido um carnaval, seria necessário conhecer a orientação republicana do *Tribune* e a obediência democrática do *Sun-Times*, e o facto de que os dois jornais se dirigem a segmentos diferentes da população. O *Sun-Times* parece mais sensível aos grupos do centro da cidade, estando o *Tribune* mais orientado para os subúrbios. Mas também é importante reconhecer que *nenhum* dos jornais poderia tratar a complexidade de um acontecimento simultaneamente político e não-político. Por causa da narrativa noticiosa, ambos tinham de escolher uma estrutura simples e unidimensional.

Se abandonarmos a noção segundo a qual a notícia é um espelho da realidade, se nos dermos conta de que ela é uma ficção de maneira simultaneamente intencional e não-intencional, se admitirmos o facto óbvio de que a notícia é um dispositivo para dar forma à experiência — tal como um poema, um romance, um livro de histórias, ou um conto de fadas — o que é que distingue as notícias? Como é que o jornal ou a notícia são únicos enquanto género ou no seu uso dos géneros? Suponhamos que se faz uma simples pergunta baseada na teoria dos géneros de Northrop Frye: a notícia é romance, tragédia, comédia ou sátira? Isto é, trata-se de um género no qual os heróis se erguem do mundo frustado da experiência para um ideal mais alto e um mundo desejável (comédia); ou um em que todo o movimento se passa num mundo altamente desejável (romance); ou em que há uma descida do mundo ideal para o mundo do desapontamento e da experiência (tragédia); ou em que todo o movimento está no mundo da experiência (sátira ou ironia)?

Neste esquema, as páginas sociais do jornal são romance. Nada de mal acontece. Tudo é ordeiro. Há um pouco de comédia, claro, porque todos os mal entendidos se resolvem no casamento. As páginas económicas possuem algumas semelhanças. Focam as histórias de sucesso e, nos dias que correm, muitas notícias económicas também acabam em ‘casamento’ entre empresas. As histórias sobre salões de beleza e Simone Signoret são pouco usuais no modo como jogam com a compreensão do leitor tem do género. A notícia de moda faz da vida quotidiana um romance, e a história sobre Simone Signoret trata de um tema que é suposto ser romance e acaba por deslizar para a ironia.

A reportagem de um fogo é tragédia — até que chega às questões sobre a responsabilidade pelo fogo, o mau estado do sistema de alarme, ao suborno dos inspectores dos prédios, e por aí fora. Então passa da tragédia para a sátira e a ironia. Todas as notícias acerca das burocracias são sátiras. Isto é fácil de ver nos jornais e ainda mais fácil de ouvir na voz dos homens da rádio. Com efeito este pode ter sido um problema central no noticiário sobre Watergate. A imprensa acreditou ter uma tragédia nas mãos, mas não conseguiu evitar o tom satírico ao dar notícia da Washington oficial. Tanto os leitores como os que escreviam tinham expectativas de tal modo grandes relativamente ao género do noticiário político nacional que não conseguiram acomodar-se à dimensão trágica do Watergate”.

Na sua tese de mestrado sobre o *Projecto Informativo TSF-Rádio Jornal*, Rui Gonçalves (1999: 199-202) inquiriu os jornalistas desta estação quanto ao significado que atribuíam ao termo *estória*. As respostas, segundo este investigador, evidenciavam contornos vários, com os profissionais manifestando “alguma hesitação” e demonstrando “dificuldade em chegar a uma conclusão monossignificativa”: “(‘Não sei explicar; eu não confundo [estória e notícia]’). Tanto assim é que metade dos jornalistas contactados aproxima notícia e ‘estória’ (embora com ressalvas), enquanto os restantes sugerem ou afirmam que não se confundem. Um terço dos entrevistados acha que ‘estória é um ‘fait-divers’, enquanto um quarto considera-a próxima do ‘fait-divers’.

Ao explicarem melhor o conceito que têm de ‘estória’, os jornalistas afirmam: ‘é tentar virar a notícia do avesso’; ‘um outro olhar sobre as notícias (algo que não muda o mundo)’; ‘a desmontagem de uma notícia, o que está por detrás da notícia’; ‘algo que já foi tratado várias vezes e que fomos olhar de novo’.

“Bombons”, “um embrulho atraente”, “um berloque”, “uma coisa que não é ‘notícia’ mas que tem importância, que diz muito às pessoas”, “uma forma de cativar as pessoas”, “uma notícia com gente dentro, com os olhos, os ouvidos e o nariz do repórter”, “o que não é cinzento, um caso interessante”, “um caso diferente da normalidade”; “flagrantes da monotonia que é o mundo, são excepções”, “algo que tem o carácter de irregularidade”, “é como o avô que diz aos miúdos ‘Tenho aqui uma história’”; “é nitidamente o velho ‘era uma vez’”. Estar ao microfone como quem conversa”; “pequenas coisas que extraímos como se fossem livros de contos”, foram outras das definições do termo *estória* recolhidas por Rui Gonçalves.

imediatamente. Podem fazê-lo confortavelmente com todas as ferramentas de contar ‘estórias’, dando-lhes um esqueleto sobre o qual colocam a carne da nova ‘estória’.

Para além da convocação dos saberes e das técnicas que permitem transformar o acontecimento em notícia (tarefa organizacionalmente enquadrada, sofrendo constrangimentos vários), o desempenho da actividade jornalística revela necessária dependência das fontes. São estas que, em muitos casos, fornecem ao jornalista a matéria-prima que este se encarregará de depurar para a sua consumação em notícia. O grau de autonomia do jornalista no exercício da sua actividade surge, também, naturalmente indexado à maior ou menor dependência que revele em relação às fontes, e à disponibilidade destas em fornecer-lhe informação.

Seguindo a terminologia adoptada por Molotch e Lester ([1974] 1993: 38), os jornalistas surgem como *news assemblers*, profissionais que transformam um perceptível conjunto finito de ocorrências promovidas em acontecimentos públicos através de publicação ou difusão. Esta publicação ou difusão dirige-se aos consumidores de notícias (*news consumers*).

Na sua actividade, os jornalistas dependem, em diferentes graus, da iniciativa dos *news promoters*, indivíduos que identificam (e tornam assim observável) uma ocorrência como especial. Dependendo da cultura organizacional da empresa em que trabalham, e da capacidade de iniciativa demonstrada pelo jornalista para a detecção de casos não rotineiros (não inscritos na agenda), os profissionais do campo jornalístico evidenciarão maior ou menor permeabilidade à actuação dos *news promoters*.

Para Molotch e Lester, a actividade dos *news promoters* vai de encontro às diferentes necessidades de acontecimentos (*event needs*) por parte dos agentes sociais⁴¹. Para os autores, nem todas as ocorrências são acontecimentos, definidos como “ocorrências que são criativamente utilizadas na demarcação do tempo”. Traquina (2001: 22) considera “vital” esta distinção, porque “sublinha o papel estratégico do campo jornalístico no funcionamento das sociedades modernas e na comunicação política: a constituição de um acontecimento ou de uma questão (*issue*) em notícia significa dar existência pública a esse acontecimento ou questão, constituí-los como recurso de discussão”.

Hoje em dia, com o crescente protagonismo dos *media*, um acontecimento *acontece* quando consegue ultrapassar o crivo dos *media*. Ao falir este desiderato, transformar-se-á num *não-acontecimento*.

Sendo, como é, exíguo o espaço destinado pelas organizações mediáticas à veiculação de notícias, facilmente se consente a existência de uma acesa disputa dos *news promoters* no acesso a tais espaços informativos. Daí que os protagonistas, a nível individual, mas sobretudo as organizações

⁴¹ A actividade dos *news promoters* é, para Molotch e Lester, interessada, quer tenha como objectivo, ou não, a obtenção de proveitos próprios: “Existem interesses na promoção de certas ocorrências para utilidade pública, assim como interesses na prevenção de certas ocorrências de se tomarem acontecimentos públicos. Por ‘promoção’ nós entendemos a acção de um actor, que ao presenciar uma ocorrência ajuda a torná-la pública para um grande número de pessoas. Nalguns casos, a promoção pode ser directa, grosseira e óbvia — como no trabalho de relações públicas, ou numa actividade política transparente (por exemplo, uma conferência de imprensa de um candidato). Noutras, o trabalho de promoção não é tanto para proveito próprio, como acontece quando um cidadão tenta denunciar um mal para a saúde. Geralmente o trabalho de promoção gira em torno da nossa própria actividade, que como toda a actividade social é realizada tendo em mente os seus potenciais usos prospectivos e retrospectivos. Assim, a conferência de imprensa é realizada em função do impacto público que se espera ter; uma manifestação de protesto é, da mesma maneira, direccionada para a sua selecção como um acontecimento.

(...) De igual modo, uma decisão para bombardear o Vietname do Norte é acompanhada de um o-que-dirão-as-pessoas e um para-quê-tudo-isto (por exemplo, a sua negabilidade) como dois dos seus traços constituintes. Na nossa linguagem, fazer e promover fazem parte do mesmo processo; o percurso da ocorrência estabelecerá, por fim, o que foi ‘feito’. Isto é, se o bombardeamento não foi largamente noticiado ou se foi noticiado como ‘bombardeamento de alvos militares seleccionados’, a natureza do próprio acto, da perspectiva do agente (Nixon) diferirá radicalmente do resultado de uma cobertura amplamente difundida que estipula ‘bombardeamento maciço indiscriminado’. Levar em linha de conta estas possíveis coberturas faz parte do trabalho de um produtor noticioso e é essencial para uma competente criação de acontecimento”.

(governamentais, confessionais, da chamada sociedade civil, etc.), se tenham dotado, desde há muito, dos instrumentos necessários para conseguirem maior eficácia na árdua tarefa de elevarem os acontecimentos que promovem, ou pretendem divulgar, ao patamar noticioso.

“O facto de as necessidades de acontecimentos dos responsáveis pela montagem ajudarem a formar acontecimentos públicos dá a entender a importância das actividades organizacionais através das quais a notícia é produzida” – assinalam Molotch e Lester (*idem*, 40), detalhando: “A natureza dos *media*, enquanto organização formal, enquanto rotinas de trabalho nas salas de redacção, enquanto padrões de mobilidade profissional para um grupo de profissionais, enquanto instituições de criação de lucros, está inextricável e reflexivamente ligada ao conteúdo das notícias publicadas”.

Para estes autores, “o ponto em que as organizações jornalísticas geram necessidades de acontecimentos entre os *news assemblers*, necessidades essas que diferem dos promotores de ocorrências, é o ponto em que os *media* têm um papel institucionalmente padronizado e independente na produção de notícias. Como é que então o trabalho de produção dos *media* coincide ou entra em conflito com o trabalho de construção dos promotores? Os propósitos dos *news assemblers*, como contrastam ou coincidem com os propósitos dos diferentes tipos de promotores, determinarão as respostas para essa questão”.

“Uma dimensão fulcral da luta simbólica nas sociedades contemporâneas consiste na concorrência hábil que existe entre promotores na mobilização das ocorrências ou das questões como recurso na construção da experiência” – sublinha Traquina (2001: 101), considerando constituir, o campo jornalístico, nas sociedades *mass-mediatisadas*, “um alvo prioritário da acção estratégica dos diversos agentes sociais” e, em particular, dos “profissionais do campo político”: “Um objectivo primordial da luta política consiste em fazer concordar as suas *necessidades de acontecimentos* com as dos profissionais do campo jornalístico”.

A acção estratégica de que fala Traquina não se reduz à mera disputa por espaço informativo, nem se consuma obrigatoriamente através de meios considerados *normais* ou *legítimos*. Pode passar por pressões, por tentativas de silenciamento ou de uma menorização do destaque atribuído a determinados factos, como também pode consubstanciar-se no desencadear de acontecimentos que funcionem como *nuvem de fumo*, como manobra de distração destinada a esvaziar o impacto da cobertura mediática de outros acontecimentos.

“As sanções que os poderosos exercem para controlar as rotinas dos *media* podem ser directas e grosseiras (por exemplo, discursos ameaçadores, boicotes de publicidade, acções litigiosas contra os radiodifusores), ou subtis (por exemplo, prémios de jornalismo e o estímulo, através de entrevistas regularizadas, fugas de informação e conferências de imprensa, de padrões que inibem o trabalho de acompanhamento (*follow-up*), a experimentação e o desvio)” (Molotch e Lester, [1974] 1993: 40)⁴².

Traquina (2001: 23-24) considera estar a “realidade política portuguesa” cheia de “exemplos práticos desta competição na mobilização de diferentes ocorrências”: “O Partido Social Democrata lança a questão do desvio de documentos da PIDE para remover da agenda política a questão da ponte; o Presidente da República lança a Presidência Aberta sobre o ambiente para colocar na agenda pública a questão do ambiente; um partido político realiza um pseudo-acontecimento [Jornadas Parlamentares Sociais-Democratas] para abafar a realização doutro pseudo-acontecimento por outro partido concorrente [Convenção Nacional do PS]”.

⁴² Herbert Gans, que passou vários meses nas redacções da CBS, NBC, *Time* e *Newsweek*, dá especial destaque, na formação da agenda noticiosa, aos constrangimentos e imposições provindas de pressões comerciais, pressões políticas e pressões oriundas do público receptor. Gans atribuiu às pressões sofridas pelos jornalistas a autocensura na cobertura noticiosa dos primeiros anos da guerra do Vietname.

Esta disputa assumirá então, por vezes, feições de *controle*, por parte dos *news assemblers*, do conteúdo noticioso a veicular pelos *media*.

Molotch e Lester ([1974] 1993: 43ss.) destacam três tipos de acesso aos *media*: o *acesso habitual*, o *acesso disruptivo*, e o *acesso directo*. O acesso habitual potencia-se pela coincidência entre os interesses de divulgação de acontecimentos de determinados indivíduos, grupos ou instituições, e o interesse (necessidade, conveniência, *obrigatoriedade*) dos jornalistas em reportarem tais acontecimentos (por exemplo, comunicações ou deslocações do Presidente da República). Os actores sociais menos conhecidos, com menos poder ou influência, necessitam de desencadear acções destinadas a gerar surpresa, choque ou agitação, para furarem a barreira mediática e imporem determinado acontecimento no mapa noticioso do dia: “Assim, os pouco poderosos perturbam o mundo social para perturbar as formas habituais de produção de acontecimentos”, criando acontecimentos “anti-rotina”, estimulando dessa forma a cobertura dos meios de comunicação social de massa.

O acesso directo reporta aos próprios jornalistas, ao seu engenho, interesse e capacidade em determinarem as reportagens e os trabalhos de investigação que pretendem desenvolver.

Na constituição da agenda jornalística, Nelson Traquina (2001: 29) elege duas variáveis como “determinantes”: “1) Toda a actuação dos próprios jornalistas e, em particular, os critérios de noticiabilidade que utilizam na selecção das ocorrências; e 2) a acção estratégica dos *news promoters* e os recursos que possuem e que são capazes de mobilizar para obter acesso ao campo jornalístico”.

Para este investigador, “a pergunta ‘quem determina a agenda jornalística?’ aparece como crucial”. As respostas obtidas por várias pesquisas apontam para uma prevalência, nessa determinação, de um número reduzido de fontes, as que conseguem um *acesso habitual*, seja por força dos recursos patenteados, seja pela dependência dos jornalistas em relação aos canais de rotina, seja por inerência dos mecanismos de defesa criados pelos profissionais da informação, mecanismos traduzidos em critérios de avaliação da autoridade, produtividade e credibilidade das fontes.

Vários investigadores, a par de críticos dos *media* e até mesmo de alguns jornalistas, têm alertado para a crescente predominância de um número reduzido de fontes na determinação do conteúdo noticioso veiculado pelos diversos meios. Denuncia-se a crescente influência dos gabinetes de imprensa/comunicação, exibindo recursos por vezes muito mais sofisticados e poderosos que os meios ao dispor dos jornalistas⁴³. Estes são, por sua vez, e em consequência, acusados de se deixarem rotinizar, permeabilizando em demasia a sua actividade à influência de tais *news promoters*.

A acusação parte de quem considera terem os jornalistas possibilidade de agir de forma diferente, adoptando estratégias e uma postura profissional que os torne mais determinantes na definição das pautas noticiosas. A compreensão surge do lado daqueles que consideram a influência dos *news promoters* como uma fatalidade dos tempos hodiernos, influência a que os jornalistas não conseguem escapar, ou contrabater.

Os sinais dessa poderosa influência pressentem-se no cotejo entre o generoso espaço atribuído pelos *media* noticiosos a um restrito número de fontes, e a exiguidade de espaço oferecida a uma vasta plêiade de actores sociais. Alguns *news promoters* exibem privilégio que adquire foros de antena aberta, os *media* sempre disponíveis à amplificação das suas acções ou declarações. O correlato deste privilégio passa pelo silenciamento ou, pelo menos, minorização das iniciativas, das tomadas de posição, das declarações dos deserdados dos *media*, obrigados a desencadear acções disruptivas,

⁴³ Iván Tubau (1993: 100), que epiteta os gabinetes de imprensa como órgãos “de maquilhagem e falsificação”, assinala o facto de, entre 1970 e 1990, os orçamentos para comunicação das mais diversas entidades públicas e empresas privadas se ter multiplicado por dez.

a perturbarem a paz social para dessa forma concitarem a atenção dos jornalistas. Pelo meio, a registar também a abdicação dos jornalistas no capítulo do jornalismo de investigação (entendido este *lato sensu*), desistindo da grande reportagem, da contextualização dos factos noticiados, ignorando a dinâmica dos processos que subjazem no avassalador magma noticioso. Enfatiza-se o “quem”, o “o quê”, o “quando”, desleixa-se o “como” e o “porquê”.

Para Txema Ramírez (1994: 52), já não é o informador que vai à procura da notícia, sendo antes a notícia quem procura o jornalista. Este investigador defende estarem as fontes organizadas em gabinetes de comunicação cada vez mais activas, e com poder acrescido na determinação das agendas noticiosas.

Scardino (1999 [1998] : 81) atribui tal prevalência a uma postura “passiva e conservativa” dos jornalistas: “Nas relações entre os executivos e a imprensa, não são os jornalistas que controlam as relações. Quem controla é a fonte. Geralmente, a imprensa é passiva e conservativa, por isso recebe o que lhe é oferecido e usa-o simplesmente para estimular a história de amanhã, não para mudar o mundo”.

Na mesma linha se colocava o, ao tempo, director da agência LUSA (Jorge Wemans, [1998] 1999: 66): “O jornalismo em Portugal vive muito mais da divulgação de declarações e de opiniões do que da procura de factos novos ou da correlação entre factos já conhecidos. O jornalismo português, o dito jornalismo de investigação não estará a viver actualmente uma fase propriamente gloriosa. Vivemos bastante mais de um jornalismo que depende das fontes, não para a obtenção de informação, mas, mais prosaicamente, para a obtenção das declarações e das opiniões. O jornalismo está assim muito mais dependente das fontes interessadas na divulgação das suas opiniões”.

Ao crescente poder dos *news promoters*, obtido por méritos próprios e/ou por consentimento/abdicação dos jornalistas, importa somar o peso dos mais variados constrangimentos na conformação da *agenda ideal em agenda possível*.

“O reconhecimento da relevância do estudo centrado nos emissores não deve ser confundido com uma enganadora (ingénua ou nem por isso) concepção dos jornalistas, erigidos em produtores autónomos e soberanos, como detentores de um poder de decisão que, independentemente de algumas aparências, e considerando o conjunto dos profissionais, realmente não possuem. A visibilidade e o protagonismo de alguns não correspondem a um real poder de intervenção do grupo” — assinala Fernando Correia (1997: 259-260), acrescentando: “Quem manda na informação não é o público, cuja vontade é avaliada através de sondagens que se limitam a medir (e alimentar) uma procura condicionada à partida pela oferta existente. Mas quem manda também não são os jornalistas, sujeitos a um amplo e diversificado leque de constrangimentos ligados às formas e estratégias de produção de uma informação condicionada pela crescente comercialização, pela agudização da concorrência, pelo domínio de grandes grupos económicos regidos por uma lógica empresarial (reproduzida e tornada dominante em todo o sistema mediático) que subalterniza a lógica informativa e enfraquece e limita a autonomia dos jornalistas”.

Para Ben Bagdikian (1975: 398-299), as decisões relativas à selecção das notícias baseiam-se em motivos diversos: “A intensa pressão do tempo, que obriga a tomar decisões rápidas e faz com que a quantidade destas adquira maior importância que a sua qualidade; os valores sociais do indivíduo e dos seus superiores; os valores sociais conhecidos do editor local que compra o serviço; os valores sociais conhecidos do leitor, aos quais, supostamente, o editor local deve prestar atenção; e finalmente, o juízo pessoal sobre o que é importante, prescindindo de todo o resto”.

“A objectividade” – complementa (*idem*, 411), “não é aplicável ao acto mais importante do jornalismo: a decisão inicial sobre as notícias a publicar ou difundir”.

Rodrigues dos Santos (2002: 66) que, para além de académico, é jornalista, assinala que “a decisão de cobrir um acontecimento num jornal televisivo só é tomada após se levar em linha de conta um determinado número de factores, incluindo se há equipas de reportagem disponíveis, quanto custa cobrir o acontecimento, se ele é interessante ou importante e se a reportagem pode estar pronta a tempo”. Cita estudos de Epstein, segundo os quais, “em geral, apenas uma média de 47% dos assuntos noticiados [nas televisões] tinham acontecido no mesmo dia e que só 2% eram referentes a acontecimentos inesperados. ‘Quanto mais previsível for um acontecimento, mais probabilidade tem de ser coberto’, constatou o investigador”.

Para Mauro Wolf (1994: 213-214), a tendência para inserir no noticiário uma quantidade crescente de acontecimentos da agenda de serviço está relacionada com a actualização tecnológica da produção da informação diária: “Quanto mais caras são as aparelhagens, mais a sua utilização é rigorosamente programada de forma a evitar tempos mortos ou subutilização, que teriam resultados contraproducentes a nível económico. Assim, se, por um lado, as novas tecnologias electrónicas no domínio da informação, permitem mais ligações *ao vivo*, menores custos de laboração e maior *agilidade* no local, por outro lado, porém, o seu emprego e utilização tendem a ser previstos e organizados com um maior rigor; deste modo, novas restrições se impõem à possível *abertura* da cobertura informativa”.

“Isto é, assiste-se ao fenómeno pelo qual as redacções estão, tecnologicamente, cada vez mais em condições de dar informações em tempo real mas a propósito de um número de assuntos, temas e indivíduos cada vez mais delimitado antecipadamente. Maior articulação do órgão de informação, especialização tecnológica, complexidade burocrática e ‘fragilidade’ do próprio órgão de informação, são fenómenos e tendências que se completam” – acrescenta Wolf.

M. Joseph Angotti, ex-Vice Presidente da NBC (citado por Halimi, 1998: 1), refuta os critérios jornalísticos como estando na base da selecção de notícias emitidas pelos telejornais. Para Angotti, é a lógica económica quem determina tal selecção: “No essencial, nada se deve a critérios jornalísticos. Trata-se antes de uma lógica económica. Prefere-se o que há de mais fácil e mais barato para cobrir. Basta que as redacções sintonizem as frequências da polícia, de reagir rapidamente enviando uma unidade de vídeo aos locais do crime, de esperar em determinado local uma hora ou duas, e de difundir em antena o que os jornalistas reportaram”.

Todas estas condicionantes exigirão, segundo Semprini (1996: 87), a redução do mundo “tout court” à dimensão mais prosaica de um “mundo possível”: “Todo o suporte mediático mantém uma relação complexa consigo mesmo, o mesmo é dizer com as condições práticas da sua produção, com o seu público e com o mundo de que é suposto dar-nos conta. A definição destas três instâncias e das relações que se estabelecem entre elas permite-nos delimitar o universo de um suporte mediático. O conceito de mundo possível ilustra melhor que o termo ‘universo’ este tipo de processo e de propriedades. O mundo possível instituído por um magazine põe em acção um sistema específico e coerente de valores, de actores e de situações que oferecem no seu conjunto uma versão do mundo real, tornando este último disponível à base de uma descrição. Assim, num primeiro nível de aproximação, se nos limitarmos ao conteúdo de um magazine, aos temas que habitualmente desenvolve, podemos desde logo observar um processo evidente, e na maior parte dos casos explícito, de selecção, de eliminação e de desenvolvimento. Alguns temas são filtrados e utilizados raramente, outros são sistematicamente ignorados, outros ainda são, pelo contrário, particularmente presentes e tratados com grande destaque”.

A tese que nos propomos defender – inserida na corrente de estudos da agenda mediática (*media-agenda setting*) -, aceita como válidos os pressupostos em que se funda o paradigma construtivista,

rejeitando as notícias como um *espelho* da realidade, considerando-as, antes, como uma *construção* que resulta de processos complexos de interacção social. *Construção* conformada pela intervenção de diversos actores sociais, sujeita a uma panóplia de influências e de constrangimentos que marcam, de forma indelével, o produto final denominado *notícia*, num processo que foge, com frequência, ao controle do jornalista, quando individualmente considerado.

Investigação centrada nos mecanismos de formação da agenda noticiosa televisiva, mais especificamente na detecção de práticas miméticas (endógenas e exógenas ao meio televisão), que nos permitam sustentar o carácter determinado da agenda televisiva em relação a outros meios (rádio e imprensa escrita) e, em consequência: a) uma assinalável *capitis diminutio* da autonomia dos jornalistas de televisão no processo de selecção do noticiável; b) uma considerável redução da diversidade noticiosa gerada pelos diversos *media*.

Acompanhamos, desta forma, Nelson Traquina, quando este investigador considera “crucial” a pergunta “quem determina a agenda jornalística?”. Para a presente tese, assume valor primordial a pergunta “quem determina a agenda jornalística televisiva?”. Não para elencar, de forma saturada, todas as suas determinantes, antes para destacar o papel desempenhado por outros meios (rádio e imprensa escrita) na conformação da agenda televisiva.

Os resultados da análise que nos propomos realizar permitir-nos-ão também detectar as razões de ser na origem do elevado (e muito criticado) mimetismo entre as agendas dos diversos *media*, revelando ainda possíveis estratégias dos *news promoters*, tendentes a uma conformação indirecta da agenda televisiva.

Como já antes havíamos sublinhado, a detecção de influências das outras agendas (radiofónica e da imprensa escrita), a frequência e amplitude de tais influências na formação da agenda noticiosa televisiva, trarão consigo consequências assinaláveis na capacidade da agenda noticiosa televisiva para *dizer aos seus próprios telespectadores sobre o que pensar*. A agenda noticiosa televisiva verá tal capacidade potenciada por agendas situadas a montante (*agendas-alavanca*), contributivas na formação de uma macro-agenda que se concretiza na *agenda-montra* televisiva.

2.6. O mimetismo

A pertinência do nosso estudo fundar-se-á na inexistência de trabalhos de investigação neste capítulo específico, colmatando-se, desta forma, lacuna que consideramos importante para uma mais correcta compreensão dos mecanismos de formação da agenda noticiosa televisiva.

Tal lacuna não corre, decididamente, a par com o reiterado escrutínio e atenção de que são alvo os índices de mimetismo nas notícias veiculadas pelos diversos *media*, escrutínio lavrado em artigos esparsos, publicado em revistas académicas ou nos jornais. Denúncias da autoria quer de investigadores académicos, quer de jornalistas ou *opinion-makers*.

A perplexidade perante o elevado teor mimético da produção noticiosa dos *media* surge quando se constata vivermos hoje um estágio de informação superabundante: “A informação deixou de ser um recurso finito, limitado, para se tornar numa mercadoria abundante, excessiva, a tal ponto que não só não consegue reduzir a incerteza, como por vezes obtém como troféu o chamado efeito perverso: só consegue exacerbar a situação que pretende melhorar, e só consegue condenar à mais completa incerteza os cidadãos cuja incerteza pretende conjurar ou reduzir” – nota Morató⁴⁴, perguntando-se, em

⁴⁴MORATÓ, Javier del Rey. *El mundo de los valores y la vida cotidiana en la información de actualidad*, in CIC Digital n.º 2, s/d, disponível em <http://www.ucm.es/info/per3/cic/cic2.htm>.

consequência, se não estará próxima “uma nova figura cultural, a que poderíamos chamar *objector de actualidade*: o individuo que, por razões de consciência, decide estabelecer a sua vida quotidiana extramuros dessa forma cultural envolvente, que chamamos informação de actualidade”.

“A capacidade do actual sistema informativo, na sua totalidade e em cada escalão, é incomparavelmente superior à que existia no passado. No entanto, isto não constitui motivo de satisfação” — nota Bagdikian (1975: 399, 418), para quem, ao aumento da matéria noticiável — “um depósito muito maior” — continuará a corresponder o mesmo “pacote informativo standard”, com o mesmo número de palavras ou de tempo de écran.

“Antigamente”, assinala Dominique Wolton (1999: 209), “as dificuldades de produção, de difusão e de recepção da informação davam origem a uma relação bastante simples entre o acontecimento, o facto e a informação. Entre a enorme quantidade dos acontecimentos quotidianos, os homens da imprensa seleccionavam certos factos significativos: a escassez da informação podia ser uma certa condição da sua qualidade. Pelo menos no plano normativo”.

Hoje a diferença é significativa: “Tudo pode ser transformado em informação; já não há limites para a produção e para a difusão da informação. Mas é por isso que a saturação espreita. Até que ponto poderá o cidadão ocidental absorver tanta informação, a maioria da qual nem lhe interessa, nem lhe diz respeito? O limite está do lado da recepção”.

Umberto Eco (1998: 86) lembra que o *New York Times* do domingo “contém realmente *all the news that's fit to print*, ‘tudo o que vale a pena imprimir’, e contudo não se diferencia muito do *Pravda* dos tempos de Staline, porque — como é impossível lê-lo todo em sete dias — é como se as notícias que dá fossem censuradas. O excesso de informação leva ou a critérios casuais de dizimação, ou a selecções cautelosas permitidas, de novo, a uma elite educadíssima”.

“Há tanta informação que temos a ilusão de estar informados, quando na realidade faltam critérios-guia que permitam construir roteiros de sentido na floresta da acumulação de dados, notícias e inclusive pseudo-informações” — pontua Gaitano (2000: 652). “Assim, para dar uma ideia da sobredose informativa, Murray afirma que ‘por dia se registam uns 20 milhões de palavras de informação técnica. Um leitor capaz de ler mil palavras por minuto necessitaria um mês e meio, lendo 8 horas diárias, para ficar a par só da produção quotidiana, e no final do período de leitura estaria com cinco anos e meio de atraso’. Num dia útil, o *New York Times* contém mais informação de quanta poderia ter conhecido um cidadão médio da Inglaterra do século XVII”⁴⁵.

Essa superabundância de informação que todos constatam existir, não se traduz, como seria normal esperar, num aumento da diversidade noticiosa⁴⁶, antes se verificando um claro reforço de conteúdos miméticos veiculados pelos *media*. Mesquita (1994) considera este mimetismo mediático como um

⁴⁵ O excesso de informação é apontado pelos responsáveis do diário *Público* como um dos factores que foram levados em linha de conta na decisão de remodelação do jornal, em Janeiro de 2001: “Chegou agora o momento de, também nós, mudarmos. Ou melhor, de evoluirmos. De procurarmos novas fórmulas para ir ao encontro das necessidades de informação de uma sociedade que nunca teve acesso, como hoje, a tantas fontes de informação. E é por isso, por termos a consciência de que o excesso de fontes de informação é por vezes tão desorientador como a ausência de fontes de informação, que queremos reforçar o papel do PÚBLICO como sinalizador de referência. Como aquele ponto de solidez onde é possível encontrar as coordenadas que nos permitem orientar melhor no mundo em que vivemos.

Queremos fazê-lo como sempre fizemos, mantendo-nos fiéis aos critérios de qualidade fundadores. Mas queremos também fazê-lo melhorando a nossa relação com os leitores, oferecendo-lhes um jornal melhor sinalizado, mais fácil de ler pelos que têm pressa, mas sem cedências à superficialidade e com a mesma capacidade para aprofundar os temas que merecem ser aprofundados” (Editorial do *Público*, 26.01.2001).

Carlos Castilho (Abril 2001) dá conta de uma investigação efectuada, em Junho de 2000, por editores do *Jornal do Brasil*. Apurou-se que, hoje em dia, os jornalistas recebem entre cinco a dez vezes mais *press-releases* do que acontecia há dois anos atrás.

efeito de campo perverso no jornalismo contemporâneo: “A concorrência estimula o exercício de uma vigilância permanente (que pode ir até à espionagem mútua) das actividades dos concorrentes, a fim de tirar partido das suas falhas, evitando incorrer nos mesmos erros, e de combater os seus êxitos, tentando utilizar os *supostos* instrumentos do respectivo sucesso... Esta tendência para regular o comportamento de cada órgão jornalístico pela orientação da corrente conduz à repetição de temas, de tiques estilísticos, de personalidades entrevistadas, de géneros jornalísticos ou televisivos adoptados”.

Para este investigador, “o tropismo da imitação produz resultados contrários aos efeitos criativos geralmente atribuídos à luta pela conquista de públicos”: “A concorrência, neste como noutros domínios, em vez de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta, como se pode facilmente verificar comparando os conteúdos dos grandes semanários ou das estações de rádio ou dos canais de televisão de grande audiência”⁴⁶.

Ramonet (1998: 24) fala em “embrulho mediático” e num “único sistema de informação”: “Neste embrulho mediático, nada mais inútil que tentar analisar a imprensa escrita isolada dos restantes meios de comunicação. Os *media* (e os jornalistas) repetem-se, imitam-se, copiam-se, misturam-se, até ao ponto de não se constituir mais do que um único sistema de informação, em cujo seio é cada vez mais árduo distinguir as especificidades deste ou daquele meio considerado em separado”.

O director do mensário *Le Monde Diplomatique* (*idem*, 18), considera que o “mimetismo mediático” e a “hiper-emoção” têm exercido “uma influência determinante sobre a informação”: “O mimetismo é a febre que se apodera subitamente dos *media* (com todos os suportes aqui considerados) e que os impele, com a mais absoluta urgência, a precipitar-se para cobrir um acontecimento (de qualquer natureza) com o pretexto de que outros — em particular os meios de referência — concedem ao tal acontecimento uma grande importância”.

“Esta imitação delirante” — prossegue Ramonet, “provoca um efeito de bola de neve, funciona como uma espécie de intoxicação. Quanto mais os *media* tratam um tema, mais se persuadem colectivamente de que esse tema é indispensável, central, capital, e que é preciso cobri-lo melhor ainda, consagrando-lhe mais tempo, mais meios, mais jornalistas. Os *media* autoestimulam-se desta forma, sobreexcitam-se uns aos outros, multiplicam a emulação e deixam-se arrastar por uma espécie de espiral vertiginosa, enervante, da sobreinformação à náusea”. Dois exemplos carregados por Ramonet: a cobertura da morte da princesa Diana, e o relevo dado ao caso Clinton/Lewinski.

⁴⁶ Aubenas e Benasayag (1999: 13-14) consideram tal diversidade como “aparente”, escondendo um “profundo acordo”: “Pode dizer-se o que se quiser, na condição de falar do mesmo assunto. De Londres a Tóquio, todos os jornais do mundo tratarão, geralmente, o mesmo acontecimento e dando-lhe, na maior parte das vezes, uma relevância semelhante”.

(...) Só há uma escolha absolutamente impensável: ignorar o assunto. O sistema da imprensa não vive no ‘pensamento único’ mas num mundo único, onde todos acordam em considerar um dado acontecimento digno de interesse e um outro de interesse reduzido”.

⁴⁷ Manuel Vásquez Montalbán (1979: 45) lembra denúncia de Balzac - “O público pode crer que existem vários jornais, mas em última análise só existe um jornal (...).

O sr. Havas tem correspondentes no mundo inteiro; é o primeiro a receber as publicações de todo o mundo. Todos os jornais de Paris renunciaram, por motivos económicos, a gastar por sua conta o que o sr. Havas gasta mais a cada dia, pois detém um monopólio e todos os jornais — livres de traduzir periódicos estrangeiros e manter correspondentes próprios — subvencionam o sr. Havas com uma quantia mensal a fim de receber a horas certas as notícias de estrangeiro (...)

Cada um tem em branco, em vermelho ou em azul a notícia que lhe envia o sr. Havas” -, para sustentar como tal constatação ganhou pertinência nos tempos hodiernos: “Assim ironizava Balzac, em 1840, aquilo que ele considerava a morte da ‘variedade informativa’. Cento e trinta anos depois, o réquiem de Balzac tem pleno sentido e a onipotência dos grandes aperfeiçoa-se dia a dia. O potencial das agências mundiais é indiscutível, em ambos os sentidos da palavra: não se pode duvidar dele nem combatê-lo”.

Mimetismo detectado horizontalmente (entre diversas publicações da imprensa escrita, por exemplo), e verticalmente, ressaltando-se aqui uma maior influência da televisão junto dos restantes meios.

Hoje todos os jornais se parecem muito, constata Ricardo Noblat⁴⁸, responsável pelas últimas reformas gráficas do *Correio Braziliense*. “Por que eles se parecem tanto? Porque abordam geralmente os mesmos assuntos. Não só porque eles têm as mesmas agências de notícias, mas também porque você tem as mesmas fontes de informação pautando todos os jornais”.

Umberto Eco atribui à televisão *responsabilidades* nas transformações mais recentes da imprensa escrita⁴⁹. Foi a televisão que, segundo Eco (1998: 62-66), obrigou os jornais a arrevistarem-se, a “semanarizarem-se”, processo culminante na *invenção* da notícia: “Nos anos Sessenta os jornais ainda não sofriam com a concorrência da TV. Só Achille Campanile, num convénio sobre a televisão, em Grosseto, em Setembro de 1962, teve uma intuição luminosa: dantes os jornais eram os primeiros a dar uma notícia, e depois intervinham outras publicações a aprofundar a questão; o jornal era um telegrama que terminava com: ‘Segue carta’. Então, em 1962, a notícia telegráfica era dada às oito da tarde pelo telejornal. O jornal na manhã seguinte dava a mesma notícia: era uma carta que terminava com: ‘Segue, aliás antecede, telegrama’”.

A televisão tornava-se a primeira fonte de difusão das notícias, e a imprensa ‘semanarizou-se’: “O diário foi-se tornando cada vez mais parecido com um semanário, com o espaço enorme que dedica às variedades, à discussão dos factos diversos do dia-a-dia, de bisbilhotes sobre a vida política, e de atenção ao mundo do espectáculo. Isto põe em crise os semanários de faixa alta” que, segundo Eco, receberam um golpe mortal por parte dos suplementos semanais dos jornais diários, restando-lhes duas saídas: “Ou se ‘mensarizam’, ou então têm de invadir o espaço da bisbilhotice que pertencia já, e continua a pertencer, aos semanários de faixa média”.

E os diários? “Para se semanarizarem aumentam as páginas, para as aumentarem lutam por publicidade, para terem mais publicidade aumentam posteriormente as páginas e inventam os suplementos, para ocupar todas essas páginas têm de contar qualquer coisa, para contar têm de ir além da notícia seca (que de resto já foi dada pela televisão) e assim vão-se semanarizando cada vez mais e têm de inventar a notícia, e transformar em notícia o que notícia não é”⁵⁰.

Laurentin (1994: 92) atribui ao “impacto do audiovisual” a maior dramatização que se vai sentindo na imprensa escrita: “Quando somos jornalistas estamos entre dois fogos. Tínhamos, primeiro, a

⁴⁸ “Brasília faz 40 anos e tem seu jornal de cara nova”, in Revista *Imprensa*, s/d, artigo disponível no endereço <http://www.uol.com.br/imprensa>.

⁴⁹ Na mesma linha se situa Jesus Cebério: “Hoje há uma tendência em fazer jornais cada vez mais parecidos com a televisão, com mais imagem e textos mais curtos, e se assim for perdemos, pois será difícil convencer uma pessoa a comprar o que tem ‘à borla’ na televisão”, considera o director do *El País*. (*Manter a personalidade e avançar no estrangeiro*, artigo não assinado, *Público*, 08.05.2001).

⁵⁰ É pacífica a constatação da influência provocada pela televisão no grafismo dos jornais. Mario Garcia (citado por Vizuete, 1993: 96), responsável pela reformulação gráfica do *Diário de Notícias* em 1992, considera ter sido a televisão um dos principais desafios colocados ao grafismo da imprensa: “A ameaça da televisão criou um sentimento de introspecção em muitos directores e editores, o que deu lugar, inevitavelmente, a jornais melhores. Quer-se dizer com isto que a televisão obrigou os periódicos a efectuarem mudanças com o fim de sobreviver. (...) Os directores dos jornais deveriam aceitar a presença da televisão como um desafio, não como um obstáculo, e os mais imaginativos devem tentar oferecer o que a televisão não pode dar”.

Para Fernando Lallana, “na forma, a linguagem da televisão, acrescida da utilização de gráficos que ajudam a uma maior visualização da informação, converteu-se num dos indicadores mais claros para chegarmos a uma compreensão das tendências que resumem a linha de grafismo nos diários de todo o mundo” (*idem*, p. 92).

O caso mais citado, até pelo sucesso que tem obtido junto dos leitores, é o do USA Today, fundado em 1982. Os executores do projecto do *jornal mais parecido com a televisão*, como lhe chama Helder Bastos (1996), ou do *jornal que tentou*

tradição da ‘revelação’: estávamos lá para ‘revelar’ as coisas. Ora, com o impacto do audiovisual nos tempos hodiernos (e a televisão em particular), a dramatização desta revelação tornou-se muito importante. (...) Hoje revelamos os acontecimentos com um suplemento de dramatização”. Elenca exemplos de títulos apelando ao medo, à angústia: “Itália, a máfia ganhou?”; “Os ecologistas são perigosos?”; “É preciso queimar Françoise Dolto?”; “O medo de Maastricht”; “É preciso ter medo da Alemanha?”, medo dos antibióticos?, medo dos cinquenta anos? Medo dos japoneses?, medo da democracia? Medo do Islão?”⁵¹.

As televisões contribuem também, e muito, quer na programação geral, quer no domínio da informação, para a criação daquilo que Mesquita apelida de universos de redundância⁵².

No programa *Arret sur Images*, emitido pela estação francesa *Cinquième* (hoje *France 5*), a 25 de Janeiro de 1998, promoveu-se exercício de resultados surpreendentes. Os responsáveis do programa analisaram as notícias, duração destas e respectivo alinhamento, dos telejornais da TF1 e Antenne 2, noticiários referentes ao dia 17 de Janeiro daquele mesmo ano. Verificou-se o tratamento dos mesmos assuntos, pela mesma ordem no alinhamento e, na maior parte dos casos, as notícias tinham exactamente a mesma duração! Para que não restassem dúvidas, no programa difundiram-se parte desses noticiários em simultâneo, através de duas *janelas* abertas no ecrã.

Gérard Leclerc, Director-Adjunto de Informação da *Antenne 2* (hoje *France 2*), presente no estúdio, deu como justificação maior o facto de se tratar de um sábado, dia em que o fluxo noticioso diminui significativamente.

É nos telejornais que Dominique Mehl⁵³ (1990) situa o maior caudal de semelhanças entre as estações francesas que analisou (TF1 e *France 2*): “Os mesmos horários, os mesmos formatos, os mesmos conteúdos”.

reproduzir a estética televisiva em papel (Contreras, 1990: 54), sempre disseram que tinham muito que aprender com a linguagem global da televisão. “E que eles tentavam parecer-se com este meio porque os leitores passam muitas horas diante do televisor. No caso do *USA Today*, isto cumpre-se na realidade; a sua cabeceira tem as proporções de um televisor, os tipos estão entalhados como um feixe de luz no tubo catódico, e os traços que percorrem o globo terrestre são barras que se assemelham às 625 linhas que compõem a imagem televisiva. Esta fórmula de relação entre largura e altura, 16:9 encontra-se em todas e cada uma das cabeceiras dos quatro suplementos, assim como nas chamadas ao interior de cada um dos cadernos que ocupam o espaço central da cabeça de página. Também com os enquadramentos e cortes das imagens, com proporções que igualmente mantêm a tendência para a horizontalidade com planos semelhantes aos dos ecrãs de televisão. Em poucas ocasiões as imagens são verticais e se esta for a sua disposição no desenho da página tenta-se que a sua altura seja pouco acentuada para que haja uma tendência para a leitura horizontal” – detalha Fernando Lallana (1999).

⁵¹ Olhando para as mudanças verificadas na imprensa escrita portuguesa nos últimos anos do século XX, Joaquim Fidalgo (2000: 60) sustenta ter sido a televisão a “marcar pontos” e a “definir um modelo informativo de que a própria imprensa escrita nem sempre soube ou pôde preservar-se”: “Com o impacto fortíssimo da televisão tipicamente comercial e muito subsidiária das audiências (de que tem sido expoente máximo, entre nós, a SIC), o tratamento da informação, destinado a captar grandes massas, submeteu-se também a critérios mais decorrentes do espectáculo - o neologismo ‘infotainment’ define-os bem - e a uma crescente ‘tabloidização’. A prevalência do ‘fait-divers’, a hierarquização da informação em função de imagens fortes mais do que de conteúdos relevantes, a atenção ao ‘social’ nas suas componentes mais imediatistas e emocionais, o gosto do picaresco ou do bizarro, o tom ligeiro, foram marcando os jornais televisivos muito à imagem da restante programação. E as preocupações de aproximação a auditórios mais vastos, subjacentes a este modelo, vêm de algum modo contagiando também a imprensa escrita, cujo suporte físico mais ‘pobre’ em termos visuais é frequentemente visto como uma insuficiência a superar.

Mais recurso à cor, imagens mais rasgadas, manchetes mais fortes, menos texto (e textos mais curtos), grafismos mais arejados na perspectiva do ver acima da do ler, são o lado formal deste caminho de aproximação ao universo da imagem tão bem praticado pela televisão. Mas, para além da apresentação, os próprios conteúdos informativos se vão também adequando a este “aligeiramento” (...).

⁵² “O mundo dos *media* produz um ruído de fundo permanente que resulta da inflação de acontecimentos e da difusão quase ininterrupta: certas estações de rádio e de televisão baseadas na informação dão um contributo inestimável para a criação de tais universos de redundância”. (Mesquita, 1995: 392).

“Uma observação minuciosa dos telejornais do jantar dos dois principais canais” - assinala Mehl -, “mostra que as suas edições são realmente gémeas: a quantidade de informação tratada é rigorosamente semelhante, em média 9 reportagens e seis notícias breves por jornal. Os conteúdos são quase idênticos, com as diferenças a situarem-se numa pequena margem”.

A existirem diferenças, Mehl só as encontra ao nível formal: “Mas até aqui reina um grande conformismo. Depositário das mensagens e agente da relação com o telespectador, o apresentador ‘olhos nos olhos’ impôs-se por todo o lado. Só variam, e mesmo aí se copiam várias vezes, os cenários, o tom, o ‘look’ dos jornalistas e do seu porta-voz”.

Para Christine Ockrent (1989: 37, 40), que durante vários anos apresentou o principal telejornal da France 2, para além de ter desempenhado também funções de direcção de informação, o mimetismo no conteúdo dos telejornais é uma inevitabilidade: “Três telejornais com a mesma vocação, da mesma duração, à mesma hora, são inevitavelmente condenados ao mesmo conteúdo. Os mecanismos de fabricação serão, por consequência, idênticos. A diferenciação joga-se nas margens e não explica, por si só, a escolha dos telespectadores tal como nos indicam as audiências.

‘Abrimos com o quê?’ — Pelas 16h 30m, a pergunta é a mesma na TF1, A2 e na 5. A resposta é frequentemente idêntica”.

Ramonet (1998: 23) alerta para os efeitos do mimetismo na veracidade da informação: “(...) Outro conceito se modificou também: o da veracidade da informação. Hoje um facto é verdadeiro não porque corresponda a critérios objectivos, rigorosos e verificados através das fontes, mas simplesmente porque outros meios repetem as mesmas afirmações e as ‘confirmam’... Se a televisão (a partir de uma notícia ou uma imagem de agência) emite uma informação e se a imprensa escrita e a rádio a retomam, já se deu o suficiente para considerá-la como verdadeira. Desta forma, como podemos recordar, se construíram as mentiras das valas comuns de Timisoara e todas as da guerra do Golfo. Os *media* não sabem distinguir, estruturalmente, o verdadeiro do falso”⁵⁴.

As causas na origem desta homogeneização radicarão no recurso a um número reduzido de fontes (sempre as mesmas), na lógica comercial das estações privadas, na prática de um “jornalismo de matilha”.

⁵³ Análise aos telejornais emitidos a 25, 26, 27, 28 e 29 de Janeiro de 1988 e a 3, 4, 5, 6 e 7 de Abril de 1989. Resultados detalhados por Dominique Mehl no artigo *Les chaînes font leur menu de vingt heures à leur goût, Libération*, 10.06.1990.

⁵⁴ A reprodução de notícias anteriormente veiculadas por outros *media*, com citação da fonte, pode funcionar também como um expediente de desresponsabilização, atente-se na denúncia feita pelo Instituto Gutenberg, instituição brasileira de crítica dos *media*: “A explicação para a inexistência, no Brasil, de tablóides sensacionalistas e fofoqueiros é que a elite da imprensa nacional cumpre aqui o papel sujo que esses periódicos desempenham na Inglaterra e nos Estados Unidos. O despudor noticioso de veículos como o inglês *The Sun* ou o americano *National Enquirer* são reproduzidos pelos grandes jornais brasileiros como se fosse facto relevante. Faziam assim com as fofocas sobre a princesa Diana.

Continua acontecendo: O *Globo* (26/6/98) e a *Folha* (27/6/98) republicaram a grosseira invasão de privacidade dos actores Tom Cruise e Nicole Kidman, numa notícia sobre a iminente separação do casal. O *Globo*, na coluna ‘Pessoas’, deu um título cínico: ‘Invasão de privacidade’ para passar a fofoca adiante. A *Folha*, sob a rubrica ‘Personalidade’, reproduziu, na forma de uma notícia normal, o que os americanos chamam de *gossip*: ‘Casamento de Cruise e Kidman estaria em crise’. Foi uma nota curta (15) linhas, sem destaque (uma coluna, na parte inferior da página) mas a fórmula é a tradicional: cozinhar a fofoca como quem não faz fofoca.

‘Após a separação de Demi Moore e Bruce Willis, os tablóides dos EUA anunciam...’, informou a *Folha*, numa notícia cujo crédito era ‘Da Redacção’.

A fonte dos importantes jornais brasileiros é um lixo da imprensa mundial, o *Globe*, tablóide que divulgou a gravação de um suposto telefonema no qual o casal discutia sobre assuntos pessoais. Gravar e divulgar telefonema alheio é crime — tanto que o advogado de Cruise, Bert Fields, já anunciou que processará o *Globe*, mesmo afirmando que a gravação é falsa.

Artigo “Deu no tablóide, e a gente aproveita... — Jornais brasileiros não fazem fofoca; reproduzem”, s/d, disponível em <http://www.igutenberg.com.br/actual/fofoca.htm>

Doumazane (1983) refere o recurso a um escasso número de fontes: “Sabemos que as equipas de redacção de diferentes canais se fornecem das mesmas fontes: bolsa de troca de imagens, arquivos, isto apesar de cada canal possuir as suas equipas de reportagem próprias: enviados especiais, correspondentes permanentes... encarregados de cobrir este ou aquele acontecimento”.

Ockrent (1989: 42) nota a utilização, cada vez com maior frequência, das mesmas imagens por estações diferentes: “As próprias imagens apagam cada vez mais a especificidade dos grandes jornais televisivos. Elas são cada vez mais comuns. Porque as fontes de imagens, como as fontes de informação, são as mesmas. Em média, 80% das imagens propostas pelos EVN da Eurovisão passam em França”. Vai mais longe (*idem*, 41), quando alerta para a existência de uma uniformidade de linguagem, originada, por exemplo, pelo facto da “escrita dos despachos da AFP” ter “evoluído para se aproximar dos modos de expressão audiovisual”.

“É perigoso, e raro, dizer algo de diferente da AFP, e acontece mesmo ao jornalista que está no terreno modificar o seu papel em função do despacho que o seu chefe de serviço lhe leu pelo telefone” – denuncia a jornalista.

Referindo-se ao caso português, Ricardo Jorge Pinto (1996) indexa a redução no pluralismo ideológico à entrada em cena das televisões privadas: “A abertura à exploração por privados da televisão, em vez de alargar o espaço de pluralismo ideológico diminui-o. (...) Só é notícia nos canais privados o que interessa às grandes audiências. Os grandes partidos ou as grandes candidaturas têm espaço garantido. Os médios e os pequenos ficam à porta”⁵⁵.

Mário Mesquita (1995: 398) fala da transição do telejornal da “televisão de Estado” para o telejornal da “televisão de sociedade”: “O acesso de operadores privados à televisão e a intensificação da luta pelo máximo de audiências teve como efeito a emergência do *fait divers* no telejornal. O modelo circunspecto do jornal de referência, que concebia a notícia como um bem de interesse público, foi cedendo terreno a concepções integradas numa concepção global da televisão como espaço de divertimento. O telejornal aproximou-se mais dos modelos do jornalismo popular-sensacionalista e passou a reservar lugar de relevo às notícias de informação geral, ao crime, ao *fait divers*.”

Algo abusivamente poderia dizer-se — recorrendo à fórmula (imperfeita) de Missika e Wolton — que se transitou do telejornal da ‘televisão de Estado’ para o telejornal da ‘televisão de sociedade’.

Na mesma linha, a denúncia de Jespers (1998: 38-39): “Nesta concepção comercial, a concorrência entre os *media*, apoiando-se em estratégias exclusivamente mercantis (estudos de mercado, sondagens), conduz à uniformização da oferta de informações, sendo a audimetria e os métodos de selecção-hierarquização estandardizados”.

Lógica comercial das estações privadas que tem originado a substituição da informação-serviço pela informação-produto⁵⁶, com uma conseqüente alteração da postura dos jornalistas: “A televisão de utilidade pública, baseada no tríptico ‘informar, educar, distrair’, vai ser concorrenciada pelas televisões comerciais, de utilidade privada, cujo lema poderia ser ‘distrair, convencer, vender’. A

⁵⁵ Poucos meses após ter tomado posse como Secretário de Estado da Comunicação Social, em conferência promovida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Arons de Carvalho denunciava o mimetismo da RTP em relação à SIC: “Hoje, a RTP é uma SIC com saia por baixo do joelho. Só porque ainda não apareceram pessoas a comer baratas para conquistar audiências”. (Declarações reproduzidas no artigo “O 25 de Abril na rádio e TV públicas”, assinado pelo jornalista Carlos Picassin, *Público*, 13.01.1996.

⁵⁶ Para Jespers (1998: 25), a “informação-produto” tem por único objectivo “responder a necessidades solváveis: curiosidade, necessidade de participar simbolicamente na vida de uma colectividade, sede de emoções fortes”. A “informação-serviço” procura responder a “necessidades sociais ou cívicas: ajudar à acção individual ou colectiva do homem no Mundo, esclarecer as suas opções. Esta última é suposto caracterizar os canais públicos...”.

função económica sobrepõe-se aqui à função social, gerando uma dinâmica que procura substituir os monopólios de Estado por monopólios privados” — constata J.M. Barata-Feyo, na introdução à edição portuguesa do livro de Jaspers (1998: 14). Para este (ao tempo) jornalista da RTP “a mudança de estatuto das televisões alterou o conceito da informação e a postura do jornalista”. De ‘advogado do cidadão e do consumidor’, para utilizar a terminologia de Jaspers, ele torna-se “defensor de um produto, como peça integrante da cadeia de vendas da estação”.

Mar de Fontcuberta (1998: 57) radica na ideologia jornalística as causas do elevado mimetismo nos conteúdos noticiosos: “A maioria dos meios de um mesmo lugar dão relevância às mesmas notícias. Isso faz com que as primeiras páginas de diferentes diários, por exemplo, se pareçam muito porque mostram os mesmos acontecimentos. A razão deve-se ao facto de existir um código não escrito que é assumido pela maioria dos jornalistas, composto quer por uma percepção semelhante da realidade (o chamado faro jornalístico), e por um tipo de rotinas profissionais idênticas (trabalham do mesmo modo, vão aos mesmos acontecimentos, recebem as mesmas informações...)”.

Consequências do chamado “pack journalism”. Para Estrela Serrano (2002: 96), o consenso encontrado entre jornalistas que cobrem um mesmo candidato para *media* diferentes “traduz aquilo que o jornalista americano Timothy Crouse (1974), classificou como ‘pack journalism’, ou seja, “os repórteres deslocados da redacção para acompanharem os candidatos ficam imersos num ambiente onde a colaboração com os colegas de *media* concorrentes e com as fontes se sobrepõe ao distanciamento que é suposto caracterizar a cobertura jornalística”: “As notícias tornam-se, nessas condições, muito semelhantes entre si” — conclui a investigadora.

Traquina (2002: 50) chama a este hábito “jornalismo em matilha”: “Uma das consequências de um ‘pensamento de grupo’ comum é o que se chama ‘jornalismo em matilha’, isto é, uma legião de jornalistas cobrindo o mesmo acontecimento. O cerne da questão é ninguém seguir as notícias tão de perto como os jornalistas. Os jornalistas monitorizam a cobertura uns dos outros. Mesmo quando não estão em contacto directo, confiam fortemente no trabalho uns dos outros, como prática institucionalizada, para ideias de histórias e conformação dos seus critérios noticiosos”⁵⁷.

Determinadas práticas assumidas pelos jornalistas nas suas relações com as fontes também podem contribuir, contribuirão mesmo, para potenciar mimetismo nos conteúdos noticiosos. Tal mimetismo traduzir-se-á no recurso a um número diminuto de fontes, implicando tal uma não menosprezável redução dos actores sociais com direito a *espaço* ou *tempo de antena* nos *media*.

A redução do número de fontes não se poderá atribuir em exclusivo aos critérios de avaliação da autoridade, produtividade e credibilidade dessas mesmas fontes. No entanto, pela sua natureza, tais critérios fornecerão contributo importante para tal redução.

Traquina (2001: 105) considera a autoridade da fonte como “um critério fundamental para os membros da comunidade jornalística”. Estes preferem fazer referências a “fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade”: “O jornalista pode utilizar a fonte mais pelo que é do que pelo que sabe. A maioria das pessoas acredita na autoridade da posição. Quanto mais prestigiado for o título ou a posição do indivíduo, maior será a confiança das pessoas na sua autoridade. Chama-se a isso a hierarquia da credibilidade”.

⁵⁷ Em estudo publicado em 2002, Nelson Traquina (2002: 45-64) examinou todos os itens relacionados com a SIDA (notícias, artigos, editoriais, fotografias, *cartoons*, cartas ao director, entrevistas, artigos de opinião), incluídos nas edições de cinco jornais publicados em quatro países diferentes (*New York Times* nos Estados Unidos, *Folha de São Paulo* no Brasil, *El País* em Espanha, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* em Portugal), entre 1 de Outubro e 31 de Dezembro de 1993. Este estudo de caso comparativo teve como objectivo demonstrar a existência de “semelhanças significativas quanto ao que é notícia” em cinco jornais de quatro países pertencentes a três continentes diferentes. Traquina concluiu que “os jornalistas através das fronteiras nacionais partilham ‘valores-notícia’ semelhantes”.

A produtividade é outro critério de avaliação das fontes. Continuando a seguir a descrição de Traquina, a produtividade “diz respeito às razões pelas quais, normalmente, prevalecem as fontes institucionais: é que elas fornecem os materiais suficientes para fazer a notícia, permitindo que os jornalistas não tenham de recorrer a demasiadas fontes para obter os dados ou os elementos necessários”.

A produtividade associa-se, assim, “não só à quantidade e à qualidade de materiais que uma fonte é capaz de fornecer, mas também à necessidade que os jornalistas têm de limitar - em igualdade de condições - o número de fontes a consultar, de forma a não ter custos demasiado elevados e prazos demasiado dilatados.

Por último, a credibilidade. Do ponto de vista dos jornalistas, sustenta Traquina, “as fontes devem ser tão creíveis, que a informação fornecida exija o mínimo possível de controle”: “O jornalista tem que avaliar a credibilidade da fonte para avaliar a credibilidade da informação fornecida. As fontes que, em outras ocasiões, forneceram materiais creíveis têm boas probabilidades de continuar a ser utilizadas, até se transformar em fontes regulares”.

Conjugados, estes critérios apontarão para um predomínio de determinadas fontes, aquelas que, à partida, mais facilmente se subsumem a estas exigências dos jornalistas. Em consequência, conclui Traquina, “é fácil compreender que as fontes oficiais correspondem melhor do que as outras a necessidades organizativas das redacções”: “As fontes oficiais acabam por assumir uma credibilidade adquirida com o tempo e com a rotina. Se a credibilidade da ‘estória’ não pode ser rapidamente confirmada, o jornalista procura basear-se na credibilidade da fonte, na sua honestidade”.

Cria-se, desta forma, o que Tubau (1993: 113-114) designa como “serpente informativa”: “Entre os jornalistas, as estimativas acerca de quantos personagens repartem a serpente informativa variam: Cem? Duzentos, quinhentos? Tal como nas séries de verdade (que são as de mentira) há protagonistas, actores principais e secundários, comparsas e estrelas convidadas. São a ‘espuma da sociedade’, segundo Joan Solá, ou o ‘gratin gratiné’ de que nos fala Salvador Pániker.

A serpente informativa é apaixonante, porque os seus personagens transitam por todas as rádios e todas as televisões. O elenco transfere-se, sem mostras de cansaço, de uma estação a outra. Os protagonistas do grande seriado mediático participam de manhã num debate da TVE 1, são entrevistados à tarde pela Antena 3, expõem os seus pontos de vista numa conferência de imprensa destacada pelo Canal Sur no noticiário da noite”⁵⁸.

2.7. Preenchimento de uma lacuna

Para além do enquadramento da problemática que nos propomos analisar, os estudos e reflexões que carreamos permitiram iluminar, do ponto de vista teórico, o vasto leque de males atribuído ao meio/televisão, no global, e ao jornalismo televisivo, em particular.

Patente fica, também, a existência de uma lacuna, residente esta no facto de inexistirem pesquisas tendentes a demonstrar a possível existência de fluxos entre as agendas noticiosas dos diversos meios (rádio, imprensa escrita, televisão), o peso e direcção destes fluxos, ou seja, o seu grau de determinância. Idêntica lacuna se constata no que concerne à detecção de mecanismos indutores de mimetismos endógenos entre as agendas noticiosas do meio/televisão, assim como entre os alinhamentos dos diferentes espaços informativos de uma só estação de TV.

⁵⁸ Wolton (1994: 223) chama-lhes “intelectuais mediáticos e os seus primos, os tecnocratas mediáticos”: “Decidiram utilizar os *media* de maneira racional e sistemática, tanto a televisão como a rádio ou a imprensa escrita. Alguns reconhecem o carácter sistemático desta atitude, outros fingem que a acham natural”.

A comprovar-se a sua existência, atendendo também e obrigatoriamente à direcção predominante de tais fluxos miméticos; atendendo ainda ao peso específico destes, ficaremos então em condições de poder incluir a(s) agenda(s) de determinado(s) meio(s) como mais uma condicionante conformadora de outra(s) agenda(s). No caso específico da presente tese, e tal como já referimos na formulação da hipótese de trabalho, trataremos de tentar provar que as agendas dos meios *rádio e imprensa escrita* se configuram, não como meras agendas concorrenciais e até subordinadas à agenda televisiva (agendas determinadas), mas como *agendas-alavanca* (agendas determinantes) de parte significativa do conteúdo da agenda noticiosa das televisões.

Entre nós, assumem reduzida expressão os estudos empíricos sobre os conteúdos e formas da televisão⁵⁹. Estudos recentes também, se atentarmos no facto da primeira tese de doutoramento neste campo específico, da autoria de Francisco Rui Cádima, ter sido publicada em 1992. Das pesquisas conhecidas, encontramos apenas alguns pontos de contacto nos trabalhos de Felisbela Lopes e Nuno Goulart Brandão.

Felisbela Lopes (1999) estudou o Telejornal do Canal 1 da RTP, procurando, através da análise encetada, “descrever os assuntos mediatizados do ponto de vista temático; analisar os critérios que presidem à selecção das notícias de abertura; identificar o tipo de fontes mais utilizadas; estudar o tratamento noticioso dado aos factos; apontar os locais mais mediatizados” (1999: 98).

A pesquisa de Felisbela Lopes abrangeu os anos de 1988 e 1992, analisando um mês de emissões daquele informativo por cada trimestre, num total de 8 meses de emissão. A investigadora trabalhou apenas os alinhamentos em papel.

Concluiu ter o telejornal aumentado o tempo destinado ao noticiário internacional, entre 1988 e 1992, o que, no entender da investigadora, e atentas as percentagens (37,95% no primeiro ano e 44,51% no segundo), punha em causa “o respeito de um valor fundamental do serviço público: o da *identidade cultural*” (*idem*, 164-167).

Notou que a diversidade, enquanto “valor estruturante do serviço público de televisão”, se concretizou, com a “paleta de categorias temáticas” registando 45 categorias no noticiário nacional e 32 no internacional.

Apesar de a *novidade* ser “um valor-notícia fundamental”, constatou que as peças de abertura do Telejornal estudadas em 1988 se caracterizaram, na sua maioria, “por uma certa previsibilidade”, à semelhança das notícias que compunham todo o alinhamento. Na amostra correspondente a 1992, Felisbela Lopes registou “ligeira tendência para minimizar a força do noticiário institucional, principalmente nos primeiros minutos do Telejornal”.

A fraca aposta na contextualização foi outro dado carreado pela autora: “(...) Verificou-se que o *Telejornal* não se preocupou em criar espaços que neutralizassem o baixo grau informativo que caracteriza as peças noticiosas. Se em 1988 os valores reunidos pelo espaço de contextualização são baixos, eles sofrem ainda uma quebra para cerca de metade em 1992”.

Por último, Felisbela Lopes encontrou um Telejornal reproduzindo “realidades predominantemente urbanas”: “Restringindo-nos ao período em estudo, pode afirmar-se que a RTP se revelou, ao longo desse tempo, algo adversa ao localismo e aos aspectos idiossincráticos dos cidadãos que habitam fora de Lisboa. As (baixas) percentagens reunidas pelos acontecimentos nacionais que ocorreram fora da capital demonstram que o principal noticiário da televisão de serviço público, apesar de ser para todos os portugueses, era concebido por um grupo circunscrito à capital do país”.

⁵⁹ Isto mesmo constata Manuel Pinto (2000: 33) que, na sua tese de doutoramento *A Televisão no quotidiano das crianças*, recenseia os trabalhos de investigadores portugueses até 2000, lista para a qual remetemos.

Nuno Goulart Brandão (2002) analisou as aberturas dos telejornais das televisões generalistas portuguesas (RTP1, SIC e TVI), para apurar o grau de homogeneidade ou de heterogeneidade entre tais aberturas nos diferentes canais. A investigação desta tese de mestrado cingiu-se às aberturas dos telejornais do horário nobre, abrangendo seis meses de difusão (de 4 de Setembro de 2000 a 4 de Março de 2001), num total de 546 aberturas.

Com este estudo, Brandão pretendeu, sobretudo, cotejar as opções do canal público (RTP1) com as opções dos canais privados (SIC e TVI), para, desse confronto, aferir se a informação da televisão pública era coincidente com as dos canais privados, contribuindo “para uma tabloidização da informação televisiva”, ou se, pelo contrário, proporcionaria “marca distintiva”, apostando “numa perspectiva de interesse público”.

“Como se comportam os diferentes canais da televisão generalista portuguesa? Serão eles geradores de notícias, enquadradas na mesma classificação temática, seguindo com os mesmos temas de abertura nos seus telejornais?

Como se comporta a televisão pública? Segue as mesmas opções temáticas da televisão privada, face à primeira notícia do telejornal, ou, pelo contrário, segue um caminho próprio, com uma marca distintiva face aos seus concorrentes privados?

Será a ‘informação-espectáculo’ predominante na maioria das aberturas dos telejornais?” – estas as interrogações a que Brandão (2002: 16) se propôs responder.

Concluiu pela inexistência de “grandes diferenças de posicionamento” da televisão pública face aos canais privados (*idem*, 164), com a “informação-espectáculo” dominando as aberturas dos telejornais da televisão generalista portuguesa (*ibidem*, 158-159): “Hoje, ao olharmos para as aberturas dos telejornais, ficamos com a impressão de que estamos em poder de um ‘catálogo de horrores’-sublinha aquele autor, defendendo que os valores-notícia reflectem sobretudo “critérios de selecção do inesperado que é sempre o negativo, do que é tido por adquirido”⁶⁰.

⁶⁰ De referir, ainda, o estudo de Estrela Serrano (2002: 83-99), publicado em 2002, análise à cobertura noticiosa da campanha para as eleições presidenciais de 2001, em Portugal. Estudo bifurcado em dois objectivos: identificar os temas mais focados nas peças jornalísticas publicadas na imprensa e na televisão; identificar a origem das notícias, “as vozes mais presentes nos textos jornalísticos de campanha”. A análise incidiu sobre peças publicadas em dois jornais nacionais – *Diário de Notícias* e *Público* -, e nos jornais televisivos das 20h de três estações de televisão: RTP1, SIC e TVI.

No entanto, no capítulo específico da identificação da origem das notícias, a investigadora cingiu o *corpus* às peças publicadas na imprensa, ficando a televisão arredada dessa análise. Concluiu pela inexistência de diferenças significativas entre os textos publicados nos *media* impressos e os noticiários televisivos, quer relativamente aos temas seleccionados pelos jornalistas, quer à sua hierarquização.

CAPÍTULO 3

Mimetismos e determinação das agendas

3.1. Indicações prévias

A comprovação (ou infirmação) da hipótese que formulámos será feita através da análise dos informativos diários (vulgo telejornais) das quatro estações por nós seleccionadas (RTP1, RTP2, SIC e TVI).

O *corpus* compreende todos os telejornais emitidos durante três semanas (de 2.^a feira a domingo) do ano de 1999; os noticiários radiofónicos emitidos nos mesmos períodos pela Antena 1, Rádio Renascença e TSF; e os principais jornais diários, semanários e regionais (de periodicidade variável) publicados durante as mesmas semanas. No caso concreto dos jornais, o *corpus* estende-se a períodos variáveis, anteriores e posteriores a cada semana em análise, em função das necessidades da pesquisa.

A escolha do ano de 1999 radicou na opção por nós feita de trabalharmos, não com os alinhamentos dos informativos, mas com gravações vídeo de todos os noticiários televisivos, e gravações áudio de todos os noticiários radiodifundidos. O tipo de análise efectuada obrigava a que assim fosse, não bastando, para o efeito, consultar os alinhamentos em papel.

1999 foi o ano em que nos inscrevemos para a defesa da presente dissertação de doutoramento. A escolha de anos posteriores impedir-nos-ia de iniciarmos o trabalho logo após a inscrição. A escolha de anos anteriores obrigar-nos-ia à aquisição de tais gravações que, mesmo com uma eventual redução de preços por parte das estações de TV, atingiriam custos para nós incomportáveis. Importa frisar que, não podendo conhecer-se à partida quais as semanas *não atípicas*, gravámos, e recorremos a gravações cedidas, de todos os noticiários televisivos de 1999.

A opção de visionamento nos arquivos das estações de televisão também se tornaria bastante onerosa, atendendo aos custos da permanência, durante largos meses, em localidade distante do nosso local de residência. Partindo do princípio de que nos seria facultado o acesso aos arquivos, e caso tal opção não importasse em custos elevados, seria na mesma inviável, dada a necessidade de visionar os mesmos noticiários por várias vezes, em momentos distanciados por vários meses no tempo, em função do desenvolvimento das diferentes fases da análise. Para além de obrigar à instalação, em cada arquivo, da parafernália de material informático e electrónico de que nos socorremos.

Supondo a inexistência de nenhuma das dificuldades elencadas, a opção por ano anterior a 1999 seria sempre inviabilizada pelo facto das estações de rádio por nós seleccionadas não guardarem os registos áudio dos informativos, nem sequer os alinhamentos em arquivo. Por informação que recolhemos junto de responsáveis dessas estações, apenas arquivam as gravações contínuas da emissão durante o período mínimo estipulado por lei, período após o qual procedem à desgravação para regravação de novos períodos de emissão.

No caso concreto dos noticiários televisivos, procedemos à sua gravação doméstica, através da aquisição de vários videogravadores e televisores. Tendo sempre a garantia de que, em caso de falha de alguma gravação (por cortes de energia, problemas nos emissores na região de Coimbra, erros na programação dos videogravadores, etc.), tais gravações nos seriam facultadas gratuitamente pela empresa Cision (acesso às videocassetes para posterior regravação doméstica)¹.

Para os noticiários radiofónicos não efectuámos gravações domésticas. A Cision facultou-nos, gratuitamente, em cassetes áudio (primeira semana de análise) e em CD-ROM (segunda e terceira semanas de análise) as gravações dos referidos noticiários.

No que reporta aos despachos da agência LUSA, era nossa intenção trabalhar com a informação veiculada por esta agência nas três semanas em análise. Pretensão inviável, em função de problemas verificados no arquivo central daquela agência, mais concretamente no processo de transposição dos despachos em papel para suporte informático².

3.1.1. Critérios de selecção das semanas a analisar

Seleccionámos as semanas de 4 a 10 de Janeiro, de 21 a 27 de Junho e de 29 de Novembro a 5 de Dezembro. Tentámos, nesta selecção, escolher semanas distanciadas por um razoável intervalo de tempo e que não correspondessem a períodos noticiosos *atípicos*. 1999 foi um ano em que se registaram alguns desses períodos, desde a eclosão da guerra no Kosovo (primeiros meses do ano), eleições europeias (Junho), referendo em Timor Leste (Agosto, Setembro e Outubro), e eleições legislativas (Outubro).

A escolha de semanas de alguns daqueles períodos desvirtuaria significativamente os dados que nos propomos analisar; daí o cuidado em seleccionar semanas em que tais assuntos, sendo na mesma abordados, o foram sem a intensidade que buliria com os objectivos por nós propugnados. Pelas mesmas razões evitámos também seleccionar semanas ligadas a épocas festivas (Carnaval, Páscoa, Natal).

Realizámos cinco semanas de observação directa nas estações objecto da nossa análise (entre Outubro e Dezembro de 1999). Observação que se destinou a complementar a análise que agora iniciamos. Ou seja, não era nossa intenção fazer coincidir as semanas de análise dos telejornais com as semanas de permanência nas estações de TV. No entanto, e como uma dessas semanas se poderia considerar típica (afastada o suficiente do período em que se verificou uma torrente noticiosa sobre Timor, e também afastada o suficiente do período de Natal), decidimos incluí-la no *corpus* da análise dos telejornais. Referimo-nos à semana de 29 de Novembro a 5 de Dezembro, que coincidiu com a nossa permanência na SIC.

3.1.2. Assuntos como *matéria de que tratam as notícias*

Tendo presentes os objectivos enunciados, constatámos a necessidade da análise ter por base primeira os *assuntos* noticiados, entendendo por assunto a *matéria de que trata* uma notícia. É o tronco *assuntos* que se irá ramificar em mais ou menos notícias, permitindo assim detectar a existência ou revelar a

¹ Para situações pontuais, de necessidade de gravações indisponíveis por parte da *Cision*, recorremos aos arquivos da RTP, SIC e TVI, que também nos facultaram o material gratuitamente. A *Cision* denominava-se, ao tempo, Memorandum.

² Tivemos oportunidade de constatar que tais problemas eram reais. É até de inteira justiça sublinhar a extrema simpatia e denodo de todos os que intercederam no sentido de nos ser facultado o acesso aos arquivos da agência, nomeadamente o Dr. Goulart Machado e João Gomes.

inexistência de comportamentos miméticos, sejam eles internos à estação (entre noticiários da mesma estação de TV), externos à estação, mas internos ao meio (entre noticiários de várias estações de TV), ou externos ao meio (entre informativos da TV, informativos da rádio e notícias da imprensa escrita).

A primeira dificuldade a resolver passa, então, pela determinação dos assuntos tratados pelas diferentes estações, etapa que se cumpre em paralelo com o visionamento dos telejornais. Não se encontra qualquer dificuldade quando um determinado assunto é tratado apenas por uma estação, e numa só notícia, durante o ciclo noticioso diário. Por exemplo, a notícia de uma greve na *Grundig* de Braga, alinhada apenas pela TVI, e apenas no primeiro bloco informativo de 4 de Janeiro (assunto 6, ver quadro 4-A)³.

Tal pode não acontecer quando um mesmo assunto é noticiado por várias estações. Se, numa mesma estação, um determinado assunto pode ser retomado em noticiários seguintes sem que se altere uma *vírgula* à entrada do *pivot* e à peça subsequente (acontece bastantes vezes), já é mais difícil, ou mesmo impossível, que uma notícia sobre um determinado assunto seja difundida com o mesmo texto, a mesma montagem, o mesmo tempo num canal concorrente.

A 4 de Janeiro foi notícia, nas quatro estações, o encalhamento de um navio na Figueira da Foz. Vamos supor que uma das estações dá a notícia sem incluir qualquer depoimento, que uma segunda inclui o depoimento do capitão do porto, que uma terceira acrescenta a esse depoimento o do responsável pela Protecção Civil daquele concelho. Tais notícias, sendo diferentes, versam um mesmo assunto: *Navio encalhado na Figueira da Foz*. Será esta a nossa opção, baseada assim na *matéria* tratada pelas diversas notícias, e desde que a informação veiculada - apresentada embora de forma diferente, durando mais ou menos tempo, com mais ou menos depoimentos, com *vivo* a fechar a peça ou sem *vivo* algum - seja similar (ver exemplo 1). Já optaríamos pela entrada de um novo assunto se uma das estações informasse, por exemplo, que a bordo do barco seguia um determinado número de clandestinos, que se fizeram passar por tripulantes durante a operação de socorro, mas que a seguir desapareceram do hotel onde haviam sido albergados. Nesta situação hipotética (ver exemplo 2), teríamos então dois assuntos elencados: *Navio encalhado na Figueira da Foz*, para as estações que não noticiaram o caso dos clandestinos; e *Navio encalhado na Figueira da Foz transportava clandestinos*, ou *Clandestinos em fuga*, para a outra estação.

Queremos com isto assinalar que, sempre que o fulcro das notícias seja diferente, mesmo que o cenário ou o pano de fundo seja o mesmo, a listagem de assuntos respeitará essa diversidade. Se - e voltamos ao exemplo anterior -, a estação que reportou o caso dos clandestinos também tivesse, além disso, e na mesma notícia, libertado as informações dadas pelas outras estações, aí seriam assinaladas, para esta estação, duas e não uma notícia. A primeira, *exclusiva* da estação, assinalada no assunto *Navio encalhado na Figueira da Foz transportava clandestinos*; a segunda, assinalada no assunto *Navio encalhado na Figueira da Foz*, notícia que aqui era também assinalada para as outras estações que haviam dado conta da ocorrência (ver exemplo 3).

Esta situação - da necessidade de desdobramento de uma notícia em mais do que um assunto -, surge algumas vezes no conjunto das semanas analisadas. E isto porque, como é natural, as redacções

³ A dissertação de doutoramento, apresentada originalmente em formato A4, incluía um número significativo de quadros e gráficos. A adequação ao formato do presente livro, a que se soma o facto de, em tais quadros e gráficos, apresentados a cores, a cor ser informativa, obrigou-nos a optar pela sua disponibilização unicamente na web. Como facilmente se compreenderá, só assim se tornou viável a publicação do livro. As remissões para tais quadros e gráficos serão acompanhadas de nota com a indicação do endereço web onde poderão ser consultados.

As séries de quadros 1-A a 1-G; 2-A a 2-G; 3-A a 3-G; 4-A a 4-G; 5-A a 5-G; 6-A a 6-G; 7-A a 7-G; 8, quadros a que nos referiremos nas páginas seguintes, encontram-se disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JA.pdf

Exemplo 1	4.01.1999 - 2.ª feira	RIP1				SIC			TVI				RIP2
		09h	13h	20h	24h	13h	20h	ULT	10h	13h	21h	P.F.	
Assuntos noticiados													
Navio encalhado na Figueira da Foz													x

Exemplo 2	4.01.1999 - 2.ª feira	RIP1				SIC			TVI				RIP2
		09h	13h	20h	24h	13h	20h	ULT	10h	13h	21h	P.F.	
Assuntos noticiados													
Navio encalhado na Figueira da Foz													x
Navio encalhado na Figueira da Foz transportava clandestinos													

Exemplo 3	4.01.1999 - 2.ª feira	RIP1				SIC			TVI				RIP2
		09h	13h	20h	24h	13h	20h	ULT	10h	13h	21h	P.F.	
Assuntos noticiados													
Navio encalhado na Figueira da Foz													x
Navio encalhado na Figueira da Foz transportava clandestinos													

televisivas optam, por vezes, por arrumações diferentes dos assuntos tratados num telejornal. Uma estação pode, na mesma unidade *notícia*, dar conta de confrontos em Timor e também de violentas manifestações desencadeadas por separatistas de uma província indonésia: *Em Liquiçá as milícias pró-indonésias mataram dois elementos da Resistência timorense. Entretanto, na província indonésia de Irian-Jaya, manifestantes separatistas apedrejaram instalações governamentais*. Outra estação pode autonomizar os dois acontecimentos em notícias diferentes, podendo até não as alinhar seguidas. Em casos destes, serão listados dois assuntos, assinalando-se duas notícias para cada uma das estações (ver exemplo 4).

Exemplo 4	4.01.1999 - 2.ª feira	RIP1				SIC			TVI				RIP2
		09h	13h	20h	24h	13h	20h	ULT	10h	13h	21h	P.F.	
Assuntos noticiados													
Confrontos sangrentos em Liquiçá (Timor Leste)													
Continuam os tumultos em Irian-Jaya (Indonésia)													x

Outras opções que tomámos. Por vezes, um mesmo assunto é objecto de mais do que uma notícia, num telejornal de uma estação. Como decidimos indexar as notícias à raiz *assuntos*, duas ou mais notícias sobre o mesmo assunto, no mesmo telejornal, serão contabilizadas como apenas uma, excepto em casos em que a informação veiculada por uma segunda ou terceira entradas seja substancialmente diferente da(s) anterior(es).

Em 1999 ainda não era habitual dividir um determinado assunto em *episódios*, espalhando-o pelo telejornal com o intuito de prender os telespectadores interessados em seguir a *novela* noticiosa. Mas acontecia, sobretudo nos directos e em casos pontuais, efectuar-se uma segunda chamada ao repórter no terreno, para dar conta de eventuais evoluções de um determinado acontecimento. Por exemplo, um directo desde Souselas, para reportar reacções dos habitantes da localidade a uma decisão governamental sobre a co-incineração. Num primeiro directo, o repórter informa que os populares se começam a concentrar em frente à cimenteira, mas são ainda em número reduzido. O *pivot* toma a iniciativa de fechar o directo, prometendo nova ligação assim que os factos o justificarem. Vinte minutos depois, nova ligação. O repórter dá então conta de que o número de populares engrossou, e recolhe o depoimento de alguns dos manifestantes. Numa situação destas, só listaremos um assunto - *Co-incineração: reacções em Souselas*, e não dois, que seriam, por exemplo, nessa opção que rejeitamos: *Co-incineração: poucos manifestantes em Souselas*", e *Co-incineração: Souselas contra o governo*. Consequentemente, também se registará apenas uma notícia, e não duas.

Um caso similar acontece com as *falsas entradas*, geralmente colocadas no início dos telejornais. Também aqui só listamos, obviamente, um assunto, e consequentemente uma só notícia.

Não consideramos as indicações finais sobre meteorologia, informações de inclusão tradicional nas várias estações. Se o fizéssemos, estaríamos a inflacionar, em nosso entender indevidamente, o volume dos mimetismos. Isto não significa que rejeitemos o registo de toda e qualquer informação meteorológica. Se, por exemplo, um telejornal incluir informação dando conta de previsões de um Verão com temperaturas anormalmente excessivas, estudo a cargo de um qualquer departamento de meteorologia, será incluído um novo assunto, com o correspondente registo de entrada de uma notícia.

O mesmo vale para as indicações finais dos jogos da sorte (Totoloto, Totobola, etc.), para os comunicados das direcções de informação das estações de televisão, para as inserções obrigatórias de comunicados da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), ou inserções ao abrigo do direito de resposta.

3.2. Semana de 4 a 10.01.1999

3.2.1. Potenciação noticiosa de assuntos da agenda televisiva em função da selecção por maior ou menor número de estações de televisão

Verificamos que o número de assuntos tratados apenas por uma estação é de longe superior aos grupos de assuntos tratados por duas, três e quatro estações. No conjunto da semana encontramos 349 assuntos tratados por uma estação, 92 que foram objecto de notícia em duas estações, 52 assuntos tratados por três estações e apenas 34 assuntos noticiados pelas quatro estações.

À partida, estes números indiciariam estarmos perante telejornais de grande diversidade, no que aos assuntos noticiados concerne. Olhando apenas para estes números absolutos, seríamos tentados a considerar a inexistência de comportamentos miméticos por parte das redacções televisivas. O conjunto dos assuntos noticiados por mais do que uma estação corresponderia a uma percentagem residual da totalidade dos assuntos elencados na semana em análise. 349 assuntos tratados exclusivamente por uma estação, contra 178 objecto de notícia em duas, em três e nas quatro estações. Os assuntos tratados por mais do que uma estação quedar-se-iam nos 33,8%⁴, deixando significativos dois terços para o grupo de assuntos com notícias originárias em apenas uma estação.

Estas cifras não reflectem, no entanto, o valor atribuído pelas redacções televisivas aos assuntos seleccionados para integrarem os informativos diários. Para se aferir da importância atribuída a cada assunto elencado, importa quantificar as notícias que gerou. O quadro 8 permite-nos proceder a esse cotejo.

No dia 4, o grupo de sete assuntos alinhados por todas as estações gerou um total de 53 notícias; o grupo de 14 assuntos no alinhamento de três estações gerou 76 notícias; o grupo de cinco assuntos tratado por duas estações gerou um total de 11 notícias.

Já o grupo de 39 assuntos a merecer a atenção de uma só televisão não conseguiu gerar mais do que 50 notícias. Ou seja, menos três notícias que o grupo de sete assuntos alvo da selecção das quatro estações televisivas.

Se atendermos à média, verificamos a enorme potencialidade na desmultiplicação em notícias dos assuntos objecto da selecção de mais do que uma estação de TV - nomeadamente os assuntos tratados por quatro e três estações -, contrastando com a debilidade dos assuntos tratados só por uma estação. Assim, cada um dos 7 assuntos do grupo em que o mimetismo atingiu o seu pleno - sendo alvo de

⁴ Na ausência de indicação em contrário, as percentagens fornecidas são arredondadas à décima.

notícias nas quatro estações - gerou uma média de 7,6 notícias; cada um dos 14 assuntos alinhados por três estações gerou uma média de 5,4 notícias; no grupo dos assuntos alinhados por duas estações, a média decresce significativamente para os 2,2. Os mínimos pertencem ao grupo de assuntos alinhados por uma só estação: 1,3.

O que verificámos no dia 4 mantém-se com impressionante regularidade nos restantes dias da semana. O grupo dos assuntos noticiados por uma estação diverge sempre, de forma significativa, dos restantes grupos: 52 assuntos tratados por uma só estação contra 6 noticiados pelas quatro estações, no dia 5; 61 assuntos contra apenas 3 alinhados pelas quatro estações, no dia 6; 55 assuntos contra apenas 3 seleccionados pelas quatro estações, no dia 7; 61 contra 7, no dia 8; 41 contra 5, no dia 9, e 40 contra 3, no último dia da amostra.

Esta constante disparidade corre a par com a tendência uniforme da geração de muito mais notícias por parte dos assuntos seleccionados pelas quatro estações. Verificamos que o grupo de assuntos tratados por quatro estações gera uma média de notícias nunca inferior a 6,0. O que só acontece num dos dias da amostra, a 9 de Janeiro (6,0). Nos dias 4, 5, 6 e 10, a média de notícias gerada situa-se na casa das 7 (7,6 no dia 4; 7,3 no dia 5; 7,7 no dia 6; 7,0 no dia 10). No dia 7, a média sobe para as 9,3 notícias por assunto, e no dia 8 cifra-se nas 8,4 notícias.

Consultando o quadro 8, verificamos que essa regularidade também se patenteia nos restantes grupos. O respeitante aos assuntos tratados por três estações oscila entre as 3,8 e as 5,6 notícias; o grupo dos assuntos tratados por duas estações alcança médias de geração de notícias sempre na casa das duas unidades (entre 2,2 e 2,9); e o grupo dos assuntos alinhado apenas por uma estação também se queda sempre na casa da unidade (entre 1,1 e 1,3), sendo o que regista a menor variação, entre os quatro grupos.

Feita esta constatação, pode objectar-se que os assuntos noticiados por várias estações têm, necessariamente, de registar médias de geração de notícias mais elevadas.

A objecção é pertinente. Mas os dados carreados já permitem vislumbrar-lhe difícil sucesso. Um assunto tratado apenas por uma TV pode ser noticiado entre uma e quatro vezes, dado ser este o número máximo de noticiários das estações que integram a nossa amostra. Quatro vezes nos casos da RTP1 e da TVI, três vezes na SIC e uma só vez na RTP2. Isto de 2.^a a sexta-feira, em virtude da redução do número de noticiários ao fim de semana. Aqui a RTP1 passa de quatro para três noticiários diários, e a TVI para apenas um.

Entre a inserção única e as quatro possíveis, verificamos, pelos dados já libertados, que os assuntos tratados apenas por uma estação geram uma média de notícias que se situa no patamar inferior, entre 1,1 e 1,3. Quanto ao grupo dos assuntos tratados por quatro estações, o intervalo situa-se entre o mínimo de quatro notícias e o máximo de doze. Verificámos já que a média foge do patamar mínimo, situando-se entre 6,0 e 9,3.

Este é já um primeiro indicador da depreciação a que são votados os assuntos exclusivos de uma estação, os assuntos que fogem à atracção mimética, por contraponto com os que expressam mimetismo com grande fulgor, os que são objecto de notícia em todas as estações.

Uma leitura atenta às colunas da direita nas séries de quadros 6-A a 6-G e 7-A a 7-G reforça o que defendemos. Olhando para os assuntos noticiados apenas por uma TV, ressalta a grande maioria encarnada numa só notícia. Pelo contrário, nos assuntos que subiram ao alinhamento das quatro TV's, rapidamente se constata a tendência para um tratamento noticioso mais insistente.

Os quadros 9-A e 9-B ajudar-nos-ão a reforçar o que até aqui temos expandido. O primeiro dos quadros regista o desdobramento de notícias resultantes de assuntos tratados por uma só estação. 273

Quadro 9-A Assuntos noticiados por 1 estação				
	1 notícia	2 notícias	3 notícias	4 notícias
Dia 4 (2. ^a)	30	7	2	0
Dia 5 (3. ^a)	42	6	4	0
Dia 6 (4. ^a)	46	15	0	0
Dia 7 (5. ^a)	49	6	0	0
Dia 8 (6. ^a)	43	16	2	0
Dia 9 (Sáb.)	31	10	0	x
Dia 10 (Dom.)	32	7	1	x
Total	273	67	9	0
%	78,2%	19,2%	2,6%	0,0%

assuntos deste grupo valerem uma notícia apenas, num universo de 349 assuntos, o que equivale a uma percentagem de 78,2%. Muito longe fica o subgrupo dos assuntos de tratamento exclusivo de uma só estação vertidos em duas notícias: foram 67, o equivalente a 19,2%. Alinhados em três noticiários da mesma estação apenas encontramos 9, valendo assim 2,6%. E não se encontra nenhum assunto deste

grupo tratado em quatro noticiários.

O quadro 9-B regista comportamento dispar do verificado anteriormente. Para um universo de 34 assuntos, encontramos um só caso (2,9%) tratado no número mínimo de quatro notícias. A percentagem mais significativa vamos encontrá-la no subgrupo de assuntos vertidos em sete notícias: 20,6%, respeitante a sete casos. Há cinco assuntos vertidos, cada um deles, em cinco notícias (14,7%); seis que originaram, cada um, seis notícias (17,6%).

Quadro 9-B Assuntos noticiados por 4 estações									
	4 notícias	5 notícias	6 notícias	7 notícias	8 notícias	9 notícias	10 notícias	11 notícias	12 notícias
Dia 4 (2. ^a)	0	1	2	1	1	0	1	1	0
Dia 5 (3. ^a)	0	2	2	0	0	0	0	2	0
Dia 6 (4. ^a)	0	0	1	0	1	1	0	0	0
Dia 7 (5. ^a)	0	0	0	1	0	0	1	1	0
Dia 8 (6. ^a)	0	1	0	1	1	3	0	0	1
Dia 9 (Sáb.)	1	1	1	1	1	x	x	x	x
Dia 10 (Dom.)	0	0	0	3	0	x	x	x	x
Total	1	5	6	7	4	4	2	4	1
%	2,9%	14,7%	17,6%	20,6%	11,8%	11,8%	5,9%	11,8%	2,9%

Caminhando para o topo, encontramos ainda quatro assuntos vertidos em oito notícias (11,8%); o mesmo número de assuntos gerando nove notícias cada (11,8%); dois assuntos que se reproduziram em dez notícias (5,88%); quatro assuntos em onze notícias (11,8%). Por último, um assunto que atingiu o pleno possível nos dias úteis, chegando às doze notícias (2,9%).

Podemos já dar por adquirida uma primeira conclusão: existe efectivamente uma força propulsora de notícias bastante mais pujante nos assuntos seleccionados por todas as redacções televisivas, do que nos assuntos elencados por uma só TV. Essa força propulsora, que mal se faz sentir nos assuntos tratados por uma só estação, vai crescendo de intensidade à medida que determinados assuntos vão sendo objecto da atenção/tratamento/selecção de mais estações.

Os gráficos 1 e 2⁵ ilustram bem o contraste entre a força geradora de notícias reflexo de práticas miméticas entre várias estações de televisão, por contraponto com a debilidade/desvalorização dos assuntos que fogem aos ditames miméticos.

Olhando para os totais da semana (gráfico 3)⁶, verificamos que o grupo de 34 assuntos noticiados por 4 estações gerou 258 notícias. 6,5% do total de assuntos noticiados produziu 21,5% das notícias

⁵ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JB.pdf

⁶ Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JC.pdf

desta semana. A mesma percentagem de notícias para o grupo seguinte - dos assuntos tratados por 3 estações -, apesar de ter sido necessário mobilizar maior número de assuntos (52, equivalente a 9,9% do total de assuntos), para atingir aqueles valores percentuais.

O grupo dos assuntos tratados por duas estações totaliza 92, do universo de 527, o que equivale a uma percentagem de 17,5%. Apesar de quase triplicar o total de assuntos do primeiro grupo e quase duplicar o total de assuntos do segundo, este terceiro grupo só foi capaz de gerar 252 notícias (21,0%), menos seis notícias que cada um dos grupos anteriores.

O grupo dos assuntos tratados exclusivamente por uma estação é o mais bojudo, em valores absolutos, tanto no que respeita ao total de assuntos como ao total de notícias. 349 assuntos geraram 434 notícias. 66,2% do total de assuntos gerou apenas 36,1% das notícias desta semana.

Verificamos, então, que cada assunto noticiado pelo pleno das estações gerou 7,6 notícias; cada assunto alinhado por três estações gerou 5 notícias; cada assunto alinhado por duas estações gerou 2,7 notícias; cada assunto alinhado por uma só estação gerou 1,2 notícias.

Os assuntos noticiados por duas estações geraram, em média, mais 2,2 notícias que os alinhados por uma só estação; os assuntos noticiados por 3 estações geraram, em média, mais 1,8 notícias que os alinhados por duas estações; os assuntos noticiados por 4 estações geraram, em média, mais 1,5 notícias que os alinhados por 3 estações.

Comparando os extremos, constatamos que o grupo de assuntos alinhado pelo pleno das estações conseguiu gerar, em média, mais 6,3 notícias que o grupo de assuntos noticiado por uma só estação.

Retomaremos esta análise nas restantes semanas do *corpus* da tese, para podermos confirmar ou infirmar os resultados agora obtidos.

Creemos estar perante resultados que evidenciam, com clareza, o privilégio dado pelas redacções televisivas aos assuntos tratados também pela concorrência, aos acontecimentos *que se impõem* na ordem noticiosa de um determinado dia. Sinal, então, de similitudes no nobre e decisivo acto de seleccionar o material noticioso a difundir por cada canal.

O reverso traduz-se na desvalorização dos assuntos elencados exclusivamente por uma estação. Ora, será obrigatoriamente neste grupo de assuntos que encontraremos a marca do labor original de cada redacção. Tal marca não se restringe, como sabemos, unicamente à selecção de matéria noticiável original, vai muito para além disso, através da forma de exposição das notícias, do ângulo de abordagem dos assuntos, e de toda uma série de recursos postos à disposição das redacções.

Importa ressaltar que a difusão de uma notícia por apenas um canal não permite inferir, de imediato, estarmos perante labor original da redacção, perante notícia fruto de *jornalismo de investigação*. Mas é condição inerente aos *exclusivos*, ou melhor dito, às *cachas*, que estas sejam difundidas por apenas uma estação. *A contrario sensu*, quando um determinado assunto sobe aos alinhamentos de várias estações, não haverá, à partida, labor investigativo da parte das redacções, antes uma submissão a forças externas que conseguem, por virtualidades várias, determinar as agendas noticiosas, impondo que um ou vários assuntos sejam absorvidos por tais agendas para posterior difusão.

Guardaremos para a conclusão deste capítulo reflexão mais detalhada sobre estes pontos fulcrais, reflexão que beberá, então, do contributo dos resultados obtidos pelo escalpe profundo que nos propusemos efectuar aos telejornais.

3.2.2. Hierarquia das notícias nos alinhamentos, em função da selecção dos assuntos por maior ou menor número de estações de televisão

Se podemos considerar o volume de notícias gerado por um determinado assunto como um índice da importância atribuída a esse assunto pelas redacções, isso não significa que tal índice se constitua como a única forma de aferirmos tal relevância. Importa analisar também o lugar que os diferentes grupos de notícias ocupam nos alinhamentos.

Assuntos geradores de grande volume de notícias não trazem, à partida, certificado de garantia de lugares privilegiados nos alinhamentos dos telejornais. Como nada impede que um assunto noticiado apenas por uma estação abra um informativo, ou se situe nos primeiros lugares do alinhamento. Aliás, se tal assunto, de difusão exclusiva de uma estação, for valorado enquanto produto original da redacção, considerado como uma mais-valia que diverge das marcas miméticas da concorrência, o mais normal é que se situe em lugares privilegiados do alinhamentos.

O inverso significará que a difusão de uma notícia apenas por uma estação não traz consigo as marcas de *exclusividade*, de *cacha*, de labor original, de afã investigativo da redacção. O seu aparecimento em lugar menos nobre do alinhamento significará que este assunto foi seleccionado por circunstâncias várias, com a componente *valorização* pesando muito pouco nos critérios decisórios do *gatekeeper* que a seleccionou. Como pode também significar o desprezo a que foi votada pelos restantes *gatekeepers*.

A aferição da importância atribuída às notícias que compõem os alinhamentos dos jornais televisivos pode detectar-se através do lugar atribuído a tais notícias na paginação de um telejornal. Não é critério rígido ou absoluto, que possa valer para todas as notícias, ou para todos os alinhamentos. Como verificaremos mais tarde, quando dermos conta dos resultados da observação por nós efectuada nas redacções das televisões portuguesas, a inclusão de uma notícia em determinado lugar do alinhamento não significa, obrigatoriamente, que tal notícia seja considerada mais importante que outras colocadas em lugares menos destacados. A opção por um alinhamento com picos de interesse espalhados ao longo de um telejornal traduz-se na distribuição mais equitativa das notícias consideradas importantes por todo esse alinhamento, em vez de as fazer adornar para a abertura. Constrangimentos vários, alguns deles sentidos já durante a emissão de um telejornal, podem alterar parcial ou radicalmente as *reservas* de lugares feitas anteriormente nos pré-alinhamentos, obrigando mesmo algumas das notícias previamente alinhadas a ficarem em terra, esperando pacientemente por outro bloco informativo.

De todo o modo, o lugar ocupado por determinadas notícias nos alinhamentos constituirá sempre um critério de análise, pese a ressalva feita. Nomeadamente se, da recolha de dados efectuada pudermos constatar regularidades diferenciadoras dos quatro subgrupos (assuntos noticiados por quatro, por três, por duas e por uma estação).

Verificámos, primeiro, a relação entre as notícias de abertura e a sua proveniência. Saber se as aberturas se distribuem uniformemente pelos quatro grupos, ou se algum destes ganha primazia em relação aos demais. Na segunda operação alargámos a zona de abertura para as três primeiras notícias, de molde a amortecer eventuais desvios provocados por circunstâncias fortuitas à valoração que presumimos tenha sido atribuída à notícia de abertura por parte do *gatekeeper*.

Posteriormente, repetimos as mesmas operações mas na zona de fecho dos telejornais (ver quadro 8 e gráficos 4 a 7)⁷.

⁷ Quadro 8 disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JA.pdf; gráficos 4 a 7 em www.mediatico.com.pt/tese/JD.pdf

3.2.2.1. Notícias de abertura

Olhando para o registo diário (quadro 8), constatamos que em cinco dos sete dias o maior volume de aberturas proveio do grupo dos assuntos noticiados por quatro estações. Aconteceu dia 4 (7 aberturas em 12 possíveis), dia 5 (6 aberturas em 12 possíveis), dia 9 (6 aberturas em 8 possíveis), dia 10 (4 aberturas em 8 possíveis), com um pleno registado dia 7 (12 aberturas em 12 possíveis).

Dia 7 o maior número de aberturas pertenceu ao grupo dos assuntos alinhados por três estações (6 em 12 possíveis). No dia 6, o maior número de aberturas proveio do grupo de assuntos tratados por uma só estação.

Se quisermos confrontar os grupos extremos (assuntos noticiados por 4 e por uma estação), teremos 7-2 no dia 4; 6-1 no dia 5; 0-5 no dia 6; 1-3 no dia 7; 12-0 no dia 8; 6-0 no dia 9; 4-1 no dia 10. Se formarmos dois *grandes grupos* (o primeiro aglutinando os grupos dos assuntos tratados por 4 e por 3 estações, e o segundo juntando os restantes grupos), constatamos que, nos dias 4 e 5, o primeiro grupo assegurou 10 aberturas em doze possíveis; no dia 7 atingiu 7 aberturas em 12 possíveis; no dia 8 totalizou 12 aberturas em 12 possíveis; no dia 9 registou 8 aberturas em 8 possíveis, e no dia 10 assegurou 5 das 8 aberturas possíveis. O grupo de assuntos noticiados por duas ou uma estação só no dia 6 totalizou mais aberturas, 9 em 12 possíveis.

Nos totais semanais (ver gráfico 4), registam-se 36 aberturas geradas pelo grupo de assuntos noticiados por quatro estações, o que equivale a uma percentagem de 47,4%; 19 aberturas (25,0%) oriundas do grupo de assuntos tratados por três estações; 9 aberturas (11,8%) do grupo de assuntos tratados por duas estações, e doze aberturas (15,8%) do grupo de assuntos alvo da selecção de apenas um canal.

A diferença é significativa, com o grupo de assuntos tratados pelas 4 estações a conseguir gerar quase metade do total de aberturas.

3.2.2.2. Notícias nos três primeiros lugares dos alinhamentos

Este grupo leva também a primazia na geração de notícias colocadas nos três primeiros lugares do alinhamento. No entanto, a diferença deste para os restantes grupos esbate-se bastante.

Consultando o registo diário (quadro 8), constatamos que só em três dias este grupo consegue colocar mais notícias na zona referida que os restantes grupos. Acontece no dia 4, com 13 notícias (em 36 possíveis); no dia 8, com 26 notícias (em 36 possíveis); e no dia 9, com 9 notícias (em 24 possíveis). No dia 5 divide a primazia com o grupo de assuntos noticiados por três estações, com 11 notícias cada (em 36 possíveis). Dias 6 e 10 é o grupo de assuntos tratados por duas estações que coloca mais notícias nesta zona do alinhamento, um total de 13 para dia 6 (em 36 possíveis), e 7 no dia 10 (em 24 possíveis); no dia 7 o primeiro lugar vai para o grupo de assuntos tratados por uma só estação, com 13 notícias (em 36 possíveis).

Constatamos ainda que em dois dos dias, o grupo dos assuntos tratados por 4 estações nem sequer garante o segundo lugar. Acontece dia 6, quedando-se em último - 4 notícias em 36 possíveis -, e dia 7, ficando em terceiro, *ex aequo* com o grupo de assuntos noticiados por duas estações. No dia 10, o segundo posto (6 notícias em 24 possíveis) é partilhado com o grupo de assuntos tratados apenas por uma estação.

Confrontando os grupos extremos (assuntos noticiados por 4 e por uma estação), temos agora 13-9 no dia 4; 11-9 no dia 5; 4-12 no dia 6; 6-13 no dia 7; 26-8 no dia 8; 9-3 no dia 9; 6-6 no dia 10.

Voltando a formar dois *grandes grupos* (o primeiro aglutinando os grupos dos assuntos tratados

por 4 e por 3 estações, e o segundo juntando os restantes grupos), constatamos que, no dia 4, o primeiro grupo assegurou 25 das 36 notícias possíveis; no dia 5, atingiu 22 notícias em 36 possíveis; no dia 8 totalizou 27 notícias em 36 possíveis; e no dia 9 conseguiu 17 notícias em 24 possíveis. O grupo de assuntos noticiados por duas e por uma estação - que, no caso das aberturas, só em um dos dias havia conseguido suplantar o outro grupo - surge agora com maior número de notícias em três dias. A 6, com 25 notícias em 36 possíveis; a 7, com 19 notícias em 36 possíveis; e dia 10, com 13 notícias em 24 possíveis. Nos totais semanais (ver gráfico 5), registam-se 75 notícias geradas pelo grupo de assuntos noticiados por 4 estações, o que equivale a 32,9%; 55 notícias (24,1%) oriundas do grupo de assuntos tratados por 3 estações; 38 notícias (16,7%) do grupo de assuntos tratados por duas estações, e 60 notícias (26,3%) do grupo de assuntos alvo da selecção de apenas um canal.

Continua a verificar-se um domínio das notícias geradas pelo grupo de assuntos tratados por 4 estações, vantagem agora atenuada. O conjunto das notícias geradas por assuntos tratados por três estações mantém-se estável (diminuição ligeira de 25% para 24,1%). Regista-se uma subida do grupo seguinte (notícias referentes a assuntos difundidos por duas estações), passando de 11,8% para 16,7%; e uma subida mais acentuada do último grupo (notícias referentes a assuntos difundidos por uma estação). Este grupo passa dos 15,8% para 26,3%, quedando-se agora no segundo lugar do *ranking* de geração de notícias.

Temos, então, o mimetismo no seu esplendor reinando nas aberturas, não abrindo mão do ceptro no conjunto das três notícias de abertura, apesar de, neste último caso, se verificar maior permeabilidade à inclusão de assuntos de menor teor mimético.

Os quadros 10-A e 10-B⁸ evidenciam, o primeiro, a repetição do mesmo assunto abrindo telejornais da mesma estação; o segundo, aberturas miméticas entre as várias estações.

3.2.2.3. Notícias de fecho

Passemos agora aos fechos dos telejornais (ver quadro 8). O contraste é significativo. Enquanto nas notícias de abertura o grupo de assuntos tratados por 4 estações predominava em cinco dos sete dias, com um dia de liderança do grupo de assuntos tratados por uma estação, no caso das notícias de fecho é este último grupo que lidera em seis dos sete dias, com um dia de liderança deixado ao grupo de assuntos tratados por 4 estações.

O grupo de assuntos noticiados por uma só estação lidera no dia 4 (6 fechos em 12 possíveis); no dia 5 (11 fechos em 12 possíveis); no dia 6 (7 fechos em 12 possíveis); no dia 7 (10 fechos em 12 possíveis); no dia 8 (7 fechos em 12 possíveis); e no dia 9 (7 fechos em 8 possíveis). Só no dia 10 a liderança passa para o grupo de assuntos tratados por 4 estações (5 fechos em 8 possíveis).

Outro dado a reter reside no facto de, em três dos sete dias (a 5, 7 e 9), este último grupo não ter registado qualquer fecho.

Confrontando os grupos extremos (assuntos noticiados por 4 estações e por uma estação), temos 3-6 no dia 4; 0-11 no dia 5; 4-7 no dia 6; 0-10 no dia 7; 1-7 no dia 8; 0-7 no dia 9; e 5-3 no dia 10.

Constituindo dois *grandes grupos* (o primeiro aglutinando os grupos dos assuntos tratados por 4 e por 3 estações, e o segundo juntando os restantes grupos), constatamos um empate no dia 4, cada um dos grupos assegurando 6 notícias de fecho; nos dias 5 e 7, o primeiro grupo assegura apenas um fecho contra 11 do segundo grupo; no dia 6, a relação é de 5 fechos para o primeiro grupo e de 7 para o segundo; no dia 8 a relação é de 2-10; no dia 9 é de 0-8. Apenas no dia 10 esta relação se inverte,

⁷ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JE.pdf

com o primeiro grupo a registar 5 notícias de fecho contra 3 do segundo grupo. Nos totais semanais (ver gráfico 6), a maior fatia é agora assegurada pelo grupo de assuntos tratados apenas por uma estação. Totaliza 51 fechados, contra 5 do grupo de assuntos tratados por duas estações, 7 do grupo de assuntos tratados por três estações, e 13 do grupo de assuntos tratados por quatro estações.

O primeiro dos grupos referido atinge assim uma percentagem de 67,1% dos fechados, contra 17,1% do último grupo. Com 6,6% encontramos o grupo de assuntos tratados por duas estações, restando 9,2% para o grupo de assuntos tratados por três estações.

A diferença entre os grupos extremos acentua-se, quando cotejada com o registado nas aberturas: 50% no caso dos fechados; 31,6 no caso das aberturas. Logo, se o grupo de assuntos com carga mimética mais acentuada é o que mais notícias de abertura garante, também resiste com denodo aos fechados dos telejornais. Por contraponto, o grupo de assuntos veiculados apenas por uma estação regista uma taxa de penetração residual nas aberturas, e uma elevadíssima taxa de penetração nos fechados, onde fica perto dos 2/3 do total.

3.2.2.4. Notícias nos últimos três lugares dos alinhamentos

Resta-nos verificar a origem das notícias colocadas nos últimos três lugares dos alinhamentos (ver gráfico 7). Também aqui é o grupo dos assuntos noticiados apenas por uma estação que leva a palma, assegurando 118 dos 227 fechados possíveis, o que equivale a uma percentagem de 52,0%. O grupo de assuntos tratados por 4 estações vem a seguir, com 40 notícias (17,6%). Em terceiro surge o grupo de assuntos tratados por três estações, com 36 notícias (15,9%). Em último, o grupo de assuntos tratados por duas estações, com 33 notícias (14,5%).

Invertidos os papéis de predomínio entre os grupos extremos, verifica-se uma regularidade assinalável por comparação com o que constatámos na análise das primeiras três notícias do alinhamento. Em ambos os casos, o grupo que assegura maior percentagem na primeira e na última notícias, vê essa percentagem reduzida quando alargamos o leque às três primeiras e às três últimas notícias.

Antes havíamos constatado o vigor das forças miméticas na propulsão de notícias para a abertura dos telejornais, também para a zona de abertura constituída pelas três primeiras notícias. Podemos agora completar o quadro com uma repulsa das mesmas forças no que aos fechados e à zona de fecho constituída pelas três últimas notícias concerne.

Para além de gerarem um número bastante mais significativo de notícias, os assuntos tratados pelo pleno das estações garantem também os melhores lugares nos alinhamentos. O contraponto traduz-se numa grande desvalorização dos assuntos tratados apenas por uma estação.

Ou estes, podendo ser tratados também pelas outras redacções televisivas, fugiram às ondas de atracção mimética por razões fortuitas; ou, no caso de constituírem efectivamente trabalho original de uma determinada estação, mereceram valoração bastante reduzida por parte dos editores e coordenadores das redacções televisivas.

3.2.3. Forças miméticas internas a cada estação

O passo seguinte da nossa análise consistirá na detecção de forças miméticas, mas agora internas a cada estação. Fá-lo-emos em duas etapas. Na primeira, tentaremos detectar a existência de fluxos de assuntos entre noticiários da mesma estação. A segunda etapa curará da aferição do peso das notícias

que os *gatekeepers* decidem redifundir, repetição efectuada sem quaisquer alterações da peça original, assim como da entrada do *pivot*.

Tentaremos responder às seguintes questões:

a) Os noticiários televisivos difundidos pela mesma estação funcionam como compartimentos estanques, ou evidenciam um *continuum* no tratamento de determinados assuntos?

b) A existirem tais fluxos, têm os mesmos uma importância residual ou, pelo contrário, conformam significativamente a sequência de alinhamentos dos telejornais de uma estação?

c) Qual a amplitude de tais fluxos? Mantêm-se fundamentalmente entre dois noticiários seguidos, ou permanecem bastante mais tempo, em três ou mesmo quatro noticiários do dia?

d) E constituirão marca específica de uma estação ou, pelo contrário, também aqui encontraremos regularidades que permitam caracterizar a existência de tais fluxos como uma característica do jornalismo vertido nos informativos televisivos?

e) A comprovar-se a existência de tais fluxos, serão estes reflexo da necessidade de contínua actualização de assuntos/acontecimentos/processos que se prolongam no tempo, mantendo inquestionável actualidade? Ou será que a realimentação de noticiários se fica a dever, também, a lógicas que fogem dos critérios jornalísticos, entendidos estes *stricto sensu*?

3.2.3.1. Análise aos fluxos entre noticiários da RTP1

Começamos a análise pelo conjunto de noticiários emitidos pela RTP1 na semana de 4 a 10 de Janeiro de 1999. Esta estação emitia, ao tempo, quatro informativos diários, de teor generalista, nos dias úteis. Aos sábados e domingos o total de noticiários reduzia-se para três, não sendo emitido o *Notícias 1*, primeiro informativo do dia (09h). Tratámos de registar a existência de fluxos de assuntos tendo como emissores os informativos das 09h (*Notícias 1*), das 13h (*Jornal da Tarde*) e das 20h (*Telejornal*); e tendo como receptores os informativos das 13h (*Jornal da Tarde*), das 20h (*Telejornal*) e o último noticiário da estação (*24 Horas*), este emitido em horário irregular.

Curámos de conhecer o peso dos assuntos que transitam pelos diversos noticiários, olhando quer para a relação entre o número dos assuntos emitidos e o total de notícias do jornal *emissor*, quer para a relação entre o número de assuntos recepcionados e o total de notícias do jornal *receptor* (ver quadro 11-A)⁹.

3.2.3.1.1. Noticiários da RTP1 como emissores

Uma primeira leitura é suficiente para se constatar que os três espaços informativos diários da RTP1, longe de serem estanques, se apresentam bastante permeáveis à inclusão de assuntos noticiados já por telejornais anteriormente difundidos. Referimo-nos a três e não a quatro telejornais, atendendo ao facto do *Notícias 1* surgir aqui apenas como informativo *emissor*.

Começemos por analisar os dados obtidos, na perspectiva dos noticiários como fornecedores de assuntos aos telejornais seguintes. Não se cura aqui de distinguir entre notícias veiculadas a primeira vez e notícias redifundidas sem qualquer alteração, ou com modificação da introdução do *pivot*, tarefa a que deitaremos mãos mais tarde.

Pretende-se, apenas, demonstrar que as redacções televisivas seleccionam um núcleo resistente de assuntos que se mantém perene em mais do que um noticiário, com casos que cumprem o pleno dos noticiários da estação.

⁹ Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JF.pdf

Analisemos primeiro estes fluxos atendendo à função de noticiário *emissor* ou fornecedor de notícias para os espaços informativos seguintes, aferindo, para já, a relação entre os assuntos emitidos e o total de notícias do jornal emissor (ver gráficos 8 a 12)¹⁰.

Notícias 1 (09h): nos cinco dias, mais de metade dos assuntos aqui tratados volta a merecer a atenção dos responsáveis pelo noticiário das 13h (*Jornal da Tarde*). Em dois casos (dias 4 e 5), todos os assuntos elencados às 09h voltam à antena no *Jornal da Tarde*. O índice mais baixo de repescagem de assuntos verifica-se na 4ª feira, dia 6, com 67,0%.

O circuito não estanca à hora de almoço. Às 20h (*Telejornal*), com exceção no dia 6 (33,3%), em todos os outros se atinge a casa dos 50% de assuntos tratados pelo noticiário de abertura da estação. E mesmo o *24 Horas*, que fecha o ciclo informativo diário da RTP1, também trata assuntos veiculados logo pela manhã, apesar de tal acontecer com um volume bastante mais reduzido (entre 14,3% e 42,9%).

No cômputo semanal, 85,5% dos assuntos tratados pelo *Notícias 1* transitam para o *Jornal da Tarde*; 62,4% transitam para o *Telejornal* (20h) e 18,4% para o *24 Horas*.

Jornal da Tarde (13h) para o *Telejornal* (20h) - Em três dias (4, 7 e 8) o fluxo ultrapassa os 50% (63,2%; 62,5%; 52,6%), no dia 9 atinge os 50%, com três dias (5, 6 e 10) registando percentagens menos significativas (43,8%; 35,3%; 29,4%). No cômputo semanal, 48,1% dos assuntos tratados pelo *Jornal da Tarde* transitam para o *Telejornal*.

Jornal da Tarde (13h) para o *24 Horas* - O fluxo diminui significativamente, oscilando entre os 6,3% e os 26,3%. O cômputo semanal regista um valor percentual de 16,9%.

Telejornal (20h) para o *24 Horas* - Em três dos dias analisados (4, 6 e 10) registam-se fluxos na casa dos 40% (47,8%; 41,4%; 40,0%); em dois dias (8 e 9) o fluxo situa-se na casa dos 30% (34,6%; 31,6%), com os restantes dois dias (5 e 7) na casa dos 10% (15,4% e 19,0%). No cômputo semanal, 29,1% dos assuntos tratados pelo *Telejornal* voltam a ser noticiados no *24 Horas*.

Importa referir (e esta ressalva serve para os casos dos noticiários intermédios - *Jornal da Tarde* e *Telejornal*), que nos valores indicados se incorporam tanto assuntos noticiados pela primeira vez nestes informativos, como assuntos provindos já de jornais anteriores (do *Notícias 1*, no caso do *Jornal da Tarde*; do *Notícias 1* e do *Jornal da Tarde*, no caso do *Telejornal*).

A percentagem global semanal de transição de assuntos para outros noticiários, tendo por base o total de assuntos dos jornais emissores, é de 43,4%.

3.2.3.1.2. Noticiários da RTP1 como *receptores*

Passemos à aferição dos mesmos fluxos, mas atendendo agora ao peso que os assuntos recepcionados têm nos telejornais *receptores* (ver gráficos 13 a 17)¹¹.

Notícias 1: Os assuntos noticiados por este informativo e tratados posteriormente pelo *Jornal da Tarde* registam valores que variam entre os 43,8% (no dia 5) e os 23,5% (no dia 6) do total de assuntos tratados pelo jornal receptor (*Jornal da Tarde*). Nos dias restantes as percentagens situam-se na casa dos 30% (36,8% no dia 4; 33,3% no dia 7; 31,6% no dia 8). A percentagem semanal de assuntos tratados no *Notícias 1* e retomados no *Jornal da Tarde* equivale a 33,8% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira.

¹⁰ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JG.pdf

¹¹ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JH.pdf

No que reporta ao *Telejornal*, o conjunto de assuntos providos do *Notícias 1* regista valores entre os 26,0% (no dia 4) e os 11,8% (no dia 6) do total de assuntos tratados pelo jornal receptor (*Telejornal*). Nos dias restantes encontramos percentagens de 23,0% (no dia 5); de 22,2% (no dia 7), e de 15,4% (no dia 8). A percentagem semanal de assuntos tratados no *Notícias 1* e retomados no *Telejornal* equivale a 19,6% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira.

Quanto ao último informativo da RTP1, o conjunto de assuntos providos do *Notícias 1* regista valores entre 21,4% (no dia 8) e 6,3% (no dia 4) do total de assuntos tratados pelo jornal receptor (*24 Horas*). As percentagens dos outros dias são pouco significativas, com 13,3% no dia 7; 9,5% no dia 6 e 7,1% no dia 5. A percentagem semanal de assuntos tratados no *Notícias 1* e retomados no *24 Horas* equivale a 11,5% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira.

Jornal da Tarde: Oferece ao *Telejornal* entre 52,2% e 20,7% do total de assuntos alinhados no noticiário do *prime time*. A percentagem mais significativa ocorre no dia 4, e a mais reduzida a 6 de Janeiro. Olhando à percentagem semanal (33,9%), constata-se que um terço do *Telejornal* retoma assuntos já noticiados pelo *Jornal da Tarde*. Para além dos dias mencionados, encontramos percentagens de 42,1% no dia 9; 38,5% no dia 8; 33,3% no dia 10; 26,9% no dia 5, e 23,8% no dia 7.

Para o último informativo diário, o *Jornal da Tarde* oferece entre 35,7% e 7,1% do total de assuntos alinhados no *24 Horas*. Maior generosidade na recepção verificada a 8 de Janeiro, menor a 5 de Janeiro. No dia 4 regista-se uma percentagem de 31,3%; no dia 7, de 20,0%; no dia 10, de 16,7%; no dia 6, de 14,3%; no dia 9, de 10,5%. A percentagem semanal de assuntos tratados no *Jornal da Tarde* e retomados no *24 Horas* equivale a 19,4% do total de assuntos noticiados por este último informativo.

Telejornal: Os assuntos noticiados por este informativo e posteriormente retomados no *24 Horas* representam, no cômputo semanal, 51,7% do total de assuntos noticiados pelo *24 Horas*.

Em cinco dos dias as percentagens são superiores a 50% (68,8% no dia 4; 66,7% no dia 9; 64,3% no dia 8; 50,0% no dia 10). Uma diferença significativa para os outros dois dias da semana, com o grupo de assuntos recuperados do *Telejornal* a quedar-se na casa dos 20% (28,6% no dia 5; 26,7% no dia 7).

A percentagem global semanal de recepção de assuntos providos de noticiários anteriores, tendo por base o total de assuntos dos jornais receptores, é de 28,3%.

No quadro 11-A¹² registámos as quantidades e correspondentes valores percentuais dos fluxos de assuntos noticiados, quer em função do total de assuntos dos informativos *emissores* como dos *receptores*. No detalhe posterior, complementado com gráficos, analisámos separadamente estas duas possibilidades de encarar o peso de tais transferências. Ressalvámos também que os valores indicados poderiam acumular transferências já contabilizadas. Exemplificando: a indicação de que o *24 Horas* de dia 4 recuperou um assunto do *Notícias 1*, mais cinco assuntos do *Jornal da Tarde* e onze assuntos do *Telejornal* não significa que o último informativo da *RTP 1* tenha integrado um total de 17 assuntos já anteriormente emitidos (nem tal poderia acontecer, porque nesse dia 4, o alinhamento do *24 Horas* comportou 16 notícias).

É correcto que o *24 Horas* tenha voltado a noticiar um assunto anteriormente abordado pelo *Notícias*

¹² Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JF.pdf

1; cinco assuntos noticiados no *Jornal da Tarde*, e onze veiculados pelo *Telejornal*. Correcto e necessário para aferirmos das transferências entre telejornais, individualmente considerados. Os fluxos referidos são directos, de noticiário para noticiário, do *Notícias 1* para o *24 Horas*, do *Jornal da Tarde* para o *24 Horas*, do *Telejornal* para o *24 Horas*. E não levam em linha de conta a possibilidade de que um ou mais assuntos fornecidos pelo *Notícias 1* ao *24 Horas*, tenha(m) sido anteriormente fornecido(s) ao *Jornal da Tarde*, por sua vez ao *Telejornal*, e por este reenviado(s) ao último elo da cadeia informativa diária, o *24 Horas*. O mesmo é dizer que, para que um assunto fosse por nós contabilizado como tendo sido retomado por noticiário posterior, não interessava a sua inclusão *ex novo* no noticiário *emissor*. Contabilizámos a retoma de assuntos anteriormente noticiados, e não a retoma de assuntos que o jornal emissor tenha noticiado pela primeira vez.

Se consultarmos o quadro 1-A (registo dos assuntos noticiados pela RTP1 a 4.01.1999)¹³, verificaremos que o *24 Horas* retomou efectivamente um assunto alinhado no *Notícias 1*, cinco assuntos alinhados no *Jornal da Tarde* e onze assuntos alinhados no *Telejornal*. No entanto, o único assunto provindo do *Notícias 1* (*Euro começa bem nos mercados bolsistas*) já antes havia sido retomado pelo *Jornal da Tarde* e pelo *Telejornal*.

Logo, este assunto foi contabilizado como oferecido pelo *Notícias 1* ao *24 Horas*, contabilizado como oferecido pelo *Jornal da Tarde* ao *24 Horas*, e contabilizado como oferecido pelo *Telejornal* ao *24 Horas*.

E o exemplo que demos do assunto proveniente do *Notícias 1* há-de repetir-se com assuntos alinhados *ex novo* no *Jornal da Tarde*, mas retomados pelo *Telejornal* antes de nova recuperação, desta feita pelo *24 Horas*. Assim aconteceu, a 4 de Janeiro, com quatro assuntos: *Mês Euro-Empresas*, *Guterres sobre o euro e a Europa*, *Estrela da Amadora - FCP* e *Abertura do Hospital de S. Sebastião (Feira)*.

Pode até acontecer (e acontece várias vezes) que o fluxo queime uma etapa. Um determinado assunto pode passar directamente do primeiro noticiário da estação para o último, pode ser redifundido pelo *Jornal da Tarde*, ignorado pelo *Telejornal* e retomado pelo *24 Horas* (analisaremos estas interrupções dos fluxos noticiosos mais adiante). Na quinta-feira, dia 7 de Janeiro (quadro 1-D), assim aconteceu com a discussão, no parlamento, da lei de financiamento dos partidos políticos. Incluído no alinhamento do *Notícias 1*, foi ignorado pelo *Jornal da Tarde*, para ser retomado pelos dois últimos informativos do canal público.

Para obviar a uma natural maior dificuldade de leitura do quadro 11-A - continente de todos os fluxos registados entre telejornais, complexificado pela inclusão de quantidades e percentagens em função dos totais de assuntos noticiados quer pelo noticiário *emissor*, quer pelo informativo *receptor* -, decidimos criar novos quadros (11-B e 11-C)¹⁴ que, expurgados de parte da informação do quadro-base (11-A), permitam uma leitura mais evidente do funcionamento de tais fluxos. Os dois novos quadros contêm apenas os valores percentuais dos assuntos que transitaram do *Notícias 1* (09h) para o *Jornal da Tarde* (13h), deste para o *Telejornal* (20h), e deste para o *24 Horas*. O primeiro (11-B) percentuado em função do total de assuntos dos informativos *emissores*, o segundo (11-C) aferindo o peso percentual de tais fluxos em função do total de assuntos elencados pelos telejornais *receptores*.

Pedimos escusa para o detalhe, atendendo à explicação dada nas últimas linhas quanto à natureza destes novos quadros. Não se trata de informação nova, mas de informação já anteriormente pormenorizada, e agora depurada.

¹³ Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JA.pdf

¹⁴ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JI.pdf

3.2.3.1.3. Fluxos cumulativos e não cumulativos (introdução de assuntos *ex novo* nos noticiários)

A retoma de assuntos alinhados por informativos anteriores é pois, uma evidência, no que à primeira das estações analisadas concerne. Era a existência desses fluxos que nos competia provar, passo prévio à análise do processo de redifusão de notícias sem qualquer alteração da entrada do *pivot* e da peça. Etapa guardada para mais tarde, pois importa ainda verificar se nas outras duas estações, SIC e TVI, também se verificam os fluxos já detectados na RTP1, qual o seu peso e variáveis.

Antes ainda, devemos resolver justificada objecção à opção que fizemos por quantificar fluxos cumulativos de retomas não expurgadas das retomas anteriores. Objecção que aceitamos, não porque possamos considerar o método seguido como ferido do pecado de acumulação indevida de retomas - detalhámos já as razões da opção tomada -, mas porque tal percurso não permite mensurar os valores dos assuntos introduzidos *ex novo* nos noticiários.

O nosso propósito não era efectivamente esse - o de quantificar a entrada de novos assuntos nos noticiários televisivos -, mas coisa bem diferente, a de perscrutar a eventual existência de um *continuum* de informação que permanece telejornal após telejornal. Até porque o peso dos fluxos detectados não deve, neste estádio da investigação, fazer mexer a balança que afere os volumes das *notícias-novidade* e das *notícias-sem-novidade-alguma*, estas porque já foram notícia antes de serem redifundidas sem os primores de um mínimo retoque que lhes disfarce o uso.

Por outras palavras, se a retoma de um assunto pode significar repetição sem qualquer actualização (acontece muitas vezes), também pode significar - e significa bastas vezes - actualização. Como bem se percebe, não curámos, na análise até agora efectuada, de conhecer a natureza dos assuntos retomados, graduando a característica de *novidade* de que possam vir inculcados.

Porquê considerar então a objecção como justificada, depois de tantos embraiadores activados para retirar vigor à pertinência do eventual reparo? Porque aceitamos como natural que, na foz dos fluxos, o navegante sinta ânsia de conhecer a medida exacta do conjunto de assuntos que escapa aos ditames da actualidade que fervilha em contínua reciclagem, as medidas exactas da *actualidade-novidade*.

Conviremos não se tratar de tarefa hercúlea, bastando para tal eliminar, nas etapas constituídas pelos jornais intermédios, toda a transferência de um assunto que, por sua vez, tivesse já sido retomado de noticiário anterior. Só que, a seguirmos tal caminho, não estaríamos a revelar um *continuum*, antes um *continuum interruptus*.

Note-se ainda que, considerando nós o percurso anterior como absolutamente necessário para o bom sucesso do desenvolvimento dos primeiros alicerces desta tese; atendendo à multiplicidade de quadros e gráficos já gerada (e só ainda cuidámos da RTP1), a opção eliminatória das retomas de segunda geração obrigaria à inclusão de mais uma série de quadros e gráficos que pouco ou nada contribuiriam para a economia expositiva da presente tese.

Razão pela qual preferimos resolver a eventual objecção apurando os totais de assuntos *ex novo* incluídos nos telejornais.

Através da leitura do quadro 12¹⁵, cotejada com os quadros e gráficos já expostos, nomeadamente o quadro 11-A, ficaremos conhecedores do *continuum* que realimenta partes mais ou menos

¹⁵ Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JJ.pdf

significativas dos noticiários televisivos, e também do conjunto de assuntos injectados *ex novo* nos telejornais.

3.2.3.2. Análise aos fluxos entre noticiários da SIC

Passemos agora à análise do conjunto de noticiários emitidos pela SIC na semana de 4 a 10 de Janeiro de 1999. Esta estação emitia, ao tempo, três espaços informativos diários, de teor generalista, em todos os dias da semana, não se registando alterações do número de telejornais aos sábados e domingos.

Tratámos de registar a existência de fluxos de assuntos tendo como *emissores* os informativos das 13h (*Primeiro Jornal*) e das 20h (*Jornal da Noite*); e tendo como *receptores* os informativos das 20h (*Jornal da Noite*) e o *Último Jornal*, este transmitido em horário irregular.

A exemplo do que fizemos para a RTP1, tratámos de conhecer o peso dos assuntos que transitam pelos diversos noticiários, olhando quer para a relação entre o número dos assuntos emitidos e o total de notícias do jornal *emissor*, quer para a relação entre o número de assuntos recepcionados e o total de notícias do jornal *receptor* (ver quadro 13-A)¹⁶.

3.2.3.2.1. Noticiários da SIC como *emissores*

Começamos por analisar os dados obtidos, na perspectiva dos noticiários como fornecedores de assuntos aos telejornais seguintes. Analisemos primeiro estes fluxos atendendo à função de noticiário *emissor* ou fornecedor de notícias para os espaços informativos seguintes, aferindo, para já, a relação entre os assuntos emitidos e o total de notícias do jornal *emissor* (ver gráficos 18 a 23)¹⁷.

Primeiro Jornal (13h): Em quatro dias, mais de metade dos assuntos aqui tratados volta a merecer a atenção dos responsáveis pelo noticiário das 20h (*Jornal da Noite*). Acontece a 9 e 10 de Janeiro, com 50,0% do total de assuntos tratados pelo *Primeiro Jornal* a serem recuperados pelo informativo seguinte; a 6 de Janeiro a percentagem atinge os 55,0%, chegando ao valor mais alto no dia 8 (58,8%). Em dois dias os valores situam-se na casa dos 40% (47,0% no dia 5, e 47,4% no dia 4). A 7 de Janeiro regista-se a menor percentagem de fluxos da semana (35,0%).

Do *Primeiro Jornal* para o *Último Jornal* o fluxo reduz-se significativamente, situando-se entre 5,0% no dia 6, e 31,3% no dia 10. Nos restantes dias registam-se percentagens de 11,8% (dia 5); 12,5% (dia 9); 15,8% (dia 4); 17,6% (dia 8), e 20,0% (dia 7).

No cômputo semanal, 49,0% do total de assuntos tratados pelo *Primeiro Jornal* transitam para o *Jornal da Noite*, e 16,3% para o *Último Jornal*.

Jornal da Noite (20h) para o *Último Jornal* - No dia 10 o fluxo atinge o valor mais elevado da semana (53,3%), atingindo 50% no dia 7. Há quatro dias com fluxos na casa dos 30% (35,7%, no dia 8; 35,0%, no dia 5; 32,0%, no dia 6; 31,6%, no dia 9). O fluxo mais reduzido entre estes dois informativos regista-se no dia 4, com 26,0%.

No cômputo semanal, 37,7% do total de assuntos tratados pelo *Jornal da Noite* transitam para o *Último Jornal*.

A percentagem global semanal de transição de assuntos para outros noticiários, tendo por base o total de assuntos do jornal *emissor*, é de 34,3%.

¹⁶ Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JK.pdf

¹⁷ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JL.pdf

Recorde-se que, na RTP1, o total semanal registado foi de 43,4%, logo 9,1% superior ao da SIC. Este valor percentual inclui, no entanto, os fluxos originados pelo Notícias 1, informativo da manhã continente de um número reduzido de notícias, o que leva a inflacionar, naturalmente, a percentagem global de fluxos.

Uma comparação fidedigna entre as duas estações deve expurgar os fluxos oriundos do primeiro informativo da manhã, de molde a cotejarem-se apenas noticiários da mesma faixa horária. Feita esta operação, verificamos que o total semanal da RTP1 desce para os 31,4%, ficando assim abaixo da SIC, mas com um valor muito aproximado.

3.2.3.2.2. Noticiários da SIC como receptores

Passemos à aferição dos mesmos fluxos, mas atendendo agora ao peso que os assuntos recepcionados têm nos jornais receptores.

Primeiro Jornal: Oferece ao *Jornal da Noite* entre 35,7% e 53,3% do total de assuntos alinhados no noticiário do *prime time*. A percentagem mais significativa ocorre no dia 10, e a mais reduzida a 8 de Janeiro. Olhando à percentagem semanal, constata-se que 41,9% do *Jornal da Noite* retoma assuntos já noticiados pelo *Primeiro Jornal*. Para além dos dias já mencionados, encontramos percentagens de 38,9%, no dia 7; 39,1%, no dia 4; 40,0%, no dia 5; 42,1%, no dia 9; e 44,0%, no dia 6.

Para o informativo de fecho da SIC, o *Primeiro Jornal* oferece entre 9,1% e 36,4% do total de assuntos alinhados no *Último Jornal*. Maior generosidade na recepção verificada a 7 de Janeiro, menor dia 6. No dia 5 registam-se 16,7%; no dia 9, 22,2%; no dia 8, 23,0%; no dia 4, 27,3%; no dia 10, 35,7%. A percentagem semanal de assuntos tratados no *Primeiro Jornal* e retomados no *Último Jornal* equivale a 24,3% do total de assuntos noticiados por este informativo.

Jornal da Noite: Os assuntos noticiados por este informativo e posteriormente retomados no *Último Jornal* representam, no cômputo semanal, 66,9% do total de assuntos noticiados pelo noticiário de fecho da SIC.

A percentagem é sempre superior a 50%, nas sete edições do *Último Jornal*. O valor mais alto verifica-se no dia 7 (81,8%), com o dia 4 a registar o valor mais baixo (54,5%). Dia 10 regista-se uma percentagem de 57,1%; no dia 5 é de 58,3%; no dia 9 atinge os 66,7%; no dia 6 é de 72,7%, com o dia 8 registando uma percentagem de 76,9%.

A percentagem global semanal de recepção de assuntos provindos de noticiários anteriores, tendo por base o total de assuntos dos jornais *receptores*, é de 44,4%. Um valor substancialmente mais alto que o da RTP1, que se situava nos 28,3%. Expurgando de novo os fluxos oriundos do primeiro informativo do canal público, a percentagem passa para os 35%.

Seguindo o mesmo procedimento que efectuámos para a RTP1, com justificação ali detalhada, desdobraremos agora o quadro 13-A em dois novos quadros. O primeiro (13-B) percentuado em função do total de assuntos dos informativos *emissores*, o segundo (13-C) aferindo o peso percentual de tais fluxos em função do total de assuntos elencados pelos jornais *receptores*¹⁸.

O quadro 14¹⁹ regista a entrada de novos assuntos em cada informativo (justificação da inclusão do quadro já efectuada aquando da análise dos fluxos entre noticiários da RTP1).

^{18 e 19} Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JM.pdf

3.2.3.2.3. Comparação dos valores semanais de fluxos entre noticiários da RTP1 e entre noticiários da SIC

A exemplo do que comprovámos na análise aos noticiários da RTP 1, a retoma de assuntos alinhados por informativos anteriores também se evidencia na SIC, com valores que ultrapassam mesmo os registados no canal público.

49% dos assuntos noticiados pelo informativo da hora do almoço são posteriormente retomados pelo *Jornal da Noite*, havendo quatro dias em que a percentagem ultrapassa mesmo os 50%.

A percentagem diminui no fluxo *Jornal da Noite - Último Jornal*, quedando-se nos 37,7% do total de assuntos tratados pelo informativo do horário nobre.

Olhando ao peso que tais fluxos representam no total de assuntos elencados pelos jornais *receptores*, verificamos que 41,9% do total dos assuntos noticiados pelo *Jornal da Noite* já haviam merecido a atenção do informativo anterior.

Quanto ao *Último Jornal*, este recebe, do *Jornal da Noite*, 66,9% do total de assuntos que compuseram, durante a semana, o informativo de fecho da SIC. Dois terços deste informativo recuperando, assim, assuntos já tratados no noticiário do horário nobre, com percentagens diárias nunca inferiores a 50%. Em dois dias esta percentagem situa-se na casa dos 70%, havendo ainda um dia em que atinge a casa dos 80%.

Do *Primeiro Jornal* para o *Último Jornal*, a percentagem de transmissão de assuntos é mais reduzida, quando tomamos por base o total de assuntos elencados pelo jornal emissor (16,3%). Mas quando a base passa a ser formada pelo total de assuntos do noticiário *receptor*, essa percentagem sobe para os 24,3%.

A tendência de retoma de assuntos noticiados por jornais anteriores, já comprovada na análise da RTP 1, mantém-se na SIC, com valores que ultrapassam os do canal público. O quadro 15²⁰ permite-nos cotejar esses valores.

Assim, com excepção do fluxo 13h - 24h (13h como *emissor*), em que a RTP1 regista uma percentagem média semanal superior em seis décimas à da SIC, em todos os outros fluxos a estação de Carnaxide ultrapassa a RTP1. Tendo por base o total de notícias do jornal *emissor*, entre as 13h e as 20h os valores registados pela SIC são superiores em nove décimas aos da RTP1; e entre as 20h e as 24h, a SIC regista um aumento de retomas de 8,6%.

Tendo por base o total de notícias do jornal *receptor*, o *Jornal da Noite* recupera mais 8% de assuntos do *Primeiro Jornal* do que o verificado entre o *Telejornal* e o *Jornal da Tarde*. O *Último Jornal* recupera mais 4,9% de assuntos provindos do *Primeiro Jornal* do que o verificado pelos jornais da mesma faixa horária emitidos pela RTP1 (*24 Horas - Jornal da Tarde*). O *Último Jornal* retoma ainda mais 15,2% de assuntos provindos do *Jornal da Noite* que o verificado entre os informativos da mesma faixa horária, na RTP1 (*24 Horas e Telejornal*).

Resta-nos agora verificar se estes circuitos de retomas também acontecem na TVI, e qual o seu volume.

3.2.3.3. Análise aos fluxos entre noticiários da TVI

Passemos agora à análise do conjunto de noticiários emitidos pela TVI na semana de 4 a 10 de Janeiro de 1999. Esta estação emitia, ao tempo, quatro espaços informativos diários, de teor generalista,

²⁰ Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JN.pdf

de segunda a sexta-feira. Aos sábados e domingos, a TVI emitia apenas um noticiário, o *Directo XXI*.

Tratámos de registar a existência de fluxos de assuntos tendo como *emissores* os informativos das 10h (*TVI Jornal* - 1.^a edição); das 13h30 (*TVI Jornal* - 2.^a edição) e das 21h (*Directo XXI*); e tendo como *receptores* os informativos das 13h30 (*TVI Jornal* - 2.^a edição); das 21h (*Directo XXI*); e o *Ponto Final*, informativo de fecho da estação, transmitido em horário irregular.

A exemplo do que fizemos para a *RTP 1* e para a *SIC*, tratámos de conhecer o peso dos assuntos que transitam pelos diversos noticiários, olhando quer para a relação entre o número dos assuntos emitidos e o total de notícias do jornal *emissor*, quer para a relação entre o número de assuntos recepcionados e o total de notícias do jornal *receptor* (ver quadro 16-A)²¹.

Dado o facto da TVI transmitir um só noticiário ao sábado e outro ao domingo, a nossa análise não abrangerá, naturalmente, os dias 9 e 10 de Janeiro.

3.2.3.3.1. Noticiários da TVI como *emissores*

Comecemos por analisar os dados obtidos, na perspectiva dos noticiários como fornecedores de assuntos aos telegjornais seguintes. Analisemos primeiro estes fluxos atendendo à função de noticiário *emissor* ou fornecedor de notícias para os espaços informativos seguintes, aferindo, para já, a relação entre os assuntos emitidos e o total de notícias do jornal *emissor* (ver gráficos 24 a 28)²².

TVI Jornal (1.^a edição - 10h): Verifica-se aqui uma tendência díspar do constatado na RTP1 (a *SIC* não emitia noticiário da manhã). Ao contrário do que seria plausível, é o noticiário imediatamente subsequente o menos permeável à inclusão de assuntos tratados pelo informativo da manhã. Assim, no total semanal, o *TVI Jornal* (2.^a ed. - 13h30) retoma 23,8% dos assuntos tratados às 10h, contra 33,8% do *Directo XXI* e 30,7% do *Ponto Final*²³.

No referente ao noticiário do almoço, as percentagens variam entre os 14,3% (dia 4) e os 37,5% (dia 6). Nos outros três dias, os valores percentuais registados situam-se sempre na casa dos 20% (20,0% no dia 7; 22,2% no dia 8, e 25,0% no dia 5).

A transmissão de assuntos do noticiário das 10h para o informativo do *prime time*, oscila entre os 11,1% (dia 8) e os 50,0% (dia 5). Em dois dos dias, os valores percentuais situam-se na casa dos 40% (40,0% no dia 7; 42,9% no dia 4). 25,0% foi a percentagem registada no dia 6.

Para o *Ponto Final* transitam entre 22,2% (dia 8) e 40,0% (dia 7) do total de assuntos tratados pelo informativo da manhã. Dia 4 a percentagem situa-se nos 28,6%; no dia 5 atinge os 37,5%, ficando-se pelos 25% no dia 6.

TVI Jornal (2.^a edição - 13h30) para o *Directo XXI* (21h): Em dois dias (4 e 5) o fluxo ultrapassa os 50% (84,7% no dia 4; 58,8% no dia 5). No dia 8 atinge os 50,0%, com os restantes dois dias registando percentagens mais modestas (36,8% no dia 6; 44,4% no dia 7). No cômputo semanal, 55,0% dos assuntos tratados pelo informativo do almoço transitam para o *Directo XXI*.

TVI Jornal (2.^a edição - 13h30) para o *Ponto Final* - O fluxo diminui significativamente, oscilando entre os 21,1% (dia 6) e os 35,3% (dia 5). Nos restantes dias encontramos percentagens de 22,2% (dia 8); 30,8% (dia 4) e 33,3% (dia 7). O cômputo semanal regista um valor percentual de 28,5%.

²² Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JP.pdf

²³ Comparando com a RTP1, 85,5% dos assuntos tratados pelo *Notícias 1* transitaram para o *Jornal da Tarde*; 62,4% transitaram para o *Telegjornal* (20h) e 18,4% para o *24 Horas*.

Directo XXI (21h) para o *Ponto Final* - Quase metade dos assuntos noticiados pelo informativo do *prime time* transitam para o último jornal da TVI. A média semanal é de 48,8%. Em dois dos dias ultrapassa os 50% (52,2% no dia 5; 58,8% no dia 6). Nos restantes três dias, os valores percentuais situam-se sempre na casa dos 40% (41,2% no dia 8; 43,8% no dia 7, e 48% no dia 4).

A percentagem global semanal de transição de assuntos para outros noticiários, tendo por base o total de assuntos do jornal emissor, é de 36,8%.

3.2.3.3.2. Noticiários da TVI como *receptores*

Passemos à aferição dos mesmos fluxos, mas atendendo agora ao peso que os assuntos recepcionados têm nos jornais *receptores* (ver gráficos 29 a 33)²⁴.

TVI Jornal (1.ª edição - 10h): Os assuntos noticiados por este informativo e tratados posteriormente pela 2.ª edição do *TVI Jornal* (13h30) registam valores que variam entre os 5,6% (no dia 7) e os 15,8% (no dia 6) do total de assuntos tratados pelo jornal *receptor* (*TVI Jornal*, 2.ª ed. - 13h30). Nos dias restantes registam-se valores percentuais de 7,7% (dia 4); 11,1% (dia 8), e 11,8% (dia 5).

A percentagem semanal de assuntos tratados no informativo da manhã e retomados no jornal da hora do almoço equivale a 10,4% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira.

No que reporta ao *Directo XXI*, o conjunto de assuntos provindos da 1.ª edição do *TVI Jornal* (10h) regista valores entre os 5,9% (no dia 8) e os 17,4% (no dia 5) do total de assuntos tratados pelo jornal *receptor* (*Directo XXI*). Nos dias restantes encontramos percentagens de 11,8% (no dia 6); de 12,0% (no dia 4), e de 12,5% (no dia 7). A percentagem semanal de assuntos tratados no noticiário da manhã e retomados pelo *Directo XXI* equivale a 12,0% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira.

Quanto ao último informativo da TVI, o conjunto de assuntos provindos da 1.ª edição do *TVI Jornal* regista valores entre 15,4% (no dia 6) e 25,0% (no dia 5) do total de assuntos tratados pelo jornal *receptor* (*Ponto Final*). Nos restantes dias encontramos valores percentuais de 16,7% (dia 4); 18,2% (dia 7) e 22,2% (dia 8). A percentagem semanal de assuntos tratados no noticiário da manhã e retomados no *Ponto Final* equivale a 19,5% do total de assuntos noticiados por este último informativo.

TVI Jornal (2.ª edição - 13h30): Oferece ao *Directo XXI* entre 41,2% e 52,9% do total de assuntos alinhados no noticiário do *prime time*. A percentagem mais significativa ocorre no dia 8, e a mais reduzida a 6 de Janeiro. Olhando à percentagem semanal (46,3%), constata-se que quase metade do *Directo XXI* retoma assuntos já noticiados à hora do almoço. Para além dos dias já mencionados, encontramos percentagens de 43,5% no dia 5; 44,0% no dia 4, e 50,0% no dia 7.

Para o último informativo diário, a 2.ª edição do *TVI Jornal* (13h30) oferece entre 30,8% e 54,5% do total de assuntos alinhados no *Ponto Final*. Maior generosidade na recepção verificada a 7 de Janeiro, menor no dia 6. No dia 4 regista-se uma percentagem de 33,3%; no dia 8, de 44,4%; no dia 5, de 50,0%. A percentagem semanal de assuntos tratados na 2.ª edição do *TVI Jornal* (13h30) e retomados pelo *Ponto Final* equivale a 42,6% do total de assuntos noticiados por este último informativo.

²⁴ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JQ.pdf

Directo XXI (21h): Os assuntos noticiados por este informativo e posteriormente retomados pelo *Ponto Final* representam, no cômputo semanal, 83,7% do total de assuntos noticiados pelo último jornal da TVI.

Dias 4 e 5 os valores percentuais atingem os 100%, significando que todos os assuntos noticiados pelo *Ponto Final* já haviam sido tratados pelo noticiário antecedente (*Directo XXI*). Dia 8 regista-se uma percentagem de 77,8%; no dia 6 o valor encontrado é de 76,9%, com a percentagem mais diminuta a registar-se no dia 7 (63,6%).

A percentagem global semanal de recepção de assuntos provindos de noticiários anteriores, tendo por base o total de assuntos dos jornais receptores, é de 35,8%.

Seguindo o mesmo procedimento que efectuámos para a RTP1 e para a SIC, com justificação detalhada na análise efectuada aos noticiários do canal público, desdobramos agora o quadro 16-A em dois novos quadros. O primeiro (17-A) percentuado em função do total de assuntos dos informativos emissores, o segundo (17-B)²⁵ aferindo o peso percentual de tais fluxos em função do total de assuntos elencados pelos jornais receptores.

O quadro 18²⁶ regista a entrada de novos assuntos em cada informativo (justificação da inclusão do quadro já efectuada, aquando da análise dos fluxos entre noticiários da RTP1).

3.2.3.4. Comparação dos valores semanais de fluxos entre noticiários da RTP1, entre noticiários da SIC e entre noticiários da TVI

A exemplo do que comprovámos na análise aos noticiários da RTP1 e da SIC, a retoma de assuntos alinhados por informativos anteriores também se evidencia na TVI.

Regista-se diferença assinalável entre esta estação e a RTP1, no que concerne aos assuntos oriundos do informativo da manhã (a SIC não emitia noticiário neste período). Enquanto na RTP1 a retoma decresce percentualmente (33,8% às 13h; 19,6% às 20h, e 11,5% no *24 Horas*), na TVI a tendência é inversa²⁷. O jornal do almoço é o que regista menor peso percentual de assuntos provenientes do informativo da manhã (10,4%), seguindo-se o *Directo XXI*, com 12% e o último informativo a registar o maior peso percentual de assuntos oriundos do informativo da manhã (19,5%).

Já quanto ao peso das retomas efectuadas pelo *Directo XXI* (assuntos provenientes da 2.ª edição do *TVI Jornal - 13h30*), e pelo *Ponto Final* (assuntos provenientes da 2.ª edição do *TVI Jornal - 13h30*, e do *Directo XXI*), aí a TVI regista valores superiores à RTP 1 e à SIC.

²⁵ e ²⁶ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JR.pdf

²⁷ Tendência inversa e, no mínimo, estranha, deixando vislumbrar grande divórcio entre a equipa responsável pelo jornal matinal das 10h e pelo informativo seguinte, às 13h30. No visionamento dos telegornais emitidos pela TVI na semana de Janeiro detectámos uma situação assaz insólita, que reforça tal dessintonia entre as equipas responsáveis pelos vários informativos. O jornal das 10h incluía uma rubrica intitulada *Será notícia*, nela se assinalando os principais acontecimentos do dia, de acordo com a valoração dos editores de tal espaço informativo. Presumir-se-ia que a inclusão de tais alertas, às 10h, teria sequência através do tratamento noticioso dos assuntos elencados (pelo menos de alguns deles), nos informativos seguintes. Isso mesmo era prometido pela apresentadora, no remate da secção - *Assuntos para acompanhar aqui na TVI*. Por estranho que pareça, e conforme se pode comprovar no detalhe, a quase totalidade dos assuntos elencados na dita secção nunca chegaram a *ser notícia* na estação de Queluz.

Assim, no dia 4, na secção *Será Notícia* listaram-se os seguintes assuntos:

1) AD entra em força em 1999: Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas têm encontro agendado; 2) PSD de Miranda do Corvo questiona destino de verbas do Metro Mondego; 3) Guterres em Santa Maria para receber as chaves da cidade; 4) Governo Regional dos Açores disponibiliza casa para acolher temporariamente repatriados dos EUA e Canadá; 5) Abertura dos tribunais, depois das férias judiciais de Natal; 6) Em Santa Maria da Feira abre Hospital de S. Sebastião; 7) Exames

De posse dos dados referentes às três estações, podemos agora avançar para algumas conclusões, no que concerne à primeira semana de análise, e no capítulo concreto da permanência de determinado grupo de assuntos no dia informativo das televisões portuguesas. Conclusões acompanhadas de novos quadros, que nos ajudarão neste percurso.

a) As percentagens de assuntos que transitam para o informativo seguinte, tendo por base o total de notícias do jornal emissor situam-se entre os 34,3% (SIC) e os 43,4% (RTP1), com o valor intermédio (36,8%) a caber à TVI (ver quadro 19-A)²⁸. Isto quer dizer que, em média, durante a semana, quem assiste a um telejornal de uma televisão portuguesa verá de novo, no informativo seguinte, serem tratados um terço ou mais dos assuntos já anteriormente noticiados.

b) Nas percentagens de assuntos que transitam para o informativo seguinte, tendo por base o total de notícias do jornal receptor encontramos um intervalo maior: entre 28,3% (RTP1) e 44,4% (SIC). A TVI mantém o valor intermédio (35,8%) (ver quadro 19-B)²⁹. O mesmo é dizer que os segundos, terceiros e quartos blocos informativos das televisões portuguesas são compostos, no mínimo, por 28,3% de notícias que retomam assuntos já tratados por telejornais anteriores, emitidos no mesmo dia.

Olhando aos valores mínimos, na semana em análise, 34,3% de assuntos noticiados pelos telejornais foram retomados pelos informativos seguintes, fluxo pesando 28,3% do total de assuntos noticiados

teóricos de código passam a ser feitos em computador.

Nenhum destes assuntos mereceu tratamento nos três noticiários seguintes.

Dia 5, na secção *Será Notícia* indicam-se os seguintes assuntos:

1) Guterres homenageado nos Açores: recebe as chaves do município de Santa Maria (assunto que tinha sido noticiado no dia 4, presumindo-se a sua efectivação nesse mesmo dia); 2) Medeiros Ferreira assume lugar de Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS; 3) Jaime Gama promove seminário sobre diplomacia portuguesa para o século XXI (hoje e amanhã); 4) Universidade do Minho: estudantes elegem associação académica.

Nenhum destes assuntos mereceu tratamento nos restantes três noticiários desse dia, na *TVI*.

No dia 6, seleccionaram-se nove assuntos, para a secção *Será Notícia*:

1) António Barreto e Ferreira do Amaral presentes no seminário "Portugal e o desafio da Moeda Única"; 2) Algarve - decorre Semana do Euro; 3) Assembleia da República: recomeça a sessão legislativa; 4) Avança proposta de lei de bases da Segurança Social; 5) Medeiros Ferreira eleito Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS; 6) Ministro da Agricultura assina diversos protocolos; 7) Militares portugueses regressam da Bósnia; 8) Alunos de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa em greve de zelo às aulas; 9) Entra em vigor Decreto-lei que proíbe brindes nos alimentos.

Nenhum destes assuntos mereceu tratamento nos outros três noticiários desse dia, na *TVI*.

5ª feira, dia 7, na secção *Será Notícia* indicam-se os seguintes assuntos:

1) Co-incineração: Universidade de Coimbra e Ordem dos Advogados juntam-se aos protestos da população; 2) Centrais sindicais descontentes com o governo; 3) PP elege concelhia do Porto; 4) Cabrita Neto vai encontrar-se com Marcelo Rebelo de Sousa.

Nenhum destes assuntos mereceu tratamento nos restantes três noticiários desse dia, na *TVI*.

8 de Janeiro, última edição do *TVI Jornal* (10h) desta semana. Na secção *Será Notícia* indicam-se os seguintes assuntos:

1) Maria de Belém e o SIM têm hoje encontro marcado; 2) Beja: touros de morte em Barrancos. Partidos políticos da região reúnem para discutir projectos-lei; 3) Porto: dois autocarros movidos a gás natural começam a circular; 4) Delegados de Saúde da zona oeste preocupados com a falta de rastreio da brucelose na região.

Só a notícia do início de circulação, no Porto, de autocarros movidos a gás natural é que foi retomada, no informativo das 13h30. Logo, dos 27 assuntos que prometiam notícia, às 10h, só um conseguiu cumprir a promessa. Uma secção a justificar complemento na denominação: *Será notícia, mas não na TVI*. Com efeito, muitos dos assuntos elencados nesta rubrica vieram a ser objecto de notícia na concorrência.

E mesmo fora desta rubrica também encontramos casos de dessintonia. Dia 4, às 10h, anunciou-se que o balanço da operação "Boas Festas" seria feito ao meio-dia, mas o *TVI Jornal* das 13h30 não incluiu nenhuma notícia sobre o dito balanço. No dia seguinte, em notícia sobre as negociações entre o governo e os sindicatos da Função Pública, ficava a expectativa de conhecer, noutros informativos, os resultados de nova reunião, a decorrer nesse mesmo dia 5. A jornalista deixava tal expectativa no ar: *A ver vamos se o encontro de hoje...* Mas não houve mais notícias sobre o assunto, nesse dia, na *TVI*.

²⁸ e ²⁹ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JS.pdf

pelos jornais receptores.

Atendendo aos valores máximos, 43,4% de assuntos noticiados pelos telejornais foram retomados pelos informativos seguintes, fluxo pesando 44,4% do total de assuntos noticiados pelos jornais receptores.

c) A transmissão de assuntos não se verifica apenas entre telejornais de emissão contígua (por exemplo, entre o das 09h e o das 13h, ou entre o das 13h e o das 20h). O fluxo de retomas funciona entre todos os telejornais de uma emissão diária, com o último jornal a recuperar, sempre, um determinado número de assuntos provenientes do primeiro informativo do dia. Nos quadros 19-A e 19-B registamos as médias semanais desses fluxos, noticiário a noticiário. Verificamos que o primeiro informativo da RTP1 (*Notícias 1*), é retomado quase na íntegra (85,5%) pelo noticiário seguinte, o *Jornal da Tarde*. O *Telejornal* trata ainda 62,4% do total de assuntos elencados pelo *Notícias 1*; e no *24 Horas* (último informativo diário da RTP1) ainda encontramos noticiados 18,4% dos assuntos tratados no informativo da manhã.

Na TVI, todos os jornais do dia retomam assuntos elencados no primeiro informativo da manhã, não se verificando, no entanto, uma tendência decrescente de retomas. Com efeito, o informativo mais próximo do noticiário das 10h é o que regista uma menor percentagem média de retomas (23,8%). O *Directo XXI*, emitido no horário nobre (21h), recupera mais 10% de assuntos do *Notícias 1* que a 2.^a edição do *TVI Jornal* (13h30). Apesar de retomar uma menor percentagem de assuntos que o *Directo XXI*, o *Ponto Final* (último informativo diário da TVI), recupera, mesmo assim, percentagem de assuntos mais significativa que o jornal da hora do almoço (30,7%, logo mais 6,9%).

Atendendo ao facto da SIC emitir apenas três noticiários diários, não dispondo na grelha de um informativo matinal, decidimos autonomizar em dois novos quadros os fluxos de assuntos provenientes dos jornais da manhã (quadro 20-A) e os restantes fluxos (quadro 20-B)³⁰.

d) As percentagens mais aproximadas verificam-se na transmissão de assuntos dos informativos da hora do almoço para os telejornais do horário nobre. Verificamos (quadro 19-A) que o *Jornal da Tarde* (RTP1) oferece 48,1% do total de assuntos noticiados ao *Telejornal*; que o *Primeiro Jornal* (SIC) fornece 49,0% do total de assuntos noticiados ao *Jornal da Noite*; e que na TVI, essa percentagem ultrapassa mesmo a metade dos assuntos noticiados pela 2.^a edição do *TVI Jornal* (55,0%).

Os últimos informativos das três estações também repegam assuntos tratados pelos jornais da hora do almoço, com percentagens que vão dos 16,3% (SIC) aos 28,5% (TVI), com a RTP1 registando um valor percentual intermédio (16,9%).

e) O circuito continua entre os informativos do horário nobre e os últimos noticiários das três estações. 29,1% do *Telejornal* (RTP1) é retomado pelo *24 Horas*; 37,7% do *Jornal da Noite* (SIC) é retomado pelo *Último Jornal*; 48,8% do *Directo XXI* é retomado pelo *Ponto Final*.

f) Olhando ao peso das retomas na composição dos noticiários receptores, as maiores percentagens registam-se na recuperação, por parte dos últimos informativos diários das três estações, de assuntos provenientes dos noticiários do horário nobre. O *24 Horas* (RTP1) é composto por 51,7% de assuntos já noticiados no *Telejornal*; o *Último Jornal* é composto por 66,9% de assuntos já tratados no *Jornal da Noite*; e na TVI essa percentagem sobe para os 83,7%. Este é um sinal claro da reduzida actualidade vertida pelos informativos desta faixa horária, que funcionam mais como um resumo do que de mais importante aconteceu no mapa informativo nacional e internacional.

Sinal também da desvalorização a que são votados estes espaços informativos por parte das direcções das estações, mobilizando para esta faixa horária um número reduzidíssimo de profissionais, para

³⁰ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JT.pdf

além de relegarem tais espaços para horas bastante tardias (por força da contra-programação e também para evitarem que tais informativos pesem negativamente nas audiências).

g) A composição dos últimos informativos com assuntos provenientes, na sua maioria, de noticiários anteriores pode ilustrar-se, também, através dos quadros que elaborámos e que registam a entrada de novos assuntos em cada jornal (quadros 12, para a RTP1; 14, para a SIC; 18 para a TVI). Nesta última estação, verificamos que, nos dias 4 e 5, não se registou a entrada de nenhum assunto novo no *Ponto Final*. Em ambos os dias, o alinhamento do *Ponto Final* integrou 12 notícias. Dia 6 apenas se verificou a entrada de um assunto novo, para um total de 13 alinhados; no dia 7, um assunto novo para onze alinhados; e no dia 8, um assunto novo para um informativo composto por nove notícias.

Na SIC, a entrada de novos assuntos no *Último Jornal* nunca atinge os 50%. O melhor *score* é conseguido no dia 4, com 45,5% de novos assuntos (5 em 11). No extremo oposto, encontramos o dia 7, com a entrada de apenas dois assuntos novos em onze alinhados, o que equivale a uma percentagem de 18,2%.

O *24 Horas*, da RTP1, é, dos informativos de fecho, o que regista a entrada de mais assuntos novos. Mesmo assim, só em dois dias (5 e 7), a percentagem ultrapassa os 50%.

h) Apesar de menor que o registado para os últimos informativos, o peso que os assuntos veiculados pelos noticiários da hora do almoço tem nos informativos do *prime time* é, de todo o modo, apreciável. Na RTP1, o *Telejornal* é composto por 33,9% de assuntos provenientes do *Jornal da Tarde*; na SIC, essa percentagem sobe para os 41,9% (do *Primeiro Jornal* para o *Jornal da Noite*), atingindo os 46,3% na TVI (da 2.^a edição do *TVI Jornal* para o *Directo XXI*).

i) Como já referimos, a SIC não emitia, ao tempo, informativos matinais. Interessa, por esse facto, verificar as médias semanais globais contando com tais noticiários, mas também julgámos importante encontrar as médias expurgando os fluxos provenientes dos primeiros jornais diários. Isto porque, no segundo caso, as três estações se colocam com igual universo de noticiários (almoço, horário nobre e fecho).

Os quadros 21-A e 21-B³¹ retratam as duas situações. Da primeira já demos conta anteriormente. Expurgando os jornais da manhã, verificamos que é a TVI a estação que mais assuntos oferece aos noticiários seguintes, com uma percentagem de 44,1%, contra 34,3% da SIC e 31,4% da RTP1. No que toca ao peso das retomas no total de notícias dos jornais receptores, a TVI regista também a maior percentagem (57,5%), seguindo-se a SIC (44,4%) e a RTP 1 (35,0%).

3.2.4. Redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça

A análise acabada de efectuar, se comprovou a existência de um *continuum* de assuntos entre informativos da mesma estação, não permite, no entanto, aquilatar se tais fluxos correspondem a actualizações derivadas de desenvolvimentos nos acontecimentos noticiados, ou se se trata apenas de meras repetições de notícias. A localização espaçada, no dia, dos noticiários de cada estação é propícia à retoma, para reactualização, de determinados acontecimentos. Pode, no entanto, suceder que tal retoma não implique qualquer reactualização, antes a mera redifusão de notícias já anteriormente alinhadas.

No primeiro caso, serão, em princípio, critérios estritamente jornalísticos a ditar tais retomas. No segundo caso - o da mera redifusão sem quaisquer alterações na entrada do *pivot* e na peça -, poderemos estar, ou não, perante critérios estritamente jornalísticos. A mera repetição pode justificar-se

³¹ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JU.pdf

jornalisticamente atendendo ao facto dos espaços informativos de uma estação serem emitidos em horários díspares, logo podendo abranger públicos diferenciados. Mas também se poderão descortinar, nestas práticas, razões alheias a critérios genuinamente jornalísticos, radicadas, por exemplo, numa lógica economicista da estação.

A mera repetição pode servir - e servirá, naturalmente -, para ajudar a preencher um telejornal poupando nos custos. A deslocação de uma equipa de reportagem rentabiliza-se assim, difundindo o trabalho efectuado em vários noticiários. Pode servir para esconder limitações de recursos humanos de uma estação de TV: a existência de um número limitado de redactores ou repórteres de imagem pode obrigar à repetição de peças que de outra forma - com uma redacção pejada de profissionais -, se não justificaria.

A necessidade da redifusão de peças pode ainda radicar em estratégias de contra-programação. Como é sabido, os telejornais portugueses (nomeadamente os da hora do almoço e os do *prime time*), de há muito que têm vindo a ultrapassar a duração-padrão de meia hora. Esse aumento começou a verificar-se logo após a entrada em funcionamento das estações privadas, com os telejornais do horário nobre a prolongarem-se em função da duração dos informativos da concorrência. Foram passando para os 45 minutos, atingindo mais tarde uma hora de duração. Mais recentemente, não é raro depararmo-nos com telejornais que atingem e até ultrapassam a hora e meia de duração. E não nos referimos a situações excepcionais, mas sim a dias noticiosos da maior normalidade. Em princípio, um telejornal de 60 minutos obrigará à inclusão do dobro de peças que um informativo de trinta minutos. E isto implicará, naturalmente, a mobilização de muitos mais recursos humanos e técnicos. Nem sempre será assim, pois há expedientes que permitem alongar um telejornal sem implicar a mobilização de muitos mais recursos. Referimo-nos à possibilidade de introdução de directos de duração bastante superior à tradicional, ou o recurso às entrevistas em estúdio.

A intervenção do apresentador do *Jornal da Noite* numa reunião de redacção, e a resposta do Sub-Director de Informação (incluídas no documentário de Mariana Otero *Cette télévision est la vôtre*)³² retratam bem esta necessidade do recurso a peças que só são difundidas para servir estratégias de contra-programação.

José Alberto Carvalho, pivot do Jornal da Noite: Concordo com o diagnóstico que foi feito, mas acho que nós não iremos a lado nenhum, digo-o convictamente, e posso explicá-lo por 'a' mais 'b', não iremos a lado nenhum enquanto não tivermos uma estratégia definida para o jornal. A nossa estratégia neste momento, estratégia aqui não é estratégia ideológica ou filosófica, é uma estratégia em termos de tempo exclusivamente. Enquanto a nossa única estratégia de fazer o jornal for cobrir o que faz o Telejornal [RTP1], acho muito difícil que se consiga articular aquilo de maneira a estimular o trabalho das pessoas. Na segunda-feira aconteceu uma coisa calamitosa, que foi meter seis fait divers seguidos pescados de emergência, com os mesmos pivots que tinham entrado de manhã, depois de meter uma peça delésicas, foi uma coisa... não dá para ver!...

Por razões de esticar o jornal. Nós hoje tínhamos necessidade de esticar o jornal. Porquê? Porque o Telejornal [RTP1] levou o Jorge Coelho ao estúdio, e prolongou-se por mais dez minutos em relação ao que é habitual. O que me custa a perceber do ponto de vista estratégico é porque é que nós temos que seguir o horário do Telejornal [RTP1]. Custa-me sinceramente. Eu gostava de fazer um teste, gostava que nós conseguíssemos fazer um teste, mesmo correndo os riscos todos que isso implica. Bolas, nós estamos à frente, se alguém deve marcar a estratégia é quem está à frente.

³² Programa realizado por Mariana Otero. Produção de *Archipel 33, La Sept Art e SP Filmes*. Exibido pelo canal franco-alemão ARTE em 1997 e posteriormente redifundido pela SIC.

Resposta de Alcides Vieira, Sub-Director de Informação da SIC: O jornal faz parte de uma estratégia de programação da SIC, e se a estratégia de programação da SIC disser que o jornal tem que ter uma hora, nós temos que arranjar maneira de fazer o jornal com uma hora, nem que perca a qualidade!

Consideramos, assim, de todo o interesse conhecer qual o peso que as inserções de notícias *repetidas* têm nos telejornais das estações objecto da nossa análise. Essas notícias vêm assinaladas com um "R" nos quadros de assuntos noticiados por cada uma das estações (quadros 1-A a 4-G), também nos quadros 5-A a 5-G³³ (que englobam as quatro estações em mapas diários) e demais quadros continentais do detalhe dos informativos analisados. A actualização noticiosa de assuntos tratados em noticiários anteriores surge assinalada através de pontilhado nas células (ver exemplo 5)³⁴. A notícia de abertura do *Telejornal* da RTP1, confirmando 14 mortos resultantes da queda de um avião da ONU em Angola, surge assinalada em célula pontilhada, significando que se trata de uma actualização da informação veiculada anteriormente pelo *Jornal da Tarde*³⁵.

Em alguns casos, a peça emitida é a mesma de noticiário(s) anterior(es), procedendo-se apenas a uma actualização da informação por parte do *pivot*. Estas situações não foram por nós incluídas no grupo de *notícias redifundidas sem alteração da introdução do pivot e da peça*. Interessa, no entanto, ressaltar que também esta prática pode constituir-se como um índice da prevalência de critérios não estritamente jornalísticos, residindo aqui interesses de poupança de custos por parte da estação, ou até uma mera impossibilidade temporal para refazer a peça, colocando-a em *intonia* com os novos dados veiculados pelo apresentador. Não é raro depararmo-nos com explicações do género *às 13 horas, o nosso repórter retratava assim os trágicos acontecimentos em Marvão*, para introdução de peça desactualizada num telejornal do horário nobre, com actualização da informação efectuada anteriormente pelo *pivot*.

A desactualização, por estranho que pareça, pode servir outros fins. A 6 de Janeiro de 1999, no *Jornal da Noite*, o *pivot* noticia a desistência, no *Granada-Dakar*, de uma equipa de portugueses muito querida à SIC. Um dos membros da equipa (Paulo Camacho) é jornalista da estação; o outro (Jorge Gabriel), ex-jornalista, é assessor da Presidência da República. Segue-se peça referente ao desempenho da equipa, mas com informação desactualizada. Aquando da gravação da peça, Camacho e Gabriel ainda se encontravam em prova. Terminada a emissão da peça, o *pivot* faz um primeiro remate, absolvendo a desactualização da informação veiculada: *E depois da reportagem, a desistência*. Acontece que a informação mais importante do dia, referente à prova desportiva, não residia, naturalmente, no infortúnio da simpática dupla Camacho/Gabriel. Na etapa cumprida dia 6, a alemã Utta Kleidschmidt perdera a liderança para um piloto espanhol, era esse o facto mais relevante do *Granada-Dakar*. No entanto, o detalhe da informação ficou relegado para um espaço de programação emitido posteriormente ao *Jornal da Noite*. O *pivot* tratou de fazer a promoção do dito espaço, patrocinado, remetendo os telespectadores para o programa seguinte: *Já a seguir ao Jornal da Noite veja como é que a alemã Utta Kleidschmidt perdeu a liderança para o espanhol José Maria Sariá*. Ou seja, os detalhes da notícia do dia ficaram para um espaço de programação patrocinado; no *Jornal*

³³ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JA.pdf

³⁴ Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JV.pdf

³⁵ Apesar do esquema tradicional passar pela emissão de uma peça previamente gravada, antecedida de uma introdução por parte do *pivot*, também há casos em que a notícia é veiculada apenas por este, sem recurso a quaisquer imagens, ou então recorrendo a imagens acompanhadas de locução do *pivot* feita em directo no telejornal (o chamado *of*). O registo de repetições por nós efectuado contempla, também, estes casos.

da Noite, esse sim um espaço informativo por excelência, libertou-se informação de menor importância, ainda por cima suportada por uma peça desactualizada!

Noutros casos, de que carregaremos exemplos mais à frente, a inclusão de tais peças padece de gritante desactualização, o que não impede os editores de, mesmo assim, as alinharem.

Se, nos casos dos informativos da hora do almoço e do *prime time*, as necessidades de contra-programação podem correr a par com a poupança de custos, ou (o que vai dar ao mesmo), da minguia de recursos, já no que reporta às edições matinal e última dos noticiários, aí presente-se, com acuidade, a prevalência do último factor elencado. Nessas faixas horárias não se sentem grandes necessidades de contra-programação, mas nota-se gritante exiguidade de meios humanos, técnicos e logísticos. As semanas de observação directa nas estações objecto da nossa análise permitiram-nos verificar isso mesmo.

3.2.4.1. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do pivot e da peça (RTP1)

Na semana de 4 a 10 de Janeiro, registámos a inclusão de 13 notícias *repetidas*³⁶ no total de 28 notícias difundidas pelo *Notícias 1* (09h) entre terça e sexta-feira (ver quadro 22)³⁷. Este informativo folgava aos sábados e domingos, e não se incluiu a segunda-feira por se tratar do primeiro noticiário da semana. Em dois dias (6 e 7) 50,0% do *Notícias 1* foi produzido com notícias repetidas do dia anterior. Nos restantes dias (5 e 8), registámos uma percentagem de repetições de 42,9%. A média semanal de repetições (efectuada entre o total de notícias repetidas e o total de notícias difundidas durante a semana, e não como média das percentagens diárias), cifrou-se em 46,4%.

O *Jornal da Tarde* (13h) é o que regista a menor média semanal de repetições, entre os quatro espaços informativos diários: 16,3%. As percentagens diárias oscilam entre os 5,9% de dia 10 (uma repetição em 17 notícias), e os 25,0% de dia 5 (4 repetições em 16 notícias).

No *Telejornal* a média semanal de repetições atingiu os 18,4%, não se quedando muito longe da média verificada no *Jornal da Tarde*. As percentagens diárias oscilam entre os 9,5% de dia 7 (2 repetições em 21 notícias) e os 33,3% de dia 10 (5 repetições em 15 notícias).

O *24 Horas* regista a maior média semanal de repetições: 39,8%. As percentagens diárias vão dos 13,3% de dia 7 (2 repetições em 15 notícias), aos 68,8% de dia 9 (11 repetições em 16 notícias). Para além de dia 9, foi no dia 4 que registámos uma percentagem de repetições superior a 50,0%. Nesse dia a percentagem atingiu os 56,3%, respeitantes a 9 repetições num noticiário composto por 16 notícias. A edição de dia 9 do *24 Horas* foi, assim, de todos os noticiários emitidos pela *RTP 1* na semana em análise, a que registou uma maior percentagem de repetições.

Para um total semanal de 422 notícias, registaram-se 106 reutilizadas sem qualquer alteração, o que corresponde a uma percentagem de 25,1%. Já quanto à média semanal da estação (média ponderada, resultante das médias semanais de cada espaço informativo), cifra-se nos 30,2%. Em 25 noticiários, quatro foram compostos por 50,0% ou mais de repetições de notícias incluídas em informativos anteriores.

³⁶ Passaremos a usar esta simplificação - *notícias repetidas*, tentando assim evitar a natural quebra na fluidez do texto caso utilizássemos sempre a denominação mais correcta de *notícias redifundidas sem alteração da introdução do pivot e da peça*.

³⁷ Quadros 22 a 24 e gráficos 34 a 36 disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JX.pdf

3.2.4.2. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça (SIC)

Na semana de 4 a 10 de Janeiro, registámos a inclusão de 14 notícias repetidas no total de 106 notícias difundidas pelo *Primeiro Jornal* (13h) entre terça e domingo (ver quadro 23). A média semanal de repetições cifrou-se em 13,2%. No dia 7 verificou-se a percentagem de repetições menos significativa - 5,0%, respeitante a uma repetição num total de 20 notícias. No dia seguinte, 8 de Janeiro, verificou-se a maior percentagem de repetições da semana, no que ao *Primeiro Jornal* concerne - 23,5%, correspondendo a 4 repetições num informativo continente de 17 notícias.

No *Jornal da Noite* (20h) a média semanal mais do que duplica, passando para os 29,1% (43 repetições em 148 notícias). As percentagens diárias oscilam entre os 16,7% de dia 7 (3 repetições em 18 notícias), e os 53,3% de dia 10 (8 repetições em 15 notícias).

A exemplo do que já constatáramos com o *24 Horas*, da RTP1, também na SIC é o último espaço informativo diário o que regista maior número de repetições. A média semanal de repetições no *Último Jornal* atinge os 56,8%, tendo como patamar mínimo o dia 4 (36,4% - 4 repetições em 11 notícias) e tecto apostado no dia 9 (77,8% - 7 repetições em 9 notícias).

Em quatro dias, a percentagem de repetições ultrapassa os 50,0%. Acontece assim no dia 8 (61,5% - 8 repetições em 13 notícias); no dia 6 (63,6% - 7 repetições em 11 notícias); no dia 10 (71,4% - 10 repetições em 14 notícias), e no já referido dia 9.

Num total de 81 notícias veiculadas pelas sete edições do *Último Jornal*, 41 foram repetições sem actualização.

Para um total semanal de 335 notícias, registaram-se 103 reutilizadas sem qualquer alteração, o que corresponde a uma percentagem de 30,7% (superior à da RTP1 em 5,6%). Já quanto à média semanal da estação (média ponderada, resultante das médias semanais de cada espaço informativo), cifra-se nos 33,0% (superior em 2,8% à da RTP1). Em 20 noticiários, cinco foram compostos por 50,0% ou mais de repetições de notícias incluídas em informativos anteriores.

3.2.4.3. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça (TVI)

Na semana de 4 a 10 de Janeiro, registámos a inclusão de 11 notícias repetidas no total de 30 notícias difundidas pelo *TVI Jornal* - 1.ª edição (10h), entre terça e sexta-feira (ver quadro 24). A exemplo do que acontecia com a RTP1, também este espaço informativo matinal não se difundia aos sábados e domingos. Registamos percentagens diárias de repetições que oscilam entre os 12,5%, no dia 5 (uma repetição em 8 notícias), e os 62,5% de dia 6 (5 repetições em 8 notícias). Nos restantes dias, as percentagens de repetições cifraram-se em 33,3% (dia 8 - 3 repetições em 9 notícias), e em 40,0% (dia 7 - 2 repetições em 5 notícias). A média semanal de repetições cifrou-se em 36,7% (inferior em 9,7% à percentagem do espaço informativo homólogo da RTP1).

O *TVI Jornal* - 2.ª edição (13h 30) é o que regista a menor média semanal de repetições, entre os quatro espaços informativos diários da TVI: 7,1%, correspondendo a apenas 6 repetições para um total de 85 notícias. As percentagens diárias oscilam entre os 0,0% de dia 4 (informativo continente de 13 notícias) e dia 6 (informativo continente de 19 notícias), e os 16,7% de dia 7 (4 repetições em 16 notícias).

Nos outros dois dias (o *TVI Jornal* - 2.ª edição não era difundido ao fim de semana), registámos percentagens de 5,9% (dia 5 - 1 repetição em 17 notícias), e de 11,1% (dia 8 - 2 repetições em 18

notícias).

No *Directo XXI* a média semanal de repetições é bastante superior, situando-se nos 27,6% (27 repetições em 98 notícias). As percentagens diárias (de 2.^a a sexta-feira) oscilam entre os 17,6% de dia 6 (3 repetições em 17 notícias) e os 36,0% de dia 4 (9 repetições em 25 notícias).

O *Ponto Final* regista a maior média semanal de repetições, quer da TVI, quer no confronto com as outras estações: 80,7%. Só no dia 8 este informativo recorreu a repetições em número inferior a 50%. Neste dia, a percentagem cifrou-se nos 44,4%, correspondendo a 4 repetições em 9 notícias. No dia 4 (informativo composto por 12 notícias), a percentagem de repetições atinge os 100%. No dia seguinte cifrou-se nos 91,7% (11 repetições em 12 notícias); dia 6 atingiu os 76,9% (10 repetições em 13 notícias), e no dia 7 chegou aos 81,8% (9 repetições em 11 notícias). De um total de 57 notícias alinhadas nas cinco edições do *Ponto Final*, 46 foram recuperadas de noticiários anteriores, sem que tivessem sofrido qualquer actualização.

Para um total semanal de 270 notícias, registaram-se 90 reutilizadas sem qualquer alteração, o que corresponde a uma percentagem de 33,3% (superior à da SIC em 2,6%, e à da RTP 1 em 8,2%). Já quanto à média semanal da estação (média ponderada, resultante das médias semanais de cada espaço informativo), cifra-se nos 38,0%. Em 19 noticiários, cinco foram compostos por 50,0% ou mais de repetições de notícias incluídas em informativos anteriores.

3.2.4.4. Comparação dos valores semanais de redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça pelas três estações de televisão

Agrupando os dados apurados pelas três estações (ver quadro 25 e gráficos 37 e 38)³⁸, verificamos que, para um total de 1027 notícias contabilizadas, 299 foram recuperadas de noticiários anteriores sem sofrerem qualquer alteração, o que corresponde a uma percentagem de 29,1%. Verificamos ainda a existência de 14 noticiários com uma percentagem de repetições igual ou superior a 50,0%, e um noticiário em que se atingiram os 100% (*Ponto Final*, TVI, 4 de Janeiro).

Do cotejo entre as três estações, verificamos que é a TVI quem mais recorre às repetições (33,3%); a SIC ocupa o lugar intermédio (30,7%), sendo a redacção da RTP1 a que recorre em menor percentagem (25,1%) às repetições sem qualquer actualização.

Por faixas horárias, constata-se que são os últimos noticiários os que registam a maior percentagem de repetições (39,8%, RTP1; 56,8%, SIC; 80,7%, TVI). Seguem-se os espaços informativos matinais (36,7%, TVI; 46,4%, RTP1), e os telejornais do *prime time* (18,4%, RTP1; 27,6%, TVI; 29,1%, SIC). São os informativos da hora do almoço os que menos se socorrem das repetições de peças anteriormente emitidas, para uma redifusão sem quaisquer alterações. Estes informativos (*Jornal da Tarde*, *Primeiro Jornal* e *TVI Jornal* - 2.^a edição), registam uma percentagem média semanal de repetições inferior em quase 50% aos informativos do *prime time* (*Telejornal*, *Jornal da Noite* e *Directo XXI*).

3.2.4.5. Informativos matinais como *receptores* de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça

Na análise dos fluxos, os primeiros noticiários de cada estação surgiam apenas como *emissores* de notícias para os informativos seguintes, não se atendendo ao facto de tais espaços serem também *receptores* de notícias provenientes do dia anterior. Tomámos esta opção por pretendermos analisar

³⁸ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JW.pdf

os fluxos num ciclo diário, entre o primeiro e o último telejornal de cada dia.

Na análise da inclusão de notícias repetidas, tais espaços surgem também como *receptores*, pois contabilizam-se as notícias difundidas por estes informativos sem que se tenha procedido a qualquer alteração. Tais retomas referem-se, como é óbvio, a notícias veiculadas no dia anterior. Os informativos matinais são espaços continentes de um número bastante reduzido de notícias, se comparados com os restantes telejornais do dia, nomeadamente com os da hora do almoço e do *prime time*. Acresce o facto dos noticiários imediatamente antecedentes (os últimos informativos do dia), ocuparem o segundo lugar no que reporta ao número de notícias alinhadas. Para além disso, são também os últimos informativos os que registam uma maior percentagem de notícias repetidas, logo um material que os editores dos informativos matinais poderão depreciar, por considerarem já gasto, já velho de tanto uso.

Estas condicionantes não impedem, no entanto, o funcionamento do circuito de notícias repetidas entre diferentes ciclos informativos diários. É o que pretendemos ilustrar com os quadros 26, 27 e 28³⁹. Através da consulta a estes quadros, verificamos, por exemplo:

a) a existência de notícias difundidas pela primeira vez num último informativo, que são posteriormente retomadas, sem qualquer alteração, por todos os informativos do dia seguinte. Assim aconteceu na RTP1, entre os dias 5 e 6 de Janeiro. A 5, o *24 Horas* alinhou uma notícia nova, *Coimbra contra co-incineração*. Tal notícia foi recuperada, no dia 6, pelo *Notícias 1* (09h), *Jornal da Tarde* (13h), *Telejornal* (20h), voltando a ser redifundida, sem alterações, no *24 Horas* desse mesmo dia 6! Com a particularidade de, 24 horas depois, tal notícia ter subido seis lugares no alinhamento do último informativo da RTP1. A primeira inserção, dia 5, surgiu no nono lugar do alinhamento. No dia 6, subiu para o terceiro lugar do alinhamento, incluída no bloco de notícias (cinco primeiras do alinhamento) sobre os processos de luta contra a co-incineração (ver quadros 1-B e 1-C)⁴⁰.

b) a existência de notícias difundidas pela primeira vez num último informativo, que são posteriormente retomadas, sem qualquer alteração, por três informativos no dia seguinte. Acontece assim com a notícia do resultado do jogo entre o Estrela da Amadora e o Futebol Clube do Porto, inserida a primeira vez no *24 Horas* (RTP 1) de dia 4. Essa notícia manteve-se, sem alterações, no *Notícias 1* (09h), no *Jornal da Tarde* (13h) e no *Telejornal* (20h) de dia 5.

c) a possibilidade da retoma, sem actualização, de notícias provenientes do dia anterior, mesmo que ignoradas no alinhamento do informativo imediatamente antecedente ao jornal que procede à retoma. No dia 5 de Janeiro, o *Jornal da Tarde* (RTP1) retomou, sem actualização, uma notícia referente à assinatura de um contrato para a construção de uma central de cogeração de energia. Tal notícia havia sido emitida, pela primeira vez, no *24 Horas* do dia 4, mas ignorada no informativo da manhã (*Notícias 1*) de dia 5. Já no caso da detenção de Gil y Gil, a notícia, dada originalmente pelo *Telejornal* de dia 7, foi ignorada pelo *24 Horas* desse mesmo dia, para ser retomada, sem actualização, pelo *Notícias 1* de dia 8. Procedimento similar se verificou na SIC, entre os dias 7 e 8. Notícia sobre o *Granada-Dakar* foi emitida pelo *Jornal da Noite* (20h) de dia 7, ignorada pelo *Último Jornal* desse mesmo dia, e retomada, sem qualquer actualização, pelo *Primeiro Jornal* de dia 8. Também aqui a segunda inserção subiu no alinhamento, isto apesar do *Primeiro Jornal* de dia 8 contar com apenas menos uma notícia (17 ao todo) que o *Jornal da Noite* do dia anterior (18 no total). A primeira inserção ocupou o 18.º e último lugar; a segunda ocupou o 13.º lugar de um informativo com 17 notícias.

³⁹ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JY.pdf

⁴⁰ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JA.pdf

Nos exemplos carregados até ao momento, a primeira inserção ocorrera sempre nos dois últimos espaços informativos de uma estação (o do *prime time* e o último do dia). Na TVI vamos encontrar retomas, sem actualização, de notícias inseridas a vez primeira em informativos da hora do almoço. Assim acontece com a notícia referente à realização de uma vigília contra a co-incineração, em Maceira. Inserida a primeira vez no *TVI Jornal* - 2.^a edição (13h 30) de dia 5, foi retomada pelo *Directo XXI* (21h) e pelo *Ponto Final* desse mesmo dia 5. Bastantes horas mais tarde, surgiria ainda no *TVI Jornal* - 1.^a edição (10h), de dia 6. Note-se que este último informativo iniciava a sua emissão apenas três e horas e meia antes do espaço informativo da faixa horária de onde provinha a notícia original.

Se, no caso da notícia sobre a vigília, se verificou continuidade nas retomas, já o mesmo não acontece no exemplo seguinte, da notícia de um surto de gripe em Inglaterra. Inserida a primeira vez na 2.^a edição do *TVI Jornal* (13h 30) de dia 6, tal notícia haveria de ser ignorada pelo *Directo XXI* (21h) e pelo *Ponto Final* desse mesmo dia 6. Mas ressurgiria, sem quaisquer alterações, na 1.^a edição do *TVI Jornal* (10h) de dia 7. O mesmo acontecera entre dias 5 e 6, com uma notícia sobre o processo de destituição de Bill Clinton.

Estes não são os únicos casos detectados de retomas de notícias depois de cumprido um hiato de dois informativos. No caso de notícia sobre a liga italiana de futebol, inserida originalmente no *Directo XXI* (21h) de dia 6, registámos retoma na 2.^a edição do *TVI Jornal* (13h 30) de dia 7, depois da notícia ter sido ignorada pelo *Ponto Final* de dia 6 e pela edição matinal (10h) de dia 7 do *TVI Jornal*. Com a particularidade da segunda inserção ter subido dez lugares no alinhamento. A 6, ocupara o 15.^o lugar do *Directo XXI* (num total de 17 notícias). Passadas 16 horas e meia, surgiu em quinto lugar do *TVI Jornal* (composto por 18 notícias).

Uma antevisão da noite de atribuição dos Grammy's também haveria de ser retomada depois de cumprida a mesma abstinência. Emitida originalmente pelo *Directo XXI* de dia 7, haveria de falhar as inserções no *Ponto Final* e na edição matinal do *TVI Jornal*, para surgir na segunda edição do *TVI Jornal* de dia 8. Neste caso manteve a posição no alinhamento, tendo surgido a fechar ambos os jornais.

Ainda na TVI, registre-se a recuperação, sem alterações, de duas notícias sobre o processo de luta contra a co-incineração. Inseridas originalmente no primeiro e segundo lugares do *Ponto Final* de dia 8, viriam a ser retomadas, como uma só notícia, no *Directo XXI* do dia seguinte. Apesar do grande número de horas separando estes dois informativos, não havia entre eles qualquer outro noticiário, porque, aos sábados e domingos, a TVI emitia apenas um telejornal.

3.2.4.6. Peso das notícias redifundidas sem alteração da introdução do *pivot* e da peça na realimentação dos fluxos entre noticiários da mesma estação

Comprova-se, pois, que a recuperação de notícias já difundidas em informativos anteriores, é prática comum às três estações analisadas; que essa recuperação tem um peso específico nada despidendo no conjunto de telejornais difundidos por cada estação. Representa um quarto das notícias difundidas pela RTP 1 (25,1%); aproxima-se do terço do total de notícias difundidas pela SIC (30,7%); atingindo o terço na TVI (33,3%).

Reforça-se ainda, através dos dados recolhidos, a desvalorização dos informativos televisivos situados nos extremos do mapa noticioso diário (edição matinal e última edição). As percentagens de notícias repetidas incluídas nestes telejornais é de longe superior à verificada nos restantes informativos, chegando mesmo ao limite de se difundir um jornal apenas com notícias repetidas (*Ponto Final*, TVI, 4 de Janeiro).

Confrontando estes dados com o expandido anteriormente, a propósito dos fluxos entre noticiários da mesma estação, consegue demonstrar-se, assim, que tais fluxos, podendo ser, nalguns casos, alimentados pela necessidade de actualizar informação anteriormente veiculada, se justificam, em muitos outros casos, pela mera redifusão de notícias referentes a acontecimentos que dispensam qualquer actualização. Dito de outra forma, a existência de tais fluxos não encontra justificação primacial na necessidade de acompanhamento e actualização de acontecimentos que se prolongam no tempo, sendo, isso sim, alimentados, em parte significativa, por meras retomas de notícias sem qualquer actualização, e cuja inclusão no alinhamento se poderia, em muitos casos, considerar perfeitamente dispensável.

As opções seguidas para a detecção do peso dos fluxos de notícias sobre um mesmo assunto entre telejornais de uma mesma estação, e para a contabilização das notícias repetidas, não permitem efectuar uma simples operação: descontar, das percentagens dos fluxos, a percentagem de notícias repetidas, para assim determinarmos os fluxos originados por reactualizações. Operação inviabilizada dado que, no primeiro caso - e porque, como já explicámos, quisemos analisar mapas noticiosos diários -, os primeiros informativos diários de cada estação apenas foram encarados na sua vertente *emissora*, ignorando-se a sua faceta *receptora*. Isto porque, se quiséssemos encarar também esta vertente, tal só poderia ser feito alargando os fluxos ao dia anterior.

Já no caso da contabilização das notícias repetidas, os primeiros informativos de cada estação surgem também como receptores. Estamos, portanto, perante universos construídos de forma distinta, o que inviabiliza o tal cotejo aritmético.

Isso não implica que não se comparem os dados recolhidos nas duas análises, permitindo-se, assim, uma aproximação entre as duas realidades. Recordamos os valores encontrados para os fluxos de assuntos que transitavam para noticiários seguintes, tendo por base o total de notícias do jornal *receptor*: entre 28,3% (média semanal da RTP 1) e 44,4% (média semanal da SIC). Na contabilização das notícias repetidas, encontrámos médias semanais entre 25,1% (RTP 1) e 33,3% (TVI). Ou seja, apesar de impedidos de efectuar cotejo aritmético, é fácil vislumbrar que parte significativa de tais fluxos não radica em critérios jornalísticos de imperioso acompanhamento de acontecimentos em evolução, antes em razões mais pragmáticas, já antes elencadas.

3.2.4.7. Despromoção, nos alinhamentos, das notícias redifundidas sem alteração da introdução do *pivot* e da peça

Podemos ainda tentar descortinar a razão de ser da retoma de notícias sem reactualização, através de outra leitura dos dados disponíveis. Fá-lo-emos registando os lugares ocupados nos alinhamentos pelas notícias difundidas, em diferentes informativos de um mesmo dia, quer se trate de notícias com ou sem actualização. Registamos apenas os assuntos desdobrados em notícias que, em cada dia e em cada estação, representaram o intervalo máximo, a maior discrepância na sua colocação nos alinhamentos dos diferentes telejornais.

Consideramos que uma peça é *despromovida* sempre que, numa redifusão posterior, desce no alinhamento, por comparação com a primeira inclusão. Por exemplo, uma peça redifundida, às 20 horas, no 15.º lugar do alinhamento, depois de ter sido alinhada no 3.º lugar do noticiário das 13 horas.

A leitura do quadro 29⁴¹ indica-nos que as despromoções mais significativas de notícias tratadas no mesmo dia pela mesma estação se verificam no grupo das reutilizações.

Com efeito, dos 27 casos elencados, encontramos 21 (77,8%) em que a segunda notícia é reutilizada na íntegra.

Em 17 notícias (81%) deste grupo de 21 reutilizações, a repetição significa uma pesada despromoção no alinhamento do noticiário que recuperou a notícia (assinalados com célula amarela). Em 4 dos casos (19%) acontece o inverso, com uma subida no alinhamento (assinalados com célula verde-claro).

Temos então, para o total dos casos respigados, uma percentagem de 63% de reutilizações com descida significativa no alinhamento - descida que assinala o maior intervalo entre notícias sobre o mesmo assunto no mesmo dia informativo.

Várias razões poderão ser elencadas para tamanha despromoção - critérios diferenciados entre responsáveis dos diferentes espaços informativos, perda de actualidade da notícia, arrumação das notícias por blocos temáticos, só para citar algumas.

Mas, perante a frieza dos números, será legítimo considerarmos também que os editores ou responsáveis pela informação das televisões analisadas desvalorizaram tais notícias por já terem sido emitidas anteriormente. E que a sua inclusão se pode ter ficado a dever à necessidade de preencher uma determinada duração mínima do telejornal; a imperativos de contra-programação, com notícias já emitidas sendo recuperadas no final dos espaços informativos porque a concorrência ainda prossegue com notícias; por carência de meios, obrigando a uma repetição que o lugar no alinhamento indicia enfadonha; por défice do serviço de agenda, incapaz de gerar mais sugestões de assuntos a noticiar.

De notar que, em 4 dos casos, a primeira notícia foi abertura de telejornal. Aconteceu assim com a SIC, dia 4, passando o Sporting-Benfica do primeiro para o 18.º lugar no alinhamento; no mesmo dia com a TVI - as *lamas ácidas de Huelva*, que abriram o noticiário das 13h30, passaram para o 15.º lugar no *Directo XXI*; no dia seguinte com a RTP1, que despromoveu a guerra em Angola do primeiro para o 16.º lugar, isto entre as 13h e as 20h; por último com a SIC, no dia 6. A notícia de novas provas referentes a um massacre em Alas (Timor Leste), passou do primeiro para o 18.º lugar no alinhamento.

Por último, a inclusão de tais notícias pode encontrar justificação no cumprimento dos ditames do mimetismo. A notícia é recuperada porque as outras estações também deram e presume-se que a venham a repetir. Nos 17 casos de notícias reutilizadas com *castigo* despromocional, encontramos 6 versando assunto tratado naquele dia pelas 4 estações; 3 casos merecendo a atenção de 3 estações, e dois casos tratados por duas estações. Em seis dos casos, só uma estação tratou o assunto.

3.2.4.7.1. Desactualização de peças redifundidas sem alteração da introdução do *pivot* e da peça

A explicação residente em poupança de custos/exiguidade de meios encontra suporte na inserção de peças manifestamente desactualizadas nos telejornais. Aqui damos conta de alguns casos por nós detectados, na semana de 4 a 10 de Janeiro de 1999.

Dia 4, uma segunda-feira, no *Notícias 1*, alinhou-se notícia sobre o balanço da operação "Tolerância Zero". Dizia a jornalista, na peça: *O Itinerário Principal n.º 1 registou ontem e ao longo de toda a tarde de hoje o maior fluxo de trânsito, sempre em direcção ao norte*. Seguiu-se depoimento de um graduado da BT da GNR: *O regresso começou-se a sentir ontem ao fim da tarde, hoje de manhã também, nomeadamente por pessoas já de idade mais avançada, e ao fim da manhã os jovens que*

⁴¹ Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JZ.pdf

se dirigem aos seus destinos a norte do país.

Depois, em relação ao IP 5, a jornalista informa: *Nas últimas 24 horas, e apesar do tráfego intenso, registaram-se dois acidentes sem gravidade.*

A peça fecha da seguinte forma: *A segunda e última fase da Operação Boas Festas termina ao meio-dia, mas a Tolerância Zero vai continuar nas estradas nacionais que são consideradas mais perigosas.*

Tratava-se de uma peça preparada para o *Telejornal* (20h) de domingo, dia 3. **Ontem** era sábado, **ao longo de toda a tarde de hoje** não podia ser, obviamente, segunda-feira, por serem ainda 09h da manhã. A jornalista referia-se à tarde de domingo, o mesmo acontecendo com as referências feitas pelo elemento da GNR. **Ontem ao fim da tarde** era sábado, **hoje de manhã** era domingo, **ao fim da manhã** de domingo também.

As **últimas 24 horas** já haviam dado as últimas há bastante tempo, porventura ter-se-iam verificado mais acidentes, se calhar alguns deles mortais, se calhar sem gravidade. Apesar de todas estas referências temporais desactualizadas, a peça foi na mesma para o ar, com um remate que pretensamente a actualizaria, mas que apenas lançava mais confusão no telespectador. Esse remate foi imbutido posteriormente, para informar que a Operação “Boas Festas” terminava ao meio-dia de segunda-feira, o que era efectivamente verdade, a única informação correcta, afinal de contas, em toda esta notícia.

A pergunta que aqui deixamos pode repetir-se nos exemplos seguintes: que jornalista e/ou editor, com brio na sua profissão, com respeito pelos telespectadores, consegue alinhar uma peça deste género, a não ser por uma gritante falta de recursos? Por certo não a terá alinhado baseando-se em critérios jornalísticos...

Nesse mesmo dia 4, no *Directo XXI* (TVI, 21h), noticia-se a euforia bolsista provocada pela chegada do euro. Todas as bolsas da zona euro haviam fechado em forte alta. Acontece que a peça emitida a seguir à entrada do *pivot* é a mesma que já havia sido difundida pelo informativo anterior, às 13h30, hora a que nem todas as bolsas haviam encerrado. A peça referia-se apenas à progressão verificada no período da manhã. Para ajudar à festa, a mesma peça voltou a ser emitida no *Ponto Final*, iniciado às 0h 55 de dia 5.

Ainda nesta edição do *Ponto Final*, surge notícia sobre o barco que havia encalhado na Figueira da Foz. Caindo em erro muito comum aos últimos informativos, a *pivot* informa que a trasfega do combustível existente no navio *deverá começar a ser feita amanhã*. Deveria ter dito *hoje, terça-feira*, pois o jornal começara às 00h 55 de dia 5. Disse *amanhã* por não se ter alterado a entrada de *pivot* do *Directo XXI*, retomada sem qualquer belisco algumas horas depois. É o erro menos grave e, como já dissemos, recorrente em muitas edições dos últimos informativos das televisões portuguesas. O mais complicado é que a mesma peça voltou a ser emitida, sem alterações, no *TVI Jornal* - 1.ª edição, às 10h de dia 5. Aqui actualiza-se finalmente a introdução do *pivot*: *O transvase pode acontecer ainda esta manhã*. E o que vem dizer a peça? - *O transvase só está previsto acontecer na próxima maré-baixa, de noite*. Referia-se à noite de segunda-feira, já cumprida.

Noutros casos, fazem-se peças novas remendadas com velhos bocados. Por exemplo, no *TVI Jornal* - 2.ª edição (13h 30) de dia 4, emitiu-se peça sobre o congestionamento dos serviços de urgências de muitos hospitais, congestionamento provocado por um surto de gripe que grassava no país. A peça incluía depoimentos já utilizados em notícias do *Directo XXI* de domingo, dia 3.

No dia seguinte, terça-feira, 5 de Janeiro, no *Directo XXI*, alinhou-se notícia *actualizada* sobre o

caos nas urgências hospitalares. Na peça incluem-se quatro depoimentos já utilizados no *TVI Jornal* (13h 30) do dia anterior, por sua vez repescadas do *Directo XXI* de domingo, dia 3. Três depoimentos são de utentes dando conta das horas que levam de espera para serem atendidos, pertencendo o quarto depoimento a um médico que revela o tempo médio de espera dos pacientes, isto em relação ao dia de domingo.

Parecendo detentores das propriedades daquelas velas de bolos de aniversário, que sempre se reacendem após o atordoamento de um valente sopro, os depoimentos já referidos renascem das cinzas de vários noticiários para se extinguirem, finalmente, na 1.^a edição do *TVI Jornal* de quarta-feira, dia 6!

Dia 4, o *TVI Jornal* - 2.^a edição (13h 30) difundiu peça de antecipação sobre o jogo Estrela da Amadora - Futebol Clube do Porto, a decorrer naquela noite. A peça já fora difundida dois dias antes, no *Directo XXI* de sábado, dia 2. Curiosamente, no noticiário imediatamente posterior à realização do encontro (*Ponto Final* de dia 4), nenhuma referência ao resultado.

Dia 6, quarta-feira, no *TVI Jornal* - 1.^a edição (10h), alinha-se peça sobre o reinício do processo de destituição de Bill Clinton. Diz-se na peça que o *processo será retomado na quarta-feira e não retomado hoje* porque a peça havia sido preparada para difusão em informativos anteriores. Segue-se outra notícia, referente a decisões tomadas no Conselho Nacional do Partido Popular, reunido durante a noite de terça para quarta-feira. A apresentadora informa ter Paulo Portas concedido liberdade de voto aos deputados, para a ratificação do tratado de Amesterdão. A informação era correcta, e estava actualizada. Mas o que se ouve na peça subsequente à informação veiculada? - *Se Paulo Portas não der indicação expressa de cúpula de partido [sic], Manuel Monteiro vai mesmo votar contra a ratificação do tratado. Mas se a decisão for de alinhamento com o PSD, então Monteiro vai optar pela abstenção.* Ou seja, o que era dado como certo na introdução do *pivot* (e correspondia efectivamente à verdade), ainda se colocava no campo das hipóteses, na peça, isto porque fora recuperada de noticiário anterior à revelação das decisões tomadas no plenário dos populares.

A fechar o lote de desactualizações, ainda a TVI. Na noite de 6 para 7 de Janeiro, no *Ponto Final*, notícia de um incêndio florestal que deflagrara, no dia 6, pelas duas da tarde, no Monte do Calvário, em Vila Praia de Âncora. Na peça, diz a jornalista: *Neste momento o fogo já está controlado mas a operação de rescaldo prolonga-se noite dentro.* O comandante dos bombeiros complementa: *Espero que daqui a duas horas, duas horas e meia, o incêndio esteja extinto.*

Esta peça, com referências temporais bastante precisas, voltou a ser emitida na edição das 13h30 do *TVI Jornal* de dia 7. Assim, para além das informações acima transcritas, os telespectadores puderam ouvir ainda outros anacronismos da peça: *Um verdadeiro calvário para os 70 homens que há mais de 11 horas combatem as chamas.* Como o fogo havia começado às 14h de dia 6, as onze horas de estrênuo combate localizavam-se à uma da manhã de dia 7. Uma diferença de apenas doze horas e meia em relação ao início do informativo que alinhou a peça. Para ajudar à desgraça, ainda se podia ouvir o seguinte, na peça recuperada ao almoço de dia 7: *Neste momento o fogo já está controlado, mas a operação de rescaldo prolonga-se noite dentro.* A noite era a anterior, já era dia, o sol já ia alto, mas os espectadores mais desprevenidos poderão ter entendido que a operação de rescaldo prosseguira noite de 7 para 8 dentro...

O calvário desta peça não finaria aqui. No *Directo XXI* (21h) de dia 7, voltou a dar-se conta do incêndio em Vila Praia de Âncora. A introdução do *pivot* foi actualizada, ficando a saber-se que o fogo havia sido extinto ao final da manhã de dia 7: *O fogo deflagrou às duas da tarde de ontem, mas*

só hoje ao fim da manhã foi possível extingui-lo. Foi combatido durante mais de 20 horas por uma centena de bombeiros de 14 corporações - informava a apresentadora do *Directo XXI*. Logo, já estava extinto aquando da notícia anterior, veiculada pelo informativo da hora do almoço. É só fazer as contas, combatido durante mais de 20 horas deve dar para arriscar que o *decreto de extinção* tenha sido lavrado entre as dez da manhã e as onze e alguns minutos de dia 7.

Apesar da actualização da informação no *pivot*, que peça surgiu a acompanhar tal indicação? Exactamente a que fora emitida originalmente quase 24 horas antes. Na introdução à peça o fogo era dado como extinto, passamento verificado há mais de dez horas. Na peça subsequente, voltávamos a ouvir que *neste momento o fogo já está controlado, mas a operação de rescaldo prolonga-se noite dentro*. Aparecia, mais uma vez, o comandante dos bombeiros descansando as populações: *Espero que daqui a duas horas, duas horas e meia, o incêndio esteja extinto*. E nem a inclusão, em oráculo, da indicação *V. Praia de Âncora - ontem à noite*, poderá ter redimido a opção da TVI do pecado de anacronismo, melhor dito, do pecado de uma tremenda confusão.

Os exemplos detalhados não são os únicos detectados. Há mais. Não é prática que se confine a Janeiro de 1999, nem a este ano específico. A prática é tão condenável quão reiterada. Num intervalo por nós efectuado enquanto escrevíamos esta passagem, a 10 de Agosto de 2002, sintonizámos a SIC Notícias, informativo das 22 horas. Difundia-se peça sobre o jogo Benfica-Celta de Vigo. Ali se dava conta das grandes expectativas em torno do encontro. Porque o Benfica havia sido humilhado, anos antes, pelos espanhóis, num 7-0 de péssima memória; mas, e principalmente, porque no jogo amigável se iria estrear Nuno Gomes, regressado à Luz depois de dois anos em Itália. Na peça, o jornalista arriscava mesmo que Nuno Gomes seria *a grande estrela da noite*. E avançavam-se outros prognósticos quanto à constelação estrelar a mobilizar pelo técnico Jesualdo Ferreira. Acontece, tão simplesmente, que a peça de antecipação do jogo estava a ser emitida já com o encontro iniciando a segunda parte (havia começado às 21 horas). Nuno Gomes nunca poderia vir a ser a estrela do jogo porque o técnico benfiquista não o fizera alinhar de início, nem durante toda a primeira parte...

Não se vislumbram, não é possível descortinar aqui critérios jornalísticos válidos para tais práticas, que só encontrarão justificação numa exiguidade de meios (técnicos e humanos), colocados à disposição de editores e jornalistas das televisões portuguesas. Limitações que correrão a par com a desresponsabilização dos profissionais que adoptam tais práticas sem pestanejar.

3.2.4.8. Pistas para uma explicação dos procedimentos detectados

Tendo registado a existência de fluxos entre noticiários da mesma estação, *continuum* com peso específico em cada telejornal, a análise agora concluída permitiu-nos caracterizar tais continentes, no que reporta à sua alimentação. Em parte a não menosprezar, veiculam notícias que se não podem considerar de *primeira actualidade*, por já terem sido difundidas, na íntegra e sem quaisquer modificações, em informativos anteriores.

Os valores semanais deste tipo de redifusões atingiram 30,2% na RTP 1, 33,0% na SIC e 38,0% na TVI. No canal público registámos 4 noticiários compostos por 50% ou mais de repetições de notícias incluídas em informativos anteriores (para um total de 25 informativos, o que equivale a 16% da amostra). Na SIC esse valor sobe uma unidade, passando para 5 em 20 informativos, equivalendo a um quarto da amostra. Na TVI registou-se cifra igual, mas para uma amostra de 19 noticiários, equivalendo assim a 26,3%.

Olhando a noticiários específicos, os valores percentuais mais significativos situaram-se nos 68,8%

(24 Horas, dia 9), para a RTP 1; nos 77,8% (*Último Jornal*, dia 9), para a SIC; e 100% (*Ponto Final*, dia 4), para a TVI.

Algumas destas retomas justificar-se-ão plenamente atendendo à distribuição espaçada dos noticiários, ao longo do dia informativo. Outras encontrarão justificação em critérios alheios à prática do jornalismo como veiculador da actualidade. Serão critérios de índole economicista a justificar a redifusão de algumas dessas notícias, critérios que tentarão maximizar a relação custo/benefício da produção de um telejornal. Critérios concorrenciais empurrarão outras para a redifusão, *peças de socorro* disponíveis para qualquer necessidade urgente da máquina contra-programadora. Os casos detalhados em 3.2.4.7.1. ilustram bem tais necessidades, recusando-nos nós a acreditar que tais inclusões possam ter sido ditadas por serena e ponderada reflexão em torno dos critérios jornalísticos que lhes cancelaram o passaporte para os alinhamentos.

A resistência de algumas peças à *morte súbita*, conseguindo voltar à edição do dia seguinte do informativo de onde haviam partido; a ressurreição de outras depois do falso rebate de morte precipitadamente anunciada, dificilmente encontrarão razão jornalística que as sustenha.

3.2.5. A agenda do *Jornal 2* e as agendas dos restantes informativos televisivos

A concluir a análise ao meio/televisão, e antes de iniciarmos o cotejo com o meio/rádio e com o meio/imprensa, importa fazer uma referência ao *Jornal 2*, emitido pela RTP2. Pelo facto deste canal emitir apenas um telejornal por dia, o *Jornal 2* não foi incluído nas últimas análises por nós efectuadas (as referentes aos fluxos noticiosos e à inserção de notícias sem qualquer actualização). Este informativo é considerado como um espaço de informação *alternativa*, pergaminho que herdou dos tempos das suas primeiras emissões. Considerámos pertinente verificar se tal carácter *alternativo* residia - para além do formato, da prestação diferenciada dos apresentadores, do tratamento dos assuntos elencados -, se tal carácter *alternativo*, dizíamos, também se verificava na selecção dos assuntos a noticiar.

A ser assim, o *Jornal 2* constituir-se-ia como uma alternativa aos mecanismos miméticos que constroem parte dos informativos das outras estações. Mas verificámos que tal não sucede. Neste capítulo concreto, o *Jornal 2* segue a agenda das outras televisões, verificando-se uma grande dependência do material fornecido pela RTP1.

31,5% dos assuntos noticiados na semana em análise foram objecto de notícia em todas as outras estações generalistas (34 para um total de 108 notícias); 18,5% mereceram a atenção de mais dois canais, e 26,9% foram noticiados em mais uma estação. 23,1% é a quota que coube à RTP2, no que a assuntos abordados exclusivamente pelo *Jornal 2* concerne. Quanto aos assuntos que foram objecto de notícia em mais um canal, a RTP1 leva a palma na parceria - 23 casos, para 3 da SIC e 3 da TVI.

No grupo dos assuntos noticiados por mais duas estações televisivas, verificamos que a RTP1 é parceira, na totalidade dos casos (20), da outra estação que também abordou assuntos veiculados pela RTP2 (ver quadro 130 e gráfico 39)⁴².

Com esta etapa, cumprimos a análise aos noticiários televisivos, escalpelizados estes quer na clausura da estação difusora, quer nas relações com outros noticiários, de outras estações. O próximo ponto alargará o confronto do universo informativo da televisão ao meio/rádio.

⁴² Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JZ01.pdf

3.2.6. Análise da agenda noticiosa radiofónica em função da agenda noticiosa televisiva

3.2.6.1. Indicações prévias

Esta análise permite-nos verificar, desde logo, se o espectro mimético dos assuntos noticiados em determinado dia ultrapassa o meio televisão, alargando-se também à rádio. Mas vai para além disso, permitindo descortinar também se a agenda televisiva se forma, sobretudo, por assuntos originalmente veiculados pelas televisões, ou se, pelo contrário, tal agenda surge conformada, e em que medida, por assuntos já veiculados por outros meios. Meios, no plural, porque, depois da análise aos noticiários radiofónicos, encetaremos outra etapa, de análise à imprensa publicada no mesmo período.

A comprovar-se percentagem significativa de assuntos veiculados originalmente pelas televisões, estaremos então em condições de atestar uma elevada autonomia deste meio, no capítulo da formação da agenda noticiosa diária. Se se verificar número significativo de notícias veiculadas primeiro pela rádio, poderemos então considerar uma autonomia mais débil dos *gatekeepers* das televisões, no que respeita à formação dessa mesma agenda.

As pesquisas efectuadas até ao momento já nos forneceram valores indicativos do funcionamento de poderosos mecanismos miméticos no meio jornalístico televisivo. Mas nada indicavam quanto ao grau de *originalidade* da agenda plasmada nos telejornais. Ou seja, podendo afirmar-se que, atendendo a uma determinada percentagem de notícias veiculadas por todas as televisões, os *news promoters* haviam conseguido o pleno, impondo determinados assuntos como de tratamento obrigatório por parte das televisões; podendo discutir-se se a existência de tais mimetismos radica no poder de persuasão e na influência dos *news promoters*, ou antes numa similitude de ideologias, práticas e rotinas jornalísticas absorvidas pelos *gatekeepers* das redacções televisivas, ou até numa simbiose de ambos os factores; não estaríamos, no entanto, em condições de desenhar os contornos da *arca da originalidade noticiosa*. Em condições de questionar a *virgindade* da agenda noticiosa televisiva, ou a sua porosidade a outras agendas, como a radiofónica e a imprensa.

Os resultados a apurar permitir-nos-ão também reforçar, ou debilitar conclusões intermédias expendidas, no que concerne ao grau de autonomia dos jornalistas de televisão, por contraponto com os constrangimentos de vária índole sofridos no seu labor diário.

Foram ouvidos todos os noticiários emitidos pelas estações de rádio Antena 1, Rádio Renascença e TSF, entre 4 e 10 de Janeiro de 1999. Tendo por base essa audição foram elaborados os quadros 31-A a 31-G⁴³. Estes quadros têm por base os quadros 5-A a 5-G, tendo-lhes sido acrescentadas três colunas, reportando cada uma a sua estação de rádio. Nestas colunas assinalam-se, através de células diferenciadas, as notícias difundidas pela rádio primeiro que pela televisão; as notícias em que a rádio não se antecipou à televisão, emitindo-as ao mesmo tempo; e as notícias dadas pela rádio depois de já terem sido veiculadas pela televisão.

Classificámos como *notícias difundidas primeiro pela rádio* as notícias que uma estação de rádio veiculou antes da primeira notícia dada sobre o mesmo assunto por uma estação de televisão.

Exemplo: *Estrela da Amadora - Futebol Clube do Porto*. Na RTP1 e na TVI pela 1.^a vez às 13h; na SIC surge apenas no *Último Jornal*. Logo, a indicação *notícias difundidas primeiro pela rádio* significa que a estação de rádio assinalada difundiu tal notícia antes das 13h.

⁴³ Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JZ02.pdf

Notícias difundidas durante a mesma hora pela rádio - Apesar da possibilidade de verificar se a notícia/rádio foi difundida antes (a maior parte dos casos); ao mesmo tempo (o que se afigura raro); ou depois da notícia veiculada pela televisão, optámos por atender à hora em que foi transmitida, e não ao minuto exacto do início da sua difusão. Ou seja, mesmo quando a notícia da rádio abre o espaço informativo (p. ex. 13h 02m) e a notícia televisionada surge apenas às 13h 40m, é assinalada como *difundida durante a mesma hora* e não como *difundida primeiro*.

Tal como no exemplo anterior, que vale também para o caso das *notícias difundidas posteriormente pela rádio*, a classificação é feita em função da primeira notícia dada sobre determinado assunto por uma estação de televisão.

No confronto entre os dois meios (rádio e TV), e que interessa para o cálculo das percentagens diárias e médias semanais, basta que um determinado assunto tenha sido veiculado primeiro por uma estação de rádio para ser contabilizado no grupo de assuntos em que o meio/rádio se antecipou à televisão. Exemplificando: dia 4, 2.^a feira, assunto 10 - *Mês Euro-Empresas*. Registámos uma inserção radiofónica (TSF) anterior à primeira inserção televisiva (13h na RTP 1 e na SIC; 13h30 na TVI). Registámos ainda uma inserção (Antena 1) difundida na mesma faixa horária que as primeiras inserções televisivas, portanto no noticiário das 13h do canal público de rádio. A inserção radiofónica anterior prevalece sobre a inserção na mesma faixa horária.

3.2.6.2. Difusão noticiosa de assuntos comuns aos meios rádio e televisão

Uma primeira consulta a estes quadros logo faz ressaltar o elevado número de assuntos veiculados pela televisão com difusão anterior pela rádio (células a roxo). Como resalta ainda a densidade dessa mancha na zona de assuntos em que o mimetismo mais se faz sentir (assuntos tratados por quatro e por três estações de televisão).

Numa primeira etapa (ver quadro 32 e gráfico 40)⁴⁴, contabilizaremos os assuntos seleccionados pelas estações de televisão que foram, também, alvo de notícia(s) por parte das rádios.

Verificamos que, dos 527 assuntos tratados entre 4 e 10 de Janeiro pelas televisões, 286 foram também seleccionados para tratamento noticioso pelas rádios. 54,3% dos assuntos noticiados pelas televisões mereceram tratamento noticioso radiofónico. Estes valores incluem a totalidade de casos em que a rádio também noticiou assuntos veiculados pela televisão, sem curar de distinguir os casos em que se verificou antecipação por parte das rádios, dos veiculados na mesma faixa horária e também dos que foram veiculados mais tarde pela Antena 1, Rádio Renascença ou TSF.

Constata-se, pois, que mais de metade da selecção efectuada pelos *gatekeepers* das televisões coincidiu com a selecção efectuada, nessa semana, pelos editores das estações de rádio. Esta análise fornece-nos um indicador precioso, no que respeita ao grau de originalidade da agenda noticiosa televisiva, e ao teor mimético do produto noticioso difundido, teor confrontado, agora, já não apenas dentro do meio/televisão, mas com um meio concorrente?, complementar?

Se a aferição feita apenas no meio/televisão já nos indicara valores significativos de mimetismo na selecção dos assuntos que sobem à pantalha informativa (valores extremamente potenciados no seu desdobramento em notícias, por contraponto com os assuntos veiculados apenas por uma estação); ficamos agora em condições de provar que tais procedimentos miméticos não são exclusivos do meio/televisão, estendendo-se também ao meio/rádio. A selecção efectuada pelas televisões é, em mais de 50%, similar à selecção efectuada pelas rádios.

⁴⁴ Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JZ03.pdf

Mas podemos ir mais além, tentando descortinar quem dá o pontapé de saída na difusão de notícias que reportam a assuntos seleccionados por ambos os meios. Saber se é a agenda televisiva que condiciona a agenda radiofónica, induzindo práticas miméticas nos *gatekeepers* das rádios, ou se acontece o inverso, com a rádio a marcar a agenda noticiosa, induzindo comportamentos miméticos por parte dos decisores da agenda televisiva. É o que faremos na segunda etapa desta análise.

3.2.6.3. Pré-agendamento radiofónico da agenda noticiosa televisiva

Constata-se que, na quase totalidade dos casos em que a rádio também tratou assuntos noticiados pela televisão, é aquele meio que conquista a primazia, com difusão prévia à das televisões. Assim, dia 4, em 40 dos 42 assuntos tratados pelos dois meios foi a rádio que se antecipou à televisão; no dia 5, o mesmo se verificou em 45 dos 46 casos registados; dia 6, a antecipação da rádio aconteceu em 53 dos 54 assuntos seleccionados por ambos os meios. Situação idêntica nos dias 7 e 8, o primeiro com 36 antecipações em 38 assuntos comuns, o segundo com 45 antecipações em 47 assuntos comuns. No fim de semana regista-se um desvio a esta tendência, mas bastante ligeiro. Dos 35 casos registados no dia 9, sábado, 30 referem-se a antecipações; e no domingo registámos 21 antecipações da rádio em 24 assuntos tratados em comum com a televisão. Num total de 286 assuntos reportados por ambos os meios, foram 270 as antecipações da rádio, restando apenas 16 casos para notícias veiculadas ao mesmo tempo ou mais tarde que a televisão.

Na segunda-feira, dia 4, registámos um assunto veiculado ao mesmo tempo pela rádio e pela televisão, e um outro em que a TV se antecipou à rádio. No dia 5, um assunto noticiado ao mesmo tempo pelos dois meios; dia 6, registo de um assunto em que a TV se antecipou à rádio. Dias 7 e 8, duas antecipações da televisão, em cada um dos dias. No sábado registámos um assunto veiculado ao mesmo tempo, e quatro em que a TV se antecipou à rádio. No domingo, três antecipações da TV.

Que peso têm tais antecipações da rádio, em relação ao total de assuntos veiculados pela televisão? Bastante, com uma média semanal superior a 50%. Dia 4, a rádio difunde, primeiro que a televisão, notícias referentes a 40 dos 65 assuntos seleccionados pelos *gatekeepers* televisivos, o que equivale a uma percentagem de 61,5%. Dia 5, foram 45 as antecipações, num universo de 80 assuntos elencados pela TV, o que vale 56,3%. Dia 6 registámos 53 antecipações, em 92 assuntos da agenda noticiosa televisiva, valendo assim 57,6%. Na quinta-feira, dia 7, houve 36 antecipações (45,0%) em 80 assuntos noticiados pela TV; dia 8 foram 45 as antecipações (52,9%), num universo de 85 assuntos tratados pela TV. Sábado, dia 9, registaram-se 30 antecipações, correspondendo assim a 46,9% dos 64 assuntos noticiados pelas televisões; com o domingo a registar 21 antecipações da rádio (34,4%), em 61 assuntos agendados pela televisão. A média semanal de antecipações (270 em 527 assuntos) cifra-se, assim, nos 51,2%⁴⁵.

O peso das notícias veiculadas ao mesmo tempo pela rádio e pela TV é residual, o mesmo acontecendo com as notícias em que a rádio se atrasou, em relação à TV. Registámos três casos de simultaneidade horária, um no dia 4, outro no dia 5 e um terceiro no dia 9. Representam 0,6% do total

⁴⁵ Se, porventura, tivéssemos possibilidade de alargar o leque de estações com que trabalhamos, verificaríamos que o número das antecipações engrossaria. Não incluímos a Rádio Comercial no grupo de estações objecto da nossa análise, por termos acesso a um número muito limitado de noticiários, bastante inferior ao das outras três estações. No entanto, fazendo uma breve consulta à base de dados da Memorandum, facilmente constatamos a existência de algumas antecipações por parte da *Rádio Comercial*. Nessa consulta, nada exaustiva, servindo apenas para carrear alguns exemplos, verificamos que, no dia 6, a Comercial se antecipa à TVI no assunto *Surto de gripe em Inglaterra*; no dia 8, antecipação à RTP1, no assunto *Portugueses fogem Malange para Luanda; situação no Cuito*; antecipação à RTP1 e à SIC no assunto *Balanço oficiais iraquianos mortos Raposa no Deserto*; e antecipação à SIC no assunto *Metropolitano Lisboa proíbe fumar nas estações*.

de assuntos elencados pela TV, durante a semana de 4 a 10 de Janeiro. Por treze vezes (2,5%), correspondendo a treze assuntos, a rádio surgiu com notícias depois da televisão - um caso por dia 4 e 6 de Janeiro; dois casos por dia 7 e 8; quatro casos no dia 9, e três no dia 10.

Nesta análise deparámo-nos com um problema, residente na repetição de notícias, em dia seguinte à primeira inserção por parte da TV. Tratando-se de casos em que se verificara antecipação por parte da rádio, tal antecipação contaria a dobrar, em virtude da repetição efectuada por uma ou mais estações de televisão. Ou seja, a antecipação contava no dia da primeira inserção, e voltava a ser contabilizada aquando da reinserção, por constar, como deve, no mapa do dia seguinte. Demos o exemplo das antecipações por parte da rádio, como penalizando as televisões, mas também se poderia verificar o inverso, caso tais repetições em dia seguinte reportassem, na sua maioria, a assuntos que a rádio tivesse ignorado, ou noticiado mais tarde que a TV.

Exemplificando. No dia 8, sexta-feira, o *Notícias 1* alinhou notícia retomada, sem alterações, do dia anterior (assunto 5 - *Alatas diz que Xanana vai continuar preso*) (ver exemplo 6)⁴⁶. Esta notícia havia sido difundida, no dia anterior, pela Renascença, estação que se antecipara à TV. Fora contabilizada, na 5.ª feira, como uma antecipação da rádio à TV. A reutilização da notícia pela RTP 1 (que surge assinalada com o competente "R"), obriga a que façamos menção de que tal assunto já havia sido difundido, no dia anterior, pela Renascença, e primeiro que a RTP1.

É discutível se se deve ou não contabilizar de novo a antecipação da rádio, pelo facto da televisão ter retomado assunto já veiculado no dia anterior. Foi, no entanto, essa a opção tomada, nas contas anteriormente divulgadas.

Exemplo inverso encontramos-lo no dia 5, com a repetição, sem qualquer alteração, pelo *Jornal da Tarde*, de notícia sobre a próxima construção de uma central de cogeração de energia, na Figueira da Foz (assunto 9). Tal assunto, noticiado a vez primeira no dia 4, não mereceu qualquer acompanhamento por parte das rádios. Do mesmo modo que se pode discutir o registo de uma antecipação, pela rádio, de assunto já contabilizado no dia anterior, registo que se pode considerar como favorecendo o meio rádio, também se poderá considerar que, no caso da notícia da central de cogeração de energia, a sua contabilização a dobrar favorece o meio televisão.

Já não parece suscitar tantas dúvidas a contabilização de notícia redifundida pela televisão, no dia seguinte, quando a rádio, também nesse dia seguinte, noticia o assunto. É o que se verifica no assunto 54, de dia 5 (*I Liga futebol: tabela classificativa*). Aqui não se contabiliza antecipação feita no dia anterior pela rádio, antes se confronta uma repetição, por parte da televisão, com notícias veiculadas no dia da repetição televisiva, por parte das rádios. Ambos os meios veicularam a notícia, no dia seguinte à primeira inserção.

No exemplo 6 alinhámos ainda dois outros casos, para cabal esclarecimento do método por nós seguido.

Dia 5, assunto 14, *FIFA quer Mundial futebol de dois em dois anos*. Foi contabilizada como antecipação pela rádio, e não se trata de qualquer duplicação. Com efeito, a RTP1 regista uma inserção *ex novo* do assunto no *Jornal da Tarde* de dia 5. Assunto esse que já havia sido objecto de notícia, no dia anterior, pela Antena 1 e pela TSF.

O mesmo vale para o assunto 5 (*Benfica cede Pringle ao Charlton de Inglaterra*), também de terça-feira. Na RTP1 encontramos duas notícias retomadas, sem alterações, do dia anterior. Mas na TVI regista-se uma primeira inserção sobre o assunto. Essa primeira inserção é, assim, veiculada

⁴⁶ Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JZ04.pdf

mais tarde que as notícias dadas, sobre o mesmo assunto, pela rádio. Antena 1 e Rádio Renascença noticiaram a transferência no dia anterior, logo verificou-se uma antecipação da rádio ao meio/televisão, quando uma estação só veicula a notícia várias horas depois.

Apesar de considerarmos justificáveis as opções tomadas, julgámos por bem avançar para exercício de eliminação dos assuntos que, no dia seguinte, surjam apenas com registo de notícias redifundidas sem qualquer alteração. Eliminação feita independentemente da rádio ter antecipado tais assuntos no dia anterior (caso do assunto 5 de dia 8 - *Alatas diz que Xanana vai continuar preso*), ou de os ter ignorado (caso do assunto 9, de dia 5 - *Central portuguesa de cogeração de energia*), ou mesmo de os ter dado também no dia seguinte (assunto 54, de dia 5 - *I Liga futebol: tabela classificativa*).

Registámos 23 assuntos nesta situação. Depois de eliminados, o universo de assuntos veiculados pela televisão baixa de 527 para 504. Nestes 23 assuntos, havia onze em que a rádio se antecipara à televisão, o que faz baixar o total destas antecipações de 270 para 259. O valor percentual destas antecipações, antes cifrado em 51,2%, sobe agora duas décimas, passando para 51,4%. Não há, pois, diferença significativa na utilização de um ou outro dos métodos.

3.2.6.4. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações: relação entre o meio/rádio e o meio/televisão

Constatámos, já, a elevada percentagem (54,3%) de assuntos veiculados pela televisão que também merecem tratamento noticioso por parte da rádio. Verificámos, também, que na sua quase totalidade, tais assuntos são noticiados primeiro pela rádio e só posteriormente pela TV. Acontece assim com 51,2% dos 527 assuntos noticiados pelas estações de televisão na semana em análise. Indicadores claros de forças miméticas na constituição da agenda noticiosa de televisões e rádios, com a possibilidade (que discutiremos mais tarde), da agenda radiofónica poder influenciar a agenda televisiva.

Libertámos contabilidade diária e valores percentuais semanais referentes ao total dos assuntos seleccionados pela televisão. Mas não dissecámos ainda tais circuitos miméticos, individualizando as notícias que atingem o pleno das televisões (assuntos veiculados por 4 estações), das que foram seleccionadas por três, duas ou uma estação.

Curaremos de conhecer, agora, se a atenção noticiosa das rádios se dirige, sem primazia, a qualquer um dos quatro subgrupos de assuntos noticiados pelas televisões, ou se se verifica uma atracção mimética rumo aos assuntos que mereceram a atenção da maior parte das estações de TV.

Para o efeito, seccionámos os mapas de registo diário do conjunto de assuntos noticiados pelas televisões em função do número de estações que veicularam tais assuntos: um mapa para os assuntos noticiados por 4 estações de TV (assuntos assinalados com fundo amarelo); outro para os assuntos noticiados por 3 estações de TV (assuntos assinalados com fundo azul-claro); outro para os assuntos noticiados por 2 estações de TV (assuntos assinalados com fundo verde-claro); outro para os assuntos noticiados apenas por uma estação de TV (assuntos assinalados com fundo cinzento).

Do confronto visual destes quadros (33-A a 33-D)⁴⁷ consegue-se, logo numa primeira leitura, desenhar diferença de monta entre, por um lado, os assuntos noticiados por 4 e 3 estações de TV, e, por outro, os assuntos noticiados por duas ou só uma estação de televisão. Com efeito, a selecção noticiosa feita pelas rádios sintoniza-se muito mais com os assuntos alvo da atenção de maior número

⁴⁷ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/IJ05.pdf

de estações de televisão. Essa maior sintonia corre a par com uma maior saturação de notícias radiofónicas nas zonas de maior mimetismo televisivo.

Consultando os quadros 34 a 36⁴⁸, podemos comprovar a diferença abissal entre os grupos de assuntos noticiados por 4 e por 3 estações, e os grupos de assuntos noticiados por duas ou apenas uma estação. Desenvolvemos esta análise, verificando, primeiro, totais absolutos e percentagens de

a) assuntos noticiados pelas televisões que tenham sido alvo de antecipação por todas as estações de rádio (quadro 34);

b) assuntos noticiados pelas televisões que tenham sido ignorados por todas as estações de rádio (quadro 35);

c) assuntos veiculados pelas televisões que uma, duas ou as três estações de rádio não tenham acompanhado, seja por antecipação, ao mesmo tempo, ou posteriormente (quadro 36).

3.2.6.4.1. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram antecipados pelo pleno das estações de rádio

Começando pelos assuntos noticiados pela TV, e que todas as estações de rádio anteciparam (quadro 34). Constatamos que, dos 34 assuntos que, na semana, fizeram o pleno das estações de televisão, 25 foram antecipados por todas as estações de rádio, o que equivale a uma percentagem de 73,5%.

Dos 52 assuntos seleccionados por três estações de televisão, 28 foram antecipados por todas as estações de rádio. Verifica-se uma subida em números absolutos, mas uma diminuição da percentagem semanal, atendendo ao número mais elevado de assuntos tratados só por três televisões. A percentagem semanal situa-se nos 53,8%. Se, no que toca aos assuntos noticiados pelo pleno das televisões, as antecipações pelo pleno das rádios estiveram ausentes em 9 casos; no que concerne aos assuntos noticiados por três televisões, a ausência do pleno radiofónico verificou-se em 24 casos.

Quebra bastante acentuada surge no grupo de assuntos noticiados apenas por duas estações de televisão. Aqui, o pleno de antecipações radiofónicas reduz-se para 14 casos, em 92 possíveis, o que equivale a uma percentagem de 15,2%. O pleno das rádios, no que às antecipações respeita, não funcionou em 78 dos casos. O decréscimo percentual é abissal, passando dos 73,5% - com escala nos 53,8% -, para os 15,2%.

No último grupo, dos assuntos noticiados apenas por uma estação, regista-se nova quebra percentual de grande significado. Apenas 30 antecipações pelo pleno das rádios (8,6%), havendo 349 possibilidades de tal acontecer. Ou seja, o pleno das antecipações radiofónicas não funcionou em 319 casos. Note-se que, neste último grupo, composto por 349 assuntos, a rádio apenas atingiu o pleno em mais cinco casos que o verificado no grupo de assuntos noticiados por quatro televisões, quedando-se com apenas mais casos que o verificado no grupo de assuntos noticiados por três televisões. 30 antecipações pelo pleno das rádios nos assuntos noticiados por uma só TV, contra 25 no grupo dos assuntos noticiados por quatro televisões, e 28 no grupo dos assuntos seleccionados por três estações de TV.

O mimetismo verificado na escolha de assuntos a noticiar pelas televisões corre, assim, a par de práticas miméticas por parte das rádios. Práticas miméticas que se verificam a montante dos noticiários televisivos, antecipando tais práticas, pois estamos a curar de assuntos noticiados primeiro pelas rádios e só depois pelas televisões. Começa assim a vislumbrar-se fresta que, a manter-se na análise

⁴⁸ Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JZ06.pdf

das semanas seguintes do *corpus*, nos poderá iluminar na discussão de um eventual condicionamento da agenda televisiva por outra agenda, ou por outras agendas.

3.2.6.4.2. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram ignorados pelo pleno das estações de rádio

Prossigamos a análise, encarando agora a relação selecção noticiosa televisiva/selecção noticiosa radiofónica por prisma inverso à operação anterior. Antes curámos de conhecer o peso do pleno de antecipações por parte das rádios, agora cuidaremos de conhecer o peso do pleno das ausências radiofónicas, o peso dos assuntos noticiados pela TV e que foram ignorados pelas três estações de rádio (ver quadro 35).

Verificamos que, no grupo dos assuntos que fizeram o pleno das TV's, em nenhum caso tais assuntos (34 no total), foram ignorados pelo pleno das rádios. Havendo, neste grupo, 25 assuntos tratados por todas as rádios, sobriariam 9 possibilidades de uma ausência em bloco. Mas não se verificou nenhum caso. Assim, no dia 4 (7 assuntos noticiados por 4 TV's - 5 noticiados antecipadamente por todas as rádios), dos dois assuntos sobrantes, um foi noticiado antecipadamente por duas rádios, e outro veiculado, também antecipadamente, por uma estação de rádio.

Na terça-feira, dia 5 (6 assuntos noticiados por 4 TV's - 4 noticiados antecipadamente por todas as rádios), os dois assuntos sobrantes foram noticiados antecipadamente por duas estações de rádio.

Na quarta-feira, dia 6 (3 assuntos noticiados por 4 TV's), e na quinta-feira, dia 7 (3 assuntos noticiados por 4 TV's), todos os assuntos mereceram o pleno de antecipações pelas rádios.

Na sexta-feira, dia 8 (7 assuntos noticiados por 4 TV's - 4 noticiados antecipadamente por todas as rádios), dos três assuntos sobrantes, um foi noticiado antecipadamente por duas rádios; outro noticiado antecipadamente por duas rádios e ao mesmo tempo por outra rádio; e um terceiro noticiado antecipadamente por duas rádios e mais tarde que a TV por outra rádio.

No sábado, dia 9, (5 assuntos noticiados por 4 TV's - 3 noticiados antecipadamente por todas as rádios), dos dois assuntos sobrantes, um foi noticiado antecipadamente por uma rádio e posteriormente à TV por outra rádio; e outro tratado ao mesmo tempo que a TV por uma estação de rádio, e mais tarde pelas outras duas rádios.

Finalmente, no domingo, dia 10, os três assuntos seleccionados pelo pleno das televisões haviam merecido notícia antecipada pelo pleno das rádios.

Já quanto ao grupo dos assuntos noticiados por três televisões, aí encontramos registo de quatro ausências por parte de todas as rádios. Um dos casos verificou-se na 2.^a feira, dia 4, os restantes no domingo, dia 10. Em 52 assuntos deste grupo, as quatro *brancas* do pleno das rádios valem 7,7%.

No grupo dos assuntos noticiados por duas TV's (92 no total), já se registam 28 casos (30,4%) onde não se verificou qualquer notícia por parte das rádios.

E no último grupo, o dos assuntos veiculados apenas por uma televisão (349 no total), aí o número de *brancas* da rádio cresce em flecha, atingindo as 204, o que equivale a uma percentagem de 58,5%.

Constata-se, assim, tendência inversa à do pleno das antecipações, cuja percentagem decrescia à medida do decréscimo do número de televisões reportando determinado grupo de assuntos.

Chegados a este ponto da investigação, poderemos concluir que os assuntos que mobilizam a atenção do maior número de estações de televisão são também os que mobilizam a atenção do maior número de estações de rádio; e que os assuntos que mais se desviam do caudal mimético televisivo são também os mais ignorados pelo pleno das rádios. Atendendo ao facto de, no primeiro caso,

termos curado de antecipações, será mais correcto invertermos a ordem dos factores, assinalando então serem os assuntos que mobilizam o pleno das rádios os privilegiados na selecção efectuada pelos editores das redacções televisivas.

3.2.6.4.3. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram ignorados por uma, duas ou três estações de rádio

Por último, em vez da contabilização por plenos radiofónicos (antecipação ou ausência de tratamento), resolvemos aferir a quantidade de assuntos que as estações de rádio desprezam, em relação aos assuntos seleccionados pelas televisões. De forma prosaica, trata-se de contabilizar as células dos quadros de registo das *notícias-rádio* (quadros 33-A a 33-D) que não contenham qualquer inscrição (células brancas). Contabilizar, então, os assuntos que uma, duas ou três rádios poderiam ter seleccionado para difusão noticiosa, não o tendo feito, nem por antecipação à televisão, nem ao mesmo tempo, nem mais tarde que a TV.

No grupo dos assuntos noticiados por quatro televisões, em 102 possibilidades das estações de rádio terem também veiculado tais assuntos, registam-se 95 inserções, contra apenas sete falhas. Uma percentagem de ausências que se cifra em 6,9%, muito abaixo dos 21,2% respeitantes aos assuntos não difundidos pelas rádios, e referentes ao grupo noticiado por três estações de TV. Foram 33 as ausências, para um total de 156 inserções noticiosas possíveis.

No grupo seguinte (assuntos noticiados por duas TV's), a percentagem quase triplica, passando para os 56,2% (155 ausências em 276 inserções noticiosas possíveis). E no último grupo (assuntos noticiados só por uma televisão), a percentagem sobe para os 75,9% (795 inserções não difundidas pela rádio em 1047 possíveis).

3.2.7. Análise da agenda noticiosa radiofónica em função da agenda televisiva. Potenciação de assuntos em notícias e vigência horária em antena (7.01.1999)

Os valores até aqui carreados, no confronto televisão/rádio, tiveram por base a selecção comum de assuntos noticiados pelos dois meios. Não apurámos, neste confronto, a quantidade de notícias, sobre cada assunto, veiculadas tanto pela rádio como pela televisão. Tal quantidade foi mensurada anteriormente, mas apenas no meio/televisão.

Se, chegados a esta fase da investigação, já podemos considerar impressionantes os valores de mimetismo encontrados (entre televisões, e entre rádio/televisão), os contornos das práticas miméticas detectadas ganharão ainda mais relevo atendendo aos resultados da análise seguinte.

Decidimos registar todas as notícias veiculadas pelas três estações de rádio durante um dia útil. Escolhemos, aleatoriamente, a quinta-feira, dia 7 de Janeiro. Através dessa análise, tentaremos verificar:

a) a existência de similitudes na potenciação, em notícias, dos assuntos transmitidos pela rádio e que mereceram o tratamento do maior número de estações de televisão;

b) se se pode estabelecer alguma relação entre o tratamento radiofónico de assuntos veiculados também por um maior ou menor número de estações de televisão, e a permanência em antena (rádio) de notícias sobre tais assuntos.

3.2.7.1. Indicações prévias

Procedemos à audição de todos os noticiários emitidos pela Antena 1, Rádio Renascença e TSF, entre as 00h e as 23h de dia 7 de Janeiro de 1999. Incluem-se aqui, para além dos noticiários generalistas emitidos à hora certa e às meias-horas, os espaços de informação alargada que as estações difundiram nesse dia (ex.: manhã informativa das três estações; *Grande Jornal da Renascença*, entre as 12h 05 e as 12h 45); ainda os espaços de informação específica (ex.: regional às 12h na Antena 1; informação religiosa, às 19h, na Rádio Renascença; espaços de informação desportiva)⁴⁹.

No dia 7, contabilizámos 210 notícias veiculadas pela Antena 1, correspondentes a 58 assuntos; 216 veiculadas pela Rádio Renascença, reportando a 75 assuntos; e 218 difundidas pela TSF, respeitantes a 40 assuntos, o que totaliza 644 notícias em que se desdobraram os 173 assuntos elencados.

Nos quadros 37-A, 38-A e 39-A⁵⁰ registamos todas as notícias emitidas dia 7, por cada uma das estações mencionadas, com a indicação, entre parêntesis, do número de vezes em que determinado assunto ia sendo retomado no dia informativo.

Nos quadros 37-B, 38-B e 39-B, apenas se assinala (em células azuis), a entrada de novos assuntos no mapa noticioso diário de cada uma das estações. Tendo como base os mapas anteriores, as células em branco permitem verificar os períodos em que as rádios não injectaram, nos noticiários, nenhum assunto novo.

Nos quadros 37-C, 38-C e 39-C, assinalam-se (células amarelas), as últimas notícias veiculadas sobre cada um dos assuntos elencados pelas estações de rádio. Os assuntos alvo de uma única notícia no dia informativo em análise surgem em caracteres vermelhos.

Nos quadros 37-D, 38-D e 39-D, confrontam-se as primeiras com as últimas notícias sobre cada um dos assuntos seleccionados pelas três rádios, mantendo-se a sinalética anterior.

⁴⁹ Não podemos contar com o noticiário das 05h da *Renascença*, por não termos conseguido obter gravação do mesmo.

⁵⁰ Estes quadros e os mencionados a seguir disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JZ07.pdf

Estes quadros permitem-nos verificar a cadência de entrada de novos assuntos em antena; existência de períodos de menor investimento das redacções na injeção de novos assuntos; repercussão de cada um dos assuntos no desdobramento em notícias, ao longo do dia informativo; eventual permanência de determinados assuntos durante todo o ciclo informativo diário.

Nos quadros 37-E, 38-E e 39-E discriminamos os assuntos tratados por cada uma das estações e a sua potenciação em notícias. Assinalam-se, ainda, os assuntos noticiados pela rádio e que também foram seleccionados, para difusão, pelos *gatekeepers* da televisão. O tratamento destes dados surge, depois, no quadro 40⁵¹.

3.2.7.2. Potenciação noticiosa de assuntos seleccionados pelas estações de rádio (grupo cumulativo), em função da selecção dos mesmos assuntos pelas estações de televisão

3.2.7.2.1. Antena 1

Começando pela Antena 1, dos 58 assuntos vertidos em notícias, registámos 27 que também mereceram cobertura por parte das televisões. Os restantes 31 foram ignorados pelos *gatekeepers* televisivos. Todos os assuntos tratados pelas quatro estações de televisão, e que fizeram, portanto, o pleno televisivo nesse dia, foram também tratados pela Antena 1: 3 assuntos que geraram 37 notícias no canal público de rádio.

O mesmo se verificou com os assuntos que mereceram notícia em três TV's: todos eles foram também tratados pela Antena 1: 8 assuntos que geraram 55 notícias. 7 dos 13 assuntos tratados por duas televisões foram também tratados pela Antena 1, gerando 23 notícias. E 9 dos 55 assuntos tratados só por uma televisão também mereceram notícia no canal radiofónico detido pelo Estado. Verificou-se, neste caso, um total de 27 notícias.

A Antena 1 seleccionou, então, para tratamento noticioso, todos os assuntos que, com ou sem antecipação, foram noticiados no dia 7 por quatro e por três televisões. No grupo dos assuntos noticiados por duas TV's, a Antena 1 tratou pouco mais de metade (7 em 13), notando-se discrepância assinalável no grupo de assuntos noticiados só por uma televisão (apenas 9 em 55 possíveis).

De que forma a selecção discriminada se traduziu em notícias? No primeiro caso (pleno das televisões), os três assuntos geraram 37 notícias. Cada assunto desdobrado, pois, em 12,3 notícias (ver quadro 41)⁵³.

No segundo caso (assuntos seleccionados por três TV's), os oito assuntos geraram 55 notícias. Cada assunto potenciado em 6,9 notícias, uma redução para quase metade, em relação ao primeiro grupo.

Os sete assuntos noticiados pela Antena 1 e que foram tratados por duas TV's geraram 23 notícias, extraindo-se, assim, uma média de 3,3 notícias por assunto.

No grupo dos assuntos veiculados apenas por uma televisão e noticiados pela Antena 1 (9 no total), registou-se uma produção de 27 notícias, valendo assim uma média de três notícias por cada assunto.

Tal como havíamos demonstrado na análise efectuada ao universo televisivo, onde os assuntos elencados se potenciavam noticiosamente em função do maior ou menor número de estações que os haviam seleccionado, também na rádio, para já no caso específico da Antena 1, se verifica relação similar.

⁵¹ e ⁵² Quadros 40 a 42 e gráficos 41 e 42 disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JZ08.pdf

Os assuntos noticiados pelos dois meios são desdobrados em muito mais notícias do que aqueles que foram ignorados pela televisão. Com efeito, o grupo de 31 assuntos veiculados pela Antena 1 e que fugiram à selecção televisiva gerou apenas 68 notícias, o que dá uma média de 2,2 notícias por assunto⁵⁴.

Agrupando os assuntos veiculados pela Antena 1 e que foram tratados por quatro e por três TV's (ver quadro 40), verificamos que estes dois grupos (representando apenas 11 dos 58 assuntos de quinta-feira, uma percentagem de 19% do total de assuntos), preencheu 43,8% dos noticiários da estação pública, no dia 7. Se juntarmos os grupos respeitantes aos assuntos veiculados pela Antena 1 e que foram também seleccionados por duas e por uma televisão (16 dos 58 assuntos, representando 27,6% do total de assuntos), constatamos que este segundo *grande grupo* preencheu apenas 23,8% dos noticiários da Antena 1. O último grupo, constituído pelos assuntos ignorados pelas televisões, preencheu 32,4% do total de noticiários da estação pública, no dia 7.

Confrontando agora o grupo de assuntos veiculados pela Antena 1 e também seleccionado pelas televisões (4, 3, 2 ou uma estação), com o grupo de assuntos veiculados pela estação de rádio e ignorados pelas TV's, verificamos que o primeiro grupo preencheu 67,6% dos noticiários da Antena 1, restando 32,4% para os assuntos que não subiram, no dia 7, à pantalha televisiva.

3.2.7.2.2. Rádio Renascença

Verifiquemos se idêntico privilégio (conferido aos assuntos veiculados pelas televisões), se repete na Rádio Renascença. Nesta estação, com maior número de assuntos noticiados que a Antena 1 (75 no total), registámos 23 que também mereceram cobertura televisiva (menos 4 que no canal público). Houve 52 assuntos reportados pela emissora católica que foram ignorados pelas TV's.

Todos os assuntos noticiados pelas quatro estações de televisão, e que fizeram, portanto, o pleno televisivo nesse dia, foram também tratados pela Renascença: 3 assuntos que geraram 32 notícias no canal católico.

O mesmo se verificou com os assuntos que mereceram notícia em três TV's: todos eles foram também seleccionados pela Renascença: 8 assuntos que geraram 43 notícias. 4 dos 13 assuntos tratados por duas televisões foram também tratados pela Renascença, gerando 16 notícias. E 8 dos 55 assuntos tratados só por uma televisão também mereceram notícia (foram 19) no canal católico.

A exemplo do que constatámos com a Antena 1, a Renascença seleccionou, para tratamento noticioso, todos os assuntos que, com ou sem antecipação, foram noticiados no dia 7 por quatro e por três televisões. No grupo dos assuntos noticiados por duas TV's, a Renascença tratou menos de um terço (4 em 13), e no grupo de assuntos noticiados apenas por uma televisão o registo foi de 9 assuntos em 55 possíveis).

⁵⁴ Estes dados, que inserimos no quadro 42, reportam ao total de assuntos veiculados por cada uma das estações em cada categoria (assuntos noticiados só pela rádio/assuntos noticiados pela rádio e pela TV), com médias que têm por base totais cumulativos. Tais médias expressam, pois, o resultado da soma

a) de todos os assuntos que a Antena 1 veiculou sozinha, que a Renascença veiculou sozinha, que a TSF veiculou sozinha (para a categoria dos assuntos noticiados só pela rádio);

b) de todos os assuntos que a Antena 1 veiculou e que a TV também noticiou, que a Renascença veiculou e que a TV também noticiou, que a TSF veiculou e que a TV também noticiou (para a categoria dos assuntos noticiados pela rádio e pela TV).

Não resultam, então, do total de assuntos veiculados pelo meio/rádio e que a TV ignorou, ou do total de assuntos veiculados pelo meio/rádio e que a TV acompanhou noticiosamente. Essa depuração será feita numa fase posterior, surgindo ilustrada nos quadros 46, 47, 48-A, 48-B e 49 (disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JZ10.pdf e www.mediatico.com.pt/tese/JZ11.pdf).

No concernente ao desdobramento em notícias, verificamos que, no primeiro caso (pleno das televisões), os três assuntos geraram 32 notícias. Cada assunto desdobrado, assim, em 10,7 notícias (12,3 na Antena 1).

No segundo caso (assuntos seleccionados por três TV's), os oito assuntos geraram 43 notícias. Cada assunto potenciado em 5,4 notícias (6,9 na Antena 1), uma redução para praticamente metade em relação ao primeiro grupo. Redução que acompanha, com valores idênticos, o decréscimo verificado na primeira estação analisada.

Os quatro assuntos noticiados pela Renascença e que foram tratados por duas TV's geraram 16 notícias, o que equivale a uma média de 4 notícias por assunto (3,3 na Antena 1).

No grupo dos assuntos veiculados apenas por uma televisão e noticiados pela emissora católica (8 no total), registou-se uma produção de 19 notícias, valendo assim uma média de 2,4 notícias por cada assunto (3 na Antena 1).

Mantém-se, com a Renascença, a tendência verificada na Antena 1: os assuntos elencados pela rádio geram número significativamente superior de notícias quando difundidos também (anterior ou posteriormente) por estações de televisão, com a média de geração de notícias a poder indexar-se exponencialmente ao número de TV's que trataram tais assuntos.

Os assuntos noticiados pelos dois meios continuam, na Rádio Renascença, a desdobrar-se em muito mais notícias do que aqueles que foram ignorados pela televisão. Com efeito, o grupo de 52 assuntos veiculados pelo canal católico e que fugiram à selecção televisiva gerou somente 106 notícias, representando uma média de apenas 2 notícias por assunto, inferior em duas décimas ao verificado com a Antena 1.

Agrupando os assuntos veiculados pela Renascença e que foram tratados por quatro e por três TV's (ver quadro 40), verificamos que estes dois grupos (representando apenas 11 dos 75 assuntos de dia 7, uma percentagem de 14,7% do total de assuntos), preencheu 34,7% dos noticiários da estação pública, nessa quinta-feira. Se juntarmos os grupos respeitantes aos assuntos veiculados pelo canal católico e que foram também seleccionados por duas e por uma televisão (12 dos 75 assuntos, representando 16% do total de assuntos), constatamos que este segundo *grande grupo* preencheu apenas 16,2% dos noticiários da Renascença. O último grupo, constituído pelos assuntos ignorados pelas televisões, preencheu 49,1% do total de noticiários.

Confrontando agora o grupo de assuntos veiculados pela Renascença e também seleccionados pelas televisões (4, 3, 2 ou uma estação), com o grupo de assuntos veiculados pela estação de rádio e ignorados pelas TV's, verificamos um equilíbrio, traduzido por uma percentagem de 50,9% no primeiro grupo, e de 49,1% no segundo. Apesar de se manterem, praticamente idênticos, os valores médios de potenciação de notícias já verificados na Antena 1, já quanto ao peso dos dois últimos grupos se constata um desvio, na comparação entre a Renascença e o canal público de rádio. Desvio que reside num contingente significativamente superior de assuntos (foram 52, contra 31 da Antena 1) veiculados pela Renascença e ignorados pelas televisões. Esse aumento, não se potenciando no que concerne à média de notícias produzida (2 notícias [2,03] por assunto, inferior até em duas décimas à Antena 1); reflectiu-se, no entanto, na bipartição entre o peso dos dois grupos.

Temos, então, similitude entre a Antena 1 e a Renascença na potenciação noticiosa de assuntos em função da selecção (anterior ou posterior) pelas televisões; peso bastante superior do grupo de assuntos tratados pela rádio e pela televisão, no que respeita à Antena 1 (67,6% contra 32,4%); e equilíbrio entre os dois grupos de assuntos na Renascença (com ligeira vantagem para o grupo de assuntos tratados pela rádio e pela televisão - 50,9% contra 49,1%).

3.2.7.2.3. T S F

Por último, a TSF. Esta estação regista o menor número de assuntos elencados, por comparação com a Antena 1 e a Renascença. Apenas 40, contra os 58 da Antena 1 e os 75 da emissora católica. É, no entanto, a estação que soma mais notícias em termos absolutos, apesar da diferença ser mínima para com as rádios concorrentes (218 notícias para a TSF, 216 para a Renascença e 210 para a Antena 1).

Nesta estação registámos 20 assuntos que também mereceram cobertura televisiva (menos 3 que na Renascença e menos 7 que na Antena 1). Igual número de assuntos foram reportados pelo canal de notícias e ignorados pelas TV's.

A exemplo das duas estações de rádio já referidas, também na TSF todos os assuntos noticiados pelas quatro estações de televisão entraram na agenda informativa daquele canal de notícias: 3 assuntos que geraram 38 notícias.

Mas, enquanto nas duas outras rádios, o pleno também acontecera nos assuntos tratados por três TV's, na TSF só seis deste grupo de oito assuntos mereceu tratamento informativo. Esses seis assuntos geraram 69 notícias. Apesar do número inferior de assuntos deste grupo seleccionado pela TSF, é esta estação que gera, em números absolutos, o maior caudal de notícias: 69, contra 55 da Antena 1 e 43 da Renascença. 4 dos 13 assuntos tratados por duas televisões foram também tratados pela TSF, gerando 25 notícias. E 7 dos 55 assuntos tratados só por uma televisão também mereceram notícia na TSF, gerando 31 notícias.

Quanto ao desdobramento em notícias, constatamos que, no primeiro caso (pleno das televisões), os três assuntos geraram 38 notícias. Cada assunto desdobrado, assim, em 12,7 notícias (12,3 na Antena 1; 10,7 na Renascença).

No segundo caso (assuntos seleccionados por três TV's), os seis assuntos geraram 69 notícias. Cada assunto potenciado em 11,5 notícias (6,9 na Antena 1; 5,4 na Renascença), um decréscimo muito mais ligeiro que o verificado nas outras duas rádios, onde a redução rondou os 50%, em relação ao primeiro grupo.

Os quatro assuntos noticiados pela TSF e que foram tratados por duas TV's geraram 25 notícias, o equivalente a uma média de 6,3 notícias por assunto (3,3 na Antena 1; 4 na Renascença).

No grupo dos assuntos veiculados apenas por uma televisão e noticiados pela TSF (7 no total), registou-se uma produção de 31 notícias, valendo assim uma média de 4,4 notícias por cada assunto (3 na Antena 1; 2,4 na Renascença).

Também na TSF se verifica o já constatado nas outras duas rádios: os assuntos que integram a agenda radiofónica geram número significativamente superior de notícias quando difundidos também (anterior ou posteriormente) por estações de televisão.

Os assuntos noticiados pelos dois meios continuam, na TSF, a desdobrar-se em muito mais notícias do que aqueles que foram ignorados pela televisão. Com efeito, o grupo de 20 assuntos veiculados pelo canal de notícias e que foi ignorado pela agenda informativa televisiva gerou apenas 31 notícias, representando uma média de apenas 2,8 notícias por assunto (2,2 na Antena 1; 2,0 na Renascença).

Agrupando os assuntos veiculados pela TSF e que foram tratados por quatro e por três TV's (ver quadro 40), verificamos que estes dois grupos (representando apenas 9 dos 40 assuntos de dia 7, uma percentagem de 22,5 do total de assuntos), preencheu 49,1% dos noticiários deste canal, nessa quinta-feira. Se juntarmos os grupos respeitantes aos assuntos veiculados pela TSF e que foram também seleccionados por duas e por uma televisão (11 dos 40 assuntos, representando 27,5% do total de assuntos), constatamos que este segundo *grande grupo* preencheu 25,7% dos noticiários da TSF. O

último grupo, constituído pelos assuntos ignorados pelas televisões, preencheu apenas 25,2% do total de noticiários, a percentagem mais baixa de entre as três rádios (32,4% na Antena 1; 49,1% na Renascença).

Confrontando agora o grupo de assuntos veiculados pela TSF e também seleccionados pelas televisões (4, 3, 2 ou uma estação), com o grupo de assuntos veiculados pela estação de rádio e ignorados pelas TV's, encontramos a discrepância mais significativa, quando comparados estes dados com os das outras rádios. O primeiro grupo preencheu 74,8% dos noticiários da TSF (67,6% na Antena 1; 50,9% na Renascença), restando 25,2% para os assuntos que não integraram, no dia 7, a agenda noticiosa das estações de televisão.

3.2.7.2.4. Dados apurados referentes ao conjunto das estações de rádio (grupo cumulativo)

Agrupando as três estações de rádio, verificamos que os 9 assuntos veiculados por estas e por quatro estações de TV se desmultiplicaram em 107 notícias, representando uma média de 11,9 notícias por cada assunto (ver quadro 41). No grupo seguinte, dos 22 assuntos da agenda radiofónica seleccionados por editores de três redacções televisivas, estes geraram uma média de 7,6 notícias. No terceiro grupo, composto por 15 assuntos tratados pela rádio e por duas estações de televisão, a média de notícias gerada foi de 4,3, onze décimas acima do grupo seguinte, grupo que integrava 24 assuntos e que gerou uma média de 3,2 notícias. Por último, o grupo dos 103 assuntos veiculados pela rádio e que foram ignorados pelas televisões, gerou uma média de 2,2 notícias.

Os assuntos agendados pelas rádios e pelo pleno das televisões geram, em média, notícias que se situam entre o quádruplo e o sextuplo dos assuntos tratados apenas pela rádio. A progressão é crescente, à medida que os assuntos veiculados pelas rádios vão beneficiando do tratamento por uma, duas, três ou quatro televisões. Um ponto percentual mais, quando passamos dos assuntos ignorados pela TV para os assuntos veiculados por uma estação de televisão; quase o dobro (de 2,2 para 4,3) quando cotejamos o grupo dos assuntos fora da agenda televisiva com o grupo dos veiculados por duas televisões; mais do triplo (2,2 para 7,6) quando a comparação se faz com o grupo de assuntos que compôs a agenda informativa de três estações de TV; e mais do quádruplo (2,2 para 11,9), quando o confronto se faz com o grupo de assuntos que mereceu a atenção do pleno das redacções televisivas.

Fazendo a divisão em três *grandes grupos* (médias ponderadas, com base nos totais de cada grupo e não nas médias parcelares de cada estação), constatamos que o grupo dos assuntos veiculados pela rádio e também por três e quatro TV's (31 assuntos - 274 notícias) gerou em média 8,8 notícias; o grupo dos assuntos veiculados pela rádio e por duas e uma estação de TV (39 assuntos - 141 notícias), decresce substancialmente para uma média de 3,6 notícias por assunto.

No confronto entre os assuntos alvo da selecção das televisões - 4, 3, 2 e uma estação - (70 assuntos - 415 notícias), e os assuntos que a TV ignorou, a média achada é de 5,9 notícias por assunto para o primeiro grupo, e de 2,2 para o segundo.

O grupo dos assuntos rádio/4 estações de TV gerou 107 notícias, ocupando 16,6% dos noticiários radiofónicos de dia 7 de Janeiro de 1999 (ver quadro 40 e gráfico 41). O grupo dos assuntos rádio/3 estações de TV gerou 167 notícias, ocupando 25,9% dos noticiários; o grupo dos assuntos rádio/2 estações de TV gerou 64 notícias, sendo responsável por 9,9% do noticiário; o grupo dos assuntos rádio/1 estação de TV gerou 77 notícias, preenchendo 12,0% do noticiário.

Se juntos, os dois primeiros grupos (assuntos rádio/4 estações e assuntos rádio/3 estações), são responsáveis por 42,5% do noticiário rádio de dia 7. Os outros dois grupos (assuntos rádio/2 estações e assuntos rádio/1 estação), ocuparam 21,9% do noticiário.

No confronto entre os grupos de assuntos/rádio que também integraram os telejornais - 4, 3, 2 e uma estação - (70 assuntos - 415 notícias), e os assuntos que a TV ignorou, aqueles geraram notícias que ocuparam 64,4% dos noticiários radiofônicos, contra 35,6% do outro grupo.

Logo, 59,5% de assuntos noticiados só pela rádio geram 35,6% de notícias; 40,5% de assuntos noticiados pela rádio e pela TV geram 64,4% de notícias (ver gráfico 42).

3.2.7.3. Permanência em antena de assuntos noticiados pelas estações de rádio (grupo cumulativo), em função da selecção dos mesmos assuntos pelas estações de televisão

Vejamos agora que reflexo têm estes dois grupos no tocante à vigência horária de cada género na antena radiofónica. O mesmo é dizer que trataremos de verificar qual o grau de *perenidade* de uma e outra classe de assuntos no mapa noticioso das três rádios. Tentar aferir se a diferente potenciação em notícias é traduzida, também, em maiores ou menores períodos de permanência em antena. Pela ordem natural das coisas, os dados anteriores já responderiam a tal questão: havendo muito mais notícias geradas por um determinado grupo, esse volume ter-se-ia que reflectir, necessariamente, num espaço de tempo mais dilatado. Mais notícias obrigam à inclusão em mais informativos, logo esse dado já se encontra pressuposto nas conclusões anteriores.

Não é obrigatório que assim suceda. Um assunto pode atingir dilatada permanência em antena, no dia informativo, beneficiando de muito poucas inserções. Damos um exemplo, retirado do mapa noticioso de dia 7 da Rádio Renascença. A contratação do futebolista Pedro Martins pelo Boavista foi noticiada, por duas vezes, pelo canal católico. A primeira às 12h, a segunda e última às 23h30. Este assunto registou, assim, inserções com uma amplitude horária de 12h 30' (e não 11h 30, porque, no método que adoptámos, se contabiliza a hora da primeira e da última inserção). Este assunto, por seu turno, não mereceu tratamento informativo de nenhuma estação de televisão, no dia 7 de Janeiro.

Já o assunto *Julgamento das milícias de Francelos*, que integrou a agenda de três estações de televisão, e mereceu oito notícias na *Rádio Renascença*, regista um menor intervalo entre a primeira e a última inserção. A primeira notícia foi alinhada no informativo das seis da manhã, com fecho às 14h, registando-se assim uma amplitude horária de 9h. Apesar de ter quadruplicado o número de notícias, a concentração temporal dessas inserções resulta numa vigência horária de menor significado que a notícia da contratação do futebolista.

Este caso concreto (da contratação de Pedro Martins) pode explicar-se pela inclusão de notícias em blocos específicos, como acontece geralmente com o desporto. Casos similares vamos encontrá-los na Antena 1, assunto *Sousa, do Benfica, vai para o Vitória de Guimarães*. Este assunto mereceu mais notícias que o do exemplo anterior (seis ao todo), mas que se estenderam por um período muito mais dilatado, entre as 07h e as 23h 30. Na Antena 1, a contratação de Pedro Martins pelo Boavista mereceu o mesmo número de notícias que na Renascença (apenas duas), conseguindo no entanto uma vigência horária mais dilatada (entre as 12h e as 23h 30). Tudo a ver, pois, com a inserção destas notícias em blocos de informação desportiva, com edições separadas por várias horas.

Assuntos que são guardados para tais blocos, e que os editores dos restantes informativos rejeitam, ou aos quais conferem pouco relevo. Não é, obviamente, ferrete que se possa impor a toda a notícia desportiva, e no dia 7 há um exemplo claro de privilégio atribuído a um assunto desse âmbito (possibilidade do guarda-redes Preud'Homme se transferir para o Fluminense).

Noutros casos, a reduzida permanência em antena pode significar que a notícia só surgiu já o dia noticioso ia alto - casos do *SIM anuncia continuação da greve self-service*, com entrada em antena às

17h na Renascença e às 18h na Antena 1 e na TSF, ou *PSD deve apoiar Jorge Sampaio nas presidenciais*, primeira inserção na Antena 1 às 23h⁵⁵.

Nos quadros 43-A, 43-B e 43-C⁵⁶ incluem-se todos os assuntos noticiados por cada uma das rádios, com a indicação do número de notícias gerado por cada um deles, período de permanência em antena, fornecendo-se, na última coluna, hierarquização com base no item anterior. O tratamento dos dados apurados é feito nos quadros 44 e 45 e no gráfico 43. Foram excluídos os assuntos tratados em uma só notícia, durante o dia informativo.

3.2.7.3.1. Antena 1

Começando pela Antena 1, verificamos que os três maiores períodos de permanência em antena de notícias sobre um mesmo assunto se referem a notícias veiculadas por 4 (23h) ou três televisões (24h30). O maior período de permanência em antena pertenceu ao assunto *Preud'Homme no Brasil*, desmultiplicado em 25 notícias, com a primeira a ser inserida às 00h de dia 7 e a última às 23h 30. Este assunto registou, assim, 24h 30 de permanência em antena.

Com 23 horas de manutenção em antena, registámos dois assuntos: *Lei de financiamento dos partidos hoje no parlamento* e *Processo de destituição de Bill Clinton*. Com entradas e saídas à mesma hora (00h e 22h), o primeiro assunto mereceu 17 notícias e o segundo 18.

No grupo dos assuntos com notícias veiculadas por 4 televisões, a média de vigência horária é de 960 minutos (16h). No grupo dos assuntos com notícias veiculadas por 3 televisões, a média de permanência em antena decresce para os 780 minutos (13h). O decréscimo acentua-se bastante, quando passamos para o grupo dos assuntos com notícias veiculadas por 2 televisões. Neste grupo, a permanência em antena queda-se por uma média de 276 minutos (4h 36'). No penúltimo grupo, o dos assuntos com notícias veiculadas por uma televisão, a média de vigência horária sobe para os 412 minutos e 30 segundos (6h 52' 30").

Por último, o grupo dos assuntos com notícias difundidas mais do que uma vez pela Antena 1 no período horário analisado (00h-23h de 7.01.1999), e que não mereceram a atenção de nenhuma televisão. Aqui a média de permanência em antena é de 420 minutos (7h).

Constata-se a clara valorização dos assuntos tratados por 4 ou três televisões, em detrimento dos assuntos tratados por duas ou só uma televisão, bem como dos assuntos que não mereceram a atenção das televisões. De sublinhar, no entanto, que os valores mínimos pertencem ao grupo de assuntos tratados por duas TV's, com permanência em antena inferior ao grupo de assuntos tratados por uma TV, e ao grupo de assuntos que as redacções televisivas ignoraram.

⁵⁵ O eventual apoio do PSD a Jorge Sampaio ainda passava na Antena 1, às 11h de sexta-feira, dia 8, com 4 notícias desde as 00h. Na Renascença, o mesmo assunto, com primeira inserção à mesma hora da Antena 1, ainda passava ao meio-dia de sexta-feira, com 12 notícias desde as 00h. Na Antena 1, a prisão de Gil y Gil, com primeira inserção às 19h de quinta-feira, ainda passava às 13h de sexta, com 5 notícias desde as 00h.

António Vitorino e Dias Loureiro em debate na Renascença, com primeira entrada às 23h de dia 7, ainda foi notícia às 09h e 12h de sexta; *Vila de Marvão candidata-se a Património Mundial*, com primeira entrada também às 23h de quinta-feira, ainda foi notícia às 04h e 12h do dia seguinte, na Renascença.

A adesão de Veiga de Oliveira ao PS, com primeira inserção às 17h de dia 7, na TSF, e com sete notícias nesse dia, ainda registou mais seis inserções no dia 8, até às 10h.

⁵⁶ Quadros 43-A, 43-B, 43-C, 44, 45 e gráfico 43 disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JZ09.pdf

3.2.7.3.2. Rádio Renascença

Passando para a Rádio Renascença, verificamos que (a exemplo do constatado com a Antena 1) os três maiores períodos de permanência em antena de notícias sobre um mesmo assunto se referem a notícias veiculadas por 4 e três televisões (24h30). Mas, enquanto no canal público este top é formado apenas por notícias veiculadas também pela televisão, na Renascença verificamos a entrada de um assunto não difundido pelas televisões. Referimo-nos às declarações de Manuel Monteiro sobre o seu futuro político, que atingiu as 24h, apesar da inserção de apenas 3 notícias: a primeira às 00h, a segunda às 03h e a última às 23h.

Com igual período de permanência em antena encontramos o assunto *Guerra em Angola*, 24 horas contabilizadas (entre as 0h e as 23h), para a inclusão de 13 notícias.

Em terceiro lugar voltam a surgir dois assuntos, ambos beneficiando de 23 horas de permanência em antena: *Lei de financiamento dos partidos hoje no parlamento* e *Processo de destituição de Bill Clinton*. Estes dois assuntos que, recorde-se, também integram o top da Antena 1, entraram e saíram à mesma hora (primeira notícia às 00h, última às 23h). Na Antena 1 também haviam entrado e saído à mesma hora (00h e 22h), registando-se apenas a diminuição de uma hora de permanência em antena no caso da Renascença. O processo de destituição de Bill Clinton foi tratado em 15 notícias (18 notícias na Antena 1), e a discussão parlamentar da lei de financiamento dos partidos políticos em 13 (17 notícias na Antena 1).

No grupo dos assuntos com notícias veiculadas por 4 televisões, a média de vigência horária é de 1.060 minutos (17h 40m). No grupo dos assuntos com notícias veiculadas por 3 televisões, a média de permanência em antena baixa para os 677 minutos (11h 17m). Ao contrário do verificado na rádio pública, na Renascença o decréscimo é reduzido quando passamos para o grupo dos assuntos com notícias veiculadas por 2 televisões.

Neste grupo, a permanência em antena atinge a média de 615 minutos (10h 15m), muito superior, portanto, aos 276 minutos (4h 36') da Antena 1. No penúltimo grupo, o dos assuntos com notícias veiculadas por uma televisão, a média de vigência horária passa para os 570 minutos (9h 30).

Por último, o grupo dos assuntos com notícias difundidas mais do que uma vez pela Renascença e que não mereceram a atenção de nenhuma televisão. Aqui a média de permanência em antena é de 471 minutos (7h 51).

Na rádio católica, a grande diferença situa-se entre o grupo dos assuntos que foram alvo de notícias por todas as televisões, e os grupos restantes.

3.2.7.3.3. T S F

Por último, a TSF. Verificamos que os três maiores períodos de permanência em antena de notícias sobre um mesmo assunto se referem a notícias veiculadas por 4 (24h) ou três televisões (24h e 23h). O primeiro lugar é partilhado por dois assuntos, *Lei de financiamento dos partidos hoje no parlamento* e *Guerra em Angola*. O primeiro assunto veiculado também por quatro TV's, e o segundo por três estações de televisão. Primeira notícia inserida às 00h, em ambos os casos, e fecho também à mesma hora (23h). 25 notícias contabilizadas para a discussão parlamentar da lei de financiamento dos partidos políticos, e 12 para o conflito angolano. No terceiro lugar surge *Preud'Homme no Brasil*, com 25 notícias, mas um período de permanência em antena inferior, em uma hora, aos dois assuntos anteriores. A primeira notícia aconteceu às 00h, com o ciclo a encerrar-se às 22h.

No grupo dos assuntos com notícias veiculadas por 4 televisões, a média de vigência horária é de 760 minutos (14h 40m). No grupo dos assuntos com notícias veiculadas por 3 televisões, a média de permanência em antena sobe bastante, para os 1.008 minutos (16h 48m). Segue-se uma descida a pique, quando passamos para o grupo dos assuntos com notícias veiculadas por 2 televisões. Neste grupo, a permanência em antena regista uma média de 405 minutos (6h 45m). No penúltimo grupo, o dos assuntos com notícias veiculadas por uma televisão, a média de vigência horária sobe para os 437 minutos (7h 17m).

Por último, o grupo dos assuntos com notícias difundidas mais do que uma vez pela TSF no dia 7, e que não integraram a agenda televisiva. Aqui a média de permanência em antena é de 409 minutos (6h 49m).

Constata-se, uma vez mais, a clara valorização dos assuntos tratados por 4 ou três televisões, com este último grupo a distanciar-se bastante do primeiro. É o único caso em que tal se verifica, pois tanto na Antena 1 como na Renascença é o grupo de assuntos/rádio/4 TV's que regista permanência em antena mais dilatada.

3.2.7.3.4. Dados apurados referentes ao conjunto das estações de rádio (grupo cumulativo)

No conjunto das três estações de rádio, verificamos a existência de um assunto comum entre todas, na lista dos assuntos que conseguiram maiores períodos de permanência em antena (ver quadro 44). A discussão parlamentar da lei de financiamento dos partidos políticos entra no *top* da Antena 1 (2.º lugar), da Renascença (3.º lugar *ex aequo*), e da TSF (1.º lugar).

Encontramos depois um grupo de três assuntos comuns em duas rádios. A possível transferência de Preud'Homme, do Benfica para o Fluminense, integra o *top* da Antena 1 (1.º lugar) e da TSF (3.º lugar); a saga em torno do presidente Clinton surge em 2.º lugar (*ex aequo*) na Antena 1, e em terceiro (*ex aequo*) na Renascença; a guerra em Angola ocupa o primeiro posto (*ex aequo*) no canal católico e na TSF.

Dois destes assuntos também mereceram a atenção de 4 redações televisivas (discussão da lei do financiamento dos partidos e processo de destituição de Clinton), tendo os outros dois sido noticiados por três estações de TV (Preud'Homme no Brasil e guerra em Angola).

Apenas um assunto foi ignorado pelas televisões. Referimo-nos às declarações de Manuel Monteiro sobre o seu futuro político, depoimento recolhido e difundido unicamente pela Renascença, ignorado pelas restantes rádios e por todas as televisões. Repare-se, no entanto, que a dilatada permanência em antena deste assunto não correspondeu, de maneira alguma, a uma inserção reiterada de notícias no dia informativo do canal católico. Apenas três notícias (às 00h, 3h e 23h), muito longe dos restantes totais, que se situam entre as 12 e as 25 inserções.

No conjunto das três estações de rádio, verificamos que a média de permanência em antena mais significativa pertence ao grupo de assuntos/rádio/4 TV's. 2.780 minutos (46h 20m), que representam 30% do total (ver quadro 45 e gráfico 43). Segue-se o grupo de assuntos/rádio/3 TV's, com 2.465 minutos (41h 05m), representando 26,6% do total. Estes dois grupos ocupando, então, mais de metade do total de tempos de permanência em antena (56,6%).

O terceiro lugar pertence ao grupo de assuntos/rádio/1 TV, com 1.419m 30" (23h 39' 30"), valendo percentualmente 15,3%. Segue-se o grupo de assuntos ignorados pela televisão, com 1.300 minutos (21h 40m), e uma percentagem de 14% [14,03%]. Em último surge o grupo dos assuntos/rádio/2 TV's, com 1.296 minutos (21h 36m), grupo que se situa também nos 14% [13,99%].

Os grupos de assuntos/rádio/4 TV's e assuntos/rádio/3 TV's, já o dissemos, registam uma

percentagem de 56,6% do tempo total de permanência em antena (5.245m), com os restantes três grupos a quedarem-se pelos 43,4% (4.015m 30").

Se quisermos atender apenas ao universo dos assuntos que a televisão também noticiou, eliminando dos totais o grupo de assuntos veiculados exclusivamente pela rádio (ver quadro 45), verificamos que o grupo dos assuntos/rádio/4 TV's e o grupo dos assuntos/rádio/3 TV's atinge 65,9% (5.245 m), contra 34,1% (2.715m 30") dos grupos dos assuntos veiculados por duas e por uma televisão.

Fazendo o cotejo entre os grupos de assuntos também noticiados pela TV e o grupo de assuntos que a televisão ignorou, o primeiro (com 7.960 m 30"), totaliza 86,0% de permanência em antena, contra 14,0% do segundo grupo (1.300m).

Os dados agora coligidos permitem-nos reforçar conclusões anteriores, no que ao poder das forças miméticas concerne. Com efeito, tal circularidade mimética adquire especial significado no seio das rádios, com os assuntos tratados pelo pleno das estações a atingirem os primeiros lugares de permanência em antena. Mimetismo que se reflecte, depois, nos assuntos seleccionados pela agenda televisiva, com paralelismo assinalável entre os dois meios. Não só são os assuntos seleccionados por mais rádios que registam médias de geração de notícias mais significativas, e que ocupam mais tempo em antena, como tais assuntos são também os seleccionados para tratamento noticioso por parte de um maior número de TV's.

3.2.7.3.5. Eventuais implicações da saturação noticiosa prévia por parte dos informativos radiofónicos no processo de decisão da agenda noticiosa televisiva

Esta similitude não nos permite ainda, no que reporta ao dia 7, verificar o caudal de notícias veiculado pelas rádios antes da sua inclusão pelas televisões. Não curámos ainda de conhecer o volume das antecipações por parte da rádio, das entradas de assuntos em simultâneo nos dois meios, e das antecipações por parte da televisão. A registar-se um elevado grau de antecipações por parte da rádio, poderemos então considerar que, no processo de formação da agenda televisiva, tais antecipações são sopesadas pelos editores das TV's, influência que pode correr a par com o maior ou menor número de inserções de notícias pela rádio antes da decisão de agendar por parte dos *gatekeepers* das televisões. Uma maior insistência no tratamento de determinado assunto, a sua constância em antena conferirão a tal assunto uma dimensão, uma valoração por certo diferente da antecipação traduzida em poucas notícias.

Os decisores das redacções televisivas ouvem rádio antes de chegada a hora de elaborarem os alinhamentos dos telejornais, fazendo-o com regularidade na parte da manhã, como o comprovam as respostas ao inquérito que formulámos aos profissionais da TV, e de cujos resultados daremos conta mais adiante. Para além dessa audição directa, é prática comum das redacções televisivas o recurso ao serviço de alertas/rádio prestado por empresas especializadas. Tais alertas registam todas as notícias difundidas num determinado período do dia por parte de um grupo de rádios escolhido pelos clientes de tal serviço. Às dez da manhã, quando o coordenador de um telejornal da hora do almoço inicia o processo de selecção dos assuntos que preencherão o alinhamento, já tem ao seu dispor a lista completa de notícias que foram veiculadas pelas principais estações de rádio portuguesas. Para além do assunto, lugar no alinhamento e duração temporal, também é fornecido um sumário da notícia. Caso seja necessário, tais empresas podem também enviar, em poucos minutos, gravações integrais de notícias ou de noticiários radiofónicos completos. As possibilidades de compressão áudio dos ficheiros, e o seu envio pela internet facilitam bastante este processo.

Para além dos alertas, as próprias direcções das rádios também tratam de fazer chegar às redacções

televisivas *press-releases* dando indicações pormenorizadas do tratamento de assuntos que, segundo os emissores, poderão vir a ser retomados pelas redacções televisivas. É a corrida às *cortesias Antena 1, Rádio Renascença* ou *TSF*. Nem sempre estas *simpatias* têm na base necessidades sentidas pelas redacções televisivas. Mais adiante faremos referência a alguns casos concretos, neste campo específico.

Nos quadros 46-A a 46-D⁵⁷ encontramos o registo individual do volume de notícias/rádio difundidas antes de determinados espaços informativos das televisões. Seleccionámos quatro assuntos: *Preud'Homme no Brasil, Lei de financiamento dos partidos, Julgamento das milícias de Francelos e Guerra em Angola*.

Preud'Homme no Brasil. Este assunto gerou, a 7 de Janeiro, 25 notícias na Antena 1 (entre as 00h e as 23h30); 5 notícias na Renascença (entre as 7h e as 22h); 25 notícias na TSF (entre as 00h e as 22h). Um total de 55 notícias.

Foi noticiado por 3 estações de televisão (a RTP2 ignorou o assunto), com notícia inaugural às 13h em todas elas.

Gerou, na televisão, 7 notícias em 12 possíveis. Verificamos que, até às 13h (*exclusive*), hora a que iam para o ar o *Jornal da Tarde* (RTP1) e o *Primeiro Jornal* (SIC), a Antena 1 já registava 16 notícias sobre este assunto; a Renascença tinha difundido 3 notícias, e a TSF fizera alinhar 15. Um total de 34 notícias/rádio veiculadas antes das primeiras inserções pelas televisões. Total que sobe para 35, se atendermos ao facto do início do *TVI Jornal* - 2.^a edição se verificar apenas às 13h30, e da TSF ter difundido uma notícia sobre o assunto em causa às 13h.

Se considerarmos as 9h como hora provável de início do trabalho dos *gatekeepers* televisivos tendo em vista a elaboração dos alinhamentos dos jornais da hora do almoço (da observação directa que efectuámos em todas as redacções televisivas, constatámos que o período inicial se pode situar entre as 8h e as 10h); teremos então, antes das 9h, onze notícias da *novela Preud'Homme* na Antena 1, duas na Renascença e dez na TSF. 23 notícias difundidas sobre este assunto antes da hora provável de início da elaboração dos alinhamentos por parte dos responsáveis das redacções televisivas. 23 inserções, algumas delas provavelmente ouvidas pelo coordenador de um telejornal aquando do banho matinal, ao pequeno-almoço, no auto-rádio a caminho do emprego, porventura também na redacção. 23 inserções que constarão das listagens de alertas, número que, só por si, atribui ao assunto uma dimensão que o *gatekeeper* televisivo terá dificuldade em ignorar.

Passando para os telejornais do *prime time*, verificamos que o total de notícias/rádio engrossa, naturalmente. De 34 passamos para 47 notícias, assim distribuídas: 21 na Antena 1, 4 na Renascença e 22 na TSF. 48 se atendermos que o *Directo XXI*, da TVI, se iniciava às 21h, tendo a TSF veiculado mais uma notícia sobre o *caso Preud'Homme* às 20h.

Lei de financiamento dos partidos. Este assunto gerou, na quinta-feira, dia 7, 17 notícias na Antena 1 (entre as 00h e as 22h); 13 notícias na Renascença (entre as 01h e as 23h); 25 notícias na TSF (entre as 00h e as 23h).

Foi noticiado pelas 4 estações de televisão, com notícia inaugural às 09h na RTP1, às 10h na TVI e às 13h na SIC. Gerou, na televisão, 10 notícias em 12 possíveis.

Verificamos que, até às 9h (*exclusive*), hora a que se iniciava a emissão do *Notícias 1* (RTP1) a Antena 1 já registava 7 notícias sobre este assunto; a Renascença tinha difundido 5 notícias, e a TSF

⁵⁷ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JZ10.pdf

fizera alinhar 11. Um total de 23 notícias/rádio veiculadas antes da primeira inserção por uma estação de televisão. Total que sobe para 27, quando acrescentamos as notícias difundidas até às 10h (*exclusive*) (início do *TVI Jornal* - 1.^a edição) chegando às 32 ao juntarmos a SIC, com primeira inserção às 13h (esta estação não emitia informativos matinais).

Se optarmos por fixar as 7h como hora provável de início do trabalho dos coordenadores dos jornais matinais (hora que comprovámos para o *Notícias 1*, no período de observação directa efectuada na redacção da RTP1/Porto; não tendo dados referentes à TVI em virtude da 1.^a edição do *TVI Jornal* já ter sido eliminada da programação durante a nossa permanência na redacção de Queluz), encontramos um total de 13 notícias/rádio emitidas antes do início do processo de selecção por parte dos responsáveis das televisões.

Antes das 13 h, registaram-se 32 notícias/rádio (34 se atendermos à hora de início da 2.^a edição do *TVI Jornal*), com 45 a serem emitidas antes dos telejornais do horário nobre (48 se atendermos à hora de início do *Directo XXI*).

Julgamento das milícias de Francelos. Este assunto gerou, na quinta-feira, 8 notícias na Antena 1 (entre as 06h e as 14h); 16 notícias na Renascença (entre as 01h e as 15h); 16 notícias na TSF (entre as 00h e as 18h). Um total de 40 notícias.

Foi noticiado por 3 estações de televisão (a RTP2 ignorou o assunto), com notícia inaugural às 09h na RTP1, às 10h na TVI e às 13h na SIC. Gerou, na televisão, 10 notícias em 12 possíveis.

Constata-se que, até às 09h (*exclusive*), hora a que se iniciava a emissão do *Notícias 1* (RTP1) a Antena 1 registava apenas duas notícias sobre este assunto; a Renascença tinha difundido 8 notícias, e a TSF inserira 7. Um total de 17 notícias/rádio veiculadas antes da primeira inserção por uma estação de televisão. Total que sobe para 21, quando acrescentamos as notícias difundidas até às 10h (*exclusive*) (início do *TVI Jornal* - 1.^a edição) chegando às 30 ao juntarmos a SIC, com primeira inserção às 13h (esta estação não emitia informativos matinais).

Mantendo a opção de fixar as 07h como hora provável de início do trabalho dos coordenadores dos jornais matinais, encontramos um total de 8 notícias/rádio emitidas antes do início do processo de selecção por parte dos responsáveis das televisões.

Antes das 13h, registaram-se 30 notícias/rádio (33 se atendermos à hora de início da 2.^a edição do *TVI Jornal*), com 40 a serem emitidas antes dos telejornais do horário nobre (número que se mantém quando atendemos à hora de início do *Directo XXI*, por não se ter verificado a entrada de novas notícias/rádio sobre este assunto às 20h).

Guerra em Angola. Este assunto gerou, em 7.01.1999, 6 notícias na Antena 1 (entre as 00h e as 14h); 13 notícias na Renascença (entre as 00h e as 23h); 12 notícias na TSF (entre as 00h e as 23h). Um total de 31 notícias.

Foi noticiado por 3 estações de TV (a RTP2 ignorou o assunto), com notícia inaugural às 13h na RTP1, às 13h30h na TVI e às 20h na SIC. Gerou, na televisão, 6 notícias em 12 possíveis.

Verificamos que, até às 13h (*exclusive*), hora a que iam para o ar o *Jornal da Tarde* (RTP1) e o *Primeiro Jornal* (SIC), a Antena 1 registava 5 notícias sobre este assunto; a Renascença tinha difundido 11, e a TSF fizera alinhar 8. Um total de 24 notícias/rádio veiculadas antes das primeiras inserções pelas TV's (número que se mantém quando atendemos à hora de início da 2.^a edição do *TVI Jornal*, por não se ter verificado a entrada de novas notícias/rádio sobre este assunto às 13h).

Mantendo a opção de fixar as 09h como hora provável de início do trabalho dos *gatekeepers* televisivos tendo em vista a elaboração dos alinhamentos dos jornais da hora do almoço, teremos

então, antes das 09h, 4 notícias sobre o conflito angolano na Antena 1, sete notícias na Renascença e cinco na TSF. 16 notícias difundidas sobre este assunto antes da hora provável de início da elaboração dos alinhamentos por parte dos responsáveis das redacções televisivas.

Passando para os telejornais do *prime time*, verificamos que o total de notícias/rádio quase não sofre alterações, passando de 24 para 26 inserções.

Quatro casos, quatro situações diferentes que evidenciam o grau de *matraqueamento* de determinados assuntos veiculados pela rádio, antes de chegarem à antena das TV's, cadência vigorosa mesmo antes de tal difusão, quando os *gatekeepers* televisivos iniciam o processo de elaboração dos alinhamentos.

3.2.7.4. Potenciação noticiosa dos grupos de assuntos: a) seleccionados apenas pelo meio/rádio; b) seleccionados apenas pelo meio/televisão; c) seleccionados conjuntamente pelos dois meios

Relancemos novo olhar sobre os mapas noticiosos dos meios rádio e TV, em função da difusão de notícias apenas por um dos meios, ou com acompanhamento por outro meio. Uma perspectiva destes desempenhos já havia sido fornecida anteriormente, acompanhada de ilustração pelo quadro 42. Ali, como ressalvámos em nota, tais dados reportavam ao total de assuntos veiculados por cada uma das estações em cada categoria (assuntos noticiados só pela rádio/assuntos noticiados pela rádio e pela TV), com médias que tinham por base totais cumulativos. Tais médias expressavam, pois, o resultado da soma:

a) de todos os assuntos que a Antena 1 veiculou sozinha, que a Renascença veiculou sozinha, que a TSF veiculou sozinha (para a categoria dos assuntos noticiados só pela rádio);

b) de todos os assuntos que a Antena 1 veiculou e que a TV também noticiou, que a Renascença veiculou e que a TV também noticiou, que a TSF veiculou e que a TV também noticiou (para a categoria dos assuntos noticiados pela rádio e pela TV).

Não resultavam, esses dados, do total de assuntos veiculados pelo meio/rádio e que a TV ignorou, ou do total de assuntos veiculados pelo meio/rádio e que a TV acompanhou noticiosamente. Remetíamos depuração para mais tarde, remissão que agora se cumpre.

Nas operações que efectuaremos a seguir, deixam de contar, cumulativamente, os assuntos veiculados por cada uma das rádios, em cada uma das categorias. O que agora releva é o confronto do meio/rádio com o meio/televisão. Dito de outra forma: enquanto na análise anterior (ilustrada no quadro 42), o assunto *Preud'Homme no Brasil* valia por três, por ter sido seleccionado por todas as estações de rádio, na presente análise tal assunto é contabilizado como uma só unidade, representando a escolha do meio rádio, e não da estação "a" + estação "b" + estação "c". O conjunto de assuntos mobilizados pela rádio passa assim de 173 (total cumulativo), para 112.

A nova arrumação que agora efectuamos vem descrita no quadro 47⁵⁸, onde se registam os 112 assuntos noticiados pelo meio/rádio, independentemente de terem sido noticiados também pela TV, e nos quadros 48-A, 48-B e 49. No quadro 48-A incluímos apenas os assuntos noticiados pela rádio e que foram ignorados pelas televisões; o quadro 48-B contém os assuntos noticiados pela rádio e que também mereceram tratamento televisivo.

O quadro 49 tem por base o quadro 30-D, passando agora a indicar, nas colunas referentes às três

⁵⁸ Quadros 47, 48-A, 48-B, 49 e 50 disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JZ11.pdf

rádios, o total de notícias veiculado por cada uma delas, sobre cada um dos assuntos tratados, no dia 7 de Janeiro, pelas estações de televisão. Acrescentou-se ainda uma coluna, indicativa, para cada assunto, do total de notícias gerado pelo meio rádio⁵⁹. No quadro 50, procede-se ao tratamento dos dados agora obtidos, que passaremos a detalhar.

No global, televisões e rádios elencaram, no dia 7, 124 assuntos diferentes, sendo 78 noticiados apenas pela rádio, e 46 noticiados apenas pela televisão. Quando acrescentamos a estes grupos de assuntos *exclusivos* de cada meio, os assuntos tratados em comum (e que foram 34), o universo total de assuntos seleccionado por cada meio passa, no caso da rádio, de 78 para 112; no caso da televisão, de 46 para 80.

O que nos interessa agora descobrir são as médias de potenciação, em notícias, de cada um destes grupos de assuntos, atendendo à característica específica de terem sido veiculados: apenas pelo meio/rádio; apenas pelo meio/televisão; pelos dois meios.

Cumprida esta etapa, confrontaremos tais médias com a média global de assuntos veiculados por cada meio, independentemente de terem, ou não, sido também objecto de notícia no outro meio.

O grupo de 46 assuntos veiculados exclusivamente pela televisão desdobrou-se em 60 notícias, o que equivale a uma média de 1,3 notícias por assunto (ver quadro 50).

O grupo de 78 assuntos veiculados exclusivamente pelo meio rádio teve a sua expressão traduzida

⁵⁹ Nas colunas referentes às notícias veiculadas pelas rádios (quadro 49), atribuiu-se às células a mesma cor atribuída aos assuntos, e que assinala os assuntos veiculados por 4, 3, 2 ou uma televisão. Registam-se duas excepções, a saber:

a) as células vermelhas assinalam assuntos que as rádios noticiaram em dias anteriores (no dia 6 em três casos, e no dia 4 num caso). Tais antecipações não foram contabilizadas para esta análise específica, por não se terem verificado no dia 7. Quanto à célula vermelha referente ao assunto 9 (*Retrospectiva caso milícias Francelos*), a sua inclusão carece de explicação detalhada, a ser feita mais adiante.

b) as células a negro assinalam notícias veiculadas pelas rádios ao mesmo tempo ou mais tarde que as televisões. A sinalética por nós utilizada no mapa original (ver quadro 30-D), não permite legibilidade à inserção de caracteres nas células, razão pela qual fomos obrigados a adoptar esta alternativa. Assim, no assunto 34 (*Gil y Gil detido*), a primeira das notícias veiculada pela Renascença verificou-se ao mesmo tempo que a primeira estação de TV a reportar o facto; em todos os outros assuntos (58 - *Maryô candidata-se a património mundial*; 59 - *Rali Granada-Dakar*; 70 - *Jaime Gama sobre Guiné-Bissau e Angola*), as estações de rádio difundiram a primeira notícia mais tarde que a primeira estação de TV a alinhar tais assuntos. Importa precisar um ponto, concernente ao assunto 9 (*Retrospectiva caso milícias Francelos*). Este assunto, autonomizado na televisão, não o foi na rádio. Veiculado apenas pela Antena 1, surgiu inserido no corpo de notícias referentes à audiência de julgamento de elementos das denominadas milícias e de toxicodependentes, sessão prevista para esse dia, no tribunal de Gaia, mas que veio a ser adiada. Havendo autonomização por parte das TV's, e tendo a Antena 1 efectuado também tal retrospectiva (mas não de forma autónoma), considerámos acertado, porque justo, assinalar tal assunto como tendo também sido veiculado pela Antena 1.

Acontecendo assim no cotejo dos assuntos veiculados pela televisão e que a rádio também noticiou - análise semanal já por nós efectuada -, não considerámos acertado voltar a autonomizá-la quando procedemos ao exaustivo detalhe dos assuntos e sua tradução em notícias, por parte das rádios, no dia 7 de Janeiro (análise que nos encontramos a desenvolver).

Isto porque tal registo foi feito, *ab initio*, considerando apenas o universo de assuntos elencado pelas rádios, e não tal universo em função dos assuntos elencados pela televisão. Precisando: se alguma estação de rádio, que não a Antena 1, tivesse efectuado uma retrospectiva do fenómeno das milícias de Francelos, e tal retrospectiva surgisse também na antena do canal público, ganharia, pela autonomização feita por uma das outras estações, direito a ser incluída como mais um dos assuntos difundidos pela rádio no dia 7 de Janeiro. Nesse caso, registaríamos o tratamento do assunto na rádio "a" e também na Antena 1. Não tendo mais nenhuma rádio elencado tal assunto nos seus noticiários, a retrospectiva efectuada pela Antena 1 não mereceu autonomia, sendo absorvida pelo assunto *Julgamento das milícias de Francelos*. Foi este o método que seguimos também para a listagem dos assuntos veiculados pelas televisões, e que já detalhámos anteriormente. No caso concreto da análise dos noticiários da rádio, mantivemos a opção tomada para as televisões.

Tendo por base tal opção, o registo da difusão, pela Antena 1, do assunto *Retrospectiva caso milícias Francelos*, valendo para a análise anterior, é eliminada na presente análise, referente ao dia 7 de Janeiro. Por esse facto surge assinalada, no quadro 49, em célula vermelha, sem qualquer indicação do número de notícias em que tal assunto se desdobrou. A nossa opção implica, assim, que a Antena 1 registre, na análise específica do dia 7, menos um assunto que na análise anteriormente feita.

em antena por um total de 229 notícias, equivalendo a uma média de 2,9 notícias.

O que acontece, quando passamos para os assuntos veiculados por ambos os meios? A média de notícias gerada sobe bastante. Os 34 assuntos alinhados pela televisão e também noticiados pela rádio, geraram, na televisão, um total de 113 notícias, o que equivale a uma média de 3,3 notícias por cada assunto. No meio rádio, esses mesmos 34 assuntos desdobraram-se em 415 notícias, cada assunto gerando uma média de 12,2 notícias.

Passamos, assim, de médias de 1,3 (só televisão) e de 2,9 (só rádio), para 3,3 (televisão + rádio) e 12,2 (rádio + televisão). Logo, os assuntos veiculados por ambos os meios registam, no caso da televisão, uma subida de 254% na média de geração de notícias por assunto; no caso da rádio, o aumento da média de geração de notícias atinge os 414%.

Estes valores, importantes de *per si*, adquirirão outro significado se se verificar que o grupo dos 34 assuntos comuns a ambos os meios é composto por um grande número de antecipações da rádio em relação à televisão. Podendo sempre descortinar vários factores na elaboração da agenda televisiva, um desses factores passará, sem qualquer dúvida, pelo pré-agendamento de tais assuntos por parte das rádios.

Antes de avançarmos rumo às antecipações, interessa ainda comparar os valores já obtidos com a média global de geração de notícias por cada assunto seleccionado, juntando agora quer os assuntos *exclusivos* de cada meio, quer os que foram tratados em comum. Na televisão, recordamos, foram 80 os assuntos elencados no dia 7 (46 só pela TV, mais 34 que a rádio também agendou). Os 80 assuntos desmultiplicaram-se em 173 notícias, o equivalente a uma média de 2,2 notícias por assunto. Na rádio, os 112 assuntos agendados (78 só pela rádio, mais 34 que a televisão também agendou), geraram 644 notícias, valendo 5,8 notícias em média por cada assunto.

Isto significa que os assuntos difundidos em exclusivo por um único meio se quedam bastante abaixo da média global da estação, e que os assuntos agendados por ambos os meios se situam bastante acima dessa média global. No caso da TV, a média de notícias referente a assuntos seleccionados apenas por este meio situou-se em 1,3, longe, portanto, dos 2,2 da média global do meio TV. No caso da rádio, os assuntos agendados apenas por este meio geraram uma média de 2,9 notícias, metade da média global do meio rádio (5,8).

Passando para o grupo de assuntos comuns à rádio e à televisão, verificamos que essa média é, nos dois casos, superior à média global do meio: 3,3 na televisão, contra os 2,2 da média global deste meio; 12,2 na rádio, contra os 5,8 da média global deste meio.

3.2.7.5. Pré-agendamento radiofónico da agenda televisiva

Para concluir a análise aos noticiários radiofónicos de 7 de Janeiro, e suas imbricações miméticas com a televisão, falta-nos verificar o peso das antecipações por parte do primeiro meio (ver quadro 51)⁶⁰.

Dos 34 assuntos comuns à rádio e à televisão, 32 registaram antecipações do meio/rádio, o que equivale a 94,1%. Apenas em dois assuntos - (58 - *Marvão candidata-se a património mundial*), (70 - *Jaime Gama sobre Guiné-Bissau e Angola*), a rádio noticiou mais tarde que a TV. A candidatura de Marvão a Património Mundial foi noticiada pela SIC no *Jornal da Noite* (20h), três horas antes da Renascença se ter referido ao assunto (23h). Quanto à posição do ministro Jaime Gama sobre os conflitos nas ex-colónias, foi notícia na TVI (1.^a inserção), na 2.^a edição do *TVI Jornal*, às 13h 30. Na

⁶⁰ Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JZ11.pdf

Renascença e na TSF passou pela primeira vez às 14h.

Interessa ainda frisar que, no dia 7, houve mais assuntos noticiados antecipadamente pela rádio. Referimo-nos às antecipações com origem em dias anteriores, não contabilizadas na análise efectuada ao dia 7, pelo facto de, nesse dia, não terem sido inseridas notícias sobre tais assuntos por parte da rádio. A contabilização de tais antecipações foi efectuada na análise semanal aos noticiários radiofónicos. Duas dessas antecipações registaram-se na 4.^a feira, dia 6 - (assunto 68 - *Acordo conseguido finalmente na NBA*), (assunto 43 - *Filme O Judeu estreia em Portugal*); as outras duas no dia 4, 2.^a feira (assunto 10 - *Interpol procura Álvaro Costa, que vive em Gaia*) (assunto 23 - *Caos nas urgências do Hospital de Cascais*).

No grupo das 32 antecipações, encontramos 11 casos (34,4%) em que todas as rádios se anteciparam à primeira notícia dada pela primeira estação de televisão que abordou o assunto. Se quiséssemos incluir aqui o assunto 69 (*EUA usaram informações observadores ONU no Iraque*) - não contabilizado neste grupo dos plenos de antecipações da rádio pelo facto da Renascença ter tratado o assunto no dia anterior, ficando virgem de notícias no dia 7 -, o total de casos passaria para 12. O assunto 16 (*Adepto do Estrela da Amadora em perigo de vida*) poderia ter sido contabilizado também, atendendo ao facto da Antena 1 e da Renascença se terem antecipado à televisão, no dia 7. A TSF também se antecipou, mas no dia anterior. Só que, ao contrário do verificado com a polémica em torno dos observadores da ONU no Iraque, neste caso a TSF voltou ao assunto, no dia 7, e fê-lo mais tarde que as estações de televisão. Por este motivo o excluímos do grupo das antecipações.

Verificamos que o grupo de três assuntos que conseguiu o pleno das televisões, também regista um pleno de antecipações por parte das rádios. E no grupo de 8 assuntos seleccionados por três estações de televisão, o pleno das rádios verificou-se em seis dos casos. Nos restantes dois, houve antecipações, mas apenas por duas estações de rádio.

Na Antena 1 contabilizámos 97 antecipações à TV; 66 na Renascença e 92 na TSF, o que totaliza 255 antecipações.

3.2.7.6. Agenda televisiva como agenda-reflexo de outras agendas, nomeadamente no grupo dos assuntos de privilégio

Julgamos ter conseguido comprovar a existência de grandes similitudes na potenciação, em notícias, dos assuntos transmitidos pela rádio e que mereceram o tratamento do maior número de estações de televisão. A selecção de determinados assuntos por parte de um maior número de estações de televisão é acompanhada pela selecção de um maior número de radiodifusoras. Tal selecção vai decrescendo, nos dois meios, à medida que menos estações tratam o mesmo assunto. É no grupo de assuntos tratados por um maior número de estações de rádio e de televisão que se verifica uma maior desmultiplicação em notícias.

Recordamos que os assuntos agendados pelas rádios e pelo pleno das TV's geram, em média, notícias que se situam entre o quádruplo e o sextuplo dos assuntos tratados apenas pela rádio.

Um último quadro por nós elaborado⁶¹ expressa bem a desmultiplicação em notícias oriunda do grupo de assuntos tratados por mais rádios e mais televisões. Na lista dos dez assuntos mais noticiados pelas rádios, verificamos que, em oito casos (nove se incluirmos a antecipação de dia anterior, feita pela Renascença no assunto *EUA usaram informações observadores ONU no Iraque*), todas as estações de rádio os seleccionaram para difusão.

⁶¹ Referimo-nos ao quadro 52, disponível em www.mediatico.com.pt/tese/JZ11.pdf

Os primeiros três assuntos deste *top* desmultiplicaram-se em 151 notícias, o que vale 50,8% do total de notícias deste grupo de dez assuntos⁶². Os primeiros cinco assuntos originaram 222 notícias, o que vale 74,7% do total de notícias deste grupo de dez assuntos. Verificamos, também, que nesta lista dos dez mais se encontram dois dos três assuntos tratados pelo pleno das televisões (assuntos que ocupam o primeiro [*ex aequo*] e o terceiro lugar); e quatro dos oito assuntos noticiados por três televisões (assuntos que ocupam o primeiro [*ex aequo*], quarto, quinto e sétimos lugares). Dos quatro assuntos sobrantes, dois foram seleccionados por duas televisões (sexto e décimo lugar), outros dois apenas por uma televisão (oitavo e nono lugar).

Em contraponto, nenhuma estação de rádio regista colocação de assuntos noticiados pelo meio rádio/ignorados pela TV, acima do quarto lugar. Em todas elas, o assunto mais desmultiplicado em notícias (mas ignorado pela TV), se quedou no quinto lugar. Na Antena 1, tal assunto gerou 9 notícias, o mesmo número de inserções para a Renascença, registando-se onze notícias no caso da TSF.

Recordamos que a quase totalidade dos assuntos (32 em 34) em que se verificou tratamento comum pelos dois meios se refere a antecipações da rádio. Antecipações que ganham maior peso se atendermos à dilatação dos tempos de permanência em antena dos assuntos que mereceram a atenção de um maior número de estações de rádio.

No que reporta ao receptor que utiliza a rádio e a televisão como fontes de informação, os dados carregados apontam para a saturação noticiosa de um grupo de assuntos com peso específico no conjunto das agendas radiofónicas e televisivas. Há uma agenda de assuntos comuns a ambos os meios, agenda que se impõe no mapa noticioso diário, tal a potenciação em notícias de que surge imbuída.

Agenda prévia, a da rádio, em relação aos assuntos veiculados por mais estações de televisão, e potenciados em muito mais notícias. Não dizemos *agenda original*, pois não curámos de conhecer se o pontapé de saída de tal grupo de assuntos é dado pelas rádios - através de fontes cultivadas por jornalistas deste meio -, ou se a agenda radiofónica já surge, ela própria, como um reflexo de outras *agendas*, nomeadamente das agendas das agências de informação, sejam elas nacionais ou internacionais.

Agenda prévia porque, em 40% dos casos (32 assuntos em 80 noticiados pela televisão), a rádio se antecipa. E tais antecipações não acontecem, na quase totalidade dos casos, a minutos ou escassas horas das primeiras inserções noticiosas de tais assuntos comuns por parte das televisões. Para além do *pontapé de saída* a cargo do meio rádio, há também o efeito de manutenção em antena desse grupo de assuntos por largas horas.

Conjugada esta reiteração com o acesso que os *gatekeepers* televisivos têm ao meio rádio (através da escuta individualizada ou recorrendo a serviços especializados, como as listagens de alertas), estamos em condições de defender que este *pré-agendamento* por parte do meio rádio se vai reflectir no agendamento posterior por parte dos responsáveis das redacções televisivas.

Se é notória a existência de um núcleo de assuntos considerados como de tratamento *obrigatório* por parte das televisões, tal *obrigatoriedade* pode advir de múltiplos factores, entre os quais não

⁶² 151 notícias até às 23h de dia 7, pois nalguns casos os assuntos referidos neste *top*, e outros fora dele, continuaram a registar inserções no dia 8. O debate em torno da lei de financiamento dos partidos, que na TSF totalizara 25 inserções no dia 7, ainda se mantinha em antena às 09h de dia 8, com mais 11 notícias contabilizadas desde as 00h.

Vigência dilatada em antena que vai para além dos casos referidos na nota 12, assuntos com entrada tardia nos noticiários de dia 7. Registam-se passagens para o dia seguinte (8 de Janeiro), de assuntos que entraram até bastante cedo nos alinhamentos radiofónicos de dia 7. Assim, *Miranda Calha sobre a violência no futebol*, com primeira inserção às 12h de dia 7, na Antena 1. Ainda foram alinhadas, na rádio pública, às 8h20 e 9h20 de dia 8. O assunto *Situação delicada em Timor Leste*, com primeira inserção na Renascença às 09h de dia 7, e nove notícias neste dia, ainda entrou no noticiário das 03h de dia 8.

devemos menosprezar a ideologia jornalística e as rotinas nas práticas redaccionais. São estes, geralmente, os factores aduzidos quando os investigadores do campo dos *media* tentam perscrutar os mecanismos por detrás da constituição da agenda jornalística, no caso que nos interessa, a agenda jornalística televisiva.

Sem menosprezar tais factores, a nossa investigação vai apontando para outro foco de influência na conformação da agenda noticiosa televisiva: a *agenda prévia de outros meios*, para já o da rádio. A agenda noticiosa televisiva, a parte mais relevante desta agenda (seja pela localização privilegiada nos alinhamentos, seja por uma maior potenciação dos assuntos em notícias), começa a desenhar-se-nos como uma *agenda agendada*, uma *agenda-reflexo* de outra(s) agenda(s).

A actividade dos *gatekeepers* televisivos resultará, então, na parte que reporta aos *assuntos de privilégio* (melhor colocação nos alinhamentos, maior desmultiplicação em notícias, maior índice de retomas nos informativos seguintes), de um efeito de *ressonância mimética* ao qual tais profissionais não conseguem escapar. Ao iniciar o rascunho do primeiro pré-alinhamento do dia, estarão já a conceber o terceiro, quarto ou sétimo alinhamentos, com o prefixo antecipatório a ser detido por outros meios.

Na próxima etapa da nossa investigação curaremos de saber se de tais privilégios antecipatórios também se poderá ufanar a imprensa.

3.2.8. Análise da agenda noticiosa da imprensa escrita em função da agenda noticiosa televisiva (com cotejo efectuado à agenda noticiosa do meio/rádio)

3.2.8.1. Indicações prévias

A exemplo do que fizemos com o meio rádio, tentaremos agora verificar a existência de imbricações similares entre os telejornais e a imprensa escrita. A concretização desta etapa passou pela análise dos seguintes jornais diários: *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *24 Horas*, *Correio da Manhã*, *A Capital*, *A Bola*, *Record* e *O Jogo*. Nos semanários, a leitura incidiu sobre *O Independente*, *Semanário*, *Tal & Qual*, *Expresso*, e a revista *Visão*. Foram estas as publicações que mereceram, da nossa parte, um registo sistemático dos assuntos tratados, em função do mapa noticioso das televisões referente ao período de 4 a 10 de Janeiro.

A este grupo de nove diários e cinco semanários acrescentámos um leque alargado de outras publicações, grupo supletivo em relação ao primeiro. Incluem-se aqui o *Diário Económico*, *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto*, o *Jornal de Letras*, *O Diabo*, várias publicações especializadas e um vasto conjunto de jornais de índole regional⁶³. O registo dos assuntos tratados por este segundo grupo, que surge na coluna *Outros* dos quadros 53-AB a 53-GB⁶⁴, reporta apenas aos casos de assuntos tratados pelas televisões e que não foram acompanhados por nenhuma das publicações do primeiro grupo. Exceptuam-se alguns casos em que, havendo tratamento noticioso por parte das publicações do primeiro grupo, se julgou importante também registar a inserção de notícias por parte de alguma(s) das publicações do grupo supletivo, por exemplo, atendendo às diferentes datas de inserção de determinadas notícias.

Do primeiro grupo efectuámos leitura de todas as edições compreendidas entre os dias 1 e 12 de Janeiro. No entanto, em relação a muitos deles, alongámos essa leitura até aos primeiros dias de Dezembro de 1998, por razões que mais adiante se detalharão.

Para grupo tão numeroso de publicações, este período de consulta equivaleu à leitura de vários milhares de páginas, só no que reporta ao primeiro grupo. Foi por essa razão, tendo também presente que idêntica pesquisa se fará nas restantes semanas a analisar, que não alargámos o *corpus* a mais publicações.

A exemplo do método seguido para o meio/rádio, também aqui curaremos de identificar práticas miméticas entre o meio/televisão e o meio/imprensa escrita, independentemente do factor antecipação por parte de um ou outro meio. Numa fase posterior, trataremos então de contabilizar eventuais antecipações do meio/imprensa, procedendo ao natural detalhe.

Nos mapas de registo dos assuntos tratados pela imprensa, inserimos três colunas para cada publicação. Na coluna da esquerda registamos o dia em que um assunto é noticiado, sempre que tal notícia tenha surgido antes da sua difusão pela televisão. O registo de notícias publicadas em Dezembro de 1998 surge assinalado a **bold**.

⁶³ Para além das publicações citadas, foram consultados os seguintes jornais e revistas: *Açoriano Oriental*, *Auto-Sport*, *Barlavento*, *Correio de Azeméis*, *Correio do Minho*, *Correio do Vouga*, *O Crime*, *Diário do Alentejo*, *Diário de Aveiro*, *Diário de Coimbra*, *Diário Insular*, *Diário de Leiria*, *Diário do Minho*, *Diário do Sul*, *Distrito de Portalegre*, *O Figueirense*, *Jornal do Algarve*, *Jornal do Fundão*, *Jornal de Leiria*, *Jornal do Sotavento*, *Matosinhos Hoje*, *Nova Guarda*, *Póvoa Semanário*, *Região Sul*, *Semanário Transmontano*, *Terras da Beira*, *TV Guia*, *TV Mais*, *A Voz do Nordeste*, *A Voz da Póvoa* e *A Voz de Trás-os-Montes*.

⁶⁴ A série de 18 quadros (53-AA a 54-G), o quadro 55 e os gráficos 44 a 48 encontram-se disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JZ12.pdf

Na coluna central registamos as notícias da imprensa veiculadas no mesmo dia que a sua difusão televisiva. E na coluna da direita efectuamos o registo das notícias da imprensa veiculadas posteriormente à sua difusão pela televisão. Os caracteres a vermelho assinalam o tratamento, por antecipação, de determinado evento, antecipação não em relação ao meio televisão, mas à própria efectivação do evento.

Exemplificando: no dia 4 de Janeiro, à noite, realizou-se um jogo de futebol entre o Estrela da Amadora e o Futebol Clube do Porto. Tal assunto surge assinalado como tendo sido seleccionado por vários jornais, no próprio dia 4. Como é óbvio, os jornais não davam conta dos pormenores de um encontro que ainda não se tinha concretizado, antes avançavam dados prospectivos em relação ao jogo. O mesmo aconteceu, para este caso concreto, com as notícias inseridas pelas rádios e pelas televisões antes do início da partida. São estes casos, referentes ao tratamento noticioso de acontecimentos de realização futura, que surgem assinalados com caracteres vermelhos.

Nos quadros 53-AA a 53-GA procedemos ao registo dos assuntos que, tendo sido veiculados pela televisão na semana em análise, também foram objecto de notícia por parte dos jornais diários. Nos quadros 53-AB a 53-GB esse registo reporta aos semanários, e às publicações incluídas na categoria *Outros*. Os quadros 54-A a 54-G assinalam, na coluna da direita, os assuntos seleccionados pela televisão que foram objecto de tratamento noticioso pelo conjunto da imprensa analisada, procedendo-se à distinção entre os assuntos que a imprensa noticiou no mesmo dia que a televisão ou em dias anteriores (células roxas), dos assuntos que a imprensa veiculou posteriormente à televisão (células vermelhas). As células brancas da coluna da direita desta última série de mapas assinalam assuntos seleccionados pela televisão e ignorados pela imprensa. O tratamento destes dados é ilustrado no quadro 55, acompanhado pelos gráficos 44 a 48.

Nos quadros 53-DB, 53-EB e 53-FB, não se inclui o *Tal & Qual*, pelo facto deste semanário não incluir, na sua edição de 8.01.1999, qualquer assunto tratado pelas TV's nos dias 7, 8 e 9 de Janeiro. Ainda no que reporta às publicações da categoria *Outros*, e também para poupar espaço, sempre que surgirem duas colunas, em vez de três, a da esquerda reporta a veiculação de notícias com anterioridade em relação à televisão; a da direita reporta a publicação de notícias posteriormente à sua difusão pela TV.

3.2.8.2. Difusão noticiosa de assuntos comuns aos meios imprensa escrita e televisão

Uma primeira consulta aos quadros 54-A a 54-G faz ressaltar, desde logo, uma profusão de células roxas, indicando tratamento antecipado, por parte da imprensa, dos assuntos veiculados pela televisão. Também se denota, facilmente, o reduzido número de células brancas, o mesmo é dizer, de assuntos tratados pela redacções televisivas e ignorados pela imprensa.

Passando ao detalhe (ver quadro 55, e gráficos 44 e 45), verificamos que, no dia 4, dos 65 assuntos elencados pelo meio televisão, a imprensa noticiou, antes ou no mesmo dia, 43 assuntos, o que equivale a uma percentagem de 66,2%. No dia seguinte, em 80 assuntos tratados pela TV, a imprensa noticiou 48, antes ou no próprio dia, conjunto que vale 60,0%. A 6 de Janeiro, a percentagem sobe para os 66,3%, com 61 assuntos tratados antes ou no dia, de um total de 92 assuntos elencados pelas redacções televisivas. Quinta-feira, dia 7, a relação é de 44 assuntos tratados pela imprensa (antes ou no dia), para um total de 80 assuntos veiculados pelo meio televisão, valendo assim 55,0%. No dia 8 regista-se a percentagem mais elevada: 69,4%, correspondendo a 59 assuntos tratados em 85 possíveis. No sábado atinge-se a percentagem mínima (54,7%), para 35 assuntos tratados pela imprensa em 64 possíveis; no domingo a percentagem registada é de 62,3% (38 assuntos em 61 possíveis).

Verificamos, assim, que em cinco dos sete dias, o meio/imprensa veiculou (no mesmo ou em dias anteriores), percentagens de assuntos iguais ou superiores a 60,0%. Nos dois dias em que tal se não verificou, a percentagem desceu para a casa dos 50% (54,7% no dia 9, e 55,0% no dia 7).

No conjunto da semana, dos 527 assuntos com difusão registada pelo meio/televisão, houve 328 seleccionados pela imprensa para publicação no mesmo dia ou em dias anteriores. Estes 328 assuntos equivalem a uma percentagem de 62,2%. Ficaram 199 assuntos por tratar, por parte da imprensa.

Por tratar anteriormente, pois ainda se regista percentagem com algum significado de assuntos seleccionados pela televisão e reportados pela imprensa no(s) dia(s) seguinte(s). Assim aconteceu com 18 assuntos (27,7%), no dia 4; com 20 (25,0%), no dia 5; com 19 (20,7%), no dia 6; com 19, no dia 7 (23,8%); com 12 (14,1%), no dia 8; com 20 (31,3%), no dia 9, e com 8 (13,1%), no dia 10 de Janeiro. Este grupo é composto por 116 assuntos, equivalendo a uma percentagem de 22,0%.

Verificamos, então, que a maior parte dos assuntos veiculados pela TV beneficiou de tratamento anterior por parte da imprensa (328 assuntos, 62,2%), registando-se, no entanto, franja não despidianda de assuntos seleccionados pelo meio/televisão que a imprensa ignorou no dia da sua difusão ou em dias anteriores, vindo a retomá-los em dias posteriores (116 assuntos, 22,0%).

Juntando os dois grupos, verificamos que a imprensa tratou (no dia, em dias anteriores ou em dias posteriores), 444 dos 527 assuntos seleccionados pela televisão para integrar os informativos da semana compreendida entre 4 e 10 de Janeiro de 1999. 84,3% dos assuntos seleccionados pela TV foram também tratados pela imprensa, ficando apenas um grupo residual de 83 assuntos (15,7%) que a imprensa haveria de ignorar. Os gráficos 44 a 47 ilustram bem a desproporção entre estes grupos. No dia 4, dos 65 assuntos noticiados pela televisão, apenas 4 (6,2%) foram ignorados pela imprensa, tendo sido tratados 61. Dos 80 assuntos seleccionados para difusão no dia 5, a imprensa somente ignorou 12 (15,0%); 12 assuntos ignorados também no dia seguinte, num total de 92 assuntos, valendo assim uma percentagem de 13,0%. A 7 de Janeiro foram 17 em 80, valor percentual de 21,3%; a 8 de Janeiro foram 14 (16,5%) em 85; no sábado, dia 9, dos 64 assuntos tratados pela televisão, nove foram ignorados pela imprensa (14,1%). Finalmente, no dia 10 registaram-se 15 assuntos (24,6%) não tratados pela imprensa, em 61 possíveis.

Resumindo, dos 527 assuntos seleccionados pela televisão para difusão na semana em análise, registámos simultaneidade diária ou anterioridade no tratamento de 328 desses assuntos pela imprensa (ver gráfico 48), significando 62,2%. Tratamento posterior por parte da imprensa de 116 dos 527 assuntos, valendo percentualmente 22,0%. Dos 527 assuntos veiculados pela TV, 444 (84,3%) foram veiculados também pela imprensa, restando 83 assuntos (15,7%) não tratados pelos meios impressos que integraram o nosso *corpus*.

Reforçam-se, desta forma, as conclusões a que já chegáramos, aquando do cotejo entre os meios televisão e rádio. Verificáramos, nessa etapa (ver quadro 31), que 270 dos 527 assuntos veiculados pela televisão haviam merecido tratamento antecipado por parte do rádio, o que significava uma percentagem de 51,2%. Havia ainda uma faixa residual de 0,6% (3 assuntos) veiculados em simultaneidade horária, mais 2,5% (13 assuntos) veiculados posteriormente à televisão. No global, as redacções radiofónicas focalizaram a sua atenção em 286 dos 527 assuntos seleccionados pelas suas congéneres televisivas, o que representa uma percentagem de 54,3%.

Da rádio para a imprensa, e atendendo aos totais globais dos dois meios, notamos uma subida bastante acentuada por parte do último meio, no que reporta ao tratamento de assuntos seleccionados pelas televisões. Passa-se de 286 (54,3%), na rádio, para 444 (84,3%), na imprensa.

3.2.8.3. Peculiaridades das diferentes agendas

Importa ressaltar que, sendo estas cifras correctas, elas têm por base diferentes opções metodológicas de análise, opções tomadas em função da natureza diferente de ambos os meios. Enquanto no meio/rádio, cada estação difunde, em média, entre 24 e 48 informativos diários, registando-se alguns espaços de informação alargada que chegam a atingir perto de uma hora de duração (emissões informativas da manhã, do almoço, do final da tarde, etc.), no meio/imprensa regista-se apenas uma edição diária (salvo casos excepcionais de duas ou mais edições, facto que se não verifica na semana em análise). A rádio leva, neste ponto específico, vantagem em relação à televisão, atendendo ao número incomensuravelmente superior de informativos que veicula por contraponto com os das estações de TV (4 por dia na RTP1 e na TVI; três informativos diários na SIC e um na RTP2, isto para a semana de 4 a 10 de Janeiro de 1999).

Por seu turno, a televisão - pese embora a difusão de um número mais reduzido de noticiários que o verificado na rádio -, leva por sua vez vantagem em relação à imprensa.

A virtualidade imediatista da rádio leva a que este meio dificilmente guarde para amanhã o que pode noticiar no momento. Com muito mais noticiários que a televisão, e necessitando de mobilizar meios muito mais ligeiros, dificilmente se encontram assuntos tratados originalmente pela televisão ou pela imprensa que só venham a ser recuperados pela rádio (nos casos em que considere a difusão de tais assuntos como pertinente) muitas horas depois, no dia seguinte, dois dias depois.

Quer a rádio, quer a televisão têm possibilidade, pela distribuição horária dos seus informativos diários, de cobrir os factos mais relevantes acontecidos no período que medeia entre os dois fechos seguidos da edição de um jornal impresso.

Pelas razões elencadas, e ao contrário do procedimento seguido na análise do meio rádio, decidimos incluir, na análise da imprensa, os assuntos veiculados no(s) dia(s) seguinte(s) à sua difusão pela televisão.

A detecção, logo na consulta dos primeiros jornais, de repescagem televisiva de notícias veiculadas originalmente no dia anterior ou vários dias antes pela imprensa, levou-nos a alargar a consulta dos jornais impressos a um período anterior em vários dias, nalguns casos semanas, à sua difusão pela televisão. Também aqui o método se diferencia do seguido para a rádio, cujo *corpus* integra noticiários difundidos apenas entre as 00h de 4 de Janeiro e as 24h de 10 de Janeiro de 1999.

Esta opção não foi tomada de ânimo leve, radicando antes em consulta prévia efectuada à base de dados de alertas/rádio disponibilizada pela Cision (ex-Memorandum). Efectuada essa consulta, ou esse teste, verificámos que a extensão seguida na imprensa se não justificava no meio/rádio.

As diferentes metodologias de análise, tendo por base opções que respeitam a diferente natureza dos três meios, não impedem, de modo algum, que os dados recolhidos possam ser cotejados entre si. No detalhe de situações concretas de antecipação por parte da imprensa em relação à televisão (ou, visto em ângulo inverso, de *repescagem*, pela TV, de notícias veiculadas originalmente pela imprensa um ou vários dias antes, até mesmo semanas, até mesmo um mês!), teremos ocasião de comprovar o bem-fundado da opção tomada. Quanto à inserção de um novo *item* na análise da imprensa (notícias tratadas no dia seguinte), cremos ter esgotado tal justificação nos parágrafos anteriores.

Precisando esta última opção, ela em nada se desvia, afinal de contas, do procedimento seguido para o meio/rádio. Acontece apenas que, neste último meio, se registou um número bastante reduzido de assuntos noticiados pela televisão e veiculados posteriormente pela rádio (foram 13 no total). E que na imprensa tal número é bastante maior (116 no total) atendendo à diferença de edições diárias entre os dois meios (de apenas uma, na imprensa, para 24 a 48 na rádio). Logo, as notícias de

acontecimentos não previsíveis verificados entre os dois fechos seguidos de um jornal impresso, só poderão, naturalmente, ser incluídas na edição correspondente ao segundo fecho, com distribuição que se verifica apenas no dia seguinte à verificação de tais acontecimentos. Pelo contrário, a rádio e a televisão dispõem da possibilidade de noticiar tais acontecimentos no próprio dia da sua efectivação, poucos minutos ou poucas horas após.

O mesmo se pode aplicar aos acontecimentos previsíveis, aos eventos programados antecipadamente (cerimónias públicas, conferências de imprensa, inaugurações, etc., etc.). Da sua efectiva concretização os jornais impressos só podem dar conta várias (muitas) horas depois da sua realização. Mesmo nos casos, em número reduzidíssimo ou praticamente inexistente, de acontecimentos deste género com epílogo a raiar a hora de fecho dos jornais impressos, importa levar em linha de conta o período que medeia entre a redacção/paginação do artigo reportando o acontecimento e a chegada dos jornais às bancas. Enquanto a rádio e a televisão dispõem da possibilidade de noticiar o acontecimento minutos depois do seu epílogo (com vantagem para a rádio, atendendo à cadência de inserção de noticiários a cada hora ou a cada meia-hora); enquanto tais meios dispõem da possibilidade de acompanhar integralmente tais acontecimentos, através da sua difusão em directo, ou de apontamentos inseridos em sucessivos blocos noticiosos; na imprensa, como se sabe, não existe tal possibilidade, por manifesta incapacidade do papel de jornal para a difusão de directos (incapacidade torneada, pela imprensa, através dos *sites* que algumas publicações mantêm na internet, e onde se vão registando, cada vez com maior frequência, a difusão de *cachas* posteriormente retomadas por outros meios).

Mas, neste grupo de eventos previsíveis (porque programados e anunciados com antecedência), a imprensa já não sofre do mesmo défice que no conjunto dos acontecimentos imprevisíveis. Guardando detalhe para mais adiante, sempre referiremos que, em várias situações, a substância de tais eventos (declarações públicas, anúncios de medidas governamentais, iniciativas legislativas, etc.), surge antecipada na imprensa, em número e com frequência bastante superior à verificada nos meios rádio e televisão.

Importa ainda precisar outro ponto, e que radica, de novo, na existência de uma única edição diária por parte de cada publicação impressa. A inclusão de assuntos veiculados pela imprensa na categoria *noticiados no mesmo dia ou em dias anteriores à TV*, se representa sempre anterioridade por parte dos jornais impressos, não significa sempre *antecipação*, no sentido que lhe é atribuído na gíria jornalística. Há casos concretos, e não são poucos, de *antecipação* da imprensa em relação à televisão, e que este meio decide repescar, ou *picar*, para sermos fiéis ao jargão jornalístico. Mas em muitos outros casos, tal registo (assinalado com células roxas nos quadros respectivos), não equivale a uma antecipação no sentido da veiculação em primeira mão de determinado assunto, ou no sentido de *catcha*, de furo jornalístico. Apesar de ter sido a imprensa a dar conta, primeiro que a televisão, das excelsas fêrias na neve do herdeiro da coroa britânica (assunto 35 de dia 5), de esperanças renascidas no tratamento da Sida (assunto 60 de dia 6), ou da celebração do Natal no dia 6, pelos fiéis da Igreja Ortodoxa (assunto 50 de dia 6), percebe-se que, havendo anterioridade (tais assuntos surgiram veiculados primeiro na imprensa), não existe antecipação no sentido de *catcha* ou furo jornalístico. O primeiro assunto é noticiado tendo por base serviço de agência, o mesmo se verificando no segundo, aqui com a agência internacional a reportar estudo publicado pela revista especializada *Nature Medicine*. Quanto ao terceiro, mesmo que tenha surgido na secção de *almanaque* da agência Lusa, é assunto do conhecimento do comum dos mortais.

O mesmo já não podemos dizer da notícia que dava conta de que uma linha telefónica de índole racista havia sido finalmente encerrada por ordem judicial (assunto 42 de dia 9). Incluída no *Primeiro*

Jornal (SIC) de dia 9, a notícia era baseada em investigação desencadeada pelo *Público*, que nesse sábado fizera subir o assunto a manchete (*Juiz mandou calar “Orgulho Branco”*).

O mesmo vale para a revelação de que um ex-responsável da JAE, que se presumia ter caído em desgraça, na sequência de alegadas irregularidades, voltava a ocupar funções de topo numa estrutura ligada ao organismo público de que fora administrador até três meses antes (assunto 50 de dia 5). A *cacha* pertencera ao diário *24 horas*, desse dia 5, com aproveitamento por parte do *Primeiro Jornal* e *Jornal da Noite* (SIC) dessa mesma terça-feira.

Nestes últimos dois casos (muitos outros serão detalhados mais à frente), estamos efectivamente perante uma *antecipação* dos jornais impressos, perante *cachas* da imprensa posteriormente aproveitadas pela televisão.

3.2.8.4. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações de TV: relação com o meio/imprensa escrita

Cumpridas que estão estas ressalvas de teor metodológico, tentemos perscrutar que relação existe entre os assuntos noticiados pela televisão e os grupos de assuntos noticiados ou ignorados pela imprensa, agora em função da veiculação de tais assuntos por maior ou menor número de estações de TV. Recorde-se que procedemos a exercício idêntico, aquando do confronto do meio/rádio com o meio/televisão. Comprovava-se diferença abissal entre, por um lado, os assuntos noticiados por 4 e 3 estações de TV, e, por outro, os assuntos noticiados por duas ou só uma estação de televisão. Provámos então que a selecção noticiosa feita pelas rádios era bastante mais significativa no grupo de assuntos veiculado por um maior número de estações de televisão, registando-se assim uma maior saturação de notícias radiofónicas nas zonas de maior mimetismo televisivo (ver quadros 33-A a 33-D, e 34 a 36).

Verificar-se-ão resultados idênticos no confronto meio/imprensa com o meio/televisão?

Os quadros 56-A e 56-B⁶⁶ ajudar-nos-ão a acompanhar a exposição dos dados obtidos. Começando pelo grupo de assuntos que atingiu o pleno das estações de TV (seleccionados pelas 4 estações), verificamos que todos eles foram, também, tratados pela imprensa. Mereceram, pois, tratamento noticioso por uma ou mais publicações impressas. De um total de 34 assuntos, em 22 casos (64,7%) houve tratamento com anterioridade por parte da imprensa, tendo os restantes 12 assuntos (35,3%) sido tratados posteriormente. Nenhum destes 34 assuntos foi ignorado pelo meio/imprensa.

Passando para o grupo de 52 assuntos seleccionados por três estações de televisão, os resultados diferem pouco, no que reporta ao total de assuntos veiculados também pela imprensa. Dos 52 assuntos, apenas um (1,9%) foi ignorado pela imprensa. Desvio maior regista-se na percentagem de assuntos veiculados com anterioridade ou posteriormente à televisão. No primeiro grupo (noticiados no mesmo dia ou em dias anteriores), registamos 40 assuntos, com a percentagem a situar-se nos 77,0%, mais 12,3% que no grupo dos assuntos veiculados por 4 TV's. Como correlato, desce a percentagem dos assuntos tratados posteriormente à televisão. Registámos 11 assuntos, o que equivale a uma percentagem de 21,2% (menos 14,1% que no grupo dos assuntos veiculados por 4 TV's).

No grupo de assuntos seleccionados por duas estações de televisão, começa a descolar o número de assuntos ignorados pela imprensa, não se registando variações de monta nas restantes subdivisões. Com efeito, a imprensa tratou, com anterioridade, 57 dos 92 assuntos que, na semana em análise, mereceram tratamento noticioso por duas estações de televisão, equivalendo a 62,0% do total. 28

⁶⁶ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/IJ13.pdf

assuntos (30,4%) foram tratados posteriormente, registando-se um total de 8 assuntos ignorados pela imprensa. Mais do que o número absoluto, atendendo ao aumento significativo do total de assuntos, vale a percentagem, que passa agora para os 8,7%.

No último grupo, dos assuntos veiculados apenas por uma estação de televisão, a diferença não é de monta no grupo de assuntos tratados com anterioridade, ganha algum significado no grupo de assuntos tratados posteriormente pela imprensa, subindo bastante no grupo dos assuntos ignorados pela imprensa. 209 assuntos tratados com anterioridade pela imprensa, em 349 possíveis, valendo percentualmente 59,9%; 65 assuntos tratados posteriormente pela imprensa, o que equivale a 18,6%; e 75 assuntos ignorados pela imprensa, representando 21,5% do total.

3.2.8.5. Veiculação noticiosa de assuntos comuns aos meios rádio, imprensa escrita e televisão

Cumprido que está o cotejo entre o meio/televisão e o meio/imprensa, depois da comparação anteriormente efectuada entre o meio/televisão e o meio/rádio, alarguemos agora o confronto, passando a efectuar comparação entre os três meios. O registo comparativo dos assuntos veiculados pela rádio e pela imprensa, registo efectuado em função dos assuntos veiculados pela televisão, vem ilustrado nos quadros 57-A a 57-G⁶⁷. Recordamos que, na coluna da direita (assuntos noticiados pela imprensa), surgem em células roxas os assuntos objecto de notícia antes ou no mesmo dia em que foram veiculados pela televisão. As células vermelhas indicam tratamento pela imprensa apenas no dia seguinte. Os assuntos ignorados tanto pela rádio como pela televisão (antes, no mesmo dia ou no(s) dia(s) seguinte(s)), surgem assinalados a amarelo, tanto na coluna da direita, como nas três colunas referentes ao registo dos assuntos noticiados pela rádio. Ainda na coluna da direita, as células brancas reportam a assuntos veiculados pela TV que foram ignorados pela imprensa (antes, no mesmo dia ou no(s) dia(s) seguinte(s)), mas que mereceram tratamento por parte de, pelo menos, uma estação de rádio. As colunas do meio/rádio são varridas a azul-claro quando este meio ignorou um assunto que a imprensa veiculou com anterioridade; e varridas a verde-claro quando a rádio ignorou um assunto que a imprensa veiculou apenas no dia seguinte à sua selecção pela televisão. O tratamento dos dados vem ilustrado nos quadros 58 a 60⁶⁸.

Consultando o quadro 58, constatamos ter o meio/rádio veiculado 291 dos 527 assuntos seleccionados, na semana em análise, pelas 4 estações de TV, o que corresponde a uma percentagem de 55,2%. Destes 291 assuntos, 275 correspondem a notícias veiculadas previamente à sua difusão pelas televisões, havendo registo de três assuntos difundidos na mesma faixa horária, e 13 difundidos no mesmo dia, mas posteriormente à televisão. Temos, assim, 52,2% difundidos previamente (275 assuntos), 0,6% difundidos na mesma faixa horária (3 assuntos), e 2,5% (13 assuntos) com difusão posterior.

O meio/imprensa veiculou, no mesmo dia ou em dias anteriores à televisão, um total de 328 assuntos, valendo percentualmente 62,2%. Os jornais impressos levam vantagem à rádio em 10,0%, no que toca aos assuntos noticiados previamente (52,2% para a rádio, 62,2% para a imprensa).

Apesar desta diferença, verifica-se uma grande aproximação no total de assuntos tratados previamente pelos dois meios. Consultando o registo diário (ver quadro 58, colunas A e B), constatamos que, sendo a imprensa a registar sempre mais assuntos tratados previamente do que a rádio, apenas

⁶⁷ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JZ14.pdf

⁶⁸ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JZ15.pdf

em dois dias (8 e 10), essa diferença é mais significativa. Com efeito, no dia 4 a diferença é de apenas mais três assuntos para a imprensa (40 para 43), no dia 5 é de mais dois assuntos (46 para 48), nos dias 6 e 9 a diferença é de cinco assuntos (56 para 61, e 30 para 35), e no dia 7 de mais sete assuntos. No dia 8 a diferença é significativa (45 para 59, mais 14 assuntos para a imprensa), com esta a distanciar-se ainda mais no domingo, dia 10. Aqui, a diferença é de 17 assuntos (21 para a rádio, 38 para a imprensa).

No quadro 58 libertamos outros dados. Na coluna C procedemos ao registo diário dos assuntos veiculados pela rádio (no mesmo dia ou em dias anteriores), e que foram ignorados pela imprensa nesse mesmo período. Foram 90 os assuntos incluídos nesta categoria. Na coluna D procedemos a exercício inverso, registando 127 assuntos tratados pela imprensa (no mesmo dia em que foram veiculados pela TV ou em dias anteriores), mas que não beneficiaram da selecção de nenhuma das redacções radiofónicas.

Na coluna E indicam-se os totais diários de assuntos veiculados pela rádio e pela televisão, com o total semanal a atingir 418 casos.

Na coluna F regista-se, em a), o total diário de assuntos ignorados pela rádio e pela televisão (corresponde às células varridas a amarelo nos mapas 57-A a 57-G); em b), os assuntos que, tendo sido ignorados pela rádio (com anterioridade, na mesma faixa horária ou posteriormente à TV) e pela imprensa (no mesmo dia ou em dias anteriores), vieram a ser retomados pela imprensa em dia(s) posterior(es) à televisão (corresponde às células varridas a verde-claro nos mapas 57-A a 57-G). 69 assuntos foram totalmente ignorados pela rádio e pela imprensa; outros 40, tendo sido completamente ignorados pela rádio, vieram a ser retomados pela imprensa posteriormente à sua difusão pela televisão.

3.2.8.6. Pré-agendamento da agenda noticiosa televisiva pelas agendas do meio/rádio e do meio/imprensa escrita

Verificamos, desta forma, que apenas 13,1%, correspondentes a 69 assuntos seleccionados pela televisão, não mereceram tratamento (anterior, simultâneo ou posterior) por parte da rádio e da imprensa (4 assuntos no dia 4, 10 no dia 5, 10 no dia 6, 13 no dia 7, 11 no dia 8, 8 no dia 9 e 13 no dia 10). A selecção dos *gatekeepers* das redacções televisivas foi acompanhada pelos outros dois meios em 458 assuntos, o que representa uma percentagem de 86,9%.

Comprovado fica que a selecção televisiva surge eivada de forte teor mimético para com os outros dois meios. Resta apurar se é a agenda construída pelos *gatekeepers* das televisões a, eventualmente, influenciar a selecção dos profissionais da rádio e da imprensa; se existe uma distribuição equitativa de agendamentos prévios pelos três meios; ou se são as agendas da rádio e da imprensa que tratam com anterioridade grande parte dos assuntos que a televisão difunde nos telejornais.

A operação é simples: tendo já retirado 69 assuntos ao lote semanal de 527 elencados pela televisão, assuntos que a rádio e a imprensa ignoraram, resta subtrair os assuntos veiculados mais tarde que a TV por um segundo meio, assuntos que o terceiro meio ignorou ou também veiculou posteriormente à televisão.

Começando pela imprensa, já dissemos ter este meio veiculado 40 assuntos posteriormente à sua difusão televisiva, 40 assuntos que o conjunto das rádios ignorou (coluna F.b) do quadro 58, assuntos em células *varridas* a verde-claro nos quadros 57-A a 57-G). Aos 458 assuntos resultantes da subtracção de 69 ao lote total de 527, devemos agora subtrair mais 40, ficando com um total provisório de 418 assuntos.

Quanto à rádio, os três assuntos veiculados na mesma faixa horária que a televisão foram tratados anteriormente pela imprensa, logo não há que retirá-los do grupo dos 418 assuntos tratados anteriormente. Restam 13 assuntos que a rádio noticiou posteriormente à sua inclusão nos alinhamentos dos jornais televisivos. Neste grupo de 13, encontramos sete que a imprensa tratou anteriormente. Sobram seis, assuntos que não entram no *score* das antecipações por parte da rádio e da imprensa. Em quatro dos casos, a difusão posterior pela rádio foi acompanhada por difusão posterior da imprensa; os restantes dois casos deste último grupo de seis foram ignorados pela imprensa. Logo, ao grupo de 418 antecipações devemos retirar mais seis assuntos, por todos eles terem sido difundidos mais tarde que a televisão: em quatro casos, difundidos mais tarde pela rádio e pela imprensa, nos outros dois apenas pela rádio, porque a imprensa os ignorou.

Dos 527 assuntos seleccionados pela televisão para difusão noticiosa nos telejornais da semana em análise, 412 registaram tratamento antecipado por parte de pelo menos um dos outros dois meios com que trabalhámos. Por contraponto, apenas em 46 casos (8,7%) a televisão se antecipou à rádio e à imprensa.

Chegámos assim a um dado fulcral, depois de percorrida toda uma sucessão de etapas no cotejo entre os vários meios em análise. A agenda noticiosa televisiva surge composta por 78,2% de assuntos que já haviam merecido tratamento anterior por parte de outro meio - só da rádio, só da imprensa, ou dos dois meios no seu conjunto. O total de assuntos elencados por outros meios previamente à sua inclusão nos telejornais atinge quase quatro quintos do total de assuntos vertidos em notícias na televisão. Reforçam-se, assim, as conclusões prévias já avançadas quando encerrámos o tratamento dos dados colhidos pelo meio/rádio, visto isoladamente da imprensa; e da imprensa, quando tratada isoladamente em relação ao meio/rádio.

Se recordarmos os dados carreados logo na primeira etapa, quando começámos por tratar o meio/televisão isoladamente, verificamos que as sucessivas etapas foram evidenciando poderosos efeitos miméticos internos:

- a) internos a cada estação (para já, com os casos da rádio e da televisão);
- b) internos a cada meio (para já, com os casos da rádio e da televisão)
- c) inter-meios (televisão, rádio e imprensa).

Comprovámos também um agendamento prévio por parte da rádio, e por parte da imprensa, em relação à selecção noticiosa televisiva, pré-agendamento que adquire bastante mais vigor quando confrontado o volume de antecipações do conjunto rádio/imprensa com o meio/televisão.

O *corpus* da semana de 4 a 10.01.1999 integrou 76 noticiários televisivos, responsáveis pela veiculação de 1202 notícias; 579 noticiários radiofónicos, a que correspondeu a veiculação de 4.232 notícias (tendo 644 delas merecido tratamento detalhado na análise específica aos noticiários radiofónicos de dia 7 de Janeiro). Integrou ainda a consulta de 9 jornais diários e cinco semanários, num período mínimo de 12 dias (de 1 a 12 de Janeiro), mas que, em vários casos, se alargou bastante, nomeadamente para dias anteriores a este período. Para além deste grupo de publicações, foram consultadas muitas outras (imprensa especializada, imprensa regional), com periodicidade variável (diária nos casos de *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto*, *Diário de Coimbra*, *Diário Regional de Aveiro*, etc.; semanal, quinzenal ou mensal noutros casos).

Julgamos assim ter constituído *corpus* suficiente a um alicerçar sólido da análise que desencadeámos. No entanto, e como já anteriormente detalhámos, foi nossa opção alargar o *corpus* a mais duas semanas distribuídas pelo resto do ano civil de 1999. Por essa razão, e apesar de termos já avançado para algumas conclusões provisórias, importa que guardemos detalhe mais pormenorizado, reflexão mais aturada, para o final deste percurso, quando estiver cumprida a análise das semanas sobranes.

3.2.8.7. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações de TV: relação com os meios rádio e imprensa escrita

Em relação à primeira semana analisada, importa ainda libertar mais alguns dados. Tendo já estudado a relação entre os assuntos veiculados pela imprensa e a sua difusão por maior ou menor número de estações de televisão (ver quadros 56-A e 56-B), não procedemos ainda ao cotejo desta relação com o verificado no meio/rádio.

Começando pelo grupo de assuntos tratados pelo pleno das estações de televisão, recordamos que todos eles, num total de 34, mereceram tratamento noticioso por parte de, pelo menos, uma publicação impressa e de, pelo menos, uma estação de rádio. No caso da rádio, todos estes assuntos fizeram também o pleno, tendo sido seleccionados pelas três estações (Antena 1, Rádio Renascença e TSF) (ver quadros 59 e 60). Nenhuma estação de rádio ignorou nenhum destes 34 assuntos.

No grupo dos assuntos veiculados por três estações de TV, apenas em 4 casos o pleno das rádios ignorou a selecção televisiva. Dos 52 assuntos deste grupo, houve, portanto, 48 noticiados por, pelo menos, uma estação de rádio, o que equivale a 92,3%.

Quanto à imprensa, o número de assuntos ignorados reduz-se a um único caso. Houve 40 assuntos (77,0%) tratados no mesmo dia ou em dias anteriores, e 11 (21,2%) tratados posteriormente. No total, e para este grupo de 52 assuntos seleccionados por três televisões, a imprensa acompanhou tal selecção em 51 dos casos, o que representa uma percentagem de 98,1%.

No grupo de 92 assuntos veiculados por duas estações de televisão, a rádio ignorou 28 (31,5%). Isto significa que, em 64 dos casos (69,6%), pelo menos uma estação de rádio tratou assuntos veiculados por duas TV's.

Quanto à imprensa, o total de assuntos ignorados é bastante mais reduzido - apenas 7, representando uma percentagem de 7,6%. A imprensa tratou, no mesmo dia ou em dias anteriores, 57 assuntos deste grupo (62,0%), e mais 28 assuntos em dias posteriores à sua selecção pela televisão. No total, a imprensa tratou 85 assuntos deste grupo, o que representa uma percentagem de 92,4%.

No último grupo, o de assuntos veiculados apenas por uma estação de TV, a rádio tratou 145 (41,5%), em 349 possíveis. Houve 204 assuntos (58,5%) ignorados por todas as estações de rádio.

Na imprensa, houve 209 assuntos tratados com anterioridade, representando uma percentagem de 59,9%, mais 65 tratados posteriormente (18,6%). Somando estes dois subgrupos, temos 274 assuntos (78,5%) tratados pela imprensa, em 349 possíveis. A exemplo do que acontece com a rádio, também aqui se verifica uma subida significativa dos assuntos ignorados pela totalidade das publicações que integram o *corpus*: 75 assuntos, representando uma percentagem de 21,5%.

O que podemos concluir deste confronto? Que a maior potência mimética se continua a manifestar no grupo de assuntos noticiados por maior número de estações de televisão. Rádio e imprensa não deixaram em claro nenhum dos 34 assuntos veiculados por 4 TV's. O total de assuntos ignorado nos meios radiofónico e impresso vai crescendo à medida que um menor número de estações televisivas selecciona os assuntos a noticiar. De 100% no grupo de assuntos veiculados por 4 TV's, a rádio passa para 92,3% no grupo de 3 TV's, para 69,6% no grupo de duas TV's, sofrendo descida mais acentuada no grupo de assuntos noticiado por apenas uma estação de televisão.

Na imprensa regista-se também uma descida, que se vai acentuando à medida que menos televisões tratam de noticiar os mesmos assuntos. Descida com menor amplitude que a da rádio. A imprensa passa dos 100% no grupo dos assuntos noticiados por 4 TV's, para 98,1% no grupo seguinte, descendo para os 92,4% no grupo das duas TV's, com descida mais acentuada no último grupo, situando-se aí nos 78,5%.

A mesma tendência se verifica no tocante aos assuntos que a rádio tratou primeiro que a televisão. Na rádio, os degraus percentuais assinalam 97,1%, 90,4%, 64,1%, 39%. Na imprensa, há diferenças na passagem de um dos degraus: dos 64,7% do grupo de assuntos veiculados por 4 TV's sobe-se para os 76,9%, no grupo das 3 TV's, só então se iniciando a descida, de novo com maior resistência que a rádio: no grupo das duas TV's a percentagem é de 62,0%, passando para os 59,9% no último grupo.

Tudo isto correndo a par com forças miméticas que se manifestam no seio dos outros meios. Com efeito, a selecção de determinados assuntos por um maior número de estações de televisão não reflecte, apenas, pré-agendamento por parte de outro meio, independentemente de - exemplifiquemos com a rádio -, a montante se encontrar uma, duas ou três estações. Já verificámos, quer na análise semanal à selecção noticiosa radiofónica, quer na análise específica ao dia 7 de Janeiro, que a um maior número de estações de TV mobilizadas para tratar determinado assunto corresponde, em percentagens elevadas, um maior número de estações de rádio veiculando o mesmo assunto.

Não só detectámos tal relação entre o número de estações mobilizadas pelos dois meios, como verificámos ainda - e aqui cingimo-nos à análise dos noticiários radiofónicos de 7 de Janeiro -, que essa relação mimética é potenciada por uma maior saturação no tratamento dos assuntos seleccionados por um maior número de estações, beneficiando de inserções em número mais elevado de noticiários, e com períodos de permanência em antena muito mais dilatados que os assuntos que fogem à órbita da atracção mimética.

Interessa que procedamos a exercício similar com a imprensa, exercício condicionado naturalmente pela especificidade do meio impresso em relação aos restantes.

3.2.8.8. Potenciação noticiosa de assuntos seleccionados pelos jornais diários, em função da selecção dos mesmos assuntos pelas estações de televisão

Curaremos, então, de descortinar se também na imprensa acontece mobilização do género da já constatada no meio rádio. Em suma, verificar se os grupos de assuntos veiculados por um maior número de estações de televisão são os que conseguem também concitar a atenção selectiva por parte de mais publicações impressas; e, conseqüentemente, se é nos grupos de assuntos veiculados por menor número de estações de TV que se verifica deserção mais significativa por parte dos jornais.

Para este exercício não contamos, como é natural, com os semanários, procedendo, no grupo dos nove jornais diários, à eliminação dos jornais desportivos. Aqueles porque a sua periodicidade impede registo de frequência de veiculação diária de notícias; os desportivos porque, mesmo com publicação diária, reflectem selecção reduzida a um número bastante diminuto de assuntos. Logo, a integração dos três diários desportivos desvirtuaria inelutavelmente a amostra e os dados que dali pretendemos extrair. Trabalharemos, pois, com os jornais *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *24 horas*, *Correio da Manhã* e *A Capital*. Apesar deste último diário não se publicar ao domingo, o período de análise regular por que optámos (até 12 de Janeiro), permite a sua inclusão sem que se verifique prejuízo de monta, atendendo ao facto da edição de 2.^a feira recuperar os acontecimentos mais relevantes verificados no sábado anterior⁶⁹.

Começando pelos assuntos tratados por 4 estações de televisão (ver quadros 61 e 62-A)⁷⁰, verificamos que 20 dos 34 assuntos que compõem este grupo foram tratados pelo pleno deste grupo de jornais

²¹⁹ Para evitar a profusão de quadros, optámos por editar apenas o respeitante aos assuntos noticiados por quatro estações de televisão, não seccionando os dados cujo registo se encontra exposto nos quadros 53-AA a 53-GA.

⁶⁶ Quadros 61 a 64 disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JZ16.pdf

diários, o que corresponde a uma percentagem de 58,8%. 9 assuntos foram seleccionados por cinco diários (26,5%), quatro noticiados por quatro jornais diários (11,8%), restando um assunto que mereceu notícia em apenas dois jornais (2,9%). Mais de metade destes 34 assuntos mereceram assim a atenção de todos os jornais, e 97,1% foram tratados por mais de metade dos periódicos que seleccionámos.

Passando para o grupo de assuntos veiculados por três TV's (ver quadro 62-A), a percentagem do pleno de jornais que seleccionou tais assuntos desce para os 36,5%, menos 22,3% que no grupo anterior. Em 52 assuntos, foram 19 os que mereceram a atenção de seis publicações impressas. 13 assuntos foram seleccionados por 5 jornais diários (25,0%), 3 por 4 jornais (5,8%), 7 por 3 jornais (13,5%), 5 por dois diários (9,6%), 3 assuntos seleccionados por 1 diário (5,8%), e dois ignorados por todos os jornais (3,8%). Comparando com o grupo anterior, e para além da diferença de monta registada no total de assuntos que fizeram o pleno dos diários, notamos também que, no primeiro grupo, a quase totalidade dos assuntos foi tratada por seis, cinco ou quatro diários, restando apenas um caso tratado por dois jornais. 33 assuntos tratados, então, por seis, cinco ou quatro diários, o que equivale a 97,1%, e um assunto tratado por dois diários (2,9%) (ver quadro 62-B).

No segundo grupo surge mais esvaziada a faixa de assuntos tratados por mais diários, esvaziamento compensado na faixa dos assuntos tratados por menos periódicos. No grupo dos assuntos tratados por 4 TV's, nenhum dos assuntos foi ignorado, enquanto que no grupo de assuntos tratados por 3 TV's já se registam dois assuntos em branco (3,8%). Também se não registou, no primeiro grupo, nenhum assunto tratado por apenas um jornal. Já no segundo grupo se registam 3 casos (5,8%). No primeiro grupo, apenas um assunto foi tratado por dois jornais, enquanto no segundo grupo foram cinco os assuntos na mesma situação (passando de 2,9% para 9,6%). No primeiro grupo, a coluna de assuntos tratados por três jornais está a zero, enquanto no segundo grupo se registam 7 casos (13,5%). Se, no primeiro grupo, os assuntos tratados por seis, cinco ou quatro diários representaram 97,1% do total, sobrando 2,9% para a faixa de assuntos tratados por três, dois, um jornal ou ignorados; no segundo grupo, o total da primeira faixa queda-se pelos 67,3% (diminuição percentual de 29,8%), com a faixa dos assuntos tratados por menor número de jornais a subir para os 32,7% (aumento percentual de 29,8%, naturalmente).

A tendência para a mobilização de menor número de jornais tratando os mesmos assuntos acentua-se bastante quando entramos no grupo de assuntos veiculados por apenas duas estações de TV. Se, nos dois grupos anteriores, se registava uma subida percentual regular no caminho entre os assuntos ignorados por todos os diários e os assuntos seleccionados por todos, a partir de agora surge tendência inversa: a percentagem de assuntos ignorados passa a ser mais relevante que a dos assuntos tratados pelo pleno dos diários.

No grupo de assuntos tratados por duas TV's (92 no total), só em nove dos casos se verificou selecção pelo pleno dos diários. Esta percentagem, que começou em 58,8% no grupo de assuntos tratados por 4 TV's, decrescendo para os 36,5% no grupo das 3 TV's, passa agora para os 9,8%, registando uma quebra de 49% em relação ao primeiro grupo, e de 26,7% quando cotejada com a percentagem obtida no segundo grupo. No outro extremo, o dos assuntos ignorados por todos os diários, os zero casos verificados no grupo das 4TV's, que havia passado para dois casos no grupo das 3 TV's (3,8%), regista agora onze casos, valendo percentualmente 12%.

Voltando a separar os valores em duas faixas, notamos que o grupo de assuntos tratados por seis, cinco ou quatro diários se situa agora nos 48,9%, contra 51,1% da faixa de assuntos que mereceram selecção por três, dois, um jornal, ou foram ignorados pelo conjunto dos diários.

No último grupo, dos assuntos tratados por apenas uma estação de televisão, engrossam os valores de assuntos ignorados e dos tratados por menos jornais, mingando o total de assuntos tratado por um

maior número de diários. Apenas em 20 dos 349 casos se registou selecção pelos seis diários, representando assim uma percentagem de 5,7%, logo 10,3 vezes menor que a percentagem verificada no grupo de assuntos veiculados pelas quatro estações de televisão. Dos 58,8% passou-se para uns exíguos 5,7%, com escala nos 36,5% e nos 9,8%.

Em contrapartida, o grupo de assuntos ignorado por todos os diários passa de 0 para 100 casos (28,7%), no mesmo percurso.

A faixa de assuntos tratados por seis, cinco ou quatro diários representa agora 26,1%, contra 73,9% da faixa de assuntos seleccionados por três, dois, um jornal, ou ignorados pelo conjunto dos periódicos. 91 assuntos tratados na primeira faixa, contra 158 na segunda, a que não-de somar-se a centena de assuntos ignorados por todos os jornais diários.

3.2.8.9. Agendas noticiosas como *news promoters* de outras agendas noticiosas

O que já havíamos comprovado no cotejo entre dois meios - televisão e rádio, mantém-se quando analisada a relação entre o número de jornais que tratam determinados grupos de assuntos e o número de estações de TV que reportam os mesmos grupos de assuntos.

Conjuga-se, desta forma, a menor valoração atribuída pelos *gatekeepers* das televisões ao produto noticioso exclusivo da estação, com uma menor valoração desses assuntos por parte das rádios e da imprensa. Havíamos verificado anteriormente que o grupo de assuntos tratados apenas por uma estação - onde, à partida, poderíamos encontrar a marca distintiva do labor redaccional dessa estação para com a concorrência - , é o mais maltratado no que reporta à sua potenciação em notícias, sendo também minorizado na hierarquia dos alinhamentos. Com efeito, este é um *grupo-rodapé*, olhando cá bem de baixo para a soberba dos assuntos tratados por grupo mais numeroso de estações, monopolizadores, estes, das aberturas e áreas adjacentes.

Uma das primeiras ilações a retirar do que comprovámos residirá na vantagem que levam os *news promoters* em relação aos profissionais que trabalham em cada redacção. Havendo, obviamente, assuntos alheios à acção de *news promoters* (os acontecimentos imprevisíveis, da queda de um avião aos sequestros, do brinde de uma tarte na cara de um ministro à descoberta de petróleo no centro de Luanda), há, no entanto, um grupo bastante significativo de notícias que radicam em eventos programados, na maior parte preparados, com maior ou menor arte, para posterior difusão nos *media*.

Como bem se compreenderá, é mais natural descortinar reflexo da acção dos *news promoters* nos grupos de assuntos noticiados por mais estações do que no grupo de tratamento exclusivo por uma só estação. As assessorias de imagem e comunicação de políticos, empresários, clubes desportivos, etc., pretenderão sempre que os eventos que prepararam tenham a maior repercussão possível nos meios de comunicação social. O êxito na acção destes profissionais corre a par com o volume mimético debitado pelos *media*. No outro extremo vamos encontrar notícias referentes a acontecimentos inesperados mas de fraca repercussão social, como também aí encontraremos as reportagens baseadas na iniciativa individual dos profissionais de uma redacção. Ou ainda notícias reportando eventos programados que não alcançaram a reprodução mediática esperada pelos seus promotores, eventos desencadeados por *news promoters* que se revelaram débeis na capacidade de influenciar a agenda dos *media*.

A maior ou menor eficácia dos *news promoters* no desempenho das tarefas de que são incumbidos traduzir-se-á, pois, num maior ou menor teor mimético das agendas dos vários meios. Quanto mais forte se revelar a capacidade de influenciar o agendamento por parte dos *news promoters* externos, mais débil se torna a capacidade do jornalista de conseguir influenciar o agendamento dos telejornais,

através da sugestão de reportagens originais que fujam ao grupo do que *todos dão*, ao grupo do que *todos estão a dar*, ao grupo do que *é obrigatório noticiar*, *impensável não tratar*.

Os dados recolhidos até ao momento indiciam claramente pujança por parte de *news promoters* externos, e debilidade na imposição de assuntos a tratar por parte dos jornalistas da casa. Se convocarmos os casos concretos por nós presenciados nas cinco semanas de observação directa efectuada nas redacções das quatro estações de TV com que trabalhamos, muitos desses trabalhos originais, reportagens abjurando feições miméticas, são utilizadas como *tapa-buracos*, como *peça de socorro* para aflições inesperadas. Algumas, e não serão assim tão poucas, aceitam com resignação andar aos tombos pelos alinhamentos de vários dias consecutivos, na esperança, por vezes com sucesso, noutras totalmente vã, de verem a luz do dia noticioso. Mais vale ser alinhada doze vezes e ir para o ar à décima segunda, do que arguir alergia a quedas e morrer em triste e vil penumbra, ficar para sempre peça e nunca notícia.

O cotejo das linhas de força miméticas verificadas dentro do meio/televisão com as linhas confluentes dos outros dois meios, permite-nos ainda encarar a possibilidade destes meios se constituírem também como *news promoters* de outras agendas. Os dados que já carregámos apontam neste sentido.

Dos 527 assuntos seleccionados pela TV para difusão noticiosa nos telejornais da semana em análise, quatro quintos (412 assuntos) registaram tratamento antecipado por parte de pelo menos um dos outros dois meios com que trabalhamos. Por contraponto, apenas em 46 casos (8,7%) a televisão se antecipou à rádio e à imprensa. A diferença entre estes dois valores é abissal, nunca podendo sustentar veleidades de influência agendatória da televisão junto dos outros meios.

3.2.8.10. A agenda-agendada

O contraste entre os dois extremos - assuntos tratados pelo pleno das televisões e assuntos exclusivos de uma estação - é bem patente se confrontarmos a lista de assuntos detalhada nos quadros 61 e 63. No primeiro, no qual se incluem todos os assuntos veiculados pelo pleno das estações de televisão, regista-se o total de jornais diários que também seleccionou tais assuntos.

Mais de metade deste grupo de 34 assuntos foi objecto de notícia em todos os diários, com 97,1% a serem tratados por mais de metade dos seis periódicos que seleccionámos. Nenhum destes assuntos foi ignorado pelo meio/imprensa.

O pleno também se atingiu na rádio, com os 34 assuntos a serem veiculados por, pelo menos, uma estação. Aqui com um pleno absoluto, pois todas as estações trataram todos os assuntos deste grupo.

No quadro 63 registamos os assuntos veiculados pelas televisões e que não foram objecto de tratamento noticioso por parte de nenhuma estação de rádio nem dos jornais que consultámos (todos as publicações impressas que referimos anteriormente, e não apenas o grupo de seis diários seleccionado para a análise ilustrada no quadro 61).

O mimetismo adquire, no primeiro grupo, o seu pleno esplendor. Percorrendo, um a um, os 34 assuntos deste grupo, facilmente se denota o peso dos eventos programados, não se vislumbrando, na selecção, assunto que possa ter partido de labor investigativo por parte de alguma das redacções televisivas portuguesas e que, por mor dos pergaminhos de tal investigação, ou das repercussões sociais da mesma, tivesse obrigado as outras estações de televisão, também as rádios, também a imprensa a agendar o assunto nos seus noticiários ou edições.

Para sermos precisos, diremos que o grupo dos 34 passa a grupo dos 20. Sendo 34 os assuntos elencados no registo diário, no conjunto da semana verificamos que um mesmo assunto é retomado

em diferentes dias, em função dos desenvolvimentos que o acontecimento reportado vai conhecendo, ou em função de outros critérios de agendamento por parte dos *gatekeepers*. A polémica em torno da co-incineração surge com 8 inserções, a guerra em Angola conhece 3, mais duas para o processo de destituição de Bill Clinton, outras duas para os confrontos na Indonésia, duas ainda para reportar uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros português, merecendo o navio encalhado na Figueira da Foz também duas inserções.

O balanço da operação *Boas Festas* foi feito em conferência de imprensa, evento programado a cargo da GNR. O projecto da Sonae para Tróia foi anunciado em conferência de imprensa, evento programado pelos assessores de comunicação daquela empresa, com antecipação das linhas-mestras do dito projecto a cargo do jornal *Público*, três dias antes.

Evento programado, também, o do lançamento do livro de Manuel Monteiro e Jorge Ferreira, sobre o Tratado de Amesterdão, com antecipação do teor da obra a surgir, por exemplo, no *DN* (“Monteiro e Ferreira elogiam Mário Soares”)⁷¹.

O anúncio do casamento do Príncipe Eduardo foi também um evento preparado com antecedência, o mesmo se podendo dizer da conferência de imprensa em que o Sindicato Independente dos Médicos (S.I.M.) anunciou a continuação da greve *self-service*; da conferência de imprensa em que Manuel Alegre se mostrou satisfeito com os desenvolvimentos verificados no caso da co-incineração; da conferência de imprensa em que responsáveis do PSD e do PP não manifestaram o mesmo optimismo que o deputado socialista em relação ao mesmo processo; dos vários excertos da torrente de conferências de imprensa que republicanos, democratas, advogados trabalhando para os primeiros, consultores ajudando os segundos, foram produzindo a propósito do processo de destituição de Bill Clinton; ainda do Conselho de Ministros extraordinário, evento mais que programado, que já faz parte do ritual governativo que, de quando em vez, pendura a gravata e vai reflectir sobre o futuro da nação para lugar mais arejado que S. Bento, evento a justificar expectativas tais em relação às decisões a tomar que as mesmas já vinham antecipadas por vários diários, antes mesmo do encontro começar, num dos casos com direito a manchete e tudo.

A efeméride em torno da propecta idade de *Tintin* vinha acompanhada do oportuno lançamento de uma obra de Hergé ainda não editada em Portugal, lançamento com generosa cobertura da imprensa já desde dia 5 (as notícias nas quatro TV's surgiram todas no dia 10).

Há ainda uma reunião há muito programada para tentar desatar o nó em que o governo se envolvera com a co-incineração, reuniões programadas com muito menos antecedência para reagir às novas propostas do governo quanto ao quente tema. Há o natural acompanhamento da actividade parlamentar, aqui em torno da ratificação do Tratado de Amesterdão (desfecho da votação conhecido dias antes), e de um debate em torno de legislação sobre o financiamento dos partidos políticos.

De Elisabeth Dole mostraram-se imagens de agência, mais uma cerimónia pública, e conferência de imprensa informal à saída da dita cerimónia.

A partida de uma sonda rumo a Marte, pese embora escape a este flagelo do *Portugal sentado* e do *Mundo sentado*, não deixa também de se considerar como um evento pré-agendado.

O grosso da coluna dos 20 assuntos está quase preenchido, sobrando alguns casos de acontecimentos estranhos à mão de preparadores de eventos para promoção nos *media*, como a morte de Artur Bual, os confrontos na Indonésia, a guerra em Angola, o mau tempo nos EUA, o navio encalhado na Figueira da Foz. Ainda o euro a começar bem nos mercados bolsistas, mais uma escaramuça - mais uma - nos céus do Iraque.

⁷¹ Quando as referências a artigos de jornais incluem palavras em itálico, elas assinalarão antetítulos, caso antecedam a transcrição titular; e pós-títulos, caso surjam após tal transcrição.

Como já demos conta anteriormente, este grupo gerou, na televisão, um total de 258 notícias, o que corresponde a uma média de 7,6 notícias por cada assunto. Bem longe da média de 1,2 notícias geradas pelo grupo de assuntos tratados apenas por uma TV. Mereceu ainda pergaminhos de monta nos alinhamentos, com 36 aberturas e 75 notícias nos três primeiros lugares dos telejornais dessa semana, contra 12 aberturas e 60 notícias nos três primeiros lugares por parte do grupo extremo, este composto, no entanto, por dez vezes mais assuntos (349, no total).

3.2.8.11. Assuntos da agenda televisiva ignorados pelos meios rádio e imprensa escrita

Da intensa cobertura radiofónica e da saturada cobertura por parte da imprensa em relação ao grupo de assuntos veiculados por 4 TV's também já demos conta.

Façamos agora o contraponto com o grupo de assuntos veiculados pela TV e que foram ignorados por todas as estações de rádio e por todas as publicações impressas que integram o *corpus* (ver quadro 63).

Neste grupo de 69 assuntos rejeitados pela rádio e pela imprensa, não encontramos assuntos seleccionados por quatro e por três estações de televisão. Apenas 5 (7,2%) dos 69 assuntos foram tratados por duas estações de televisão. Os restantes 64 (92,8%) foram seleccionados por apenas uma redacção televisiva.

69 assuntos que, na televisão, geraram 91 notícias, o que equivale a uma média de 1,3 notícias por assunto. Surgem também em lugares bastante desfavoráveis no alinhamento. Repare-se na existência de apenas três aberturas (3,3%) [células amarelas], contra 16 fechos (17,6%) [células vermelhas]. Na zona de abertura [segunda e terceira notícias do alinhamento, células azuis], encontramos apenas 6 notícias (6,6%), contra 10 notícias na zona de fecho (11%) [antepenúltima e penúltima notícias, células verdes]. A maioria das notícias (56, o equivalente a uma percentagem de 61,5%) surge em lugares intermédios [células cinzentas].

Encontramos várias notícias veiculadas por agências internacionais, algumas delas reportando assuntos propícios a um tratamento televisivo, atendendo à importância da imagem em movimento, e pouco atractivas no que respeita à sua abordagem pela rádio ou pela imprensa. É o que acontece com os *fait divers*, do elefante goleador ao rato mais guloso do mundo, à vaca que *adoptou* um carneiro, à praga de macacos no norte da Índia, ao castelo de garrafas australiano, ou à invenção de um *par* de três meias. Outras notícias do bloco internacional, também veiculadas por agências noticiosas, reportam a acontecimentos imprevisíveis, do envenenamento em larga escala na China, aos ataques à embaixada chinesa na Índia.

Percorrendo os assuntos um a um, facilmente se constata a inexistência, neste grupo, de volume apreciável de notícias reportando eventos programados, ao contrário do que verificámos no grupo respeitante aos assuntos tratados por 4 TV's. Não há mesmo registo, neste grupo, de qualquer notícia reportando declarações produzidas numa conferência de imprensa. E isto apesar deste grupo ser formado pelo dobro+1 de assuntos que o outro grupo.

A presença de políticos neste grupo não surge em conferências de imprensa, mas sobretudo através de depoimentos colhidos individualmente, no exterior ou no estúdio, aqui em complemento a peças sobre temas da actualidade, como a co-incineração ou a discussão em torno de um generoso perdão de penas na passagem dos 25 anos do 25 de Abril. É o que acontece com as entrevistas ao juiz Ricardo Cardoso, sobre o perdão de penas; aos autarcas do Barreiro, Moncorvo e Leiria, ao ministro António Costa, a Boaventura Sousa Santos e a Acácio Barreiros, sobre a co-incineração (tudo entrevistas em directo, nos estúdios); a Ana Benavente e a Margarida Góis sobre temas educacionais; a Machado

Caetano, convidado a comentar recentes descobertas no combate à Sida, revelação a cargo da revista *Nature Medicine*; a Strecth Monteiro e Pedro Alves, debatendo os novos modelos de gestão hospitalar; a Daniel Bessa, que se pronuncia sobre os primeiros dias do euro.

Pese embora as limitações (de tempo e outras) do meio/televisão e, nomeadamente, dos telejornais, para discussão aprofundada dos temas, se retirarmos deste leque as prestações referentes à polémica da co-incineração, nos outros casos, o visionamento efectuado permite-nos considerar tais prestações como complementos de notícias que, nessa semana, iam marcando a actualidade. Como aconteceu, por exemplo, com a entrevista, ainda não mencionada, ao embaixador da Colômbia em Portugal, isto na semana em que se iniciaram conversações de paz entre o governo e a guerrilha.

E neste grupo se encontram também algumas reportagens inéditas que, mesmo sem poderem pavonear divisas de *cacha*, poderiam marcar, se mais frequentes, especificidade no produto jornalístico de cada estação; bóias sinalizadoras de algum labor investigativo e muita vontade de sobreviver ao turbulento mar da política, dos aviões que estão sempre a cair, das desgraças do terceiro mundo cada vez mais incapaz de se levantar, e por aí fora.

Neste reduzidíssimo grupo incluímos as reportagens sobre a chegada do fado à missa dominical (SIC), iniciativa do padre Delmar Barreiros, em Alfama; a recuperação do que foi um emblemático bacalhoeiro da zona de Aveiro (RTP1); a queda de um enorme pedregulho na zona de Ourique, chegando-se mais tarde à conclusão de que se tratava de um meteorito, através de diligências efectuadas junto da Universidade do Algarve pelo repórter Mário Lino, da RTP1. Ainda outras duas reportagens, uma da RTP1, outra da TVI, ambas reportando relações inter-fronteiriças de teor diverso. A primeira reportagem dava conta do número crescente de pessoas de Alcoutim a decidirem-se por viver do outro lado da fronteira, mesmo com a deslocação para os locais de trabalho a ser feita de barco. A segunda também reportava a Alcoutim, não tratava dos custos habitacionais nem de deslocações para o trabalho, mas da celebração dos *reis* numa aldeia espanhola vizinha, festa para a qual eram convidadas, todos os anos, muitas crianças portuguesas. Todas estas reportagens caíram ao fim da primeira inserção num alinhamento, com a maior parte delas a merecer lugares de rodapé nos telejornais.

Em depoimento recolhido durante a semana de observação directa que cumprimos na redacção de Lisboa da RTP1, Fernando Barata, coordenador do *Telejornal*, passando os olhos pelo alinhamento que acabara de ultimar (16.11.1999), desabafava: *Nenhuma notícia deste alinhamento foi originada pelos jornalistas. Em 90% dos dias é isto que se passa. Que me lembre, a última vez que me trouxeram uma notícia RTP para abrir o Telejornal foi há quase um ano, em Dezembro de 1998, a descoberta, na região de Leiria, do esqueleto de uma criança com perto de 25 mil anos.*

Tratou-se aí de um caso bem claro de determinação da agenda dos outros meios, por parte da RTP1. Tanto o rádio como a imprensa foram *obrigadas* a dar relevo à descoberta, na presunção, ao tempo veiculada, de se tratar de achado de inegável interesse histórico-científico. Veiculada pela RTP1 no *Telejornal* de 25.12.1998, e no *Jornal 2* (RTP2) do mesmo dia, haveria de merecer notícia no *Directo XXI* (TVI) de dia 27, na segunda edição do *TVI Jornal* de dia 28, nesse mesmo dia no *Jornal 2*, com a SIC dando conta da descoberta no *Primeiro Jornal* de 31.12.1998. Mereceu larga cobertura da imprensa, quer através de reportagens efectuadas directamente por jornalistas de cada redacção, ou reproduzindo serviços efectuado pela agência Lusa⁷².

⁷² Ver, por exemplo, "Leiria - Descoberto esqueleto de criança com 30 mil anos", chamada de 1.ª página, para artigo "Achado arqueológico entusiasma especialistas - Criança com 30 mil anos descoberta perto de Leiria, *Público* (Local - Porto), 27.12.1998, J. P. L., p. 37; "Descoberta - Esqueleto com 25 mil anos seduz arqueólogos em Leiria", chamada de 1.ª página, para artigo "Arqueologia - A criança que veio do passado", *DN*, 27.12.1998, João Figueira, p. 26; "Ossada paleolítica sujeita a análise", *JN*, 28.12.1998, n/a, p. 2; "Esqueleto de criança do Paleolítico 'sai' hoje para o museu nacional", *Diário do*

A cobertura noticiosa entrou por Janeiro de 1999 adentro, com a RTP1 a dar conta dos últimos passos das investigações em torno das ossadas da criança no *Telejornal* de dia 5, e a TVI fazendo o mesmo na segunda edição do *TVI Jornal* de dia 6. Também na imprensa a cobertura se prolongou pelos primeiros dias de Janeiro⁷³.

No caso do jornal *Público*, ainda encontramos ecos da descoberta no mês de Junho de 1999, num artigo onde se dava conta das repercussões geradas pela publicação, em revista científica norte-americana, de um texto da autoria da equipa de antropólogos responsável pelas investigações ("*Cientistas norte-americanos põem em causa a hibrididade da criança do Lapedo - Mestiça ou moderna?*"). A RTP1, que poderia voltar a fazer render os pergaminhos da *cacha* natalícia, deixou passar a polémica junina em claro...

Fernando Barata esquecera-se de outra situação notória de determinação das agendas dos outros meios, por parte da RTP1, no mesmo ano de 1999. Acontecera com a veiculação, em Junho, de reportagem dando conta da *venda* ou *doação* de crianças nos Açores. Originalmente reportada pela RTP Açores, a revelação traduziu-se numa série de trabalhos de jornalistas de outras televisões, com grandes repercussões na imprensa⁷⁴, chegando mesmo o tema a ganhar dignidade de manchete, por exemplo, no jornal *Público*. Escancarou lacunas legais que viabilizavam a prática, deu rostos à miséria por detrás do escândalo, motivou declarações do Presidente da República, de políticos, de autoridades judiciais, e uma deslocação do Provedor de Justiça ao arquipélago.

Constituem, estes, dois casos nítidos da repercussão que uma *cacha* - traduza-se ela ou não em grande labor investigativo por parte dos jornalistas -, pode ou consegue obter nas agendas dos outros meios. Por vezes, como aconteceu no segundo caso, a *reportagem-denúncia* inverte o sentido cada vez mais rotineiro da informação de algumas televisões: o evento preparado por políticos ou demais agentes decisórios para amplificação nos *media* é substituído pelo impacto de uma reportagem jornalística, despertando os poderes instituídos para a tomada de posições, para a resolução de determinados problemas que afligem a sociedade.

3.2.8.12. Assuntos da agenda televisiva retomados pelo meio/imprensa escrita

Será que, no reduzido número de casos em que a televisão se antecipou à rádio e à imprensa

Minho, n/a, 28.12.1998, p. 15; "*Descoberta algures no concelho de Leiria - Criança*" com 25 mil anos vai para o Museu de Arqueologia", *Diário de Coimbra*, n/a, 28.12.1998, p. 7; "*Paleolítico - Criança* será estudada em Lisboa", chamada de 1.ª página, para artigo "*Criança do Paleolítico Superior vai ser removida para o Museu Nacional de Arqueologia até ao final desta semana - Um menino pelo Natal*", *Público*, 29.12.1998, Raquel Palermo de Sá, p. 19; "*Esqueleto com 25 mil anos descoberto em Leiria - Câmara quer classificação do espaço arqueológico*", *Diário de Coimbra*, n/a, 29.12.1998, p. 8; "*Arqueologia - Bebê com 25 mil anos*", *Visão*, n/a, 30.12.1998, p. 16.

⁷³ Ver, por exemplo, "*Arqueologia - Americano estuda vale de Leiria*", *24 horas*, n/a, 6.01.1999, p. 7; "*Leiria - Defende arqueólogo dos EUA - Importa estudar vale onde apareceu esqueleto de criança paleolítica*", *O Comércio do Porto*, n/a, 6.01.1999, pág. 6; "*Testes laboratoriais começam hoje no Museu Nacional de Arqueologia - Um menino de pernas longas*", *Público*, Raquel Palermo de Sá, 6.01.1999, pág. 21; "*A idade à data da morte da criança do Paleolítico descoberta em Leiria será conhecida dentro de um mês - O menino dos dentes tortos*", *Público*, Raquel Palermo de Sá, 11.01.1999, pág. 22.

⁷⁴ Ver, por exemplo, "*Lacuna legal na base do negócio - Crianças a mil contos cada em Angra do Heroísmo*", *Público*, Nuno Mendes, 24.06.1999, p. 22; "*Governo açoriano remete venda de recém-nascidos para as entidades judiciais - Um segredo bem guardado*", *Público*, Nuno Mendes, 25.06.1999, p. 21; "*Caso do suposto comércio de bebês nos Açores põe a nu lacunas da legislação portuguesa - Vender crianças não é crime*", *Público*, Alexandra Campos, 26.06.1999, p. 20; "*Histórias de mulheres da Ilha Terceira têm contornos semelhantes - Um filho entrega-se, não se dá*", e "*Provedor anuncia abertura de processo*", *Público*, Alexandra Campos, 27.06.1999, p. 24; "*As histórias tristes de duas mulheres açorianas que ficaram sem as suas crianças - A minha filha da América*", *Público*, Alexandra Campos, 29.06.1999, p. 20.

encontramos vasto alfofre de exemplos do género dos que acabámos de pormenorizar? Que esse grupo de retomas de assuntos tratados previamente pela televisão indiciam determinação da agenda de outrém, provocada pela difusão de notícias fruto de *jornalismo de investigação*, entendido este na plena acepção do termo, ou apenas na sua forma mais mitigada?

A resposta é negativa. Este grupo de 46 assuntos inclui, desde logo, 17 noticiados com base em serviços de agências internacionais: *Ministro holandês das Finanças agredido com uma tarte, Salão Automóvel de Detroit*, no dia 4; *Florestas ardem no Chile, Carnificina na República Democrática do Congo, Cunhagem de moedas com Diana e Isabel II, Rushdie inaugura centro de apoio a escritores perseguidos (México)*, no dia 5; *Massacre em Alas (Timor Leste): novas provas*, no dia 6; *Encontro Peres-Arafat*, no dia 7; *Balanço dos oficiais iraquianos mortos na operação “Raposa no Deserto”*, no dia 8; *Prisão perpétua para americano que infectou o filho com o vírus da Sida, Procissão do Cristo Negro nas Filipinas, Moda masculina (Itália), Tentativas diplomáticas para a resolução do conflito no Kosovo*, no dia 9. No domingo, dia 10, os quatro assuntos que integram o grupo de 46 antecipações da televisão respeitavam a serviços de agências noticiosas internacionais: *Exército indonésio prende independentistas, Membros da seita “Cristãos Preocupados” chegaram aos EUA, MNE britânico acusado alcoólico e mulherengo*, e, por último, *Jornalistas feridos na Serra Leoa*.

A notícia da apresentação de novas provas reforçando a tese da perpetração de um massacre em Alas, Timor Leste, por parte das tropas ou das milícias pró-indonésias, reproduzia informações e imagens veiculadas pela SBS, o principal canal televisivo australiano. Detectámos mais dois casos de notícias reportando revelações efectuadas por outros meios. Assim aconteceu com a notícia envolvendo a reputação pessoal do Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico. Os apodos de *alcoólico* e *mulherengo* traziam a assinatura da ex-mulher de Robin Cook, que decidira passar a livro os mil e um defeitos de quem a trocou pela secretária. A pré-publicação da obra fora conseguida pelo jornal *The Sunday Times*, referido na peça veiculada pela SIC (*Jornal da Noite*, dia 10).

A notícia da descoberta de petróleo no *quintalão* de uma fábrica desactivada no centro de Luanda era da autoria da TPA, a televisão estatal angolana. Na reportagem percebia-se que a descoberta já acontecera há bastante tempo - *a história é de longa data*, referia a jornalista -, com novos desenvolvimentos ocorridos a 22 de Dezembro de 1998. Na RTP1 a difusão do trabalho ocorreu no *Telejornal* de 6 de Janeiro de 1999.

Importa ainda dizer que a odisseia dos *Cristãos Preocupados* (*Jornal da Noite*, SIC, dia 10) - da sua detenção em Israel à posterior expulsão e chegada aos EUA (era dessa chegada que dava conta a notícia da SIC) -, já merecera ampla cobertura durante a semana que analisámos, com as primeiras notícias a surgirem nos diários *Jornal de Notícias*, *A Capital* e *Correio da Manhã* de dia 4; a 5 de Janeiro o assunto voltou às páginas do *JN*, d' *A Capital* e do *Correio da Manhã*, aos quais se acrescentou o *Público*; a 7 de Janeiro no *Diário de Notícias*; dia 8 no *Semanário* e n' *O Independente*; dia 9 no *Expresso* e na SIC. Dia 10 o *Público* e o *Correio da Manhã* voltavam a abordar o assunto. Não considerámos estas notícias, as de dia 10, como antecipação, pois davam conta da expulsão, pelas autoridades israelitas, dos membros da seita, enquanto a SIC já reportava a chegada do grupo de apocalípticos aos EUA.

Não tendo origem em nenhum meio de comunicação social, a notícia das garantias de cumprimento dos prazos de construção da barragem do Alqueva (*24 Horas*, RTP1, dia 5), promessa dos responsáveis da empresa, surgia como complemento a polémica que havia estalado a propósito de uma notícia dada à estampa no diário espanhol *El País*. A primeira notícia de um bloco de três que o *24 Horas* dedicou à barragem referia-se à polémica, citando o jornal espanhol. O alerta fora lançado pelo *Diário de Notícias* que, no dia 5, citando o influente jornal espanhol, dava conta de alegados obstáculos

colocados pelas autoridades espanholas à construção da barragem. Também a Rádio Renascença abordou o assunto, no informativo das 18 horas de dia 5. Polémica que foi acompanhada no dia 6 por outros jornais⁷⁵.

Surge depois um bloco de notícias reportando declarações efectuadas em conferências de imprensa formais, como a reacção de José Roquete às acusações de Vale e Azevedo; em declarações prestadas a vários jornalistas à saída de um seminário sobre políticas de cooperação para o desenvolvimento - caso das declarações de Jaime Gama sobre a situação na Guiné-Bissau e em Angola; excertos do discurso de encerramento do mesmo seminário - caso da revelação, por António Guterres, de que Portugal se encontrava em boa posição no *ranking* dos investidores mundiais. A entrevista a Veiga de Oliveira surge na sequência do jantar que assinalou a sua adesão ao Partido Socialista, jantar restrito mas a que os jornalistas tiveram acesso para recolha de depoimentos.

As declarações de Marcelo Rebelo de Sousa foram captadas em cerimónia pública destinada a comemorar mais um aniversário dos TSD. Em cerimónia pública se apresentou a programação do Centro Cultural de Belém, disso dava conta a notícia do *Jornal 2* de dia 6, com a entrevista ao Presidente do Conselho de Administração do CCB decorrendo dessa prévia apresentação aos jornalistas. A notícia reportando a actividade da Polícia Judiciária na Madeira insere-se nas declarações rotineiras desta polícia, dando conta do sucesso de mais uma operação contra traficantes de droga. As preocupações ambientais dos habitantes de Gandra chegaram ao *Primeiro Jornal* da SIC depois dos descontentes se terem deslocado à Direcção Regional de Ambiente do Norte para ali fazerem entrega de abaixo-assinado de protesto. A visita de Jorge Sampaio a Fernando Pessa, sendo de carácter privado, ganhou dimensão pública através da permissão de acesso dada à equipa da RTP1 à enfermaria onde o veterano jornalista se encontrava hospitalizado, podendo assim discutir-se a sua integração ou não no lote de eventos programados com conhecimento prévio facultado aos jornalistas.

A extinção do Movimento *Odivelas a concelho* (*Telejornal*, RTP1, dia 9), decorreu em reunião com acesso permitido a jornalistas, tratando-se de acto do conhecimento público, antecipado cinco dias antes pelo *Jornal de Notícias* (*Movimento de Odivelas quase extinto*).

As meritórias explicações de um causídico a propósito do intrincado processo judicial das milícias de Francelos surgiram como complemento às notícias sobre o julgamento previsto para dia 7, mas que veio a ser adiado. A candidatura de Marvão a Património Mundial reporta a despacho da agência Lusa⁷⁶. A notícia da TVI (*TVI Jornal*, 1.^a ed., 4.01.1999) sobre uma greve na Grundig antecipava uma possível paralisação, previamente anunciada mas que não se chegou a concretizar⁷⁷, com fontes sindicais dando conta aos jornais de que, afinal de contas, nunca estivera prevista uma greve para aquele dia. A imprensa noticiou estes desenvolvimentos⁷⁸, a TVI nunca o fez.

⁷⁵ Ver, p. ex., "*Convenção luso-espanhola sobre os rios internacionais em discussão* - Alqueva aguarda estudo", *Público*, Teresa Firmino, com Lurdes Ferreira, 6.01.1999, pp. 1 e 12.

⁷⁶ A impossibilidade de acesso aos arquivos da agência Lusa, não nos permite aferir quantas notícias dadas pelas televisões na semana que analisámos foram precedidas de um alerta daquela agência. A ter sido possível tal acesso, verificaríamos, por certo, uma redução do número de notícias às quais se pode atribuir, em princípio, autoria das redacções televisivas.

Por exemplo, a notícia de que centenas de timorenses do interior se tinham refugiado em Dili, receando represálias dos militares indonésios, dada na quarta-feira pelo *24 Horas* e repetida na quinta-feira pelo *Notícias 1* e *Jornal da Tarde* (todos da RTP1), vem no *JN* de quinta-feira como sendo da *Lusa* (*Timorenses refugiam-se na capital do território*).

O mesmo vale para outros meios por nós não incluídos na análise. No tocante às estações de rádio, deixámos de fora a Rádio Comercial. Fizemo-lo por termos acesso a um número muito reduzido de noticiários, sendo estes gravados em horários díspares, durante a semana. Logo, o conjunto de noticiários da Rádio Comercial manifestava uma grande disparidade para com os conjuntos das restantes emissoras. Mas temos consciência de que, se tivéssemos podido contar com mais esta estação de rádio, outros assuntos que agora aparecem como tendo sido transmitidos primeiro pelas televisões, deixariam de integrar este grupo. Verificámos isso mesmo com o anúncio, feito pela administração norte-americana, do balanço do número de

O detalhe dos 33 casos já elencados não faz sobressair nenhum labor investigativo das peças produzidas, o que só poderia acontecer em quase metade, dado 18 delas veicularem serviços de agências internacionais e da agência *Lusa*. Noutras as fontes são televisões ou jornais estrangeiros. Há notícias referentes a eventos programados para difusão nos *media*, recolha de declarações em conferências de imprensa, formais ou informais, apesar de em número bastante mais reduzido do que o verificado no grupo de assuntos seleccionados pelo pleno das televisões.

Não se consegue, assim, atribuir a esta selecção qualquer pujança capaz de obrigar as agendas de outros meios a seguirem as pisadas da televisão. Se, no confronto com o meio rádio, a televisão leva efectivamente a palma, pelo facto do grupo já detalhado incluir informações que poderiam ter sido veiculadas antes ou ao mesmo tempo que a TV, já no caso da imprensa muitos dos acontecimentos reportados previamente pela televisão só poderiam, efectivamente, ser noticiados no dia seguinte. Referimo-nos aos acontecimentos imprevisíveis, como às reportagens referentes a eventos programados, com realização no mesmo dia da sua difusão noticiosa por parte das televisões.

Ao grupo dos acontecimentos imprevisíveis, que a imprensa só poderia noticiar no dia seguinte, acrescentamos o sucedido a um guarda da GNR, em Fontanelas; os desenvolvimentos da contestação à incineração por parte dos habitantes de Maceira; o acidente ocorrido na rede pública de abastecimento de água de Sines, e o incêndio num armazém de Matosinhos. A informação de que, no primeiro dia útil a seguir à entrada em vigor do euro (4 de Janeiro), os portugueses não estavam a abrir contas na nova moeda, só podia, obviamente, ser difundida por publicações impressas no dia seguinte.

Restam-nos oito assuntos. A notícia dando conta de que centenas de timorenses do interior se estavam a refugiar em Dili (*24 Horas*, RTP1, dia 6), temendo massacres por parte das milícias pró-indonésias não traz assinatura de nenhum jornalista. No texto referem-se *fontes timorenses*, sem mais especificações. As imagens são de arquivo, apesar de não existir qualquer oráculo com a devida indicação. No final da peça reproduzem-se fotografias que a SIC, às 20h desse mesmo dia, havia identificado como testemunhos do massacre ocorrido em Alas, fotos com primeira veiculação pela estação de televisão australiana SBS. Na RTP1 a autoria das fotos, ou da sua difusão é ignorada. Tudo indica tratar-se de informação de agência (ver nota 22).

Depois, a análise feita por Cadete às imagens do jogo Sporting-Benfica, operação efectuada nos estúdios da RTP, e na qual o jogador benfiquista reiterava ser de sua autoria o segundo golo marcado pelos encarnados, tento que os jornalistas, quase por unanimidade, atribuíram ao sportinguista Beto, o segundo autogolo do futebolista em jogo azarado. É exercício talhado para a televisão, único meio com capacidade para mostrar imagens em movimento, câmara lenta, artifícios virtuais aplicados às imagens, etc.

A prisão, em Luanda, de dois deputados da UNITA é uma *notícia RTP1*, trabalho do correspondente Jorge Pereira. Desenvolvimentos de outra *notícia RTP1*, veiculada a vez primeira a 25 de Dezembro de 1998, surgem na informação respeitante às investigações efectuadas ao esqueleto da criança do

iraquianos mortos na operação *Raposa do Deserto* (dia 8, sexta-feira). A notícia surge nos nossos mapas como tendo sido veiculada primeiro pelas televisões (RTP1 e SIC, ambas às 20h), quando efectivamente a Rádio Comercial já libertara essa informação às 16h de dia 8.

⁷⁷ O *JN* de 19.12.1998 anunciava *Grundig abre ano em greve*. Segundo o diário, os trabalhadores, que reivindicavam a manutenção dos postos de trabalho e pagamentos em atraso, paralisariam entre os dias 4 e 29 de Janeiro de 1999.

⁷⁸ Ver, p. ex., "*No 'diálogo' está a virtude - Sindicatos da Grundig 'negoceiam' antes de decretar greve na OEM*", *O Primeiro de Janeiro*, L. M., 5.01.1999, p. 9; "*Grundig garante pagamento de salários em atraso na OEM*", *Correio do Minho*, n/a, 6.01.1999, p. 6.

Lapedo (*Telejornal*, dia 5).

A reacção de Mota Amaral sobre a posição do Partido Popular quanto à proposta de um perdão de penas no 25 de Abril foi recolhida apenas pela SIC, nesse dia, apesar do deputado se ter desdobrado em declarações aos *media*, sobre tal proposta, durante a semana em análise. Há ainda um inquérito de rua tentando testar a habilidade dos portugueses na operação de conversão de escudos em euros (*TVI Jornal*, 2.^a edição, dia 4); reportagem sobre um autocarro aveirense que passara a usar como combustível uma mistura de gasóleo e óleo girassol (*Primeiro Jornal*, SIC, dia 8). Por último, a notícia da agressão a um adepto do Benfica, agressão verificada no rescaldo do jogo com o Sporting (*Primeiro Jornal*, SIC, dia 4).

Completo está o retrato dos assuntos com selecção prévia por parte das televisões, e que vieram a ser retomados pela rádio, no mesmo dia da sua difusão pela TV, e pela imprensa no(s) dia(s) seguinte(s). Uma amostra que se revela bastante débil nos pergaminhos propulsores da retoma de tais assuntos por parte de outros meios. Em número significativo dos casos, é a condicionante do meio/imprensa, ao publicar-se uma única vez por dia, que mais releva. O labor original dos jornalistas de televisão sobressai em reduzido número de casos, atendendo desde logo ao elevado número de notícias baseadas em serviços de agências, também à cobertura de acontecimentos públicos.

3.2.8.13. Absorção, pela agenda televisiva, de assuntos noticiados pela imprensa escrita

Esta debilidade contrasta bastante com a capacidade revelada pela imprensa para fazer repercutir, na agenda televisiva, assuntos que reporta em primeira mão. Por mérito dos jornalistas da imprensa, por demérito dos seus colegas da televisão, a imprensa consegue incluir, reiteradamente, nos noticiários televisivos, reportagens, investigações que os jornalistas da TV também seriam capazes de produzir, mas que efectivamente não produzem, ou o fazem em volume bastante reduzido.

Atendendo à extensão desta tese, não podemos, naturalmente, detalhar aqui grande parte dos casos que mereceram já o seu tratamento estatístico. Escolhemos alguns exemplos que consideramos suficientes para ilustrar o que temos vindo a expender.

Entre segunda e sexta-feira (dias 4 e 8 de Janeiro), as redacções televisivas deram especial atenção a um surto de gripe que congestionou os serviços de urgência de vários hospitais do país. Anunciou-se o caos, o *descalabro* nalguns hospitais. Como agravante, decorria uma greve *self-service* dos médicos. Notícias televisivas que tiveram, dia após dia, *alertas* nas páginas da imprensa⁷⁹. A existência de um surto de gripe no país já merecera notícia a 24.12.1998, no semanário *Expresso* (*Gripe satura urgências pediátricas*, p. 1). O *DN* anunciava a 30.12.1998 (p. 12) que as urgências dos hospitais de Lisboa haviam entrado em ruptura.

A revista *Visão*, também de 30.12.1998, incluía extensa reportagem sobre os efeitos da greve decretada pelo Sindicato Independente dos Médicos (S.I.M.), trabalho intitulado *Longa se torna a espera*.

Surto de gripe entope hospitais, era a manchete do *24 horas* de dia 4, segunda-feira. *Corrida às urgências* era a manchete de dia 4 do *Correio da Manhã*. Dia 5 era *A Capital* a fazer manchete com

⁷⁹ Este *surto* de notícias correu a par com a polémica em torno da legalidade da greve *self-service* dos médicos. Polémica que tinha estalado nos últimos dias de 1998, com devido acompanhamento por parte das televisões, imprensa e rádio. Coube à rádio a revelação do teor de um parecer solicitado pelo Ministério da Saúde a dois juristas da Universidade de Coimbra. Foi a Rádio Renascença que, a 28.12.1998, no informativo *Edição Especial* (23h) revelou que o parecer de Jorge Leite e Gomes Canotilho apontava para a ilegalidade da referida greve.

as consequências da greve dos médicos (*Adiadas 30 mil consultas*). O *Público* desse mesmo dia trazia caixa na primeira página: *Virose gripal gera caos nas urgências*.

Dia 5, no *Directo XXI*, referenciava-se o *vírus de Sydney* como o responsável pelo surto gripal que lotava as urgências dos hospitais e centros de saúde portugueses. O vírus já havia sido denunciado na primeira página do *Semanário* de 31.12.1998, detalhe a páginas 28, no artigo *Surto de gripe em Portugal*. Aqui se reproduzia depoimento de Helena Rebelo de Andrade, responsável pelo Centro Nacional de Gripe, e que esteve presente no estúdio do *TVI Jornal* (13h 30) de dia 6.

No dia 6, quarta-feira, o *24 horas* manchetava *1.100 à espera de operação*. Na página 7, o artigo *Mil doentes com operações adiadas*.

Greve dos médicos é maior onde florescem as clínicas, era a manchete de *O Primeiro de Janeiro* de dia 7.

Sexta-feira, dia 8, coube a vez ao Hospital de Guimarães. No *Primeiro Jornal* e no *Jornal da Noite*, a SIC reportou a situação calamitosa que se vivia naquela unidade hospitalar. O *descalabro* no Hospital de Guimarães era manchete, nessa sexta-feira, no *Diário do Minho*. "*Descalabro*" no hospital de Guimarães, a manchete que rasgava a primeira página daquele matutino. As declarações do director do hospital transcritas no diário nortenho tinham sido recolhidas pela agência *Lusa*. Também é notícia, dia 8, n' *O Comércio do Porto* (*Listas de espera crescem na região Norte*), com antetítulo *Greve dos médicos causa descalabro em Guimarães, mas quase não afecta Trás-os-Montes*. Também no *Correio do Minho* de dia 8 (manchete: *Greve dos médicos provoca descalabro*; artigo: *É o "descalabro" em Guimarães com listas de espera a crescer*). Também no *24 horas* (*Greve demolidora em Guimarães*).

Dia 4, segunda-feira, no *Jornal da Noite* (SIC), contou-se a estória de um português que andava fugido das autoridades brasileiras desde 1994. Fora finalmente encontrado, residia em Portugal, vivia na cidade de Gaia. Álvaro Costa era um dos responsáveis pela morte de 55 pessoas, vítimas do naufrágio do barco *Bateau Mouche IV*, no *réveillon* de 1988, no Rio de Janeiro. Em 1993 fora condenado a quatro anos de prisão, em regime semi-aberto. No ano seguinte, rumou ao país natal, abrigo seguro por força de um tratado que impede a extradição de brasileiros pelo Brasil e de portugueses por Portugal.

Ora, a descoberta partira de um trabalho de investigação do jornal brasileiro *O Globo*, que conseguira localizar Álvaro Costa já há duas semanas. O jornal *O Globo* é citado pela TSF, que deu a notícia também a 4 de Janeiro, e antes da SIC. O diário *24 horas* dedicou as páginas centrais de dia 4 ao assunto, num trabalho intitulado *Brasil aperta cerco a foragido português*, título igual ao da chamada de primeira página. O *Público* também noticiou o facto no mesmo dia 4, num trabalho assinado pelo correspondente no Rio de Janeiro ("*Naufrágio no Rio de Janeiro - Um dos culpados está em Portugal*"). Tanto o *24 horas* como o *Público* citavam o diário *O Globo*, atribuindo-lhe os méritos da descoberta. O mesmo não fez a SIC⁸⁰.

Dia 4, o *Jornal da Noite* especulou sobre a possibilidade de António Guterres poder vir a liderar a Comissão Europeia. Dia 2 já o *Público* garantia que Tony Blair queria ver Guterres sucedendo a um fragilizado Jacques Santer (*Blair quer Guterres na Comissão*). Por seu turno o diário português citava o *Financial Times* de 31.12.1998. O mesmo vinha no *Correio da Manhã*, também de dia 2 (*Tony Blair quer Guterres na Comissão Europeia*).

Dia 4, *Directo XXI* e *Ponto Final* (TVI) fizeram-se eco de posições polémicas assumidas por

⁸⁰ A 16.12.1998 o *Público*, em trabalho do mesmo correspondente no Rio de Janeiro ("*Tragédia ao largo de Copacabana em 1988 - Donos do 'Bateau Mouche IV' descobertos na Galiza dez anos depois*"), noticiara a descoberta dos dois sócios espanhóis de Álvaro Costa por jornalistas do diário *O Globo*.

Alberto João Jardim. O Presidente do Governo Regional dos Açores manifestava-se contra a Alternativa Democrática (projecto acalentado pelo líder nacional do seu partido) e, na linha do que lhe é habitual, acusava a comunicação social de estar *quase toda dominada pela máquina socialista*. Neste quadro, o PSD deveria recusar-se a participar nos próximos actos eleitorais, posição radical para denunciar o *polvo socialista*, em suma *armar um escândalo com repercussões no estrangeiro*.

A TVI reproduzia declarações que Jardim efectuara ao *Jornal da Madeira* e à Rádio Jornal da Madeira no dia anterior, 3 de Janeiro. Dia 4, antes das notícias televisivas, já o diário *24 horas* dava relevo às afirmações de Jardim (*PSD da Madeira é a verdadeira oposição*).

Dia 4, o *Primeiro Jornal* noticiou o afastamento de Álvaro Cassuto das funções de maestro titular da Orquestra Sinfónica Portuguesa. A notícia surgira dia 2, no *Público* (*Álvaro Cassuto demitido*), e no dia 3, nas páginas do *DN* (*Cassuto afastado da Orquestra Sinfónica*).

Dia 4, no *TVI Jornal* (10h), noticiou-se a promessa de instalar telefones em todas as escolas do 1.º ciclo de Coimbra. Já havia sido notícia no *DN*, a 26.12.1998 (*As escolas também "estão lá"*); dois dias mais tarde no *Diário de Coimbra*, com chamada de primeira página (*Escolas do 1.º ciclo vão todas ter telefone*), e artigo nas interiores (*Escolas do 1.º ciclo têm telefone em Janeiro*).

Acrobacias ao cuidado de *motards*, em pleno IC 1, justificaram entrada no alinhamento do *Primeiro Jornal* de dia 4. A notícia havia ocupado grande parte da primeira página do *JN* de 22 de Dezembro de 1998 (*IC1 pista de corridas*, na página 1, para artigo *Motociclistas agitam o IC1 aos domingos*).

Dia 5, terça-feira, *Primeiro Jornal* e *Jornal da Noite* (SIC), noticiaram a nomeação de Donas Boto para membro da Comissão Executiva do Centro Rodoviário Português. Acontece que sobre Boto impendia suspeição de prática de irregularidades na JAE, razão pela qual tinha deixado de ali exercer funções três meses antes. A polémica nomeação havia sido *denunciada* pelo diário *24 horas* desse mesmo dia. Na primeira página, com grande destaque, o título "*Maldito*" da *JAE* outra vez nomeado ladeava fotografia de Boto. Na página 2, a notícia "*Tudo em família na Junta Autónoma de Estradas - JAE recupera antigos administradores*".

Dia 5 a Sonae apresentou publicamente o seu projecto de investimentos em Tróia. O *Público* de dia 2 já antecipava alguns dos elementos do referido projecto (*Plano para a Torralta*).

A polémica em torno da proposta de um perdão de penas para assinalar os 25 anos do 25 de Abril foi assunto que andou pelos noticiários televisivos durante três dias, a 5, 6 e 7 de Janeiro. A 5, RTP 1, SIC e TVI noticiaram a oposição do Partido Popular à iniciativa do deputado Mota Amaral. Esta posição dos populares já fora avançada dia 31 de Dezembro de 1998, pelo *Semanário* e pelo *Público*. *Portas bloqueia perdão de penas* era o título de chamada de primeira página do *Semanário*, onde se revelava que o PP anunciaria *na próxima semana que não aceita o perdão de penas proposto por Mota Amaral para o 25 de Abril*. O detalhe surgia na página 13, *PP bloqueia perdão generalizado de penas*. A mesma antecipação no *Público*, artigo "*Presidente da República quer consenso para perdão de penas - PP só aceita 'bagatelas'*".

No dia 5, Manuel Monteiro e Jorge Ferreira procederam ao lançamento de um livro sobre o Tratado de Amesterdão. Nesse dia, a cerimónia de lançamento foi notícia em todas as estações televisivas. No dia anterior o *DN* (*Monteiro e Ferreira elogiam Mário Soares*), já antecipava o conteúdo da obra, num artigo com bastantes detalhes e a informação de que, nas 465 páginas do livro, não se encontrava uma única menção a Paulo Portas.

No dia 5, o *Primeiro Jornal* lembrou a transição dos reis para os escudos. O regresso ao mesmo passado já fora feito no *Público* de 31.12.1998, "*Depois de uma vida agitada - O escudo não chegou*".

a completar 90 anos"), no *DN* de dia 1 (*O escudo contra a monarquia*), e no *JN*, também de 1 de Janeiro (*Cinco séculos de história*).

No dia 5, foi notícia na TVI (*TVI Jornal, Directo XXI e Ponto Final*), o desaparecimento de membros da seita *Cristãos Preocupados*, incluindo-se, no fecho da peça, a indicação de que já haviam sido detidos em Israel. No sábado, dia 9, noticiou-se a sua expulsão de Israel (*Primeiro Jornal e Último Jornal*, ambos da SIC). No domingo, dia 10, os mesmos informativos da SIC deram conta da sua chegada aos EUA. A notícia da detenção dos membros da seita fora dada pela Rádio Renascença mais de 24 horas antes, à 01h de segunda-feira, dia 4. Também no dia 4, n' *A Capital (Israel prende seita americana)*, e no *Correio da Manhã (Seita detida em Jerusalém)*, já se anunciava a detenção, efectuada domingo à noite, de 14 elementos do grupo *Concerned Christians*. A detenção fora efectuada pela polícia israelita perto de Jerusalém.

A 5 de Janeiro, dia da emissão das peças na TVI, o *Público (Israel vigia seitas apocalípticas)*, para além da notícia da detenção, informava ter o ministério israelita do Interior dado, dia 4, ordem de expulsão a onze dos membros da seita, tendo os restantes três permanecido sob detenção. *A Capital* de dia 5 dedicava duas páginas ao assunto (*Seita da morte 99*), para além de grande destaque na primeira página (*Secreta de Israel trava seita de morte*).

Na TVI a notícia foi promovida como se ninguém soubesse ainda de nada quanto ao paradeiro deste grupo de fanáticos - *Nos Estados Unidos ninguém sabe onde param os 60 membros da seita Cristãos Preocupados* - assim rezava a promoção incluída no *TVI Jornal* (2.^a edição).

A Capital voltaria ao assunto no dia 6. Segundo este vespertino, três membros da seita haviam manifestado interesse em serem deportado para a Grécia, e não para os EUA, alegando recearem a próxima destruição deste último país (*Seita prefere Grécia a EUA*).

No *DN* foi notícia na quinta-feira, dia 7 (*Israel expulsa americanos apocalípticos*). Ali se informava que Israel expulsara mais três norte-americanos pertencentes à seita, depois de, no início da semana, ter expulso outros cinco e os seus seis filhos.

Na quarta-feira, dia 6, no *Jornal 2* promoveu-se debate sobre a implementação de quotas para mulheres no parlamento português. O assunto havia ganho a ribalta depois de declarações efectuadas à *Lusa*, no dia 2, pela Alta Comissária para a Igualdade e a Família, que originou um trabalho de Lurdes Antunes, jornalista daquela agência. Joana de Barros manifestava a sua preocupação pelo facto de uma proposta de lei tendente à institucionalização das quotas aguardar agendamento parlamentar há seis meses. Mereceu destaque no *DN* de dia 3 (*A lenta batalha pelas quotas e Homens têm tudo a ganhar*); no mesmo dia também n' *O Comércio do Porto (Para quando mais mulheres na política?)* e no *24 horas (Atraso do Parlamento pode inviabilizar quotas)*; foi notícia no vespertino *A Capital* de dia 4 (*Quotas para mulheres esperam há seis meses*), do *JN* de dia 3 (*Quotas para mulheres na gaveta do Parlamento*). Já antes do trabalho da *Lusa*, a 31.12.1999, o *Expresso* dedicava uma página ao assunto (*Mulheres procuram-se*).

Dia 6, SIC (*Primeiro Jornal, Jornal da Noite*), e TVI (*Directo XXI*) recordaram aos telespectadores que o julgamento das milícias populares de Francelos se iniciaria no dia seguinte. A 6, o assunto era manchete no *JN* (*Milícias de Francelos acusadas de terrorismo*). Em caixa lateral à manchete, o diário anunciava: *Vão sentar-se, a partir de amanhã, no banco dos réus, ao lado de ciganos acusados de tráfico de droga* (artigo *Tribunal de Gaia julga "terroristas"*). Mas o alerta para o mega-julgamento já havia sido dado vários dias antes. A 29.12.1998 o *Diário do Minho* publicava artigo (*Milícias populares no banco dos réus*) baseado em despacho da agência *Lusa*, texto continente de um vasto

número de pormenores passíveis de antecipação, referentes ao julgamento de 7 de Janeiro. O mesmo no *Correio da Manhã*, também de dia 29 (*Milícias de Francelos julgadas por terrorismo*).

Dia 6, no *Telejornal* (RTP1), noticiava-se o descontentamento dos empresários de ltuosas (vulgo agências funerárias), com a entrada em vigor de nova legislação sobre a sua actividade. A notícia já tinha sido dada à estampa, nessa manhã, pelo *JN*. Para além de uma chamada de primeira página, o jornal dedicava página inteira ao assunto (*Restos mortais libertam-se de burocracias e Associação das Ltuosas teme pela saúde pública*). O *JN* foi o único jornal a tratar o assunto.

Dia 6, a TVI, nos informativos *TVI Jornal* (2.^a edição) e *Directo XXI* dava conta de que o surto de gripe já fizera esgotar alguns medicamentos nas farmácias. Era notícia do dia anterior, no *24 horas* (*Atchimm!*), com chamada de primeira página (*Antigripais começam a escassear*).

Dia 6, no *Telejornal* e no *24 Horas*, a notícia de que o euro iria passar a ser ensinado nas escolas. Esta intenção do governo fora anunciada em manchete do *Semanário*, na edição de 31.12.1998 (*António Guterres anuncia europacote para ensino*), e detalhada no artigo *Moeda única obriga a mudanças no ensino*.

Dia 6, o *Jornal da Tarde* anunciava a possibilidade do Teatro Experimental do Porto (TEP) recorrer aos tribunais, contra o Ministério da Cultura. Tudo a ver com a decisão deste ministério de cortar o subsídio para 1999 àquela companhia. A possibilidade do recurso aos tribunais já fora noticiada a 30.12.1998 pelo *DN* (*TEP pode recorrer aos tribunais contra MC*).

O *Primeiro Jornal* de dia 6 deu conta de gorda polémica em torno da Comissão Instaladora do novo concelho da Trofa. A nomeação dos membros da comissão fora feita a 30.12.1998. No dia anterior, já o *Público* trazia a lume divergências várias quanto à escolha dos membros da referida comissão (*Promotores do município contestam escolha de representantes - Trofa já tem comissão instaladora*). O mesmo assunto foi tratado no *Grande Jornal da Renascença*, às 12h de 30.12.1998, e no *Correio do Minho*, também no dia 30 (*Trofa: Comissão Instaladora - PP/Santo Tirso contesta escolha da 'distrital'*).

A 31 voltou a ser notícia no *Público* (*Comissão Instaladora da Trofa sem consenso - Militantes do PP ameaçam demitir-se*). A 1 de Janeiro surge mais uma notícia, desta feita n' *O Comércio do Porto* (*Presidência da Comissão Instaladora gera polémica - PSD local contesta Bernardino Vasconcelos*). Notícias ainda no *Primeiro de Janeiro* de dia 2 (*Confusão para instalar concelho da Trofa*), no *Correio do Minho* de dia 3 (*Instaladora da Trofa: PP contra páraquedista*), no *Público* de dia 4 - (*Agitação no PP e no PSD - Trofa ainda sem consenso*), no *Correio do Minho* e no *Correio da Manhã* de dia 5, no *Jornal de Notícias* de dia 6.

O bolo-rei perdera o brinde, por imposições legais, o *Primeiro Jornal* (SIC) de dia 6 reportou a perda. Já merecera notícias no *Correio da Manhã* de 24.12.1998 (*Bolo-rei perde o brinde*); também no *JN* desse mesmo dia (*A grande invasão das confeitarias*); também no *DN* da véspera de Natal (*Governo proíbe misturas entre brindes e comida, caixa inserta no artigo Preços para "todos" na tradição do bolo-rei*); ainda no *Público* de 4 de Janeiro (*Proibido misturar brindes no bolo-rei*).

Dia 7, o *Primeiro Jornal* (SIC) deu conta da não participação de Portugal no maior inquérito internacional alguma vez realizado sobre as competências dos alunos de 15 anos. A ausência de Portugal havia sido registada, dois dias antes, em extenso dossier do jornal *Público* (*OCDE lança o maior inquérito internacional sobre as competências dos alunos de 15 anos - Para já, Portugal de fora*).

Dia 7 todas as televisões deram amplo destaque a um quase *não-acontecimento*: o julgamento das milícias de Francelos. A 6, já a SIC e a TVI alertavam para a realização do julgamento no dia seguinte.

Dois dias antes, o *Correio da Manhã* publicava entrevista com o líder das milícias.

Dia 7 foi notícia em dez dos doze informativos televisivos possíveis (ficou fora do alinhamento no *24 Horas* da RTP1 e no *Jornal 2* da RTP2).

Acontece que o julgamento não se realizou, tendo sido adiado por ausência de parte dos 45 arguidos. Todo o aparato em torno da audiência poderia justificar a atenção das televisões, até porque a decisão do adiamento só seria conhecida durante o dia. Mas não foi efectivamente assim. O *Primeiro de Janeiro* da manhã de dia 7 já anunciava o adiamento, na primeira página: *O julgamento do processo das milícias populares, que deveria arrancar hoje, será adiado. Motivo: parte dos 45 arguidos não foram ainda notificados* - informava o diário, remetendo para notícia na página 5 (Julgamento das “Milícias Populares” será hoje adiado no Tribunal de Gaia).

Polémica em torno da construção de um parque de estacionamento na Damaia foi assunto alinhado pelo *TVI Jornal* (13h 30) de dia 7. A notícia já havia surgido no *Público* de 27.12.1998 (“*Estacionamento automóvel na Damaia - Moradores não querem perder direitos*”).

No dia 7, a *SIC* noticiava a ausência de Portugal no maior inquérito internacional sobre as competências dos alunos de 15 anos levado a cabo pela OCDE. Introduzido o assunto, o *Primeiro Jornal* confrontou, primeiro, a Secretária de Estado da Educação e Inovação com Margarida Góis, Presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória da Trafaria, sobre aquele assunto. Foi entretanto difundida outra peça, para a qual se solicitou também o confronto de opiniões das duas convidadas. O segundo tema em debate respeitava às reformas curriculares, como a gestão flexível dos currículos, que o governo pretendia implementar a partir de 2001. Se o alerta para o primeiro assunto fora dado pelo *Público*, dois dias antes (“*OCDE lança o maior inquérito internacional sobre as competências dos alunos de 15 anos - Para já, Portugal de fora*”), o alerta para o segundo tema vinha no mesmo diário, mas com mais dias de intervalo. Onze dias antes, a 27.12.1998, a gestão flexível dos currículos era manchete do *Público* (*Professores não perdem horas lectivas*), anunciando extenso trabalho de quatro páginas, repartido por quatro artigos e duas entrevistas, uma delas a Ana Benavente.

No dia 7, quinta-feira, o *Primeiro Jornal* da *SIC* revelava o teor de um documento *secreto* enviado por Xanana Gusmão à ONU. Ora, o conteúdo do documento já fora revelado, nas suas linhas essenciais, pela *Visão*, edição de 30.12.1998 (“*Timor - Xanana negocia com Habibie*”).

Dia 8, sexta-feira, no *TVI Jornal* (1.ª ed.) e no *Directo XXI* (TVI), passou depoimento de Oliveira Fernandes, que presidira à Comissão de Avaliação e Impacte Ambiental da implementação da co-incineração em Maceira e Souselas. O catedrático afiançava que o processo era seguro, e as populações iriam beneficiar com a co-incineração. As declarações de Oliveira Fernandes haviam sido manchete do *JN*, no dia anterior. *Queima em Maceira e Souselas é segura*, este o título de capa do *JN*. No interior (p. 16), o diário publicava entrevista de página inteira com aquele especialista (*Estamos a resolver apenas uma borbulha*). No dia da emissão das peças pela TVI, publicava-se entrevista de Oliveira Fernandes no diário *Público* (*Dioxinas sempre as tereis...*).

Dia 8, no *Jornal da Tarde* (RTP1), noticiou-se o encerramento, no Porto, do Centro Comercial Dallas. A notícia fora transmitida antes do informativo televisivo pela Antena 1 e era manchete desse dia no *JN* (*Dallas fecha por falta de segurança*), artigo *Câmara mandou fechar centro comercial Dallas*.

No dia seguinte, sábado, o assunto voltou à TV (*Jornal da Tarde* e *Telejornal* (RTP1); *Primeiro Jornal* (SIC)). O *JN* voltava a abordar o assunto no domingo, dia em que mereceu também a atenção

do 24 horas (*Lojistas do Dallas recusam sair*). As televisões deram conta das queixas dos lojistas do *Dallas*, expressas em conferência de imprensa. O anúncio do encontro com os jornalistas, acompanhado já de pormenores sobre as posições dos reclamantes, também vinha n' *O Comércio do Porto* de sábado (*Comerciantes contestam alegado fecho do Dallas*)⁸¹.

Dia 8, no *TVI Jornal* e no *Directo XXI* (TVI), deu-se eco a uma denúncia do PSD de Santarém, que alertava para a contaminação de terrenos de um aterro instalado numa pedreira. Terrenos contaminados por *eventuais resíduos tóxicos* da Expo 98. Fora notícia de página inteira no *JN* desse dia (*Solos contaminados em pedreira de Almoester*).

Dia 8, no *Primeiro Jornal* e no *Jornal da Noite* (SIC), foi notícia a contestação, em Santarém, da transformação de um presídio militar em prisão civil. Para comentar o caso, estiveram na SIC vereadores do PS e do PSD escalabitanos. Era notícia no *Público* desse dia (*Santarém contesta governo*), texto da autoria de J.P.N. com agência *Lusa*; também do *DN* de dia 8 (*Presídio Militar de Santarém passou a ser cadeia civil*), e ainda do *Correio da Manhã* (*Prisão para polícias desagrada a Santarém*). Notícia que já havia sido dada três dias antes (5 de Janeiro) pelo semanário *O Diabo* (*Prisão de alta segurança indesejada em Santarém*).

Dia 8, no *Jornal da Noite* (SIC), notícia sobre a proibição de fumar nas estações do Metropolitano. O assunto era o destaque do caderno local do *Público*, desse mesmo dia (*Subsolo verde*).

Dia 8 foi lançado um livro do malogrado Francisco Lucas Pires. A cerimónia de apresentação da obra mereceu notícias no *Telejornal* (RTP1) e no *Jornal 2* (RTP2). Dois dias antes, a 6 de Janeiro, o *Público* já reproduzia (*A nova ordem do euro*), ocupando uma página inteira, o posfácio do livro, obra que se encontrava à venda desde dia 4.

Dia 8, a manchete do *Diário de Notícias* era um furo jornalístico (*Médicos em greve recebem salário completo*, para artigo *Médicos em greve têm salário*). Foi notícia no *Telejornal* desse dia, sem qualquer citação da fonte.

Dia 8, o *24 Horas* libertava dados de estudo encomendado pela Associação Industrial Portuguesa. Concluía-se que a região de Lisboa e Vale do Tejo era a mais produtiva do país. A revelação já fora feita, seis dias antes, a 2 de Janeiro, no *JN* (*Estudo revela que Lisboa é campeã da produtividade*).

No *Primeiro Jornal* de dia 9, sábado, deu-se conta de que uma linha telefónica de índole racista havia sido finalmente encerrada por ordem judicial. A revelação pertencia ao *Público* desse sábado. A notícia era manchete do diário (*Juiz mandou calar "Orgulho Branco"*), para artigo *Telefone racista silenciado*.

No *Primeiro Jornal* e *Jornal da Noite* de dia 9, denunciaram-se as contradições dos responsáveis partidários, ao longo dos últimos anos, no respeitante à defesa da antecipação de actos eleitorais. Tudo a ver com uma proposta apresentada na semana anterior pelo PSD. O *histórico* de tais contradições já tinha sido exposto dia 4, pelo *DN* (*Mudam os tempos, mudam as vontades*); dia 6, no diário *24*

⁸¹ A possibilidade do centro comercial ser encerrado já havia sido aventada na primeira quinzena de Dezembro por Nuno Cardoso, à data vereador do pelouro do urbanismo da Câmara Municipal do Porto. As declarações do autarca vinham reproduzidas em artigo do jornal *Público* de 11.12.1998 (*Dallas fecha no início do ano*). O encerramento não era, no entanto, o fulcro do artigo, antes a remodelação total do edifício proposta pela empresa responsável pela gestão do condomínio do imóvel. A Andargeste prometia um *centro comercial totalmente novo* aberto antes do Natal de 1999. A realização das obras implicaria, naturalmente, o encerramento temporário daquele espaço comercial. Instado a pronunciar-se sobre o anteprojecto que lhe fora apresentado, Nuno Cardoso afirmava conter algumas *ideias interessantes*. E expressava a sua determinação quanto ao andamento do caso: *É uma situação que quero ver resolvida (...) já mandei fazer uma vistoria para ver se o centro comercial ainda tem condições para funcionar; se o resultado for negativo, fecha mesmo*. O assunto não mereceu, na altura, a atenção de nenhuma das televisões.

horas, era um dos assuntos chamados à primeira página (*Afinal em que ficamos, sr. primeiro-ministro?*) - com o artigo (*Eles mudaram de opinião*).

Dia 9, o embaixador António Monteiro esteve no *Jornal 2* (RTP2), concedendo uma entrevista, a pretexto do biénio em que Portugal fora membro do Conselho de Segurança da ONU. Monteiro já havia formulado esse balanço à *Lusa*, trabalho transcrito n' *O Comércio do Porto* de 1.01.1999 ("*Composição e métodos de trabalho do Conselho de Segurança - Portugal apoia mudanças na ONU*").

Ainda no dia 9 a SIC deu conta da extinção do movimento *Odivelas a concelho*. A extinção já havia sido antecipada cinco dias antes pelo *Jornal de Notícias* (*Movimento de Odivelas quase extinto*).

A passagem dos 70 anos de *Tintin* (assinalada pelas quatro televisões em sete dos oito noticiários de domingo, dia 10), já merecera trabalho extenso no *DN* de dia 4 (artigos *O melhor repórter do mundo*, *O escuteiro, o padre e a lenda* e *As aventuras de Tintin em Portugal*); no suplemento *Forum Estudante*, que acompanhava o *Correio da Manhã* de dia 5 (*Os 70 anos de Tintin*); já havia sido manchete n' *A Capital* (*Tintin - 70 anos*), no dia 8 (para artigo *Repórter aventureiro aos 70*). Tinha merecido destaque na primeira página do *DN* de dia 9 (*O repórter do mundo faz amanhã 70 anos*). Aparecera ainda, a 10, no *JN* (*Um septuagenário eternamente jovem*), e na revista *Pública*, distribuída com o jornal *Público*.

No *24 Horas* (RTP1) de dia 10, alinhou-se notícia sobre o reduzido volume de vendas do *Viagra* em Portugal. A notícia era manchete, nesse domingo, no *JN*. *Portugueses viram costas à pílula azul*, assim mancheteava o *JN*, acrescentando em subtítulo *Venda de Viagra considerada um fracasso pelos farmacêuticos*. No interior, duas páginas com extensa reportagem sobre o assunto (*Dois meses de Viagra com pouca potência, Sem receita nem tabus no mercado electrónico*). O *JN* foi o único jornal a tratar este assunto.

Dia 10, *Jornal da Tarde* (RTP1) e *Primeiro Jornal* (SIC) alinharam notícias sobre um convívio promovido no dia anterior pelo *Movimento Emmaús*, e destinado a *atenuar a solidão dos sem abrigo e sem família*. Reportagem de página inteira sobre a actividade daquela comunidade solidária tinha sido publicada no *JN* de dia 7 (*Movimento Emmaús abriga os "sem abrigo"*), em notícia na qual se assinalava também a realização do referido convívio.

Dia 10, o *Telejornal* noticiou a próxima discussão, pela Assembleia da República, de um projecto-lei de protecção dos animais. Projecto da autoria da deputada socialista Rosa Albernaz, que foi convidada a debater as virtualidades da sua iniciativa legislativa com um opositor da proposta, Estêvão de Pape. Declarações da deputada sobre o projecto-lei já vinham publicadas na imprensa de sábado, com base em despacho da agência *Lusa*.

Dia 10, *Primeiro Jornal* e *Jornal da Noite* emitiram peça referente ao regresso de *Manuel 25* ao parlamento português. *Tal & Qual*, na sexta-feira (*Agora sou eu!*) e *Expresso* no sábado, alertaram a redacção da *SIC* para o regresso à Assembleia da República do ex-segurança de Mário Soares. Aliás, a notícia do eventual regresso do deputado já havia sido dada dia 31.12.1998, pelo *Expresso* (*Um problema chamado "Manuel 25"*). No sábado seguinte, o jornal traçou um perfil do deputado ("*Manuel 25', a quem a PIDE chamava 'Rufia'* - O deputado mais incómodo do PS").

3.2.8.13.1. Análise de casos de respescagem temporalmente dilatada

Guardámos para o final alguns exemplos que consideramos extremos neste afã (necessidade? dependência?) de utilizar outros meios como fonte.

A 8.01.1999, no *TVI Jornal* (10h), a *pivot* notícia que *Guterres quer Grupo Parlamentar muito*

activo. Eis o texto integral da notícia (com peça lida pela mesma voz):

Pivot: (...) Guterres quer ver o Grupo Parlamentar socialista arregaçar as mangas e deitar mãos aos votos. Por isso mesmo, na sua qualidade de Secretário-Geral, Guterres já deu ordens ao Grupo Parlamentar para passar desde já à acção no terreno. O que Guterres quer é que o mesmo Grupo Parlamentar forte, unido, seja de facto um verdadeiro suporte ao governo neste ano eleitoral. Uma tarefa sempre difícil para os socialistas.

Peça: Não se pode dizer que o líder da bancada socialista tenha pela frente uma tarefa fácil. Isto porque Guterres quer o Grupo Parlamentar unido, e para isso Francisco Assis tem, para o conseguir, que ultrapassar alguns obstáculos. Por exemplo, terá que excluir por forma a gerar consensos, das agendas socialistas, temas considerados incómodos como é o caso da liberalização dos touros de morte em Barrancos, um tema caro ao deputado António Saleiro, que teima em ver o problema discutido, bem como deixar na gaveta a alteração ao direito de propriedade das farmácias que, por enquanto, só é reconhecido a licenciados em Farmácia, mas que Strecht Monteiro trouxe a lume. A verdade é que nem Saleiro nem Monteiro abrem mão das suas convicções, e até ver não partilham das mesmas prioridades de Assis, para quem o importante é agora fazer aprovar a nova lei de bases da Segurança Social. Mas, curiosamente, nem este assunto é pacífico no meio dos socialistas. Para complicar ainda mais a tarefa, Sérgio Sousa Pinto, o rebelde jovem socialista, prepara-se para fazer reagendar a despenalização do consumo de drogas, em plena campanha eleitoral. É assim, no meio desta confusão, que os deputados socialistas vão passar à acção no terreno, imposta por Guterres. Já a partir de Janeiro, os deputados arrancam para a operação de charme junto das populações. Uma ou duas vezes por mês, aos fins de semana, irão tentar criar uma relação íntima com os eleitores.

A notícia da TVI não era mais do que um resumo de artigo saído sete dias antes no *Expresso*.

Confrontemos a notícia da TVI com excertos do artigo Guterres “decreta” caça ao voto (*Expresso*, 31.12.1998, p. 7). Com o sub-título *O secretário-geral do PS deu ordens para o grupo parlamentar iniciar as acções no terreno*, escrevia Orlando Raimundo:

OS DEPUTADOS socialistas vão começar a actuar, já a partir de Janeiro, como “agentes do debate político nas regiões de origem”, no cumprimento de uma directiva do secretário-geral. A orientação foi comunicada terça-feira à tarde pelo líder da bancada, Francisco Assis, no decorrer de uma reunião na Estalagem do Farol, em Cascais.

A mobilização dos deputados, que marca o arranque não-oficial da campanha para as legislativas, será secundada por uma operação de “charme” da direcção da bancada, que fará circular, “uma ou duas vezes por mês”, aos fins-de-semana, o presidente e os dez vice-presidentes pelas distritais. A intenção é “criar uma relação mais íntima com o partido” - disse ao EXPRESSO Francisco Assis.

(...) Na tentativa de “assegurar consensos” que garantam que o Grupo Parlamentar actuará, até às eleições, como “suporte do Governo”, Francisco Assis quer excluir da agenda os temas considerados 'incómodos': a liberalização dos touros de morte em Barrancos, requerida por António Saleiro; e a alteração do direito de propriedade das farmácias, que só é reconhecido a licenciados na área, desencadeada por Strecht Monteiro.

A prioridade para Assis é a aprovação da nova Lei de Bases da Segurança Social. Mas a opção não é pacífica. Não só porque a reforma do sistema, tal como é proposta, penaliza fortemente a classe média, estimulando reacções adversas na bancada, mas sobretudo porque nem Saleiro nem Strecht Monteiro estão dispostos a abdicar das suas convicções.

A complicar a situação, cresce a ameaça de uma nova investida da JS, que, através de Sérgio Sousa Pinto, se prepara para (re)agendar a despenalização do consumo de drogas em plena campanha eleitoral (...)” (negros do Expresso).

Também *O Independente* de 31.12.1998 afluava, no artigo "P.S.: organizem-se!", de Miguel Carvalho, alguns dos tópicos elencados no *Expresso*. Idênticos afloramentos no artigo *PS de serviço ao Governo (A Capital, 30.12.1998)*, e no *DN (30.12.1998) (Prioridade à Segurança Social)*. Ainda no *Público* de 29.12.1998 (*Direcção da bancada socialista reúne-se hoje para preparar novo ano - Assis renova equipa*).

Outro caso similar reporta a uma notícia veiculada pelo *Jornal da Tarde (RTP1)* de 9.01.1999, e redifundida no *Telejornal* desse mesmo dia. Ali se dava conta dos *elevados níveis de criminalidade* registados na freguesia de A-Ver-o-Mar (Póvoa do Varzim). Os comerciantes andavam muito assustados, tanto mais que o policiamento era manifestamente escasso. À falta de vigilância policial, já havia mesmo quem aventasse a hipótese da criação de milícias populares.

Folheando o semanário *A Voz da Póvoa*, o que encontramos? Um artigo intitulado *Moradores de Aver-o-Mar ameaçam com milícias populares*. A antetítulo: *Delinquência juvenil atinge níveis alarmantes*. Artigo publicado a 10.12.1998, exactamente um mês antes da notícia da RTP1.

No diário *Público*, encontramos notícia sobre o mesmo assunto, cinco dias depois.

Eis a transcrição integral da notícia publicada no semanário poveiro.

Jovens entre os 12 e os 16 anos estão a pôr Aver-o-Mar em estado de sítio, com assaltos diários nos estabelecimentos comerciais. A delinquência juvenil atingiu tal gravidade que já existem "gangs" armados e são frequentes as rixas que acabam em tiroteio. Onde está a GNR? Esta é a pergunta feita pelos moradores daquela freguesia da Póvoa de Varzim. A revolta e o medo estão instalados, de tal forma que, caso as autoridades não actuem rapidamente, ameaçam com milícias populares.

No último mês quase todos os estabelecimentos comerciais em Aver-o-Mar foram assaltados. Os cafés são o alvo principal. No passado dia 28 de Novembro, por volta da 15,00 horas, houve um tiroteio entre grupos de marginais. As mães ficaram em estado de choque pois é a essa hora que os filhos vêm da escola ou da catequese.

A proprietária de um café na avenida principal de Aver-o-Mar já foi assaltada várias vezes. Tem medo de dar a cara e quer ficar no anonimato. Mas vai dizendo que "ultimamente é que as coisas têm vindo a piorar" pois, refere a comerciante, "não passa um dia sem que alguém tenha sido assaltado". Mas o mais grave é a passividade da GNR: "os gatunos entraram no estabelecimento de madrugada e cerca das 3,00 horas da manhã a GNR foi chamada mas só compareceu no local às 13,30 horas", afirma a comerciante.

Alguns comerciantes estão a pensar sair dali. Um deles, que também pediu o anonimato, afirma que "não dorme de noite". Outros comerciantes dizem que apenas "aguardam que todas as pessoas se juntem para actuarem já que a GNR é inoperante e a Junta de Freguesia parece que não existe".

As mães impedem os filhos de brincar na rua porque "é demasiado perigoso".

"Ambiente de suspeição e medo" é assim que um dos comerciantes, também vítima de assaltos, classifica o que se está a passar em Aver-o-Mar. Para este comerciante o mais preocupante são os 'graves problemas sociais' que ali existem. Os assaltos são executados por jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos e como tal isso deveria preocupar a autarquia. E prossegue: "é muito grave não termos quem defenda os nossos bens e a nossa integridade".

Há moradores que classificam Aver-o-Mar como "uma fossa que a Câmara tapou com um canavial para não ofuscar o jardim que é a Póvoa". Um lojista afirma que "não se justifica" a passividade que o executivo tem mostrado perante o que ali se passa. E como ninguém faz nada já comprou "uma arma para me poder defender". Segundo este comerciante, a solução encontra-se numa "cooperação entre lojistas, GNR e Câmara" pois caso contrário, a situação "vai acabar por se tornar incontrolável".

A notícia do *Público*, de 15.12.1998, fazia a manchete do caderno *Local - Porto. Criminalidade assusta população de A-Ver-o-Mar* era a manchete, tendo como antetítulo *Já há comerciantes armados e fala-se na constituição de milícias*. O artigo "*A-Ver-o-Mar a braços com uma onda de criminalidade - Tensão na Póvoa do Varzim*" surgia na página 50.

Repetia-se o essencial da notícia d' *A Voz da Póvoa*, com alguns dados mais: um depoimento do pároco da freguesia, e informações recolhidas junto de fonte da GNR da Póvoa do Varzim, fonte que pedira o anonimato. Essa fonte não dava muito crédito às ameaças de constituição de milícias populares: *Recolhemos informações na freguesia e essa hipótese significa apenas um desabafo dos habitantes*. Também se dava conta da actividade da GNR, tendente a dissuadir novos assaltos, assim como de uma operação conjunta de elementos daquela corporação e da Brigada Anti-Crime da PSP, acção que resultara na apreensão de centenas de doses de estupefacientes e na detenção de dois indivíduos, a aguardar julgamento em prisão preventiva.

Vejamos agora a transcrição da notícia veiculada pela RTP1, um mês depois da notícia do semanário poveiro:

Pivot: Comerciantes e moradores de A-Ver-o-Mar, na Póvoa do Varzim, estão assustados com a vaga de assaltos na freguesia. Em dois meses, quase todos os estabelecimentos comerciais foram assaltados, e há já comerciantes que pensam em passar o negócio. A população de A-Ver-o-Mar quer um posto da GNR, e há quem fale em milícias populares.

Jornalista: Nunca A-Ver-o-Mar conheceu uma tal vaga de criminalidade. Moradores e comerciantes estão assustados, em dois meses a freguesia da Póvoa do Varzim foi varrida por sucessivos assaltos.

Depoimento 1 - Manuel Ferreira, comerciante: Está tudo muito assustado, as pessoas pensaram o pior. Houve aí um certo tempo em que os proprietários dos comércio quase não iam à cama.

Jornalista: Poucos estabelecimentos comerciais de A-Ver-o-Mar escaparam à onda de assaltos, e o restaurante de Manuel Ferreira não foi excepção.

Depoimento 2 - Manuel Ferreira, comerciante: Entraram naquela porta, calculo que seja tudo entre os 13 e os 17 anos, foram por dentro do balcão, assaltaram-me as duas registadoras. Levaram pouco dinheiro porque à noite guardo sempre as caixas.

Jornalista: Não há alarme que evite os arrombamentos, nem mesmo grades.

Depoimento 3 (não identificado): Eles meteram aqui qualquer coisa, meteram o que devia ser um macaco hidráulico aqui, e puxaram a grade para lá e alguém passou por baixo.

Jornalista: E o último caso registou-se a 2 de Janeiro, nesta ourivesaria.

Depoimento 4 - José Ferreira, comerciante: Tentaram assaltar-me, tenho estores, estragaram-me os estores e a parte de baixo, onde tenho o canhão de fechar, estragaram-me isso. Por acaso estavam aqui umas senhoras no café também a fazer limpeza, e viram e também começaram a mandar vir com eles, e depois eles começaram a fugir.

Jornalista: Tem sido assim em toda a freguesia, moradores e comerciantes estão cansados, e há até já quem pense em passar o negócio.

Depoimento 5 - Mário Fonseca, comerciante: Já estou com medo de estar aqui, sem dúvida nenhuma. Já estou a pensar mudar de sítio, que isto está um bocado assustador.

Jornalista: A vaga de assaltos em A-Ver-o-Mar reforçou o desejo de ter um posto da GNR na povoação. A Guarda Republicana está na Póvoa do Varzim, não muito longe, mas tem à sua conta onze freguesias para apenas 22 efectivos. Em A-Ver-o-Mar têm sido os comerciantes a procurar os assaltantes por sua livre iniciativa.

Depoimento 6 - Maria do Carmo Neves, comerciante: Eu já tentei mais umas pessoas aqui, que

têm negócio, tentámos andar atrás deles. Ainda estivémos nessa noite até às três horas da manhã, para ver se os conseguia apanhar, mas....

Jornalista: *Todos admitem que, mais, a GNR não pode fazer. Fala-se já das milícias populares, o presidente da Junta de Freguesia até apoia a iniciativa.*

Depoimento 7 - Manuel Figueiredo, presidente da Junta de Freguesia: *É verdade, e naturalmente que eu estou ao lado desses comerciantes, porque a lei deste país é muito benevolente, e naturalmente que eles vivem preocupados, como eu vivo preocupado como entidade oficial da freguesia.*

Jornalista: *A-Ver-o-Mar até já tem um terreno para a instalação de um posto da GNR. Sem polícia, os sucessivos assaltos podem levar moradores e comerciantes a fazer justiça pelas próprias mãos.*

Não há informação nova de relevo, a não ser a referência a mais um assalto, este ocorrido a 2 de Janeiro. Isto para além dos testemunhos identificados, o que não fora conseguido pelos dois jornais que antes haviam abordado o assunto. O fio da notícia pede, sem dúvida alguma, patente às notícias antes publicadas nos jornais, até mesmo na referência picante à possibilidade de constituição de milícias populares, facto já desvalorizado no artigo do *Público*, mas curiosamente chamado ao antetítulo da manchete do caderno local de 15.12.1998.

A seguir à notícia da onda de criminalidade em A-Ver-o-Mar, alinou-se informação da diminuição, nos últimos dois meses, do número de assaltos sofridos por padres em 1998. Neste ano registara-se número inusitado de assaltos a igrejas e casas paroquiais, com maior incidência no distrito de Braga. Entretanto, medidas preventivas desencadeadas pelas autoridades, sob o patrocínio do Governador Civil de Braga, e conselhos avisados por parte dos responsáveis da diocese bracarense, resultaram na diminuição drástica do número de assaltos. Era esta a informação veiculada pelo *Jornal da Tarde*, notícia que incluía depoimentos do Governador Pedro Bacelar de Vasconcelos, e do cônego Eduardo Melo, da diocese de Braga.

A diminuição da onda de assaltos, o desencadear de medidas preventivas por parte das autoridades, e os conselhos reiterados aos párocos pelos responsáveis diocesanos já haviam sido reportados, com largos dias de antecedência, em pelo menos dois jornais. Primeiro no *Público*, edição de 17.12.1998 ("*Igreja de Braga encara entrada na era da electrónica - Esmolas por multibanco*"), depois no *Correio da Manhã*, edição de 23.12.1998 (*Padres recebem formação da PJ*).

Notícias há que, tendo sido publicadas nos jornais durante a semana em análise, só vieram a ser repescadas e difundidas pelas televisões nas semanas seguintes. Um exemplo: a 7.01.1999, o *JN* reportava a existência de uma aldeia do concelho de Tondela ainda sem acesso à luz eléctrica (*No Vale do Galego a luz ainda é sonho*). Isto apesar de um poste de alta tensão estar situado a apenas 300 metros de Vale de Galego. Foi notícia na SIC, sete dias depois (*Primeiro Jornal*, 14.01.1999).

A 9 de Janeiro, o *Correio da Manhã* trazia, na última página, artigo dando conta dos métodos bizarros utilizados por um professor de canto na Coreia do Sul. Lee Byung-won metia baldes nas cabeças dos alunos, ensinava-os a cantar de pernas para o ar, entre outros métodos pouco ortodoxos (*Técnica para cantar melhor*). Foi notícia na edição das 13h 30' do *TVI Jornal* de 22 de Janeiro. 13 dias depois.

De referir também que alguns *furos* jornalísticos ou reportagens originais são apropriados apenas pela rádio. No dia 4 de Janeiro, o *JN* anunciava o fim da *letra de médico: Letra de médico acaba de vez*, assim manchetava aquele diário, indicando em subtítulo que a Ordem dos Médicos propusera a passagem obrigatória das receitas em computador. Nas interiores (pp. 17 e 18), reportagem efectuada

em quatro farmácias. Pedia-se aos farmacêuticos a *descodificação* de uma receita, o que só num dos casos foi conseguido. E alertava-se para os perigos decorrentes da eventual troca de medicamentos, originada por leitura errada de receitas. Passou na Rádio Renascença, nesse mesmo dia, às 09h 30'.

No dia 8, o jornal *Público* revelava que, até ao início da circulação, em 2002, os euros iriam ser guardados pela Força Aérea. Foi notícia às 09h desse dia, na TSF, estação que citava o jornal. No sábado, dia 9, tanto a TSF como a Renascença deram grande destaque a notícia do *Expresso*, referente à desnecessidade de novas faculdades de medicina em Portugal.

Importa que se faça uma ressalva. Nalguns casos, apesar de não termos assinalado o tratamento anterior de determinado assunto por parte das rádios ou dos jornais, não significa que tal não tenha acontecido, até de forma exaustiva.

Damos um exemplo: No dia 5, terça-feira, o *Primeiro Jornal* (SIC) pôs em confronto Strecth Monteiro, presidente da comissão instaladora do Hospital de S. Sebastião, e Pedro Alves, da administração do Hospital Amadora-Sintra.

O hospital de S. Sebastião fora inaugurado no dia anterior, e todas as televisões se fizeram eco do acto. No dia 4, o *Público* dedicava quatro páginas e sete artigos à entrada em funcionamento da nova unidade hospitalar, destaque devido ao facto de se tratar de uma experiência inédita em Portugal, um hospital *empresa pública da Saúde segundo a lógica do interesse público, mas de gestão de tipo empresarial*. O dossier daquele diário continha os seguintes artigos: *S. Sebastião, hospital-cobaia, Gestão empresarial no Serviço Nacional de Saúde, A saúde em Portugal está à beira do caos, Amadora-Sintra, três anos depois, Detalhes de uma gestão privada, Controlar a saúde na região, Comunidade local faz avaliação crítica*.

O *Público* incluía uma entrevista a Strecth Monteiro, dando ainda conta da experiência do Hospital Fernando Fonseca (Amadora-Sintra). Sobre o modelo de gestão seguido por esta última unidade hospitalar, o diário recolheu o depoimento de António Nunes, director-geral daquela unidade de saúde. No *Público* fizera-se o confronto dos dois modelos de gestão, com a diferença de, em relação a este último hospital, ter sido ouvido outro responsável.

No que concerne à substância do tema em análise, o confronto entre os dois modelos de gestão hospitalar já fora efectuado, um dia antes, por um jornal diário. Logo, poderíamos ter incluído este assunto no grupo dos anteriormente tratados por outro meio. Não o fizemos, atendendo ao facto de um dos protagonistas não ser o mesmo.

Adoptámos o mesmo critério para outro assunto, envolvendo os mesmos meios: SIC e *Público*. No dia 7, a SIC noticiava a ausência de Portugal no *maior inquérito internacional sobre as competências dos alunos de 15 anos* levado a cabo pela OCDE. Introduzido o assunto, o *Primeiro Jornal* confrontava a Secretária de Estado da Educação e Inovação com Margarida Góis, Presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória da Trafaria. O alerta para este assunto fora dado pelo *Público*, dois dias antes ("*OCDE lança o maior inquérito internacional sobre as competências dos alunos de 15 anos - Para já, Portugal de fora*"). No artigo era ouvida Ana Benavente, a governante que esteve no estúdio da SIC, dois dias depois. Dado a SIC ter convidado outra pessoa para debater o assunto com a responsável do Ministério da Educação, não incluímos este assunto na lista dos anteriormente tratados por outro meio.

3.2.8.13.2. *Media estrangeiros como fonte*

Para além dos *media* portugueses, importa não esquecer o recurso a jornais, rádios, televisões

estrangeiras, e ainda à internet. Já referenciámos alguns casos, como a *SBS* australiana, que carrou alegadas novas provas de um massacre ocorrido em Alas (Timor Leste); o diário brasileiro *O Globo*, que descobriu o paradeiro dos fugitivos do caso do *Bateau Mouche IV*, um deles português, refugiado em Gaia; o *El País* (barragem do Alqueva); *The Sunday Times*, a propósito da pré-publicação do livro da ex-mulher de Robin Cook; e a *TPA*, para a descoberta de petróleo num quintal do centro de Luanda. Passando por referências várias a meios não nomeados, como a *imprensa brasileira*, nos casos de Preud'Homme e da eventual saída de Jardel rumo também ao Brasil, podemos elencar mais alguns casos.

A *TVI*, no dia 4; esta estação e a *RTP 1*, no dia 5, noticiaram a possibilidade de Bill Clinton ser pai do filho de uma prostituta. Um dado mais a juntar às revelações que, ao tempo, apoquentavam a Casa Branca. Para o final dessa semana estava marcado o início do julgamento do presidente norte-americano, no célebre caso *Clinton-Monica*.

A notícia era respigada do tablóide americano *New York Post*, que por sua vez dava conta das diligências da revista sensacionalista *Star*. Esta pagara à prostituta pela estória, tendo ainda conseguido efectuar testes comparativos do DNA de Clinton e do alegado filho.

Uma estória que tinha vindo pela primeira vez a público em 1992, revelações a cargo de outro tablóide, o *Globe*.

Segundo o *Público* de dia 5 (*Clinton à espera de teste de paternidade*), a *Star* havia pegado no assunto depois de a ter descoberto no site do *cibercoscuvilheiro Matt Drudge*. Com efeito, para além de exibirem imagens do *New York Post*, as televisões portuguesas também mostravam imagens do site de Drudge, o *Drudge Report*.

No dia 5, o *Jornal da Tarde* anunciava que a FIFA pretendia passar a realizar o Mundial de futebol de dois em dois anos. A revelação tinha sido feita por Joseph Blatter, presidente daquela federação, a um jornal suíço.

A notícia da suspensão de um funcionário europeu, autor de um relatório muito crítico sobre a gestão dos casos de fraude pela Comissão Europeia, foi dada pela *RTP2*, no dia 5. A revelação havia sido feita, segundo o *Diário Económico* desse mesmo dia (*Suspensão de funcionário europeu que denunciou fraudes*), pela rádio belga, no dia 4.

A suspeita de que os observadores da ONU no Iraque haviam feito espionagem a favor dos EUA, notícia veiculada pelas quatro televisões portuguesas, foi levantada, em primeira mão, pelo diário americano *Washington Post*.

3.2.8.13.3. A imprensa antecipa, a rádio dá, a televisão mostra

Demos conta de um extenso rol de reapropriações de notícias em primeira mão; de uma longa lista de retomas de reportagens com autoria primeira na imprensa. Exemplos concretos de determinação da agenda televisiva por parte da imprensa, seja pelo mérito dos profissionais dos jornais diários, semanários, revistas, e até publicações de índole regional, seja por demérito das redacções televisivas. Exemplos que dão rosto aos números anteriormente libertados. Mas a imprensa também leva vantagem na antecipação - por vezes telegráfica, noutros casos com detalhe -, de acontecimentos futuros, eventos programados com realização no mesmo dia da publicação do artigo impresso, ou nos dias subsequentes.

Avancemos para alguns exemplos. Dia 4 teve lugar, em Lisboa, uma cerimónia evocativa da chegada do euro. No acto discursaram António Guterres, Sousa Franco e Pina Moura. Os detalhes das comunicações governamentais já vinham na edição do *Semanário* de 31.12.1998 (*António Guterres anuncia europacote para ensino*).

Dia 4, o *24 Horas* (RTP1) reportou cerimónia referente à assinatura do contrato de construção da maior central de cogeração de energia em Portugal. O anúncio do desenvolvimento desse projecto por parte da Soporcel já fora feito em vários jornais, nos finais de 1998 (ver, p. ex., *Soporcel investe no reforço da produção*, *Correio da Manhã*, 24.12.1998, p. 15).

Dia 4 a TVI dava conta no seu informativo do horário nobre (*Directo XXI*), de um litígio entre o ramo americano do *Exército Azul* e a sede internacional daquela organização. 20 funcionários da *Domus Pacis* viram-se impedidos de aceder ao local de trabalho, nessa segunda-feira, como resultado da acção de despejo ordenada judicialmente. A notícia foi um exclusivo na televisão, tendo também passado na Rádio Renascença (o correspondente da TVI em Leiria é também jornalista da rádio católica).

Os detalhes do *nebuloso* caso já haviam sido fornecidos, a 20.12.1998, pelo *JN*. No artigo "*Exército Azul*" (*EUA*) lançou "*guerra*" na *Casa da Paz*⁸², para além de outras informações, dava-se conta de que os vinte funcionários estavam *à beira do desemprego*, havendo expectativa sobre o que sucederia a 4 de Janeiro, dia em que regressariam ao trabalho, depois de gozado um período de férias: *Um recurso judicial está já a ser preparado pelo advogado da SIEA* [Sede Internacional do Exército Azul], *enquanto os trabalhadores se encontram em gozo de férias - como sempre foi costume em Dezembro -, estando previsto o regresso ao trabalho em 4 de janeiro, embora desconhecendo se nesse dia terão patrão e emprego.*

No *Telejornal* de dia 9, sábado, noticiou-se a refutação, por parte da Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas (APETRO), de um estudo publicado na *Proteste* (revista editada pela DECO), e que apontava para uma má regulação dos contadores das bombas de gasolina, com margens de erro favoráveis aos proprietários, lesando assim o consumidor.

Sexta-feira, os jornais já antecipavam o teor do protesto das petrolíferas. Com efeito, a APETRO anunciara a publicação, para o dia seguinte, de um *comunicado em cinco jornais diários contestando as acusações do estudo da Proteste*. Nessa antecipação do comunicado, já se revelavam os pontos principais da contestação do estudo. (Ver, p. ex., *Petrolíferas contestam acusações da Proteste*, *Diário do Minho*, 8.01.1999)⁸³.

Antes da publicação do dito comunicado, já a imprensa dera conta de outras contestações ao estudo da Proteste. No dia 2 pronunciaram-se os responsáveis da Shell, no dia 5 os da Petrogal.

No que reporta às actividades culturais, não é preciso grande argúcia para perceber que o destaque e a cadência de notícias referentes a alguns eventos têm por detrás laborioso e eficaz trabalho de agências de comunicação, ou empenhados e competentíssimos assessores de imprensa. Por exemplo, a estreia, entre nós, do filme *Fintar o Destino*, obra do cabo-verdiano Fernando Vendrell. Com estreia dia 8 e ante-estreia no dia 4, entrou no alinhamento do *24 Horas* (RTP1) de dia 8. Já havia sido objecto de notícia no *DN*, a 27.12.1998; no dia 2.01.1999 (*Correio da Manhã*); no dia 3 (*Notícias Magazine*, distribuído com o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias*, vendido com o *DN da Madeira*); no dia 4 (*Correio da Manhã*) - este jornal oferecia 25 bilhetes duplos para a antestreia, realizada no próprio dia 4; no dia 5 (*Jornal de Notícias* e Antena 1); no dia 7 (*24 horas*, *Correio da Manhã* e TSF).

⁸² O artigo do *JN* não é assinado, havendo no entanto transcrição de depoimentos efectuados à agência *Lusa*, pelo que se presume resultar o artigo do diário nortenho de um despacho daquela agência noticiosa.

⁸³ Notícia também n' *O Comércio do Porto*, com o mesmo título, mesmo dia. Ainda no *Diário de Coimbra*, mesmo dia ("*Consideram a sua imagem afectada - Petrolíferas vão contestar acusações da Proteste*"). A similitude de títulos e textos deixa entender que os jornais reproduziam serviço da agência *Lusa*.

No dia 8, a estreia do filme foi assinalada pelo *DN*, *Correio da Manhã*, *24 horas*, *Público*, *A Capital*, *O Independente*, Antena 1 e Rádio Renascença.

3.2.8.14. Práticas e constrangimentos dos *gatekeepers* das redacções televisivas, por contraponto com a imprensa escrita

3.2.8.14.1 Fonte escondida, imprensa de fora

Outro pormenor que ressalta da prática de reapropriações acima detalhadas reside no facto de, em variadíssimas situações, se evitar qualquer menção ao meio de onde a informação foi retirada. Isto em relação aos *media* portugueses, pois já quanto aos estrangeiros se nota, no geral, prática inversa. Essa dificuldade das redacções televisivas em citarem a origem dos trabalhos que foram a sua fonte de inspiração, contrasta com a facilidade com que a rádio cita a imprensa e a televisão lusas, notando-se a mesma regra da citação habitual quando é a imprensa a trabalhar sobre reportagens, entrevistas, declarações exclusivas da rádio e da televisão.

A maior resistência à citação, por parte da televisão, tem a ver com os trabalhos da imprensa. No caso da rádio, e porque geralmente se torna necessária a inclusão do som, surge regularmente o oráculo com a indicação de *cortesia Antena 1*, ou *cortesia Renascença*, ou *cortesia TSF*.

Já quanto à citação, por uma redacção televisiva, de trabalho original de uma estação de TV concorrente, aí a proibição é praticamente absoluta⁸⁴. Vejamos um ou dois casos que ilustram bem o que acima afirmámos, da obnubilção da fonte/imprensa por parte da televisão.

Dia 8 a manchete do *Diário de Notícias* era um *furo* jornalístico (*Médicos em greve recebem salário completo*, para artigo *Médicos em greve têm salário*). O jornal descobrira que alguns dos médicos aderentes à greve *self-service* recebiam o ordenado por inteiro. Faziam greve, mas picavam o ponto. O *Telejornal* de dia 8 deu conta do caso, e das medidas tomadas pela ministra da Saúde para obviar a que tal prática continuasse. Na notícia televisiva, o trabalho jornalístico do *DN* nunca foi mencionado.

Pivot: A denúncia chegou ao gabinete da ministra da Saúde esta semana, que quer agora apurar responsabilidades.

Jornalista: (...) *A denúncia de que há médicos que fazem greve e depois assinam o livro de ponto chegou ao gabinete de Maria de Belém esta semana, e a ministra quer agora apurar responsabilidades* (...).

Artigo do *DN*: *A denúncia chegou ao gabinete de Maria de Belém, esta semana, que já deu ordens para que o livro de ponto seja assinado, logo de manhã, e entregue à direcção clínica para ser “fechado”.*

Na notícia da descoberta do fugitivo Álvaro Costa, em Gaia, foi a SIC (dia 4) a esquecer-se de

⁸⁴ Esta prática não é exclusiva da televisão. A imprensa também manifesta, nalguns casos, idêntica aversão à citação de um concorrente directo. Por exemplo, o *JN* de dia 8 fizera manchete com o encerramento de um centro comercial sito na cidade do Porto (*Dallas fecha por falta de segurança*), artigo *Câmara mandou fechar centro comercial Dallas*.

No dia 10 voltou a libertar mais pormenores sobre o assunto. A 9, o diário *O Comércio do Porto* antecipava as revelações que os lojistas preocupados com o encerramento do centro comercial fariam, nesse sábado, em conferência de imprensa (*Comerciantes contestam alegado fecho do Dallas*).

A notícia de sexta era um *furo* do *JN*. Note-se como *O Comércio do Porto* deu conta da revelação do *JN*: (...) *O encontro com os jornalistas surge na sequência de uma reportagem veiculada por um órgão de comunicação e que os comerciantes contestam.*

mencionar que tal descoberta fora fruto de trabalho investigativo do diário brasileiro *O Globo*. A TSF, tal como o *Público*, revelaram a origem da descoberta. Pormenor nada despidendo, dado que, tanto o português Álvaro Costa, como os seus dois ex-colegas espanhóis (descobertos na Galiza), eram procurados há vários anos pela Interpol, e sem qualquer sucesso. Os jornalistas de *O Globo* conseguiram, neste caso, ser mais eficazes que a conjugação de vontades de vários organismos policiais federados na Interpol.

Noutros casos, consegue-se mesmo a sobreposição de *cachas* jornalísticas. A revista *Visão* havia revelado, a 30.12.1998, nas suas linhas essenciais, o teor de um documento considerado *secreto*, enviado por Xanana Gusmão à ONU.

No dia 7, quinta-feira, o *Primeiro Jornal* da SIC revelava o teor de um documento *secreto* enviado por Xanana Gusmão à ONU. Oito dias depois, a 7 de Janeiro, o mesmo documento é de novo revelado pela SIC.

Pivot: Xanana Gusmão já disse que aprova um plano de autonomia para Timor Leste, por um período de dez anos. Mas a SIC teve acesso a um documento que o líder da Resistência enviou para as Nações Unidas no final do ano passado. Que não menciona prazos, nem fala do referendo. No documento Xanana enumera no entanto as competências de um futuro governo timorense. E propõe para o período de transição a designação de Timor como território autónomo sob protectorado da ONU.

Confronte-se a informação revelada pela SIC com o que já fora noticiado pela *Visão*:

Nas negociações secretas mediadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), entre o Presidente indonésio Jusuf Habibie e o líder da resistência timorense Xanana Gusmão, o antigo comandante da guerrilha propôs o regresso da autoridade portuguesa a Timor-Leste. Tal solução realizar-se-ia sob a forma de um alto comissário, durante um período de dez anos de transição para a autodeterminação, sob a presença permanente da ONU para fiscalizar o acordo final. Um relatório confidencial a que a VISÃO teve acesso e que esboça as propostas da resistência sugere que Timor-Leste seja designado “Território Autónomo sob o Protectorado da ONU” durante dez anos de autonomia no quadro indonésio (...) - escrevia Jill Jolliffe na edição da Visão dada à estampa uma semana antes da notícia da SIC.

O trabalho dos jornalistas do *Público* e do *DN* foi apagado pela SIC no tratamento noticioso da demissão de Álvaro Cassuto, SIC que também se esqueceu de mencionar o *JN* ao reapropriar-se da reportagem sobre as acrobacias dos *motards* no IC 1. A RTP1 fez o mesmo ao diário nortenho quando deu conta do descontentamento dos empresários das lutuosas; a SIC voltou a esquecer-se do *Público* quando discutiu a não participação de Portugal no maior inquérito internacional alguma vez realizado sobre as competências dos alunos de 15 anos, assim como a contestação à proposta governamental de avançar para a gestão flexível dos currículos escolares. O *TVI Jornal* (2.^a ed.) também se esqueceu do *Público* na reportagem sobre a polémica em torno da construção de um parque de estacionamento na Damaia.

A TVI esqueceu-se do *JN*, quando este jornal deu, em primeira mão, o alerta quanto à possibilidade de uma pedreira estar a contaminar, com resíduos tóxicos, solo de Almoester. A SIC teria dificuldade em mencionar, à uma, *Público*, *DN*, *Correio da Manhã* e *O Diabo*, no tratamento noticioso da contestação do PSD escalabitano à transformação de um presídio militar em prisão civil. A RTP1 fez o mesmo com a reduzida venda de Viagra em Portugal, não potenciando assim o trabalho prévio do *JN*. Não houve referências nem ao *Expresso* nem ao *Tal & Qual* quando a SIC deu conta do regresso de *Manuel 25* ao parlamento; *A Voz da Póvoa* foi esquecida pela RTP1 na retoma noticiosa da onda

de criminalidade em A-Ver-o-Mar, a televisão empatando aí com o *Público*, que também ignorou o semanário poveiro.

A regra tem as suas excepções, naturalmente. A retoma noticiosa, pela SIC, da decisão judicial de encerramento da linha racista *Orgulho Branco* foi acompanhada da menção ao jornal *Público*, o mesmo acontecendo com as revelações do diário *24 horas* a propósito do novo cargo ocupado por Donas Boto.

3.2.8.14.2. *Follow-up* pouco atraente

O confronto do trabalho televisivo com o que é fornecido pela imprensa permite ainda detectar outra característica inerente ao primeiro meio, e que reside na inquietante dificuldade em cumprir o seguimento, o *follow-up* de determinados assuntos.

No dia 4, o *TVI Jornal*, o *Directo XXI* e o *Ponto Final* (todos da TVI); no dia 5, o *Jornal da Tarde* (RTP1) e de novo o *Directo XXI* fizeram-se eco de uma notícia de agência, dando conta das *escaldantes* revelações de um tablóide americano, o *New York Post*. Segundo este jornal, Bill Clinton seria pai do filho de uma prostituta, um jovem com treze anos. O tablóide retomava uma estória desencadeada pela revista sensacionalista *Star*. Esta pagara à prostituta afro-americana pela estória, e conseguira efectuar os estudos de ADN graças às amostras contidas no relatório do promotor Kenneth Starr sobre o envolvimento do presidente com Monica Lewinsky. Uma estória que, como já referimos anteriormente, tinha vindo pela primeira vez a público em 1992, revelações a cargo de outro tablóide, o *Globe*.

As notícias difundidas pelas televisões lusas davam conta das especulações em torno da alegada paternidade de Clinton, mas numa fase em que ainda se não conheciam os resultados dos testes de ADN. Estes foram efectivamente efectuados, ilibando o presidente americano. A notícia havia sido publicada na revista *Time* de dia 10 (citando uma fonte da *Star*), e transcrita no dia seguinte pelo *JN* ("Clinton 'não tem um filho'").

"Aquela publicação semanal afirma que as amostras de sangue de Bobbie Ann Williams, prostituta, e do seu filho Danny (13 anos) não coincidiam com o ADN do presidente. 'Não coincidem, nem de perto nem de longe' - asseverava a *Time*, citando a fonte não identificada da *Star*."

O *Público*, que também destacara o assunto no dia 5 (*Clinton à espera de teste de paternidade*), deu conta, a 12 de Janeiro, do epílogo do caso, numa breve inserta na última página (*Clinton não é pai de adolescente negro*). O mesmo aconteceu com o *24 horas*, que tinha dado grande relevo ao caso, a 5 de Janeiro, no artigo *Será ele filho de Bill Clinton?*. No dia 12, numa breve, vinha a confirmação de que tinha sido rebate falso (*Ele não é filho de Bill Clinton*).

Dos resultados negativos dos testes nenhuma notícia foi difundida pela televisões portuguesas. Perante o espanto dado ao caso, era obrigação das televisões informarem do seu desfecho. Se, como asseverava a TVI, a América estava *suspensa do desenrolar de uma nova novela*; se a TVI utilizara recursos estilísticos para afirmar, numa promoção, que Clinton tinha mais um filho - *Bill Clinton tem mais um filho. A acusação é de uma prostituta. Novo escândalo na Casa Branca (Directo XXI, 4.01.1999)*, também deveria ter informado, uma semana depois, que fora rebate falso.

Note-se que a TVI havia prometido aos seus telespectadores - de novo no *Directo XXI*, mas de dia 5 -, *cenas dos próximos capítulos*, invectivando-os a que não perdessem a seqüela:

A América está suspensa do desenrolar de uma nova novela. Será Danny Williams filho do Presidente Clinton? E Clinton teve relações com uma prostituta há 13 anos, engravidando assim a mãe do jovem? Danny Williams afirma: eu só quero saber quem é o meu pai. Não perca as cenas dos

próximos capítulos quando a revista Star revelar os resultados de um teste de ADN à criança que pode ser o segundo filho do líder da maior potência mundial. Uma história que está a fazer correr muita tinta nos jornais norte-americanos (...) Fontes bem informadas em Washington garantem que na Casa Branca há muita gente em estado de choque por causa de mais esta surpresa do irrequieto Clinton.

Dia 4, o *Primeiro Jornal* noticiou o afastamento de Álvaro Cassuto das funções de maestro titular da Orquestra Sinfónica Portuguesa. O maestro esteve no estúdio da SIC, dando conta da sua versão dos factos e contestando a decisão tomada pela direcção do Teatro Nacional de São Carlos. A notícia surgiu no dia 2, na última página do *Público* (*Álvaro Cassuto demitido*), e no dia 3, nas páginas do *Diário de Notícias* (*Cassuto afastado da Orquestra Sinfónica*). Quer no jornal quer na televisão, Cassuto dirigiu várias acusações a quem o demitira. No *Público* não se deu conta da versão do director do São Carlos, por impossibilidade de contacto. O mesmo aconteceu com o *DN*, as tentativas para o encontrar não tinham sido bem sucedidas, esclarecia o diário. Na SIC, Rodrigo Guedes de Carvalho informou não ter sido possível contactar, durante toda a manhã, Paulo Ferreira de Castro, da administração do São Carlos.

A versão de Ferreira de Castro surgiu nas páginas do *Público*, edição de 5 de Janeiro (*À espera do novo maestro*), e no *DN* de dia 6 (*São Carlos nega diferendo com maestro Álvaro Cassuto*).

Na SIC, o assunto morrera no dia anterior. A versão da administração do São Carlos nunca chegou a ser emitida por aquela estação.

Dia 4 a TVI dava conta no seu informativo do horário nobre (*Directo XXI*), de um litígio entre o ramo americano do *Exército Azul* e a sede internacional daquela organização. A notícia foi um exclusivo na televisão, tendo também passado na Renascença (o correspondente da TVI em Leiria acumula com a rádio católica).

O *Público* deu destaque à querela no dia seguinte, 5 de Janeiro (*Confusão na sede do Exército Azul*). Haveria de repegar o tema, dia 11, com extensa reportagem sobre os interesses envolvidos na contenda (*Quem é o dono da casa?*).

Dia 19, no espaço *Informação Religiosa* (19h) da Rádio Renascença, noticiava-se que o *Exército Azul* e a Diocese de Leiria/Fátima haviam chegado a acordo.

A TVI interessou-se pelo conflito, pela agitação criada pelos funcionários despejados, mas não voltou a pegar no assunto. Nem para escalpelizar os meandros obscuros daquela organização, nem tão pouco para dar conta do desfecho amigável do caso.

Dia 4, no *TVI Jornal* (10h), noticiou-se o início de uma greve dos trabalhadores da Grundig, paralisação anunciada até dia 29: *Trabalhadores da Grundig de Braga voltam à greve. Uma greve que vai prolongar-se desde hoje até 29 de Janeiro. A principal reivindicação dos trabalhadores diz respeito ao pagamento pontual dos ordenados. No entanto, os funcionários reclamam também o facto de o protocolo em vigor não estar a ser cumprido. Isto porque, segundo fonte sindical da empresa, a Grundig tenciona transferir a produção de equipamentos de alta fidelidade para a Alemanha. Os trabalhadores exigem ainda serem reconhecidos como trabalhadores da Grundig, e não da OEM, empresa norueguesa sub-contratada pela Grundig. Descontentes com tudo isto, os trabalhadores vão hoje parar, uma greve que se prolongará até ao próximo dia 29 de Janeiro.*

Acontece que os trabalhadores não chegaram a entrar em greve. Optaram pela via negocial, conforme adiantava um responsável sindical ao diário *O Primeiro de Janeiro*, no dia 5 (*"No 'diálogo' está a*

virtude - Sindicatos da Grundig 'negoceiam' antes de decretar greve na OEM").

Em nenhum dos informativos da TVI, de dia 4 ou dos dias seguintes, se actualizou a notícia dada, informando os telespectadores de que a greve tinha ficado sem efeito.

Mais: verificaram-se desenvolvimentos que levaram a uma resolução do caso favorável aos trabalhadores. A 6.01.1999, dois dias depois da notícia da TVI, o *Correio do Minho* - (*Grundig garante pagamento de salários em atraso na OEM*) - anunciava que os responsáveis da Grundig se haviam comprometido a pagar os salários de Dezembro ainda durante a semana em curso (estávamos numa quarta-feira). No sábado, dia 9, o mesmo jornal noticiava terem os pagamentos sido efectuados no dia anterior (*Salários em dia na Grundig/OEM*).

Ainda no dia 4, na mesma estação, o *TVI Jornal* (2.^a ed.) noticiava o adiamento da execução de um condenado à morte, nas Filipinas. Em rodapé, a jornalista adiantava: *Tudo indica que, apesar da decisão dos juizes, a 15 de Janeiro irá ser cumprida a sentença de morte de Leo Echegaray*. A 15 de Janeiro não houve notícia, nem a 4 de Fevereiro, dia em que a sentença de morte foi efectivamente executada. Curiosamente, RTP1, SIC e RTP2, que não haviam acompanhado a TVI a 4 de Janeiro, noticiaram a execução de Echegaray, em noticiários dos dias 4 e 5 de Fevereiro.

Como já referimos anteriormente, a RTP1 incluiu um *furo* jornalístico no *Telejornal* de 25.12.1998. Na região de Leiria fora descoberto um esqueleto de uma criança que os especialistas afixavam ter vivido há 25 mil anos. A *cacha* do canal público teve repercussões noutras televisões, também na rádio e na imprensa, repercussões que se prolongaram por Janeiro de 1999 adentro. A RTP1 retomaria o assunto, no *Telejornal* de 5 de Janeiro, a RTP2 a 6 de Janeiro, no noticiário juvenil *Caderno Diário*, e a TVI no *TVI Jornal* (2.^a ed.) também de dia 6, ambas reproduzindo afirmações de um antropólogo americano que se deslocara a Portugal para estudar o esqueleto.

Em Junho, o *Público* dava conta das repercussões geradas pela publicação, na revista científica norte-americana *The Proceedings of the National Academy of Sciences*, de um artigo da autoria da equipa de antropólogos responsável pelas investigações ("*Cientistas norte-americanos põem em causa a hibridiz da criança do Lapedo - Mestiça ou moderna?*"). Nenhuma das estações de televisão mencionadas acompanhou este desenvolvimento.

Dia 6, quarta-feira, o *Primeiro Jornal* (SIC) fazia-se eco do protesto dos pais de alunos da escola do primeiro ciclo de S. Miguel de Outeiro, concelho de Tondela. O Ministério da Educação determinara que as crianças passassem a ter aulas de manhã e de tarde, mas os pais alegavam uma série de razões para que os horários se mantivessem, com aulas apenas no período da manhã. Como forma de luta, os pais impediram os filhos de frequentar a escola, até o horário antigo ser retomado.

Dois dias depois da notícia da SIC o impasse resolveu-se, a contento dos progenitores⁸⁵. No dia 8, a Direcção Regional de Educação do Centro (DREC) vergara-se às exigências formuladas, excepcionado um regresso ao horário matinal, apenas para aquele ano lectivo. No ano seguinte, as aulas passariam mesmo a decorrer de manhã e à tarde. A SIC não deu conta do desfecho deste processo de luta⁸⁶.

⁸⁵ Ver *Meninos já vão às aulas, 24 horas*, 9.01.1999; *Pais de S. Miguel de Outeiro vencedores... até Setembro*, JN, 9.01.1999; *Pais levaram a melhor em S. Miguel de Outeiro*, *O Comércio do Porto*, 10.01.1999.

⁸⁶ Apesar dos informativos televisivos regionais não integrarem o *corpus* desta tese, tal não implica que a eles não possamos fazer referência, se considerarmos que tal pode enriquecer o conteúdo deste trabalho. No caso em epígrafe, verificamos que a SIC não esteve sozinha na notícia do protesto. No mesmo dia 6, o *País Regiões Coimbra* (RTP1, 19h 40'), também assinalava o protesto.

A SIC voltou a não estar sozinha na desvalorização do desfecho da luta em S. Miguel de Outeiro. A redacção da RTP1 em

Dia 6, quarta-feira, o *24 Horas* (RTP1) noticiava o impasse existente para a formação do novo governo turco. Uma *novela* que já vinha de 1998, com o primeiro-ministro designado (Bulent Ecevit) renunciando, a 21.12.1998, à incumbência de formar governo, por não ter conseguido maioria que sustentasse o executivo. Yalim Erez substituiu Ecevit na incumbência, mas fracassará também⁸⁷. O impasse mantinha-se nos inícios de Janeiro, e dele dava conta o informativo da RTP1, a 6 de Janeiro. A situação resolveu-se, Ecevit foi de novo convidado a formar governo no dia 7 (*A Capital* de dia 8 dá a notícia), mas o *24 Horas* ou outro informativo da RTP1 não deram conta disso. Dia 11, o primeiro-ministro indigitado anunciava ter conseguido a aprovação do novo gabinete pelo chefe de Estado turco. Assim o noticiava *A Capital* de dia 12 (*Presidente turco aprova governo*).

Da polémica gerada em torno dos nomes escolhidos para a Comissão Instaladora da Trofa já demos conta anteriormente. Tratámos das várias antecipações veiculadas pela rádio e pela imprensa antes do assunto ter chegado ao *Primeiro Jornal* (SIC), a 6.01.1999.

A polémica não estancou por alturas da notícia da SIC. Continuou durante mais alguns dias, e com desenvolvimentos que alteravam o sentido dos depoimentos que alguns dos membros da comissão haviam prestado ao canal de Carnaxide. O caso de Miguel Rossi, representante do Partido Popular, contestado por ter nascido e vivido em Santo Tirso. Rossi, que presidia à Juventude Popular no distrito do Porto, veio a demitir-se da comissão instaladora por se sentir *traído, enganado e usado* pela distrital do partido. Mais: anunciou o *corde de relações* com a estrutura distrital dos seniores.

O *Correio do Minho* reportou estes desenvolvimentos no dia 10, com dois artigos: "*Novo concelho da Trofa - Representante do PP abandona Comissão*" e "*Novo concelho da Trofa - Distrital recusa 'traição'*". O *Público* haveria de tratá-los dia 11 ("*Líder da Juventude Popular corta relações com a distrital - Trofa abre fracturas no PP*"). Os telespectadores da SIC ficaram privados destes desenvolvimentos.

O *Primeiro Jornal* (SIC), de quinta-feira, dia 7, deu-se conta do descontentamento de habitantes da localidade de Gandra, no concelho de Paredes. Reclamavam contra a poluição ambiental gerada na zona por duas empresas. Foi notícia, no dia 8, no *Diário do Minho* (*Moradores de Gandra contra a "porcaria"*), no *Correio da Manhã* (*Moradores de Gandra fartos de poluição*), e no jornal *O Comércio do Porto* ("*De Gandra até à Direcção Regional do Ambiente - Moradores queixam-se de crimes ambientais*").

O *JN* de dia 11 dedica uma página inteira à versão dos responsáveis das ditas empresas, negando que as suas fábricas constituíssem focos de poluição, e mostrando mesmo casos de água dos esgotos a desaguar num ribeiro, mas provenientes de prédio particular (*Empresas rejeitam acusações acerca de descargas poluentes*). Na SIC, que no dia 7 só tinha ouvido a parte reclamante e o presidente da câmara, não se deu qualquer eco a estes desenvolvimentos.

No dia 7, *Telejornal* (RTP1) e *Jornal 2* (RTP2) noticiaram o corte de água em Sines, motivado pela presença de um derivado de petróleo na água da rede pública. Foi notícia de abertura no *Telejornal*. E nada mais se soube do caso. O abastecimento de água seria normalizado no dia 8, pelas 4h30 da manhã (ver *Água volta a Sines, Correio da Manhã*, 9.01.1999).

No final do jogo de futebol entre o Estrela da Amadora e o Futebol Clube do Porto, realizado na

Coimbra também ignorou o assunto.

⁸⁷ Ver Bulent Ecevit *renuncia a formar Governo na Turquia*, DN, n/a, 22.12.1998, p. 13; *Um político de origem curda tenta formar Executivo turco*, DN, n/a, 24.12.1998, p. 10.

noite de dia 4, um simpatizante do clube visitado foi atacado, alegadamente por apoiantes do clube nortenho. A agressão ocorrera fora do estádio e do perímetro de segurança mantido pela PSP. O assunto mereceu várias notícias na televisão, e grande destaque na imprensa. O *24 horas* chegou a fazer manchete sobre o caso, na quinta-feira, dia 7 - *Adepto do Estrela entre a vida e a morte*.

Na televisão passou: dia 6 no *Jornal da Noite* (SIC), no *Directo XXI* e *Ponto Final* (ambos da TVI); dia 7 no *Jornal da Tarde* (RTP1), *Jornal da Noite* (SIC), *TVI Jonal* (13h 30), *Directo XXI* e *Ponto Final* (os três últimos da TVI).

Não houve mais notícias televisivas sobre o caso. Seria legítimo esperar que as televisões informassem da evolução do estado de saúde de Paulo Gonçalves. Não conseguira sobreviver aos ferimentos? Sobrevivera, mas com lesões graves? Saíra do hospital sem sequelas?

Morrer não morrera, de certeza, pois aí as televisões teriam dado grande destaque ao assunto. Logo, os espectadores mais avisados no consumo de telejornais terão sido informados, implicitamente, de que nada de grave sucedera ao jovem. *Se não deram mais nada, é porque está melhor, ou já está bom*, terá cogitado o pelotão dos avisados.

Efectivamente assim aconteceu. O adepto do Estrela da Amadora saíra do estado comatoso ao princípio da tarde de dia 8, sexta-feira. Assim o informava *A Bola* de dia 9 (*Jovem sai de coma*), baseando-se em informações fornecidas pelo pai do jovem. E, se a estória parecia inculcada de mistério desde o início, misteriosa continuou com outras declarações do progenitor do Paulo, também transcritas no diário *A Bola*: *A declaração mais surpreendente de Bento Gonçalves veio logo depois de nos dizer que Paulo havia saído de coma: "Ele nunca esteve em coma profundo, ou seja, entre a vida e a morte, como alguns quiseram apregoar"*⁸⁸.

Apregoaram mesmo, confirmará quem visionar as notícias da televisão, ouvir as da rádio e passar os olhos pelos títulos de alguns jornais. Porventura, terá sido essa a razão para a inexistência de notícias sobre a recuperação de Paulo Gonçalves.

No *Primeiro Jornal* de dia 9 deu-se conta de que uma linha telefónica de índole racista havia sido finalmente encerrada por ordem judicial. A revelação pertencia ao *Público* desse sábado. A notícia era manchete do diário (*Juiz mandou calar "Orgulho Branco"*).

Haviam passado quase dois meses desde a denúncia pública do funcionamento da linha racista. A 12.11.1998, o *Público* dera o alerta, em manchete ("*Orgulho Branco' aproveita vazio legal para espalhar mensagem - Racismo por telemóvel*"), com artigo de página inteira nas interiores ("*Linha racista aproveita-se de vazio legislativo para propaganda anticonstitucional - 'Orgulho Branco' de telemóvel*"). A reportagem do *Público* provocou cobertura alargada do caso. Foi notícia, ainda a 12 de Novembro, na Antena 1, no *Jornal da Tarde* (RTP1), no *Jornal 2* (RTP2), *Jornal da Noite e Último Jornal* (SIC), no *Directo XXI* e no *Ponto Final* (TVI). O Procurador Geral da República anunciou a instauração de um inquérito. No dia seguinte mereceria ainda a atenção da Rádio Renascença, na sequência da aprovação, pela Assembleia da República, e por unanimidade, de um voto de protesto contra o funcionamento da referida linha.

O assunto viria a cair no esquecimento total das televisões, até ao dia em que o *Público* anunciou o encerramento da linha por ordem judicial. Este diário havia, entretanto, efectuado nova denúncia, um mês depois do caso ter vindo a público. A 10.12.1998, noticiava-se que a linha continuava activa e que, para além dos ataques a negros, passara a insultar também ciganos e homossexuais (*Um mês de "mimos"*). Mas na televisão não houve qualquer seguimento do caso.

⁸⁸ O diário *O Jogo* desse mesmo dia (9.01.1999) trazia informação diferente da veiculada por *A Bola* (*Paulo José Gonçalves mantém-se em coma*). A notícia era baseada num comunicado emitido dia 7 pelos responsáveis da UCIC do Hospital S. Francisco Xavier

3.2.8.14.3. Ressonância mimética do dramatismo

Há mais dados a realçar, neste confronto. Por exemplo, que o mimetismo vai para além da tarefa de selecção dos assuntos a noticiar, podendo encontrar-se, também, no tom que inculca as notícias. Vejamos o caso do *Kaaksburg*, encalhado ao largo da Figueira da Foz. As primeiras informações alertavam para a possibilidade de uma catástrofe ecológica naquela praia. Como tal se não veio a verificar, a âncora que permitiu manter o assunto em antena durante mais algum tempo, com muitos directos à mistura, fundeou na mais que certa impossibilidade do barco vir a ser removido do local em que se encontrava, causando assim graves incómodos numa cidade interessada em apostar cada vez mais no turismo de Verão. Os dois alarmes foram soando em conjunto nas páginas da imprensa, nos receptores de rádio e nos televisores. No *24 Horas* (RTP1) de dia 3 de Janeiro já se faziam referências ao *perigo*, que residia *agora no combustível do navio*.

O *Público* de dia 4 titulava *Derrame de combustível iminente*; o diário *24 horas* avisava, na primeira página: *Poluição ameaça porto da Figueira da Foz*. Nas interiores, o mesmo tom: *Perigo ecológico na Figueira da Foz*. O *DN* também assustava, a páginas 23: *Derrame ameaça a Figueira*. Mas a primeira página assustava mais ainda: “*Bomba*” *ao largo da Figueira*, assim rezava o título. No subtítulo podia ler-se *Carga de petroleiro avariado pode derramar e causar prejuízos graves*.

Na rádio, no dia 4, às 9h, a TSF considerava que *o perigo de derrame era iminente*. Às 9h30 falava-se em risco de maré negra, risco anulado no informativo das 13h. A Antena 1 dissipara o risco às 12h, apesar das preocupações referidas às 17h. Às 12h, a Renascença lembrava que *as 26 toneladas de combustível retidas nos tanques do navio encalhado ao largo da Figueira da Foz são a grande preocupação da Protecção Civil*, também dos ambientalistas.

No *Telejornal* (RTP1, 20h) de dia 4, o *pivot* informava: (...) *Nos seus tanques encontram-se 36 toneladas de combustível, o que está a constituir um forte motivo de preocupação para as autoridades marítimas portuguesas*. Esta afirmação não era suportada por qualquer declaração, no mesmo sentido, feita pelas *autoridades marítimas*.

No sumário do *Directo XXI* (TVI, 21h), o *pivot* avançava: *Navio encalhado com 36 toneladas de combustível pode provocar um desastre ecológico na Figueira da Foz. A trasfega do combustível deverá começar nas próximas horas. O navio poderá já não ter salvação*. Um exagero se comparado com as declarações do responsável pela Protecção Civil, na peça subsequente: *A preocupação que temos neste momento, enquanto Serviço Municipal de Protecção Civil é o gásóleo que ainda permanece dentro do navio que, não sendo um risco enormíssimo, é um risco que existe*. Num segundo excerto, inserido na mesma peça, diz Lídio Lopes: (...) *Para além do gásóleo e desse derrame possível ... do risco que existe, embora com pouca probabilidade*.

E Andrade Monteiro, comandante da Capitania do Porto da Figueira da Foz, afirma que a trasfega *não envolve perigo*. Passado o perigo da maré negra, o alarmismo transfere-se para a operação de trasfega, também para a forte, fortíssima? probabilidade do *Kaaksburg* vir a morrer na praia, ingloriamente esfacelado.

Dia 5, no *Primeiro Jornal*, Baganha Fernandes, do Serviço Anti-Poluição da Direcção Geral da Marinha, considerava que se estava *perante uma situação não muito preocupante, na medida em que temos 36 mil litros de gásóleo, que é uma quantidade relativamente pequena* (...).

Depoimento em sintonia com o veiculado pelo *JN* do mesmo dia 5 (*Desmantelamento do navio parece vir a ser a solução*), e na boca do mesmo Baganha Fernandes. Neste artigo, aquele responsável garantia que *as preocupações ambientais são “poucas”, por se tratar de “uma pequena quantidade de combustível” e, também, porque a empresa que vai proceder à remoção é “conhecida e de*

confiança”.

No mesmo dia, o *DN* avançava com informação diferente, surpreendentemente vinda do mesmo responsável. *Baganha disse ao DN que “os riscos, apesar de calculados”, poderiam aumentar; caso se viessem a concretizar “as condições desfavoráveis do mar”.* Afirmações que sustentavam o título *Trasfega preocupa Marinha*.

No dia 5 (7h, 8h30), a *Renascença* também se referia à trasfega como *operação de alto risco*.

O *Directo XXI* de dia 5 suavizava o alarmismo do dia anterior: *Já começou a operação de trasfega. A Protecção Civil diz que o risco é mínimo, mas os bombeiros estão de prevenção máxima no local*.

Os *media* começavam a desencilhar do assunto. A operação de trasfega terminou no dia 6, facto reportado pela RTP1 (*Jornal da Tarde e Telejornal*, 13h e 20h), pela TVI (*TVI Jornal*, 2.ª ed., 13h 30), pela RTP2 (*Jornal 2*, 22h), pelas rádios, aqui ainda no dia 7.

A SIC despedira-se do *Kaaksburg* logo no dia 5 (*Último Jornal*), quebrando assim uma promessa feita por Rodrigo Guedes de Carvalho, no *Primeiro Jornal*. A operação de trasfega iniciara-se poucos minutos antes de um directo efectuado pela estação, levaria mais ou menos 24 horas. O *pivot* despede-se do repórter que efectuara o directo, dizendo: *Que é como quem diz... 24 horas, amanhã, por esta altura do Primeiro Jornal, aqui estaremos para saber se de facto a operação correu pelo melhor; como todos desejam*.

A trasfega correu bem, não houve qualquer problema, figueirenses e portugueses quase poderiam dormir em paz não fosse outro problema delicado: pôr o barco a navegar de novo. O *Público* de dia 5, que suavizara os riscos de catástrofe ecológica, não era peremptório a dizer que o navio tinha que ser desmantelado (*“Kaaksburg’ permanece encalhado na Figueira da Foz - Empresa espanhola retira combustível”*).

No *Telejornal* de dia 5 vaticinava-se desfecho diferente:(...) *Quanto ao destino do barco, o mais certo é ser desmantelado em plena praia*. A mesma conjectura na 1.ª edição do *TVI Jornal* de 5 de Janeiro. Os jornalistas autores do vaticínio declaravam em conformidade com títulos da imprensa daquela manhã: *A solução vai ser desmantelar o navio, lia-se no 24 horas. Desmantelamento do navio parece vir a ser a solução*, lia-se no *JN*.

No dia 6, o *Público* também aventava a hipótese: *Navio encalhado pode vir a ser desmantelado na praia da Cova-Gala*, lia-se, a subtítulo do artigo intitulado *Trasfega do combustível deve terminar hoje*. No dia 7 também a *Renascença* entrou no coro do desmantelamento.

O repouso do cargueiro passou a ser sobressaltado só de longe a longe, a partir de então. Dia 12, a TSF adiantava que o material necessário para retirar o barco encalhado deveria chegar nesse mesmo dia, ou a 13 de Janeiro.

Dia 15, *Jornal da Tarde e Telejornal* (RTP1) davam conta da continuação dos trabalhos para a remoção do navio. Dia 19 a SIC reapareceu, com o *Primeiro Jornal* lembrando que o cargueiro continuava à espera de ser rebocado. No dia seguinte, na mesma estação, mas no *Jornal da Noite*, informava-se da impossibilidade de rebocamento do navio, tendo este, em consequência, que ser desmantelado.

Chegado Março, lembrou a *Renascença*, às 12h de dia 12, que o caso continuava por resolver. Cinco dias mais tarde, era o *País Regiões Coimbra* (RTP1) a pontuar o mesmo. Dia 22, neste mesmo informativo regional consolidou-se a tese do desmantelamento.

O *Primeiro Jornal* de 1 de Abril lembrou aos telespectadores a teimosia do *Kaaksburg*, ou a impotência do Homem em conseguir libertar-se do pesadelo. A 9, nova notícia no *País Regiões Coimbra*, desta feita provocada por posição da autarquia figueirense, que ameaçava processar o Estado português por mor dos prejuízos causados pela mais que inevitável operação de desmantelamento. A

mesma informação, três dias depois, mas no regional emitido para todo o território, o *País País*.

A 19 de Abril procedeu-se à última tentativa de remoção do navio, operação de mau sucesso, que se prolongou por três dias (a 19 na Renascença, 14h; SIC, *Último Jornal*; RTP1, *País Regiões Coimbra*; a 20 na SIC, *Primeiro Jornal* e *Último Jornal*; RTP1, *País Regiões Coimbra*; na Renascença e na TSF, em vários informativos; a 21 na RTP1, *País Regiões Coimbra*).

A odisseia terminaria a 16 de Maio de 1999. O Homem vencera o ferro, também os elementos, o lenço branco foi agitado apenas pela RTP1, RTP2 e Antena 1. Às 8h de 7 de Maio, a Antena 1 informava que o *Kaaksburg* já ia mar alto fora, rumo a Vigo.

Não houve maré negra, não houve catástrofe ecológica, a *bomba* ao largo da Figueira não rebentou, a operação de trasfega do combustível decorreu sem mácula. O navio não teve que ser desmantelado.

3.2.8.14.4. A longa espera pela imagem

Mais alguns apontamentos, originados pelo confronto entre as notícias da TV e da imprensa.

A visita de Tony Blair à África do Sul só foi noticiada (*Jornal da Noite* e *Último Jornal*, na SIC; e *Jornal 2*, na RTP2) na sexta-feira, dia 8, pelo facto da polícia ter carregado sobre manifestantes que se opunham à presença do governante em solo sul-africano. Manifestações que tinham sido previamente anunciadas pelo *MAGO - Muçulmanos Contra a Opressão Global*. Deste anúncio dava conta uma notícia publicada no *JN* de dia 6 de Janeiro (*Muçulmanos do Cabo contra Blair*). Os confrontos verificaram-se no terceiro e último dia da visita de Blair à África do Sul. A visita mereceu tratamento jornalístico detalhado, entre outros periódicos, no jornal *Público*.

Nessa viagem, Tony Blair esperava conseguir a ajuda do Presidente Nelson Mandela para resolver o impasse diplomático em que se encontrava o *caso Lockerbie* (com a Líbia a recusar a extradição dos dois suspeitos de responsabilidade no atentado contra o avião da *PanAm* que explodiu em 1988 sobre a localidade de Lockerbie, na Escócia). Kadhafi aceitara entregar os suspeitos - alegados membros dos serviços secretos líbios - da autoria do atentado de Lockerbie, mas exigia que os presumidos terroristas cumprissem as penas de prisão na Líbia. Era esta exigência do líder líbio que emperrava o avanço do processo tendente à concretização do julgamento dos alegados autores do atentado. O encontro teve lugar dia 7.

O Primeiro-Ministro britânico foi bem sucedido na tentativa de sensibilizar Mandela para uma intervenção conducente ao desbloqueamento do impasse⁸⁹. No dia 7, em conferência de imprensa, o estadista sul-africano confirmou o lançamento de uma ofensiva diplomática para a qual se assegurara a cooperação do Conselho de Segurança da ONU, através do levantamento temporário do embargo aéreo decretado pelas Nações Unidas contra a Líbia, medida indispensável para a deslocação a este país do embaixador da Arábia Saudita em Washington e do chefe de gabinete de Mandela. Os dois emissários tentariam quebrar o impasse gerado pela exigência de Kadhafi, contribuindo assim para acelerar o desfecho de um caso que se arrastava há já dez anos.

Pese embora a importância do que se encontrava em jogo, nenhuma destas candentes questões mereceu tratamento noticioso televisivo. Nem aqui se pode arguir com a dificuldade em conseguir imagens de negociações feitas no segredo dos deuses. Os arquivos das televisões têm imagens da catástrofe aérea de Lockerbie, também de Kadhafi, também de Mandela, para com elas poderem ilustrar uma ou mais peças. Condenada a morrer no limbo do esquecimento das TV's lusas, ressuscitou

⁸⁹ Ver "*África do Sul quer desbloquear caso Lockerbie - Mandela joga trunfo diplomático*", 24 horas, 8.01.1999, p. 18.

ao terceiro dia graças a umas escaramuças de rua.

Ligaremos este caso a outros dois, reportando assuntos de origem bem díspar. O *Telejornal* de 9 de Janeiro, sábado, noticiou a extinção do movimento *Odivelas a concelho*. Foi a única notícia veiculada pelas televisões, durante essa semana, sobre o novo concelho. Acontece que, a exemplo do que estava a suceder com a Trofa, também em Odivelas se agudizaram as divergências no seio dos grupos que, durante anos, ergueram mais alto a defesa da criação do novo município. A Comissão Instaladora ainda não entrara em funções, os políticos locais trocavam acusações entre si, havia guerrilha interna no PS local, a guerra aberta surgia como reflexo de outras guerras, estas com epicentro nas sedes partidárias de Loures. O *JN* e o *Público* deram conta exaustiva de tudo isto, o primeiro a 4 de Janeiro (*Movimento de Odivelas quase extinto*), o segundo no dia 7 (*“Comissão instaladora da nova autarquia ainda não entrou em funções, enquanto partidos se digladiam - Guerra aberta em Odivelas”*). polémica que, como já afirmámos, passou em branco nas televisões.

Terceiro e último caso. No dia 8 foi lançado um livro da autoria de Francisco Lucas Pires. A cerimónia de apresentação da obra mereceu notícias no *Telejornal* (RTP1) e no *Jornal 2* (RTP2). Dois dias antes, a 6 de Janeiro, o *Público* já reproduzia o posfácio do livro. A obra encontrava-se à venda desde dia 4.

3.2.8.14.5. Agenda televisiva, uma agenda constrangida

Sem termos a pretensão de *determinar* os critérios editoriais em que se basearam as três opções dos *gatekeepers* da RTP1, da RTP2 e da SIC, percebe-se que a decisão para a inclusão de notícias sobre estes assuntos se baseou na possibilidade de captar imagens de tais acontecimentos. No primeiro caso, confrontos entre populares e polícia oferecem sempre imagens apelativas. No segundo, optou-se por esperar pela reunião formal de extinção do movimento de Odivelas, onde foi permitido o acesso aos jornalistas e a captação de imagens. No terceiro e último caso, também se esperou pela cerimónia de apresentação do livro de Lucas Pires, evento com a participação de diversas personalidades de renome.

O que pretendemos fazer sobressair deste último grupo de casos é a natureza específica do jornalismo televisivo, por contraponto com as especificidades do jornalismo radiofónico ou escrito. É evidente que qualquer uma das redacções televisivas poderia ter antecipado também o conteúdo da obra de Lucas Pires, como poderia ter recolhido depoimentos dos desavindos no seio dos autonomistas de Odivelas (a SIC fê-lo com idêntico caso na Trofa, apesar de atrasada em relação aos jornais). A *branca* noticiosa da viagem de Blair, só colmatada com o surgimento de confrontos terá outra explicação, aqui mais radicada na vertigem do espectáculo que imagens do género fornecem.

Independentemente de se constatar, como constatámos, o elevado volume de antecipações por parte da rádio e da imprensa, em relação aos telejornais; independentemente de se poder afirmar, sem tibiezas, que em muitos dos casos a televisão poderia ter sido a primeira, determinando até as agendas dos outros meios (referimos casos concretos em que tal aconteceu); importa ter sempre presente a diferente natureza de cada um dos meios, não olhando de forma cega para os valores que despontaram das pesquisas que desencadeámos. Essa diferente natureza comporta exigências díspares, de meio para meio, com condicionamentos específicos também.

Há assuntos noticiados que se adaptam ao molde de cada meio. Um diário pode, sem dúvida, noticiar a invenção de um *par* de três meias, trio que as mulheres apreciarão bastante sempre que se rompa o fio da malha de uma das componentes do conjunto. Uma foto do peculiar *par*, texto a condizer e paginação no canto dedicado aos *fait divers*. Mas convenhamos tratar-se de problemática que se

espraia bastante melhor em televisão. O mesmo vale para a reportagem sobre o *elefante goleador* de Miami, porque importa conhecer a agilidade do paquiderme na marcação de golos. O mesmo vale para as cada vez mais frequentes peças reportando records de queda de dominós em cadeia. Dão imagens belíssimas em televisão, são peças que julgamos impossíveis de reportar na rádio, e que se tornarão bastante débeis na imprensa, a foto congelando o que só sobe à ribalta noticiosa pelos espectaculares efeitos do movimento.

Pelo contrário, a antecipação do conteúdo de um livro surge mais talhada para tratamento na imprensa. Como as antecipações do conteúdo de alguns discursos, de algumas votações parlamentares, de decisões a tomar por plenários partidários em dias que ainda vêm longe. Não estando inibida de proceder às mesmas antecipações, a natureza específica do jornalismo televisivo obriga, em muitos casos, à paciência de esperar pela realização da votação parlamentar, pelo conclave partidário, pelas declarações do porta-voz do Conselho de Ministros.

O ciclo noticioso terá, desta forma, mais facilidade em criar raízes na rádio e na imprensa, estes meios antecipando muito do que a televisão mais tarde se encarregará de mostrar, de animar. As especificidades de cada um dos meios analisados permitem-nos, com base no que já detalhámos, bipartir as diferentes agendas, não podendo pedir tudo a todas elas. Nos meios rádio e imprensa encontraremos *agendas-alavanca*, que dão bastante, antecipam muito e mostram geralmente pouco. No meio/televisão deparamo-nos com uma *agenda-montra*, mais apta a animar, com imagens em movimento, as falas sem rosto da rádio e os textos sem som da imprensa. Consequentemente, os *gatekeepers* responsáveis por diferentes agendas regem-se por critérios distintos. Os da rádio jogam freneticamente o campeonato das antecipações, quer isso implique investigação jornalística, quer se resume apenas ao *dar primeiro* que a concorrência. Levam vantagem à imprensa pelo diferença incomensurável de informativos diários que podem emitir, pela possibilidade do directo, do confronto, do debate. A limitação da edição diária única obrigará os *gatekeepers* da imprensa escrita a pelejarem no campo do jornalismo de investigação, no campo da originalidade das reportagens que veiculam. O espaço de que dispõem permite-lhes abordagens mais extensas e mais profundas que as da rádio e da televisão, permite-lhes dar tudo o que outros dão, sobrando ainda fatia substancial para preencher com aquilo que os outros não podem dar, não quiseram investigar, não souberam descobrir. Os *gatekeepers* da televisão beneficiam das vantagens do directo, do debate, do confronto; têm mais edições que a imprensa, e podem ganhar com isso, e muito menos que a rádio, e podem perder com isso. Mas precisam da imagem como de pão para a boca, muitas imagens diferentes para peças cada vez em maior número, porque de tempo mais limitado, e porque os telejornais já vão ultrapassando, bastas vezes, a duração de muitas novelas. Lutam, no entanto, com a mais pesada máquina de todos os meios referidos. O minuto e meio de cada notícia obriga à mobilização de uma equipa que, nos outros meios, é capaz de produzir muitos mais minutos de rádio, muito mais linhas de texto.

Muitas das opções dos editores ou coordenadores das redacções televisivas são, por certo, condicionadas pelos meios humanos e técnicos que têm à disposição, por certo em défice para com as necessidades reais, em grande défice para com os projectos sonhados.

O exemplo que a seguir carreamos evidencia, na nossa interpretação, algumas das condicionantes do meio/televisão. Reporta ao quase *não-acontecimento* que foi o julgamento das milícias de Francelos, a 7 de Janeiro.

Apesar da grande probabilidade da audiência vir a ser adiada - o diário *O Primeiro de Janeiro* da manhã de dia 7 já dava o adiamento como certo, e pelos motivos que efectivamente estiveram na base da decisão judicial de protelamento; às 9h, no *Notícias 1* (RTP1) e às 10h, na primeira edição do *TVI*

Jornal, também se apontava o adiamento como provável -, a máquina estava montada com antecedência. Essa montagem correu a par com a criação de expectativas em torno do julgamento, através de artigos, reportagens e peças que começaram a ser veiculadas com antecedência. Dois dias antes, a 5 de Janeiro, o *Correio da Manhã* publicava entrevista com o líder das milícias. No dia anterior, SIC (*Primeiro Jornal e Jornal da Noite*), e TVI (*Directo XXI*) alinharam peças de alerta; o *JN* fazia manchete com o assunto - *Milícias de Francelos acusadas de terrorismo*. Mas já muito antes, a 29 de Dezembro, tendo por base serviço da agência *Lusa*, alguns diários sinalizavam o primeiro grande julgamento do novo ano.

Na manhã de dia 7, o grande julgamento passara a mega: *Hoje é dia de mega-julgamento*, ouvia-se às 10h, na primeira edição do *TVI Jornal*. Na RTP1 avançavam-se os números mobilizados para a audiência, também apelidada de mega: *No tribunal vão estar meia centena de arguidos, 180 testemunhas de acusação e 300 de defesa. Um elevado número de pessoas que pode levar o juiz a adiar o início do julgamento, e a agendá-lo para outro local*.

Um mega-julgamento, logo um julgamento mediático. Susana Santos, *pivot* do *Notícias 1*, assim fez a transição para a peça seguinte, a do processo de destituição de Bill Clinton: *Há outro julgamento mediático nesta quinta-feira (...)*. Ligação mantida no *Jornal da Tarde*, às 13h, onde Carlos Daniel também usou a expressão mega-julgamento: *A abrir o jornal, um grande julgamento nacional adiado, o das milícias de Francelos. E um grande julgamento mundial que está no início, o de Bill Clinton, no Senado (...)*.

Na rádio, e antes da emissão deste primeiro informativo televisivo do dia, já se haviam registado 17 inserções: 2 notícias na Antena 1, 8 na Renascença e 7 na TSF. Até às 13h (*exclusive*), registavam-se 30 notícias na rádio: 6 na Antena 1, 13 na Renascença e 11 na TSF (ver quadro 46-C). A Antena 1 alinhara a primeira notícia às 6 da manhã, a segunda às 07h, a terceira às 09h, a quarta às 10h, a quinta às 11h, a sexta às 12h. A Renascença começara logo à uma da manhã, seguindo-se notícias às 02h, 03h, 06h, 07h, 07h30, 08h, 8h30, 09h, 09h30, 10h, 11h e 12h. A TSF começara às 00h, seguindo-se notícias à 01h, 06h, 07h, 07h30, 08h, 08h30, 09h, 09h30, 10h e 12h.

Às 13h foi notícia de abertura do *Jornal da Tarde*. Na RTP1 disponibilizaram-se 5' 46" para reportar o assunto, assim distribuídos: 53 segundos para o *pivot*, 1' 59" para uma peça sobre o julgamento, mais 2' 54 para uma segunda peça, onde se fez uma retrospectiva do caso das milícias de Francelos.

No *Primeiro Jornal* da SIC, também abriu o noticiário. Disponibilizaram-se 10' 28", sendo 50" para intervenções do *pivot*, 6' 22" para um directo ao tribunal de Gaia e os restantes 3' 16" para uma peça pré-gravada com o advogado Artur Marques.

Atente-se agora na transcrição das introduções dos apresentadores, e sua sequência.

Pivot (Jornal da Tarde, RTP1): A abrir o jornal, um grande julgamento nacional adiado, o das milícias de Francelos. E um grande julgamento mundial que está no início, o de Bill Clinton, no Senado. Por ausência de alguns arguidos, foi adiado (...). Segue-se peça gravada, na qual o jornalista João Fernando Ramos já dá a indicação do adiamento do julgamento, e da nova data para a sua realização, 4 de Março.

Pivot (Primeiro Jornal, SIC): Já teve início no tribunal de Vila Nova de Gaia a audiência das milícias populares de Francelos. Mas tudo indica que o início do julgamento não será hoje. Deverá ser adiado, devido à ausência de muitos arguidos e testemunhas. (...) O melhor mesmo é irmos já em directo para o tribunal de Vila Nova de Gaia, onde se encontra a repórter Lúcia Gonçalves. Lúcia, boa-tarde, tudo indica que, de facto, o julgamento será adiado....

Jornalista: Exacto, Rodrigo, acabei de ter essa informação, o julgamento foi adiado para 4 de

Março (...).

A dúvida reside em saber se a repórter da SIC *acabara* de receber a informação do adiamento segundos antes do estabelecimento da ligação, ou se muito tempo antes. As intervenções de Carlos Daniel e de Rodrigo Guedes de Carvalho duraram sensivelmente o mesmo tempo. A SIC começara o seu noticiário, como era habitual ao tempo, um minuto mais cedo que a RTP1, às 12h 59. Se estivéssemos a comparar procedimentos iguais, tal minuto poderia ter sido prejudicial para a SIC. Acontece que os procedimentos foram diferentes. Enquanto a SIC abriu o noticiário com intervenção do *pivot* a que se seguiu um directo, a RTP1 iniciou o informativo com intervenção do *pivot* seguida de peça gravada. E, na peça gravada, já se referia a decisão judicial, não como hipótese, mas como dado adquirido, avançando-se mesmo a data para a qual o julgamento havia sido postergado. Mais ainda: no sumário que, na RTP1, antecedia o início do *Jornal da Tarde*, já se veiculava a mesma informação: julgamento adiado. Ora, para a gravação da peça, o jornalista teve que se deslocar aos estúdios do Monte da Virgem. Mesmo com o texto escrito na viagem (caso o jornalista não fosse o condutor); mesmo com um pré-alinhamento mental dos excertos a retirar da cassete, pré-alinhamento feito no caminho pelo repórter de imagem, convenhamos ser tarefa impossível que deslocação, montagem e locução da peça tivesse sido feita em 45 segundos, deixando outro record para a gravação do sumário, neste caso pronto em apenas 15 segundos. Mesmo que o sumário tenha sido lido em directo, num *of* do *pivot*, são sempre precisos alguns segundos (ou minutos?) para alinhar as imagens. Acresce ainda que a informação do adiamento do julgamento é feita em *vivo*, gravação com o jornalista ainda no tribunal de Gaia. Não foi, portanto, informação que tivesse recebido já no estúdio. Logo, parece-nos bastante improvável que a repórter Lúcia Gonçalves tivesse *acabado* de receber a informação do adiamento quando o directo começou. Não se exclui a hipótese da RTP1 ter conseguido confirmar o adiamento com antecedência suficiente que lhe permitisse abrir o telejornal já com a notícia em peça gravada. Mas afigura-se difícil que tal hipótese possa ter vencimento, tantos os jornalistas presentes, naquele dia, no tribunal de Gaia; atendendo ainda à postura da SIC em situações similares, raramente se deixando ultrapassar pela concorrência.

O mais plausível é que a SIC tenha recebido a confirmação alguns (poucos ou muitos) minutos antes, e que, quer a introdução do *pivot*, quer as primeiras falas da jornalista, tenham servido como muletas estilísticas para justificarem um directo sobre um julgamento que não se realizou. E é, até, opção com justificação bastante plausível. Toda a máquina fora montada para a realização do directo, o que obriga à mobilização de meios muito diferentes e muito mais significativos do que a simples deslocação de uma equipa de reportagem que depois tratará de montar uma peça em estúdio. O alinhamento também estava condicionado por esse directo de abertura, um alinhamento de risco muito superior a outros que só incluam directos lá mais para o interior do jornal. Logo, os profissionais da SIC não fizeram mais do que adaptar, à circunstância, a regra do *presente histórico*, tão sagrada em televisão e na rádio. Aqui, transformada no segundo histórico.

A mobilização de profissionais para o directo retirou-os da execução de outras peças, porventura necessárias ao *Primeiro Jornal* (informativo da hora do almoço, com menos tempo disponível para a preparação de peças que os jornais do horário nobre, como detalharemos mais adiante). A inclusão de um directo vale, em peças, a duração daquele. Quanto mais tempo durar, menos peças gravadas são necessárias. Note-se a diferença de tempos gastos pela RTP1 e pela SIC, ao reportarem o mesmo assunto: 5' 46" na RTP1, 10' 28" na SIC.

Acresce o facto de, a seguir ao directo, ter sido difundida uma peça preparada com antecedência, com o advogado Artur Marques fazendo o enquadramento jurídico do caso. Essa peça ocupou mais 3' 22" do *Primeiro Jornal*.

Coloquemo-nos no lugar do editor do *Primeiro Jornal* deste dia. Na suposição de que poderia ter tido conhecimento da confirmação do adiamento às 12h 30, teria aquele profissional possibilidade de anular o directo, arregimentando num ápice três ou quatro peças que preenchessem o tempo que coube à ligação a Gaia? Convenhamos que seria decisão assaz difícil.

Este exemplo serviu fundamentalmente para fazermos ressaltar a grande dependência sofrida nas redacções televisivas em relação aos meios disponíveis. Não existe aqui a maleabilidade da rádio, máquina bastante mais leve, seja para a captação de sons, seja para a feitura de peças, para a montagem de registos magnéticos, maleabilidade que se reflecte numa maior facilidade em proceder a alterações nos alinhamentos dos noticiários.

3.2.9. Conclusões da análise à semana de 4 a 10.01.1999

1. Os noticiários televisivos são compostos, em parte nada despicienda, por assuntos alinhados em informativos precedentes, regularidade que vai para além dos noticiários contíguos, varrendo os pólos extremos do dia noticioso, e ainda com reenvios para o dia seguinte.

2. De acordo com os dados apurados, os telespectadores que assistem a um telejornal verão, em média, no informativo seguinte da mesma estação, serem tratados um terço ou mais dos assuntos já anteriormente noticiados. (Excluindo os jornais matinais, para veicularmos dados referente a igual universo de telejornais por estação, verifica-se que o peso das retomas se situa entre 31,4% e 44,1%, quando se atende ao total de assuntos dos jornais emissores; entre 35,0% e 57,5%, quando se atende ao total de assuntos seleccionados pelos jornais receptores.

3. Esta retro-alimentação - que poderia significar naturais e necessárias reactualizações de acontecimentos/processos em desenvolvimento -, radica fundamentalmente na mera redifusão, sem alterações, de peças/notícias anteriormente alinhadas.

4. O conjunto de retomas sem actualização atinge os 29,1% do total das notícias emitidas, num intervalo compreendido entre 25,1% e 33,3%;

5. O peso das retomas não actualizadas adquire especial significado nos informativos televisivos situados nos extremos do mapa noticioso diário (edição matinal e última edição), representando assim uma clara desvalorização destes telejornais. Como corolário, os telespectadores vêem reduzida, em 50% (RTP1 e TVI) e 33,3% (SIC), a oferta de informativos privilegiando a actualidade.

6. Comprovou-se também que é este grupo de retomas sem actualização o responsável por grande parte (81%) dos intervalos máximos de colocação de notícias nos alinhamentos referentes a notícias emitidas durante um ciclo diário. As pesadas despromoções aqui verificadas deixam entender motivações alheias a critérios estritamente jornalísticos, na decisão da inclusão de tais retomas por parte dos *gatekeepers*. Carências de recursos humanos, técnicos e logísticos, ou necessidades de contra-programação poderão incluir-se no rol de tais motivações. A serem tomadas por jornalistas, na verdadeira e nobre acepção da palavra, só razões desta índole poderão justificar os casos detalhados de inclusão, nos telejornais, de peças desactualizadas.

7. A estes geradores miméticos endógenos a cada estação, somam-se forças miméticas exógenas a cada estação, apesar de endógenas ao meio/televisão. Comprovámos uma enorme potencialidade na desmultiplicação em notícias dos assuntos alvo da atenção de mais do que uma estação - nomeadamente os assuntos tratados por quatro e três estações -, contrastando com a debilidade dos assuntos tratados por duas ou só por uma estação. No conjunto da semana, verificámos que o grupo de assuntos alinhado pelo pleno das estações conseguiu gerar, em média, mais 6,3 notícias que o grupo de assuntos noticiado por uma só estação.

8. Essa potenciação em notícias corre a par com outra tendência, e que consiste na atribuição, às notícias referentes a assuntos veiculados por 4 e 3 estações, de lugares de privilégio na hierarquia dos alinhamentos.

9. Em contrapartida, nota-se repulsa aos fechos e zonas de fecho dos telejornais, por parte deste grupo de notícias.

10. Como corolário do constatado em 6), 7) e 8), os assuntos noticiados exclusivamente por uma estação - assuntos onde, à partida, poderemos encontrar a marca específica de cada redacção -, não conseguem impor-se no *continuum* do mapa noticioso diário, registando assim presenças fugazes nos telejornais; acedem com grande dificuldade aos lugares de topo dos alinhamento, ocupando zonas intermédias e sendo, bastas vezes, despromovidas a *notícias-rodapé*.

11. Alargando o *corpus* ao meio rádio, comprovaram-se similitudes relevantes ao enunciado no ponto 7. A potenciação de assuntos seleccionados em notícias cresce a par com o maior número de estações de televisão que veicularam tais assuntos. Para além desse desdobramento mais significativo, é nestes grupos de assuntos (seleccionados por 4 e por três estações de TV, e que a rádio também veiculou), que encontramos os maiores períodos de permanência em antena. Os assuntos agendados pelas rádios e pelo pleno das televisões geram, em média, notícias que se situam entre o quádruplo e o sêxtuplo dos assuntos tratados apenas pela rádio. A progressão é crescente, à medida que os assuntos veiculados pelas rádios vão beneficiando do tratamento por uma, duas, três ou quatro televisões.

12. A entrada, no *corpus*, do meio/imprensa escrita, vem reforçar as comprovações até agora efectuadas. Respeitando a especificidade deste meio em relação aos restantes, comprovámos mobilização significativa dos jornais diários em relação ao grupo de assuntos noticiados pelo pleno das estações de televisão.

13. Para além das forças de atracção mimética geradas em torno dos assuntos tratados por um maior número de estações de TV, comprovou-se ainda um elevado número de antecipações por parte dos meios rádio e imprensa escrita, em relação à agenda noticiosa televisiva.

14. Este volume de antecipações (aqui entendidas como assuntos transformados em notícias veiculadas previamente, e não no sentido de *catch* jornalística), vem demonstrar que as tarefas agendatórias dos *gatekeepers* televisivos repercutem outras agendas, de difusão prévia.

15. Através do detalhe exaustivo de inúmeros casos, cremos ter comprovado as potencialidades que muitas reportagens da imprensa escrita - que vão da *catch* a trabalhos investigativos de menor fulgor -, têm para determinar ou seduzir os *gatekeepers* televisivos a retomá-las.

16. Respeitando as especificidades de cada meio (especificidades que tivemos o cuidado de detalhar), cremos terem os resultados da análise à primeira semana do *corpus* revelado já sinais indiciadores do sucesso da tese por nós expandida. Os resultados da análise às restantes semanas tratarão de a reforçar ou fragilizar.

3.3. Semana de 21 a 27.06.1999

3.3.1. Indicações prévias

A segunda semana de análise compreende os telejornais emitidos pela RTP1, RTP 2, SIC e TVI entre os dias 21 e 27 de Junho de 1999. A RTP1 mantém o mesmo número de noticiários da primeira semana de análise, num total de 26 (*Notícias 1, Jornal da Tarde, Telejornal e 24 Horas*, com o primeiro informativo a ser emitido apenas de segunda a sexta-feira). RTP2 e SIC mantêm também o mesmo número de noticiários objecto de análise na primeira semana (sete para a RTP2 – *Jornal 2*, de 2.^a a domingo, e 21 para a SIC – *Primeiro Jornal, Jornal da Noite e Último Jornal*, de 2.^a a domingo). Na TVI, o total de telejornais diminui, pelo facto do *Ponto Final*, último informativo da estação, ter sido eliminado da grelha de programação. Ao sábado, a TVI não emitiu qualquer informativo, com um noticiário apenas ao domingo. Um total de 16 telejornais para a TVI, durante a semana em análise.

No conjunto, as quatro estações emitiram 70 telejornais entre 21 e 27 de Junho, tendo elencado 617 assuntos com tratamento informativo reflectido em 1.342 notícias.

Mantém-se o método de análise adoptado para a primeira semana. Em benefício da *brevitatis causa* da tese, evitaremos repetir justificação das opções tomadas, remetendo para o detalhe efectuado na análise à semana de 4 a 10 de Janeiro de 1999.

Na web disponibilizamos os quadros de registo dos assuntos noticiados pelas 4 Tv's, e o correspondente desdobramento em notícias.

A primeira série de quadros (1-A a 1-G; 2-A a 2-G; 3-A a 3-G; 4-A a 4-G)⁹⁰ regista os assuntos tratados por cada estação, individualmente considerada. A leitura destes quadros permite-nos verificar a permanência de determinados assuntos nos vários informativos do dia; o número de vezes em que um determinado assunto foi notícia; a actualização de notícias ou a mera repetição, sem qualquer modificação; promoções ou despromoções de assuntos nos alinhamentos dos diferentes noticiários. A sua leitura oferece-nos, desde já, uma primeira aproximação às práticas miméticas resultantes dos fluxos de assuntos entre noticiários da mesma estação. Estes itens serão posteriormente escalpelizados noutros quadros e gráficos.

3.3.2. Potenciação noticiosa de assuntos da agenda televisiva em função da selecção por maior ou menor número de estações de televisão

Verificamos que o número de assuntos tratados apenas por uma estação é bastante superior aos grupos de assuntos tratados por duas, três e quatro estações. No conjunto da semana encontramos 420 assuntos tratados por uma estação, 97 que foram objecto de notícia em duas estações, 64 assuntos tratados por três estações e apenas 36 assuntos noticiados pelas quatro estações.

Para se aferir da importância atribuída a cada assunto elencado, importa quantificar as notícias que gerou. O quadro 8 permite-nos proceder a esse cotejo.

No dia 21, o grupo de 8 assuntos alinhados por todas as Tv's gerou um total de 55 notícias; o grupo de 11 assuntos no alinhamento de três estações gerou 54 notícias; o grupo de 9 assuntos tratado por

⁹⁰ Disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JUA.docx

duas estações gerou um total de 24 notícias. Já o grupo de 63 assuntos a merecer a atenção de uma só televisão não conseguiu gerar mais do que 73 notícias.

Olhando à média, verificamos a enorme potencialidade na desmultiplicação em notícias dos assuntos objecto da selecção de mais do que uma estação de TV - nomeadamente os assuntos tratados por quatro e três estações -, contrastando com a debilidade dos assuntos tratados só por uma estação. Assim, cada um dos 8 assuntos do grupo em que o mimetismo atingiu o seu pleno - sendo alvo de notícias nas quatro estações - gerou uma média de 6,9 notícias; cada um dos 11 assuntos alinhados por três estações gerou uma média de 4,9 notícias; no grupo dos assuntos alinhados por duas Tv's, a média baixa significativamente para os 2,7. Os mínimos pertencem ao grupo de assuntos alinhados por uma só estação: 1,2.

O que verificámos no dia 21 mantém-se com grande regularidade nos restantes dias da semana. O grupo dos assuntos noticiados por uma estação diverge sempre, de forma significativa, dos restantes grupos: 72 assuntos tratados por uma só estação contra 7 noticiados pelas quatro estações, no dia 22; 57 assuntos contra apenas 4 alinhados pelas quatro estações, no dia 23; 57 assuntos contra apenas 6 seleccionados pelas quatro estações, no dia 24; 58 contra 5, no dia 25; e 53 contra 6, no dia 27. No sábado, 26, por não terem sido emitidos telejornais pela TVI, o cotejo faz-se entre os assuntos elencados apenas por uma estação, 60 no total, e os 5 assuntos seleccionados por 3 estações.

Esta constante disparidade corre a par com a tendência uniforme da geração de muito mais notícias por parte dos assuntos seleccionados pelas quatro estações. Verificamos que o grupo de assuntos tratados por quatro estações gera uma média de notícias nunca inferior a 6,5. Para além deste caso, verificado nos dias 24 e 27, encontramos médias de geração de notícias de 6,9 (dia 21), 7,3 (dia 23), 7,7 (dia 22) e 9,2 (dia 25).

Consultando o quadro 8⁹¹, verificamos que essa regularidade também se patenteia nos restantes grupos. O respeitante aos assuntos tratados por três estações oscila entre as 4,2 e as 5,8 notícias; o grupo dos assuntos tratados por duas estações alcança médias de geração de notícias sempre na casa das duas unidades (entre 2,5 e 2,9); e o grupo dos assuntos alinhado apenas por uma estação também se queda sempre na casa da unidade (entre 1,2 e 1,4), sendo o que regista a menor variação, entre os quatro grupos. O valor de 1,4 apenas se verifica no sábado, dia 26, com os restantes seis dias registando média fixa de 1,2.

Tal como se verificara na semana de Janeiro, também aqui os assuntos tratados exclusivamente por uma estação continuam a merecer desvalorização por parte dos *gatekeepers*. Situam-se abaixo da média global de 2,2 notícias por assunto (1.342 notícias a dividir por 617 assuntos), enquanto os grupos de assuntos tratados por três e por quatro estações se situam bastante acima dessa média.

Consultando as colunas da direita das séries de quadros 6-A a 6-G e 7-A a 7-G, verificamos que, nos assuntos noticiados apenas por uma TV, ressalta a grande maioria encarnada numa só notícia. Pelo contrário, nos assuntos que subiram ao alinhamento das quatro Tv's, rapidamente se constata a tendência para um tratamento noticioso mais insistente.

Os quadros 9-A e 9-B ajudar-nos-ão a reforçar o que até aqui temos expandido. O primeiro dos quadros regista o desdobramento de notícias resultantes de assuntos tratados por uma só estação. 335 assuntos deste grupo valeram uma notícia apenas, num universo de 420 assuntos, o que equivale a uma percentagem de 79,8%. Muito longe fica o subgrupo dos assuntos de tratamento exclusivo de uma só estação vertidos em duas notícias: foram 76, o equivalente a 18,1%. Alinhados em três noticiários da mesma estação apenas encontramos 9, valendo assim 2,1%. E não se encontra nenhum assunto

⁹¹ Os quadros 5-A a 5-G; 6-A a 6-G; 7-A a 7-G, 8, 9-A, 9-B e os gráficos 1 a 3 encontram-se disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JUB.pdf

deste grupo tratado em quatro noticiários.

O quadro 9-B regista comportamento díspar do verificado anteriormente. Para um universo de 36 assuntos, encontramos um só caso (2,8%) tratado no número mínimo de quatro notícias. A percentagem mais significativa vamos encontrá-la no subgrupo de assuntos vertidos em sete notícias: 33,3%, respeitante a doze casos. Há seis assuntos vertidos, cada um deles, em cinco notícias (16,7%); quatro que originaram, cada um, seis notícias (11,1%).

Caminhando para o topo, encontramos ainda quatro assuntos vertidos em oito notícias (11,1%); cinco assuntos gerando nove notícias cada (13,9%); um assunto que se desdobrou em dez notícias (2,8%); três assuntos que atingiram o pleno das onze notícias (8,3%).

Tal como constatámos na análise da primeira semana, continua a notar-se uma força propulsora de notícias bastante mais pujante nos assuntos seleccionados por todas as redacções televisivas, do que nos assuntos elencados por uma só TV. Força propulsora que, mal se fazendo sentir nos assuntos tratados por uma só estação, cresce de intensidade à medida que determinados assuntos vão sendo objecto da atenção/tratamento/selecção de mais estações.

Os gráficos 1 e 2 ilustram bem o contraste entre a força geradora de notícias reflexo de práticas miméticas entre várias estações de televisão, por contraponto com a debilidade/desvalorização dos assuntos que fogem aos ditames miméticos.

Olhando para os totais da semana (gráfico 3) verificamos que o grupo de 36 assuntos noticiados por 4 estações gerou 262 notícias. 5,8% do total de assuntos noticiados produziu 19,5% das notícias desta semana. O grupo de 64 assuntos noticiados por 3 estações gerou 309 notícias – 10,4% do total de assuntos gerando 23% do total de notícias.

O grupo dos assuntos tratados por duas estações totaliza 97, do universo de 617, o que equivale a uma percentagem de 17,5%. Apesar de equivaler a quase 170% do total de assuntos do primeiro grupo e a mais de 50% do total de assuntos do segundo, este terceiro grupo só foi capaz de gerar 257 notícias (19,2%), menos cinco que as geradas pelo primeiro grupo e menos 52 que as geradas pelo segundo grupo.

O grupo dos assuntos tratados exclusivamente por uma estação é o mais representativo, em valores absolutos, tanto no que respeita ao total de assuntos como ao total de notícias. 420 assuntos geraram 514 notícias. 68,1% do total de assuntos gerou apenas 38,3% das notícias desta semana.

Verificamos, então, que cada assunto noticiado pelo pleno das estações gerou 7,3 notícias; cada assunto alinhado por três estações gerou 4,8 notícias; cada assunto alinhado por duas estações gerou 2,6 notícias; cada assunto alinhado por uma só estação gerou 1,2 notícias.

Os assuntos noticiados por duas estações geraram, em média, mais 2,16 notícias que os alinhados por uma só estação; os assuntos noticiados por três estações geraram, em média, mais 1,85 notícias que os alinhados por duas estações; os assuntos noticiados por quatro estações geraram, em média, mais 1,52 notícias que os alinhados por três estações.

Comparando os extremos, constatamos que o grupo de assuntos alinhado pelo pleno das estações conseguiu gerar, em média, mais 6,1 notícias que o grupo de assuntos noticiado por uma só estação.

3.3.3. Hierarquia das notícias nos alinhamentos, em função da selecção dos assuntos por maior ou menor número de estações de televisão

Verificaremos, primeiro, a relação entre as notícias de abertura e a sua proveniência. Saber se as aberturas se distribuem uniformemente pelos quatro grupos, ou se algum destes ganha primazia em relação aos demais. Numa segunda operação alargaremos a zona de abertura às três primeiras notícias,

de molde a amortecer eventuais desvios provocados por circunstâncias fortuitas à valoração que presumimos tenha sido atribuída à notícia de abertura por parte do *gatekeeper*. Posteriormente, repetiremos as mesmas operações mas na zona de fecho dos telejornais (ver quadro 8 e gráficos 4 a 7)⁹².

3.3.3.1. Notícias de abertura

Olhando para o registo diário (quadro 8), constatamos que em cinco dos seis dias o maior volume de aberturas proveio do grupo dos assuntos noticiados por quatro estações. Aconteceu dia 21 (5 aberturas em 11 possíveis), dia 22 (10 aberturas em 11 possíveis), dia 23 (4 aberturas em 11 possíveis), dia 25 (7 aberturas em 11 possíveis), e dia 27 (4 aberturas em 8 possíveis). Dia 26, sábado, não há dados a registar no que se refere a este grupo de 4 estações, em virtude da TVI não ter emitido noticiários neste dia.

A 26, o maior número de aberturas pertenceu ao grupo de assuntos seleccionados por 3 estações, que fez o pleno, com 7 aberturas em 7 possíveis. No dia 24, foi também neste grupo que se registou o maior número de aberturas (5 em 11 possíveis).

Se quisermos confrontar os grupos extremos (assuntos noticiados por 4 e por uma estação), teremos 5-2 no dia 21; 10-1 no dia 22; 4-2 no dia 23; 3-1 no dia 24; 7-1 no dia 25; 6-0 no dia 9; 4-3 no dia 27. No dia 26, em que a TVI não emitiu noticiários, o confronto faz-se entre o grupo de assuntos noticiados por três estações, que conseguiu o pleno das aberturas, sete no total.

Formando dois *grandes grupos* (o primeiro aglutinando os grupos dos assuntos tratados por 4 e por 3 estações, e o segundo juntando os restantes grupos), constatamos que, nos dias 21, 23 e 25, o primeiro grupo assegurou 7 aberturas em onze possíveis; no dia 26 atingiu 7 aberturas em 7 possíveis; no dia 22 totalizou 10 aberturas em 11 possíveis; no dia 24 registou 8 aberturas em 11 possíveis, e no dia 27 assegurou 5 das 8 aberturas possíveis. Em nenhum dos sete dias o grupo de assuntos noticiados por duas ou uma estação totalizou mais aberturas que o outro grupo.

Nos totais semanais (ver gráfico 4), registam-se 33 aberturas geradas pelo grupo de assuntos noticiados por quatro estações, o que equivale a uma percentagem de 47,1%; 18 aberturas (25,7%) oriundas do grupo de assuntos tratados por três estações; 9 aberturas (12,9%) do grupo de assuntos tratados por duas estações, e 10 aberturas (14,3%) do grupo de assuntos alvo da selecção de apenas um canal. A diferença é significativa, com o grupo de assuntos tratados pelas 4 estações a conseguir gerar quase metade do total de aberturas.

3.3.3.2. Notícias nos três primeiros lugares dos alinhamentos

Já no que toca à geração de notícias colocadas nos três primeiros lugares do alinhamento, aí a primazia vai para o grupo de assuntos noticiados exclusivamente por uma estação. Consultando o registo diário (quadro 8), constatamos que o grupo de assuntos seleccionados por 4 estações coloca mais notícias nesta zona no dia 21 (13 em 33 possíveis), no dia 22 (15 em 33 possíveis), e no dia 25 (13 em 33 possíveis). No dia 23 o melhor *score* pertence ao grupo de assuntos seleccionados por 3 estações (11 em 33 possíveis), o mesmo acontecendo no dia 26 (14 em 21 possíveis). No dia 24 regista-se um empate entre este grupo e o de assuntos noticiados apenas por uma estação (11 notícias para cada um dos grupos em 33 possíveis). Por último, no dia 27, é o grupo de assuntos noticiados só

⁹² Os quadros 10-A a 20-B e os gráficos 4 a 29 encontram-se disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JUC.pdf

por uma estação que obtém melhor resultado (13 aberturas em 24 possíveis).

Confrontando os grupos extremos (assuntos noticiados por 4 e por uma estação), temos agora 13-5 no dia 21; 15-11 no dia 22; 6-10 no dia 23; 6-11 no dia 24; 13-10 no dia 25; 8-13 no dia 27. A 26 o confronto faz-se com o grupo de assuntos noticiados por 3 estações, registando-se vantagem deste grupo, 14 notícias contra seis do grupo de assuntos noticiados apenas por uma estação.

Voltando a formar dois *grandes grupos* (o primeiro aglutinando os grupos dos assuntos tratados por 4 e por 3 estações, e o segundo juntando os restantes grupos), constatamos que, no dia 21, o primeiro grupo assegurou 24 das 33 notícias possíveis; no dia 22, atingiu 18 notícias em 33 possíveis; no dia 23 totalizou 17 notícias em 33 possíveis; e no dia 26 conseguiu 14 notícias em 21 possíveis. O grupo de assuntos noticiados por duas e por uma estação - que, no caso das aberturas, em nenhum dos dias havia conseguido suplantar o outro grupo - surge agora com maior número de notícias em dois dias. A 25, com 19 notícias em 33 possíveis; e a 27, com 13 notícias em 24 possíveis.

Nos totais semanais (ver gráfico 5), registam-se 61 notícias geradas pelo grupo de assuntos noticiados por 4 estações, o que equivale a 29,0%; 54 notícias (25,7%) oriundas do grupo de assuntos tratados por 3 estações; 29 notícias (13,8%) do grupo de assuntos tratados por duas estações, e 66 notícias (31,4%) do grupo de assuntos alvo da selecção de apenas um canal.

No confronto com as aberturas, verificamos que o conjunto de notícias geradas pelo grupo de assuntos tratados por 4 estações desce de 47,1% para 29%. O conjunto das notícias geradas por assuntos tratados por três estações mantém a mesma percentagem, 25,7%. Regista-se uma ligeira subida do grupo seguinte (notícias referentes a assuntos difundidos por duas estações), passando de 12,9% para 13,8%; e uma subida mais acentuada do último grupo (notícias referentes a assuntos difundidos por uma estação). Este grupo passa dos 14,3% para 31,4%, mais do que duplicando a percentagem.

Os quadros 10-A e 10-B evidenciam, o primeiro, a repetição do mesmo assunto abrindo telejornais da mesma estação; o segundo, aberturas miméticas entre as várias estações.

3.3.3.3. Notícias de fecho

Passemos agora aos fechos dos telejornais (ver quadro 8 e gráfico 6). O contraste é significativo. Enquanto nas notícias de abertura o grupo de assuntos tratados por 4 estações predominava nos seis dias possíveis, com o grupo de assuntos tratados por 3 estações levando vantagem no sábado (dia em que a TVI não emitiu noticiários), no caso das notícias de fecho é o grupo de assuntos tratados só por uma estação que lidera em todos os dias da semana.

Nos dias 21 e 22 este grupo regista 7 fechos em 11 possíveis; no dia 23 encontramos 6 fechos em 11 possíveis; no dia 24 registam-se 5 fechos em 11 possíveis; no dia 25, oito fechos em 11 possíveis. No sábado, dia 26, encontramos 6 fechos em 7 possíveis e no domingo, dia 27, 5 fechos em 8 possíveis. Quanto ao grupo de assuntos com notícias nas 4 Tv's, regista apenas um fecho por dia a 21, 23, 24, 25 e 27 de Junho, e nenhuma notícia de fecho no dia 22.

Temos então 5 notícias de fecho no grupo das 4 Tv's, representando 7,1%; 14 notícias de fecho no grupo das 3 Tv's, valendo 20,0%; 7 notícias de fecho no grupo das 2 Tv's, valendo 10,0%, e 44 notícias de fecho no grupo de notícias reportando a assuntos tratados apenas por uma estação. Neste grupo encontram-se mais de metade das notícias de fecho de toda a semana, com os 44 casos a representarem 62,9%.

Confrontando os grupos extremos (assuntos noticiados por 4 estações e por uma TV), temos 1-7 no dia 21, 0-7 no dia 22, 1-6 no dia 23, 1-5 no dia 24, 1-8 no dia 25 e 1-5 no dia 27. No sábado, dia

em que a TVI não emitiu telejornais, temos 0 fechos para o grupo das 3 estações, contra 6 do grupo de assuntos tratados apenas por uma estação.

A diferença entre os grupos extremos acentua-se, quando cotejada com o registado nas aberturas: 55,8% no caso dos fechos contra 32,8% no caso das aberturas. Logo, se o grupo de assuntos com carga mimética mais acentuada é o que mais notícias de abertura garante, também resiste com denodo aos fechos dos telejornais. Por contraponto, o grupo de assuntos veiculados apenas por uma estação regista uma taxa de penetração residual nas aberturas, e uma elevadíssima taxa de penetração nos fechos, onde fica perto dos 2/3 do total.

Constituindo dois *grandes grupos* (o primeiro aglutinando os conjuntos de assuntos tratados por 4 e por 3 estações, e o segundo juntando os restantes grupos), constatamos que o segundo *grande grupo* leva a palma em todos os dias da semana: 4-7 no dia 21, 3-8 no dia 22, 5-6 no dia 23, 4-7 no dia 24, 1-10 no dia 25, 0-7 no dia 26 e 2-6 no dia 27. No cômputo semanal, o segundo *grande grupo* totaliza 51 fechos (72,9%) contra 19 do primeiro (27,1%).

3.3.3.4. Notícias nos últimos três lugares dos alinhamentos

Resta-nos verificar a origem das notícias colocadas nos últimos três lugares dos alinhamentos (ver gráfico 7). Também aqui é o grupo dos assuntos noticiados apenas por uma estação que leva a palma, assegurando 125 dos 209 fechos possíveis, o que equivale a uma percentagem de 59,8%. O grupo de assuntos tratados por 3 estações vem a seguir, com 38 notícias (18,2%). Em terceiro surge o grupo de assuntos tratados por duas Tv's, com 32 notícias (15,3%). Em último, o grupo de assuntos tratados por 4 estações, com 14 notícias (6,7%). O grupo de assuntos noticiado apenas por uma estação ganha aos restantes grupos, em todos os dias da semana: 17 casos dia 21, 20 dia 22, 18 nos dias 23 e 24, 23 casos no dia 25, 16 no dia 26 e 13 no domingo, dia 27.

Mantém-se, assim, o já constatado na primeira semana de análise, dos dias 4 a 10 de Janeiro de 1999. Regista-se um constante vigor das forças miméticas na propulsão de notícias para a abertura dos telejornais, também para a zona de abertura constituída pelas três primeiras notícias, tendência que corre a par com uma repulsa das mesmas forças no que aos fechos e à zona de fecho constituída pelas três últimas notícias concerne.

Para além de gerarem um número bastante mais significativo de notícias, os assuntos tratados pelo pleno das estações continuam a garantir também os melhores lugares nos alinhamentos. O contraponto traduz-se numa grande desvalorização dos assuntos tratados exclusivamente por uma estação.

3.3.4. Forças miméticas internas a cada estação

O passo seguinte da nossa análise consistirá na detecção de forças miméticas, mas agora internas a cada estação. Fá-lo-emos em duas etapas. Na primeira, tentaremos detectar a existência de fluxos de assuntos entre noticiários da mesma estação. A segunda etapa curará da aferição do peso das notícias que os *gatekeepers* decidem redifundir, repetição efectuada sem quaisquer alterações da peça original, assim como da entrada do *pivot*.

A exemplo do procedimento seguido na análise da primeira semana, tentaremos responder às seguintes questões:

a) Os noticiários televisivos difundidos pela mesma estação funcionam como compartimentos estanques, ou evidenciam um *continuum* no tratamento de determinados assuntos?

b) A existirem tais fluxos, têm os mesmos uma importância residual ou, pelo contrário, conformam

significativamente a sequência de alinhamentos dos telejornais de uma estação?

c) Qual a amplitude de tais fluxos? Mantêm-se fundamentalmente entre dois noticiários seguidos, ou permanecem bastante mais tempo, em três ou mesmo quatro noticiários do dia?

d) E constituirão marca específica de uma estação ou, pelo contrário, também aqui encontraremos regularidades que permitam caracterizar a existência de tais fluxos como uma característica do jornalismo vertido nos informativos televisivos?

e) A comprovar-se a existência de tais fluxos, serão estes reflexo da necessidade de contínua actualização de assuntos/acontecimentos/processos que se prolongam no tempo, mantendo inquestionável actualidade? Ou será que a realimentação de noticiários se fica a dever, também, a lógicas que fogem dos critérios jornalísticos, entendidos estes *stricto sensu*?

3.3.4.1. Análise aos fluxos entre noticiários da RTP1

Começamos a análise pelo conjunto de noticiários emitidos pela RTP1 na semana de 21 a 27 de Junho de 1999. Esta estação emitia, ao tempo, quatro informativos diários, de teor generalista, nos dias úteis. Aos sábados e domingos o total de noticiários reduzia-se para três, não sendo emitido o *Notícias 1*, primeiro informativo do dia (09h). Tratámos de registar a existência de fluxos de assuntos tendo como emissores os informativos das 09h (*Notícias 1*), das 13h (*Jornal da Tarde*) e das 20h (*Telejornal*); e tendo como receptores os informativos das 13h (*Jornal da Tarde*), das 20h (*Telejornal*) e o último noticiário da estação (*24 Horas*), este emitido em horário irregular.

Curámos de conhecer o peso dos assuntos que transitam pelos diversos noticiários, olhando quer para a relação entre o número dos assuntos emitidos e o total de notícias do jornal *emissor*, quer para a relação entre o número de assuntos recepcionados e o total de notícias do jornal *receptor* (ver quadro 11-A).

3.3.4.1.1. Noticiários da RTP1 como emissores

Começamos por analisar os dados obtidos na perspectiva dos noticiários como fornecedores de assuntos aos telejornais seguintes. Analisamos primeiro estes fluxos atendendo à função de noticiário *emissor* ou fornecedor de notícias para os espaços informativos seguintes, aferindo, para já, a relação entre os assuntos emitidos e o total de notícias do jornal emissor.

Notícias 1 (09h): em quatro dos cinco dias, mais de metade dos assuntos aqui tratados volta a merecer a atenção dos responsáveis pelo noticiário das 13h (*Jornal da Tarde*). A maior percentagem verifica-se no dia 21, com 80%, e a menor no dia 22, com 46,7% (ver quadro 11-A e gráfico 8).

O fluxo não estanca à hora do almoço. O *Telejornal* (20h) também recupera assuntos tratados às 09h, variando entre os 13,3% de dia 22 e os 55,6% de dia 25. O *24 Horas*, que fecha o ciclo informativo diário da RTP1, ainda trata assuntos veiculados pela manhã, apesar de tal acontecer em volume bastante mais reduzido (entre 13,3% no dia 22 e 33,3% no dia 25). No cômputo semanal, 65,4% dos assuntos tratados pelo *Notícias 1* transitam para o *Jornal da Tarde*; 35,5% transitam para o *Telejornal* (20h) e 22,2% para o *24 Horas* (ver gráfico 9).

Jornal da Tarde (13h) para o *Telejornal* (20h) – No dia 23 atinge o valor mais elevado, 71,4%, atingindo os 50,0% nos dias 21 e 27. Nos restantes quatro dias as transições situam-se abaixo dos 50%; o valor menos significativo (23,1%) foi registado no dia 22 (ver quadro 11-A e gráfico 10). No cômputo semanal, 45,5% dos assuntos tratados pelo *Jornal da Tarde* transitam para o *Telejornal* (ver gráfico 11).

Jornal da Tarde para o *24 Horas* - O fluxo diminui significativamente, oscilando entre os 15,4% de dia 22 e os 38,1% de dia 23. O cômputo semanal regista um valor percentual de 27,2%.

Telejornal (20h) para o *24 Horas* - Em dois dos dias analisados (21 e 25) registam-se fluxos na casa dos 50% (54,8% e 52,0%, respectivamente); mais dois dias na casa dos 40% (46,9% a 23, e 44,8% a 24), com os restantes três dias quedando-se na casa dos 30% (31,3% a 22, 39,3% a 26, 30,4% a 27). No cômputo semanal, 42,8% dos assuntos tratados pelo *Telejornal* voltam a ser noticiados no *24 Horas*. A percentagem global semanal de transição de assuntos para outros noticiários, tendo por base o total de assuntos dos jornais emissores, é de 39,8%.

3.3.4.1.2. Noticiários da RTP1 como receptores

Passemos à aferição dos mesmos fluxos, mas atendendo agora ao peso que os assuntos recepcionados têm nos telejornais *receptores*.

Notícias 1: Os assuntos noticiados por este informativo e tratados posteriormente pelo *Jornal da Tarde* registam valores que variam entre os 33,3% (no dia 24) e os 20,0% (no dia 21) do total de assuntos tratados pelo jornal receptor (*Jornal da Tarde*) (ver quadro 11-A e gráfico 13). Nos dias restantes as percentagens situam-se na casa dos 20% (26,9% no dia 22; 23,8% no dia 23; 22,2% no dia 25). A percentagem semanal de assuntos tratados no *Notícias 1* e retomados no *Jornal da Tarde* equivale a 25,2% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira (ver gráfico 14).

No que reporta ao *Telejornal*, o conjunto de assuntos provindos do *Notícias 1* regista valores entre os 3,2% (no dia 21) e os 20,0% (no dia 25) do total de assuntos tratados pelo jornal receptor (*Telejornal*). Nos dias restantes encontramos percentagens de 6,3% (no dia 22); de 12,5% (no dia 23), e de 13,8% (no dia 24). A percentagem semanal de assuntos tratados no *Notícias 1* e retomados no *Telejornal* equivale a 11,2% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira.

Quanto ao último informativo do canal público, o conjunto de assuntos provindos do *Notícias 1* regista valores entre 17,6% (no dia 25) e 4,5% (no dia 21) do total de assuntos tratados pelo jornal receptor (*24 Horas*). As percentagens dos outros dias são também significativas, com 11,1% no dia 22; 10,5% no dia 23 e 9,5% no dia 24. A percentagem semanal de assuntos tratados no *Notícias 1* e retomados no *24 Horas* equivale a 10,7% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira.

Jornal da Tarde: Oferece ao *Telejornal* entre 52,0% e 18,8% do total de assuntos alinhados no noticiário do *prime time* (ver quadro 11-A e gráfico 15). A percentagem mais significativa ocorre no dia 25, e a mais reduzida a 22 de Junho. Olhando à percentagem semanal (32,8%), constata-se que quase um terço do *Telejornal* retoma assuntos já noticiados pelo *Jornal da Tarde* (ver gráfico 16). Para além dos dias mencionados, encontramos percentagens de 32,3% no dia 21; 46,9% no dia 23; 27,6% no dia 24; 21,4% no dia 26, e 30,4% no dia 27.

Para o último informativo diário, o *Jornal da Tarde* oferece entre 58,8% e 22,2% do total de assuntos alinhados no *24 Horas*. Maior generosidade na recepção verificada a 25 de Junho, menor no dia 22. No dia 21 regista-se uma percentagem de 27,3%; no dia 23, de 42,1%; no dia 24, de 23,8%; no dia 26, de 23,5%; no dia 27, de 25,0%. A percentagem semanal de assuntos tratados no *Jornal da Tarde* e retomados no *24 Horas* equivale a 31,8% do total de assuntos noticiados por este último informativo.

Telejornal: Os assuntos noticiados por este informativo e posteriormente retomados no *24 Horas* representam, no cômputo semanal, 67,6% do total de assuntos noticiados pelo *24 Horas*.

Nos sete dias da semana as percentagens ultrapassam os 50% (ver gráfico 17). O valor mais elevado regista-se no dia 23 (78,9%), e o mais baixo no dia 22 (55,6%). Nos restantes dias da semana encontramos percentagens de 77,3% (dia 21), 61,9% (dia 24), 76,5% (dia 25), 64,7% (dia 26) e 58,3% (dia 27).

A percentagem global semanal de recepção de assuntos provindos de noticiários anteriores, tendo por base o total de assuntos dos jornais receptores, é de 29,9%.

Seguindo procedimento adoptado na exposição dos dados referentes à primeira semana analisada, para obviar a uma natural maior dificuldade de leitura do quadro 11-A - continente de todos os fluxos registados entre telejornais, complexificado pela inclusão de quantidades e percentagens em função dos totais de assuntos noticiados quer pelo noticiário *emissor*, quer pelo informativo *receptor* -, publicamos os quadros 11-B e 11-C. Fazêmo-lo na pressuposição de que, expurgada parte da informação do quadro-base (11-A), estes quadros permitam uma leitura mais evidente do funcionamento de tais fluxos. Os dois novos quadros contêm apenas os valores percentuais dos assuntos que transitaram do *Notícias 1* (09h) para o *Jornal da Tarde* (13h), deste para o *Telejornal* (20h), e deste para o *24 Horas*. O primeiro (11-B) percentuado em função do total de assuntos dos informativos *emissores*, o segundo (11-C) aferindo o peso percentual de tais fluxos em função do total de assuntos elencados pelos telejornais *receptores*. O quadro 12 regista a entrada de assuntos *ex novo* nos noticiários analisados.

3.3.4.2. Análise aos fluxos entre noticiários da SIC

3.3.4.2.1. Noticiários da SIC como *emissores*

Começemos por analisar os dados obtidos, na perspectiva dos noticiários como fornecedores de assuntos aos telejornais seguintes. Analisemos primeiro estes fluxos atendendo à função de noticiário *emissor* ou fornecedor de notícias para os espaços informativos seguintes, aferindo, para já, a relação entre os assuntos emitidos e o total de notícias do jornal *emissor*.

Primeiro Jornal (13h): Em todos os dias da semana, metade ou mais de metade dos assuntos aqui tratados volta a merecer a atenção dos responsáveis pelo noticiário das 20h (*Jornal da Noite*) (ver quadro 13-A e gráfico 18). As percentagens variam entre 68,4% de dia 25 e os 50,0% de dia 23. A 21 regista-se percentagem de 60,9%, a 22 de 56,5%, a 24 e 27 é de 60,0%, com 61,9% no dia 26.

Do *Primeiro Jornal* para o *Último Jornal* o fluxo reduz-se significativamente, situando-se entre 0,0% no dia 24, e 23,8% no dia 26. Nos restantes dias registam-se percentagens de 21,7% (dia 21); 8,7% (dia 22); 18,2% (dia 23); 15,8% (dia 25), e 20,0% (dia 27). No cômputo semanal (ver gráfico 19), 59,7% do total de assuntos tratados pelo *Primeiro Jornal* transitam para o *Jornal da Noite*, e 15,5% para o *Último Jornal*.

Jornal da Noite (20h) para o *Último Jornal* – A transição de assuntos noticiados varia entre os 40,6% de dia 26 e os 18,2% de dia 24 (ver gráfico 20). Há dois dias na casa dos 30% (38,7% a 23, 36,4% a 27); dois dias na casa dos 20% (29,6% a 21, 28,6% a 22), quedando-se o dia 25 com 19,2%. No cômputo semanal, 30,2% do total de assuntos tratados pelo *Jornal da Noite* transitam para o *Último Jornal*. A percentagem global semanal de transição de assuntos para outros noticiários, tendo por base o total de assuntos do jornal *emissor*, é de 35,1%.

3.3.4.2.2. Noticiários da SIC como receptores

Passemos à aferição dos mesmos fluxos, mas atendendo agora ao peso que os assuntos recepcionados têm nos jornais receptores.

Primeiro Jornal: Oferece ao *Jornal da Noite* entre 35,5% e 51,9% do total de assuntos alinhados no noticiário do *prime time* (ver gráfico 21). A percentagem mais significativa ocorre no dia 21, e a mais reduzida a 23 de Junho. Olhando à percentagem semanal (ver gráfico 22), constata-se que 42,5% do *Jornal da Noite* retoma assuntos já noticiados pelo *Primeiro Jornal*. Para além dos dias já mencionados, encontramos percentagens de 46,4%, no dia 22; 36,4%, nos dias 24 e 27; 50,0%, no dia 25, e 40,6%, no dia 26.

Para o informativo de fecho da SIC, o *Primeiro Jornal* oferece entre 0,0% e 38,5% do total de assuntos alinhados no *Último Jornal*. Maior generosidade na recepção verificada a 21 de Junho, menor dia 24. No dia 22 registam-se 14,3%; no dia 23, 23,5%; no dia 25, 37,5%; no dia 26, 31,3%; no dia 27, 30,8%. A percentagem semanal de assuntos tratados no *Primeiro Jornal* e retomados no *Último Jornal* equivale a 25,1% do total de assuntos noticiados por este informativo.

Jornal da Noite: Os assuntos noticiados por este informativo e posteriormente retomados no *Último Jornal* representam, no cômputo semanal, 66,9% do total de assuntos noticiados pelo noticiário de fecho da SIC. A percentagem é superior a 50% em seis edições do *Último Jornal* (ver gráfico 23). O valor mais alto verifica-se no dia 27 (92,3%), com o dia 24 a registar o valor mais baixo (42,9%). Dia 21 regista-se uma percentagem de 61,5%; no dia 22 é de 57,1%; no dia 23 atinge os 70,6%; no dia 25 é de 62,5%, com o dia 26 registando uma percentagem de 81,3%.

A percentagem global semanal de recepção de assuntos provindos de noticiários anteriores, tendo por base o total de assuntos dos jornais *receptores*, é de 44,8%.

Seguindo o mesmo procedimento que efectuámos para a RTP1, com remissão justificativa para a primeira semana de análise, desdobraremos agora o quadro 13-A em dois novos quadros. O primeiro (13-B) percentuado em função do total de assuntos dos informativos *emissores*, o segundo (13-C) aferindo o peso percentual de tais fluxos em função do total de assuntos elencados pelos jornais *receptores*. O quadro 14 regista a entrada de novos assuntos em cada informativo.

3.3.4.2.3. Comparação dos valores semanais de fluxos entre noticiários da RTP1 e entre noticiários da SIC

A exemplo do que comprovámos na análise aos noticiários da RTP1, a retoma de assuntos alinhados por informativos anteriores também se evidencia na SIC, com valores que por vezes ultrapassam mesmo os registados no canal público (ver quadro 15).

59,7% dos assuntos noticiados pelo informativo da hora do almoço são posteriormente retomados pelo *Jornal da Noite*, com todos os dias da semana registando percentagens superiores a 50%. A percentagem diminui no fluxo *Jornal da Noite - Último Jornal*, quedando-se nos 30,2% do total de assuntos tratados pelo informativo do horário nobre.

Olhando ao peso que tais fluxos representam no total de assuntos elencados pelos jornais *receptores*, verificamos que 42,5% do total dos assuntos noticiados pelo *Jornal da Noite* já haviam merecido a atenção do informativo anterior.

Quanto ao *Último Jornal*, este recebe, do *Jornal da Noite*, 66,9% do total de assuntos que compuseram, durante a semana, o informativo de fecho da SIC. Dois terços deste informativo recuperando, assim, assuntos já tratados no noticiário do horário nobre, com percentagens diárias que

só num dos dias é inferior a 50%. No domingo, dia 27, chega a atingir os 92,3%.

Do *Primeiro Jornal* para o *Último Jornal*, a percentagem de transmissão de assuntos é bastante mais reduzida, quando tomamos por base o total de assuntos elencados pelo jornal emissor (15,5%). Mas quando a base passa a ser formada pelo total de assuntos do noticiário *receptor*, essa percentagem sobe para os 25,1%.

A tendência de retoma de assuntos noticiados por jornais anteriores, já comprovada na análise da RTP1, mantém-se na SIC. Valores mais significativos no fluxo 13h – 20h (59,7% contra 45,5%, tendo por base o total de notícias do jornal emissor; 42,5% contra 32,8% tendo por base o total de notícias do jornal receptor). Nos restantes fluxos, a SIC apresenta médias semanais inferiores às da RTP1. No fluxo 13h – 24h, tendo por base o total de notícias do jornal emissor, a SIC regista 15,5% contra 27,2% da RTP1; tendo por base o total de notícias do jornal receptor, a SIC regista 25,1% contra 31,8% da RTP1. No fluxo 20h – 24h, tendo por base o total de notícias do jornal emissor, a SIC regista 30,2% contra 42,8% da RTP1; tendo por base o total de notícias do jornal receptor, a SIC regista 66,9% contra 67,6% da RTP1.

Resta-nos agora verificar se estes circuitos de retomas também acontecem na TVI, e qual o seu volume.

3.3.4.3. Análise aos fluxos entre noticiários da TVI

Passemos agora à análise do conjunto de noticiários emitidos pela TVI na semana de 21 a 27 de Junho de 1999. Esta estação emitia, ao tempo, três espaços informativos diários, de teor generalista, de segunda a sexta-feira. O *Ponto Final*, último informativo da estação, deixou entretanto de fazer parte da grelha. No sábado, dia 26, a TVI não emitiu noticiários. No domingo, dia 27, regista-se a difusão de um único informativo, o *Directo XXI* (21h).

Tratámos de registar a existência de fluxos de assuntos tendo como *emissores* os informativos das 10h (*TVI Jornal* - 1.^a edição), e das 13h30 (*TVI Jornal* - 2.^a edição); e tendo como *receptores* os informativos das 13h30 (*TVI Jornal* - 2.^a edição) e das 21h (*Directo XXI*).

A exemplo do que fizemos para a RTP1 e para a SIC, tratámos de conhecer o peso dos assuntos que transitam pelos diversos noticiários, olhando quer para a relação entre o número dos assuntos emitidos e o total de notícias do jornal *emissor*, quer para a relação entre o número de assuntos recepcionados e o total de notícias do jornal *receptor* (ver quadro 16-A).

Dado o facto da TVI não ter transmitido noticiários no sábado, e ter incluído apenas um informativo no domingo, a nossa análise não abrangerá, naturalmente, os dias 26 e 27 de Junho.

3.3.4.3.1. Noticiários da TVI como *emissores*

Começemos por analisar os dados obtidos, na perspectiva dos noticiários como fornecedores de assuntos aos telejornais seguintes. Analisemos primeiro estes fluxos atendendo à função de noticiário *emissor* ou fornecedor de notícias para os espaços informativos seguintes, aferindo, para já, a relação entre os assuntos emitidos e o total de notícias do jornal *emissor*.

TVI Jornal (1.^a edição - 10h): No que toca ao noticiário do almoço, as percentagens variam entre os 7,7% (dia 21) e os 35,7% (dia 22) (ver gráfico 24). Nos outros três dias, os valores percentuais registados situam-se nos 33,3% (dia 23), 11,1% (dia 24) e 30,0% (dia 25). A média semanal é de 23,6% (ver gráfico 25).

A transmissão de assuntos do noticiário das 10h para o informativo do *prime time*, oscila entre os

20,0% (dia 25) e os 33,3% (dia 24). Nos dias restantes, encontramos percentagens de 23,1% (dia 21), 21,4% (dia 22), e 22,2% (dia 23). A média semanal é de 24,0%.

TVI Jornal (2.^a edição - 13h30) para o *Directo XXI* (21h): Em três dias (23, 24 e 25) o fluxo ultrapassa os 50% (78,6% no dia 24; 53,3% nos dias 23 e 25) (ver gráfico 26). No dia 23 queda-se nos 35,0%, com a percentagem mais baixa a verificar-se no dia 21 (33,3%). No cômputo semanal, 50,8% dos assuntos tratados pelo informativo do almoço transitam para o *Directo XXI*.

A percentagem global semanal de transição de assuntos para outros noticiários, tendo por base o total de assuntos do jornal emissor, é de 32,8%.

3.3.4.3.2. Noticiários da TVI como receptores

Passemos à aferição dos mesmos fluxos, mas atendendo agora ao peso que os assuntos recepcionados têm nos jornais *receptores*.

TVI Jornal (1.^a edição - 10h): Os assuntos noticiados por este informativo e tratados posteriormente pela 2.^a edição do *TVI Jornal* (13h30) registam valores que variam entre os 7,1% (no dia 24) e os 33,3% (no dia 22) do total de assuntos tratados pelo jornal *receptor* (*TVI Jornal*, 2.^a ed. - 13h30) (ver gráfico 27). Nos dias restantes registam-se valores percentuais de 8,3% (dia 21); 15,0% (dia 23), e 20,0% (dia 25). A percentagem semanal de assuntos tratados no informativo da manhã e retomados no jornal da hora do almoço equivale a 16,7% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira (ver gráfico 28).

No que reporta ao *Directo XXI*, o conjunto de assuntos provindos da 1.^a edição do *TVI Jornal* (10h) regista valores entre os 12,0% (no dia 24) e os 18,8% (no dia 22) do total de assuntos tratados pelo jornal *receptor* (*Directo XXI*). Nos dias restantes encontramos percentagens de 16,7% (no dia 21); de 15,4% (no dia 23), e de 12,5% (no dia 25). A percentagem semanal de assuntos tratados no noticiário da manhã e retomados pelo *Directo XXI* equivale a 15,0% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira.

TVI Jornal (2.^a edição - 13h30): Oferece ao *Directo XXI* entre 22,2% e 53,8% do total de assuntos alinhados no noticiário do *prime time*. A percentagem mais significativa ocorre no dia 23, e a mais reduzida a 21 de Junho.

Olhando à percentagem semanal (44,0%), constata-se que quase metade do *Directo XXI* retoma assuntos já noticiados à hora do almoço. Para além dos dias já mencionados, encontramos percentagens de 50,0% nos dias 22 e 25; e de 44,0% no dia 24.

A percentagem global semanal de recepção de assuntos provindos de noticiários anteriores, tendo por base o total de assuntos dos jornais receptores, é de 25,2%.

Seguindo o mesmo procedimento que efectuámos para a RTP1 e para a SIC, com remissão justificativa para a primeira semana de análise, desdobraremos agora o quadro 16-A em dois novos quadros. O primeiro (16-B) percentuado em função do total de assuntos dos informativos emissores, o segundo (16-C) aferindo o peso percentual de tais fluxos em função do total de assuntos elencados pelos jornais receptores. O quadro 17 regista a entrada de novos assuntos em cada informativo.

3.3.4.4. Comparação dos valores semanais de fluxos entre noticiários da RTP1, entre noticiários da SIC e entre noticiários da TVI

A exemplo do que comprovámos na análise aos noticiários da RTP 1 e da SIC, a retoma de assuntos alinhados por informativos anteriores também se evidencia na TVI. Esta estação regista valores bastante

mais baixos que a RTP1, no que concerne à transmissão de assuntos do informativo da manhã para os restantes telejornais. Na TVI, e a exemplo do que já se verificara em Janeiro, o noticiário do almoço continua a ser menos permeável à inserção de assuntos provindos do informativo matinal do que o telejornal do horário nobre, apesar da diferença ser agora mínima (23,6% para 24%, tendo por base o total de notícias do jornal emissor). Na RTP1 registam-se percentagens de 65,4% e 35,5%, respectivamente.

Tomando por base o total de notícias do jornal receptor, a diferença percentual entre as duas estações esbate-se bastante, no circuito 09h/10h -> 13h/13h30 (16,7% para o noticiário do almoço, na TVI, 25,2% na RTP1), com a TVI a ultrapassar o canal público no fluxo 09h/10h -> 20h/21h (15,0% na TVI, 11,2% na RTP1). A SIC não é aqui incluída por não emitir informativos matinais.

No fluxo 13h/13h30 -> 20h/21h, tendo por base o total de notícias do jornal emissor, a maior percentagem pertence à SIC, com 59,7%, seguida da TVI (50,8%), ficando a RTP1 em último lugar (45,5%).

Tendo por base o total de notícias do jornal receptor, é a TVI a estação que regista maior valor percentual, 44,0%, contra 42,5% da SIC e 32,8% da RTP1.

De posse dos dados referentes às três estações, podemos agora avançar para algumas conclusões, no que reporta à segunda semana de análise, e no capítulo concreto da permanência de determinado grupo de assuntos no dia informativo das televisões portuguesas. Conclusões acompanhadas de novos quadros, que nos ajudarão neste percurso.

a) As percentagens de assuntos que transitam para o informativo seguinte, tendo por base o total de notícias do jornal emissor situam-se entre os 32,8% (TVI) e os 39,8% (RTP1), com o valor intermédio (35,1%) a caber à SIC (ver quadro 18-A). Isto quer dizer que, em média, durante a semana, quem assiste a um telejornal de uma televisão portuguesa verá de novo, no informativo seguinte, serem tratados um terço ou mais dos assuntos já anteriormente noticiados. Comprova-se regularidade com o verificado na semana de Janeiro. Aqui, as percentagens variavam entre os 34,3% e os 43,4%.

b) Nas percentagens de assuntos que transitam para o informativo seguinte, tendo por base o total de notícias do jornal receptor encontramos um intervalo maior: entre 25,2% (TVI) e 44,8% (SIC). A RTP1 assegura o valor intermédio (29,9%) (ver quadro 18-B). O mesmo é dizer que os segundos, terceiros e quartos blocos informativos das televisões portuguesas são compostos, no mínimo, por 25,2% de notícias que retomam assuntos já tratados por telejornais anteriores, emitidos no mesmo dia, podendo tais médias atingirem os 44,8%.

Olhando aos valores mínimos, na semana em análise, 32,8% de assuntos noticiados pelos telejornais foram retomados pelos informativos seguintes, fluxo pesando 25,2% do total de assuntos noticiados pelos jornais receptores. Na semana de Janeiro registaram-se valores de 34,3% e 28,3%, respectivamente.

Atendendo aos valores máximos, 39,8% de assuntos noticiados pelos telejornais foram retomados pelos informativos seguintes, fluxo pesando 44,8% do total de assuntos noticiados pelos jornais receptores. Na semana de Janeiro registaram-se valores de 43,4% e 44,4%, respectivamente.

c) A transmissão de assuntos não se verifica apenas entre telejornais de emissão contígua (por exemplo, entre o das 09h e o das 13h, ou entre o das 13h e o das 20h). O fluxo de retomas funciona entre todos os telejornais de uma emissão diária, com o último jornal a recuperar, sempre, um determinado número de assuntos provenientes do primeiro informativo do dia. Nos quadros 19-A e 19-B registamos as médias semanais desses fluxos, noticiário a noticiário.

Verificamos que o primeiro informativo da RTP1 (*Notícias 1*), é retomado em 65,4% do seu conteúdo

pelo noticiário seguinte, o *Jornal da Tarde*. O *Telejornal* trata ainda 35,5% do total de assuntos elencados pelo *Notícias 1*; e no *24 Horas* (último informativo diário da RTP1) ainda encontramos noticiados 22,2% dos assuntos tratados no informativo da manhã.

Na TVI, os jornais do almoço e do jantar retomam assuntos elencados no primeiro informativo da manhã. Às 13h30 retomam-se 23,6% dos assuntos tratados pela manhã, às 21h a retoma atinge os 24,0%.

Atendendo ao facto da SIC emitir apenas três noticiários diários, não dispondo na grelha de um informativo matinal, decidimos autonomizar em dois novos quadros os fluxos de assuntos provenientes dos jornais da manhã (quadro 19-A) e os restantes fluxos (quadro 19-B).

d) As percentagens mais aproximadas verificam-se na transmissão de assuntos dos informativos da hora do almoço para os telejornais do horário nobre. Verificamos (quadro 18-A) que o *Jornal da Tarde* (RTP1) oferece 45,5% do total de assuntos noticiados ao *Telejornal*; que a 2.ª edição do *TVI Jornal* fornece 50,8% dos assuntos noticiados ao *Directo XXI*; e que o *Primeiro Jornal* (SIC) fornece 59,7% do total de assuntos noticiados ao *Jornal da Noite*.

Os últimos informativos das três estações também repegam assuntos tratados pelos jornais da hora do almoço, com percentagens que vão dos 15,5% (SIC) aos 27,2% (RTP1).

e) O circuito continua entre os informativos do horário nobre e os últimos noticiários da RTP1 e da SIC. 42,8% do *Telejornal* (RTP1) é retomado pelo *24 Horas*; 30,2% do *Jornal da Noite* (SIC) é retomado pelo *Último Jornal*.

f) Olhando ao peso das retomas na composição dos noticiários receptores, as maiores percentagens registam-se na recuperação, por parte dos últimos informativos diários das duas estações, de assuntos provenientes dos noticiários do horário nobre (a TVI já não emitia o *Ponto Final*, em Junho). O *24 Horas* (RTP1) surge composto por 67,6% de assuntos já noticiados no *Telejornal*; o *Último Jornal* é composto por 66,9% de assuntos já tratados no *Jornal da Noite*. Reforça-se o que já se constataria na análise à semana de Janeiro, com os últimos informativos veiculando caudal reduzido de actualidade informativa, funcionando fundamentalmente como um resumo do que de mais importante aconteceu no mapa informativo nacional e internacional.

g) A composição dos últimos informativos com assuntos provenientes, na sua maioria, de noticiários anteriores pode ilustrar-se, também, através dos quadros que elaborámos e que registam a entrada de novos assuntos em cada jornal (quadro 12, para a RTP1; quadro 14, para a SIC). Na RTP1, a percentagem de assuntos novos não atinge, em nenhum dos dias, os 40%, com o melhor *score* a ser atingido no dia 22 (38,9%). Em 126 assuntos seleccionados por este informativo durante a semana, apenas 38 foram injectados *ex novo*.

Na SIC há um dia em que a entrada de novos assuntos ultrapassa os 50%. Aconteceu a 24 de Junho, dia em que se atingiram os 57,1%. Nos restantes seis dias, as percentagens variam entre os 7,7 e os 42,9%. A cifra mais reduzida verificou-se no dia 27, com a entrada de apenas um novo assunto num total de 13 noticiados. Em 95 assuntos seleccionados durante a semana, apenas 30 foram injectados *ex novo* no *Último Jornal*.

h) Apesar de menor que o registado para os últimos informativos, o peso que os assuntos veiculados pelos noticiários da hora do almoço têm nos informativos do *prime time* é, de todo o modo, apreciável. Na RTP1, o *Telejornal* é composto por 45,5% de assuntos provenientes do *Jornal da Tarde*; na TVI a percentagem é de 50,8% (da 2.ª edição do *TVI Jornal* para o *Directo XXI*), atingindo os 59,7% na SIC (do *Primeiro Jornal* para o *Jornal da Noite*).

i) Como já referimos, a SIC não emitia, ao tempo, informativos matinais. Interessa, por esse facto, verificar as médias semanais globais contando com tais noticiários, mas também julgámos importante

encontrar as médias expurgando os fluxos provenientes dos primeiros jornais diários. Os quadros 20-A e 20-B retratam as duas situações. Incluindo os informativos da manhã, a maior percentagem de assuntos retomados, tendo por base o total de notícias do jornal emissor, pertence à RTP1, com 39,8%. Segue-se a SIC, com 35,1%, e a TVI com 32,8%. Olhando ao peso de tais retomas no total de assuntos elencados pelos jornais receptores, aí o maior peso pertence aos telejornais da SIC (44,8%), seguindo-se a RTP1 (29,9%), surgindo a TVI em último, com 25,2%.

Excluindo os informativos da manhã, a TVI lidera as retomas, com 50,8%, isto quando se afere o peso destas no total de assuntos noticiados pelos jornais emissores. Segue-se a RTP1, com 38,5%, e a SIC, com 35,1%. Quando o peso é aferido tendo por base o total de assuntos dos jornais receptores, a liderança passa para a SIC, com 44,8%, com as outras duas estações pouco distanciadas (44,1% para a RTP1, 44,0% para a TVI).

3.3.5. Redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça

Vamos agora aferir o peso das inserções de notícias *repetidas* nos telejornais das estações objecto da nossa análise (especificações detalhadas na análise à semana de Janeiro).

3.3.5.1. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça (RTP1)

Na semana de 21 a 27 de Junho, registámos a inclusão de 22 notícias *repetidas* no total de 42 notícias difundidas pelo *Notícias 1* (09h) entre terça e sexta-feira (ver quadro 21)⁹³. Este informativo folgava aos sábados e domingos, e não se incluiu a segunda-feira por se tratar do primeiro noticiário da semana. Num dos dias, 22 de Junho, mais de 50% do *Notícias 1* foi produzido com notícias repetidas do dia anterior. Nos restantes dias (23, 24 e 25), registámos uma percentagem de repetições de 44,4%. A média semanal de repetições (efectuada entre o total de notícias repetidas e o total de notícias difundidas durante a semana, e não como média das percentagens diárias), cifrou-se em 52,4%.

O *Jornal da Tarde* (13h) é o que regista a menor média semanal de repetições, entre os quatro espaços informativos diários: 10,3%. As percentagens diárias oscilam entre os 0,0% de dia 26, e os 19,2% de dia 22 (5 repetições em 26 notícias).

No *Telejornal* a média semanal de repetições atingiu os 19,5%, quase duplicando a média verificada no *Jornal da Tarde*. As percentagens diárias oscilam entre os 7,1% de dia 26 (2 repetições em 28 notícias) e os 36,0% de dia 25 (9 repetições em 25 notícias).

O *24 Horas* regista a maior média semanal de repetições: 57,9%. As percentagens diárias vão dos 38,1% de dia 24 (8 repetições em 21 notícias), aos 77,3% de dia 21 (17 repetições em 22 notícias). Em cinco dos sete dias da semana, o *24 Horas* registou percentagens de repetições iguais ou superiores a 50%.

Para um total semanal de 513 notícias, registaram-se 149 reutilizadas sem qualquer alteração, o que corresponde a uma percentagem de 29,0%. Já quanto à média semanal da estação (média ponderada, resultante das médias semanais de cada espaço informativo), cifra-se nos 35,0%. Em 25 noticiários, seis foram compostos por 50,0% ou mais de repetições de notícias incluídas em informativos anteriores.

⁹³ Os quadros 21 a 29 e os gráficos 30 a 35 encontram-se disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JUD.pdf

3.3.5.2. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça (SIC)

Na semana de 21 a 27 de Junho, registámos a inclusão de 22 notícias repetidas no total de 125 notícias difundidas pelo *Primeiro Jornal* (13h) entre terça e domingo (ver quadro 22). A média semanal de repetições cifrou-se em 17,6%. No dia 26 verificou-se a percentagem de repetições menos significativa – 9,5%, respeitante a duas repetições num total de 21 notícias. No dia seguinte, 27 de Junho, verificou-se a maior percentagem de repetições da semana, no que ao *Primeiro Jornal* concerne – 25,0%, correspondendo a 5 repetições num informativo continente de 20 notícias.

No *Jornal da Noite* (20h) a média semanal quase que duplica, passando para os 31,9% (67 repetições em 210 notícias). As percentagens diárias oscilam entre os 27,3% de dias 24 e 27 (9 repetições em 33 notícias), e os 40,7% de dia 21 (11 repetições em 27 notícias).

A exemplo do que já constatáramos com o *24 Horas*, da RTP1, também na SIC é o último espaço informativo diário o que regista maior número de repetições. A média semanal de repetições no *Último Jornal* atinge os 67,4%, tendo como patamar mínimo o dia 24 (42,9% - 6 repetições em 14 notícias) e tecto apostado no dia 27 (92,3% - 12 repetições em 13 notícias).

Em seis dias, a percentagem de repetições ultrapassa os 50,0%. Acontece assim no dia 21 (61,5% - 8 repetições em 13 notícias); no dia 22 (57,1% - 8 repetições em 14 notícias); no dia 23 (64,7% - 11 repetições em 17 notícias); no dia 25 (75,0% - 6 repetições em 8 notícias); no dia 26 (81,3% - 13 repetições em 16 notícias), e no já referido dia 27.

Num total de 95 notícias veiculadas pelas sete edições do *Último Jornal*, 64 foram repetições sem actualização.

Para um total semanal de 430 notícias, registaram-se 153 reutilizadas sem qualquer alteração, o que corresponde a uma percentagem de 35,6% (superior à da RTP1 em 6,6%). Já quanto à média semanal da estação (média ponderada, resultante das médias semanais de cada espaço informativo), cifra-se nos 39,0% (superior em 4,0% à da RTP1). Em 20 noticiários, seis foram compostos por mais de 50% de repetições de notícias incluídas em informativos anteriores.

3.3.5.3. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça (TVI)

Na semana de 21 a 27 de Junho, registámos a inclusão de 8 notícias repetidas no total de 42 notícias difundidas pelo *TVI Jornal* - 1.^a edição (10h), entre terça e sexta-feira (ver quadro 23). A exemplo do que acontecia com a RTP1, também este espaço informativo matinal não se difundia aos sábados e domingos. Registamos percentagens diárias de repetições que oscilam entre os 0,0%, no dia 24, e os 33,3% de dia 23 (3 repetições em 9 notícias). Nos restantes dias, as percentagens de repetições cifraram-se em 28,6% (dia 22 - 4 repetições em 14 notícias), e em 10,0% (dia 25 - uma repetição em 10 notícias). A média semanal de repetições cifrou-se em 19,0% (inferior em 33,4% à percentagem do espaço informativo homólogo da RTP1).

O *TVI Jornal* - 2.^a edição (13h 30) é o que regista a menor média semanal de repetições, entre os três espaços informativos diários da TVI: 11,8%, correspondendo a 9 repetições para um total de 76 notícias. As percentagens diárias oscilam entre os 7,1% de dia 24 (1 repetição em 14 notícias) e os 20,0% de dia 22 (3 repetições em 15 notícias).

Nos outros três dias (o *TVI Jornal* - 2.^a edição não era difundido ao fim de semana), registámos

percentagens de 8,3% (dia 21 - 1 repetição em 12 notícias), de 10,0% (dia 23 - 2 repetições em 20 notícias), e de 13,3% (dia 25 - 2 repetições em 15 notícias).

No *Directo XXI* a média semanal de repetições é bastante superior, situando-se nos 36,4% (32 repetições em 88 notícias). As percentagens diárias (de segunda a sexta-feira) oscilam entre os 22,2% de dia 21 (4 repetições em 18 notícias) e os 50,0% de dia 25 (8 repetições em 16 notícias).

Para um total semanal de 206 notícias, registaram-se 49 reutilizadas sem qualquer alteração, o que corresponde a uma percentagem de 23,8% (inferior à da SIC em 11,8%, e à da RTP1 em 5,2%). Já quanto à média semanal da estação (média ponderada, resultante das médias semanais de cada espaço informativo), cifra-se nos 22,4%. Em 19 noticiários, apenas um foi composto por 50,0% de repetições de notícias incluídas em informativos anteriores.

3.3.5.4. Comparação dos valores semanais de redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça pelas três estações de televisão

Agrupando os dados apurados pelas três estações (ver quadro 24 e gráficos 33 e 34), verificamos que, para um total de 1149 notícias contabilizadas, 351 foram recuperadas de noticiários anteriores sem sofrerem qualquer alteração, o que corresponde a uma percentagem de 30,5%. Verificamos ainda a existência de 13 noticiários com uma percentagem de repetições igual ou superior a 50,0%.

Do cotejo entre as três estações, verificamos que, nesta segunda semana de análise, foi a SIC quem mais recorreu às repetições de peças (35,6%); a RTP1 ocupa o lugar intermédio (29,0%), sendo a TVI a que regista menor percentagem de repetições sem qualquer actualização (23,8%). Para este resultado da TVI muito contribuiu o facto de já não emitir o último informativo da estação, espaço que, a exemplo do que sucede com as outras estações, recorre a maior número de repetições por comparação com os outros noticiários.

Por faixas horárias, constata-se que são os últimos noticiários os que registam a maior percentagem de repetições (57,9%, RTP1; 67,4%, SIC). A média percentual destes dois espaços atinge os 62,0%. Seguem-se os espaços informativos matinais, com uma média global de 35,7% (52,4% para a RTP1, 19,0% para a TVI). Vêm depois os telejornais do horário nobre, com uma média global de 27,7 (19,5% para a RTP1; 31,9% para a SIC; 36,4% para a TVI).

Os informativos da hora do almoço são os que menos se socorrem das repetições de peças anteriormente emitidas, para uma redifusão sem quaisquer alterações. Estes informativos (*Jornal da Tarde*, *Primeiro Jornal* e *TVI Jornal* - 2.^a edição), registam uma percentagem média semanal de repetições inferior em mais de 50% aos informativos do *prime time* (*Telejornal*, *Jornal da Noite* e *Directo XXI*). A média global das três estações queda-se nos 13,3% (10,3% para a RTP1; 17,6% para a SIC; 11,8% para a TVI).

3.3.5.5. Informativos matinais como *receptores* de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça

Tal como referimos na primeira semana de análise, para a qual remetemos justificação detalhada, o aproveitamento de notícias repetidas não se faz apenas no ciclo informativo diário, havendo algumas que são recuperadas por telejornais do dia seguinte, nomeadamente pelos informativos matinais.

Estes informativos, recordamos, são espaços continentais de um número bastante reduzido de notícias, se comparados com os restantes telejornais do dia, nomeadamente com os da hora do almoço e do *prime time*. Acresce o facto dos noticiários imediatamente antecedentes (os últimos informativos do

dia), ocuparem o segundo lugar no que reporta ao número de notícias alinhadas. Para além disso, são também os últimos informativos os que registam uma maior percentagem de notícias repetidas, logo um material que os editores dos informativos matinais poderão desprezar, por considerarem já desactualizado. Condicionantes que não impedem, no entanto, o funcionamento do circuito de notícias repetidas entre diferentes ciclos informativos diários. É o que se ilustra com os quadros 25, 26 e 27.

Através da consulta a estes quadros, verificamos, por exemplo:

a) a existência de notícias difundidas pela primeira vez num informativo matinal, actualizadas à hora do almoço e posteriormente recuperadas, sem alterações, até ao informativo matinal do dia seguinte, mantendo-se por um período de 24 horas em antena (RTP1 – *Acordo assinado entre UCK e NATO*, quadro 25);

b) a existência de notícias difundidas pela primeira vez num informativo do horário nobre, recuperadas no último informativo da estação e ainda por todos os informativos do dia seguinte, cumprindo um percurso de mais de 24 horas (SIC – *Directora maternidade Angra sobre venda crianças nos Açores*, quadro 26);

c) a existência de notícias difundidas pela primeira vez num último informativo e que são recuperadas, sem alterações, até ao telejornal do horário nobre do dia seguinte (vários casos, nos três quadros);

d) a existência de notícias difundidas pela primeira vez num informativo da hora do almoço, repetidas sem alterações no telejornal do *prime time*, ignoradas no último informativo, mas recuperadas no dia seguinte, às 13 horas, cumprindo assim 24 horas em antena, apesar do hiato verificado no último jornal (SIC – *Demitiu-se Presidente Região de Turismo do Algarve*, quadro 26);

e) a existência de notícias difundidas pela primeira vez num informativo da hora do almoço, ignoradas no telejornal do *prime time*, mas recuperadas sem alterações no primeiro informativo do dia seguinte (TVI – *Chegaram a Díli os primeiros polícias da ONU*, quadro 27);

f) a existência de notícias difundidas pela primeira vez num informativo da hora do almoço, ignoradas no telejornal do *prime time* desse dia, também no informativo da hora do almoço do dia seguinte, mas recuperadas sem alterações no informativo do *prime time* do dia seguinte. Recuperação passadas mais de 30 horas da primeira difusão (TVI – *Primeira corrida de touros TVI a 1 de Julho*, quadro 27).

3.3.5.6. Peso das notícias redifundidas sem alteração da introdução do *pivot* e da peça na realimentação dos fluxos entre noticiários da mesma estação

Comprova-se, pois, o já constatado na análise à primeira semana do *corpus*: a recuperação de notícias difundidas em informativos anteriores é prática comum às três estações analisadas; essa recuperação tem um peso específico nada despidendo no conjunto de telejornais difundidos por cada estação. Comprova-se e reforça-se, por termos encontrado valores mais elevados de retomas sem actualização na segunda semana de análise. Na RTP1 a percentagem média semanal de retomas passou de 25,1% em Janeiro, para 29,0% em Junho; na SIC regista-se um aumento mais significativo, de 4,9%. A percentagem média semanal passou, nesta estação, de 30,7% em Janeiro para 35,6% em Junho. Na TVI verifica-se um decréscimo acentuado, de 33,3% para 23,8%. No entanto, esta diminuição percentual reflecte o facto da estação ter deixado de emitir o último informativo da estação, responsável, na semana de Janeiro, pelo engrossar da percentagem registada. Recorde-se que 80,7% do *Ponto Final* foi constituído, em Janeiro, por notícias repetidas. No entanto, se compararmos apenas os informativos emitidos nas mesmas faixas horárias, pela TVI, em Janeiro e Junho, verificamos que nesta última semana também se verificou um acréscimo percentual, de 20,7% para 23,8%.

Os dados recolhidos em Junho apontam de novo para uma desvalorização dos informativos televisivos situados nos extremos do mapa noticioso diário (edição matinal e última edição). As percentagens de notícias repetidas incluídas nestes telejornais continuam a ser bastante superiores às verificadas nos restantes informativos.

Ou seja, para além da necessária reactualização de assuntos em diferentes noticiários do ciclo informativo diário, os fluxos de recuperação de assuntos já noticiados em telejornais anteriores continuam a ser alimentados, em parte significativa, por meras redifusões de notícias referentes a acontecimentos que dispensam qualquer actualização.

As opções seguidas para a detecção do peso dos fluxos de notícias sobre um mesmo assunto entre telejornais de uma mesma estação, e para a contabilização das notícias repetidas, não permitem efectuar uma simples operação: descontar, das percentagens dos fluxos, a percentagem de notícias repetidas, para assim determinarmos os fluxos originados por reactualizações. Operação inviabilizada dado que, no primeiro caso - e porque, como já explicámos, quisemos analisar mapas noticiosos diários -, os primeiros informativos diários de cada estação apenas foram encarados na sua vertente *emissora*, ignorando-se a sua faceta *receptora*. Isto porque, se quiséssemos encarar também esta vertente, tal só poderia ser feito alargando os fluxos ao dia anterior.

Já no caso da contabilização das notícias repetidas, os primeiros informativos de cada estação surgem também como receptores. Estamos, portanto, perante universos construídos de forma distinta, o que inviabiliza o tal cotejo aritmético.

Isso não implica que não se comparem os dados recolhidos nas duas análises, permitindo-se, assim, uma aproximação entre as duas realidades. Recordamos os valores encontrados para os fluxos de assuntos que transitavam para noticiários seguintes, tendo por base o total de notícias do jornal *receptor*: entre 25,2% (média semanal da TVI) e 44,8% (média semanal da SIC). Na contabilização das notícias repetidas, encontrámos médias semanais entre 23,8% (TVI) e 35,6% (SIC). Ou seja, apesar de impedidos de efectuar cotejo aritmético, é fácil vislumbrar que parte significativa de tais fluxos não radica em critérios jornalísticos de imperioso acompanhamento de acontecimentos em evolução, antes em razões mais pragmáticas, já antes elencadas.

3.3.5.7. Despromoção, nos alinhamentos, das notícias redifundidas sem alteração da introdução do *pivot* e da peça

Podemos ainda tentar descortinar a razão de ser da retoma de notícias sem reactualização, através de outra leitura dos dados disponíveis. Fá-lo-emos registando os lugares ocupados nos alinhamentos pelas notícias difundidas, em diferentes informativos de um mesmo dia, quer se trate de notícias com ou sem actualização. Registamos apenas os assuntos desdobrados em notícias que, em cada dia e em cada estação, representaram o intervalo máximo, a maior discrepância na sua colocação nos alinhamentos dos diferentes telejornais (ver quadro 28). A leitura deste quadro indica-nos que as despromoções mais significativas de notícias tratadas no mesmo dia pela mesma estação se verificam no grupo das reutilizações.

Com efeito, dos 23 casos elencados, encontrámos 19 (82,6%) em que a segunda notícia é reutilizada na íntegra. Em 12 notícias (63,2%) deste grupo de 19 reutilizações, a repetição significa uma pesada despromoção no alinhamento do noticiário que recuperou a notícia (assinalados com célula amarela). Em 7 dos casos (36,8%) acontece o inverso, com uma subida no alinhamento (assinalados com célula verde-claro). Das razões possíveis para tal volume de despromoções no alinhamento já demos conta na análise à semana de Janeiro.

3.3.6. A agenda do *Jornal 2* e as agendas dos restantes informativos televisivos

A concluir a análise ao meio/televisão, e antes de iniciarmos o cotejo com o meio/rádio e com o meio/imprensa, repetimos exercício efectuado na semana de Janeiro, através do qual tentamos descortinar o carácter alternativo do *Jornal 2*, no que à selecção dos assuntos noticiados concerne.

Verificamos que o *Jornal 2* mantém a tendência de seguir a agenda das outras televisões, registando-se uma grande dependência do material fornecido pela RTP1.

Dos 132 assuntos noticiados pelo *Jornal 2*, apenas 27 (20,5%) não foram objecto de tratamento noticioso pelas outras estações. 26,5% dos assuntos noticiados na semana em análise foram objecto de notícia em todas as outras estações generalistas (35 para um total de 132 notícias). Percentagens iguais para os assuntos noticiados pelo *Jornal 2* que foram seleccionados por mais duas estações (35 assuntos, 26,5%) e por mais uma estação (35 assuntos, 26,5%). Quanto aos assuntos que foram objecto de notícia em mais um canal, a RTP1 continua, a exemplo do que já se verificara em Janeiro, a levar a palma na parceria - 27 casos, para 5 da SIC e 3 da TVI. No grupo dos assuntos noticiados por mais duas estações televisivas, verificamos que a RTP1 é parceira, em 32 dos 35 casos, da outra estação que também abordou assuntos veiculados pela RTP2.

Com esta etapa, cumprimos a análise aos noticiários televisivos, escalpelizados estes quer na clausura da estação difusora, quer nas relações com outros noticiários, de outras estações. O próximo ponto alargará o confronto do universo informativo da televisão ao meio/rádio.

3.3.7. Análise da agenda noticiosa radiofónica em função da agenda noticiosa televisiva

3.3.7.1. Difusão noticiosa de assuntos comuns aos meios rádio e televisão

Foram ouvidos todos os noticiários emitidos pela estações de rádio Antena 1, Rádio Renascença e TSF, entre 21 e 27 de Junho de 1999. Tendo por base essa audição foram elaborados os quadros 30-A a 30-G⁹⁴. Estes quadros têm por base os quadros 5-A a 5-G, tendo-lhes sido acrescentadas três colunas, reportando cada uma a sua estação de rádio. Nestas colunas assinalam-se, através de células diferenciadas, as notícias difundidas pela rádio primeiro que pela televisão; as notícias em que a rádio não se antecipou à televisão, emitindo-as ao mesmo tempo; e as notícias dadas pela rádio depois de já terem sido veiculadas pela televisão.

Numa primeira etapa (ver quadro 31 e gráfico 36), contabilizaremos os assuntos seleccionados pelas estações de televisão que foram, também, alvo de notícia(s) por parte das rádios.

Verificamos que, dos 617 assuntos tratados entre 21 e 27 de Junho pelas televisões, 287 foram também seleccionados para tratamento noticioso pelas rádios. 46,5% dos assuntos noticiados pelas televisões mereceram tratamento noticioso radiofónico. Estes valores incluem a totalidade de casos em que a rádio também noticiou assuntos veiculados pela televisão, sem curar de distinguir os casos em que se verificou antecipação por parte das rádios, dos veiculados na mesma faixa horária e também dos que foram veiculados mais tarde pela Antena 1, Rádio Renascença ou TSF.

⁹⁴ Os quadros 30-A a 35 e o gráfico 36 encontram-se disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JUE.pdf

3.3.7.2. Pré-agendamento radiofónico da agenda noticiosa televisiva

Na quase totalidade dos casos em que a rádio também tratou assuntos noticiados pela televisão, é aquele meio que conquista a primazia, com difusão prévia à das televisões. Assim, dia 21, em 40 dos 42 assuntos tratados pelos dois meios foi a rádio que se antecipou à televisão; no dia 22, o mesmo se verificou em 54 dos 59 casos registados; dia 23, a antecipação da rádio aconteceu em 41 dos 44 assuntos seleccionados por ambos os meios. Situação idêntica nos dias 24 e 25, o primeiro com 45 antecipações em 49 assuntos comuns, o segundo com 35 antecipações em 38 assuntos comuns. No fim de semana regista-se um desvio a esta tendência, mas bastante ligeiro. Dos 33 casos registados no dia 26, sábado, 29 referem-se a antecipações; e no domingo registámos 20 antecipações da rádio em 22 assuntos tratados em comum com a televisão. Num total de 287 assuntos reportados por ambos os meios, foram 264 as antecipações da rádio, restando apenas 23 casos para notícias veiculadas ao mesmo tempo ou mais tarde que a televisão.

Na segunda-feira, 21, registámos dois assuntos em que a TV se antecipou à rádio. No dia 22, um assunto noticiado ao mesmo tempo (na mesma faixa horária) pelos dois meios, e 4 com antecipação televisiva; dia 23, registo de um assunto com notícias inseridas na mesma faixa horária e dois assuntos em que a TV se antecipou à rádio. Dia 24, mais três antecipações da TV e um assunto noticiado ao mesmo tempo; dia 25, dois assuntos noticiados na mesma faixa horária e uma antecipação televisiva. Sábado, 26, dois assuntos veiculados na mesma faixa horária pelos dois meios e igual número de antecipações televisivas. Por último, no domingo, dia 27, registaram-se duas antecipações pela TV.

No total, encontramos 7 casos de difusão de notícias na mesma faixa horária pelos dois meios, o que equivale a uma percentagem de 1,1%; e mais 16 casos de antecipações por parte da TV, representando uma percentagem de 2,6%. Já o peso das antecipações por parte da rádio se distancia bastante destas cifras, atingindo os 42,8% do total de assuntos elencados pelas redacções televisivas na semana em análise. As 40 antecipações da rádio no dia 21 equivalem a 44,0% do total de assuntos seleccionados para difusão noticiosa pelas Tv's, 91 assuntos, nessa segunda-feira. Dia 22 a percentagem de antecipações ultrapassa os 50%, fixando-se nos 51,4%, correspondendo a 54 antecipações dos 105 assuntos seleccionados pela TV. No dia 23 registou-se percentagem de 45,1% (41 antecipações em 91 assuntos seleccionados pelas Tv's); no dia 24 a percentagem foi de 47,4% (45 antecipações em 95 assuntos seleccionados pelas Tv's); no dia 25 foi de 41,2% (35 antecipações em 85 assuntos seleccionados pelas Tv's); no dia 26 ficou-se pelos 37,2% (29 antecipações em 78 assuntos seleccionados pelas Tv's); no dia 27, domingo, a descida é mais significativa, para os 27,8% (20 antecipações em 72 assuntos seleccionados pelas Tv's).

Se tratarmos de eliminar os assuntos que, no dia seguinte, surjam apenas com registo de notícias redifundidas pela TV sem qualquer alteração (ver explicação desta operação no ponto 3.2.6.3. do presente capítulo), o total de assuntos veiculados pelas quatro estações de TV passa de 617 para 578. Nos 39 casos detectados encontramos 24 noticiados apenas pela televisão, com os restantes 15 tendo merecido antecipações por parte da rádio. Feito o ajuste, as 249 antecipações radiofónicas passam a pesar 43,1%, subindo três décimas em relação à percentagem anteriormente referida.

3.3.7.3. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações: relação entre o meio/rádio e o meio/televisão

Em seguida, dissecaremos estes circuitos miméticos, individualizando as notícias que atingem o pleno das televisões (assuntos veiculados por 4 estações), das que foram seleccionadas por três, duas

ou uma estação. Curaremos de conhecer, agora, se a atenção noticiosa das rádios se dirige, sem primazia, a qualquer um dos quatro subgrupos de assuntos noticiados pelas televisões, ou se se verifica uma atracção mimética rumo aos assuntos que mereceram a atenção da maior parte das estações de TV.

Para o efeito, seccionámos os mapas de registo diário do conjunto de assuntos noticiados pelas televisões em função do número de estações que veicularam tais assuntos: um mapa para os assuntos noticiados por 4 estações de TV (assuntos assinalados com fundo amarelo); outro para os assuntos noticiados por 3 estações de TV (assuntos assinalados com fundo azul-claro); outro para os assuntos noticiados por 2 estações de TV (assuntos assinalados com fundo verde-claro); outro para os assuntos noticiados apenas por uma estação de TV (assuntos assinalados com fundo cinzento).

Do confronto visual destes quadros (32-A a 32-D) consegue-se, logo numa primeira leitura, desenhar diferença de monta entre, por um lado, os assuntos noticiados por 4 e 3 estações de TV, e, por outro, os assuntos noticiados por duas ou só uma estação de televisão. Com efeito, a selecção noticiosa feita pelas rádios sintoniza-se muito mais com os assuntos alvo da atenção de maior número de estações de televisão. Essa maior sintonia corre a par com uma maior saturação de notícias radiofónicas nas zonas de maior mimetismo televisivo.

Consultando os quadros 33 a 35, podemos comprovar a diferença abissal entre os grupos de assuntos noticiados por 4 e por 3 estações, e os grupos de assuntos noticiados por duas ou apenas uma estação. Desenvolvemos esta análise, verificando, primeiro, totais absolutos e percentagens de

- a) assuntos noticiados pelas televisões que tenham sido alvo de antecipação por todas as estações de rádio (quadro 33);
- b) assuntos noticiados pelas televisões que tenham sido ignorados por todas as estações de rádio (quadro 34);
- c) assuntos veiculados pelas televisões que uma, duas ou as três estações de rádio não tenham acompanhado, seja por antecipação, ao mesmo tempo, ou posteriormente (quadro 35).

3.3.7.3.1. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram antecipados pelo pleno das estações de rádio

Começando pelos assuntos noticiados pela TV, e que todas as estações de rádio anteciparam (quadro 33). Constatamos que, dos 36 assuntos que, na semana, fizeram o pleno das estações de televisão, 15 foram antecipados por todas as estações de rádio, o que equivale a uma percentagem de 41,7%.

Dos 64 assuntos seleccionados por três estações de televisão, 27 foram antecipados por todas as estações de rádio. A percentagem semanal situa-se nos 42,2%. Se, no que toca aos assuntos noticiados pelo pleno das televisões, as antecipações pelo pleno das rádios estiveram ausentes em 21 casos, no que concerne aos assuntos noticiados por três televisões, a ausência do pleno radiofónico verificou-se em 37 casos.

Quebra bastante acentuada surge no grupo de assuntos noticiados apenas por duas estações de televisão. Aqui, o pleno de antecipações radiofónicas reduz-se para 19 casos em 97 possíveis, o que equivale a uma percentagem de 19,6%. O pleno das rádios, no que às antecipações respeita, não funcionou em 78 dos casos.

No último grupo, dos assuntos noticiados apenas por uma estação, regista-se nova quebra percentual de grande significado. Apenas 21 antecipações pelo pleno das rádios (5,0%), havendo 420 possibilidades de tal acontecer. Ou seja, o pleno das antecipações radiofónicas não funcionou em 399 casos.

Note-se que, neste último grupo, composto por 420 assuntos, a rádio apenas atingiu o pleno em mais seis casos que o verificado no grupo de assuntos noticiados por quatro televisões, quedando-se com menos seis casos que o verificado no grupo de assuntos noticiados por três televisões. 21 antecipações pelo pleno das rádios nos assuntos noticiados por uma só TV, contra 15 no grupo dos assuntos noticiados por quatro televisões, e 27 no grupo dos assuntos seleccionados por três estações televisivas.

3.3.7.3.2. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram ignorados pelo pleno das estações de rádio

Prossigamos a análise, encarando agora a relação selecção noticiosa televisiva/selecção noticiosa radiofónica por prisma inverso à operação anterior. Antes curámos de conhecer o peso do pleno de antecipações por parte das rádios, agora cuidaremos de conhecer o peso do pleno das ausências radiofónicas, o peso dos assuntos noticiados pela televisão e que foram ignorados pelas três estações de rádio (ver quadro 34).

Verificamos que, no grupo dos assuntos que fizeram o pleno das Tv's, 7 foram ignorados pelo pleno das rádios, o que equivale a uma percentagem de 19,4%. Já quanto ao grupo dos assuntos noticiados por três televisões, aí encontramos registo de 8 ausências por parte de todas as rádios. Em 64 assuntos deste grupo, as 8 *brancas* do pleno das rádios valem 12,5%. No grupo dos assuntos noticiados por duas Tv's (97 no total), já se registam 29 casos (29,9%) onde não se verificou qualquer notícia por parte das rádios. E no último grupo, o dos assuntos veiculados apenas por uma televisão (420 no total), aí o número de *brancas* da rádio cresce em flecha, atingindo as 286, o que equivale a uma percentagem de 68,1%.

A exemplo do já verificado na análise à semana de Janeiro, reforça-se a conclusão de que os assuntos que mobilizam a atenção do maior número de estações de televisão são também os que mobilizam a atenção do maior número de estações de rádio; e que os assuntos que mais se desviam do caudal mimético televisivo são também os mais ignorados pelo pleno das rádios.

Atendendo ao facto de, no primeiro caso, termos curado de antecipações, será mais correcto invertermos a ordem dos factores, assinalando então serem os assuntos que mobilizam o pleno das rádios os privilegiados na selecção efectuada pelos editores das redacções televisivas.

3.3.7.3.3. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram ignorados por uma, duas ou três estações de rádio

Por último, em vez da contabilização por plenos radiofónicos (antecipação ou ausência de tratamento), resolvemos aferir a quantidade de assuntos que as estações de rádio desprezaram, em relação aos assuntos seleccionados pelas televisões. De forma prosaica, trata-se de contabilizar as células dos quadros de registo das *notícias-rádio* (quadros 32-A a 32-D) que não contenham qualquer inscrição (células brancas).

Contabilizar, então, os assuntos que uma, duas ou três rádios poderiam ter seleccionado para difusão noticiosa, não o tendo feito, nem por antecipação à televisão, nem ao mesmo tempo, nem mais tarde que a televisão.

No grupo dos assuntos noticiados por quatro televisões (quadro 35), em 108 possibilidades das estações de rádio terem também veiculado tais assuntos, registam-se 77 inserções, contra 31 falhas. Uma percentagem de ausências que se cifra em 28,7%, percentagem um pouco mais elevada que a

respeitante aos assuntos não difundidos pelas rádios, e referentes ao grupo noticiado por três estações de televisão. Aqui foram 52 as ausências (27,1%), para um total de 192 inserções noticiosas possíveis.

No grupo seguinte (assuntos noticiados por duas Tv's), a percentagem quase duplica, passando para os 50,2% (146 ausências em 291 inserções noticiosas possíveis). E no último grupo (assuntos noticiados só por uma televisão), a percentagem sobe para os 82,8% (1.043 inserções não difundidas pela rádio em 1260 possíveis).

3.3.8. Análise da agenda noticiosa da imprensa escrita em função da agenda noticiosa televisiva (com cotejo efectuado à agenda noticiosa do meio/rádio)

3.3.8.1. Indicações prévias

A exemplo do que fizemos com o meio rádio, tentaremos agora verificar a existência de imbricações similares entre os telegornais e a imprensa escrita. A concretização desta etapa passou pela análise dos seguintes jornais diários: *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *24 Horas*, *Correio da Manhã*, *A Capital*, *A Bola*, *Record* e *O Jogo*. Nos semanários, a leitura incidiu sobre *O Independente*, *Semanário*, *Tal & Qual*, *Expresso*, e a revista *Visão*. Foram estas as publicações que mereceram, da nossa parte, um registo sistemático dos assuntos tratados, em função do mapa noticioso das televisões referente ao período de 21 a 27 de Junho de 1999.

A este grupo de nove diários e cinco semanários acrescentámos um leque alargado de outras publicações, grupo supletivo em relação ao primeiro. Incluem-se aqui o *Diário Económico*, *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto*, o *Jornal de Letras*, *O Diabo*, várias publicações especializadas e um vasto conjunto de jornais de índole regional⁹⁵.

O registo dos assuntos tratados por este segundo grupo, que surge na coluna *Outros* dos quadros 36-AA a 36-GB⁹⁶, reporta apenas aos casos de assuntos tratados pelas televisões e que não foram acompanhados por nenhuma das publicações do primeiro grupo. Exceptuam-se alguns casos em que, havendo tratamento noticioso por parte das publicações do primeiro grupo, se julgou importante também registar a inserção de notícias por parte de alguma(s) das publicações do grupo supletivo, por exemplo, atendendo às diferentes datas de inserção de determinadas notícias.

Do primeiro grupo efectuámos leitura de todas as edições compreendidas entre os dias 18 e 28 de Junho. No entanto, em relação a alguns deles, alongámos essa leitura até aos primeiros dias de Junho.

A exemplo do método seguido para o meio rádio, também aqui curaremos de identificar práticas miméticas entre o meio/televisão e o meio/imprensa escrita, independentemente do factor antecipação por parte de um ou outro meio. Numa fase posterior, trataremos então de contabilizar eventuais antecipações do meio/imprensa, procedendo ao natural detalhe.

Nos mapas de registo dos assuntos tratados pela imprensa, inserimos três colunas para cada publicação. Na coluna da esquerda registamos o dia em que um assunto é noticiado, sempre que tal notícia tenha surgido antes da sua difusão pela televisão.

Na coluna central registamos as notícias da imprensa veiculadas no mesmo dia da sua difusão televisiva. E na coluna da direita efectuamos o registo das notícias da imprensa veiculadas

⁹⁵ Para além das publicações citadas, foram consultados os seguintes jornais e revistas: *Auto-Sport*, *Barlavento*, *Diário As Beiras*, *Blitz*, *O Crime*, *Diário de Aveiro*, *Diário de Coimbra*, *Diário do Sul*, *Região Sul*, *TV Guia*, *TV Mais*, *A Voz do Nordeste* e *A Voz de Trás-os-Montes*.

⁹⁶ Os quadros 36-AA a 36-GA, 36-AB a 36-GB, 38 e os gráficos 37 a 41 encontram-se disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JUF.pdf

posteriormente à sua difusão pela televisão. Os caracteres a vermelho assinalam o tratamento, por antecipação, de determinado evento, antecipação não em relação ao meio/televisão, mas à própria efectivação do evento.

Nos quadros 36-AA a 36-GA procedemos ao registo dos assuntos que, tendo sido veiculados pela televisão na semana em análise, também foram objecto de notícia por parte dos jornais diários.

Nos quadros 36-AB a 36-GB esse registo reporta aos semanários, e às publicações incluídas na categoria *Outros*. Os quadros 37-A a 37-G assinalam, na coluna da direita, os assuntos seleccionados pela televisão que foram objecto de tratamento noticioso pelo conjunto da imprensa analisada, procedendo-se à distinção entre os assuntos que a imprensa noticiou no mesmo dia que a televisão ou em dias anteriores (células roxas), dos assuntos que a imprensa veiculou posteriormente à televisão (células vermelhas). As células brancas da coluna da direita desta última série de mapas assinalam assuntos seleccionados pela televisão e ignorados pela imprensa. O tratamento destes dados é ilustrado no quadro 38, acompanhado pelos gráficos 37 a 41.

No que reporta às publicações da categoria *Outros*, e para poupar espaço, sempre que surgirem duas colunas, em vez de três, a da esquerda reporta a veiculação de notícias com anterioridade em relação à televisão; a da direita reporta a publicação de notícias posteriormente à sua difusão pela TV.

3.3.8.2. Difusão noticiosa de assuntos comuns aos meios imprensa escrita e televisão

Uma primeira consulta aos quadros 37-A a 37-G faz ressaltar, desde logo, uma profusão de células roxas, indicando tratamento antecipado, por parte da imprensa, dos assuntos veiculados pela televisão. Também se denota, facilmente, o reduzido número de células brancas, o mesmo é dizer, de assuntos tratados pela redacções televisivas e ignorados pela imprensa.

Passando ao detalhe (ver quadro 38, e gráficos 37 e 38), verificamos que, no dia 21, dos 91 assuntos elencados pelo meio televisão, a imprensa noticiou, antes ou no mesmo dia, 57 assuntos, o que equivale a uma percentagem de 62,6%. No dia seguinte, em 105 assuntos tratados pela TV, a imprensa noticiou 60, antes ou no próprio dia, conjunto que vale 57,1%. A 23 de Junho, a percentagem situa-se nos 53,8%, com 49 assuntos tratados antes ou no dia, de um total de 91 assuntos elencados pelas redacções televisivas. Quinta-feira, dia 24, a relação é de 58 assuntos tratados pela imprensa (antes ou no dia), para um total de 95 assuntos veiculados pelo meio televisão, valendo assim 61,1%. No dia 25 a percentagem é de 57,6%, correspondendo a 49 assuntos tratados em 85 possíveis. No sábado a percentagem sobe uma décima, em relação ao dia anterior, 57,7% para 45 assuntos tratados pela imprensa em 78 possíveis; no domingo atinge-se a percentagem mínima da semana, 45,8% (33 assuntos em 72 possíveis).

Verificamos que, com excepção do dia 27, nos restantes seis dias o meio/imprensa veiculou (no mesmo ou em dias anteriores), percentagens de assuntos iguais ou superiores a 50,0%. Nos dias 21 e 24 essa percentagem situou-se na casa dos 60%.

No conjunto da semana, dos 617 assuntos com difusão registada pelo meio/televisão, houve 351 seleccionados pela imprensa para publicação no mesmo dia ou em dias anteriores. Estes 351 assuntos equivalem a uma percentagem de 56,9%. Ficaram 266 assuntos por tratar, por parte da imprensa.

Por tratar anteriormente, pois ainda se regista percentagem com algum significado de assuntos seleccionados pela televisão e reportados pela imprensa no(s) dia(s) seguinte(s). Assim aconteceu com 14 assuntos (15,4%), no dia 21; com 25 (23,8%), no dia 22; com 27 (29,7%), no dia 23; com 21,

no dia 24 (22,1%); com 16 (18,8%), no dia 25; com 15 (19,2%), no dia 26, e com 13 (18,1%), no dia 27 de Junho. Este grupo é composto por 131 assuntos, equivalendo a uma percentagem de 21,2%.

Constatamos, assim, que mais de metade dos assuntos veiculados pela TV beneficiou de tratamento anterior por parte da imprensa (351 assuntos, 56,9%), registando-se, no entanto, franja não despreciable de assuntos seleccionados pelo meio/televisão que a imprensa ignorou no dia da sua difusão ou em dias anteriores, vindo a retomá-los em dias posteriores (131 assuntos, 21,2%).

Juntando os dois grupos, verificamos que a imprensa tratou (no dia, em dias anteriores ou em dias posteriores), 482 dos 617 assuntos seleccionados pela televisão para integrar os informativos da semana compreendida entre 21 e 27 de Junho de 1999. 78,1% dos assuntos seleccionados pela TV foram também tratados pela imprensa, ficando apenas um grupo residual de 135 assuntos (21,9%) que a imprensa haveria de ignorar.

Os gráficos 37 a 40 ilustram bem a desproporção entre estes grupos. No dia 21, dos 91 assuntos noticiados pela televisão, apenas 20 (22,0%) foram ignorados pela imprensa, tendo sido tratados 71. Dos 105 assuntos seleccionados para difusão no dia 22, a imprensa ignorou 20 (19,0%); 15 assuntos ignorados no dia seguinte, num total de 91 assuntos, valendo assim uma percentagem de 16,5%. A 24 de Junho foram 16 em 95, valor percentual de 16,8%; a 25 de Junho foram 20 (23,5%) em 85; no sábado, dia 26, dos 78 assuntos tratados pela televisão, 18 foram ignorados pela imprensa (23,1%). Finalmente, no dia 27 registaram-se 26 assuntos (36,1%) não tratados pela imprensa, em 61 possíveis.

Resumindo, dos 617 assuntos seleccionados pela televisão para difusão na semana em análise, registámos simultaneidade diária ou anterioridade no tratamento de 351 desses assuntos pela imprensa (ver gráfico 41), significando 56,9%. Tratamento posterior por parte da imprensa de 131 dos 617 assuntos, valendo percentualmente 21,2%. Dos 617 assuntos veiculados pela TV, 482 (78,1%) foram veiculados também pela imprensa, restando 135 assuntos (21,9%) não tratados pelos meios impressos que integraram o nosso *corpus*.

Reforçam-se, desta forma, as conclusões a que já chegámos, aquando do cotejo entre os meios televisão e rádio. Verificámos, nessa etapa (ver quadro 31), que 264 dos 617 assuntos veiculados pela televisão haviam merecido tratamento antecipado por parte do rádio, o que significava uma percentagem de 42,8%. Havia ainda uma faixa residual de 1,1% (7 assuntos) veiculados em simultaneidade horária, mais 2,6% (16 assuntos) veiculados posteriormente à televisão. No global, as redacções radiofónicas focalizaram a sua atenção em 287 dos 617 assuntos seleccionados pelas suas congéneres televisivas, o que representa uma percentagem de 46,5%.

Da rádio para a imprensa, e atendendo ao totais globais dos dois meios, notamos uma subida bastante acentuada por parte do último meio, no que reporta ao tratamento de assuntos seleccionados pelas televisões. Passa-se de 287 (46,5%), na rádio, para 482 (78,1%), na imprensa.

3.3.8.3. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações de TV: relação com o meio/imprensa escrita

Em seguida, tentaremos perscrutar que relação existe entre os assuntos noticiados pela televisão e os grupos de assuntos noticiados ou ignorados pela imprensa, agora em função da veiculação de tais assuntos por maior ou menor número de estações de TV. Recorde-se que procedemos a exercício idêntico, aquando do confronto do meio/rádio com o meio/televisão. Comprovava-se diferença abissal entre, por um lado, os assuntos noticiados por 4 e 3 estações de TV, e, por outro, os assuntos noticiados por duas ou só uma estação de televisão. Provámos então que a selecção noticiosa feita pelas rádios

era bastante mais significativa no grupo de assuntos veiculados por um maior número de estações de televisão, registando-se assim uma maior saturação de notícias radiofónicas nas zonas de maior mimetismo televisivo (ver quadros 32-A a 32-D, e 33 a 35). Verificar-se-ão resultados idênticos no confronto meio/imprensa com o meio/televisão?

Os quadros 39-A e 39-B⁹⁷ ajudar-nos-ão a acompanhar a exposição dos dados obtidos. Começando pelo grupo de assuntos que atingiu o pleno das estações de TV (seleccionados pelas 4 estações), verificamos que todos eles foram, também, tratados pela imprensa. Mereceram, pois, tratamento noticioso por uma ou mais publicações impressas. De um total de 36 assuntos, em 28 casos (77,8%) houve tratamento com anterioridade por parte da imprensa, tendo os restantes 8 assuntos (22,2%) sido tratados posteriormente. Nenhum destes 36 assuntos foi ignorado pelo meio/imprensa.

Passando para o grupo de 64 assuntos seleccionados por três estações de televisão, constata-se que apenas quatro (6,3%) foram ignorados pela imprensa. No primeiro grupo (noticiados no mesmo dia ou em dias anteriores), registamos 41 assuntos, com a percentagem a situar-se nos 64,1%. No grupo dos assuntos noticiados posteriormente pela imprensa registamos 19 assuntos, o que equivale a uma percentagem de 29,7%.

No grupo de assuntos seleccionados por duas estações de televisão, a imprensa tratou, com anterioridade, 57 dos 97 assuntos que, na semana em análise, mereceram tratamento noticioso por duas estações de televisão, equivalendo a 58,8% do total. 30 assuntos (30,9%) foram tratados posteriormente, registando-se um total de dez assuntos ignorados pela imprensa (10,3%).

No último grupo, dos assuntos veiculados apenas por uma estação de televisão, a diferença torna-se significativa, por comparação com os grupos anteriores e, nomeadamente, com o grupo dos assuntos noticiados por 4 estações de TV. 225 assuntos tratados com anterioridade pela imprensa, em 420 possíveis, valendo percentualmente 53,6%; 74 assuntos tratados posteriormente pela imprensa, o que equivale a 17,6%; e 121 assuntos ignorados pela imprensa, representando 28,8% do total.

3.3.8.4. Veiculação noticiosa de assuntos comuns aos meios rádio, imprensa escrita e televisão

Cumprido que está o cotejo entre o meio/televisão e o meio/imprensa, depois da comparação anteriormente efectuada entre o meio/televisão e o meio/rádio, alarguemos agora o confronto, passando a efectuar comparação entre os três meios.

O registo comparativo dos assuntos veiculados pela rádio e pela imprensa, registo efectuado em função dos assuntos veiculados pela televisão, vem ilustrado nos quadros 40-A a 40-G. Recordamos que, na coluna da direita (assuntos noticiados pela imprensa), surgem em células roxas os assuntos objecto de notícia antes ou no mesmo dia em que foram veiculados pela televisão. As células vermelhas indicam tratamento pela imprensa apenas no dia seguinte. Os assuntos ignorados tanto pela rádio como pela televisão (antes, no mesmo dia ou no(s) dia(s) seguinte(s)), surgem assinalados a amarelo, tanto na coluna da direita, como nas três colunas referentes ao registo dos assuntos noticiados pela rádio. Ainda na coluna da direita, as células brancas reportam a assuntos veiculados pela TV que foram ignorados pela imprensa (antes, no mesmo dia ou no(s) dia(s) seguinte(s)), mas que mereceram tratamento por parte de, pelo menos, uma estação de rádio. As colunas do meio/rádio são varridas a azul-claro quando este meio ignorou um assunto que a imprensa

⁹⁷ Os quadros 39-A a 43 encontram-se disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JUG.pdf

veiculou com anterioridade; e varridas a verde-claro quando a rádio ignorou um assunto que a imprensa veiculou apenas no dia seguinte à sua selecção pela televisão. O tratamento dos dados vem ilustrado nos quadros 41 a 43.

Consultando o quadro 41, constatamos ter o meio/rádio veiculado 287 dos 617 assuntos seleccionados, na semana em análise, pelas 4 estações de TV, o que corresponde a uma percentagem de 46,5%. Destes 287 assuntos, 264 correspondem a notícias veiculadas previamente à sua difusão pelas televisões, havendo registo de sete assuntos difundidos na mesma faixa horária, e 16 difundidos no mesmo dia, mas posteriormente à televisão. Temos, assim, 42,8% difundidos previamente (264 assuntos), 1,1% difundidos na mesma faixa horária (7 assuntos), e 2,6% (16 assuntos) com difusão posterior.

O meio/imprensa veiculou, no mesmo dia ou em dias anteriores à televisão, um total de 351 assuntos, valendo percentualmente 56,9%. Os jornais impressos levam vantagem à rádio em 14,1%, no que toca aos assuntos noticiados previamente (42,8% para a rádio, 56,9% para a imprensa).

Consultando o registo diário (ver quadro 41, colunas A e B), constatamos que a imprensa leva vantagem à rádio em todos os dias da semana, no que toca às antecipações. No dia 21 a diferença é de 17 assuntos (57 para 40); no dia 22 é de 6 assuntos (60 para 54); no dia 23 passa para 8 assuntos (49 para 41); a 24 a diferença cifra-se em mais 13 antecipações por parte da imprensa (58 para 45); mais 14 antecipações na sexta-feira, dia 25 (49 para 35); mais 16 no sábado, dia 26 (45 para 29), e mais 13 no domingo, dia 27 (33 para 20).

No quadro 41 libertamos outros dados. Na coluna C procedemos ao registo diário dos assuntos veiculados pela rádio (no mesmo dia ou em dias anteriores), e que foram ignorados pela imprensa nesse mesmo período. Foram 101 os assuntos incluídos nesta categoria. Na coluna D procedemos a exercício inverso, registando 165 assuntos tratados pela imprensa (no mesmo dia em que foram veiculados pela TV ou em dias anteriores), mas que não beneficiaram da selecção de nenhuma das redacções radiofónicas. Na coluna E indicam-se os totais diários de assuntos veiculados pela rádio e pela televisão, com o total semanal a atingir 452 casos.

Na coluna F regista-se, em a), o total diário de assuntos ignorados pela rádio e pela televisão (corresponde às células varridas a amarelo nos mapas 40-A a 40-G); em b), os assuntos que, tendo sido ignorados pela rádio (com anterioridade, na mesma faixa horária ou posteriormente à TV) e pela imprensa (no mesmo dia ou em dias anteriores), vieram a ser retomados pela imprensa em dia(s) posterior(es) à televisão (corresponde às células varridas a verde-claro nos mapas 40-A a 40-G).

115 assuntos foram totalmente ignorados pela rádio e pela imprensa; outros 50, tendo sido completamente ignorados pela rádio, vieram a ser retomados pela imprensa posteriormente à sua difusão pela televisão.

3.3.8.5. Pré-agendamento da agenda noticiosa televisiva pelas agendas do meio/rádio e do meio/imprensa escrita

Verificamos, desta forma, que apenas 18,6%, correspondentes a 115 assuntos seleccionados pela televisão, não mereceram tratamento (anterior, simultâneo ou posterior) por parte da rádio e da imprensa (17 assuntos no dia 21, 16 no dia 22, 13 no dia 23, 14 no dia 24, 16 no dia 25, 14 no dia 26 e 25 no dia 27). A selecção dos *gatekeepers* das redacções televisivas foi acompanhada pelos outros dois meios em 502 assuntos, o que representa uma percentagem de 81,4%.

Mantém-se o que já comprovámos na análise à semana de Janeiro: a selecção televisiva surge eivada de forte teor mimético para com os outros dois meios. Interessa apurar se é a agenda construída

pelos *gatekeepers* das televisões a, eventualmente, influenciar a selecção dos profissionais da rádio e da imprensa; se existe uma distribuição equitativa de agendamentos prévios pelos três meios; ou se são as agendas da rádio e da imprensa que tratam com anterioridade grande parte dos assuntos que a televisão difunde nos telejornais.

Aos 617 assuntos veiculados durante a semana pelo meio/televisão começamos por subtrair os 115 ignorados pela rádio e pela imprensa, restando 502 assuntos. A este total retiraremos os assuntos veiculados mais tarde que a TV por um segundo meio, assuntos que o terceiro meio ignorou ou também veiculou posteriormente à televisão.

Começando pela imprensa, já dissemos ter este meio veiculado 50 assuntos posteriormente à sua difusão televisiva, 50 assuntos que o conjunto das rádios ignorou (coluna F.b) do quadro 41 - assuntos em células *varridas* a verde-claro nos quadros 40-A a 40-G). Aos 502 assuntos resultantes da subtracção de 115 ao lote total de 617, devemos agora subtrair mais 50, ficando com um total provisório de 452 assuntos.

Quanto à rádio, esta noticiou mais tarde que a TV um assunto que a imprensa ignorou, tendo ainda noticiado posteriormente à televisão mais cinco assuntos que a imprensa também trataria mais tarde que a TV. Logo, aos 452 assuntos devemos subtrair estes últimos seis casos, ficando assim com um total de antecipações em 446 assuntos.

Dos 617 assuntos seleccionados pela televisão para difusão noticiosa nos telejornais da semana em análise, 446 registaram tratamento antecipado por parte de pelo menos um dos outros dois meios com que trabalhamos, o que equivale a uma percentagem de 72,3%. Por contraponto, apenas em 56 casos (9,1%) a televisão se antecipou à rádio e à imprensa.

A agenda noticiosa televisiva desta segunda semana de análise surge composta por 72,3% de assuntos que já haviam merecido tratamento anterior por parte de outro meio - só da rádio, só da imprensa, ou dos dois meios no seu conjunto. O total de assuntos elencados por outros meios previamente à sua inclusão nos telejornais atinge quase três quartos do total de assuntos vertidos em notícias na televisão. Recorde-se que, na semana de Janeiro, a percentagem de antecipações dos meios rádio e imprensa era ainda superior, situando-se nos 78,2%. Quanto à percentagem de antecipações da TV em relação aos outros meios, os valores de Junho são idênticos aos da primeira semana de análise: 9,1% em Junho, 8,7% em Janeiro.

3.3.8.6. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações de TV: relação com os meios rádio e imprensa escrita

Tendo já estudado a relação entre os assuntos veiculados pela imprensa e a sua difusão por maior ou menor número de estações de televisão (ver quadros 39-A e 39-B), não procedemos ainda ao cotejo desta relação com o verificado no meio/rádio.

Começando pelo grupo de assuntos tratados pelo pleno das estações de televisão, recordamos que todos eles, num total de 36, mereceram tratamento noticioso por parte de, pelo menos, uma publicação impressa; em 29 casos (80,1%) mereceram também a atenção de, pelo menos, uma estação de rádio (ver quadros 42 e 43).

No grupo dos assuntos veiculados por três estações de TV, apenas em 8 casos o pleno das rádios ignorou a selecção televisiva. Dos 64 assuntos deste grupo, houve, portanto, 56 noticiados por, pelo menos, uma estação de rádio, o que equivale a 87,5%.

Quanto à imprensa, o número de assuntos ignorados reduz-se a quatro casos. Houve 41 assuntos (64,1%) tratados no mesmo dia ou em dias anteriores, e 19 (29,7%) tratados posteriormente. No total,

e para este grupo de 64 assuntos seleccionados por três televisões, a imprensa acompanhou tal selecção em 60 dos casos, o que representa uma percentagem de 93,8%.

No grupo de 97 assuntos veiculados por duas estações de televisão, a rádio ignorou 29 (29,9%). Isto significa que, em 68 dos casos (70,1%), pelo menos uma estação de rádio tratou assuntos veiculados por duas TV's.

Quanto à imprensa, o total de assuntos ignorados é bastante mais reduzido - apenas 10, representando uma percentagem de 10,3%. A imprensa tratou, no mesmo dia ou em dias anteriores, 57 assuntos deste grupo (58,8%), e mais 30 assuntos em dias posteriores à sua selecção pela televisão. No total, a imprensa tratou 87 assuntos deste grupo, o que representa uma percentagem de 89,7%.

No último grupo, o de assuntos veiculados apenas por uma estação de TV, a rádio tratou 134 (31,9%), em 420 possíveis. Houve 286 assuntos (68,1%) ignorados por todas as estações de rádio.

Na imprensa, houve 225 assuntos tratados com anterioridade, representando uma percentagem de 53,6%, mais 74 tratados posteriormente (17,6%). Somando estes dois subgrupos, temos 299 assuntos (71,2%) tratados pela imprensa, em 420 possíveis. A exemplo do que acontece com a rádio, também aqui se verifica uma subida significativa dos assuntos ignorados pela totalidade das publicações que integram o *corpus*: 121 assuntos, representando uma percentagem de 28,8%.

O que podemos concluir deste confronto? Que a maior potência mimética se continua a manifestar no grupo de assuntos noticiados por maior número de estações de televisão. A imprensa não deixou em claro nenhum dos 36 assuntos veiculados por 4 TV's, e a rádio apenas ignorou sete. O total de assuntos ignorados nos meios radiofónico e impresso vai crescendo à medida que um menor número de estações televisivas selecciona os assuntos a noticiar. De 19,4% de assuntos ignorados no grupo de assuntos veiculados por 4 TV's, e apesar de uma ligeira diminuição no grupo de três Tv's (8 casos em 64, o equivalente a 12,5%), a rádio passa para 29,9% no grupo de duas Tv's, e para 68,1% no grupo de assuntos noticiados apenas por uma estação de televisão.

Quanto à imprensa, este meio passa dos 0% de assuntos ignorados no grupo das 4 Tv's, para 6,3% no grupo seguinte, subindo para os 10,3% no grupo das duas TV's, e para os 28,8% no último grupo, os dos assuntos seleccionados apenas por uma estação de televisão.

Tendência similar se verifica no tocante aos assuntos que a rádio tratou primeiro que a televisão. Na rádio, os degraus percentuais assinalam 22,2%, 17,2%, 36,1% e 71,2%. Na imprensa registam-se valores percentuais de 22,2%, 35,9%, 41,2% e 46,4%. À medida que diminui o número de estações de televisão tratando determinado assunto, aumenta a percentagem de falhas na antecipação do tratamento noticioso de tais assuntos por parte da rádio e da imprensa.

3.3.8.7. Potenciação noticiosa de assuntos seleccionados pelos jornais diários, em função da selecção dos mesmos assuntos pelas estações de televisão

Remetendo enquadramento justificativo da operação seguinte para o que carregámos na análise à semana de Janeiro, curaremos em seguida de verificar se os grupos de assuntos veiculados por um maior número de estações de televisão são os que conseguem também concitar a atenção selectiva por parte de mais publicações impressas; e, conseqüentemente, se é nos grupos de assuntos veiculados por menor número de estações de TV que se verifica deserção mais significativa por parte dos jornais. Pelas razões já anteriormente aduzidas, excluimos os jornais semanários e os desportivos. Trabalharemos, pois, com os jornais *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *24 horas*, *Correio da Manhã* e *A Capital*.

Começando pelos assuntos tratados por 4 estações de televisão (ver quadros 44 e 45-A)⁹⁸, verificamos que 11 dos 36 assuntos que compõem este grupo foram tratados pelo pleno deste grupo de jornais diários, o que corresponde a uma percentagem de 30,6%. 17 assuntos foram seleccionados por cinco diários (47,2%), quatro noticiados por quatro jornais diários (11,1%), restando um assunto que mereceu notícia em apenas dois jornais (2,8%). Nenhum dos assuntos veiculados por todas as Tv's foi ignorado pela imprensa; 88,9% destes assuntos foram tratados por mais de metade dos jornais diários seleccionados.

Passando para o grupo de assuntos veiculados por três TV's (ver quadro 45-A), a percentagem do pleno de jornais que seleccionou tais assuntos desce ligeiramente, para os 28,1%, menos 2,5% que no grupo anterior. Em 64 assuntos, foram 18 os que mereceram a atenção de seis publicações impressas. 15 assuntos foram seleccionados por 5 jornais diários (23,4%), 11 por 4 jornais (17,2%), nove por 3 jornais (14,1%), quatro por dois diários (6,3%), três assuntos seleccionados por um diário (4,7%), e quatro ignorados por todos os jornais (6,3%). Enquanto no grupo anterior a imprensa não ignorara nenhum dos assuntos, neste grupo já se verificam quatro casos, número que crescerá à medida que menor número de estações de televisão abordar determinado assunto. Continua a verificar-se uma maioria de assuntos tratados por seis, cinco ou quatro publicações impressas. Registámos 44 casos (68,8%), contra 20 do outro grupo (31,3%) (ver quadro 45-B).

A tendência para a mobilização de menor número de jornais tratando os mesmos assuntos acentua-se bastante quando entramos no grupo de assuntos veiculados por apenas duas estações de TV. Se, nos dois grupos anteriores, se registava uma subida percentual regular no caminho entre os assuntos ignorados por todos os diários e os assuntos seleccionados por todos, a partir de agora surge tendência inversa: a percentagem de assuntos ignorados passa a ser mais relevante que a dos assuntos tratados pelo pleno dos diários.

No grupo de assuntos tratados por duas Tv's (97 no total), só em sete dos casos se verificou selecção pelo pleno dos diários. Esta percentagem, que começou em 30,6% no grupo de assuntos tratados por 4 Tv's, decrescendo para os 28,1% no grupo das três Tv's, passa agora para os 7,2%, registando uma quebra de 23,4% em relação ao primeiro grupo, e de 20,9% quando cotejada com a percentagem obtida no segundo grupo. No outro extremo, o dos assuntos ignorados por todos os diários, os zero casos verificados no grupo das 4Tv's, que havia passado para quatro casos no grupo das três Tv's (6,3%), regista agora doze casos, valendo percentualmente 12,4%.

Voltando a separar os valores em duas faixas, notamos que o grupo de assuntos tratados por seis, cinco ou quatro diários se situa agora nos 47,4%, contra 52,6% da faixa de assuntos que mereceram selecção por três, dois, um jornal, ou foram ignorados pelo conjunto dos diários.

No último grupo, dos assuntos tratados por apenas uma estação de televisão, engrossam os valores de assuntos ignorados e dos tratados por menos jornais, mingando o total de assuntos tratado por um maior número de diários. Apenas em 13 dos 420 casos se registou selecção pelos seis diários, representando assim uma percentagem de 3,1%, quase dez vezes menor que a percentagem verificada no grupo de assuntos veiculados pelas quatro estações de televisão. Dos 30,6% passou-se para uns exíguos 3,1%, com escala nos 28,1% e nos 7,2%.

Em contrapartida, o grupo de assuntos ignorado por todos os diários passa de 0 para 150 casos (35,7%), no mesmo percurso.

⁹⁸ Os quadros 44 a 57 encontram-se disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/JUHpdf

3.3.8.8. Agendas noticiosas como *news promoters* de outras agendas noticiosas

O que já havíamos comprovado no cotejo entre dois meios - televisão e rádio, mantém-se quando analisada a relação entre o número de jornais que tratam determinados grupos de assuntos e o número de estações de TV que reportam os mesmos grupos de assuntos. Tendências que correm a par com o comprovado na primeira semana de análise. A menor valoração atribuída pelos *gatekeepers* das televisões ao produto noticioso exclusivo da estação, continua a conjugar-se com uma menor valoração desses assuntos por parte das rádios e da imprensa. O grupo de assuntos tratados apenas por uma estação - onde, à partida, poderíamos encontrar a marca distintiva do labor redaccional dessa estação para com a concorrência -, continua a ser o mais maltratado no que reporta à sua potenciação em notícias, sendo também desvalorizado na hierarquia dos alinhamentos.

O contraste entre os dois extremos - assuntos tratados pelo pleno das televisões e assuntos exclusivos de uma estação - é bem patente se confrontarmos a lista de assuntos detalhada nos quadros 44 e 46. No primeiro, no qual se incluem todos os assuntos veiculados pelo pleno das estações de televisão, regista-se o total de jornais diários que também seleccionou tais assuntos.

Onze deste grupo de 36 assuntos foi objecto de notícia em todos os diários, com 88,9% a serem tratados por mais de metade dos seis periódicos que seleccionámos. Nenhum destes assuntos foi ignorado pelo meio/imprensa. Na rádio registaram-se 21 plenos, as três estações tratando 21 dos 36 assuntos seleccionados pelas quatro Tv's. Em seis casos, houve tratamento por duas estações de rádio, e em dois casos tratamento por uma estação. O meio/rádio ignorou apenas 7 dos 36 assuntos noticiados pelas quatro Tv's.

No quadro 46 registamos os assuntos veiculados pelas televisões e que não foram objecto de tratamento noticioso por parte de nenhuma estação de rádio nem dos jornais que consultámos (todas as publicações impressas que referimos anteriormente, e não apenas o grupo de seis diários seleccionado para a análise ilustrada no quadro 44).

O mimetismo adquire, no primeiro grupo, o seu pleno esplendor. Percorrendo, um a um, os 36 assuntos deste grupo, facilmente se denota o peso dos eventos programados, não se vislumbrando, na selecção, assunto que possa ter partido de labor investigativo por parte de alguma das redacções televisivas portuguesas e que, por mor dos pergaminhos de tal investigação, ou das repercussões sociais da mesma, tivesse obrigado as outras estações de televisão, também as rádios, também a imprensa a agendar o assunto nos seus noticiários ou edições.

Dez destes assuntos referem-se ao epílogo da guerra no Kosovo, carreando-se, na sua quase totalidade, informações e imagens veiculadas por agências noticiosas internacionais. Outros sete reportam à situação em Timor, do adiamento do referendo de que há muito se falava até ao encontro de reconciliação entre as facções beligerantes na ex-colónia portuguesa. Do estrangeiro ainda mais três assuntos: a publicação, pela revista *Forbes*, da lista dos mais ricos do mundo, onde se incluíam três cidadãos portugueses; a aterragem de emergência de um avião numa rua de Los Angeles, e o bombardeamento de uma central eléctrica libanesa, ataque desencadeado por Israel. Outros três assuntos reportavam a polémica nacional do momento, referente ao veto do governo português ao acordo entre o grupo Santander/Central Hispano e António Champalimaud.

Os restantes treze assuntos reportam a cobertura de acções desencadeadas por *news promoters* externos às redacções, eventos programados, destinados na sua maior parte à amplificação por parte dos *media*. A cobertura da Presidência Aberta de Jorge Sampaio ocupa três dos assuntos deste grupo, entre quinta-feira, dia 24, e domingo, dia 27. Ainda a cobertura da cerimónia de apresentação, pelo governo, do Plano Nacional de Emprego; da cerimónia que protocolou um acordo entre o governo

luso e um grupo empresarial de Singapura, tendente a transformar Sines num grande terminal de contentores europeu; da conferência de imprensa em que a Polícia Judiciária anunciou mais uma grande apreensão de cocaína; da viagem que o ministro João Cravinho efectuou nas novas carruagens construídas para o atravessamento da Ponte 25 de Abril, com anúncio da data de entrada em funcionamento regular da ligação entre as duas margens do Tejo. Registo ainda para declarações de Alberto João Jardim, sobre os intentos do PSD/Madeira tendentes a transformar o arquipélago num Estado Regional; para a notícia da continuação do embargo de carne bovina, restrição imposta por Bruxelas a Portugal; declarações do Provedor de Justiça sobre o caso da venda de crianças nos Açores; cobertura da manifestação dos habitantes de Castromil, contra a exploração de uma mina de ouro na freguesia; acompanhamento noticioso do debate do estado da Nação; indicação do alargamento da *Tolerância Zero* a outras estradas no país, medida há muito anunciada pelo ministro Jorge Coelho.

Este grupo de 36 assuntos gerou, na televisão, um total de 262 notícias, o que corresponde a uma média de 7,3 notícias por cada assunto (bem perto da média de 7,6 do grupo de 34 assuntos veiculados pelas quatro televisões, na semana de Janeiro). Bem longe da média de 1,2 notícias geradas pelo grupo de assuntos tratados apenas por uma TV (média igual foi registada na semana de Janeiro). Mereceu ainda pergaminhos de monta nos alinhamentos, com 33 aberturas e 61 notícias nos três primeiros lugares dos telejornais dessa semana, contra 10 aberturas e 66 notícias nos três primeiros lugares por parte do grupo extremo, este composto, no entanto, por 11,6 vezes mais assuntos (420, no total).

3.3.8.9. Assuntos da agenda televisiva ignorados pelos meios rádio e imprensa escrita

Façamos agora o contraponto com o grupo de assuntos veiculados pela TV e que foram ignorados por todas as estações de rádio e por todas as publicações impressas que integram o *corpus*.

Neste grupo de 115 rejeitados pela rádio e pela imprensa, não encontramos assuntos seleccionados por quatro estações de televisão. Apenas três (2,6%) dos 115 assuntos foram tratados por três estações de televisão, com seis assuntos (5,2%) merecendo selecção por parte de duas Tv's. Os restantes 106 (92,2%) foram seleccionados por apenas uma redacção televisiva.

115 assuntos que, na televisão, geraram 154 notícias, o que equivale a uma média de 1,3 notícias por assunto. Surgem também em lugares bastante desfavoráveis no alinhamento. Repare-se na inexistência de aberturas [células amarelas], por contraponto com os 20 fechados registados (13,0%) [células vermelhas]. Na zona de abertura [segunda e terceira notícias do alinhamento, células azuis], encontramos apenas 11 notícias (7,1%), contra 23 notícias na zona de fecho (14,9%) [antepenúltima e penúltima notícias, células verdes]. A maioria das notícias (100, o equivalente a uma percentagem de 64,9%) surge em lugares intermédios [células cinzentas].

A reduzida valoração atribuída pelos editores a este grupo de notícias exclusivas constitui já sinal indiciador de que não encontraremos aqui trabalhos jornalísticos com virtualidades para conseguirem determinar a agenda dos outros meios. Que a inexistência de seguimento ou de repercussão de tais notícias nos meios rádio e imprensa se não deve a desatenção dos *gatekeepers* destes últimos dois meios, antes a uma desvalorização consonante com a indiciada pelos colegas das estações de televisão.

Uma rápida vista de olhos pelos assuntos tratados será suficiente para deixar transparecer a reduzida importância deste grupo de assuntos, importância mensurada na potencialidade de influenciar outras agendas, de outros meios. Os 115 assuntos reduzem-se para 107 quando expurgamos as inserções, em dias distintos, de notícias repetidas (8 casos). As notícias do estrangeiro veiculadas por agências internacionais ultrapassam as duas dezenas. Há notícias de eventos programados para difusão nos

media, acompanhamento sem novidades de monta do finar da guerra no Kosovo, da situação em Timor Leste e da forte polémica em torno do negócio Santander/Champalimaud; há *promo-news*, como as veiculadas pela TVI para publicitar uma corrida tauromáquica organizada pela estação; informação sobre sentenças judiciais, lançamento de novos discos (*Anjos*, Phil Collins, Chayanne), também de novos livros (*Amor Portátil*, de Pedro Paixão). Desenvolvimentos de *cacha* da RTP Açores veiculada anteriormente à semana que ora analisamos, e reportando à venda de crianças no arquipélago; cobertura de protestos populares, o casamento de dois *motards* (assunto que concitou o interesse de três estações de televisão), e pouco mais. Pela amostra (não exaustiva), se compreende o facto de 75,7% deste grupo de assuntos se ter consumido numa única entrada no alinhamento (87 assuntos em 115). Com duas notícias por assunto encontramos 21 casos, o que equivale a 20% do total; com três notícias por assunto registámos três casos (2,6%), mais quatro assuntos potenciados em quatro notícias (3,5% do total de assuntos deste grupo).

3.3.8.10. Assuntos da agenda televisiva retomados pelo meio/imprensa escrita

Resta-nos analisar o grupo de casos em que a televisão se antecipou à rádio e à imprensa, na tentativa de perscrutar se a retoma de tais assuntos indicia determinação da agenda da rádio e da imprensa por parte da televisão, ou se a antecipação deste último meio radica noutros factores, em tudo alheios aos pergaminhos das reportagens, peças e demais trabalhos jornalísticos veiculados pelas Tv's (ver quadro 47).

Este grupo inclui 13 assuntos veiculados por agências internacionais, reduzindo-se assim para 43 o total de assuntos onde se poderá antever capacidade de determinação das agendas radiofónica e impressa por parte das redacções televisivas. Assuntos que, reportando acontecimentos verificados no próprio dia, só poderiam ter sido antecipados ou noticiados ao mesmo tempo que a televisão por parte da rádio. No caso dos jornais impressos, a edição única obriga a que tais assuntos só possam ser noticiados no dia seguinte.

A quase totalidade dos 43 assuntos sobranes também se inclui nesta categoria. Mesmo tendo sido veiculados, na sua maioria, através de trabalhos de reportagem das estações televisivas, referem-se a acontecimentos verificados no próprio dia, ficando assim justificada a antecipação em relação à imprensa (incêndio de camião no IP 3, leitura de sentença judicial, audições parlamentares, conferências de imprensa, passando pela referência a notícias de meios internacionais, como o *Financial Times*, o *Wall Street Journal* e a BBC, etc., etc.). Quanto à rádio, que neste campo joga em igualdade de circunstâncias com a televisão, registam-se quatro casos de antecipações televisivas de acontecimentos que as redacções televisivas poderiam ter veiculado antecipadamente ou, pelo menos, ao mesmo tempo que a televisão.

Há ainda um assunto que, pela sua natureza, só poderia ser tratado mais tarde pela rádio e pela imprensa. Referimo-nos à antecipação de uma sondagem encomendada pela SIC e pela revista *Visão*, e difundida pelo canal de Carnaxide dias antes da sua publicação pela revista.

Quanto aos assuntos em que se denota labor investigativo por parte das redacções televisivas, e/ou alguma preocupação em reportar factos fora da agenda tradicional, conseguimos detectar dois: *Muitas gralhas descobertas pela filha em obras de Jorge Amado* (24 Horas, RTP1, dia 22), e *Lacuna na lei facilita adopção ilegal de crianças* (Jornal da Tarde e Telejornal, RTP1, dia 23).

3.3.9. Conclusões da análise à semana de 21 a 27.06.1999

1. Reforçam-se as conclusões aduzidas aquando da análise à semana de 4 a 10 de Janeiro de 1999. Os noticiários televisivos continuam a ser constituídos, em parte apreciável, por assuntos alinhados em informativos precedentes, regularidade que vai para além dos noticiários contíguos, alargando-se aos pólos extremos do dia noticioso, e até mesmo a noticiários do dia seguinte (ver quadros comparativos dos principais dados registados nas primeira e segunda semanas de análise - quadros 48-A a 57).

2. Os dados apurados na segunda semana de análise permitem-nos manter a afirmação de que os espectadores de um telejornal verão, em média, no informativo seguinte da mesma estação, serem tratados um terço ou mais dos assuntos já anteriormente noticiados. Incluindo os noticiários matinais, o peso das retomas situa-se entre 32,8% e 40,4%, quando se atende ao total de assuntos dos jornais emissores; entre 25,2% e 44,8%, quando se atende ao total de assuntos seleccionados pelos jornais receptores. Em Janeiro estes valores oscilavam entre os 34,3% e 43,4%, e entre os 28,3% e os 44,4%, respectivamente (ver quadros 48-A e 48-B). Excluindo os jornais matinais, o peso das retomas situa-se entre 35,1% e 50,8%, quando se atende ao total de assuntos dos jornais emissores; entre 44,0% e 44,8%, quando se atende ao total de assuntos seleccionados pelos jornais receptores. Em Janeiro estes valores oscilavam entre os 31,4% e 44,1%, e entre os 35,0% e os 57,5%, respectivamente (ver quadros 48-A e 48-B).

3. Esta retro-alimentação não é originada por naturais e necessárias reactualizações de acontecimentos/processos em desenvolvimento -, radicando sobretudo na mera redifusão, sem alterações, de peças/notícias já anteriormente veiculadas por outros informativos de cada uma das estações integrantes do *corpus*.

4. O conjunto de retomas sem actualização atinge, na semana de Junho, os 30,5% do total das notícias emitidas, sendo superior em 1,4% ao verificado na primeira semana de análise (29,1%). Em Janeiro encontramos um intervalo compreendido entre os 25,1% e os 33,3%, intervalo que em Junho se situa entre os 23,8% e os 35,6% (ver quadro 49). Em 1149 notícias referentes à semana de Junho, 351 foram retomadas sem sofrerem qualquer modificação. Na segunda semana de análise registámos 13 noticiários com um índice de repetições igual ou superior a 50% (um caso a menos que o registado na semana de Janeiro).

5. O peso das retomas não actualizadas continua a denotar significado primacial nos informativos televisivos situados nos extremos do mapa noticioso diário (edição da manhã e última edição), representando assim uma clara desvalorização destes telejornais. Em consequência, os telespectadores vêem reduzida, em 50% (RTP1) e 33,3% (SIC e TVI), a oferta de informativos que privilegiam a actualidade, sendo-lhes fornecido, em alternativa, material recuperado de informativos anteriores. Seguem-se os noticiários do *prime time*, com os espaços informativos da hora do almoço registando a menor percentagem de notícias redifundidas sem qualquer alteração. Os noticiários da hora do almoço (13h - 13h 30) registam uma percentagem de repetições inferior em mais de 50% aos informativos do horário nobre (o mesmo se verificara na semana de Janeiro).

6. Comprovou-se que este grupo de retomas sem actualização é responsável pela quase totalidade (82,6%) dos intervalos máximos de colocação de notícias nos alinhamentos referentes a notícias emitidas durante um ciclo diário (subida de 1,6% em relação a Janeiro, cuja percentagem se situava nos 81,0%). As despromoções nos alinhamentos constituíram 63,2% destes casos de reutilização de notícias sem qualquer actualização.

7. Aos geradores miméticos endógenos, somam-se forças miméticas exógenas a cada estação,

apesar de endógenas ao meio/televisão. Comprovámos, de novo, uma enorme potencialidade na desmultiplicação em notícias dos assuntos alvo da atenção de mais do que uma estação - nomeadamente os assuntos tratados por quatro e três estações -, contrastando com a debilidade dos assuntos tratados por duas ou só por uma estação (ver quadro 50). No conjunto da semana, verificámos que o grupo de assuntos alinhado pelo pleno das estações conseguiu gerar, em média, mais 6,1 notícias que o grupo de assuntos noticiado por uma só estação (6,3 na semana de Janeiro). Em Junho, cada assunto noticiado pelo pleno das televisões gerou uma média de 7,3 notícias, menos três décimas que em Janeiro, com 7,6. Já quanto aos assuntos seleccionados apenas por uma estação, a média de geração de notícias manteve-se constante, nos 1,2.

8. Esta potenciação em notícias corre a par com outra tendência, e que consiste na atribuição, às notícias referentes a assuntos veiculados por 4 e 3 estações, de lugares de privilégio na hierarquia dos alinhamentos.

9. Em contrapartida, e a exemplo do já constatado na primeira semana de análise, nota-se repulsa aos fechos e zonas de fecho dos telejornais, por parte deste grupo de notícias.

10. Do constatado em 6), 7) e 8), resulta que os assuntos noticiados exclusivamente por uma estação - assuntos onde, à partida, poderemos encontrar a marca específica de cada redacção -, não conseguem impor-se no *continuum* do mapa noticioso diário, registando assim presenças fugazes nos telejornais; raramente acedem às aberturas e zonas adjacentes dos alinhamentos, confinando-se às zonas intermédias e, em muitos dos casos, ocupando os lugares mais desprestigiados dos telejornais.

11. Alargando o *corpus* ao meio rádio, verificamos que a selecção corre aqui a par com o maior número de estações de televisão cobrindo os mesmos assuntos. O pleno das estações de rádio antecipa 41,7% dos assuntos noticiados por 4 Tv's, mas apenas 5,0% dos assuntos noticiados por uma só estação de televisão (ver quadro 53-A). O pleno das estações de rádio ignora apenas 19,4% dos assuntos noticiados pelo pleno das estações de TV, mas despreza 68,1% dos assuntos veiculados exclusivamente por uma estação de televisão (ver quadro 53-B).

Mantendo-se tendência similar à verificada na semana de Janeiro, os valores de Junho não adquirem, no entanto, o significado dos valores homólogos da primeira semana de análise. Em Janeiro as antecipações do pleno das estações de rádio no grupo de assuntos noticiados por 4 Tv's atingiram os 73,5%, quedando-se pelos 8,6% no grupo de assuntos veiculados apenas por uma estação de televisão. Já quanto aos assuntos ignorados pelo pleno das estações de rádio, no grupo dos assuntos seleccionados pelo pleno das estações de TV reduziu-se a 0%, tendo portanto noticiado também todos estes assuntos; no grupo dos assuntos seleccionados apenas por uma estação de TV a percentagem atingiu os 58,5%.

12. A entrada, no *corpus*, do meio/imprensa escrita, vem reforçar as comprovações até agora efectuadas. Continuou a verificar-se mobilização significativa dos jornais diários em relação aos assuntos noticiados pela televisão, apesar de ligeira diminuição em relação à semana de Janeiro - 78,1% do total de assuntos noticiados pela TV, em Junho, contra 84,3% na primeira semana de análise (ver quadro 54).

Essa mobilização continua a fazer-se notar com bastante mais acuidade nos grupos de assuntos seleccionados por maior número de estações de televisão. Continua a não se verificar nenhum caso em que o pleno dos jornais diários da segunda selecção por nós efectuada (excluindo os desportivos), tenha ignorado assuntos veiculados pelo pleno das televisões. Em 11 dos 36 assuntos deste grupo, todos os jornais diários os noticiaram também, atingindo uma percentagem de 30,6%, bastante inferior, de todo o modo, ao constatado em Janeiro, semana em que esta percentagem atingiu os 58,8% (ver quadro 55-A). O maior número de ausências do pleno dos jornais diários continua a situar-se no grupo de assuntos seleccionados apenas por uma estação: 150 casos em 420 assuntos, significando

percentagem de 35,7%, aqui superior em 7,0% ao verificado na primeira semana de análise (100 ausências do pleno dos diários em 349 assuntos, valendo 28,7%).

13. Para além das forças de atracção mimética geradas em torno dos assuntos tratados por um maior número de estações de TV, comprovou-se ainda um elevado número de antecipações por parte dos meios rádio e imprensa escrita, em relação à agenda noticiosa televisiva (ver quadros 56 e 57). Na segunda semana de análise registámos 446 antecipações, para um total de 617 assuntos, o que equivale a uma percentagem de 72,3%. Em quase três quartos, as agendas radiofónica e impressa anteciparam-se à agenda televisiva. Regista-se uma diminuição de 7,6% em relação à semana de Janeiro (412 antecipações em 527 assuntos, valendo 79,9%). No que toca à capacidade de antecipação da agenda televisiva em confronto com as restantes agendas, aí os valores mantêm-se bastante aproximados nas duas semanas de análise. Em Junho, o meio/televisão registou 56 antecipações (9,1%), contra 48 em Janeiro (8,7%).

14. Este volume de antecipações verificado na segunda semana de análise (aqui entendidas como assuntos transformados em notícias veiculadas previamente, e não no sentido de *cacha* jornalística), demonstra, uma vez mais, que as tarefas agendatórias dos *gatekeepers* televisivos repercutem, em porção significativa, outras agendas.

15. Pelo expendido, reiteram-se legítimas aspirações de sucesso na comprovação da hipótese por nós avançada. Resta confrontar os dados já recolhidos com os resultantes da última semana de análise.

3.4. Semana de 29.11.1999 a 05.12.1999

3.4.1. Indicações prévias

A terceira e última semana de análise compreende os telejornais emitidos pela RTP1, RTP2, SIC e TVI entre os dias 29 de Novembro e 05 de Dezembro de 1999. A RTP1 mantém o mesmo número de noticiários das anteriores semanas de análise, num total de 26 (*Notícias 1, Jornal da Tarde, Telejornal e 24 Horas*, com o primeiro informativo a ser emitido apenas de segunda a sexta-feira).

RTP2 e SIC mantêm também o mesmo número de noticiários (sete para a RTP2 – *Jornal 2*, de 2.^a a domingo, e 21 para a SIC – *Primeiro Jornal, Jornal da Noite e Último Jornal*, de 2.^a a domingo). Na TVI, foi entretanto extinta a 1.^a edição do *TVI Jornal* (emitida a partir das 10h). No *access prime time* passou a incluir-se um novo espaço informativo, com início às 19h 30, e denominado *Directo XXI* - 1.^a edição.

A 1 de Dezembro a TVI não emitiu este espaço informativo. No dia 3 não foi emitida a 2.^a edição do *Directo XXI*. Ao fim de semana, a estação de Queluz difundia apenas um noticiário por dia. Um total de 15 telejornais para a TVI, durante a semana em análise.

No conjunto, as quatro estações emitiram 69 telejornais entre 29 de Novembro e 5 de Dezembro de 1999, tendo elencado 520 assuntos com tratamento informativo reflectido em 1.115 notícias.

Mantém-se o método de análise adoptado nas semanas anteriores. Remetemos para o detalhe efectuado na análise à semana de 4 a 10 de Janeiro de 1999, a justificação das opções metodológicas tomadas.

3. 4. 2. Potenciação noticiosa de assuntos da agenda televisiva em função da selecção por maior ou menor número de estações de televisão

Verificamos que o número de assuntos tratados apenas por uma estação é bastante superior aos grupos de assuntos tratados por duas, três e quatro estações. No conjunto da semana encontramos 362 assuntos tratados por uma estação, 80 que foram objecto de notícia em duas estações, 49 assuntos tratados por três estações e apenas 29 assuntos noticiados pelas quatro estações.

Para se aferir da importância atribuída a cada assunto elencado, importa quantificar as notícias que gerou. O quadro 8⁹⁹ permite-nos proceder a esse cotejo.

No dia 29 de Novembro, o grupo de 4 assuntos alinhados por todas as Tv's gerou um total de 27 notícias; o grupo de 8 assuntos no alinhamento de três estações gerou 46 notícias; o grupo de 12 assuntos tratado por duas estações gerou um total de 34 notícias. Já o grupo de 55 assuntos a merecer a atenção de uma só televisão não conseguiu gerar mais do que 68 notícias.

Olhando à média, verificamos a enorme potencialidade na desmultiplicação em notícias dos assuntos objecto da selecção de mais do que uma estação de TV - nomeadamente os assuntos tratados por quatro e três estações -, contrastando com a debilidade dos assuntos tratados só por uma estação. Assim, cada um dos 4 assuntos do grupo em que o mimetismo atingiu o seu pleno - sendo alvo de notícias nas quatro estações - gerou uma média de 6,8 notícias; cada um dos 8 assuntos alinhados por três estações gerou uma média de 5,8 notícias; no grupo dos assuntos alinhados por duas Tv's, a

⁹⁹ Os quadros 1-A a 4-G, 5-A a 5-G, 6-A a 7-G e quadro 8 encontram-se disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/DEZA.pdf

média baixa significativamente para os 2,8. Os mínimos pertencem ao grupo de assuntos alinhados por uma só estação: 1,2.

O que verificámos no dia 29 de Novembro mantém-se com grande regularidade nos restantes dias da semana. O grupo dos assuntos noticiados por uma estação diverge sempre, de forma significativa, dos restantes grupos: 43 assuntos tratados por uma só estação contra 3 noticiados pelas quatro estações, no dia 30 de Novembro; 51 assuntos contra apenas 3 alinhados pelas quatro estações, no dia 1 de Dezembro; 55 assuntos contra apenas 5 seleccionados pelas quatro estações, no dia 2; 56 contra 4, no dia 3; 39 contra 6, no dia 4; e 63 contra 4, no dia 5.

Esta constante disparidade corre a par com a tendência uniforme da geração de muito mais notícias por parte dos assuntos seleccionados pelas quatro estações. Verificamos que o grupo de assuntos tratados por quatro estações gera uma média de notícias nunca inferior a 5,7. Para além deste caso, verificado no dia 4 de Dezembro, encontramos médias de geração de notícias de 6,3 (dia 5), 6,8 (dia 29), 8,0 (dia 1), 8,2 (dia 2), 8,5 (dia 3) e 9,7 (dia 30).

Consultando o quadro 8, verificamos que essa regularidade também se patenteia nos restantes grupos. O respeitante aos assuntos tratados por três estações oscila entre as 4,0 e as 5,8 notícias; o grupo dos assuntos tratados por duas estações alcança médias de geração de notícias sempre na casa das duas unidades (entre 2,4 e 2,9); e o grupo dos assuntos alinhado apenas por uma estação também se queda sempre na casa da unidade (entre 1,1 e 1,4), sendo o que regista a menor variação, entre os quatro grupos.

Tal como se verificara nas semanas de Janeiro e de Junho, também aqui os assuntos tratados exclusivamente por uma estação continuam a merecer desvalorização por parte dos *gatekeepers*. Situam-se abaixo da média global de 2,1 notícias por assunto (1.115 notícias a dividir por 520 assuntos), enquanto os grupos de assuntos tratados por três e por quatro estações se situam bastante acima dessa média.

Consultando as colunas da direita das séries de quadros 6-A a 6-G e 7-A a 7-G, verificamos que, nos assuntos noticiados apenas por uma TV, ressalta a grande maioria encarnada numa só notícia. Pelo contrário, nos assuntos que subiram ao alinhamento das quatro Tv's, rapidamente se constata a tendência para um tratamento noticioso mais insistente.

Os quadros 9-A e 9-B¹⁰⁰ ajudar-nos-ão a reforçar o que até aqui temos expandido. O primeiro dos quadros regista o desdobramento de notícias resultantes de assuntos tratados por uma só estação. 281 assuntos deste grupo valeram uma notícia apenas, num universo de 362 assuntos, o que equivale a uma percentagem de 77,6%. Muito longe fica o subgrupo dos assuntos de tratamento exclusivo de uma só estação vertidos em duas notícias: foram 69, o equivalente a 19,1%. Alinhados em três noticiários da mesma estação apenas encontramos 12, valendo assim 3,3%. E não se encontra nenhum assunto deste grupo tratado em quatro noticiários.

O quadro 9-B regista comportamento dispar do verificado anteriormente. Para um universo de 29 assuntos, encontramos apenas quatro casos (13,8%) tratado no número mínimo de quatro notícias. A percentagem mais significativa vamos encontrá-la nos subgrupos de assuntos vertidos em seis e sete notícias: 20,7%, respeitantes a seis casos. Há um assunto vertido em cinco notícias, outro em oito notícias (3,4% para cada um dos casos); cinco assuntos que originaram, cada um, nove notícias (17,2%).

Caminhando para o topo, encontramos ainda quatro assuntos vertidos em dez notícias (13,8%), e dois assuntos vertidos em onze notícias (6,9%).

¹⁰⁰ Os quadros 9-A a 19 e os gráficos 1 a 29 encontram-se disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/DEZB.pdf

Tal como constatámos na análise das semanas anteriores, continua a notar-se uma força propulsora de notícias bastante mais pujante nos assuntos seleccionados por todas as redacções televisivas, do que nos assuntos elencados por uma só TV. Força propulsora que, mal se fazendo sentir nos assuntos tratados por uma só estação, cresce de intensidade à medida que determinados assuntos vão sendo objecto da atenção/trata-mento/selecção de mais estações.

Os gráficos 1 e 2 ilustram bem o contraste entre a força geradora de notícias reflexo de práticas miméticas entre várias estações de televisão, por contraponto com a debilidade/desvalorização dos assuntos que fogem aos ditames miméticos.

Olhando para os totais da semana (gráfico 3) verificamos que o grupo de 29 assuntos noticiados por 4 estações gerou 214 notícias. 5,6% do total de assuntos noticiados produziu 19,2% das notícias desta semana. O grupo de 49 assuntos noticiados por 3 estações gerou 233 notícias – 9,4% do total de assuntos, originando 20,9% do total de notícias.

O grupo dos assuntos tratados por duas estações totaliza 80, do universo de 520, o que equivale a uma percentagem de 15,4%. Apesar de ser superior, em 176%, ao total de assuntos do primeiro grupo e em 63% ao total de assuntos do segundo, este terceiro grupo só foi capaz de gerar 213 notícias (19,1%), menos uma que as geradas pelo primeiro grupo e menos vinte que as geradas pelo segundo grupo.

O grupo dos assuntos tratados exclusivamente por uma estação é o mais representativo, em valores absolutos, tanto no que respeita ao total de assuntos como ao total de notícias. 362 assuntos geraram 455 notícias. 69,6% do total de assuntos gerou apenas 40,8% das notícias desta semana.

Verificamos, então, que cada assunto noticiado pelo pleno das estações gerou 7,4 notícias; cada assunto alinhado por três estações gerou 4,8 notícias; cada assunto alinhado por duas estações gerou 2,7 notícias; cada assunto alinhado por uma só estação gerou 1,3 notícias.

Os assuntos noticiados por duas estações geraram, em média, mais 2,08 notícias que os alinhados por uma só estação; os assuntos noticiados por três estações geraram, em média, mais 1,78 notícias que os alinhados por duas estações; os assuntos noticiados por quatro estações geraram, em média, mais 1,54 notícias que os alinhados por três estações. Comparando os extremos, constatamos que o grupo de assuntos alinhado pelo pleno das estações conseguiu gerar, em média, mais 5,7 notícias que o grupo de assuntos noticiado por uma só estação.

3.4.3. Hierarquia das notícias nos alinhamentos, em função da selecção dos assuntos por maior ou menor número de estações de televisão

Verificaremos, primeiro, a relação entre as notícias de abertura e a sua proveniência. Saber se as aberturas se distribuem uniformemente pelos quatro grupos, ou se algum destes ganha primazia em relação aos demais. Numa segunda operação alargaremos a zona de abertura às três primeiras notícias, de molde a amortecer eventuais desvios provocados por circunstâncias fortuitas à valoração que presumimos tenha sido atribuída à notícia de abertura por parte do *gatekeeper*. Posteriormente, repetiremos as mesmas operações mas na zona de fecho dos telejornais (ver quadro 8 e gráficos 4 a 7).

3.4.3.1. Notícias de abertura

Olhando para o registo diário (quadro 8), constatamos que em cinco dos sete dias o maior volume de aberturas proveio do grupo dos assuntos noticiados por quatro estações. Aconteceu dia 30 (9 aberturas em 11 possíveis), dia 1 (8 aberturas em 10 possíveis), dia 2 (7 aberturas em 11 possíveis),

dia 3 (4 aberturas em 10 possíveis), e dia 4 (5 aberturas em 8 possíveis).

A 29 de Novembro, o maior número de aberturas pertenceu ao grupo de assuntos seleccionados por 3 estações, com 7 aberturas em 11 possíveis. No dia 5 de Dezembro, foi no grupo de assuntos seleccionados por duas estações que se registou o maior número de aberturas (5 em 8 possíveis).

Se quisermos confrontar os grupos extremos (assuntos noticiados por 4 e por uma estação), teremos 3-0 no dia 29 de Novembro; 9-1 no dia 30; 8-1 no dia 1 de Dezembro; 7-2 no dia 2; 4-2 no dia 3; 5-1 no dia 4; 1-1 no dia 5 de Dezembro.

Formando dois *grandes grupos* (o primeiro aglutinando os grupos dos assuntos tratados por 4 e por 3 estações, e o segundo juntando os restantes grupos), constatamos que, nos dias 29 e 30 de Novembro, o primeiro grupo assegurou 10 aberturas em onze possíveis; no dia 1 de Dezembro atingiu 8 aberturas em 10 possíveis, no dia 2 o mesmo número de aberturas em 11 possíveis; no sábado, dia 4, totalizou 7 aberturas em 8 possíveis. O melhor *score* do segundo grupo foi conseguido no domingo, 5 de Dezembro, com 6 aberturas em 8 possíveis, tendo-se registado um empate no dia 3, com cinco aberturas para cada grupo.

Nos totais semanais (ver gráfico 4), registam-se 37 aberturas geradas pelo grupo de assuntos noticiados por quatro estações, o que equivale a uma percentagem de 53,6%; 13 aberturas (18,8%) oriundas do grupo de assuntos tratados por três estações; 11 aberturas (15,9%) do grupo de assuntos tratados por duas estações, e 8 aberturas (11,6%) do grupo de assuntos alvo da selecção de apenas um canal. A diferença é significativa, com o grupo de assuntos tratados pelas 4 estações a conseguir gerar mais de metade do total de aberturas.

3.4.3.2. Notícias nos três primeiros lugares dos alinhamentos

No que toca à geração de notícias colocadas nos três primeiros lugares dos alinhamentos, a primazia mantém-se no grupo de assuntos seleccionados por 4 Tv's. Consultando o registo diário (quadro 8), constatamos que o grupo de assuntos seleccionados por 4 estações coloca mais notícias nesta zona no dia 30 de Novembro (15 em 33 possíveis), no dia 1 de Dezembro (13 em 30 possíveis), no dia 2 (14 em 33 possíveis), no dia 4 (7 em 24 possíveis) e no dia 5 (9 em 24 possíveis). No dia 29 o melhor *score* pertence ao grupo de assuntos seleccionados por três estações (13 em 33 possíveis), com o grupo de assuntos noticiados apenas por uma TV a conseguir o maior número de inserções nesta zona no dia 3 (9 em 30 possíveis).

Confrontando os grupos extremos (assuntos noticiados por 4 e por uma estação), temos agora 6-8 no dia 29; 15-6 no dia 30 de Novembro; 13-4 no dia 1 de Dezembro; 14-8 no dia 2; 8-9 no dia 3; 7-6 no dia 4, e 9-5 no dia 5.

Voltando a formar dois *grandes grupos* (o primeiro aglutinando os grupos dos assuntos tratados por 4 e por 3 estações, e o segundo juntando os restantes grupos), constatamos que, no dia 29 de Novembro, o primeiro grupo assegurou 19 das 33 notícias possíveis; no dia 30, atingiu 23 notícias em 33 possíveis; no dia 1 de Dezembro totalizou 21 notícias em 30 possíveis; no dia 2 conseguiu 21 em 33 possíveis. A 3 de Dezembro a vantagem vai para o segundo grupo, com 16 inserções em 30 possíveis; vantagem também no domingo, dia 5, com 13 inserções em 24 possíveis. No sábado, dia 4, regista-se um empate entre os dois grupos, com 12 inserções cada um.

Nos totais semanais (ver gráfico 5), registam-se 72 notícias geradas pelo grupo de assuntos noticiados por 4 estações, o que equivale a 34,8%; 51 notícias (24,6%) oriundas do grupo de assuntos tratados por 3 estações; 38 notícias (18,4%) do grupo de assuntos tratados por duas estações, e 46 notícias (22,2%) do grupo de assuntos alvo da selecção de apenas um canal.

No confronto com as aberturas, verificamos que o conjunto de notícias geradas pelo grupo de assuntos tratados por 4 estações desce de 53,6% para 34,8%. O conjunto das notícias geradas por assuntos tratados por três estações sobe de 18,8% para 24,6%. Regista-se também uma ligeira subida do grupo seguinte (notícias referentes a assuntos difundidos por duas estações), que passa de 15,9% para 18,4%; e uma subida mais acentuada do último grupo (notícias referentes a assuntos difundidos por uma estação). Este grupo passa dos 11,6% para 22,2%, quase duplicando a percentagem.

Os quadros 10-A e 10-B evidenciam, o primeiro, a repetição do mesmo assunto abrindo telejornais da mesma estação; o segundo, aberturas miméticas entre as várias estações.

3.4.3.3. Notícias de fecho

Passemos agora aos fechos dos telejornais (ver quadro 8 e gráfico 6). O contraste é significativo. Enquanto nas notícias de abertura o grupo de assuntos tratados por 4 estações predominava, no caso das notícias de fecho é o grupo de assuntos tratados só por uma estação que lidera em todos os dias da semana. O grupo de assuntos seleccionados por 4 estações não regista qualquer notícia de fecho, nos sete dias da semana. O grupo de assuntos tratados por três estações de TV fica em branco nos dias 2, 3 e 4 de Dezembro.

No dia 29 de Novembro o grupo de assuntos noticiados por uma estação regista 9 fechos em 11 possíveis; no dia 30 encontramos 6 fechos em 11 possíveis; no dia 1 de Dezembro registam-se 9 fechos em 10 possíveis; no dia 2, oito fechos em 11 possíveis. Na sexta, dia 3, encontramos 6 fechos em 10 possíveis; no sábado, dia 4, 6 fechos em 8 possíveis; no dia 5, 5 fechos em 8 possíveis.

Temos então zero notícias de fecho no grupo das 4 Tv's; 7 notícias de fecho no grupo das 3 Tv's, valendo 10,1%; 13 notícias de fecho no grupo das duas Tv's, valendo 18,8%, e 49 notícias de fecho no grupo de notícias reportando a assuntos tratados apenas por uma estação. Neste grupo encontram-se mais de dois terços das notícias de fecho de toda a semana, com os 49 casos a representarem 71,0%.

A diferença entre os grupos extremos acentua-se, quando cotejada com o registado nas aberturas: 71,0% no caso dos fechos contra 42,0% no caso das aberturas. Logo, se o grupo de assuntos com carga mimética mais acentuada é o que mais notícias de abertura garante, também resiste com denodo aos fechos dos telejornais, mostrando-se 100% avesso aos mesmos. Por contraponto, o grupo de assuntos veiculados apenas por uma estação regista uma taxa de penetração residual nas aberturas, e uma elevadíssima taxa de penetração nos fechos, onde fica perto dos 3/4 do total.

Constituindo dois *grandes grupos* (o primeiro aglutinando os conjuntos de assuntos tratados por 4 e por 3 estações, e o segundo juntando os restantes grupos), constatamos que o segundo *grande grupo* leva a palma em todos os dias da semana: 1-10 no dia 29 de Novembro, 3-8 no dia 30, 1-9 no dia 1 de Dezembro, 0-11 no dia 2, 0-10 no dia 3, 0-8 no dia 4 e 2-6 no domingo, dia 5. No cômputo semanal, o segundo grande grupo totaliza 62 fechos (89,9%) contra 7 do primeiro (10,1%).

3.4.3.4. Notícias nos últimos três lugares dos alinhamentos

Resta-nos verificar a origem das notícias colocadas nos últimos três lugares dos alinhamentos (ver gráfico 7). Também aqui é o grupo dos assuntos noticiados apenas por uma estação que leva a palma, assegurando 109 dos 207 fechos possíveis, o que equivale a uma percentagem de 52,7%. O grupo de assuntos tratados por duas estações vem a seguir, com 46 notícias (22,2%). Em terceiro surge o grupo de assuntos tratados por três Tv's, com 35 notícias (16,9%). Em último, o grupo de assuntos tratados

por 4 estações, com 17 notícias (8,2%). O grupo de assuntos noticiado apenas por uma estação regista vantagem em relação aos restantes grupos, em todos os dias da semana: 16 casos dia 29 de Novembro; 14 dia 30; 22 dia 1 de Dezembro; 19 casos no dia 2; 12 no dia 3; 11 no dia 4, e 15 no domingo, dia 27.

Mantém-se, assim, o já constatado nas anteriores semanas analisadas. Continua a registar-se um constante vigor das forças miméticas na propulsão de notícias para a abertura dos telejornais, também para a zona de abertura constituída pelas três primeiras notícias, tendência que corre a par com uma repulsa das mesmas forças no que aos fechos e à zona de fecho constituída pelas três últimas notícias concerne.

Para além de gerarem um número bastante mais significativo de notícias, os assuntos tratados pelo pleno das estações continuam a garantir também os melhores lugares nos alinhamentos. O contraponto traduz-se numa grande desvalorização dos assuntos tratados exclusivamente por uma estação.

3.4.4. Forças miméticas internas a cada estação

O passo seguinte da nossa análise consistirá na detecção de forças miméticas, mas agora internas a cada estação. Fá-lo-emos em duas etapas. Na primeira, tentaremos detectar a existência de fluxos de assuntos entre noticiários da mesma estação. A segunda etapa curará da aferição do peso das notícias que os *gatekeepers* decidem redifundir, repetição efectuada sem quaisquer alterações da peça original, assim como da entrada do *pivot*.

A exemplo do procedimento seguido na análise das semanas anteriores, tentaremos responder às seguintes questões:

- a) Os noticiários televisivos difundidos pela mesma estação funcionam como compartimentos estanques, ou evidenciam um *continuum* no tratamento de determinados assuntos?
- b) A existirem tais fluxos, têm os mesmos uma importância residual ou, pelo contrário, conformam significativamente a sequência de alinhamentos dos telejornais de uma estação?
- c) Qual a amplitude de tais fluxos? Mantêm-se fundamentalmente entre dois noticiários seguidos, ou permanecem bastante mais tempo, em três ou mesmo quatro noticiários do dia?
- d) E constituirão marca específica de uma estação ou, pelo contrário, também aqui encontraremos regularidades que permitam caracterizar a existência de tais fluxos como uma característica do jornalismo vertido nos informativos televisivos?
- e) A comprovar-se a existência de tais fluxos, serão estes reflexo da necessidade de contínua actualização de assuntos/acontecimentos/processos que se prolongam no tempo, mantendo inquestionável actualidade? Ou será que a realimentação de noticiários se fica a dever, também, a lógicas que fogem dos critérios jornalísticos, entendidos estes *stricto sensu*?

3.4.4.1. Análise aos fluxos entre noticiários da RTP1

Começamos a análise pelo conjunto de noticiários emitidos pela RTP1 na semana de 29 de Novembro a 5 de Dezembro de 1999. Esta estação emitia, ao tempo, quatro informativos diários, de teor generalista, nos dias úteis. Aos sábados e domingos o total de noticiários reduzia-se para três, não sendo emitido o *Notícias I*, primeiro informativo do dia (09h). Tratámos de registar a existência de fluxos de assuntos tendo como emissores os informativos das 09h (*Notícias I*), das 13h (*Jornal da Tarde*) e das 20h (*Telejornal*); e tendo como receptores os informativos das 13h (*Jornal da Tarde*), das 20h (*Telejornal*) e o último noticiário da estação (*24 Horas*), este emitido em horário irregular.

Curámos de conhecer o peso dos assuntos que transitam pelos diversos noticiários, olhando quer

para a relação entre o número dos assuntos emitidos e o total de notícias do jornal *emissor*, quer para a relação entre o número de assuntos recepcionados e o total de notícias do jornal *receptor* (ver quadro 11-A).

3.4.4.1.1. Noticiários da RTP1 como *emissores*

Começamos por analisar os dados obtidos na perspectiva dos noticiários como fornecedores de assuntos aos telejornais seguintes. Analisamos primeiro estes fluxos atendendo à função de noticiário *emissor* ou fornecedor de notícias para os espaços informativos seguintes, aferindo, para já, a relação entre os assuntos emitidos e o total de notícias do jornal emissor.

Notícias 1 (09h): nos cinco dias, mais de metade dos assuntos aqui tratados volta a merecer a atenção dos responsáveis pelo noticiário das 13h (*Jornal da Tarde*). A maior percentagem verifica-se nos dias 29 de Novembro e 1 de Dezembro, com 100%, e a menor no dia 30 de Novembro, com 55,6% (ver quadro 11-A e gráfico 8).

O fluxo não estanca à hora do almoço. O *Telejornal* (20h) também recupera assuntos tratados às 09h, variando entre os 50,0% de dia 1 de Dezembro e os 66,7% dos dias 29 e 30 de Novembro. O *24 Horas*, que fecha o ciclo informativo diário da RTP1, ainda trata assuntos veiculados pela manhã, apesar de tal acontecer em volume bastante mais reduzido (entre 28,6% no dia 2 de Dezembro e 57,1% no dia 3). No cômputo semanal, 82,5% dos assuntos tratados pelo *Notícias 1* transitam para o *Jornal da Tarde*; 59,5% transitam para o *Telejornal* (20h) e 40,5% para o *24 Horas* (ver gráfico 9).

Jornal da Tarde (13h) para o *Telejornal* (20h) – No dia 30 de Novembro atinge o valor mais elevado, 57,9%, atingindo os 50,0% no dia 1 de Dezembro. Nos restantes cinco dias as transições situam-se abaixo dos 50%; o valor menos significativo (25,0%) foi registado no dia 5 de Dezembro (ver quadro 11-A e gráfico 10). No cômputo semanal, 40,1% dos assuntos tratados pelo *Jornal da Tarde* transitam para o *Telejornal* (ver gráfico 11).

Jornal da Tarde para o *24 Horas* - O fluxo diminui para quase metade, oscilando entre os 8,3% de dia 1 de Dezembro e os 36,4% de dia 29 de Novembro. O cômputo semanal regista um valor percentual de 20,8%.

Telejornal (20h) para o *24 Horas* - Os fluxos situam-se sempre abaixo da casa dos 50%, com o valor mais expressivo a registar-se no dia 29 de Novembro (44,4%) e o menos significativo a 1 de Dezembro (15,4%). No cômputo semanal, 25,3% dos assuntos tratados pelo *Telejornal* voltam a ser noticiados no *24 Horas*. A percentagem global semanal de transição de assuntos para outros noticiários, tendo por base o total de assuntos dos jornais emissores, é de 44,8%.

3.4.4.1.2. Noticiários da RTP1 como *receptores*

Passemos à aferição dos mesmos fluxos, mas atendendo agora ao peso que os assuntos recepcionados têm nos telejornais *receptores*.

Notícias 1: Os assuntos noticiados por este informativo e tratados posteriormente pelo *Jornal da Tarde* registam valores que variam entre os 37,5% (no dia 3 de Dezembro) e os 25,0% (no dia 1 de Dezembro) do total de assuntos tratados pelo jornal receptor (*Jornal da Tarde*) (ver quadro 11-A e gráfico 13). Nos dias restantes as percentagens situam-se sempre na casa dos 20% (26,3% nos dias 30 de Novembro e 2 de Dezembro; 27,3% no dia 29 de Novembro). A percentagem semanal de assuntos tratados no *Notícias 1* e retomados no *Jornal da Tarde* equivale a 28,5% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira (ver gráfico 14).

No que reporta ao *Telejornal*, o conjunto de assuntos providos do *Notícias 1* regista valores entre os 11,5% (no dia 1 de Dezembro) e os 22,2% (no dia 30 de Novembro) do total de assuntos tratados pelo jornal receptor (*Telejornal*). Nos dias restantes encontramos percentagens de 14,3% (no dia 2 de Dezembro); de 14,8% (no dia 29 de Novembro), e de 16,7% (no dia 3 de Dezembro). A percentagem semanal de assuntos tratados no *Notícias 1* e retomados no *Telejornal* equivale a 16,0% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira.

Quanto ao último informativo do canal público, o conjunto de assuntos providos do *Notícias 1* regista valores entre 14,3% (29 de Novembro) e 36,4% (3 de Dezembro) do total de assuntos tratados pelo jornal receptor (*24 Horas*). As percentagens dos outros dias situaram-se nos 18,8% (30 de Novembro), 20,0% (2 de Dezembro) e 22,2% no dia 1 de Dezembro. A percentagem semanal de assuntos tratados no *Notícias 1* e retomados no *24 Horas* equivale a 22,3% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira.

Jornal da Tarde: Oferece ao *Telejornal* entre 20,8% e 46,2% do total de assuntos alinhados no noticiário do *prime time* (ver quadro 11-A e gráfico 15). A percentagem mais significativa ocorre no dia 1 de Dezembro, e a mais reduzida a 3 do mesmo mês. Olhando à percentagem semanal (31,2%), constata-se que quase um terço do *Telejornal* retoma assuntos já noticiados pelo *Jornal da Tarde* (ver gráfico 16). Para além dos dias mencionados, encontramos percentagens de 22,7% no dia 4 de Dezembro; 25,9% no dia 5 de Dezembro; 28,6% no dia 2 de Dezembro; 33,3% no dia 29 de Novembro, e 40,7% no dia 30 de Novembro.

Para o último informativo diário, o *Jornal da Tarde* oferece entre 15,4% e 42,9% do total de assuntos alinhados no *24 Horas*. Maior generosidade na recepção verificada a 5 de Dezembro, menor no dia anterior. A 1 de Dezembro regista-se uma percentagem de 22,2%; no dia 3 de Dezembro, de 27,3%; no dia 30 de Novembro, de 31,3%; no dia 29 de Novembro, de 38,1%; no dia 2, de 40,0%. A percentagem semanal de assuntos tratados no *Jornal da Tarde* e retomados no *24 Horas* equivale a 31,0% do total de assuntos noticiados por este último informativo.

Telejornal: Os assuntos noticiados por este informativo e posteriormente retomados no *24 Horas* representam, no cômputo semanal, 47,4% do total de assuntos noticiados pelo *24 Horas*.

Em dois dias da semana as percentagens ultrapassam os 50% (56,3% no dia 30 de Novembro e 57,1% no dia anterior) (ver gráfico 17). A 5 de Dezembro a percentagem situa-se nos 50,0%. O mais baixo verifica-se no dia 4 de Dezembro (38,5%). Nos restantes dias da semana encontramos percentagens de 40,0% (2 de Dezembro), 44,4% (1 de Dezembro), e 45,5% (3 de Dezembro).

A percentagem global semanal de recepção de assuntos providos de noticiários anteriores, tendo por base o total de assuntos dos jornais receptores, é de 29,4%.

Seguindo procedimento adoptado na exposição dos dados referentes às duas semanas já analisadas, para obviar a uma natural maior dificuldade de leitura do quadro 11-A - continente de todos os fluxos registados entre telejornais, complexificado pela inclusão de quantidades e percentagens em função dos totais de assuntos noticiados quer pelo noticiário emissor, quer pelo informativo receptor -, elaborámos os quadros 11-B e 11-C. Fazêmo-lo na pressuposição de que, expurgada parte da informação do quadro-base (11-A), estes quadros permitam uma leitura mais evidente do funcionamento de tais fluxos. Os dois novos quadros contêm apenas os valores percentuais dos assuntos que transitaram do *Notícias 1* (09h) para o *Jornal da Tarde* (13h), deste para o *Telejornal* (20h), e deste para o *24 Horas*. O primeiro (11-B) percentuado em função do total de assuntos dos informativos emissores, o segundo

(11-C) aferindo o peso percentual de tais fluxos em função do total de assuntos elencados pelos telejornais *receptores*. O quadro 12 registra a entrada de assuntos *ex novo* nos noticiários analisados.

3.4.4.2. Análise aos fluxos entre noticiários da SIC

3.4.4.2.1. Noticiários da SIC como *emissores*

Começamos por analisar os dados obtidos, na perspectiva dos noticiários como fornecedores de assuntos aos telejornais seguintes. Analisemos primeiro estes fluxos atendendo à função de noticiário *emissor* ou fornecedor de notícias para os espaços informativos seguintes, aferindo, para já, a relação entre os assuntos emitidos e o total de notícias do jornal *emissor*.

Primeiro Jornal (13h): Em cinco dos sete dias da semana, mais de metade dos assuntos aqui tratados volta a merecer a atenção dos responsáveis pelo noticiário das 20h (*Jornal da Noite*) (ver quadro 13-A e gráfico 18). As percentagens variam entre os 37,5% de 3 de Dezembro e os 80,0% de dia 4 de Dezembro. A 2 de Dezembro regista-se percentagem de 42,9%, a 29 de Novembro atinge os 52,6%, a 30 de Novembro é de 55,0%, a 1 de Dezembro é de 58,8%, chegando aos 69,6% a 5 de Dezembro.

Do *Primeiro Jornal* para o *Último Jornal* o fluxo sofre natural redução, situando-se entre os 4,3% do dia 5 de Dezembro, e os 33,3% do dia 2. Nos restantes dias registam-se percentagens de 8,3% (3 de Dezembro); 23,5% (1 de Dezembro); 25,0% (30 de Novembro); 26,7% (4 de Dezembro), e 31,3% (29 de Novembro).

No cômputo semanal (ver gráfico 19), 56,6% do total de assuntos tratados pelo *Primeiro Jornal* transitam para o *Jornal da Noite*, e 35,8% para o *Último Jornal*.

Jornal da Noite (20h) para o *Último Jornal* – A transição de assuntos noticiados varia entre os 21,4% de 5 de Dezembro e os 62,5% de dia 2 (ver gráfico 20). Há dois dias na casa dos 30% (30,4% a 30 de Novembro, 35,0% a 29 de Novembro); dois dias na casa dos 20% (28,6% a 4 de Dezembro, 29,2% a 3 de Dezembro), com o dia 1 de Dezembro registando 43,5%. No cômputo semanal, 35,8% do total de assuntos tratados pelo *Jornal da Noite* transitam para o *Último Jornal*. A percentagem global semanal de transição de assuntos para outros noticiários, tendo por base o total de assuntos do jornal *emissor*, é de 38,1%.

3.4.4.2.2. Noticiários da SIC como *receptores*

Passemos à aferição dos mesmos fluxos, mas atendendo agora ao peso que os assuntos recepcionados têm nos jornais receptores.

Primeiro Jornal: Oferece ao *Jornal da Noite* entre 37,5% e 57,1% do total de assuntos alinhados no noticiário do *prime time* (ver gráfico 21). A percentagem mais significativa ocorre nos dias 4 e 5 de Dezembro (57,1%), e a mais reduzida a 3 do mesmo mês. Olhando à percentagem semanal (ver gráfico 22), constata-se que 49,9% do *Jornal da Noite* retoma assuntos já noticiados pelo *Primeiro Jornal*. Para além dos dias já mencionados, encontramos percentagens de 43,5%, no dia 1 de Dezembro; 47,8% no dia 30 de Novembro; 50,0% a 29 de Novembro, e 56,3% no dia 2 de Dezembro.

Para o informativo de fecho da SIC, o *Primeiro Jornal* oferece entre 12,5% e 71,4% do total de assuntos alinhados no *Último Jornal*. Maior generosidade na recepção verificada a 30 de Novembro, menor dia 5 de Dezembro. No dia 3 de Dezembro registam-se 18,2%; no dia 1 de Dezembro, 30,8%; no dia 25, 37,5%; no dia 4 de Dezembro, 33,3%; no dia 2 do mesmo mês, 41,2%, com 46,2% registados

a 29 de Novembro. A percentagem semanal de assuntos tratados no *Primeiro Jornal* e retomados no *Último Jornal* equivale a 36,2% do total de assuntos noticiados por este informativo.

Jornal da Noite: Os assuntos noticiados por este informativo e posteriormente retomados no *Último Jornal* representam, no cômputo semanal, 68,3% do total de assuntos seleccionados pelo noticiário de fecho da SIC. A percentagem é superior a 50% em seis edições do *Último Jornal* (ver gráfico 23). O valor mais alto verifica-se no dia 30 de Novembro, com a totalidade dos assuntos noticiados constituindo retomas do informativo antecedente (100%). O valor mais baixo foi registado no sábado, 4 de Dezembro, com 50,0%. Dia 29 de Novembro verifica-se uma percentagem de 53,8%; no dia 2 de Dezembro o valor percentual é de 58,8; sobe aos 63,6% no dia seguinte; cresce para os 75,0% no domingo, dia 5 de Dezembro, e para os 76,9% no dia 1 do mesmo mês.

A percentagem global semanal de recepção de assuntos provindos de noticiários anteriores, tendo por base o total de assuntos dos jornais *receptores*, é de 51,5%.

Seguindo o mesmo procedimento que efectuámos para a RTP1, com remissão justificativa para a primeira semana de análise, desdobraremos agora o quadro 13-A em dois novos quadros. O primeiro (13-B) percentuado em função do total de assuntos dos informativos *emissores*, o segundo (13-C) aferindo o peso percentual de tais fluxos em função do total de assuntos elencados pelos jornais *receptores*. O quadro 14 regista a entrada de novos assuntos em cada informativo.

3.4.4.2.3. Comparação dos valores semanais de fluxos entre noticiários da RTP1 e entre noticiários da SIC

A exemplo do que comprovámos na análise aos noticiários da RTP1, a retoma de assuntos alinhados por informativos anteriores também se evidencia na SIC, com valores que ultrapassam sempre os registados no canal público (ver quadro 15).

56,6% dos assuntos noticiados pelo informativo da hora do almoço são posteriormente retomados pelo *Jornal da Noite*. A percentagem diminui no fluxo *Jornal da Noite - Último Jornal*, quedando-se nos 35,8% do total de assuntos tratados pelo informativo do horário nobre.

Olhando ao peso que tais fluxos representam no total de assuntos elencados pelos jornais *receptores*, verificamos que 49,9% do total dos assuntos noticiados pelo *Jornal da Noite* já haviam merecido a atenção do informativo anterior.

Quanto ao *Último Jornal*, este recebe, do *Jornal da Noite*, 68,3% do total de assuntos que compuseram, durante a semana, o informativo de fecho da SIC. Mais de dois terços deste informativo recuperando, assim, assuntos já tratados no noticiário do horário nobre, com percentagens diárias nunca inferiores a 50%. No dia 30 de Novembro atinge mesmo os 100%.

Do *Primeiro Jornal* para o *Último Jornal*, a percentagem de transmissão de assuntos é mais reduzida, quando tomamos por base o total de assuntos elencados pelo jornal emissor (21,8%). Mas quando a base passa a ser formada pelo total de assuntos do noticiário *receptor*, essa percentagem sobe para os 36,2%.

A tendência de retoma de assuntos noticiados por jornais anteriores, já comprovada na análise da RTP1, mantém-se na SIC. Valores mais significativos no fluxo 20h - 24h (68,3% da SIC contra 47,4% da RTP1, atendendo ao total de assuntos do jornal receptor); e no fluxo 13h - 20h, quando se toma por base o total de notícias elencado pelo jornal emissor (56,6% da SIC contra 40,1% da RTP1). Atendendo ao total de assuntos elencados pelo jornal receptor, a SIC regista 49,9% no fluxo 13h - 20h, contra 31,2% da RTP1; e 36,2% no fluxo 13h - 24h, contra 31,0% do canal público. Atendendo ao total de assuntos elencados pelo jornal emissor, diferença de 10,5% entre as duas estações no fluxo 20h - 24h

(35,8% da SIC contra 25,3% da RTP1), com o intervalo mais curto entre as duas Tv's a verificar-se no fluxo 13h - 24h (21,8% para a SIC, contra 20,8% para a RTP1).

Resta-nos agora verificar se estes circuitos de retomas também acontecem na TVI, e qual o seu volume.

3.4.4.3. Análise aos fluxos entre noticiários da TVI

Passemos agora à análise do conjunto de noticiários emitidos pela TVI na semana de 29 de Novembro a 5 de Dezembro de 1999. Esta estação emitia, ao tempo, três espaços informativos diários, de teor generalista, de segunda a sexta-feira. À extinção do *Ponto Final*, último informativo da estação, seguiu-se a do informativo matinal. Entretanto, aos informativos do almoço (*TVI Jornal* - 13h30) e do jantar (*Directo XXI*, 21h), acrescentou-se um terceiro espaço noticioso, às 19h30, apresentado como a 1.ª edição do *Directo XXI*. No feriado do 1.º de Dezembro, o informativo das 19h30 não foi emitido. A 3 de Dezembro não se emitiu o *Directo XXI* das 21h. No sábado e no domingo (dias 4 e 5 de Dezembro), cumprindo prática já detectada nas semanas de análise anteriores, regista-se a difusão de um único informativo, o *Directo XXI* (21h).

Tratámos de registar a existência de fluxos de assuntos tendo como *emissores* os informativos das 13h30 (*TVI Jornal*), e das 19h30 (*Directo XXI* - 1.ª edição); e tendo como *receptores* os informativos das 19h30 (*Directo XXI* - 1.ª edição), e das 21h (*Directo XXI*).

A exemplo do que fizemos para a RTP1 e para a SIC, tratámos de conhecer o peso dos assuntos que transitam pelos diversos noticiários, olhando quer para a relação entre o número dos assuntos emitidos e o total de notícias do jornal *emissor*, quer para a relação entre o número de assuntos recepcionados e o total de notícias do jornal *receptor* (ver quadro 16-A).

Dado o facto da TVI transmitir um noticiário apenas ao sábado e ao domingo, a nossa análise não abrangerá, naturalmente, os dias 4 e 5 de Dezembro.

3.4.4.3.1. Noticiários da TVI como *emissores*

Começemos por analisar os dados obtidos, na perspectiva dos noticiários como fornecedores de assuntos aos telejornais seguintes. Analisemos primeiro estes fluxos atendendo à função de noticiário *emissor* ou fornecedor de notícias para os espaços informativos seguintes, aferindo, para já, a relação entre os assuntos emitidos e o total de notícias do jornal *emissor*.

TVI Jornal (13h30): No que toca ao noticiário das 19h30, as percentagens variam entre os 25,0% (2 de Dezembro) e os 78,6% (30 de Novembro) (ver gráfico 24). Nos outros dois dias, os valores percentuais registados situam-se nos 37,5% (29 de Novembro), e 66,7% (3 de Dezembro). A média semanal é de 52,0% (ver gráfico 25).

A transmissão de assuntos do noticiário do almoço para o tradicional informativo do *prime time*, oscila entre os 31,3% (29 de Novembro) e os 50,0% (30 de Novembro). Nos dias restantes, encontramos percentagens de 37,5% (2 de Dezembro), e 43,8% (1 de Dezembro). A média semanal é de 40,7%.

Directo XXI (1.ª edição - 19h30) para o *Directo XXI* (2.ª edição - 21h): Registam-se percentagens de 33,3% no dia 29 de Novembro, 50,0% a 2 de Dezembro e 53,8% a 30 de Novembro. No cômputo semanal, 45,7% dos assuntos tratados pelo informativo do almoço transitam para o *Directo XXI*. A percentagem global semanal de transição de assuntos para outros noticiários, tendo por base o total de assuntos do jornal *emissor*, é de 46,1%.

3.4.4.3.2. Noticiários da TVI como *receptores*

Passemos à aferição dos mesmos fluxos, mas atendendo agora ao peso que os assuntos recepcionados têm nos jornais *receptores*.

TVI Jornal (13h30): Os assuntos noticiados por este informativo e tratados posteriormente pela 1.^a edição do *Directo XXI* (19h30) registam valores que variam entre os 100% (no dia 29 de Novembro) e os 40,0% (no dia 2 de Dezembro) do total de assuntos tratados pelo jornal *receptor* (*Directo XXI*, 1.^a ed. - 19h30) (ver gráfico 27). Nos dias restantes registam-se valores percentuais de 66,7% (3 de Dezembro), e 84,6% (30 de Novembro). A percentagem semanal de assuntos tratados no informativo do almoço e retomados no informativo do *access prime time* equivale a 72,8% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira (ver gráfico 28).

No que reporta à 2.^a edição do *Directo XXI*, o conjunto de assuntos providos do *TVI Jornal* (13h30) regista valores entre os 54,5% (no dia 2 de Dezembro) e os 71,4% (no dia 29 de Novembro) do total de assuntos tratados pelo jornal *receptor*. Nos dias restantes encontramos percentagens de 63,6% (30 de Novembro), e de 70,0% (1 de Dezembro). A percentagem semanal de assuntos tratados no noticiário da manhã e retomados pelo *Directo XXI* equivale a 64,9% do total de assuntos noticiados por este último informativo, entre segunda e sexta-feira.

Directo XXI (1.^a edição - 19h30) para o *Directo XXI* (2.^a edição - 21h): A primeira oferece à segunda edição entre 28,6% (29 de Novembro) e 63,6% (30 de Novembro) do total de assuntos alinhados no noticiário do *prime time*. A 2 de Dezembro o valor percentual de retomas situa-se nos 45,5%. A percentagem semanal de assuntos tratados no informativo das 19h30 e retomados às 21h equivale a 45,9% do total de assuntos noticiados por este último noticiário.

A percentagem global semanal de recepção de assuntos providos de noticiários anteriores, tendo por base o total de assuntos dos jornais *receptores*, é de 61,2%.

Seguindo o mesmo procedimento que efectuámos para a RTP 1 e para a SIC, com remissão justificativa para a primeira semana de análise, desdobramos o quadro 16-A em dois novos quadros. O primeiro (16-B), percentuado em função do total de assuntos dos informativos emissores; o segundo (16-C), aferindo o peso percentual de tais fluxos em função do total de assuntos elencados pelos jornais *receptores*. O quadro 17 regista a entrada de novos assuntos em cada informativo.

3.4.4.4. Comparação dos valores semanais de fluxos entre noticiários da RTP1, entre noticiários da SIC e entre noticiários da TVI

A exemplo do que comprovámos na análise aos noticiários da RTP1 e da SIC, a retoma de assuntos alinhados por informativos anteriores também se evidencia na TVI. É a estação que regista as médias globais semanais mais elevadas, quer tomando como universo o total de assuntos elencados pelos jornais emissores, quer atendendo ao total de assuntos seleccionados pelos jornais *receptores*. A divergência horária entre os noticiários da estação de Queluz e os restantes canais (divergência existente nas primeiras semanas de análise mas bastante acentuada em Dezembro), prejudica, em nosso entender, comparação detalhada por informativos em função da sua distribuição horária.

Avancemos, então, para algumas conclusões, no que reporta à terceira e última semana de análise, e no capítulo concreto da permanência de determinado grupo de assuntos no dia informativo das televisões portuguesas. Conclusões acompanhadas de novos quadros, que nos ajudarão neste percurso.

a) As percentagens de assuntos que transitam para o informativo seguinte, tendo por base o total de notícias do jornal emissor situam-se entre os 38,1% (SIC) e os 46,1% (TVI), com o valor intermédio

(44,8%) a caber à RTP1 (ver quadro 18-A). Isto quer dizer que, em média, durante a semana, quem assiste a um telejornal de uma televisão portuguesa verá de novo, no informativo seguinte, serem tratados mais de um terço dos assuntos já anteriormente noticiados. Nos casos da RTP1 e da TVI, esse valor aproxima-se mesmo da metade do conteúdo dos informativos emissores. Comprova-se regularidade com o verificado nas semanas anteriores, registando-se um claro reforço de tais fluxos. Em Janeiro as percentagens variavam entre os 34,3% e os 43,4%; em Junho entre os 32,8% e os 39,8%, passando a situar-se, na última semana de análise, entre os 38,1% e os 46,1%.

b) Nas percentagens de assuntos que transitam para o informativo seguinte, tendo por base o total de notícias do jornal *receptor*, encontramos um intervalo maior: entre 29,4% (RTP1) e 61,2% (TVI). A SIC assegura o valor intermédio (51,5%) (ver quadro 18-B). O mesmo é dizer que os blocos informativos *receptores* expuseram, na semana em análise, quase metade de conteúdos já anteriormente noticiados (a média das três estações atinge os 47,4%). Pese embora o valor exagerado da percentagem evidenciada pela TVI, porventura determinado pela inusual fórmula de dois noticiários ao início da noite, de emissão muito próxima no tempo (opção que mais tarde veio a ser abandonada), note-se que a SIC atinge, nesta semana, um valor médio semanal que ultrapassa os 50%. Os valores de Dezembro são os mais altos no cotejo entre as três semanas de análise. Em Janeiro registaram-se valores entre os 28,3% e os 44,4%; em Junho entre 25,2% e 44,8%, com Dezembro a situar-se entre os 29,4% e os 61,2%.

Olhando aos valores mínimos, na semana de Dezembro 38,1% de assuntos noticiados pelos telejornais foram retomados pelos informativos seguintes, fluxo pesando 29,4% do total de assuntos noticiados pelos jornais *receptores*. Atendendo aos valores máximos, 46,1% de assuntos noticiados pelos telejornais foram retomados pelos informativos seguintes, fluxo pesando 61,2% do total de assuntos noticiados pelos jornais *receptores*.

c) A transmissão de assuntos continua a não se verificar apenas entre telejornais de emissão contígua (por exemplo, entre o das 09h e o das 13h, ou entre o das 13h e o das 20h). O fluxo de retomas funciona entre todos os telejornais de uma emissão diária, com o último jornal a recuperar, sempre, um determinado número de assuntos provenientes do primeiro informativo do dia. Nos quadros 18-A e 18-B registamos as médias semanais desses fluxos, noticiário a noticiário. Verificamos que o primeiro informativo da RTP1 (*Notícias 1*), é retomado em 82,5% do seu conteúdo pelo noticiário seguinte, o *Jornal da Tarde*. O *Telejornal* trata 59,5% do total de assuntos elencados pelo *Notícias 1*; e no *24 Horas* (último informativo diário da RTP1), ainda encontramos noticiados 40,5% dos assuntos tratados no informativo da manhã.

Na SIC, o *Primeiro Jornal* é retomado em 56,6% do seu conteúdo pelo noticiário seguinte, o *Jornal da Noite*. No *Último Jornal* (informativo de fecho) ainda encontramos noticiados 21,8% dos assuntos tratados no informativo da manhã.

d) Olhando ao peso das retomas na composição dos noticiários *receptores*, as maiores percentagens registam-se na recuperação, por parte dos últimos informativos diários, de assuntos provenientes dos noticiários do horário nobre. O *24 Horas* (RTP1) surge composto por 47,4% de assuntos já noticiados no *Telejornal*; o *Último Jornal* é composto por 68,3% de assuntos já tratados no *Jornal da Noite*. Reforça-se o que já se constataria na análise às semanas de Janeiro e Junho, com os últimos informativos veiculando caudal reduzido de actualidade informativa, funcionando fundamentalmente como um resumo do que de mais importante aconteceu no mapa informativo nacional e internacional.

e) A composição dos últimos informativos com assuntos provenientes, na sua maioria, de noticiários anteriores pode ilustrar-se, também, através dos quadros que elaborámos e que registam a entrada de novos assuntos em cada jornal (quadros 12, para a RTP1; 14, para a SIC). Na RTP1, a percentagem

média semanal de assuntos novos no *24 Horas* situa-se nos 44,7%, bem longe dos 66,9% do *Telejornal* e dos 72,0% do *Jornal da Tarde*. Em 94 assuntos seleccionados pelo *24 Horas* durante a semana, apenas 42 foram injectados *ex novo*.

Na SIC a percentagem de novos assuntos no *Último Jornal* é bastante mais reduzida, situando-se nos 32,1%. Em 81 assuntos seleccionados por este informativo durante a semana, apenas 26 foram injectados *ex novo*. A 30 de Novembro, num telejornal composto por sete notícias, não se regista a inclusão de nenhum novo assunto. E no dia 5 de Dezembro regista-se a entrada de apenas um assunto novo, num total de oito que integraram o alinhamento difundido.

f) Apesar de menor que o registado para os últimos informativos, o peso que os assuntos veiculados pelos noticiários da hora do almoço tem nos informativos do *prime time* continua a ser, de todo o modo, apreciável. Na RTP1, o *Telejornal* é composto por 31,2% de assuntos provenientes do *Jornal da Tarde*; na SIC a percentagem é de 49,9% (do *Primeiro Jornal* para o *Jornal da Noite*), atingindo 72,8% (do *TVI Jornal* para a 1.ª edição do *Directo XXI*) e 64,9% (do *TVI Jornal* para a 2.ª edição do *Directo XXI*) na TVI.

3.4.5. Redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça

Vamos agora aferir o peso das inserções de notícias *repetidas* nos telejornais das estações objecto da nossa análise (especificações detalhadas na análise à semana de Janeiro).

3.4.5.1. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça (RTP1)

Na semana de 29 de Novembro a 5 de Dezembro, registámos a inclusão de 11 notícias *repetidas* no total de 29 notícias difundidas pelo *Notícias 1* (09h) entre terça e sexta-feira (ver quadro 20)¹⁰¹. Este informativo folgava aos sábados e domingos, e não se incluiu a segunda-feira por se tratar do primeiro noticiário da semana. Num dos dias, 30 de Novembro, mais de 50% do *Notícias 1* foi produzido com notícias repetidas do dia anterior. Nos restantes dias (1, 2 e 3 de Dezembro), registámos repetições entre os 28,6% e os 33,3%. A média semanal de repetições (efectuada entre o total de notícias repetidas e o total de notícias difundidas durante a semana, e não como média das percentagens diárias), cifrou-se em 37,9%.

O *Jornal da Tarde* (13h) é o que regista a menor média semanal de repetições, entre os quatro espaços informativos diários: 16,8%. As percentagens diárias oscilam entre os 5,3% de dia 2 de Dezembro (1 repetição em 19 notícias), e os 26,7% de 4 de Dezembro (4 repetições em 15 notícias).

No *Telejornal* a média semanal de repetições atingiu os 17,2%. As percentagens diárias oscilam entre os 4,2% de dia 3 de Dezembro (uma repetição em 24 notícias) e os 32,0% de dia 1 de Dezembro (8 repetições em 25 notícias).

O *24 Horas* regista a maior média semanal de repetições: 40,4%. As percentagens diárias vão dos 18,2% de dia 3 de Dezembro (2 repetições em 11 notícias), aos 57,1% de dia 5 de Dezembro (8 repetições em 14 notícias). Este informativo registou mais um dia com percentagem de repetições superior a 50% (30 de Novembro, 56,3%, 9 repetições em 16 notícias).

Para um total semanal de 446 notícias, registaram-se 104 reutilizadas sem qualquer alteração, o que corresponde a uma percentagem de 23,3%. Já quanto à média semanal da estação (média ponderada,

¹⁰¹ Quadros 20 a 25 e gráficos 30 a 35 disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/DEZC.pdf

resultante das médias semanais de cada espaço informativo), cifra-se nos 28,1%. Em 25 noticiários, três foram compostos por 50,0% ou mais de repetições de notícias incluídas em informativos anteriores.

3.4.5.2. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça (SIC)

Na semana de 29 de Novembro a 5 de Dezembro, registámos a inclusão de 25 notícias repetidas no total de 120 notícias difundidas pelo *Primeiro Jornal* (13h) entre terça e domingo (ver quadro 21). A média semanal de repetições cifrou-se em 20,8%. No dia 1 de Dezembro verificou-se a percentagem de repetições menos significativa – 5,9%, respeitante a uma repetição num total de 17 notícias. A 3 de Dezembro verificou-se a maior percentagem de repetições da semana, no que ao *Primeiro Jornal* concerne – 33,3%, correspondendo a 8 repetições num informativo continente de 24 notícias.

No *Jornal da Noite* (20h) a média semanal mais que duplica, passando para os 42,6% (66 repetições em 155 notícias). As percentagens diárias oscilam entre os 29,2% de dia 3 de Dezembro (7 repetições em 24 notícias), e os 57,1% de dia 5 de Dezembro (16 repetições em 28 notícias). O *Jornal da Noite* regista ainda um outro dia com percentagem de repetições superior a 50%: aconteceu a 4 de Dezembro, com 52,4% (11 repetições em 21 notícias).

A exemplo do que já constatáramos com o *24 Horas*, da RTP1, também na SIC é o último espaço informativo diário o que regista maior número de repetições, a exemplo, aliás, do verificado nas anteriores semanas de análise. A média semanal de repetições no *Último Jornal* atinge os 60,5%, tendo como patamar mínimo o dia 4 de Dezembro (41,7% - 5 repetições em 12 notícias) e tecto aposto no dia 5 de Dezembro (87,5% - 7 repetições em 8 notícias).

Em seis dias, a percentagem de repetições ultrapassa os 50,0%. Acontece assim no dia 29 de Novembro (53,8% - 7 repetições em 13 notícias); no dia 30 de Novembro (85,7% - 6 repetições em 7 notícias); no dia 1 de Dezembro (61,5% - 8 repetições em 13 notícias); no dia 2 (58,8% - 10 repetições em 17 notícias); no dia 3 (54,5% - 6 repetições em 11 notícias), e no já referido dia 5. Num total de 81 notícias veiculadas pelas sete edições do *Último Jornal*, 49 foram repetições sem actualização.

Para um total semanal de 356 notícias, registaram-se 140 reutilizadas sem qualquer alteração, o que corresponde a uma percentagem de 39,3% (superior à da RTP1 em 16,0%). Já quanto à média semanal da estação (média ponderada, resultante das médias semanais de cada espaço informativo), situa-se nos 41,3% (superior em 13,2% à da RTP1). Em 20 noticiários, oito foram compostos por mais de 50% de repetições de notícias incluídas em informativos anteriores.

3.4.5.3. Análise aos procedimentos de redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça (TVI)

Registámos a inclusão de três notícias repetidas no total de 58 notícias difundidas pelo *TVI Jornal* (13h30), entre terça e sexta-feira (ver quadro 22). Registámos percentagens diárias de repetições que oscilam entre os 0,0%, nos dias 30 de Novembro e 2 de Dezembro, e os 16,7% de dia 3 de Dezembro (2 repetições em 12 notícias). A média semanal de repetições cifrou-se em 5,2%.

O *Directo XXI* - 1.^a edição (19h 30) regista uma média semanal de repetições de 61,0%, correspondendo a 25 repetições para um total de 41 notícias. As percentagens diárias oscilam entre os 30,0% de dia 2 de Dezembro (3 repetições em 10 notícias), e os 76,9% de dia 30 de Novembro (10 repetições em 13 notícias).

Nos outros dois dias (o *Directo XXI* - 1.^a edição não era difundido ao fim de semana, não se tendo emitido também no feriado de 1 de Dezembro), registámos percentagens de 66,7% (dia 29 de Novembro - 4 repetições em 6 notícias; dia 3 de Dezembro - 8 repetições em 12 notícias).

No *Directo XXI* - 2.^a edição (21h) a média semanal de repetições sobe ainda mais, situando-se nos 71,8% (28 repetições em 39 notícias). As percentagens diárias (de segunda a quinta-feira) oscilam entre os 57,1% de dia 29 de Novembro (4 repetições em 7 notícias) e os 81,8% de dia 2 de Dezembro (9 repetições em 11 notícias). Nos outros dois dias as percentagens de repetições situaram-se sempre acima dos 50%: no dia 30 de Novembro, as 7 repetições em 11 notícias equivalem a 63,6%; no dia 1 de Dezembro, as oito repetições em dez notícias valem 80,0%.

Para um total semanal de 138 notícias, registaram-se 56 reutilizadas sem qualquer alteração, o que corresponde a uma percentagem de 40,6% (superior à da SIC em 1,3%, e à da RTP1 em 17,3%). Já quanto à média semanal da estação (média ponderada, resultante das médias semanais de cada espaço informativo), cifra-se nos 46,0%. Em 12 noticiários, sete foram compostos por mais de 50,0% de repetições de notícias incluídas em informativos anteriores.

3.4.5.4. Comparação dos valores semanais de redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça pelas três estações de televisão

Agrupando os dados apurados pelas três estações (ver quadro 23 e gráficos 33 e 34), verificamos que, para um total de 940 notícias contabilizadas, 300 foram recuperadas de noticiários anteriores sem sofrerem qualquer alteração, o que corresponde a uma percentagem de 31,9%. Verificamos ainda a existência de 18 noticiários com uma percentagem de repetições igual ou superior a 50,0%.

Do cotejo entre as três estações, verificamos que, nesta última semana de análise, foi a TVI quem mais recorreu às repetições de peças (40,6%), logo seguida da SIC, com 39,3%, ambas a longa distância da RTP1 (23,3%). A comparação por faixas horárias surge aqui bastante prejudicada, pelo facto de existirem, na semana de Dezembro, dois espaços informativos reportando a uma só estação. Acontece com o informativo matinal (agora emitido apenas pela RTP1), e com o informativo das 19h30 (emitido unicamente pela TVI). Interessa de todo o modo sublinhar que os últimos informativos do ciclo noticioso diário continuam a registar elevados índices de repetições, com os telejornais da hora do almoço a manterem-se no patamar menos significativo. Já quanto aos telejornais do horário nobre (excluindo aqui o das 19h30 da TVI), continuam a registar mais do dobro de repetições que os informativos da hora do almoço. Por não ser possível a comparação entre informativos matinais, após a eliminação, da grelha da TVI, da 1.^a edição do *TVI Jornal* (10h), não elaborámos, para esta terceira semana de análise, os quadros reportando aos informativos matinais como *receptores* de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça.

3.4.5.5. Peso das notícias redifundidas sem alteração da introdução do *pivot* e da peça na realimentação dos fluxos entre noticiários da mesma estação

Reforçado fica o que já se constataria na análise às duas primeiras semanas do *corpus*: a recuperação de notícias difundidas em informativos anteriores é prática comum às três estações analisadas; essa recuperação tem um peso específico nada despreciando no conjunto de telejornais difundidos por cada estação. Na RTP1 a percentagem média semanal de retomas passou de 25,1% em Janeiro, para 29,0% em Junho, diminuindo para 23,3% em Dezembro; na SIC regista-se um aumento de 3,7% em relação à semana anterior. A percentagem média semanal passou, nesta estação, de 30,7% em Janeiro para

35,6% em Junho, alcançando os 39,3% em Dezembro. Na TVI, depois do decréscimo verificado em Junho, atinge-se em Dezembro o valor mais elevado: 40,6%, superior em 16,8% aos valores de Junho (23,8%), e superior em 7,3% aos valores de Janeiro (33,3%).

Logo, para além da necessária reactualização de assuntos em diferentes noticiários do ciclo informativo diário, os fluxos de recuperação de assuntos já noticiados em telejornais anteriores continuam a ser alimentados, em parte significativa, por meras redifusões de notícias referentes a acontecimentos que dispensam qualquer actualização.

As opções seguidas para a detecção do peso dos fluxos de notícias sobre um mesmo assunto entre telejornais de uma mesma estação, e para a contabilização das notícias repetidas, não permitem efectuar uma simples operação: descontar, das percentagens dos fluxos, a percentagem de notícias repetidas, para assim determinarmos os fluxos originados por reactualizações. Operação inviabilizada dado que, no primeiro caso - e porque, como já explicámos, quisemos analisar mapas noticiosos diários -, os primeiros informativos diários de cada estação apenas foram encarados na sua vertente *emissora*, ignorando-se a sua faceta *receptora*. Isto porque, se quiséssemos encarar também esta vertente, tal só poderia ser feito alargando os fluxos ao dia anterior. Já no caso da contabilização das notícias repetidas, os primeiros informativos de cada estação surgem também como *receptores*. Estamos, portanto, perante universos construídos de forma distinta, o que inviabiliza o tal cotejo aritmético.

Isso não implica que não se comparem os dados recolhidos nas duas análises, permitindo-se, assim, uma aproximação entre as duas realidades. Recordamos os valores encontrados no que reporta aos fluxos de assuntos que transitam para noticiários seguintes, tendo por base o total de notícias do jornal *receptor*: entre 29,4% (média semanal da RTP1) e 61,2% (média semanal da TVI). Na contabilização das notícias repetidas, encontrámos médias semanais entre 23,3% (RTP1) e 40,6% (TVI). Ou seja, apesar de impedidos de efectuar cotejo aritmético, é fácil vislumbrar que parte significativa de tais fluxos não radica em critérios jornalísticos de imperioso acompanhamento de acontecimentos em evolução, antes em razões mais pragmáticas, já antes elencadas.

3. 4. 5. 6. Despromoção, nos alinhamentos, das notícias redifundidas sem alteração da introdução do *pivot* e da peça

Podemos ainda tentar descortinar a razão de ser da retoma de notícias sem reactualização, através de outra leitura dos dados disponíveis. Fá-lo-emos registando os lugares ocupados nos alinhamentos pelas notícias difundidas, em diferentes informativos de um mesmo dia, quer se trate de notícias com ou sem actualização. Registamos apenas os assuntos desdobrados em notícias que, em cada dia e em cada estação, representaram o intervalo máximo, a maior discrepância na sua colocação nos alinhamentos dos diferentes telejornais (ver quadro 24). Interessa notar que este exercício falecerá na comparação com as semanas anteriores, em virtude das alterações verificadas no mapa noticioso da TVI. Com efeito, esta estação passou a difundir dois informativos no horário nobre (o primeiro às 19h30 e o segundo às 21h), opção que se traduziu na redução do número de notícias de cada um destes informativos. Ora, tal redução potencia, facilmente, uma subida no alinhamento de peças repetidas, promoção que porventura se não verificaria caso não se tivesse procedido a tal desdobramento dos telejornais nesta faixa horária. Ao contrário do registado nas semanas anteriores, em Dezembro não se verifica um maior número de *despromoções* no grupo de notícias redifundidas sem alterações. Este grupo regista onze *promoções*, superior em duas unidades às *despromoções* verificadas. Tanto num grupo como no outro, registam-se dois intervalos máximos reportando a recuperação de notícias já anteriormente reutilizadas.

3.4.6. A agenda do *Jornal 2* e as agendas dos restantes informativos televisivos

A concluir a análise ao meio/televisão, e antes de iniciarmos o cotejo com o meio/rádio e com o meio/imprensa, repetimos exercício efectuado nas semanas anteriores, através do qual tentamos descortinar o carácter alternativo do *Jornal 2*, no que à selecção dos assuntos noticiados concerne.

Verificamos que o *Jornal 2* mantém a tendência de seguir a agenda das outras televisões, registando-se uma grande dependência do material fornecido pela RTP1.

Dos 104 assuntos noticiados pelo *Jornal 2*, apenas 13 (12,5%) não foram objecto de tratamento noticioso pelas outras estações. 26,9% dos assuntos noticiados na semana em análise foram objecto de notícia em todas as outras estações generalistas (28 para um total de 104 assuntos). 23 assuntos (22,1%) foram noticiados pelo *Jornal 2* e por mais duas estações; 40 assuntos (38,5%) pelo *Jornal 2* e por mais uma estação. Quanto aos assuntos que foram objecto de notícia em mais um canal, a RTP1 continua, a exemplo do que já se verificara nas semanas de Janeiro e de Junho, a registar vantagem na parceria - 38 casos, para dois da SIC e nenhum da TVI. No grupo dos assuntos noticiados por mais duas estações televisivas, verificamos que a RTP1 é parceira, em todos os casos (23 no total), da outra estação que também abordou assuntos veiculados pela RTP2.

Com esta etapa, cumprimos a análise aos noticiários televisivos, escalpelizados estes quer na clausura da estação difusora, quer nas relações com outros noticiários, de outras estações. O próximo ponto alargará o confronto do universo informativo da televisão ao meio/rádio.

3.4.7. Análise da agenda noticiosa radiofónica em função da agenda noticiosa televisiva

3.4.7.1. Difusão noticiosa de assuntos comuns aos meios rádio e televisão

Foram ouvidos todos os noticiários emitidos pela estações de rádio *Antena 1*, *Rádio Renascença* e *TSF*, entre 29 de Novembro e 5 de Dezembro de 1999. Tendo por base essa audição foram elaborados os quadros 30-A a 30-G¹⁰². Estes quadros têm por base os quadros 5-A a 5-G, tendo-lhes sido acrescentadas três colunas, reportando cada uma a sua estação de rádio. Nestas colunas assinalam-se, através de células diferenciadas, as notícias difundidas pela rádio primeiro que pela televisão; as notícias em que a rádio não se antecipou à televisão, emitindo-as ao mesmo tempo; e as notícias dadas pela rádio depois de já terem sido veiculadas pela televisão.

Numa primeira etapa (ver quadro 31 e gráfico 36), contabilizaremos os assuntos seleccionados pelas estações de televisão que foram, também, alvo de notícia(s) por parte das rádios.

Verificamos que, dos 520 assuntos tratados entre 29 de Novembro e 5 de Dezembro pelas televisões, 239 foram também seleccionados para tratamento noticioso pelas rádios. 46,0% dos assuntos noticiados pelas televisões mereceram tratamento noticioso radiofónico. Estes valores incluem a totalidade de casos em que a rádio também noticiou assuntos veiculados pela televisão, sem curar de distinguir os casos em que se verificou antecipação por parte das rádios, dos veiculados na mesma faixa horária e também dos que foram veiculados mais tarde pela *Antena 1*, *Rádio Renascença* ou *TSF*.

¹⁰² Quadros 30-A a 33 e gráfico 36 disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/DEZD.pdf

3.4.7.2. Pré-agendamento radiofónico da agenda noticiosa televisiva

Na quase totalidade dos casos em que a rádio também tratou assuntos noticiados pela televisão, é aquele meio que conquista a primazia, com difusão prévia à das televisões. Assim, dia 29 de Novembro, em 21 dos 30 assuntos tratados pelos dois meios foi a rádio que se antecipou à televisão; no dia 30, o mesmo se verificou em 36 dos 39 casos registados; dia 1 de Dezembro, a antecipação da rádio aconteceu em 31 dos 32 assuntos seleccionados por ambos os meios. Situação idêntica nos dias 2 e 3, o primeiro com 35 antecipações em 39 assuntos comuns, o segundo com 39 antecipações em 42 assuntos comuns. Dos 27 casos registados no dia 4, sábado, 25 referem-se a antecipações; e no domingo registámos 28 antecipações da rádio em 30 assuntos tratados em comum com a televisão. Num total de 239 assuntos reportados por ambos os meios, foram 215 as antecipações da rádio, restando apenas 24 casos para notícias veiculadas ao mesmo tempo ou mais tarde que a televisão.

Na segunda-feira, dia 29 de Novembro, registámos um assunto noticiado na mesma faixa horária e oito em que a TV se antecipou à rádio. No dia 30, um assunto noticiado ao mesmo tempo (na mesma faixa horária) pelos dois meios, e dois com antecipação televisiva; dia 1 de Dezembro, registo de um assunto em que a TV se antecipou à rádio. Dia 2, mais três antecipações da TV e um assunto noticiado ao mesmo tempo; dia 3, dois assuntos noticiados na mesma faixa horária e uma antecipação televisiva. No sábado, dia 4, duas antecipações televisivas. Por último, no domingo, dia 5, regista-se um assunto noticiado na mesma faixa horária e uma antecipação por parte da TV.

No total, encontramos 6 casos de difusão de notícias na mesma faixa horária pelos dois meios, o que equivale a uma percentagem de 1,2%; e mais 18 casos de antecipações por parte da TV, representando uma percentagem de 3,5%. Já o peso das antecipações por parte da rádio se distancia bastante destas cifras, atingindo os 41,3% do total de assuntos elencados pelas redacções televisivas na semana em análise. As 21 antecipações da rádio no dia 29 de Novembro equivalem a 26,6% do total de assuntos seleccionados para difusão noticiosa pelas Tv's: 79 assuntos, nessa segunda-feira. Dia 30 a percentagem de antecipações ultrapassa os 50%, fixando-se nos 52,2%, correspondendo a 36 antecipações dos 69 assuntos seleccionados pela televisão. No dia 1 de Dezembro registou-se percentagem de 42,5% (31 antecipações em 73 assuntos seleccionados pelas Tv's); no dia 2 a percentagem foi de 45,5% (35 antecipações em 77 assuntos seleccionados pelas Tv's); no dia 3 foi de 50,0% (39 antecipações em 78 assuntos seleccionados pelas Tv's); no dia 4 quedou-se pelos 40,3% (25 antecipações em 62 assuntos seleccionados pelas Tv's); no dia 5, domingo, a descida é mais significativa, para os 34,1% (28 antecipações em 82 assuntos seleccionados pelas Tv's).

Se tratarmos de eliminar os assuntos que, no dia seguinte, surjam apenas com registo de notícias redifundidas pela TV sem qualquer alteração, o total de assuntos veiculados pelas quatro estações de TV passa de 520 para 481. Nos 39 casos detectados encontramos 12 noticiados apenas pela televisão, com os restantes 27 tendo merecido antecipações por parte da rádio. Feito o ajuste, as 188 antecipações radiofónicas passam a pesar 39,1%, descendo 2,2% em relação à percentagem anteriormente referida.

3.4.7.3. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações: relação entre o meio/rádio e o meio/televisão

Em seguida, dissecaremos estes circuitos miméticos, individualizando as notícias que atingem o pleno das televisões (assuntos veiculados por 4 estações), das que foram seleccionadas por três, duas ou uma estação. Curaremos de conhecer, agora, se a atenção noticiosa das rádios se dirige, sem primazia, a qualquer um dos quatro subgrupos de assuntos noticiados pelas televisões, ou se se verifica

uma atracção mimética rumo aos assuntos que mereceram a atenção da maior parte das estações de TV.

Para o efeito, sectionámos os mapas de registo diário do conjunto de assuntos noticiados pelas televisões em função do número de estações que veicularam tais assuntos: um mapa para os assuntos noticiados por 4 estações de TV (assuntos assinalados com fundo amarelo); outro para os assuntos noticiados por 3 estações de TV (assuntos assinalados com fundo azul-claro); outro para os assuntos noticiados por 2 estações de TV (assuntos assinalados com fundo verde-claro); outro para os assuntos noticiados apenas por uma estação de TV (assuntos assinalados com fundo cinzento).

Do confronto visual destes quadros (32-A a 32-D) consegue-se, logo numa primeira leitura, desenhar diferença de monta entre, por um lado, os assuntos noticiados por 4 e 3 estações de TV, e, por outro, os assuntos noticiados por duas ou só uma estação de televisão. Com efeito, a selecção noticiosa feita pelas rádios sintoniza-se muito mais com os assuntos alvo da atenção de maior número de estações de televisão. Essa maior sintonia corre a par com uma maior saturação de notícias radiofónicas nas zonas de maior mimetismo televisivo.

Consultando os quadros 33 a 35, podemos comprovar a diferença abissal entre os grupos de assuntos noticiados por 4 e por 3 estações, e os grupos de assuntos noticiados por duas ou apenas uma estação. Desenvolvemos esta análise, verificando, primeiro, totais absolutos e percentagens de

- a) assuntos noticiados pelas televisões que tenham sido alvo de antecipação por todas as estações de rádio (quadro 33);
- b) assuntos noticiados pelas televisões que tenham sido ignorados por todas as estações de rádio (quadro 34);
- c) assuntos veiculados pelas televisões que uma, duas ou as três estações de rádio não tenham acompanhado, seja por antecipação, ao mesmo tempo, ou posteriormente (quadro 35).

3.4.7.3.1. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram antecipados pelo pleno das estações de rádio

Começando pelos assuntos noticiados pela televisão, e que todas as estações de rádio anteciparam (quadro 33). Constatamos que, dos 29 assuntos que, na semana, fizeram o pleno das estações de televisão, 13 foram antecipados por todas as estações de rádio, o que equivale a uma percentagem de 44,8%.

Dos 49 assuntos seleccionados por três estações de televisão, 17 foram antecipados por todas as estações de rádio. A percentagem semanal situa-se nos 34,7%. Se, no que toca aos assuntos noticiados pelo pleno das televisões, as antecipações pelo pleno das rádios estiveram ausentes em 16 casos, no que concerne aos assuntos noticiados por três televisões, a ausência do pleno radiofónico verificou-se em 32 casos.

No grupo de assuntos noticiados apenas por duas estações de televisão, o pleno de antecipações radiofónicas verificou-se em 13 casos dos 80 possíveis, o que equivale a uma percentagem de 16,3%. O pleno das rádios, no que às antecipações respeita, não funcionou em 67 dos casos.

No último grupo, dos assuntos noticiados apenas por uma estação, regista-se quebra percentual de grande significado. Apenas 19 antecipações pelo pleno das rádios (5,2%), havendo 362 possibilidades de tal acontecer. Ou seja, o pleno das antecipações radiofónicas não funcionou em 343 casos. Note-se que, neste último grupo, composto por 362 assuntos, a rádio apenas atingiu o pleno em mais seis casos que o verificado no grupo de assuntos noticiados por quatro televisões, e mais dois casos que o verificado no grupo de assuntos noticiados por três televisões. 19 antecipações pelo pleno das rádios

nos assuntos noticiados por uma só TV, contra 13 no grupo dos assuntos noticiados por quatro televisões, e 17 no grupo dos assuntos seleccionados por três estações televisivas.

3.4.7.3.2. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram ignorados pelo pleno das estações de rádio

Prossigamos a análise, encarando agora a relação selecção noticiosa televisiva/selecção noticiosa radiofónica por prisma inverso à operação anterior. Antes curámos de conhecer o peso do pleno de antecipações por parte das rádios, agora cuidaremos de conhecer o peso do pleno das ausências radiofónicas, o peso dos assuntos noticiados pela televisão e que foram ignorados pelas três estações de rádio (ver quadro 34).

Verificamos que, no grupo dos assuntos que fizeram o pleno das Tv's, apenas dois foram ignorados pelo pleno das rádios, o que equivale a uma percentagem de 6,9%. Já quanto ao grupo dos assuntos noticiados por três televisões, aí encontramos registo de 4 ausências por parte de todas as rádios. Em 49 assuntos deste grupo, as quatro *brancas* do pleno das rádios valem 8,2%. No grupo dos assuntos noticiados por duas Tv's (80 no total), já se registam 28 casos (35,0%) onde não se verificou qualquer notícia por parte das rádios. E no último grupo, o dos assuntos veiculados apenas por uma televisão (362 no total), aí o número de *brancas* da rádio cresce em flecha, atingindo as 247, o que equivale a uma percentagem de 68,2%.

A exemplo do já verificado na análise às duas semanas anteriores, reforça-se a conclusão de que os assuntos que mobilizam a atenção do maior número de estações de televisão são também os que mobilizam a atenção do maior número de estações de rádio; e que os assuntos que mais se desviam do caudal mimético televisivo são também os mais ignorados pelo pleno das rádios. Atendendo ao facto de, no primeiro caso, termos curado de antecipações, será mais correcto invertermos a ordem dos factores, assinalando então serem os assuntos que mobilizam o pleno das rádios os privilegiados na selecção efectuada pelos editores das redacções televisivas.

3. 4. 7. 3. 3. Assuntos noticiados pelo meio/televisão que foram ignorados por uma, duas ou três estações de rádio

Por último, em vez da contabilização por plenos radiofónicos (antecipação ou ausência de tratamento), resolvemos aferir a quantidade de assuntos que as estações de rádio desprezaram, em relação aos assuntos seleccionados pelas televisões. De forma prosaica, trata-se de contabilizar as células dos quadros de registo das *notícias-rádio* (quadros 32-A a 32-D) que não contenham qualquer inscrição (células brancas). Contabilizar, então, os assuntos que uma, duas ou três rádios poderiam ter seleccionado para difusão noticiosa, não o tendo feito, nem por antecipação à televisão, nem ao mesmo tempo, nem mais tarde que a televisão.

No grupo dos assuntos noticiados por quatro televisões (quadro 35), em 87 possibilidades das estações de rádio terem também veiculado tais assuntos, registam-se 65 inserções, contra 22 falhas. Uma percentagem de ausências que se cifra em 25,3%. Percentagem pouco mais elevada regista-se no grupo de assuntos noticiados por três estações de televisão e não difundidos pelas rádios. Aqui foram 41 as ausências (27,9%), para um total de 147 inserções noticiosas possíveis.

No grupo seguinte (assuntos noticiados por duas Tv's), a percentagem mais que duplica, passando para os 57,5% (138 ausências em 240 inserções noticiosas possíveis). E no último grupo (assuntos

noticiados só por uma televisão), a percentagem sobe para os 81,7% (887 inserções não difundidas pela rádio em 1086 possíveis).

3.4.8. Análise da agenda noticiosa da imprensa escrita em função da agenda noticiosa televisiva (com cotejo efectuado à agenda noticiosa do meio/rádio)

3.4.8.1. Indicações prévias

A exemplo do que fizemos com o meio rádio, tentaremos agora verificar a existência de imbricações similares entre os telejornais e a imprensa escrita. A concretização desta etapa passou pela análise dos seguintes jornais diários: *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *24 Horas*, *Correio da Manhã*, *A Capital*, *A Bola*, *Record* e *O Jogo*. Nos semanários, a leitura incidiu sobre *O Independente*, *Semanário*, *Tal & Qual*, *Expresso*, e a revista *Visão*. Foram estas as publicações que mereceram, da nossa parte, um registo sistemático dos assuntos tratados, em função do mapa noticioso das televisões referente ao período de 29 de Novembro a 5 de Dezembro de 1999.

A este grupo de nove diários e cinco semanários acrescentámos um leque alargado de outras publicações, grupo supletivo em relação ao primeiro. Incluem-se aqui o *Diário Económico*, *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto*, o *Jornal de Letras*, *Euronotícias*, *Focus*, *O Diabo*, várias publicações especializadas e alguns jornais de índole regional¹⁰³. O registo dos assuntos tratados por este segundo grupo, que surge na coluna *Outros*, dos quadros 36-AB a 36-GB¹⁰⁴, reporta apenas aos casos de assuntos tratados pelas televisões e que não foram acompanhados por nenhuma das publicações do primeiro grupo. Exceptuam-se alguns casos em que, havendo tratamento noticioso por parte das publicações do primeiro grupo, se julgou importante também registar a inserção de notícias por parte de alguma(s) das publicações do grupo supletivo, por exemplo, atendendo às diferentes datas de inserção de determinadas notícias.

Do primeiro grupo efectuámos leitura de todas as edições compreendidas entre os dias 23 de Novembro e 6 de Dezembro de 1999.

A exemplo do método seguido para o meio rádio, também aqui curaremos de identificar práticas miméticas entre o meio/televisão e o meio/imprensa escrita, independentemente do factor antecipação por parte de um ou outro meio. Numa fase posterior, trataremos então de contabilizar eventuais antecipações do meio/imprensa, procedendo ao natural detalhe.

Nos mapas de registo dos assuntos tratados pela imprensa, inserimos três colunas para cada publicação. Na coluna da esquerda registamos o dia em que um assunto é noticiado, sempre que tal notícia tenha surgido antes da sua difusão pela televisão. Na coluna central registamos as notícias da imprensa veiculadas no mesmo dia da sua difusão televisiva. E na coluna da direita efectuamos o registo das notícias da imprensa veiculadas posteriormente à sua difusão pela televisão. Os caracteres a vermelho assinalam o tratamento, por antecipação, de determinado evento, antecipação não em relação ao meio/televisão, mas à própria efectivação do evento.

Nos quadros 36-AA a 36-GA procedemos ao registo dos assuntos que, tendo sido veiculados pela televisão na semana em análise, também foram objecto de notícia por parte dos jornais diários. Nos

¹⁰³ Para além das publicações citadas, foram consultados os seguintes jornais e revistas: *O Algarve*, *Auto-Sport*, *Barlavento*, *Blitz*, *Diário de Aveiro*, *Diário de Notícias da Madeira*, *O Ribatejo*, *TV Guia* e *TV Mais*. Os diários *A Capital* e *O Jogo* não se publicaram no feriado de 1 de Dezembro. Não tivemos acesso à edição do diário *Record*, de 4.12.1999.

¹⁰⁴ Quadros 36-AA a 47 e gráficos 37 a 41 disponíveis em www.mediatico.com.pt/tese/DEZE.pdf

quadros 36-AB a 36-GB esse registo reporta aos semanários, e às publicações incluídas na categoria *Outros*. Os quadros 37-A a 37-G assinalam, na coluna da direita, os assuntos seleccionados pela televisão que foram objecto de tratamento noticioso pelo conjunto da imprensa analisada, procedendo-se à distinção entre os assuntos que a imprensa noticiou no mesmo dia que a televisão ou em dias anteriores (células roxas), dos assuntos que a imprensa veiculou posteriormente à televisão (células vermelhas). As células brancas da coluna da direita desta última série de mapas assinalam assuntos seleccionados pela televisão e ignorados pela imprensa. O tratamento destes dados é ilustrado no quadro 38, acompanhado pelos gráficos 37 a 41.

No que reporta às publicações da categoria *Outros*, e para poupar espaço, sempre que surgirem duas colunas, em vez de três, a da esquerda reporta a veiculação de notícias com anterioridade em relação à televisão; a da direita reporta a publicação de notícias posteriormente à sua difusão pela TV.

3.4.8.2. Difusão noticiosa de assuntos comuns aos meios imprensa escrita e televisão

Numa primeira consulta aos quadros 37-A a 37-G sobressaem, desde logo, uma profusão de células roxas, indicando tratamento antecipado, por parte da imprensa, dos assuntos veiculados pela televisão. Também se denota, facilmente, o reduzido número de células brancas, o mesmo é dizer, de assuntos tratados pela redacções televisivas e ignorados pela imprensa.

Passando ao detalhe (ver quadro 38, e gráficos 37 e 38), verificamos que, no dia 29, dos 79 assuntos elencados pelo meio televisão, a imprensa noticiou, antes ou no mesmo dia, 41 assuntos, o que equivale a uma percentagem de 51,9%. No dia seguinte, em 69 assuntos tratados pela TV, a imprensa noticiou 31, antes ou no próprio dia, conjunto que vale 44,9%. A 1 de Dezembro, a percentagem situa-se nos 49,3%, com 36 assuntos tratados antes ou no dia, de um total de 73 assuntos elencados pelas redacções televisivas. Quinta-feira, dia 2, a relação é de 37 assuntos tratados pela imprensa (antes ou no dia), para um total de 77 assuntos veiculados pelo meio televisão, valendo assim 48,1%. No dia 3 a percentagem é de 51,3%, correspondendo a 40 assuntos tratados em 78 possíveis. No sábado a percentagem sobe para os 54,8%, 34 assuntos tratados pela imprensa em 62 possíveis; no domingo regista-se uma percentagem de 46,3% (38 assuntos em 82 possíveis).

Verificamos que, em três dos dias analisados, o meio/imprensa veiculou (no mesmo ou em dias anteriores), percentagens de assuntos iguais ou superiores a 50,0%. Nos outros quatro dias, essa percentagem situou-se sempre na casa dos 40%.

No conjunto da semana, dos 520 assuntos com difusão registada pelo meio/televisão, houve 257 seleccionados pela imprensa para publicação no mesmo dia ou em dias anteriores. Estes 257 assuntos equivalem a uma percentagem de 49,4%, a mais reduzida das três semanas analisadas (62,2% em Janeiro, 56,9% em Junho). Ficaram 263 assuntos por tratar, por parte da imprensa.

Por tratar anteriormente, pois ainda se regista percentagem com algum significado de assuntos seleccionados pela televisão e reportados pela imprensa no(s) dia(s) seguinte(s). Assim aconteceu com 17 assuntos (21,5%), no dia 29 de Novembro; com 17 (24,6%), no dia 30; com 13 (17,8%), no dia 1 de Dezembro; com 16, no dia 2 (20,8%); com 16 (20,5%), no dia 3; com 11 (17,7%), no dia 4, e com 13 (15,9%), no dia 5 de Dezembro. Este grupo é composto por 103 assuntos, equivalendo a uma percentagem de 19,8%.

Constatamos, assim, que quase metade dos assuntos veiculados pela TV beneficiou de tratamento anterior por parte da imprensa (257 assuntos, 49,4%), registando-se, no entanto, franja não despreciable de assuntos seleccionados pelo meio/televisão que a imprensa ignorou no dia da sua difusão ou em dias anteriores, vindo a retomá-los em dias posteriores (103 assuntos, 19,8%).

Juntando os dois grupos, verificamos que a imprensa tratou (no dia, em dias anteriores ou em dias posteriores), 360 dos 520 assuntos seleccionados pela televisão para integrar os informativos da semana compreendida entre 29 de Novembro e 5 de Dezembro de 1999. 69,2% dos assuntos seleccionados pela TV foram também tratados pela imprensa, ficando um grupo de 160 assuntos (30,8%) que a imprensa haveria de ignorar. Os gráficos 37 a 40 ilustram a desproporção entre estes grupos. No dia 29 de Novembro, dos 79 assuntos noticiados pela televisão, apenas 21 (26,6%) foram ignorados pela imprensa, tendo sido tratados 58. Dos 69 assuntos seleccionados para difusão no dia 30, a imprensa ignorou 21 (30,4%); 24 assuntos ignorados no dia seguinte, num total de 73 assuntos, valendo assim uma percentagem de 32,9%. A 2 de Dezembro foram 24 em 77, valor percentual de 31,2%; a 3 de Dezembro foram 22 (28,2%) em 78; no sábado, dia 4, dos 62 assuntos tratados pela televisão, 17 foram ignorados pela imprensa (27,4%). Finalmente, no dia 5 registaram-se 31 assuntos (37,8%) não tratados pela imprensa, em 82 possíveis.

Resumindo, dos 520 assuntos seleccionados pela televisão para difusão na semana em análise, registámos simultaneidade diária ou anterioridade no tratamento de 257 desses assuntos pela imprensa (ver gráfico 41), significando 49,4%. Tratamento posterior por parte da imprensa de 103 dos 520 assuntos, valendo percentualmente 19,8%. Dos 520 assuntos veiculados pela TV, 360 (69,2%) foram veiculados também pela imprensa, restando 160 assuntos (30,8%) não tratados pelos meios impressos que integraram o nosso *corpus*.

Mantêm-se válidas, desta forma, as conclusões a que já chegámos, aquando do cotejo entre os meios televisão e rádio. Verificámos, nessa etapa (ver quadro 31), que 215 dos 520 assuntos veiculados pela televisão haviam merecido tratamento antecipado por parte do rádio, o que significava uma percentagem de 41,3%. Havia ainda uma faixa residual de 1,2% (6 assuntos) veiculados em simultaneidade horária, mais 3,5% (18 assuntos) veiculados posteriormente à televisão. No global, as redacções radiofónicas focalizaram a sua atenção em 239 dos 520 assuntos seleccionados pelas suas congéneres televisivas, o que representa uma percentagem de 46,0%.

Da rádio para a imprensa, e atendendo ao totais globais dos dois meios, notamos uma subida bastante acentuada por parte do último meio, no que reporta ao tratamento de assuntos seleccionados pelas televisões. Passa-se de 239 (46,0%), na rádio, para 360 (69,2%), na imprensa.

3.4.8.3. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações de TV: relação com o meio/imprensa escrita

Em seguida, tentaremos perscrutar que relação existe entre os assuntos noticiados pela televisão e os grupos de assuntos noticiados ou ignorados pela imprensa, agora em função da veiculação de tais assuntos por maior ou menor número de estações de TV. Recorde-se que procedemos a exercício idêntico, aquando do confronto do meio/rádio com o meio/televisão. Comprovava-se diferença significativa entre, por um lado, os assuntos noticiados por 4 e 3 estações de TV, e, por outro, os assuntos noticiados por duas ou só uma estação de televisão. Provámos então que a selecção noticiosa feita pelas rádios era bastante mais relevante no grupo de assuntos veiculado por um maior número de estações de televisão, registando-se assim uma maior saturação de notícias radiofónicas nas zonas de maior mimetismo televisivo (ver quadros 32-A a 32-D, e 33 a 35). Verificar-se-ão resultados idênticos no confronto meio/imprensa com o meio/televisão?

Os quadros 39-A e 39-B ajudar-nos-ão a acompanhar a exposição dos dados obtidos. Começando pelo grupo de assuntos que atingiu o pleno das estações de TV (seleccionados pelas 4 estações), verificamos que 93,1% foram, também, tratados pela imprensa. Mereceram, pois, tratamento noticioso por uma ou mais publicações impressas. De um total de 29 assuntos, em 22 casos (75,9%) houve tratamento com anterioridade por parte da imprensa, tendo 5 assuntos (17,2%) sido tratados posteriormente. Dois assuntos (6,9%) foram ignorado pelo meio/imprensa.

Passando para o grupo de 49 assuntos seleccionados por três estações de televisão, constata-se que apenas quatro (8,2%) foram ignorados pela imprensa. No primeiro grupo (noticiados no mesmo dia ou em dias anteriores), registamos 36 assuntos, com a percentagem a situar-se nos 73,5%. No grupo dos assuntos noticiados posteriormente pela imprensa registamos 9 assuntos, o que equivale a uma percentagem de 18,4%.

No grupo de assuntos seleccionados por duas estações de televisão, a imprensa tratou, com anterioridade, 46 dos 80 assuntos que, na semana em análise, mereceram tratamento noticioso por duas estações de televisão, equivalendo a 57,5% do total. 22 assuntos (27,5%) foram tratados posteriormente, registando-se um total de doze assuntos ignorados pela imprensa (15,0%).

No último grupo, dos assuntos veiculados apenas por uma estação de televisão, a diferença torna-se significativa, por comparação com os grupos anteriores e, nomeadamente, com o grupo dos assuntos noticiados por 4 estações de TV. 153 assuntos tratados com anterioridade pela imprensa, em 362 possíveis, valendo percentualmente 42,3%; 67 assuntos tratados posteriormente pela imprensa, o que equivale a 18,5%; e 142 assuntos ignorados pela imprensa, representando 39,2% do total.

3.4.8.4. Veiculação noticiosa de assuntos comuns aos meios rádio, imprensa escrita e televisão

Cumprido que está o cotejo entre o meio/televisão e o meio/imprensa, depois da comparação anteriormente efectuada entre o meio/televisão e o meio/rádio, alarguemos agora o confronto, passando a efectuar comparação entre os três meios. O registo comparativo dos assuntos veiculados pela rádio e pela imprensa, registo efectuada em função dos assuntos veiculados pela televisão, vem ilustrado nos quadros 40-A a 40-G. Recordamos que, na coluna da direita (assuntos noticiados pela imprensa), surgem em células roxas os assuntos objecto de notícia antes ou no mesmo dia em que foram veiculados pela televisão. As células vermelhas indicam tratamento pela imprensa apenas no dia seguinte. Os assuntos ignorados tanto pela rádio como pela televisão (antes, no mesmo dia ou no(s) dia(s) seguinte(s)), surgem assinalados a amarelo, tanto na coluna da direita, como nas três colunas referentes ao registo dos assuntos noticiados pela rádio. Ainda na coluna da direita, as células brancas reportam a assuntos veiculados pela TV que foram ignorados pela imprensa (antes, no mesmo dia ou no(s) dia(s) seguinte(s)), mas que mereceram tratamento por parte de, pelo menos, uma estação de rádio. As colunas do meio/rádio são varridas a azul-claro quando este meio ignorou um assunto que a imprensa veiculou com anterioridade; e varridas a verde-claro quando a rádio ignorou um assunto que a imprensa veiculou apenas no dia seguinte à sua selecção pela televisão. O tratamento dos dados vem ilustrado nos quadros 41 a 43.

Consultando o quadro 41, constatamos ter o meio/rádio veiculado 239 dos 520 assuntos seleccionados, na semana em análise, pelas 4 estações de TV, o que corresponde a uma percentagem de 46,0%. Destes 239 assuntos, 215 correspondem a notícias veiculadas previamente à sua difusão pelas televisões, havendo registo de seis assuntos difundidos na mesma faixa horária, e 18 difundidos

no mesmo dia, mas posteriormente à televisão. Temos, assim, 41,3% difundidos previamente (215 assuntos), 1,2% difundidos na mesma faixa horária (6 assuntos), e 3,5% (18 assuntos) com difusão posterior.

O meio/imprensa veiculou, no mesmo dia ou em dias anteriores à televisão, um total de 257 assuntos, valendo percentualmente 49,4%. Os jornais impressos levam vantagem à rádio em 8,1%, no que toca aos assuntos noticiados previamente (41,3% para a rádio, 49,4% para a imprensa).

Consultando o registo diário (ver quadro 41, colunas A e B), constatamos que a imprensa leva vantagem à rádio em seis dias da semana, no que toca às antecipações. No dia 29 de Novembro a diferença é de 20 assuntos, a favor da imprensa (41 para 21); no dia 30 é de 5 assuntos a favor da rádio (36 para 31); no dia 1 de Dezembro vantagem de 5 assuntos, a favor da imprensa (36 para 31); a 2 a diferença cifra-se em mais duas antecipações por parte da imprensa (37 para 35); mais uma antecipação na sexta-feira, dia 3 (40 para 39); mais nove no sábado, dia 4 (34 para 25), e mais dez no domingo, dia 5 de Dezembro (38 para 28).

No quadro 41 libertamos outros dados. Na coluna C procedemos ao registo diário dos assuntos veiculados pela rádio (no mesmo dia ou em dias anteriores), e que foram ignorados pela imprensa nesse mesmo período. Foram 81 os assuntos incluídos nesta categoria. Na coluna D procedemos a exercício inverso, registando 99 assuntos tratados pela imprensa (no mesmo dia em que foram veiculados pela TV ou em dias anteriores), mas que não beneficiaram da selecção de nenhuma das redacções radiofónicas.

Na coluna E indicam-se os totais diários de assuntos veiculados pela rádio e pela televisão, com o total semanal a atingir 338 casos.

Na coluna F regista-se, em a), o total diário de assuntos ignorados pela rádio e pela televisão (corresponde às células varridas a amarelo nos mapas 40-A a 40-G); em b), os assuntos que, tendo sido ignorados pela rádio (com anterioridade, na mesma faixa horária ou posteriormente à TV) e pela imprensa (no mesmo dia ou em dias anteriores), vieram a ser retomados pela imprensa em dia(s) posterior(es) à televisão (corresponde às células varridas a verde-claro nos mapas 40-A a 40-G). 134 assuntos foram totalmente ignorados pela rádio e pela imprensa; outros 48, tendo sido completamente ignorados pela rádio, vieram a ser retomados pela imprensa posteriormente à sua difusão pela televisão.

3.4.8.5. Pré-agendamento da agenda noticiosa televisiva pelas agendas do meio/rádio e do meio/imprensa escrita

25,8%, correspondentes a 134 assuntos seleccionados pela televisão, não mereceram tratamento (anterior, simultâneo ou posterior) por parte da rádio e da imprensa (17 assuntos no dia 29 de Novembro, 14 no dia 30, 22 no dia 1 de Dezembro, 21 no dia 2, 16 no dia 3, 13 no dia 4 e 31 no dia 5). A selecção dos *gatekeepers* das redacções televisivas foi acompanhada pelos outros dois meios em 386 assuntos, o que representa uma percentagem de 74,2%.

Mantém-se o que já comprovámos na análise às semanas anteriores: a selecção televisiva surge evitada de forte teor mimético para com os outros dois meios. Interessa apurar se é a agenda construída pelos *gatekeepers* das televisões a, eventualmente, influenciar a selecção dos profissionais da rádio e da imprensa; se existe uma distribuição equitativa de agendamentos prévios pelos três meios; ou se são as agendas da rádio e da imprensa que tratam com anterioridade grande parte dos assuntos que a televisão difunde nos telejornais.

Aos 520 assuntos veiculados durante a semana pelo meio/televisão começamos por subtrair os 134 ignorados pela rádio e pela imprensa, restando 386 assuntos. A este total retiraremos os assuntos

veiculados mais tarde que a TV por um segundo meio, assuntos que o terceiro meio ignorou ou também veiculou posteriormente à televisão.

Começando pela imprensa, já dissemos ter este meio veiculado 48 assuntos posteriormente à sua difusão televisiva, 48 assuntos que o conjunto das rádios ignorou (coluna F.b) do quadro 41 - assuntos em células *varridas* a verde-claro nos quadros 40-A a 40-G). Aos 386 assuntos resultantes da subtração de 134 ao lote total de 520, devemos agora subtrair mais 48, ficando com um total provisório de 338 assuntos.

Quanto à rádio, esta noticiou mais tarde que a TV dois assuntos que a imprensa ignorou, tendo ainda noticiado posteriormente à televisão mais seis assuntos que a imprensa também trataria mais tarde que a TV. Logo, aos 338 assuntos devemos subtrair estes últimos oito casos, ficando assim com um total de antecipações em 330 assuntos.

Dos 520 assuntos seleccionados pela televisão para difusão noticiosa nos telejornais da semana em análise, 330 registaram tratamento antecipado por parte de pelo menos um dos outros dois meios com que trabalhamos, o que equivale a uma percentagem de 63,5%. Por contraponto, apenas em 56 casos (10,8%) a televisão se antecipou à rádio e à imprensa.

A agenda noticiosa televisiva desta terceira semana de análise surge composta por 63,5% de assuntos que já haviam merecido tratamento anterior por parte de outro meio - só da rádio, só da imprensa, ou dos dois meios no seu conjunto. O total de assuntos elencados por outros meios previamente à sua inclusão nos telejornais atinge quase dois terços do total de assuntos vertidos em notícias na televisão.

3.4.8.6. Assuntos noticiados por maior ou menor número de estações de TV: relação com os meios rádio e imprensa escrita

Tendo já estudado a relação entre os assuntos veiculados pela imprensa e a sua difusão por maior ou menor número de estações de televisão (ver quadros 39-A e 39-B), não procedemos ainda ao cotejo desta relação com o verificado no meio/rádio.

Começando pelo grupo de assuntos tratados pelo pleno das estações de televisão, recordamos que 27 de um total de 29 mereceram tratamento noticioso por parte de, pelo menos, uma publicação impressa, valendo percentualmente 93,1%; valores iguais para a rádio, com 27 dos 29 assuntos merecendo também a atenção de, pelo menos, uma estação de rádio (ver quadros 42 e 43).

No grupo dos assuntos veiculados por três estações de TV, apenas em quatro casos o pleno das rádios ignorou a selecção televisiva. Dos 49 assuntos deste grupo, houve, portanto, 45 noticiados por, pelo menos, uma estação de rádio, o que equivale a 91,8%. Valores iguais para a imprensa.

No grupo de 80 assuntos veiculados por duas estações de televisão, a rádio ignorou 28 (35,0%). Isto significa que, em 52 dos casos (65,0%), pelo menos uma estação de rádio tratou assuntos veiculados por duas TV's.

Quanto à imprensa, o total de assuntos ignorados é mais reduzido - apenas 12, representando uma percentagem de 15,0%. A imprensa tratou, no mesmo dia ou em dias anteriores, 46 assuntos deste grupo (57,5%), e mais 22 assuntos em dias posteriores à sua selecção pela televisão. No total, a imprensa tratou 68 assuntos deste grupo, o que representa uma percentagem de 85,0%.

No último grupo, o de assuntos veiculados apenas por uma estação de TV, a rádio tratou 115 (31,8%), em 362 possíveis. Houve 247 assuntos (68,2%) ignorados por todas as estações de rádio.

Na imprensa, houve 153 assuntos tratados com anterioridade, representando uma percentagem de 42,3%, mais 67 tratados posteriormente (18,5%). Somando estes dois subgrupos, temos 220 assuntos (60,8%) tratados pela imprensa, em 362 possíveis. A exemplo do que acontece com a rádio, também

aqui se verifica uma subida significativa dos assuntos ignorados pela totalidade das publicações que integram o *corpus*: 142 assuntos, representando uma percentagem de 39,2%.

O que podemos concluir deste confronto? Que a maior potência mimética se continua a manifestar no grupo de assuntos noticiados por maior número de estações de televisão. Rádio e imprensa apenas deixaram em claro dois dos 29 assuntos veiculados por 4 TV's. O total de assuntos ignorado nos meios radiofónico e impresso vai crescendo à medida que um menor número de estações televisivas selecciona os assuntos a noticiar. De 6,9% de assuntos ignorados no grupo de assuntos veiculados por 4 TV's, passa-se para 8,2% no grupo de três TV's (4 casos em 49, tanto na rádio como na imprensa).

Dos 8,2% a rádio passa para 35,0% de assuntos ignorados no grupo de duas TV's, e para 68,2% no grupo de assuntos noticiados apenas por uma estação de televisão.

Quanto à imprensa, esta passa dos 8,2% para 15,0% de assuntos ignorados no grupo de duas TV's, e para 39,2% no grupo de assuntos noticiados apenas por uma estação de televisão.

Tendência similar se verifica no tocante aos assuntos que a rádio tratou primeiro que a televisão. Na rádio, os degraus percentuais assinalam 13,8%, 18,4%, 46,2% e 70,4%. Na imprensa registam-se valores percentuais de 24,1%, 26,5%, 42,5% e 57,7%. À medida que diminui o número de estações de televisão tratando determinado assunto, aumenta a percentagem de falhas na antecipação do tratamento noticioso de tais assuntos por parte da rádio e da imprensa.

3.4.8.7. Potenciação noticiosa de assuntos seleccionados pelos jornais diários, em função da selecção dos mesmos assuntos pelas estações de televisão

Remetendo enquadramento justificativo da operação seguinte para o que carregamos na análise à semana de Janeiro, curaremos em seguida de verificar se os grupos de assuntos veiculados por um maior número de estações de televisão são os que conseguem também concitar a atenção selectiva por parte de mais publicações impressas; e, conseqüentemente, se é nos grupos de assuntos veiculados por menor número de estações de TV que se verifica deserção mais significativa por parte dos jornais. Pelas razões já anteriormente aduzidas, excluimos os jornais semanários e os desportivos. Trabalharemos, pois, com os jornais *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *24 horas*, *Correio da Manhã* e *A Capital*.

Começando pelos assuntos tratados por 4 estações de televisão (ver quadros 44 e 45-A), verificamos que 6 dos 29 assuntos que compõem este grupo foram tratados pelo pleno deste grupo de jornais diários, o que corresponde a uma percentagem de 20,7%. Sete assuntos foram seleccionados por cinco diários (24,1%), oito noticiados por quatro jornais diários (27,6%), quatro por três diários (13,8%), um por dois diários (3,4%), um por um diário (3,4%), restando dois assuntos ignorados pela imprensa (6,9%). 72,4% destes assuntos foram tratados por mais de metade dos jornais diários seleccionados.

Passando para o grupo de assuntos veiculados por três TV's (ver quadro 45-A), a percentagem do pleno de jornais que seleccionou tais assuntos passa para 26,5%, mais 5,8% que no grupo anterior. Em 49 assuntos, foram 13 os que mereceram a atenção de seis publicações impressas. 15 assuntos foram seleccionados por 5 jornais diários (30,6%), 6 por 4 jornais (12,2%), três por três jornais (6,1%), três por dois diários (6,1%), cinco assuntos seleccionados por um diário (10,2%), e quatro ignorados por todos os jornais (8,2%). Enquanto no grupo anterior a imprensa ignorara apenas dois assuntos, neste grupo constata-se uma duplicação, crescendo que se acentuará à medida que menor número de estações de televisão abordar determinado assunto. Continua a verificar-se uma maioria

de assuntos tratados por seis, cinco ou quatro publicações impressas. Registámos 34 casos (69,4%), contra 15 do outro grupo (30,6%) (ver quadro 45-B).

A tendência para a mobilização de menor número de jornais tratando os mesmos assuntos acentua-se bastante quando entramos no grupo de assuntos veiculado por apenas duas estações de TV. Se, nos dois grupos anteriores, se registava uma subida percentual regular no caminho entre os assuntos ignorados por todos os diários e os assuntos seleccionados por todos, a partir de agora surge tendência inversa: a percentagem de assuntos ignorados passa a ser mais relevante que a dos assuntos tratados pelo pleno dos diários.

No grupo de assuntos tratados por duas TV's (80 no total), só em cinco dos casos se verificou selecção pelo pleno dos diários. Esta percentagem, que começou em 20,7% no grupo de assuntos tratados por 4 TV's, subindo para os 26,5% no grupo das 3 TV's, passa agora para os 6,3%, registando uma quebra de 14,4% em relação ao primeiro grupo, e de 20,2% quando cotejada com a percentagem obtida no segundo grupo. No outro extremo, o dos assuntos ignorados por todos os diários, os dois casos (6,9%) verificados no grupo das 4 TV's, que haviam passado para quatro casos no grupo das 3 TV's (8,2%), regista agora 14 casos, valendo percentualmente 17,5%.

Voltando a separar os valores em duas faixas, notamos que o grupo de assuntos tratados por seis, cinco ou quatro diários se situa agora nos 36,3%, contra 63,4% da faixa de assuntos que mereceram selecção por três, dois, um jornal, ou foram ignorados pelo conjunto dos diários.

No último grupo, dos assuntos tratados por apenas uma estação de televisão, engrossam os valores de assuntos ignorados e dos tratados por menos jornais, mingando o total de assuntos tratado por um maior número de diários. Apenas em 13 dos 362 casos se registou selecção pelos seis diários, representando assim uma percentagem de 3,6%. Dos 20,7% registados no grupo das 4 Tv's, passou-se para uns exíguos 3,6%, com escala nos 26,5% e nos 6,3%.

Em contrapartida, o grupo de assuntos ignorado por todos os diários passa de dois (6,9%) para 155 casos (42,8%), no mesmo percurso.

3.4.8.8 Agendas noticiosas como *news promoters* de outras agendas noticiosas

O que já havíamos comprovado no cotejo entre dois meios - televisão e rádio, mantém-se quando analisada a relação entre o número de jornais que tratam determinados grupos de assuntos e o número de estações de TV que reportam os mesmos grupos de assuntos. Tendências que correm a par com o comprovado na primeira semana de análise. A menor valoração atribuída pelos *gatekeepers* das televisões ao produto noticioso exclusivo da estação, continua a conjugar-se com uma menor valoração desses assuntos por parte das rádios e da imprensa. O grupo de assuntos tratados apenas por uma estação - onde, à partida, poderíamos encontrar a marca distintiva do labor redaccional dessa estação para com a concorrência -, continua a ser o mais maltratado no que reporta à sua potenciação em notícias, sendo também desvalorizado na hierarquia dos alinhamentos.

O contraste entre os dois extremos - assuntos tratados pelo pleno das televisões e assuntos exclusivos de uma estação - é bem patente se confrontarmos a lista de assuntos detalhada no quadro 44, anteriormente incluído, e o quadro 46, que agora reproduzimos. No primeiro, no qual se incluem todos os assuntos veiculados pelo pleno das estações de televisão, regista-se o total de jornais diários que também seleccionou tais assuntos.

Seis assuntos deste grupo de 29 foram objecto de notícia em todos os diários, com 72,4% a serem tratados por mais de metade dos seis periódicos que seleccionámos. Apenas dois destes assuntos (6,9%) foram ignorados pelo meio/imprensa. Na rádio registaram-se 17 plenos, as três estações tratando

17 dos 29 assuntos seleccionados pelas quatro Tv's. Em quatro casos, houve tratamento por duas estações de rádio, e em seis casos tratamento por uma estação. O meio/rádio ignorou apenas dois dos 29 assuntos noticiados pelas quatro Tv's.

No quadro 46 registamos os assuntos veiculados pelas televisões e que não foram objecto de tratamento noticioso por parte de nenhuma estação de rádio nem dos jornais que consultámos (todas as publicações impressas que referimos anteriormente, e não apenas o grupo de seis diários seleccionado para a análise ilustrada no quadro 44).

O mimetismo adquire, no primeiro grupo, o seu pleno esplendor. Percorrendo, um a um, os 29 assuntos deste grupo, facilmente se denota o peso dos eventos programados, não se vislumbrando, na selecção, assunto que possa ter partido de labor investigativo por parte de alguma das redacções televisivas portuguesas e que, por mor dos pergaminhos de tal investigação, ou das repercussões sociais da mesma, tivesse obrigado as outras estações de televisão, também as rádios, também a imprensa a agendar o assunto nos seus noticiários ou edições.

Quatro assuntos reportam ao plenário da Organização Mundial do Comércio, e das manifestações contra esta cimeira, realizada em Seattle. Outros cinco referem-se a Timor. Há registo de cerimónias públicas, como as comemorações do 1.º de Dezembro, ou a evocação de Sá Carneiro, a cargo de Durão Barroso. Peças resultantes de despachos de agências noticiosas internacionais são pelo menos 14, da sonda *Mars Polar Lander* que teimou em permanecer muda, ao mau tempo na Europa, passando pelo voo inaugural de um avião americano rumo a Cuba e por várias tragédias. Todos os assuntos que concitaram a atenção do pleno das televisões no domingo, dia 5, se inseriam nesta categoria: acidente com várias vítimas mortais, no final de um espectáculo de *snowboard*, na Áustria; desmoronamento de prédio na Rússia, desmoronamento de outro prédio, mas desta feita em Dijon, e o acto tresloucado de um americano que em má hora resolveu matar cinco dos seus filhos. Dez destes assuntos referem-se ao epílogo da guerra no Kosovo, carreando-se, na sua quase totalidade, informações e imagens veiculadas por agências noticiosas internacionais.

Este grupo de 29 assuntos gerou, na televisão, um total de 214 notícias, o que corresponde a uma média de 7,4 notícias por cada assunto (bem perto da média de 7,6 do grupo de 34 assuntos veiculados pelas quatro televisões, na semana de Janeiro, e superior, em uma décima, à média da semana de Junho - 36 assuntos / 262 notícias / média de 7,3). Bem longe, pois, da média de 1,3 notícias geradas pelo grupo de assuntos tratados apenas por uma TV (em Janeiro e Junho registaram-se médias de 1,2). Mereceu ainda pergaminhos de monta nos alinhamentos, com 37 aberturas e 72 notícias nos três primeiros lugares dos telejornais dessa semana, contra 8 aberturas e 46 notícias nos três primeiros lugares por parte do grupo extremo, este composto, no entanto, por 12,5 vezes mais assuntos (362, no total).

3.4.8.9. Assuntos da agenda televisiva ignorados pelos meios rádio e imprensa escrita

Façamos agora o contraponto com o grupo de assuntos veiculados pela TV e que foram ignorados por todas as estações de rádio e por todas as publicações impressas que integram o *corpus*.

Neste grupo de 134 rejeitados pela rádio e pela imprensa, encontramos apenas um assunto seleccionado por quatro estações de televisão e outro por três Tv's. Só sete (5,2%) dos 134 assuntos foram tratados por duas estações de televisão; os restantes 125 (93,3%) foram seleccionados por apenas uma redacção televisiva.

134 assuntos que, na televisão, geraram 187 notícias, o que equivale a uma média de 1,4 notícias por assunto. Surgem também em lugares bastante desfavoráveis no alinhamento. Repare-se na existência

de apenas seis aberturas (3,2%) [células amarelas], contra 27 fechados (14,4%) [células vermelhas]. Na zona de abertura [segunda e terceira notícias do alinhamento, células azuis], encontramos apenas 15 notícias (8,0%), contra 25 notícias na zona de fecho (13,4%) [antepenúltima e penúltima notícias, células verdes]. A maioria das notícias (114, o equivalente a uma percentagem de 61,0%) surge em lugares intermédios [células cinzentas].

A reduzida valoração atribuída pelos editores a este grupo de notícias exclusivas transparece também do facto de 69,4% deste grupo de assuntos se ter consumido numa única entrada no alinhamento (93 assuntos em 134). Com duas notícias por assunto encontramos 30 casos, o que equivale a 22,4% do total; com três notícias por assunto registámos dez casos (7,5%), e apenas um assunto potenciado em quatro notícias (0,7% do total de assuntos deste grupo).

3.4.8.10. Assuntos da agenda televisiva retomados pelo meio/impressão escrita

Resta-nos analisar o grupo de casos em que a televisão se antecipou à rádio e à imprensa, na tentativa de perscrutar se a retoma de tais assuntos indicia determinação da agenda da rádio e da imprensa por parte da televisão, ou se a antecipação deste último meio radica noutros factores, em tudo alheios aos pergaminhos das reportagens, peças e demais trabalhos jornalísticos veiculados pelas Tv's (ver quadro 47).

Este grupo inclui 18 assuntos veiculados por agências internacionais, reduzindo-se assim para 38 o total de assuntos onde se poderá antever capacidade de determinação das agendas radiofónica e impressa por parte das redacções televisivas. Assuntos que, reportando acontecimentos verificados no próprio dia, só poderiam ter sido antecipados ou noticiados ao mesmo tempo que a televisão por parte da rádio. No caso dos jornais impressos, a edição única obriga a que tais assuntos só possam ser noticiados no dia seguinte.

A quase totalidade dos 38 assuntos sobranes também se inclui nesta categoria. Mesmo tendo sido veiculados, na sua maioria, através de trabalhos de reportagem das estações televisivas, referem-se a acontecimentos verificados no próprio dia, ficando assim justificada a antecipação em relação à imprensa (declarações ministeriais em conferência de imprensa, reuniões partidárias, cerimónias de tomadas de posse, acidentes, etc., etc.). Quanto à rádio, que neste campo joga em igualdade de circunstâncias com a televisão, registam-se oito casos de antecipações televisivas de acontecimentos que as redacções radiofónicas poderiam ter veiculado antecipadamente ou, pelo menos, ao mesmo tempo que a televisão.

No tocante aos assuntos em que se denota labor investigativo por parte das redacções televisivas, e/ou alguma preocupação em reportar factos fora da agenda tradicional, apenas conseguimos detectar um, referente à construção de um navio-escola em Aveiro.

3.4.9. Conclusões da análise à semana de 29.11.1999 a 5.12.1999

1. Permanecem válidas as conclusões aduzidas aquando da análise às semanas anteriores. Os noticiários televisivos continuam a ser constituídos, em parte apreciável, por assuntos alinhados em informativos precedentes, regularidade que vai para além dos noticiários contíguos, alargando-se aos pólos extremos do dia noticioso, e até mesmo a noticiários do dia seguinte;

2. Os dados apurados na terceira e última semana de análise permitem-nos manter a afirmação de que os espectadores de um telejornal verão, em média, no informativo seguinte da mesma estação, serem tratados um terço ou mais dos assuntos já anteriormente noticiados. O peso das retomas situa-se entre

38,1% e 46,1%, quando se atende ao total de assuntos dos jornais emissores; entre 29,4% e 61,2%, quando se atende ao total de assuntos seleccionados pelos jornais receptores. Em Janeiro estes valores oscilavam entre os 34,3% e 43,4%, e entre os 28,3% e os 44,4%, respectivamente. Em Junho, entre os 32,8% e os 40,4%, quando se atendia ao total de assuntos dos jornais emissores; entre 25,2% e 44,8%, quando se atendia ao total de assuntos seleccionados pelos jornais receptores. Feito o cotejo, verificamos ser a semana de Dezembro a que apresenta valores mais elevados no que se refere às retomas de assuntos pelos telejornais.

3. Esta retro-alimentação não é originada por naturais e necessárias reactualizações de acontecimentos/processos em desenvolvimento -, radicando sobretudo na mera redifusão, sem alterações, de peças/notícias já anteriormente veiculadas por outros informativos de cada uma das estações integrantes do *corpus*;

4. O conjunto de retomas sem actualização atinge, na semana de Dezembro, os 31,9% do total das notícias emitidas, sendo superior em 2,8% ao verificado na primeira semana de análise (29,1%), e em 1,4% ao verificado na semana de Junho. Em Janeiro encontramos um intervalo compreendido entre os 25,1% e os 33,3%, intervalo que em Junho se situava entre os 23,8% e os 35,6%, tendo passado na última semana de análise para os 23,3% - 40,6%. Em 940 notícias referentes à semana de Dezembro, 300 foram retomadas sem sofrerem qualquer modificação. Na última semana de análise registámos 18 noticiários com um índice de repetições igual ou superior a 50% (mais cinco que em Junho, e mais quatro que em Janeiro);

5. O peso das retomas não actualizadas continua a denotar significado primacial nos informativos televisivos situados nos extremos do mapa noticioso diário (edição da manhã e última edição), representando assim uma clara desvalorização destes telejornais. Em consequência, os telespectadores vêem reduzida, em 50% (RTP1) e 33,3% (SIC), a oferta de informativos que privilegiam a actualidade, sendo-lhes fornecido, em alternativa, material recuperado de informativos anteriores. Seguem-se os noticiários do *prime time*, com os espaços informativos da hora do almoço registando a menor percentagem de notícias redifundidas sem qualquer alteração. Os noticiários da hora do almoço (13h - 13h 30) registam uma percentagem de repetições inferior em mais de 50% aos informativos do horário nobre (o mesmo se verificara nas semanas de Janeiro e de Junho);

6. Aos geradores miméticos endógenos, somam-se forças miméticas exógenas a cada estação, apesar de endógenas ao meio/televisão. Comprovámos, de novo, uma enorme potencialidade na desmultiplicação em notícias dos assuntos alvo da atenção de mais do que uma estação - nomeadamente os assuntos tratados por quatro e três estações -, contrastando com a debilidade dos assuntos tratados por duas ou só por uma estação. No conjunto da semana, verificámos que o grupo de assuntos alinhado pelo pleno das estações conseguiu gerar, em média, mais 5,7 notícias que o grupo de assuntos noticiado por uma só estação (6,3 na semana de Janeiro; 6,1 em Junho). Em Dezembro, cada assunto noticiado pelo pleno das televisões gerou uma média de 7,4 notícias, mais uma décima que em Junho (7,3), menos duas décimas que em Janeiro (7,6). Já quanto aos assuntos seleccionados apenas por uma estação, a média de geração de notícias passou para 1,3, subindo uma décima em relação às semanas anteriores;

7. Esta potenciação em notícias corre a par com outra tendência, que consiste na atribuição, às notícias referentes a assuntos veiculados por 4 e 3 estações, de lugares de privilégio na hierarquia dos alinhamentos.

8. Em contrapartida, e a exemplo do já constatado na primeira semana de análise, nota-se repulsa aos fechos e zonas de fecho dos telejornais, por parte deste grupo de notícias.

9. Do constatado em 7) e 8), resulta que os assuntos noticiados exclusivamente por uma estação -

assuntos onde, à partida, poderemos encontrar a marca específica de cada redacção -, não conseguem impor-se no *continuum* do mapa noticioso diário, registando assim presenças fugazes nos telejornais; raramente acedem às aberturas e zonas adjacentes dos alinhamentos, confinando-se às zonas intermédias e, em muitos dos casos, ocupando os lugares mais desprestigiados dos telejornais.

10. Alargando o *corpus* ao meio rádio, verificamos que a selecção corre aqui a par com o maior número de estações de televisão cobrindo os mesmos assuntos. O pleno das estações de rádio antecipa 44,8% dos assuntos noticiados por 4 Tv's, mas apenas 5,2% dos assuntos noticiados por uma só estação de televisão. O pleno das estações de rádio ignora apenas 6,9% dos assuntos noticiados pelo pleno das estações de TV, mas despreza 68,2% dos assuntos veiculados exclusivamente por uma estação de televisão. Em Janeiro as antecipações do pleno das estações de rádio no grupo de assuntos noticiados por 4 Tv's atingiram os 73,5%, quedando-se pelos 8,6% no grupo de assuntos veiculados apenas por uma estação de televisão; em Junho registaram-se valores de 41,7%, para as antecipações do pleno das estações de rádio, e de 5,0% para as antecipações de assuntos noticiados por uma só estação de televisão.

11. A entrada, no *corpus*, do meio/imprensa escrita, vem reforçar as comprovações até agora efectuadas. Continuou a verificar-se mobilização significativa dos jornais diários em relação aos assuntos noticiados pela televisão, apesar de nova diminuição em relação às semanas anteriores - 69,2% do total de assuntos noticiados pela TV, em Dezembro, contra 78,1% em Junho, e 84,3% em Janeiro. Essa mobilização continua a fazer-se notar com bastante mais acuidade nos grupos de assuntos seleccionados por maior número de estações de televisão. Só em dois casos (6,0%), o pleno dos jornais diários da segunda selecção por nós efectuada (excluindo os desportivos), ignorou assuntos veiculados pelo pleno das televisões (em Janeiro e Junho registaram-se zero casos). Em 6 dos 29 assuntos deste grupo, todos os jornais diários os noticiaram também, atingindo uma percentagem de 20,7%, inferior, de todo o modo, ao constatado em Junho (30,6%), e bastante inferior ao verificado em Janeiro, semana em que esta percentagem atingiu os 58,8%. O maior número de ausências do pleno dos jornais diários continua a situar-se no grupo de assuntos seleccionados apenas por uma estação: 155 casos em 362 assuntos, significando percentagem de 42,8%, aqui superior em 7,1% ao verificado em Junho (150 casos em 420 assuntos), e superior em 14,1% ao verificado na primeira semana de análise (100 ausências do pleno dos diários em 349 assuntos, valendo 28,7%).

12. Para além das forças de atracção mimética geradas em torno dos assuntos tratados por um maior número de estações de TV, comprovou-se ainda um elevado número de antecipações por parte dos meios rádio e imprensa escrita, em relação à agenda noticiosa televisiva. Na última semana de análise registámos 330 antecipações, para um total de 520 assuntos, o que equivale a uma percentagem de 63,5%. Em quase dois terços, as agendas radiofónica e impressa anteciparam-se à agenda televisiva. Regista-se uma diminuição de 8,8% em relação à semana de Junho (446 antecipações em 617 assuntos, valendo 72,3%), e de 16,4% em relação à semana de Janeiro (412 antecipações em 527 assuntos, valendo 79,9%). No que toca à capacidade de antecipação da agenda televisiva em confronto com as restantes agendas, aí os valores mantêm-se bastante aproximados nas duas semanas de análise. Em Dezembro, o meio/televisão registou 56 antecipações (10,8%), contra igual número em Junho (9,1%), e 48 em Janeiro (8,7%).

13. Este volume de antecipações verificado na última semana de análise (aqui entendidas como assuntos transformados em notícias veiculadas previamente, e não no sentido de *cacha* jornalística), vem mais uma vez demonstrar que as tarefas agendatórias dos *gatekeepers* televisivos repercutem, em porção significativa, outras agendas.

3.5. MIMETISMOS E DETERMINAÇÃO DAS AGENDAS

**Conclusões a extrair do conjunto
das três semanas analisadas**

3.5.1. Potenciação noticiosa de assuntos da agenda televisiva em função da selecção por maior ou menor número de estações de televisão

Terminada que está a análise às três semanas do *corpus* seleccionado, procederemos agora a uma síntese conclusiva dos dados obtidos.

Consultando o quadro 1¹⁰⁵, constatamos que o número de assuntos tratados apenas por uma estação é de longe superior aos grupos de assuntos tratados por duas, três e quatro estações. No conjunto das três semanas analisadas encontramos 1131 assuntos tratados apenas por uma estação, 269 que foram objecto de notícia em duas estações, 165 assuntos tratados por três estações e apenas 99 assuntos noticiados pelas quatro estações.

Os assuntos seleccionados para difusão por apenas uma TV representam 68,0% do total de assuntos registados (1131 em 1664 assuntos). O grupo restante, de assuntos seleccionados por 2, 3 e 4 estações, equivale a 32,0% do total (533 em 1664 assuntos).

Estas percentagens não reflectem, no entanto, o valor atribuído pelas redacções televisivas aos assuntos seleccionados para integrarem os informativos diários, valor que indexamos à desmultiplicação, em notícias, de cada um desses assuntos.

Ao quantificarmos as notícias geradas por cada um desses quatro grupos, verificamos que os 1131 assuntos tratados só por uma estação se desdobraram em 1403 notícias, cada assunto gerando uma média de 1,24 notícias (ver gráfico 1). Os 269 assuntos seleccionados por duas estações de televisão originaram 722 notícias, equivalendo a uma média de 2,68 notícias por assunto. Os 165 assuntos que passaram o crivo dos *gatekeepers* de três Tv's desmultiplicaram-se em 800 notícias, cada assunto valendo 4,85 notícias. Os 99 assuntos que mereceram a atenção das quatro estações geraram 734 notícias, produzindo, cada assunto, uma média de 7,41 notícias.

Os 1131 assuntos seleccionados só por uma estação, assuntos que representam 68,0% do universo total de assuntos tratados noticiosamente, traduziram-se em apenas 38,3% de notícias (1403). Já o grupo de assuntos seleccionado pelo pleno das estações, representando exíguos 6,0% do universo total de assuntos, regista desmultiplicação em 20,1% de notícias (ver quadro 2 e gráfico 2).

Note-se que o total de notícias gerado pelo grupo de assuntos tratados pelo pleno das estações (734 notícias), é superior ao total de notícias geradas pelo grupo de assuntos seleccionados por duas estações (722 notícias), apesar da diferença significativa entre os totais de assuntos dos dois grupos (99 para 269). Este último grupo gerou também menos notícias que o grupo de assuntos seleccionados para difusão por três estações (722 para 800), apesar de representar número bastante mais significativo de assuntos (269 para 165).

Seccionando a amostra em dois grupos (um com os assuntos tratados noticiosamente por quatro e por três estações, e outro com os assuntos tratados por duas e por uma estação), verificamos que o primeiro grupo totaliza 264 assuntos, que se desmultiplicaram em 1534 notícias. O segundo grupo, que totaliza 1400 assuntos, originou 2125 notícias. 15,9% do total de assuntos (primeiro grupo), geraram 41,9% de notícias; 84,1% do total de assuntos (segundo grupo), geraram 58,1% de notícias.

Comprovada fica a enorme potencialidade na desmultiplicação em notícias dos assuntos objecto da selecção de mais do que uma estação de TV - nomeadamente os assuntos tratados por quatro e três estações -, contrastando com a debilidade dos assuntos tratados só por uma estação.

Conclui-se que existe, efectivamente, uma força propulsora de notícias bastante mais pujante nos assuntos seleccionados por todas as redacções televisivas, do que nos assuntos elencados por uma só

¹⁰⁵ Disponível em www.mediatico.com.pt/tese/DEZF.pdf

TV. Essa força propulsora, que mal se faz sentir nos assuntos tratados por uma só estação, vai crescendo de intensidade à medida que determinados assuntos vão sendo objecto da atenção/tratamento/selecção de mais estações.

3.5.2. Hierarquia das notícias nos alinhamentos, em função da selecção por maior ou menor número de estações de televisão

A aferição da importância atribuída às notícias que compõem os alinhamentos dos jornais televisivos pode detectar-se através do lugar atribuído a tais notícias na paginação de um telejornal. Não sendo critério rígido ou absoluto, que possa valer para todas as notícias, constitui-se, no entanto, como um índice da valoração atribuída pelos editores às notícias difundidas.

A uma maior potencialidade na desmultiplicação em notícias dos assuntos seleccionados por mais do que uma estação, acrescenta-se a garantia de localizações mais favoráveis nos alinhamentos (ver quadros 3 e 4, e gráficos 3 a 10).

Começando pelas aberturas dos telejornais, verificamos que o grupo de assuntos noticiados por quatro estações inclui 106 aberturas, correspondendo a quase metade do total de aberturas do universo analisado (215 aberturas). Este total de aberturas equivale a 49,3%. O grupo de assuntos noticiados por três estações regista 50 aberturas, valendo percentualmente 23,3%. O grupo seguinte, de assuntos noticiados por duas estações, totaliza 29 aberturas, valendo 13,5%. Por último, o grupo de assuntos noticiados apenas por uma estação, regista 30 aberturas, o que equivale a 14,0% do total da amostra.

Estes valores adquirem mais significado atendendo ao facto do total de notícias veiculadas pelos dois primeiros grupos ser substancialmente inferior ao total de notícias veiculadas pelos dois últimos grupos. 41,9% de notícias (dois primeiros grupos) totalizam 72,6% de aberturas. 58,1% de notícias (dois últimos grupos) representam apenas 27,5% do total de aberturas.

Alargando a nossa atenção às três primeiras notícias de cada telejornal, continua a notar-se tratamento privilegiado para o grupo de assuntos noticiados pelo pleno das estações, apesar da diferença para os outros grupos se atenuar bastante.

O grupo de assuntos seleccionados por quatro estações regista 208 notícias (32,2%) nos três primeiros lugares dos alinhamentos; o grupo de assuntos noticiados por três estações regista 160 notícias (24,8%) nos três primeiros lugares dos alinhamentos. O grupo seguinte - assuntos noticiados por duas estações -, coloca 105 notícias naquela zona privilegiada, valendo percentualmente 16,3%. Por último, o grupo de assuntos seleccionados apenas por uma estação regista 172 notícias nos três primeiros lugares dos alinhamentos, equivalendo a 26,7% do total da amostra.

No confronto entre os dois primeiros e os dois últimos grupos, temos 368 notícias, valendo 57,0%, para os primeiros grupos; 277 notícias, valendo 43,0%, para os dois últimos grupos.

Já no que toca aos fechos dos telejornais e às notícias colocadas na zona de fecho (últimas três notícias de cada telejornal), os dados invertem-se substancialmente. Ao vigor das forças miméticas evidenciado na propulsão de notícias para as zonas de abertura dos telejornais, contrapõe-se agora uma repulsa das mesmas forças no que às zonas de fecho concerne.

O grupo de assuntos noticiados por quatro estações regista apenas 18 fechos, valendo 8,4%. O grupo de assuntos noticiados por três estações regista 28 fechos, valendo percentualmente 13,0%. O grupo seguinte, de assuntos noticiados por duas estações, totaliza 25 fechos, valendo 11,6%. O grupo de assuntos noticiados apenas por uma estação distancia-se significativamente dos restantes, totalizando 144 fechos, o que representa 67,0% da amostra.

Alargando a nossa atenção à zona das três últimas notícias de cada telejornal, verificamos que o grupo de assuntos seleccionados por quatro estações regista 71 notícias (11,0%); o grupo de assuntos noticiados por três estações regista 109 notícias (17,0%). O grupo seguinte - assuntos noticiados por duas estações -, coloca 111 notícias na zona de fecho, valendo percentualmente 17,3%. Por último, o grupo de assuntos seleccionados apenas por uma estação, grupo que regista 352 notícias nos três últimos lugares dos alinhamentos, equivalendo a 54,7% do total da amostra.

No confronto entre os dois primeiros e os dois últimos grupos, temos 180 notícias, valendo 28,0%, para os primeiros grupos; 463 notícias, valendo 71,0%, para os dois últimos grupos.

3.5.3. Forças miméticas internas a cada estação – Fluxos de notícias entre telejornais

O passo seguinte da nossa análise cumpriu-se tentando detectar forças miméticas internas a cada estação. Procurámos, nesta etapa, responder às seguintes questões:

a) Os noticiários televisivos difundidos pela mesma estação funcionam como compartimentos estanques, ou evidenciam um *continuum* no tratamento de determinados assuntos?

b) A existirem tais fluxos, têm os mesmos uma importância residual ou, pelo contrário, conformam significativamente a sequência de alinhamentos dos telejornais de uma estação?

c) Qual a amplitude de tais fluxos? Mantêm-se fundamentalmente entre dois noticiários seguidos, ou permanecem bastante mais tempo, em três ou mesmo quatro noticiários do dia?

d) E constituirão marca específica de uma estação ou, pelo contrário, também aqui encontraremos regularidades que permitam caracterizar a existência de tais fluxos como uma característica do jornalismo vertido nos informativos televisivos?

Comprovámos serem os telejornais alimentados, em parte não despidianda, por notícias referentes a assuntos que transitam de informativos anteriores. Estes fluxos de notícias entre os telejornais são comuns a todas as estações, assumindo peso importante no alinhamento, e com uma amplitude que, longe de se esgotar na recuperação de notícias entre jornais de transmissão contígua, abrange todo o dia noticioso, chegando mesmo a romper tal barreira, com recuperações no dia seguinte.

Em muitos dos casos, tais retomas são feitas após uma interrupção do fluxo (por exemplo, assuntos noticiados às 13h, ignorados às 20h e recuperados no último informativo da estação). Note-se que, em todas as semanas de análise, e em todas as estações, detectámos fluxos de retomas funcionando entre todos os telejornais de uma emissão diária, com o último informativo do dia recuperando, sempre, um determinado número de assuntos provenientes do primeiro jornal emitido nesse mesmo dia.

As percentagens patentes no quadro 5 dão-nos uma ideia do peso de tais fluxos noticiosos entre telejornais de uma mesma estação, permitindo-nos também aferir da regularidade de tais práticas no conjunto das estações que integraram o *corpus* em análise.

Tendo por base os totais de notícias dos informativos emissores, verificamos que, na RTP1, os valores percentuais se situam entre os 39,8% e os 44,8%. A média percentual encontrada atinge os 42,7%. Na SIC, o intervalo situa-se entre os 34,3% e os 38,1%, com a média percentual a situar-se nos 35,8%. Os valores percentuais da TVI vão dos 32,8% da semana de Junho, aos 46,1% da semana de Dezembro (média de 38,6% para esta estação).

Estes dados significam que os cidadãos que assistem aos informativos televisivos difundidos em Portugal vêem, em média, 39,0% de assuntos tratados anteriormente noutros telejornais da mesma estação. A RTP1 regista a percentagem mais elevada, com 42,7%; segue-se a TVI, com 38,6% e, por último, a SIC, com 35,8%.

Tendo por base os totais de notícias dos informativos receptores, constatamos que, na RTP1, os valores percentuais se situam entre os 28,3% e os 29,4%. A média percentual encontrada situa-se agora nos 29,2%. Na SIC, o intervalo situa-se entre os 44,4% e os 51,5%, com a média percentual a situar-se nos 46,9%. Os valores percentuais da TVI vão dos 25,2% da semana de Junho, aos 61,2% da semana de Dezembro (média de 40,7% para esta estação).

Olhando ao total de notícias dos jornais receptores, comprovámos que os informativos oferecidos aos telespectadores portugueses são compostos, em média, por 38,9% de assuntos retomados de telejornais anteriores. A SIC regista a percentagem mais elevada, com 46,9%; segue-se a TVI, com 40,7% e, por último, a RTP1, com 29,2%. Atente-se no facto dos valores encontrados para a SIC representarem quase metade do conteúdo veiculado pelos informativos do canal.

3.5.4. Redifusão de notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça

Comprovada a existência de tais fluxos, quisemos, em seguida, apurar se estes são reflexo da necessidade de contínua actualização de assuntos/acontecimentos/processos que se prolongam no tempo, mantendo inquestionável actualidade; ou se tal realimentação de noticiários se fica a dever, também, a lógicas estranhas aos tradicionais critérios jornalísticos (constrangimentos organizacionais, estratégias de contra-programação, etc.).

No conjunto das três semanas de análise (ver quadro 6 e gráfico 11), constatámos ter a RTP1 redifundido 359 notícias sem alteração da introdução do *pivot* e da peça, isto para um total de 381 notícias. Estas 359 notícias representam 26,0% do total emitido pelo canal público. Na TVI esta percentagem aumenta para os 31,8% (195 notícias em 614). Os valores mais elevados pertencem à SIC, com 35,3% (396 notícias em 1121).

No conjunto das três estações registámos 950 notícias redifundidas sem alteração da introdução do *pivot* e da peça, para um universo de 3116 notícias emitidas, o que equivale a uma percentagem de 30,5%.

Comprovámos, desta forma, que os informativos oferecidos aos telespectadores portugueses são compostos, em média, por 30,5% de notícias já anteriormente difundidas, notícias que não sofrem, na sua redifusão, qualquer alteração, seja na entrada do *pivot*, seja na peça subsequente.

Dos 39,0% de assuntos tratados anteriormente por outros telejornais (base: total de notícias dos informativos *emissores*); ou dos 38,9% de assuntos tratados anteriormente por outros telejornais (base: total de notícias dos informativos *receptores*), 30,5% esgotam-se em meras redifusões, em recuperações de notícias sem que estas sofram a mínima alteração. A recuperação noticiosa de assuntos merecendo actualização queda-se nos 8,5%, se utilizarmos como base o total de notícias dos informativos *emissores*, ou nos 8,4%, se utilizarmos como base o total de notícias dos informativos *receptores*.

Por faixas horárias (ver quadro 7 e gráfico 12), a maior percentagem de retomas sem actualização encontra-se nos últimos informativos das estações, com valores que ultrapassam os 50%. As 359 retomas sem actualização representam 55,9% de um total de 642 notícias difundidas por informativos dessa faixa horária.

Seguem-se os primeiros informativos do dia, com 38,0% (65 retomas em 171 notícias). Vêm depois os informativos do horário nobre, com 29,3% (388 retomas em 1322 notícias). São os jornais da hora do almoço que menos se socorrem das retomas de notícias anteriormente difundidas, sem as actualizar. A diferença percentual é significativa em relação aos restantes espaços informativos, representando menos de metade do verificado nos noticiários do *prime time*. Para os informativos da faixa horária do almoço registámos valores percentuais de 14,1% (138 retomas em 981 notícias).

3.5.5. A agenda do *Jornal 2* e as agendas dos restantes informativos televisivos

Atendendo ao facto da RTP2 emitir apenas um telejornal por dia, o *Jornal 2* não foi incluído nas análises referentes aos fluxos noticiosos e à inserção de notícias sem qualquer actualização. Este informativo é considerado como um espaço de informação *alternativa*, pergaminho que herdou dos tempos das suas primeiras emissões. Julgámos pertinente verificar se, para além do formato, da prestação diferenciada dos apresentadores, do tratamento dos assuntos elencados, tal carácter *alternativo* se verifica na selecção dos assuntos a noticiar.

Em caso afirmativo, o *Jornal 2* constituir-se-ia como uma alternativa aos mecanismos miméticos que conformam parte dos informativos das outras estações. Verificámos que tal não sucede. No que reporta à selecção dos assuntos a noticiar, o *Jornal 2* segue a agenda das outras televisões, notando-se uma grande dependência do material fornecido pela RTP1.

No conjunto das três semanas analisadas (ver gráfico 13), 81,1% dos assuntos seleccionados pela redacção do *Jornal 2* mereceram tratamento noticioso nas outras estações de televisão. 28,2% dos assuntos foram objecto de notícia em todas as outras estações generalistas; 22,7% mereceram a atenção de mais dois canais, e 30,2% foram noticiados por mais uma estação. Os assuntos abordados exclusivamente pelo *Jornal 2* representam 18,9% do total.

3.5.6. Análise da agenda noticiosa radiofónica em função da agenda noticiosa televisiva

Cumprida a análise aos noticiários televisivos, escarpelizados estes quer na clausura da estação difusora, quer nas relações com os noticiários de outras estações, avançámos para nova etapa, destinada a confrontar o universo informativo da televisão com o do meio/rádio.

Pretendemos, com esta análise, verificar se o espectro mimético dos assuntos noticiados em determinado dia ultrapassa o meio/televisão, alargando-se também à rádio; descortinar ainda se a agenda televisiva se forma, sobretudo, por assuntos originalmente veiculados pelas televisões, ou se, pelo contrário, tal agenda surge conformada, e em que medida, por assuntos já veiculados pelo meio/rádio.

As pesquisas anteriores forneceram-nos valores indicativos do funcionamento de poderosos mecanismos miméticos no meio jornalístico televisivo. Mas nada indicam quanto ao grau de *originalidade* da agenda plasmada nos telejornais. Ou seja – como já anteriormente havíamos referido –, podendo afirmar-se que, atendendo a uma determinada percentagem de notícias veiculadas por todas as televisões, os *news promoters* haviam conseguido o pleno, impondo determinados assuntos como de tratamento obrigatório por parte das televisões; podendo discutir-se se a existência de tais mimetismos radica no poder de persuasão e na influência dos *news promoters*, ou antes numa similitude de ideologias, práticas e rotinas jornalísticas absorvidas pelos *gatekeepers* das redacções televisivas, ou até numa simbiose de ambos os factores; não estaríamos, no entanto, em condições de desenhar os contornos da *arca da originalidade noticiosa*. Em condições de questionar a *virgindade* da agenda noticiosa televisiva, ou a sua porosidade a outras agendas, como as agendas radiofónicas.

Dos dados obtidos ressalta, desde logo, o elevado número de assuntos veiculados pela televisão com difusão anterior pela rádio (ver quadro 8 e gráfico 14). Verificamos que, dos 1664 assuntos tratados noticiosamente pelas televisões nas três semanas de análise, 817 foram também seleccionados para tratamento noticioso pelas rádios (Antena 1, Rádio Renascença e TSF). 49,1% dos assuntos noticiados pelas televisões mereceram tratamento noticioso radiofónico (55,2% na semana de Janeiro, 46,5% na semana de Junho e 46,0% na semana de Dezembro). Estes valores incluem a totalidade de

casos em que a rádio também noticiou assuntos veiculados pela televisão, sem curar de distinguir os casos em que se verificou antecipação por parte das rádios, dos veiculados na mesma faixa horária e também dos que foram veiculados mais tarde pelas três estações de rádio.

Constata-se que quase metade da selecção efectuada pelos *gatekeepers* das televisões coincidiu com a selecção efectuada, nessas semanas, pelos editores das estações de rádio. Provado fica que os procedimentos miméticos não são exclusivos do meio/televisão, estendendo-se também ao meio/rádio.

O passo seguinte consistiu em saber se é a agenda televisiva que condiciona a agenda radiofónica, induzindo práticas miméticas nos *gatekeepers* das rádios, ou se acontece o inverso, com a rádio a marcar a agenda noticiosa, induzindo comportamentos miméticos por parte dos decisores da agenda televisiva.

Comprovámos a existência de um elevado número de assuntos veiculados pela televisão com difusão anterior pela rádio. Antecipações que quase esgotam a totalidade dos assuntos tratados noticiosamente pela televisão e que a rádio também difundiu. De um total de 817 assuntos difundidos em comum pelos dois meios, 754 foram difundidos primeiro pela rádio, só depois merecendo tratamento televisivo. Ou seja, 92,3% do total de assuntos veiculados pela rádio são antecipações deste meio à televisão. Sobram 63 assuntos, tendo 16 (2,0%) sido difundidos em simultaneidade horária, e 47 (5,8%) depois de prévia transmissão pelos telejornais.

Outra pesquisa efectuada revela-nos que tais comportamentos miméticos acompanham o maior ou menor número de estações (rádio e televisão) tratando noticiosamente determinado assunto. Os plenos no tratamento noticioso de determinado assunto por parte da televisão reflectem percentagem mais significativa de plenos tratando, por antecipação, o mesmo assunto no meio/rádio. A diminuição de interesse no tratamento de determinados assuntos pelo meio/televisão encontra correlato no menor número de estações de rádio tratando por antecipação esse mesmo assunto.

É o que podemos comprovar através de uma consulta ao quadro 9. Verificamos que 53,5% dos assuntos vertidos em notícias pelo pleno das televisões mereceram tratamento noticioso, por antecipação, pelo pleno das estações de rádio. Nos assuntos seleccionados por três estações de televisão regista-se um decréscimo das antecipações do pleno das rádios, situando-se agora nos 43,6%. A diferença para os restantes grupos – assuntos noticiados por duas e só por uma televisão –, é significativa. Só 17,1% dos assuntos tratados por apenas duas televisões mereceram difusão noticiosa pelo pleno das rádios. E só 6,2% dos assuntos tratados exclusivamente por uma estação de televisão foram antecipados pelo pleno das estações radiofónicas.

Olhando ao facto, anteriormente comprovado, de uma melhor colocação, nos alinhamentos televisivos, dos assuntos alvo da selecção do pleno das televisões; atendendo aos dados que agora carregamos neste cotejo com o meio/rádio, uma ilação se torna inevitável: os assuntos seleccionados para difusão noticiosa pelas televisões conseguirão melhores colocações nos alinhamentos em função da prévia difusão noticiosa desses mesmos assuntos por um maior número de estações de rádio.

Os dados que publicamos no quadro 10 reforçam o anteriormente expandido. Substituímos as antecipações do pleno das estações de rádio, pela ausência de tratamento, por todas as estações de rádio, de assuntos que mereceram selecção por parte das estações de televisão. Constatamos progressão inversa em relação às percentagens do quadro 9. Apenas 9,1% dos assuntos tratados pelo pleno das estações de TV foram ignorados pelo pleno das estações de rádio. Nos assuntos tratados noticiosamente por três TV's, a percentagem de ausência de tratamento pelo pleno das rádios sobe ligeiramente, situando-se nos 9,7%, mais seis décimas apenas.

Salto significativo dá-se quando passamos para o grupo de assuntos tratados por apenas duas estações de televisão. A ausência do pleno das rádios atinge agora 31,6%, mais do que duplicando no grupo de assuntos tratados noticiosamente só por uma estação de televisão. Este último grupo regista 65,2% de ausências do pleno das rádios.

Começam a desenhar-se, com nitidez, os contornos de uma agenda televisiva influenciada por outras agendas, uma *agenda-reflexo*, tanto na selecção de número significativo de assuntos, como no tratamento de privilégio dado nos alinhamentos ao grupo de assuntos já anteriormente seleccionado por outras agendas.

A característica de *alavanca* da agenda radiofónica em relação à agenda noticiosa televisiva, percebe-se melhor quando atentamos nos dados resultantes da análise que efectuámos à agenda das rádios num dia específico (7 de Janeiro de 1999). Tais dados evidenciaram uma significativa potenciação em notícias dos assuntos veiculados pelo pleno das rádios, assuntos em que o meio/rádio se antecipou à televisão. Esta potenciação corre a par com uma muito mais dilatada permanência em antena de notícias referentes a tais assuntos.

Recordamos o que afirmámos naquele ponto específico da nossa investigação. A actividade dos *gatekeepers* televisivos resultará, então, na parte que reporta aos *assuntos de privilégio* (melhor colocação nos alinhamentos, maior desmultiplicação em notícias, maior índice de retomas nos informativos seguintes), de um efeito de *ressonância mimética* ao qual tais profissionais não conseguem escapar. Ao iniciar o rascunho do primeiro pré-alinhamento do dia, estarão já a conceber o terceiro, quarto ou sétimo alinhamentos, com o prefixo antecipatório a ser detido por outros meios.

Em seguida, sintetizamos as conclusões a que chegámos no cotejo entre a agenda noticiosa televisiva e a agenda noticiosa da imprensa escrita.

3.5.7. Análise da agenda noticiosa da imprensa escrita em função da agenda noticiosa televisiva (com cotejo efectuado à agenda noticiosa do meio/rádio)

A exemplo do que fizemos com o meio/rádio, tratámos, com esta última análise, de verificar se o espectro mimético dos assuntos noticiados – que já se provou ultrapassar o meio/televisão, alargando-se à rádio –, também abrange a imprensa escrita, e se a esta poderemos atribuir potencialidades para influenciar a agenda noticiosa televisiva.

Constatamos que, dos 1664 assuntos com difusão registada pelo meio/televisão, 936 foram seleccionados pela imprensa para publicação no mesmo dia ou em dias anteriores (ver quadro 11 e gráficos 15 a 17). Somando os 350 assuntos seleccionados pela imprensa com difusão posterior à TV, constata-se ter o meio/imprensa veiculado noticiosamente 1286 dos assuntos que integraram os telejornais nas três semanas analisadas. A imprensa ignorou 378 assuntos seleccionados para difusão noticiosa por parte dos *gatekeepers* das redacções televisivas.

Os 936 assuntos veiculados no mesmo dia ou em dias anteriores à TV equivalem a uma percentagem de 56,3% do total de assuntos noticiados pela TV. Os 350 assuntos veiculados pela imprensa posteriormente à televisão valem percentualmente 21,0%. Isto quer dizer que mais de metade dos assuntos seleccionados pela televisão já haviam merecido tratamento noticioso antecipado por parte da imprensa. Por sua vez, a televisão antecipou-se à imprensa em 21,0% dos assuntos.

As percentagens encontradas mostram-nos que o volume de antecipações da imprensa escrita é superior ao do meio/rádio em mais de 10%. Este último meio tratou com anterioridade 45,3% do total de assuntos seleccionados para difusão noticiosa pelo meio/televisão. Na imprensa escrita essa percentagem atinge os 56,3%, mais 11,0% que na rádio.

A exemplo do procedimento seguido na análise do meio/rádio, tratámos também de perscrutar a relação existente entre os assuntos noticiados pela televisão e os grupos de assuntos noticiados ou ignorados pela imprensa, agora em função da veiculação de tais assuntos por maior ou menor número de estações de TV.

Consultando o quadro 12, verificamos que é o grupo de assuntos tratados pelo pleno das estações de televisão o que evidencia percentagens mais significativas de tratamento noticioso por parte da imprensa escrita. Esta tratou, anteriormente ou no mesmo dia, 72,7% dos 99 assuntos que fizeram o pleno das TV's. Esta percentagem decresce bastante pouco quando passamos para o grupo de 165 assuntos tratados noticiosamente por três televisões, situando-se agora nos 70,9%. Segue-se queda acentuada, para os 59,5%, quando passamos para o grupo de 269 assuntos que mereceu selecção por duas estações. Nova queda, desta feita para os 51,9%, no grupo dos 1131 assuntos tratados noticiosamente só por uma televisão.

Tendência inversa se verifica com as percentagens de assuntos seleccionados pelas TV's e ignorados pela imprensa. No grupo que concitou a atenção do pleno das estações de televisão, registam-se apenas dois assuntos ignorados pela imprensa escrita, valendo percentualmente uns exíguos 2,0%. No grupo seguinte encontramos nove assuntos ignorados pela imprensa, o que equivale a uma percentagem de 5,5%. É nos dois últimos grupos que esta tendência se acentua bastante, passando primeiro para os 10,8% (29 assuntos ignorados num total de 269), depois para os 29,9% (338 assuntos ignorados num total de 1131).

Os dados até agora elencados para a imprensa escrita não atendiam ao número de publicações que seleccionaram determinados assuntos para tratamento noticioso. Não atendemos, até ao momento, ao pleno dos jornais e revistas. Tendo presentes as razões então aduzidas, formámos este pleno eliminando os semanários e os jornais desportivos. O pleno da imprensa integra os diários *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *24 horas*, *Correio da Manhã* e *A Capital*.

Curámos de saber se os grupos de assuntos veiculados por um maior número de estações de televisão são os que conseguem concitar também a atenção selectiva por parte de mais publicações impressas; e, conseqüentemente, se é nos grupos de assuntos veiculados por menor número de estações de TV que se verifica deserção mais significativa por parte dos jornais.

Começando pelos assuntos tratados por 4 estações de televisão (ver quadro 13), verificamos que 37 dos 99 assuntos deste grupo foram tratados pelo pleno de jornais diários, o que corresponde a uma percentagem de 37,4%. 33 assuntos foram seleccionados por cinco diários (33,3%), 16 noticiados por quatro jornais diários (16,2%), seis seleccionados por três diários (6,1%), três seleccionados por dois jornais diários (3,0%), e dois noticiados por um jornal diário (2,0%). Neste grupo encontramos dois assuntos ignorados pelo pleno da imprensa.

À medida que decresce o número de estações de televisão tratando determinado assunto, vai diminuindo também o número de diários que seleccionou esse mesmo assunto. Os seis jornais diários trataram 50 dos 165 assuntos que mereceram a atenção de três TV's, cifra valendo 30,3%; 21 dos 269 assuntos tratados por duas TV's, com a percentagem a reduzir-se significativamente, situando-se nos 7,8%. Dos 1131 assuntos tratados noticiosamente só por uma televisão, o pleno dos diários acompanhou tal selecção em apenas 46 assuntos (4,1%).

Tendência inversa se verifica no pólo oposto, quando olhamos para o total de assuntos ignorados pelo conjunto dos seis diários. Se este grupo não tratou apenas dois dos 99 assuntos noticiados pelo pleno das televisões, já ignorou 405 dos 1131 assuntos veiculados apenas por uma estação. A percentagem passa dos 2,0% para os 35,8%.

Subdividindo os dados em apenas dois grupos – um deles representando os assuntos tratados por quatro ou mais diários, o outro reportando aos assuntos noticiados por menos de quatro diários e aos assuntos ignorados pela totalidade dos diários (ver quadro 14), notamos que 86,9% dos assuntos veiculados noticiosamente pelo pleno das TV's mereceu tratamento por quatro ou mais jornais diários (86 assuntos num total de 99). Esta percentagem contrasta significativamente com os 19,4% de assuntos que quatro ou mais diários veicularam, dos 1131 tratados apenas por uma estação de televisão.

No grupo dos assuntos veiculados pelo pleno das TV's, apenas 13 (13,1%) mereceu tratamento noticioso por menos de quatro diários, ou foi ignorado. No grupo dos 1131 assuntos seleccionados só por uma TV, registamos 912 casos tratados por menos de quatro jornais diários, ou ignorados.

A exemplo do já comprovado no cotejo com o meio/rádio, também a imprensa evidencia uma maior insistência noticiosa nos grupos de assuntos noticiados por mais estações de televisão. Olhando aos dados que atestam um elevado volume de antecipações da imprensa escrita em relação à televisão, natural se torna concluir ter tal insistência noticiosa que se repercutir necessariamente nas tarefas de selecção a cargo dos *gatekeepers* das redacções televisivas.

3.5.8. Pré-agendamento da agenda noticiosa televisiva pelas agendas do meio/rádio e do meio/imprensa escrita

Consultando o quadro 15, constatamos ter o meio/rádio veiculado 817 dos 1664 assuntos seleccionados, no conjunto das três semanas, pelas 4 estações de TV, o que corresponde a uma percentagem de 49,1%. Destes 817 assuntos, 754 correspondem a notícias veiculadas previamente à sua difusão pelas televisões, havendo registo de 16 assuntos difundidos na mesma faixa horária, e 47 difundidos no mesmo dia, mas posteriormente à televisão. Temos, assim, 45,3% difundidos previamente (754 assuntos), 1,0% difundidos na mesma faixa horária (16 assuntos), e 2,8% (47 assuntos) com difusão posterior.

O meio/imprensa veiculou, no mesmo dia ou em dias anteriores à televisão, um total de 936 assuntos, valendo percentualmente 56,3%. Os jornais impressos levam vantagem à rádio em 11,0%, no que toca aos assuntos noticiados previamente (45,3% para a rádio, 56,3% para a imprensa).

No quadro 15 libertamos outros dados. Na coluna C indicamos o total semanal dos assuntos veiculados pela rádio (no mesmo dia ou em dias anteriores), e que foram ignorados pela imprensa nesse mesmo período. Foram 272 os assuntos incluídos nesta categoria. Na coluna D procedemos a exercício inverso, registando 391 assuntos tratados pela imprensa (no mesmo dia em que foram veiculados pela TV ou em dias anteriores), mas que não beneficiaram da selecção de nenhuma das redacções radiofónicas.

Na coluna E indicam-se os totais semanais de assuntos veiculados pela televisão que também foram objecto de notícia na rádio e na imprensa. No conjunto das três semanas registam-se 1208 assuntos.

Na coluna F registam-se, em a), os totais semanais e o total global de assuntos ignorados pela rádio e pela televisão; em b), os assuntos que, tendo sido ignorados pela rádio (com anterioridade, na mesma faixa horária ou posteriormente à TV) e pela imprensa (no mesmo dia ou em dias anteriores), vieram a ser retomados pela imprensa em dia(s) posterior(es) à televisão. 318 assuntos foram ignorados quer pela rádio, quer pela imprensa; outros 138, tendo sido ignorados pela rádio, vieram a ser retomados pela imprensa posteriormente à sua difusão pela televisão.

Verificamos, desta forma, que apenas 19,1%, correspondentes a 318 assuntos seleccionados pela televisão, não mereceram tratamento (anterior, simultâneo ou posterior) por parte da rádio e da imprensa

(69 assuntos na semana de Janeiro, 115 na semana de Junho e 134 na semana de Dezembro). A selecção dos *gatekeepers* das redacções televisivas foi acompanhada pelos outros dois meios em 1346 assuntos, o que representa uma percentagem de 80,9%.

A selecção noticiosa televisiva surge, indubitavelmente, eivada de forte teor mimético para com os outros dois meios. Teor mimético induzido por outras agendas, que se antecipam, quase em dois terços do total da amostra, à agenda televisiva.

Recordamos os dados apurados em cada semana de análise, no que às antecipações do conjunto rádio/impressão (em relação à televisão), e da televisão (em relação ao conjunto rádio/impressão) concerne.

No seu conjunto, na primeira semana de análise, a rádio e/ou a imprensa foram responsáveis por 412 tratamentos antecipados de um total de 527 assuntos veiculados pelas quatro estações de televisão, o que equivale a 78,2% de antecipações. Na semana de Junho, a rádio e/ou a imprensa veicularam antecipadamente 446 dos 617 assuntos seleccionados para difusão noticiosa pelas estações de televisão, representando uma percentagem de 72,3%. Na última semana de análise foram 330 as antecipações da rádio e/ou da imprensa, para um total de 520 assuntos veiculados pelas TV's, valendo percentualmente 63,5%.

Agrupando as três semanas de análise, encontramos 1188 antecipações por parte da rádio e/ou da imprensa, num total de 1664 assuntos tratados noticiosamente pelas estações de televisão. Em 71,4% dos casos, o meio/televisão seleccionou para difusão assuntos já previamente noticiados pela rádio e pela imprensa, ou só pela rádio, ou só pela imprensa.

O poder de antecipação da televisão em relação aos outros dois meios, a possibilidade da selecção televisiva funcionar como *alavanca* das agendas da rádio e da imprensa escrita demonstrou ser bastante mais débil. Com efeito, na semana de Janeiro registámos apenas 46 assuntos noticiados antecipadamente pela televisão, com retomas posteriores por, pelo menos, uma das outras agendas (rádio e/ou televisão). Num universo de 527 assuntos, as 46 antecipações da televisão valem percentualmente 8,7%.

Na semana de Junho registámos 56 antecipações da televisão com retomas posteriores por, pelo menos, um dos outros meios (rádio e/ou televisão). Para um total semanal de 617 assuntos seleccionados para difusão pela agenda televisiva, estas 56 antecipações representam 9,1%. Na semana de Dezembro registámos 56 antecipações da TV com retomas posteriores por, pelo menos, um dos outros meios (rádio e/ou televisão). Num universo de 520 assuntos, as 56 antecipações registadas pesam percentualmente 10,8%.

No conjunto das três semanas, registámos 158 antecipações da televisão com retomas posteriores por, pelo menos, um dos outros meios (rádio e/ou televisão). A agenda televisiva manifestando virtualidades para determinar as outras agendas em apenas 9,5% dos casos, percentagem que se distancia significativamente dos 71,4% de antecipações por, pelo menos, um dos outros meios (rádio e/ou imprensa escrita).

Se atendermos, não ao total de assuntos veiculados pelas estações de televisão nas três semanas analisadas (total de 1664 assuntos), mas tão só ao total de assuntos em que, pelo menos um dos outros meios (rádio e/ou imprensa), acompanhou a selecção noticiosa televisiva (total de 1346 assuntos), a diferença percentual acentua-se bastante, a favor do conjunto rádio/impressão. As 158 antecipações da televisão passam a valer 11,7%, contra 88,3% das antecipações por parte de, pelo menos, um dos outros meios (rádio e/ou imprensa escrita).

3.6. GENÉRICO DE FECHO

Foi nosso propósito, através da investigação realizada, responder às seguintes questões:

1. A actualidade transmitida pelos telejornais é determinada, na sua globalidade, por critérios jornalísticos *tout court*?

1.a) Ou, pelo contrário, sofre, no seu processo de produção, a influência de uma vasta gama de condicionantes?

2. A verificar-se este segundo quadro, qual o peso de tais condicionantes? Assumirão estas um mero valor residual, ou deterão, no processo de produção noticiosa televisiva, uma importância capital?

3. Poderão os meios rádio e imprensa escrita integrar o leque de condicionantes sofrido pela actividade jornalística televisiva?

3. a) A constituírem-se como condicionantes, que peso específico lhes pode ser atribuído, nomeadamente no que concerne à tarefa de elaboração da agenda noticiosa por parte dos *gatekeepers* das redacções televisivas?

4. Em função dos dados recolhidos, estaremos em condições de decidir pelo carácter determinante da agenda televisiva, em relação aos outros meios?

4. a) Ou, pelo contrário, poderemos considerar a agenda noticiosa televisiva como determinada, com os meios rádio e imprensa escrita desempenhando o papel de *news promoters* das suas agendas junto de uma terceira agenda, a agenda noticiosa televisiva?

A hipótese de trabalho avançada apontava para a existência de um vasto leque de condicionantes conformando os espaços informativos diários em televisão. Telejornais sujeitos a constrangimentos internos à redacção, internos à empresa mas externos à redacção, e externos propriamente ditos. Tais constrangimentos marcariam, de forma inelutável, o produto final recebido pelos espectadores, traduzindo-se numa autonomia bastante reduzida por parte dos jornalistas das redacções televisivas. Autonomia de grau infinitamente menor ao poder que lhes é vulgarmente atribuído.

Os dados resultantes da saturada análise efectuada às três semanas de noticiários televisivos apontam, firmemente, para a confirmação da tese expendida. A dissecação das agendas noticiosas televisivas permitiu-nos revelar significativas práticas miméticas endógenas ao meio televisão; circuitos de realimentação dos telejornais através do alinhamento de notícias de débil actualidade, notícias redifundidas sem sofrerem quaisquer alterações (chamámos-lhes *notícias a custo zero*).

Tais dados revelam ainda a existência de poderosos indutores miméticos das agendas televisivas com proveniência externa ao meio/televisão, replicando estas, em consequência, outras agendas, como a do meio/rádio e a do meio/imprensa escrita.

Complementámos a nossa investigação com o relato e alguns estudos resultantes de cinco semanas de observação directa nas redacções televisivas. Por último, detalhámos os resultados de extenso inquérito aos jornalistas que exercem a sua profissão nas estações de televisão.

Tais complementos permitiram iluminar algumas das práticas detectadas na nossa análise. Os resultados dos inquéritos constituem-se, por seu turno, como um válido contributo para conhecermos o posicionamento dos jornalistas em relação às problemáticas tratadas.

Numa primeira fase, provámos a existência de uma relação entre a potenciação noticiosa de assuntos da agenda televisiva e a selecção de tais assuntos por um maior ou menor número de estações de televisão. Concluímos pela existência efectiva de uma força propulsora de notícias bastante mais pujante nos assuntos seleccionados por todas as redacções televisivas, do que nos assuntos elencados por uma só TV. Tal força propulsora, mal se fazendo sentir nos assuntos tratados por uma só estação,

crece de intensidade à medida que determinados assuntos vão sendo objecto da atenção/tratamento/selecção de mais estações.

A uma maior potencialidade na desmultiplicação em notícias dos assuntos seleccionados por mais do que uma estação, acrescentámos a garantia de localizações mais favoráveis nos alinhamentos, no que a tais assuntos concerne.

Da análise resultante da tentativa de detecção de forças miméticas internas a cada estação, ressalta a existência clara de um *continuum* no tratamento de determinados assuntos. Provámos serem, os telejornais, alimentados em parte não despreciada por notícias referentes a assuntos transitando de informativos anteriores. Prática comum a todas as estações objecto da nossa análise, com uma amplitude que não se esgota na retoma de notícias entre jornais de transmissão contígua, abrangendo todo o dia noticioso e chegando mesmo a ultrapassar tal fronteira, com recuperações no dia seguinte.

Notámos também o peso significativo das retomas sem qualquer actualização da proposta de *pivot* e da peça, o que deixa indiciar não serem as decisões sobre tais recuperações fundadas em critérios jornalísticos *tout court*, sobrelevando antes razões de outra índole (escassez de meios humanos e técnicos, necessidades de contra-programação, por exemplo).

Ao alargarmos a nossa análise às agendas de outros meios (rádio e imprensa escrita), verificámos que o espectro mimético dos assuntos noticiados em determinado dia ultrapassa o meio/televisão, estendendo-se também a esses meios.

Comprovámos a existência de um elevado número de assuntos veiculados pela televisão com difusão anterior tanto pela rádio como pela imprensa escrita.

A conjugação destes dados com as similitudes encontradas na potenciação noticiosa, por parte da agenda televisiva, de assuntos tratados anteriormente pelas agendas da rádio e da imprensa escrita; a comprovação de que, a tais grupos de assuntos é atribuído tratamento de privilégio nos alinhamentos das estações televisivas, torna clara uma subordinação da agenda noticiosa televisiva a agendas externas (rádio e imprensa escrita), subordinação reflectida também numa hierarquização mais favorável das notícias reportando a assuntos previamente difundidos por esses mesmos meios.

Recordamos os dados carreados, referentes ao conjunto das três semanas de análise: 1188 antecipações por parte da rádio e/ou da imprensa, num total de 1664 assuntos tratados noticiosamente pelas estações de televisão. Em 71,4% dos casos, o meio/televisão seleccionou para difusão assuntos já previamente noticiados pela rádio e pela imprensa, ou só pela rádio, ou só pela imprensa.

O poder de antecipação da televisão em relação aos outros dois meios, a possibilidade da selecção televisiva funcionar como *alavanca* das agendas da rádio e da imprensa escrita demonstrou ser bastante mais débil. No conjunto das três semanas, registámos 158 antecipações da televisão com retomas posteriores por, pelo menos, um dos outros meios (rádio e/ou televisão). A agenda televisiva manifestando potencialidades para determinar as outras agendas em apenas 9,5% dos casos, percentagem que se distancia significativamente dos 71,4% de antecipações por, pelo menos, um dos outros meios (rádio e/ou imprensa escrita).

Se atendermos, não ao total de assuntos veiculados pelas estações de televisão nas três semanas analisadas (total de 1664 assuntos), mas tão só ao total de assuntos em que, pelo menos um dos outros meios (rádio e/ou imprensa), acompanhou a selecção noticiosa televisiva (total de 1346 assuntos), a diferença percentual acentua-se bastante, a favor do conjunto rádio/imprensa. As 158 antecipações da televisão passam a valer 11,7%, contra 88,3% das antecipações por parte de, pelo menos, um dos outros meios (rádio e/ou imprensa escrita).

Várias consequências se podem extrair dos dados apurados. A ressonância mimética interna a cada estação de televisão, e endógena ao meio/televisão traduz-se numa redução significativa do espectro de assuntos passível de transformação em notícia. Tais práticas miméticas conduzem a um afinilamento, a uma redução drástica do mapa dos assuntos passíveis de serem convertidos em notícia.

A pluralidade de assuntos noticiados, a diversidade das agendas televisivas, a riqueza de conteúdos do mapa noticioso diário das televisões falece por troca com a reiteração no alinhamento de determinados assuntos de privilégio. A potencial pluralidade define-se perante um porventura funesto matraqueamento de reduzido número de assuntos noticiados.

Recordamos que os cidadãos que assistem aos informativos televisivos difundidos em Portugal vêm, em média, 39,0% de assuntos tratados anteriormente noutros telejornais da mesma estação, percentagem referente ao universo de assuntos veiculados pelos telejornais emissores.

Olhando ao total de notícias dos jornais *receptores*, comprovámos que os informativos oferecidos aos telespectadores portugueses são compostos, em média, por 38,9% de assuntos retomados de telejornais anteriores.

Estes valores incluem assuntos cuja retoma noticiosa sofreu actualizações na redifusão, e outros em que tal se não verificou, voltando à antena em versão rigorosamente incólume a quaisquer alterações.

No conjunto das três estações (RTP, SIC e TVI), registámos 950 notícias redifundidas sem alteração da introdução do *pivot* e da peça, para um universo de 3116 notícias emitidas, o que equivale a uma percentagem de 30,5%.

Dos 39,0% de assuntos tratados anteriormente por outros telejornais (base: total de notícias dos informativos *emissores*); ou dos 38,9% de assuntos tratados anteriormente por outros telejornais (base: total de notícias dos informativos *receptores*), 30,5% esgotaram-se em meras redifusões, em recuperações de notícias sem que estas tenham sofrido a mínima alteração. A recuperação noticiosa de assuntos merecendo actualização quedou-se nos 8,5%, se utilizarmos como base o total de notícias dos informativos *emissores*, ou nos 8,4%, se utilizarmos como base o total de notícias dos informativos *receptores*.

Querendo percentuar o afinilamento do mapa noticioso diário, a redução do leque de assuntos passível de transformação em notícia e que cai sob os ditames do mimetismo situar-se-á nos 30,5%.

Aos efeitos desta insistência noticiosa em um terço do universo total de assuntos alinhados pelas estações televisivas, teremos que somar o facto de parte significativa do total de assuntos veiculados noticiosamente pelas TV's ter já merecido tratamento noticioso anterior por parte dos meios rádio e imprensa escrita, pelos dois meios ou apenas por um deles. Em 1664 assuntos tratados noticiosamente pelas estações de televisão, 1188 reflectiam alinhamentos anteriores da rádio e/ou da imprensa escrita. O circuito mimético exógeno ao meio televisão representando 71,4% do total de assuntos veiculados pelas estações de televisão. Por seu turno, a agenda televisiva manifestou potencialidades para determinar as outras agendas em apenas 9,5% dos casos.

Isto quer dizer que os cidadãos que optam por informar-se através de mais do que um meio se encontram inevitavelmente expostos a uma dose muito maior de *radiações* miméticas. Quem compra jornais e ouve notícias na rádio, verá depois, se optar por ligar a televisão, serem de novo tratados 71,4% dos assuntos já do seu possível conhecimento através da fruição dos dois primeiros meios. No dia seguinte, ao comprar de novo os jornais e ao voltar a sintonizar a rádio, consumirá 9,5% de notícias veiculadas anteriormente, por antecipação, pela televisão.

No início da investigação, assumimos o valor primordial que teria, para nós, encontrar respostas para a pergunta “quem determina a agenda jornalística televisiva?”. Não foi nosso

propósito fornecer lista saturada de todas as determinantes, antes o de aferir o peso efectivo de outros agendamentos na conformação da agenda noticiosa televisiva. Os dados extraídos da nossa análise apontam para uma clara influência dos agendamentos dos meios rádio e imprensa escrita na elaboração da agenda noticiosa televisiva. Esta agenda, por muitos considerada *determinante* das agendas de outros meios, revela-se, pelo contrário, *determinada*, em parte significativa, pelas agendas até hoje consideradas *subordinadas* da agenda televisiva.

Os dados apurados obrigarão, a partir de agora, a considerar os meios rádio e imprensa escrita como parte integrante do conjunto de *news promoters* que influenciam a agenda noticiosa televisiva. Isto significa que, ao leque tradicional de *news promoters* comumente indicados como fontes das notícias televisivas deveremos acrescentar outros meios de difusão informativa, no caso os meios rádio e imprensa escrita.

Em alguns casos, tais meios funcionam como fontes directas das redacções televisivas. Elencámos exemplos suficientemente demonstrativos dessa utilização da rádio e da imprensa escrita como fonte original de notícias posteriormente veiculadas pela televisão.

Noutros casos estamos perante um agendamento indirecto. Tendo, a televisão, possibilidade de acesso às mesmas fontes que os outros meios, a decisão de inclusão de determinados assuntos nos alinhamentos noticiosos surge influenciada pela prévia difusão de tais assuntos nos meios rádio e imprensa escrita; inclusão indexada também ao destaque dado a tais assuntos na imprensa escrita, e ao destaque e grau de insistência com que tais assuntos integraram o mapeamento noticioso do meio/rádio.

Aceitando como válidos os pressupostos em que se funda o paradigma construtivista - que rejeita considerar as notícias como um mero *espelho* da realidade, considerando-as, antes, como uma *construção* que resulta de processos complexos de interacção social -, devemos, em função dos dados apurados, passar a incluir os meios rádio e imprensa escrita no conjunto de actores que participam também, e com peso nada despiciendo, nos complexos processos de interacção social de onde dimanará o estatuto de noticiabilidade de muitos dos assuntos que sobem aos alinhamentos dos noticiários televisivos.

Os meios de comunicação social – no caso específico a rádio e a imprensa escrita – não se poderão reduzir ao mero papel de *news assemblers*, de receptáculos de assuntos anunciados pelas fontes com o objectivo da sua transformação em notícia. A esse papel deve ser acrescentada a função de promoção de tais assuntos junto de outras agendas, no caso a agenda noticiosa televisiva. Mesmo considerando a não-intencionalidade de tais resultados, os dados que obtivemos apontam claramente para esse efeito de agendamento de outras agendas.

O circuito que vai do acontecimento à inclusão nos alinhamentos noticiosos televisivos complexifica-se, com a introdução de novos elos na cadeia. A notícia, não sendo já aceite como um mero *espelho da realidade*, passa a constituir-se como uma construção resultante de um complexo jogo de espelhos, o agendamento televisivo reflectindo o fulgor de agendamentos prévios por outros meios.

Não se nega a potência agendatória da televisão junto dos meios rádio e imprensa escrita. Ela existirá de facto. No entanto, e respeitando os dados apurados, tal potenciação surge-nos bastante mais débil que a constatada no circuito inverso – dos meios rádio e imprensa escrita para a televisão.

A tentativa de selecção, para análise, de semanas consideradas típicas, não nos permite aquilatar da força agendatória da televisão junto dos outros meios em períodos considerados atípicos. Referimo-nos a situações de excepção, como os acontecimentos em Timor, a queda da ponte de Entre-os-Rios, o massacre de Fortaleza, entre outros. Sem dados que nos permitam pesar o reflexo, nas agendas da

rádio e da imprensa escrita, do agendamento insistente de tais assuntos por parte da televisão, não será descabido sustentar que a televisão influenciará, nestas situações atípicas, as restantes agendas.

O mesmo se poderia especular no que concerne à cobertura noticiosa do caso Casa Pia. Para este caso específico, importa ressaltar que tal escândalo adquiriu relevo noticioso através de reportagem originalmente publicada na imprensa escrita (semanário *Expresso*).

Cumprido este parêntesis, e voltando a ater-nos aos dados efectivamente apurados, diremos que a agenda noticiosa televisiva sofre a influência de agendas situadas a montante (*agendas-alavanca*), contributivas na formação de uma *macro-agenda* que se concretiza na *agenda-montra* televisiva.

Da permeabilidade dos *gatekeepers* televisivos para a inclusão, nas agendas que elaboram, de assuntos com agendamento anterior por parte de outros meios; da *generosidade* demonstrada para a inclusão de tais assuntos nos alinhamentos noticiosos televisivos, resultam consequências de inegável importância.

Por um lado, as redacções televisivas vêm amputado, em quinhão de peso, o nobre privilégio da *revelação*. Por outro, regista-se uma assinalável *capitis diminutio* da autonomia dos jornalistas de televisão no processo de selecção do noticiável. Acresce uma considerável redução da diversidade noticiosa gerada pelos diversos *media*.

Vista por outro prisma, esta drástica redução equivale a alinhamentos de maior teor mimético – menos assuntos noticiados, maior insistência ou matraqueamento dos assuntos que conseguiram passar o filtro dos *gatekeepers* das redacções televisivas.

Que podemos inferir dos dados apurados, à luz dos contributos teóricos do *agenda-setting* e estudos percursoros?

Recordamos ter Lippmann defendido, já em 1922, constituírem os *media* a principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens que sobre esses acontecimentos eram formadas pelos cidadãos, ligação entre o ambiente (o mundo que existe realmente lá fora) e o pseudo-ambiente (as nossas percepções pessoais sobre aquele mundo).

Em 1963, Cohen já defendera que, se a imprensa “pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar. O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redactores, editores e directores do jornal que lêem”.

Galtung e Ruge ([1965] 1993) tinham observado algo de similar ao sustentarem que os critérios de relevância adoptados pelos jornalistas na selecção dos acontecimentos a transformar em notícias, percorriam todo o processo desde a ocorrência até ao leitor.

Em estudo de 1972 [1994], McCombs e Shaw defenderam a existência de uma correlação entre a hierarquização, por parte dos eleitores, dos temas debatidos na campanha eleitoral, e a hierarquização conferida a esses temas por parte dos *media* (hipótese do *agenda-setting*, ou agendamento).

“Em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso” – defendia Shaw (1979: 96), consumando dessa forma a ruptura com o paradigma funcionalista sobre os efeitos dos *mass media*, “o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas”.

“Todos os dias os jornalistas manejam as notícias de várias formas, e todas elas são muito importantes. Em primeiro lugar, seleccionam as notícias que serão publicadas, e as que o não serão.

Em seguida, devem avaliar todas as informações de que dispõem. Num diário típico, mais de 75% das notícias potenciais são desvalorizadas, nunca chegando à audiência. Não existe nos jornais espaço físico para imprimir todas as notícias disponíveis. Deve seleccionar-se. São estes os primeiros passos na ante-sala do processo diário. Mas nem todo o material que supera esta pré-selecção recebe o mesmo tipo de tratamento quando é apresentado à audiência. Parte dele é utilizado extensivamente, destacando-se fortemente. Outras notícias merecem um destaque menor. Os jornais, por exemplo, expressam claramente a relevância jornalística duma notícia através da sua colocação, título e extensão.

Ao incorporar ingredientes similares de peso nas suas próprias agendas, o editor assegura-se que as audiências percebem estes elementos relevantes das informações. Pese embora a circunstância destes elementos relevantes configurarem um subproduto incidental e inevitável do jornalismo, é inegável que tal relevância constitui um dos atributos da mensagem transmitida. A transmissão destes temas relevantes, através do processo do agendamento, é um dos aspectos mais importantes da comunicação de massas. Os *media* informativos não só determinam em grande parte a nossa consciencialização sobre o mundo em geral através do fornecimento de elementos primordiais para elaborar as nossas próprias imagens do mundo, como também influem sobre a proeminência dos elementos dessa imagem” – defendia MacCombs (1994: 17).

Conforme tivemos ocasião de assinalar no enquadramento teórico da presente tese, à luz dos contributos que acabámos de enunciar, o labor jornalístico, longe de se confinar à veiculação de notícias, fornecerá também um mapa sinalizador do relevo, da importância conferida a tais notícias por parte dos *media*. As notícias deixam assim de valer apenas pelo seu conteúdo intrínseco, porque portadoras de sinais – evidentes ou de menor perceptibilidade –, destinados a potenciar (ou não) o seu valor junto dos receptores. Vale a notícia, mais a sua circunstância – a circunstância da revelação, da oportunidade desta, da mobilização de expedientes tendentes ao seu empolamento em página ou no alinhamento. A própria subida a página constituirá já um sinal da importância que lhe é conferida, por ter conseguido sobreviver no mar revolto dos acontecimentos que naufragam quotidianamente nas redacções.

Sinais que os cidadãos agradecem, aos quais são permeáveis, atendendo ao número crescente de assuntos da *vida real* a que não acedem directamente, e dos quais têm conhecimento apenas através da mediação simbólica dos *mass media*.

Comprovada que foi, através da nossa análise, a existência de influências das outras agendas (radiofónica e da imprensa escrita); comprovada também a frequência e a significativa amplitude de tais influências na formação da agenda noticiosa televisiva; concluiremos, à luz dos contributos teóricos expendidos, que o elevado teor mimético dos alinhamentos televisivos originará consequências assinaláveis na capacidade da agenda noticiosa televisiva para, pelo menos, *dizer aos seus próprios telespectadores sobre o que pensar*.

Aos conteúdos miméticos de origem exógena ao meio/televisão, teremos obrigatoriamente que acrescentar a geração de mimetismos noticiosos endógenos a este meio, e isto quer no cotejo entre as várias estações, quer quando consideramos cada estação de televisão individualmente. Como já referimos, cada estação televisiva é, de *per si*, responsável pela difusão de volume apreciável de notícias de teor mimético, através da retoma, com ou sem actualização, de assuntos veiculados por informativos anteriores.

Atentas as necessidades de preenchimento de espaços informativos com uma duração-padrão que, longe de se fixar nos trinta minutos de antanho, vai duplicando e por vezes mesmo triplicando, a menor diversidade de assuntos seleccionados para difusão noticiosa correrá inevitavelmente a par

com o recurso a um número cada vez mais significativo de redifusões noticiosas de assuntos alinhados em noticiários anteriores.

Um maior volume de mimetismo noticioso significa o recurso a um número diminuto de fontes, implicando tal uma não menosprezável redução dos actores sociais com direito a *espaço* ou *tempo de antena* nos *media*. A um maior volume de mimetismo noticioso corresponderá, naturalmente, uma maior potencialidade da *agenda mediática* para conformar a *agenda pública*, mapeando aquilo que deve ser tema de conversa, debate e preocupação dos cidadãos.

Ao invés de se apresentar com conteúdos noticiosos alternativos aos do meio/rádio e aos do meio/impressão escrita, a televisão surge oferecendo-nos mais do mesmo, escarapate de muitas notícias que já não são novidade para muitos, residindo e resumindo-se o valor acrescentado de tais notícias à animação do já difundido mas sem imagens (caso da rádio), ou sem som (caso da imprensa escrita).

É a concorrência gerando, paradoxalmente, efeitos inversos aos normal e legitimamente esperados. É, como assinala Mário Mesquita (1994), o “tropismo da imitação” produzindo resultados contrários aos “efeitos criativos geralmente atribuídos à luta pela conquista de públicos”: “A concorrência, neste como noutros domínios, em vez de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta, como se pode facilmente verificar comparando os conteúdos dos grandes semanários ou das estações de rádio ou dos canais de televisão de grande audiência”.

Importa, em nosso entender, rever a velha máxima a rádio dá, a televisão mostra, o jornal explica. À luz dos dados apurados, arriscamos substituto para o tradicional ditado: a rádio e os jornais dão, os jornais explicam, a televisão mostra ou anima (muito) do que a rádio e os jornais deram, mas explicando muito pouco.

O reduzido investimento nos assuntos noticiados apenas por uma estação de televisão, através de um insignificante desdobramento em notícias e de colocações desfavoráveis nos alinhamentos, revela manifesto desinteresse das redacções televisivas no que reporta ao jornalismo de investigação, entendido este *lato sensu*. Pouca preocupação, ou poucas possibilidades de investir em assuntos que fujam da agenda tradicional, que escapem à *zona do que todos dão*, ao fatalismo de noticiar, obrigatoriamente, *o que os outros estão a dar*. Pouco investimento na diversificação da agenda noticiosa televisiva, de molde a enriquecer o *cabaz informativo* dos cidadãos-telespectadores, de molde a potenciar debates em torno de leque mais plural de assuntos que respeitam à vida da *polis*.

Não o fazendo, as televisões resistem em assumir tal défice, alimentando nos telespectadores a ilusão de que lhes oferecem tudo o que se passa no mundo, tudo o que há para ver e ouvir. A bateria de enfatizadores por nós detalhada assume contornos preocupantes quando confrontada com os dados resultantes da análise efectuada.

Bateria de enfatizadores que diverge, em absoluto, do diagnóstico que transparece das respostas aos inquéritos preenchidos pelos jornalistas das redacções televisivas. Os dados resultantes de tais respostas evidenciam clara sintonia com os dados apurados pela análise ao conteúdo dos telejornais.

Recordamos que mais de metade dos jornalistas inquiridos (58,1%) considera ser a chamada *ordem do dia* noticioso determinada pela imprensa escrita. Que nenhum dos profissionais de televisão considera o meio em que trabalha como produtor da maioria das *cachas* ou *furos* jornalísticos difundidos nos últimos anos em Portugal. Quase dois terços (74,4%) atribui tal privilégio à imprensa, havendo 16,3% assinalando, em conjunto, a imprensa e a rádio nas respostas.

Mais de metade (55,8%) considera existir pouco jornalismo de investigação produzido pelas redacções televisivas. 34,9% é de opinião que há mesmo “muito pouco”. Apenas 7,0% são de opinião que o jornalismo de investigação difundido pelos telejornais é suficiente.

As justificações dadas pelos profissionais, justificações que tivemos ocasião de detalhar, apontam, por um lado, para a vasta série de constrangimentos emperrando a máquina informativa televisiva; por outro lado, deixam denotar a assunção de uma agenda subalternizada, a inevitabilidade da determinação da agenda televisiva pelas agendas de outros meios. O jornalismo televisivo transformado, desta forma, e perante a resignação de muitos dos jornalistas, num jornalismo de *follow-up*. “Há dias em que os jornais lançam a notícia do dia, e as rádios e as televisões avançam para o *follow up*”, respondia um dos inquiridos. “A rádio tem uma função de *enchimento* noticioso. Ao longo do dia, cria nas pessoas – e, sobretudo, nos jornalistas – a ideia de que as notícias ouvidas são inevitáveis, únicas e necessitam de ser *mostradas* para serem completamente percebidas”, acrescentava outro.

Permitam-nos que reproduzamos o testemunho de Fernando Barata, coordenador do *Telejornal* da RTP1, depoimento por nós recolhido aquando da observação directa na redacção de Lisboa do canal público (16.11.1999): “Hoje em dia a máquina informativa começa a desenhar-se por um processo que é alheio às próprias televisões. As pessoas são muito marcadas pelo que dá nas rádios, que ouvem durante bastante tempo nas filas de trânsito. E isto cria uma grande expectativa de verem as imagens desses acontecimentos quando chegam a casa, pela hora do jantar”.

Barata considera quase inexistente o jornalismo de investigação na estação em que trabalha: “O nosso jornalismo sucumbiu à rotina, a investigação é muito reduzida, somos claramente seguidistas das agendas dos outros meios. E o drama é que aos jornalistas mais jovens não lhes pressinto vontade de mudar as coisas. Já não vêm com capacidade de iniciativa, são raríssimos os casos em que tal acontece. É um hábito instalado que se transmite quase como um vírus!”.

O privilégio da revelação - motor maior daqueles que um dia resolveram abraçar a profissão de jornalistas -, foi substituído pelo privilégio da animação. A agenda noticiosa televisiva transformou-se numa agenda-montra de outras agendas, escaparate de atracções vendendo os milagres de fazer mexer as fotos que jazem inanimadas na imprensa escrita, e de revelar as fúrias, trejeitos e feições dos *sem-rosto* que ocupam as notícias da rádio.

A *capitis diminutio* na autonomia de decisão da agenda noticiosa televisiva é assumida pelos jornalistas e editores que neste meio laboram como se de uma fatalidade se tratasse. Se não na totalidade, em parte significativa do conteúdo seleccionado para difusão, os *gatekeepers* das televisões vão-se resignando na promoção de um jornalismo em segunda-mão, um jornalismo subalternizado ao estatuto de *follow-up* de notícias assinadas por terceiros, um jornalismo de *follow-up* animado.

Os *news-promoters* tradicionais e os responsáveis dos meios detentores de agendas-alavanca (rádio e imprensa escrita), estes agora equiparados a esse mesmo estatuto ou função de *news-promoters* (*news-promoters* de segunda geração?), já se deram conta das alterações de fundo verificadas na elaboração da agenda noticiosa televisiva.

Os primeiros (pelo menos os mais atentos ou mais sagazes), já terão percebido que o sucesso de uma *campanha informativa* não passa, certamente, pela oferta do exclusivo das suas revelações a uma estação de televisão. Dependendo da importância e do impacto de tal *campanha informativa*, se poderão contar com uma eventual repercussão da *cacha* televisiva nas agendas noticiosas da rádio e

da imprensa escrita, mais certamente perspectivarão silenciamento ou menorização do assunto por parte das estações de televisão concorrentes.

A estratégia mais eficaz passará, então, por oferecer a *cacha* a um importante órgão da imprensa escrita nacional. Aceitando como válidos os dados resultantes da nossa análise, o *news-promotor* que aposte nesta última opção verá a sua *cacha* repercutir-se por vários noticiários radiofônicos, subindo mais tarde às pantalhas da informação televisiva.

A arte estará aqui na escolha do primeiro difusor, opção determinante para que este não seja também o último, por ter sido o único.

Os editores e responsáveis dos órgãos da imprensa escrita também parecem conhecer esta regra. Alcandorados, por omissão alheia, ao estatuto de *news-promotors* junto das redacções televisivas, percebem hoje que a manchete impressa em papel – destinada a algumas dezenas de milhares de leitores –, pode chegar a milhões, bastando para tal ultrapassar o filtro dos *gatekeepers* televisivos. Os ganhos são óbvios e nada negligenciáveis. Se de espaço publicitário se tratasse, a menção ao título autor da *cacha* respigada, bem como o desenvolvimento de toda a notícia valeriam várias dezenas de milhares de euros.

A agenda noticiosa televisiva, quando *montra* das notícias investigadas por terceiros, passa a constituir-se também como uma *agenda da consagração* desses jornalistas e dos órgãos de comunicação social em que trabalham.

Um pequeno exemplo, fruto da observação directa que efectuámos nas redacções televisivas, serve para demonstrar que os responsáveis da imprensa escrita não encaram estas retomas de forma diletante. A 4 de Dezembro de 1999 um *grande repórter* da SIC prepara peça tendo por base notícia a publicar, no dia seguinte, no jornal *Público*. Para além dos pormenores tratados ao telefone, um estafeta da SIC deslocou-se à redacção do *Público* para recolher os ficheiros PDF continentais da primeira página do diário, bem como do desenvolvimento da notícia. Era noite de sábado, o repórter da SIC deixa a peça pronta para emissão no dia seguinte, frisando a necessidade de se referir que tal assunto era manchete desse domingo no *Público*. Este jornal fazia eco de graves denúncias da *Global Witness* contra responsáveis do governo angolano, alegadamente imersos num gigantesco polvo de corrupção em torno das concessões da exploração petrolífera. As conclusões do relatório fariam a manchete do *Público* de domingo, 5 de Dezembro.

Foi notícia de abertura do *Primeiro Jornal* da SIC. Por razões que desconhecemos, a apresentadora do noticiário não fez qualquer menção ao diário *Público*, o que originou telefonema do autor da peça para a redacção. Neste contacto, o jornalista da SIC dava conta da pronta reclamação, via telefone, com origem no *Público*. Reparo à quebra do acordo estabelecido, por não ter sido feita nenhuma menção expressa ao diário de Belmiro de Azevedo. Às 20 horas, no *Jornal da Noite*, fez-se então a referência devida ao diário *Público*.

Em 1995, Francisco Rui Cádima (1995: 108) já presentia “o risco latente da omnipresença do mesmo ‘programa’ em toda a linha de oferta, seja ela generalista, codificada, *on-demand*, por cabo ou por satélite”. Os processos recentes de concorrência entre redes de TV têm-no demonstrado à saciedade — afirmava aquele investigador, lembrando os contributos de velhas teorias económicas apontando nesse mesmo sentido: “É aliás algo que se explica através de velhas teorias económicas: segundo Hotelling, já em 1929 era visível que dois concorrentes no mesmo mercado têm interesse em oferecer produtos quase idênticos para maximizar o seu lucro e, assim, ‘os canais que pretendem maximizar a sua audiência têm interesse em oferecer o mesmo tipo de programas, mais do que satisfazer as escolhas afastadas do perfil médio da audiência’”.

Adaptando aos dados libertados pela presente tese, substituiremos “risco” por certeza da onnipresença das mesmas notícias em toda a linha de oferta. Cremos ter desenhado, também, a traço firme, os contornos do “embrulho mediático”, do “único sistema de informação” de que fala Ignacio Ramonet (1998: 24): “Neste embrulho mediático, nada mais inútil que tentar analisar a imprensa escrita isolada dos restantes meios de comunicação. Os *media* (e os jornalistas) repetem-se, imitam-se, copiam-se, misturam-se, até ao ponto de não se constituir mais do que um único sistema de informação, em cujo seio é cada vez mais árduo distinguir as especificidades deste ou daquele meio considerado em separado”.

A assunção de que determinados meios podem funcionar como *news-promoters* de outros meios, contribuindo assim para a *unicidade* do sistema de informação de que fala Ramonet, obrigará também à revisão do circuito tradicionalmente aventado entre a origem da notícia e a sua selecção para posterior difusão. Nos casos em que o jornalista toma conhecimento de determinado facto por mediação de outrém, o leque das fontes mediadoras não contempla, via de regra, os meios de comunicação social. Raramente a estes meios é atribuída a função de fonte de outros meios.

Essa é uma lacuna que, em nosso entender, deve ser colmatada à luz dos dados e das reflexões até aqui expandidas. O tratamento noticioso de determinado assunto por um meio de comunicação – assunto já do conhecimento do meio retomador –, pode potenciar – e potencia muitas vezes –, a inclusão desse mesmo assunto na agenda noticiosa de outros meios. Essa inclusão prévia origina também, com regularidade, uma hierarquização mais favorável das notícias sobre esse assunto, aquando da sua posterior publicação ou difusão noutros meios.

Se isto vale para assuntos já do conhecimento das redacções dos meios que procedem à retoma, vale com mais acuidade ainda para os casos de divulgação de notícias em primeira mão, para as chamadas *cachas* ou furos jornalísticos.

Neste último caso, o meio que divulga a *cacha* que outros haverão de repescar para as suas agendas, funciona como um *news-promotor* no pleno sentido da palavra. Mesmo não se podendo atribuir-lhe intencionalidade de repercussão noutras agendas, o facto é que a decisão de inclusão noutras agendas transforma o primeiro meio em *fonte* das agendas retomadoras. Estaremos aqui perante uma *fonte primária* do agendamento por outros meios.

Nos casos em que determinado assunto, repescado por outras agendas, já era do conhecimento dos *gatekeepers* retomadores, tendo estes avançado para a sua inclusão nos noticiários, ou solidificado a intenção de os incluir, por influência do agendamento anterior por outros meios, a função de *news-promoters* destes últimos meios mantém pertinência, apesar de não se constituir aqui como fonte original. Esse agendamento prévio funcionará como um *gerador determinante* de outros agendamentos, determinância de grau e eficácia variáveis, em função das necessidades dos *gatekeepers* retomadores, e da maior ou menor importância que estes profissionais atribuirão à inclusão e frequência difusora de tais agendamentos prévios.

Urge, então, complexificar o tradicional percurso fonte -> *media* difusor, quebrando a sua tradicional linearidade. Ao investigarmos o circuito percorrido pelo acontecimento até à sua transformação em notícia, não deveremos descurar, como muitos têm descurado até aqui, as virtualidades dos meios de comunicação social enquanto *fontes primárias* de outros meios, ou ainda de *geradores determinantes* dos agendamentos de outros meios.

Há outras consequências a extrair da nossa investigação. A sustentação de uma menorização do jornalismo televisivo, atentas as manifestas debilidades para conseguir impor os componentes da sua

agenda aos restantes meios; a constatação de que o jornalismo televisivo vai abdicando, cada vez mais, do privilégio da *revelação*, promovendo um jornalismo em segunda-mão, transformando-se em jornalismo de *follow-up* animado, tudo isso aponta para uma atenuação da responsabilização da agenda noticiosa televisiva no que concerne às mazelas que reiteradamente lhe são atribuídas. O estigma que agora lhe inculcamos, considerando-a, em parte substancial, como uma *agenda-reflexo* de outras agendas, não deve, em nosso entender, somar-se à flagelação de uma responsabilidade-mor pelos efeitos malsãos que reiteradamente são atribuídos à selecção noticiosa vertida diariamente pelas estações de televisão.

Repercutindo, a agenda televisiva, selecções de outras agendas, tal responsabilidade deve ser partilhada pelo conjunto dos *gatekeepers* dos diversos meios. É, sem dúvida, tema controverso, este que aqui lançamos. Em sentido oposto, poderá arguir-se com o facto incontornável de ninguém, seja da rádio seja da imprensa escrita, obrigar os editores das redacções televisivas a mimetizarem ou a apropriarem-se das agendas de outros meios. Mais: sobre os *gatekeepers* televisivos impende a pesada responsabilidade de equacionarem, em permanência, efeitos prováveis da inclusão de determinados assuntos nos alinhamentos noticiosos sob a sua tutela. Assuntos há que, pelo seu melindre, são passíveis de tratamento noticioso digno na imprensa escrita, porventura também na rádio, tornando-se tal tratamento bastante mais difícil em televisão. Mesmo quando conseguida uma adequação equilibrada e responsável na transformação de determinado assunto em notícia televisionada, o responsável por uma redacção ou editoria televisiva não deve alhear-se de que a informação veiculada pela sua estação pode chegar a muitos milhões de cidadãos, multiplicando bastante a audiência potencial da imprensa escrita ou da rádio.

Sendo tudo isto verdade, o que pretendemos assinalar não é tanto uma desresponsabilização *tout court*, uma absolvição dos pecados de selecção cometidos pelos editores televisivos. Se chamamos a atenção para o facto das máculas das selecções televisivas repercutirem máculas de outras selecções, fazêmo-lo porque, via de regra, é sobre o trabalho dos *gatekeepers* televisivos que todas as críticas se focalizam. As selecções da imprensa escrita e da rádio passam, por mais defeitos que lhes possamos imputar, quase sempre incólumes no veredicto dos telespectadores, dos críticos profissionais, até mesmo de muitos investigadores.

Dito por outras palavras, a acusação de selecções noticiosas televisivas de forte pendor sensacionalista, tendo por base apenas uma análise ao conteúdo dos telejornais, sendo fundada, rigorosa e pertinente, corre o sério risco de denunciar um efeito obnubilando as causas. E estas podem residir, em quinhão de peso variável, nos agendamentos prévios de outros meios.

À luz dos dados obtidos na análise, tendo também presentes os contributos complementares da observação directa nas redacções televisivas e as respostas dos jornalistas ao inquérito que elaborámos¹⁰⁶, **consideramos necessária a elaboração de uma grelha de critérios de noticiabilidade do jornalismo televisivo, pauta que deve reflectir as condicionantes específicas do meio/televisão.**

O nosso contributo para a elaboração de tal grelha passa, primeiro, por uma compartimentação dos critérios de noticiabilidade em três grupos: critérios universais, critérios organizacionais e critérios reportando a interesses da estação.

¹⁰⁶ O detalhe das cinco semanas de observação directa nas redacções televisivas da RTP1 (Lisboa e Porto), RTP2 (Lisboa e Porto), SIC e TVI, e as respostas dos jornalistas ao extenso inquérito que formulámos integram o terceiro livro publicado referente ao projecto de investigação que culminou na presente dissertação de doutoramento: “DAMÁQUINA ENFATIZADA

O grupo dos critérios de noticiabilidade universais integra os critérios que reflectem o valor intrínseco do acontecimento, enquanto portador de virtualidades de tratamento jornalístico, independentemente do meio em que a notícia é publicada/difundida. São eles o *momento do acontecimento*, a *intensidade*, *clareza*, *proximidade*, *surpresa* e *valores sócio-culturais*.

No grupo dos critérios de noticiabilidade organizacionais, incluímos a *continuidade*, *composição*, *previsibilidade*, *valor das imagens* e *custos*. São critérios vulgarmente elencados, reportando na sua quase totalidade a necessidades e constrangimentos dos vários meios. Apenas o critério *valor das imagens* surge como específico do meio/televisão.

A este grupo propomos acrescentar os critérios de *agendamento anterior*, *impacto do agendamento anterior*, *insistência do agendamento anterior*, *socorro à agenda* e *agendamento reflexo da concorrência directa*.

Aqui, ao valor-notícia intrínseco do acontecimento acrescentam-se outras prerrogativas que o permitem moldar-se aos interesses e constrangimentos da redacção televisiva, enquanto organização.

Por último, o grupo de critérios-jornalísticos reportando a interesses da estação. Estes critérios de noticiabilidade não radicam nas virtualidades jornalísticas do acontecimento (que as pode efectivamente ter); também não fixam residência nos interesses e constrangimentos da redacção, enquanto organização com limitações que a impedem de tudo noticiar. O critério de selecção reporta, neste último grupo, mais aos interesses da empresa a que a redacção pertence. O acontecimento funciona como um pretexto para enfatizar os pergaminhos da empresa, incluindo-se neste grupo alguns pseudo-acontecimentos.

Incluímos neste grupo os critérios de *campanha*, *afrontamento*, *interesse promocional directo*, *interesse promocional indirecto*, *ostentação* e *alavanca*.

Passamos ao detalhe (e justificação, sempre que tal seja julgado necessário), dos critérios de noticiabilidade específicos do meio/televisão que propomos sejam acrescentados à tradicional pauta de critérios de noticiabilidade.

Agendamento anterior: Um acontecimento noticiado anteriormente por outros meios tem mais probabilidades de integrar a selecção de um noticiário televisivo do que os acontecimentos ignorados por esses *media*.

Impacto do agendamento anterior: Essa probabilidade aumenta em função do destaque atribuído pelo agendamento anterior ao acontecimento. Maior probabilidade de agendamento pela televisão se o assunto for manchete nos jornais, ou alinhado na abertura dos noticiários radiofónicos.

Insistência do agendamento anterior: A repetição do assunto em vários noticiários, neste caso da rádio, constitui um índice de aferição do valor do acontecimento, índice que condiciona o jornalista de televisão levando-o a considerar o assunto agendável, até mesmo impensável não o noticiar.

Socorro à agenda: Peças ou notícias incluídas unicamente para responder a necessidades da programação, ou a situações de emergência na redacção. São, na sua quase totalidade, peças *intemporais*, prontas com alguma, até mesmo muita antecedência em relação à data da emissão, e que, no entender dos editores, não perdem actualidade. Utilizam-se sobretudo em dias de reduzido caudal noticioso (férias, fins de semana, feriados), ou quando o departamento de programação o solicita, nomeadamente para satisfazer necessidades de contra-programação.

Aos critérios de noticiabilidade do agendamento anterior por outros *media*, que não fazem concorrência directa à televisão, importa acrescentar o valor-notícia do ***agendamento reflexo da concorrência directa***. A inclusão de um assunto no alinhamento noticioso por parte de uma televisão pode levar as outras a sentirem-se na *obrigação* de também tratarem esse assunto.

Todas as *régies* dispõem de monitores que transmitem os noticiários das televisões concorrentes. Nalguns casos esses monitores estão instalados não apenas na *régie*, mas também no estúdio, permitindo o acompanhamento dos noticiários da concorrência pelo *pivot* (assim acontecia na SIC).

Por vezes verificam-se alterações do alinhamento durante o próprio noticiário, o que não acontece com frequência. Mas já é mais comum que a selecção de temas de uma determinada televisão venha a influenciar o agendamento das estações concorrentes nos espaços noticiosos seguintes. Este agendamento funciona mais como tendente a reduzir os ganhos conquistados pela concorrência. Importa, sempre que se julgue relevante, não deixar uma estação *brilhar* sozinha com a veiculação de um assunto que escapou à investigação das redacções concorrentes, ou que estas haviam decidido ignorar.

Ou seja, no noticiário televisivo de uma determinada estação também pode pesar – e pesa –, o valor-notícia do *agendamento anterior* pela concorrência directa¹⁰⁷.

Como pesam o *impacto* e a *insistência* desse *agendamento anterior*. Queremos com isto dizer que uma notícia veiculada a abrir ou na zona de abertura das televisões *x* e *y*, tem mais possibilidades de vir a ser repescada pela televisão *z* que outras notícias veiculadas apenas pela concorrência, mas em lugar menos nobre no alinhamento. Funcionou o impacto do agendamento anterior. Como pode funcionar a insistência desse agendamento.

Um assunto veiculado por uma estação em vários noticiários seguidos, ou em noticiários interpolados durante alguns dias, pode *obrigar* as restantes televisões a noticiá-lo também.

Tal efeito (da insistência) não seria possível no mesmo dia, atendendo ao número reduzido de noticiários diários das estações portuguesas (4 e 3). Passou a sê-lo com a entrada em funcionamento da SIC Notícias¹⁰⁸.

¹⁰⁷ A decisão de reagir a *cachas* da concorrência pode gerar mimetismo dispensável (será apenas *mais do mesmo*), ou ter um efeito positivo, quando os editores dos jornais decidem abordar o assunto por prisma diferente do originalmente abordado. Se bem que, na maior parte dos casos, a tendência vá no sentido da mera repetição - para tentar diluir os benefícios da *cacha* obtidos pela concorrência -, ou para tentar descredibilizar essa *cacha* (como aconteceu no caso Timor-EUA, referido na nota seguinte), situações há em que as redacções que se viram ultrapassadas pela concorrência resolvem pegar no assunto, enriquecendo as perspectivas de abordagem do mesmo, desvendando pormenores que escaparam ou foram desvalorizados pelos autores do *furo jornalístico*. Quando tal acontece, o telespectador beneficia deste *agendamento reflexo da concorrência directa*.

¹⁰⁸ Damos um exemplo concreto. A 7 de Dezembro de 2001, dia em que se assinalavam 26 anos da invasão de Timor Leste por parte da Indonésia, a SIC Notícias, a partir das 00h, e a SIC, às 13h, abriram os respectivos noticiários com a revelação de que “documentos secretos do Departamento de Estado norte-americano” provavam “que os Estados Unidos sabiam dos planos indonésios para invasão de Timor Leste”. Documentos que relatavam “o diálogo em Jacarta entre o Presidente Ford, o Secretário de Estado Henry Kissinger e o Presidente Suharto”. Indicava-se ainda, na introdução à primeira de várias peças emitidas sobre o assunto, que os documentos haviam sido “desclassificados a pedido da SIC, num processo que se arrastou durante quase dois anos”.

Foi notícia de abertura na *Primeiro Jornal* da SIC. Mereceu difusão insistente nos informativos da SIC Notícias. Neste último canal, a revelação dos documentos foi ainda tema do espaço *Opinião Pública*, entre as 18h e as 19h. A SIC produziu um *spot* promocional sobre o assunto, avisando da sua inclusão no *Jornal da Noite*.

Os noticiários das 13h da RTP1 e da TVI não fizeram qualquer referência ao assunto. Mas o mesmo não sucederia no noticiário seguinte, às 20h. Quer a RTP1, quer a TVI se sentiram na *obrigação* de incluir o assunto nos respectivos alinhamentos, o mesmo sucedendo com a RTP2, às 21h30.

Este é um exemplo claro do alinhamento de um determinado acontecimento por pressão do alegado *furo jornalístico* da concorrência. Pressão por força da insistência dos canais da SIC quanto ao tema.

Com opções díspares, no entanto. A TVI optou por fazer referência ao tema num *of*, sem mencionar, como é óbvio, a fonte da notícia.

TVI, 20h (*of*): “Os Estados Unidos sabiam e apoiaram a ocupação militar da Indonésia, de Timor Leste, em 1975. A administração norte-americana sempre desmentiu ter apoiado a invasão. Mas agora são documentos secretos dos próprios americanos quem o confirma. Ao longo dos últimos 26 anos, Washington sempre afirmou ter sido apanhada de surpresa. Mas

Por último, detalhe para o grupo de critérios-jornalísticos reportando a interesses da estação.

Campanha: O acontecimento, ao ser noticiado, insere-se em campanha desenvolvida pela estação. Pode ser comum às demais estações, caso de Timor no período pós-referendo; ou promovida apenas por uma estação: ajudar a descobrir criança desaparecida, a encontrar um lar para um sem-abrigo, a custear as despesas de tratamento de uma criança horrivelmente queimada pelo pai, etc.

Afrontamento: Difere da anterior, porque ali a campanha é considerada *positiva*. Aqui o acontecimento sobe a notícia pelas virtualidades que tem de afrontar personalidades ou instituições que mantêm um conflito com a estação. Veja-se o caso da SIC em relação ao Futebol Clube do Porto (há uns anos atrás), ou da RTP e da TVI em relação ao Benfica de Vale e Azevedo; da TVI em relação ao casamento de Bárbara Guimarães e Manuel Maria Carrilho, da SIC ao decidir avançar com projecções de resultados eleitorais ainda antes de fechadas as urnas de voto.

Interesse promocional directo: Acontecimentos que são notícia porque interessam directamente à estação, promovendo programas, profissionais ou a imagem de marca da estação. Notícias sobre um programa da estação, sobre a contratação de um *peso-pesado*, sobre alterações na grelha, sobre um prémio conquistado por um jornalista da casa.

Interesse promocional indirecto: Acontecimentos que são notícia porque, não respeitando directamente à estação, reportam a interesses do grupo ou da empresa-mãe. Exemplos: notícias da RTP sobre a revista *TV Guia* ou eventos promovidos por esta publicação, da SIC sobre a revista *Caras* ou eventos promovidos por esta publicação, da TVI sobre *O Independente* (quando o semanário integrava a *Media Capital*).

Ostentação: O acontecimento é notícia porque permite à estação ostentar os meios poderosos de que dispõe, sejam meios técnicos, humanos ou capacidades organizacionais. Quando se desencadeia uma operação noticiosa com correspondentes em várias partes do mundo, como aconteceu na passagem para o ano 2000 (SIC), ou quando se efectuam diversos directos ao mesmo tempo.

Alavanca: Inserção reiterada de notícias com o propósito de prender e galvanizar a atenção dos telespectadores para determinado evento, de transmissão exclusiva da estação. *A alavancagem* pode funcionar utilizando apenas uma só estação (por exemplo, os longos espaços noticiosos dedicados ao Euro 2004 por todas as TV's portuguesas antes da transmissão em directo de um jogo de futebol); ou utilizando mais do que uma estação do grupo (por exemplo, a SIC Notícias dedicando uma tarde inteira a reportar um clássico do futebol português, jogo com transmissão exclusiva no outro canal do grupo, a SIC)¹⁰⁹.

a verdade é outra. Tanto o então Presidente Gerald Ford como o ex-Secretário de Estado Henry Kissinger, não só tinham conhecimento como garantiram apoio ao general Suharto para a invasão do território de Timor Leste”.

No *Última Edição*, emitido à 01h40 já de dia 8, a TVI repetiu a notícia, também em *of*, continuando a não mencionar a fonte. Mas acrescentou, durante o noticiário, legenda a rodapé com o texto “Provado! – EUA sabiam e apoiaram invasão de Timor Leste pelos indonésios”.

Na RTP o caso foi diferente. As redacções dos dois canais da estação pública vieram anunciar que o que tinha sido “hoje notícia em Portugal”, afinal de contas, “nada tinha de novo”. Fora a RTP quem, há seis anos, havia feito tal revelação, através do então correspondente em Washington, Mário Crespo (profissional que, entretanto, passara a trabalhar na SIC).

RTP1, 20h (introdução da *pivot*): “Um documento do Departamento de Estado estado norte-americano fez hoje notícia em Portugal. Nele se afirma que, afinal, o Presidente Gerald Ford sempre esteve ao corrente da invasão da Indonésia de Timor Leste. A revelação, porém, nada tem de novo. A RTP, em Dezembro de 95, no programa *À Roda do Mundo*, já dava a notícia, através do então correspondente em Washington, Mário Crespo”.

Este é um caso claro do agendamento de um determinado assunto por insistência e eventual impacto da sua difusão por canal da concorrência. Aproveitando a informação veiculada pela SIC (caso da TVI), chamando a patente da revelação original à própria casa (casos da RTP1 e RTP2), assim descredibilizando o investimento em antena feito pela SIC e SIC Notícias ao assunto em causa.

A potenciação noticiosa dos grupos de assuntos tratados por mais TV's, somada à pujança noticiosa que tais grupos de assuntos revelam, a montante, na rádio e na televisão, forneceram-nos indicadores que poderemos, sem risco, indexar à elevada capacidade de tais grupos de assuntos para influenciar a agenda pública, a *ordem do dia noticioso* transformada, assim, na *ordem do dia das conversas* dos cidadãos.

Destacámos indicadores vários com virtualidades bastantes para poderem determinar a agenda das conversas diárias, gerando uma compulsão para falar com os mais próximos do que se fala na TV e já se falou também na rádio e também se falou na imprensa.

Tal influência sobre a agenda pública pode ser considerada positiva por todos aqueles que apreciem a *função federadora* dos telejornais, a *missa das 20 horas* gerando comunhão entre os cidadãos/telespectadores, em torno de um núcleo duro de assuntos considerados como os mais nobres: actividade política, actualidade internacional, mutações sociais, etc. Considerada positiva por aqueles que temem a multiplicidade de agendas, com a consequente diversidade de assuntos noticiados, transformando a cidade, o país e o mundo numa manta de retalhos noticiosos desconexos, contribuintes líquidos para o desnorte dos telespectadores.

Será considerada negativa por todos os que acalentam expectativas residentes num alargamento do leque de assuntos noticiados, numa vénia menos subserviente à *obrigatoriedade* do tratamento de determinados assuntos, na assunção de critérios de selecção de matéria noticiável que não se subsumam ao *dar aquilo que se sabe que os outros vão dar*. Valorada negativamente, por exemplo, pelos jornalistas que não sentem incentivos a fazer de forma diferente, a procurar o outro lado das notícias, a procurar outras notícias, a fazer jornalismo de investigação; por aqueles que se sentem impotentes perante a subjugação impiedosa da ordem mimética imposta às agendas, não deixando escapatória à criatividade, à afirmação de marcas específicas de cada redacção; por aqueles que também gostariam de ajudar a conformar uma agenda que hoje lhes é imposta, transformando-a, sempre que possível, de *determinada* em *determinante* de outras agendas, determinante também, porque não?, das agendas dos agentes decisórios aos mais diversos níveis.

O projecto de investigação que culminou na presente dissertação de doutoramento compreende mais dois capítulos. Um deles, intitulado *Promoções, Silêncios, Desvirtuações*, inclui análise de

¹⁰⁹ Assim aconteceu a 25.02.2001, quando a SIC Notícias se viu transformada em *rampa de lançamento* de um jogo de futebol a ser transmitido pela estação-mãe, a SIC. Foram nove longas horas de promoção, por parte da SIC Notícias, da transmissão do jogo de futebol entre o Benfica e o Boavista, caso escarpado, nas páginas do *Público*, pelo crítico de televisão Eduardo Cintra Torres (“Benfica Notícias”, *Público*, 27.02.2001): “Nove horas seguidas de antecipação a um jogo de futebol num canal de notícias: isto é normal? Não é. Mas é normal na SIC Notícias: este canal tem um ‘trailer’ a dizer que ‘notícia é emoção’. É normal na SIC Notícias, mas não devia ser. O domingo benfiquista da SIC Notícias foi um atentado ao seu público e ao jornalismo isento e equilibrado que se esperaria de um canal dedicado à informação.

Durante nove horas, a SIC Notícias esteve ao serviço da estratégia comercial da estação, pois era esta empresa que transmitia o jogo Benfica-Boavista. Nove horas sem notícias, nove horas só de ‘emoção’, folclore, fogo-de-artifício. O *Jornal da Noite* em directo do estádio foi repulsivo em termos jornalísticos e informativos. Foi ‘emoção’. O objectivo foi o de construir uma multidão, um público emocionado que acompanhasse a emissão e o jogo. Isto não é informação.

No jornalismo quem deve ‘tratar’ da emoção é o leitor ou espectador, não o emissor. O receptor é que se emociona ou não. O canal deve ‘apenas’ dar-lhe notícias. Saber que no domingo a SIC e a SIC Notícias obtiveram excelentes ‘shares’ nos respectivos universos não altera uma vírgula a esta apreciação”.

Cintra Torres comparava “estas transmissões antijornalísticas da SIC e da SIC Notícias feitas por jornalistas” às “noites eróticas’ da TVI, apresentadas como ‘reportagens”: “A televisão generalista está em regime de capitalismo selvagem e ninguém a controla. E a quem nos poderíamos queixar? Não ao Governo, pois dois ministros são comentadores permanentes da SIC Notícias. À chamada DECO também não, pois recebe subsídios de um dos ministros que é colaborador permanente da SIC Notícias, José Sócrates, e tem como presidente João Nabais, que também é comentador permanente da SIC e das suas Noites Marcianas”- lamentava o crítico.

todas as notícias veiculadas em 1999 pela RTP1, RTP2, SIC e TVI, notícias que se poderão incluir na categoria de *promo-news* (notícias promocionais da estação). Através do cotejo das diferentes agendas televisivas, estendemos a nossa análise aos procedimentos e estratégias tendentes a silenciar e/ou desvirtuar factos/acontecimentos favoráveis a estações concorrentes, ou aos grupos em que as mesmas se inseriam. Tentámos pistar, na agenda televisiva de 1999, práticas pouco consentâneas com a tábua dos estritos critérios jornalísticos e com os mais elementares deveres deontológicos; em compensação, muito consentâneas com os interesses empresariais das estações.

O segundo capítulo intitula-se *Terceiro Mundo em Notícias*, com um subtítulo denunciando já os resultados obtidos: *Em directo do Inferno*. Este capítulo comporta análise de todas as notícias veiculadas em 1999 pelos canais acima referidos, reportando a um *corpus* de 96 países do chamado Terceiro Mundo. Tratamos aqui de revelar com que cores e cambiantes a TV desenha uma parte do mundo em que vivemos. Incluímos todos os países do continente africano, todos os países da América do Sul, 14 países da América Central e 17 países do sul e sudeste asiático.

Esses dois capítulos deram origem aos dois primeiros livros referentes à nossa dissertação de doutoramento: “PROMOÇÕES, SILÊNCIOS E DESVIRTUAÇÕES NA TV – **A informação ao serviço da estação**”, Mar da Palavra, Coimbra, Janeiro de 2010, 182 páginas; “TERCEIRO MUNDO EM NOTÍCIAS – **Em directo do Inferno**”, Mar da Palavra, Coimbra, Janeiro de 2010, 197 páginas (sobre o terceiro livro ver nota 106).

Incluímos, neste remate da tese, uma súmula das conclusões do segundo dos capítulos referido, por razões que adiante se detalharão.

Notámos que o *mundo global* prometido à saciedade pelas televisões aos telespectadores, chega a casa destes muito *desglobalizado*. Encontrámos vários *buracos negros* (países e povos nunca noticiados), e um número significativo de países preenchendo o mapa noticioso televisivo apenas com uma notícia em todo um ano.

Registámos, nalguns casos, um claro etnocentrismo na chamada ao alinhamento de alguns países (por exemplo, S. Tomé e Príncipe, tendo-se noticiado unicamente as deslocações de personalidades portuguesas àquele território).

Noutros casos chamou-se ao alinhamento não um país ou um povo, mas tão só a *moldura*, o cenário por onde passam, opulentamente, os desportistas do *primeiro mundo* (caso da Tunísia, que, em todo o ano de 1999, apenas subiu ao mapa noticioso das televisões portuguesas graças à passagem de um rallye internacional por aquele país).

Na selecção, notámos bojudo privilégio conferido às notícias sobre actos violentos: guerra, terrorismo, atentados, tumultos; sobre a miséria: fome, doenças, epidemias; catástrofes naturais: terremotos, cheias, ciclones; e toda uma infundável série de acidentes: aéreos, ferroviários, rodoviários, marítimos.

Privilégio também ao exótico, ao bizarro, ao burlesco, num catálogo compreendendo aniversários de crocodilos, gatos castrados por se passearem no parlamento indiano, bruxa que garantia adivinhar resultados eleitorais, inúmeras proezas abençoadas com inscrição por esse poderoso agendador das televisões que dá pelo nome de *Guinness Book of Records*.

Constatámos uma clara ausência de contextualização da quase totalidade dos acontecimentos noticiados (excepção feita a casos isolados, muito raros, e à prática reiterada de seleccionar pelo menos um assunto para desenvolvimento por parte do *Jornal 2* da RTP2).

Através de pesquisa efectuada a agendas da rádio e da imprensa, verificámos ter a selecção televisiva ignorado toda uma série de acontecimentos de importância capital para a transformação/progresso/regresso da Humanidade.

A agenda noticiosa televisiva desse ano civil revelou, para o conjunto de 96 países objecto da nossa análise, uma grande dependência em relação ao material fornecido pelas agências noticiosas, sendo em número diminuto as notícias elaboradas por correspondentes ou enviados especiais das televisões portuguesas.

Para além de nos fornecerem um mundo *delegado* nos olhos e nas perspectivas de funcionários de um número reduzidíssimo de agências, com interesses naturalmente residentes nos grandes mercados, como o norte-americano, esta dependência corre siamesa com a ausência de controle na produção da notícia. O que equivale a dizer que o noticiário internacional se torna assaz permeável à produção de fraudes e manipulações várias.

Isto vale para as agências, mas também para a estratégia (porventura necessária), do recurso a correspondentes autóctones, perante a dificuldade (ou mesmo impossibilidade) de manter, em determinados países, correspondentes que sejam jornalistas oriundos das redacções das televisões portuguesas.

A necessidade de reduzir custos gera, ela própria, comportamentos miméticos – não apenas na difusão das mesmas notícias/mesmas imagens provenientes das mesmas agências -, mas também na contratação de profissionais que trabalham para mais do que um órgão de informação. Assim acontecia com a RTP, no caso da Rússia (RTP e LUSA); com a SIC na África do Sul (SIC e LUSA), nos EUA (SIC e TSF), em Israel (SIC e TSF; RTP e Antena 1).

Tal como acontece com o nacional, também o noticiário internacional surge imbuído de forte teor mimético. Com uma agravante: enquanto no noticiário nacional as possibilidades de actualização (e eventual correcção) são maiores – através da presença pouco onerosa de jornalistas que vão controlando o desenrolar dos acontecimentos -, no noticiário internacional tal não se verifica com a mesma frequência.

Concluimos constituírem-se, os telejornais, no que ao noticiário do chamado Terceiro Mundo concerne, como *programas* de uma violência atroz, deturpando, pelo menos através da selecção, a realidade de um vasto conjunto de países, a vida de muitos povos, o pulsar de centenas de milhões de seres humanos.

Noticiando-se à exaustão um golpe de Estado, já um processo eleitoral sem mácula, vencedor pertencendo à oposição, num país sem tradição democrática (Gana), foi olímpicamente ignorado por todas as redacções televisivas.

Outro exemplo paradigmático. A 15 de Maio de 1999, as tropas da África do Sul e do Botswana decidiram abandonar o Lesoto, onde se encontravam desde Setembro de 1998, alegadamente para tentarem evitar um golpe de Estado naquele país. No ano anterior, todas as televisões portuguesas noticiaram a invasão, tendo nós contabilizado 28 notícias. A retirada não mereceu uma só notícia. Para quem sabe do mundo apenas aquilo que a televisão noticia, o Lesoto continua um país ocupado.

Permitam-nos que, do grupo de 96 países analisado, respiguemos detalhe da agenda noticiosa televisiva portuguesa referente a um só desses países. Por exemplo, a Tailândia¹¹⁰.

Esteve presente nos telejornais portugueses em todos os meses do ano. Em Janeiro, as notícias oriundas daquele país davam conta da polémica gerada em torno da rodagem de um filme norte-americano, tendo entre outros protagonistas o actor Leonardo Di Caprio. Os ecologistas manifestaram-se contra os danos produzidos pela rodagem do filme (3 notícias, 6' 04'').

Fevereiro foi mês de ficarmos a saber do aumento do número de cegos exercendo a profissão de massagistas, na Tailândia (1 notícia, 1' 44''); da descoberta, pelos tailandeses, de *enormes*

¹¹⁰ Ver quadro disponível em www.mediatico.com.pt/tese/DEZG.pdf

potencialidades nos camarões (1 notícia, 1' 12''); e da fuga dos visitantes de um jardim zoológico, provocada pelo rebentamento de um tanque onde se encontravam dois crocodilos (1 notícia, 58'').

Tempo ainda para reportar o teste de uma vacina contra a Sida, experiência realizada na Tailândia por investigadores norte-americanos (2 notícias, 3' 44''); ainda o despiste de um autocarro (2 notícias, 1' 15'').

A selecção brasileira de futebol sub-20 venceu, em Março, o torneio tailandês *Taça do Rei* (1 notícia, 1' 30''); Madeleine Albright esteve de visita ao país (1 notícia, 1' 34''); por último, o anúncio do lançamento, por uma empresa tailandesa, de um cinto anti-violação (1 notícia, 1' 16'').

Em Abril, o *Guinness* dá uma *ajuda* para incluir a Tailândia no mapa das actualidades: um grupo de habitantes daquele país pôs-se a devorar gelados para a desejada inscrição no livro *mágico* (3 notícias, 4' 00''). Maio foi mês da realização do concurso *Miss Gorda*, também conhecida por *Miss Jumbo* (2 notícias, 5' 15'').

No mês seguinte, uma festa contra o tabaco acabou mal (1 notícia, 49''); mostraram-se imagens “impressionantes” de um traficante de droga a ser abatido pela polícia (2 notícias, 55''); ainda uma festa de aniversário invulgar (1 notícia, 1' 07''), parabéns cantados ao maior crocodilo do mundo em cativeiro. Segundo a jornalista autora da peça, o bicho, com quase seis metros e mais de mil quilos de peso, *não vai esquecer tão cedo este dia...*

Em Julho os portugueses ficaram a saber da existência, na Tailândia, de um gato que é o melhor amigo de um rato (1 notícia, 1' 35'').

Em Agosto, os estragos causados pelas monções foram de monta (4 notícias, 3' 25''). Em Setembro noticiou-se uma explosão numa fábrica de fruta (4 notícias, 1' 28'').

Outubro dominado exclusivamente por um sequestro na embaixada da Birmânia, acção levada a cabo por dissidentes birmaneses do *Comando dos Vigorosos Guerreiros* (8 notícias, 9' 13'').

Uma cidade tailandesa onde os humanos convivem *em plena harmonia* com os macacos, motivou uma notícia em Novembro (1' 52''). A outra notícia (50'') deste mês dava conta da descoberta, por uma joalheira tailandesa, de uma safira pesando sete quilos.

Em Dezembro foi a visita de Jorge Sampaio à Tailândia que concitou as atenções (12 notícias, 28' 51''). Também se deu conta da explosão verificada numa refinaria de petróleo (2 notícias, 1' 03''); do record de salto colectivo em queda livre, com 500 páraquedistas festejando o feito (3 notícias, 3' 19''); do encerramento da fronteira entre a Tailândia e a Birmânia (1 notícia, 1' 23''); da proibição de exibição do filme *Ana e o Rei* (1 notícia, 1' 55''). Por último, preocupações em torno do *bug 2000*, com vários voos a serem cancelados (1 notícia, 52''), e os festejos de fim de ano na Tailândia (1 notícia, 1' 56''). 1999 registando 62 notícias, com uma duração total de 1h 29' 05''.

Ao carrear os dados supra, pretendemos assinalar as potencialidades das agendas noticiosas televisivas (individualmente ou no seu conjunto), não só para dizerem aos telespectadores *sobre que assuntos pensar*, mas também *o que pensar* sobre os assuntos tratados noticiosamente.

Se os comportamentos miméticos das agendas noticiosas televisivas se poderão traduzir, com naturalidade, numa imposição, aos telespectadores, de um determinado grupo de assuntos como constituintes maiores da ordem do dia das suas preocupações/conversas/debates; tais potenciadores miméticos não se devem desligar do conteúdo veiculado pelas notícias, do tónus que imbuí as selecções efectuadas pelos editores ou *gatekeepers*.

O que defendemos é que a qualificação dos comportamentos miméticos detectados nas agendas noticiosas televisivas não se deverá ater, apenas, aos efeitos do matraqueamento noticioso na delimitação dos assuntos que hão-de constituir a ordem do dia das preocupações dos membros da *polis*.

Tal delimitação, podendo encarar-se como uma imposição, não implica, *ab initio*, qualificação negativa. Escolhamos exemplos que se presumem consensuais. A imposição, através de um insistente tratamento noticioso, dos assuntos “perigos letais do acto de fumar” e “importância da reciclagem” na ordem do dia das preocupações dos telespectadores, pode ser considerada positiva.

O problema reside na constatação de que tal matraqueamento servirá, na maior parte dos casos, para formar, nos cidadãos-telespectadores, imagens deformadas e perniciosas da realidade envolvente, tenha esta os limites da cidade, da região, do país ou do mundo. Para além de esganar a pluralidade de assuntos passíveis de enriquecer a agenda das conversas, debates e preocupações dos cidadãos, o elevado teor mimético das agendas noticiosas televisivas adquire contornos mais perniciosos por não se poder desligar, quase sempre, da *notícia-mercado*. A pauta das notícias sobre a Tailândia é um exemplo claro do privilégio dado a esse género de notícias. Exemplo que se pode multiplicar por dezenas de outros países, notícias televisivas funcionando como redutoras do campo de conhecimentos dos indivíduos, privilegiando os epifenómenos à origem, natureza e essência dos acontecimentos, processos e situações.

Não temos *o mundo em casa*, como repetidamente nos é prometido. É falso que as televisões nos sirvam o mundo todo - há muitos países, há vários povos excluídos da ementa. E, no cardápio dos incluídos, os pratos são quase todos intragáveis.

Em finais de 2003, inaugurámos a quinta exposição de fotografias do *Projecto Dias de Coimbra*, em co-autoria com António Pinto. Intitulava-se *A Fé*. Cartazes e capa do catálogo reproduziam fotografia nossa, duas crianças ensaiando o arremedo de um beijo enquanto esperavam pelo início de uma procissão. Ela era a *Rainha Santa*, ele o *Sagrado Coração de Jesus*. A exemplo das outras exposições, também esta se publicou, na íntegra, na internet.

Uma tarde recebemos telefonema desesperado de uma senhora. Soubera que o seu filho estava na internet. E estava apavorada por causa da pedofilia. Tinha visto os cartazes espalhados por Coimbra, ficara orgulhosa, vaidosa mesmo por ali ver a fotografia do seu filho. Mas na internet a coisa era diferente. Ela não vira, foi o marido que lhe disse um dia ao chegar a casa: “Já sabes que o teu filho está na internet?!”. O marido também não vira, foram os colegas do serviço que lhe disseram. Apurei que nem a senhora nem o marido sabiam o que era a internet. Aliás, sabiam que a internet era praticamente o mesmo que pedofilia. Sabiam que a foto de uma criança na internet a condenava a cair na garra das redes pedófilas.

Em Maio de 2004, em entrevista que fizemos a magistrado judicial dos Tribunais de Família e Menores, registámos constatação e preocupação por procedimento inusual até há bem pouco tempo. Transcrevemos: “Mas permita-me que aproveite esta oportunidade para deixar um alerta, sobre uma prática condenável que vejo aumentar assustadoramente nos últimos tempos. Falo da utilização do abuso sexual como arma de arremesso entre casais desavindos, partes num processo de regulação do poder paternal. Invoca-se cada vez mais, e quase sempre por parte do parceiro feminino, o perigo de tais abusos acontecerem caso a criança seja confiada ao pai, ou permitindo que com ele passe algum tempo. É um argumento terrível. Muitas vezes, o magistrado sente-se manietado perante tal arguição. Não há provas, mas está criada a suspeição. Não há provas, mas o mal está feito”.

Em Junho de 2004 o responsável de uma biblioteca itinerante confessava-nos as dificuldades sentidas ao tentar organizar uma conferência de imprensa numa escola do distrito de Coimbra, estabelecimento servido pela biblioteca. O encontro com os jornalistas teve que ser adiado porque as educadoras de infância pediram uns dias para falarem com os pais. Como o encontro metia jornalistas, era preciso saber se os pais autorizavam que se tirassem fotografias para publicação nos jornais, por causa da pedofilia.

São três casos isolados, mas bastante reveladores do poder de agendamento dos *media* junto da maioria dos cidadãos. Os *media*, com um intensivo bombardeamento televisivo à cabeça, não trataram apenas de noticiar o escândalo Casa Pia. Os *media*, com a televisão à cabeça, também *disseram* aos telespectadores que deveriam incluir a pedofilia na agenda das suas preocupações diárias. Fizeram mais, em muitos: em vez da preocupação razoável, instilaram-lhes medo.

Os *media* demonstraram, neste como noutros casos, capacidade para *dizer aos seus próprios telespectadores sobre o que pensar*, e como pensar nisso. Com medo, o mesmo medo que conseguem agendar junto dos cidadãos em relação ao Brasil – país que se reduz a assaltos, motins nas prisões, festejos carnavalescos onde não faltam os assaltos, e futebol (onde não faltam as invasões de campo e, se calhar, os assaltos). Quem diz Brasil poderá dizer Venezuela, Senegal, Paquistão, Egipto, África do Sul, Índia, etc.

Nada nos custa aceitar o alinhamento de uma *notícia* informando os portugueses sobre a natureza alegadamente preguiçosa dos homens das Seychelles. Ou de uma notícia sobre um leilão de presas de elefante, na Namíbia. Ou de uma notícia sobre a reabertura ao público de “um dos últimos santuários de gorilas” no Ruanda. Já custa saber que, durante todo o ano de 1999, cada um destes países apenas teve direito a estas notícias nas quatro televisões portuguesas.

Perguntar-se-á: em todo um ano, na Namíbia, de relevante apenas um leilão de presas de elefante? Isto assentindo na discutível relevância de tal acontecimento. E no Ruanda, em todo um ano, apenas a reabertura do parque dos gorilas?

Certamente que não. Ao formular tais perguntas, pretendemos, acima de tudo, chamar a atenção para a necessidade da adopção de um *princípio de selecção responsável* por parte dos editores ou *gatekeepers* das redacções televisivas. Em nosso entender, os editores ou *gatekeepers* não se deveriam preocupar apenas com a micro-selecção dos assuntos a noticiar telejornal a telejornal. Responsabilidade maior lhes deveria ser assacada, a de responderem, e de se preocuparem também pela macro-selecção resultante do seu trabalho de composição das micro-selecções diárias.

Olhando a esta macro-selecção, com latitude mensal, trimestral, semestral, os responsáveis pelas redacções televisivas poderiam questionar-se sobre o bem fundado ou a gritante injustiça de países ou povos compostos por vários milhões de seres humanos se verem transformados, na versão telejornalizada, em meros jardins zoológicos.

Poderiam mais facilmente detectar reiteradas *brancas* nos alinhamentos, cidades, regiões, povos, países injustamente condenados ao olvido selectivo. Do lado oposto, poderiam, quem sabe?, deixar-se impressionar pelo negro despidoradamente abusado de muitos alinhamentos.

Uma simples busca com a palavra-chave *Tailândia*, e talvez, quem sabe?, pusessem a mão na consciência, perguntando-se se naquele país só os crocodilos, as gordas, os camarões, os violadores, os gatos, os profissionais de massagens e os macacos merecerão ser notícia.

Adivinhamos interrogação que, por recorrente, não falece de legitimidade e pertinência: Como será o jornalismo televisivo no futuro?

Mesmo reduzindo o horizonte prospectivo a, por exemplo, uma só década, julgamos de todo em todo imprudente arriscar vaticínios muito assertivos. A vertigem das mudanças que se vão registando no meio aconselham cuidado recato na prognose.

Em nosso entender, três linhas-força conformarão, nos próximos anos, o jornalismo em geral, e o jornalismo televisivo em particular. Referimo-nos à potenciação das sinergias, correlato de uma

continuada estratégia de concentração e/ou fusão de meios; a um acentuar da indefinição da profissão e do estatuto do jornalista; ao aumento da precariedade da profissão de jornalista.

A transição do milénio assistiu a uma poderosa ofensiva de grandes grupos económicos, alguns deles capitães de indústrias em nada relacionadas com os *media*, ofensiva materializada na aquisição de empresas ou grupos da área do jornalismo e do entretenimento oferecidos pelos *media*. Na última década do século XX e primeiros anos do XXI assistiu-se a uma frenética onda de aquisições e fusões.

Portugal não ficou de fora da vertigem de alguns grupos económicos apostados na conquista de um estatuto de *major-players* no sector dos *media*.

A demanda infrene do ouro sinérgico traz vantagens, custos também. As primeiras localizam-se facilmente do lado das empresas, os segundos parecem pesar mais junto da classe jornalística.

Em Maio de 2000, inquirido sobre a possibilidade do seu grupo empresarial lançar uma rádio na internet, Pinto Balsemão respondia assim: “Julgo que vale a pena pensar na rádio via internet e valerá sobretudo a pena quando as redacções forem cada vez mais multimédia. Redacções onde quem vai fazer uma notícia para uma publicação na imprensa escrita poderá ao mesmo tempo fazer a entrevista para a rádio e até, talvez, filmar...”¹¹¹.

A aposta de alguns grupos em meios diversificados vai intensificando e perenizando o que se convencionou chamar de *redacções multimedia*. Estas transformam os jornalistas em produtores de conteúdos, a distribuir por todos os tentáculos do grupo. Como vaticinava Balsemão, redacções com jornalistas *três em um*. As sinergias são sinónimo de poupança de custos para os magnatas dos *media*, a quem pouco importam as beliscaduras no pluralismo de visões e registos que os jornalistas (os de antigamente, *um em um*) ofereciam do mundo em que vivemos.

“Para aderir ao novo modelo cultural, o jornalista vai transformar-se em mutante, integrando sob o signo da instantaneidade todos os *medias*, imprensa escrita, televisão, redes, imagem, na triste incapacidade de realizar o mais simples inquérito de fundo” – denuncia Carlander (1999).

Kapuscinski (1999) nota a chegada do *media worker*, em substituição do jornalista de antanho: “A partir do momento em que passou a ser considerada como uma mercadoria, a informação deixou de estar submetida aos critérios tradicionais de verificação, de autenticidade ou de erro. Ela rege-se agora pelas leis do mercado. Esta evolução é a mais significativa entre todas as que afectaram o domínio da cultura. Consequência: os velhos heróis do jornalismo foram substituídos por um número impressionante de trabalhadores dos *medias*, praticamente todos imersos no anonimato. A terminologia utilizada nos Estados Unidos é reveladora deste fenómeno: *o media worker* suplanta frequentemente *o jornalista*”.

Yves Eudes referia-se, já em 1988, à entrada no mercado dos telejornais *chave na mão*: “Os jornais televisivos, que fazem espectáculo com a marcha do mundo, constituem a principal fonte de informação da maioria dos cidadãos. A sua produção é muito cara e as novas cadeias nem sempre têm os meios de as realizar. É por isso que grandes grupos de comunicação anglo-americanos começam a oferecer, a preços muito baixos, jornais televisivos ‘chave na mão’. Ninguém pode ignorar os riscos políticos e culturais que isso encerra”.

Entre nós, tanto a Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) como o Sindicato dos Jornalistas se manifestaram já preocupados com os efeitos perniciosos que a onda de concentrações possa provocar “no plano da livre produção e circulação de ideias” (AACS), criando-se “condições objectivas para a ocorrência de processos, mais ou menos encapitados, de censura económica” (SJ),

¹¹¹ “Temos tradição de liderança”. Entrevista a Francisco Pinto Balsemão, caderno *Economia & Negócios, Expresso*, 20 de Maio de 2000, p. 5.

para além do cerceamento de direitos dos jornalistas, que passarão a *dois* ou *três em um* nas tarefas, continuando *um em um* nos salários¹¹².

“A indústria dos ‘media’ afasta-se cada vez mais das referências fundadoras do ‘jornalismo clássico’, baseado num ideal de isenção informativa e de crítica às instituições do poder. As empresas de família, inseridas nessa cultura de imprensa (no plano mundial, o caso mais célebre e celebrado é o do ‘Washington Post’), cederam lugar a grandes conglomerados internacionais em que o capital financeiro e o sector das telecomunicações são reis e senhores. A ‘cultura profissional’ dos gestores destas empresas revela-se, regra geral, indiferente aos valores do jornalismo, reduzido a uma subcategoria do território mais vasto dos ‘conteúdos’ -, assinalava Mário Mesquita em Junho de 2001 (“Histórias e Notícias”, *Público*, 8.06.2001).

O professor universitário comentava entrevista do presidente da *Media Capital* à revista *Meios*. Paes do Amaral considerara que jornalistas ou *produtores de conteúdos* são *a mesma coisa*, embora admitindo que “a expressão pode ser considerada pelos jornalistas tradicionais como um pouco redutora, já que na sua actividade existe uma componente de opinião e de experiência pessoal que torna o termo *conteúdo* frio”. Precisando melhor, explica que coexistirão dois tipos de profissionais: ‘(...) haverá muitos produtores de conteúdos mas teremos sempre espaço para as individualidades”.

Mesquita concluía, vaticinando próximo reinado das *não-notícias*: “Os textos jornalísticos inserem-se frequentemente em enquadramentos narrativos e, portanto, as grandes notícias correspondem, por

¹¹² A AACS (entretanto extinta e “substituída” pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social - ERC) tomou posição sobre o tema a 8.11.2000, conforme relato do *Público*, citando a agência *Lusa*: “A concentração empresarial na comunicação social portuguesa suscita preocupações à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) que, por isso, está disponível para participar na definição de um quadro legal para o sector. Reunida ontem em Lisboa, a AACS aprovou, por unanimidade, uma deliberação em que lembra estar a acompanhar os acordos empresariais ‘que visam a aquisição e a criação de órgãos e de outras estruturas do universo da comunicação social, num continuado processo de concentração susceptível de se repercutir no plano da livre produção e circulação de ideias’.

“Os mecanismos legais referentes à concentração empresarial, nomeadamente os que possam determinar os seus razoáveis limites, são insuficientes para responder aos novos desafios da concentração multimédia, bem como às exigências de um Estado democrático em matéria de pluralismo e confronto de opiniões”, considera a AACS, de acordo com a agência *Lusa*.

A Alta Autoridade manifesta-se disponível para participar na definição de um quadro legal para o espaço do multimédia, que ‘garanta e estimule a diversidade e a independência dos projectos editoriais e contenha o processo de concentração dentro dos limites socialmente aceitáveis’.

O organismo regulador da comunicação diz que continuará a seguir o movimento de concentração e convergência empresarial na área da comunicação social - de que o mais recente exemplo foi a incorporação do grupo Lusomundo na Portugal Telecom -, com o objectivo de ‘evitar a ocorrência de qualquer lesão do pluralismo informativo e da independência, isenção e rigor editoriais’ (“*Organismo regulador da comunicação social teme consequências na ‘livre produção e circulação de ideias’* - Alta Autoridade Preocupada com Concentração”, *Público*, n/a, 9.11.2000).

Três dias depois o Sindicato dos Jornalistas vinha a terreiro manifestar preocupações sobre o mesmo assunto: “O Sindicato dos Jornalistas está preocupado com os potenciais ‘efeitos nocivos da concentração sobre o pluralismo informativo’. ‘Estão criadas condições objectivas para a ocorrência de processos, mais ou menos encapotados, de censura económica’, considera o sindicato, numa reacção à compra da Lusomundo pela Portugal Telecom (PT) e às parcerias entre PT e Olivledesportos e entre Sonae e Impresa.

O ‘mais importante movimento de concentrações’ do sector ‘de que há memória em Portugal ‘diminui as opções profissionais dos jornalistas e agrava o desrespeito pelos direitos laborais’, considera o sindicato, que chama ainda a atenção para os direitos de autor. ‘A nova economia’, adianta o comunicado, ‘está a apropriar-se ilegitimamente das criações dos jornalistas, multiplicando exponencialmente a sua difusão sem que às receitas corresponda qualquer encargo com a retribuição devida aos seus autores’ (“Sindicato recebe concentração”, *Público*, n/a, 11.11.2000).

Em Setembro de 2002, o Bloco de Esquerda apresentou, na Assembleia da República, um projecto-lei tendente a travar a concentração da propriedade dos órgãos de comunicação social. A iniciativa dos bloquistas pretendia limitar a participação de uma empresa ou grupo privados a apenas um canal de televisão de via hertziana, uma estação de rádio e dois jornais generalistas; impedir a detenção de quotas superiores a 30 por cento no mercado dos jornais generalistas, proibindo ainda a participação em agências noticiosas de entidades privadas ligadas a outros órgãos de informação, bem como em revistas sobre sectores onde detenham interesses, à excepção da área económica.

via de regra, a boas histórias. Mas, provavelmente, Paes do Amaral pretende dizer que o negócio da comunicação se fará cada vez menos com recurso à informação-jornalística e cada vez mais com a ajuda da informação-entretenimento. De não-notícias se fará a prosperidade da indústria. O não jornalismo tomará progressivamente conta dos ‘media’. E as histórias, a pouco e pouco, expulsarão as notícias.

Ao tentar sobrepor-se à ideologia jornalística, a pragmática dos conteúdos teria que descambar, necessariamente, numa série de atropelos a princípios que se julgavam consolidados no domínio da informação. Mesmo que, em tempos idos, fosse pouco crível um jornal, rádio ou televisão aceitar auto-flagelar-se permitindo a difusão de notícias que lhe fossem desfavoráveis, a censura não teria o impacto e os efeitos que poderão ser assacados a tais práticas nos dias de hoje.

Antes protegia-se o pequeno e tantas vezes romântico empresário, hoje protegem-se grandes empórios. O cordão securitário alarga-se incomensuravelmente, passando a abranger não apenas o meio difusor, mas todas as empresas do grupo, sejam elas também ligadas aos *media*, ou distribuidoras de água, como a francesa Vivendi, ou fabricantes de aviões, como a Matra¹¹³, ou operadoras telefónicas, como a Portugal Telecom, ou distribuidoras de filmes, exploradoras de salas de cinema e comerciantes de pipocas, como a Lusomundo, entretanto agregada à PT. Os jornalistas deixam de poder noticiar o pó esquisito que apareceu na água distribuída por uma empresa do *Grande Patrão*, não podendo também dar voz aos que se queixam da má qualidade das videocassetes distribuídas por outra empresa do *Grande Patrão*, esquecer o mau sabor das pipocas, as reclamações contra a taxa de activação das chamadas telefónicas, o abuso nos contratos a prazo (tudo exemplos ficcionados, naturalmente). De fora ainda as críticas a um *reality-show* muito contestado, se o jornal impresso pertencer ao mesmo grupo da TV que emite o dito programa; de fora grandes parangonas sobre a brutal queda das acções da *holding* do grupo multimedia; de fora das revistas de imprensa as manchetes de jornais pouco agradáveis para o patrão e o que mais se verá¹¹⁴.

¹¹³ Em Setembro de 1999, *Le Monde Diplomatique* chamava a atenção para a dependência sentida por influentes publicações da área económica em França. O bimensário *Le Nouvel Economiste* pertencia a um grupo hoteleiro. Vivendi controlava *L'Expansion*, *La Vie Française*, *Usine Nouvelle*; a Dassault comprara *Le Journal des Finances* e *Valeurs Actuelles*. “O interesse do accionista-proprietário é mais importante que o dos leitores”, queixava-se um jornalista de *La Tribune*. Pouco tempo depois de ter sido adquirida pela Dassault (construção aeronáutica) *Valeurs Actuelles* dedicou quatro páginas a um projecto de avião supersónico, projecto concebido... pela Dassault. (“Soif d’informer ou esprit d’entreprise? – Journalistes économiques sous surveillance”. Jean-Pierre Tailleur, *Le Monde Diplomatique*, Setembro 1999).

O diário *La Tribune* pertence ao grupo LVMH (Louis Vuitton Moët Hennessy, considerado o primeiro grupo mundial de marcas de luxo). Moët & Chandon, Dom Pérignon, Veuve Clicquot Ponsardin, Canard-Duchêne, Krug, Chandon Estates, Cloudy Bay, Cape Mentelle, Newton, Mount Adam, Hennessy, Hine e Château d’Yquem, no sector dos vinhos e bebidas espirituosas; Louis Vuitton, Loewe, Celine, Berluti, Kenzo, Givenchy, Christian Dior, Christian Lacroix, Stefano Bi, Emilio Pucci, Thomas Pink, Marc Jacobs, Donna Karan et Fendi, na moda e marroquineria; TAG Heuer, Ebel, Zenith, Christian Dior Montres, OMAS, Chaumet, Fred, nos relógios e joalharia, onde mantém uma *joint-venture* com a De Beers.

“O interesse do accionista-proprietário é mais importante que o dos leitores”, queixava-se um jornalista de *La Tribune* ao *Le Monde Diplomatique*. Basta consultar o site do jornal (o que fizemos a 11.10.2002), para notar a quantidade de artigos encomiásticos para o grupo-patrão, e a inexistência de nenhum título *negativo*. Exemplos: “LVMH résiste bien grâce à ses marques phares - Le numéro un mondial du luxe a amélioré ses résultats au premier semestre”, 13.09.2002; “Les grands du luxe résistent mieux que les autres à la crise - LVMH est parvenu à améliorer ses résultats en l’absence d’une reprise du tourisme”, 13.09.2002; “L’opérationnel de LVMH meilleur qu’attendu - Sur le premier semestre, le résultat opérationnel du groupe de luxe a progressé”, 12.09.2002; “Diageo et LVMH consolident la distribution de leurs alcools”, 30.07.2002; “Le groupe LVMH se renforce dans la vodka de prestige”, 22.07.2002; “Christian Dior rebondit fortement - Le titre, comme sa filiale LVMH, avait fait les frais de la dégringolade des marchés...” 19.07.2002; “LVMH maintient le cap sur la rentabilité - Le redressement de l’activité de distribution sélective est désormais bien engagé...”, 18.07.2002; “LVMH vise 15% de croissance opérationnelle à fin juin”, 17.07.2002.

Para compensar esta drástica redução nos fluxos noticiosos não é preciso ir ao fim do mundo nem tão pouco ao fim da rua. Para quê sair da estação, se há tanta notícia cá dentro, tanto programa a merecer destaque, tanta gente bonita cintilando nos nossos programas, tantos aniversários dos nossos programas, tanta tourada, tantos festivais da canção, tanta chuva de estrelas.

Terrível paradoxo, este, o de jornalistas (sobre)vivendo à custa de *não-notícias*. Se o campo de desempenho profissional dos jornalistas nunca conseguiu traçar fronteiras bem definidas, a chegada dos *media workers*, dos produtores de conteúdos, dos *três* ou *quatro em um* ou dos narradores de peripécias dos *reality-shows* esboroa tais limites quase que por completo.

A crescente indefinição do seu estatuto profissional corre a par com outra marca dos tempos: a precariedade da profissão. O jornalismo é hoje, para a maior parte, uma profissão precária, com todos os riscos que tal despromoção comporta. A precariedade não rima com a defesa de princípios, antes obriga a concessões. Porque há sempre três ou dez jovens candidatos a estagiários prontos a substituir o profissional que tenha a veleidade de dizer *não*. De *estrela da companhia* passará, num ápice, a *jornalista descartável*.

“Os jornalistas têm que informar sobre o que as pessoas querem saber (...) O facto é que temos que servir para tudo, em nome da nossa sobrevivência”, afirmou Paulo Bastos, da TVI-Online, no Congresso Internacional Jornalismo e Internet que ontem terminou na Universidade de Coimbra (UC). O gestor de conteúdos do ‘site’ da TVI na Internet intervinha na mesa-redonda sobre a qual a organização, o Instituto de Estudos Jornalísticos da UC, colocou a questão: ‘Jornalistas ou produtores de conteúdos?’

Paulo Bastos também não deixou de se referir à ‘novela da vida real’, o conteúdo mais polémico da TVI: ‘É o BB que paga a informação que a minha Redacção faz (...) no rigoroso respeito pelo Código Deontológico [dos Jornalistas]’, garantiu. Para logo acrescentar que ‘não é vergonha pagar as dívidas’, nem produzir conteúdos, ‘se os verdadeiros, os perigosos BB’s deixarem’ – lemos no *Público* de 30.03.2001¹¹⁵.

Meses antes, no mesmo jornal, era a veterana Paula Magalhães, ontem jornalista de nome, hoje editora do informativo de um *reality show*, que se explicava: “Paula Magalhães, editora do jornal *Big Brother Extra* e jornalista há quase 20 anos, não viu razão para negar o convite que a direcção de informação lhe dirigiu. ‘Estive na prateleira, era uma oportunidade de voltar a trabalhar. Não me choca nada editar o *Big Brother*’, sublinhou. O objectivo do programa ‘é saber o que as pessoas pensam do *Big Brother*’¹¹⁶.

¹¹⁴ “O maior risco que os jornalistas correm na era do império das ‘holdings’ de comunicação é o de se tornarem acrílicos e perderem a capacidade de se revoltarem. Ou seja, se os jornalistas criarem incompatibilidades num dos órgãos de informação de um grupo, podem não conseguir trabalhar nos outros”, afirmava Júlio Magalhães, editor da *TVI*, no debate “A Posição do Jornalista no Império das Holdings” que decorreu no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, em Janeiro de 2001. “Ainda assim”, noticiava o *Público*, “Júlio Magalhães vê mais efeitos positivos do que nefastos na concentração dos meios de comunicação. É que, com maior dispersão, ‘havia mais trabalho precário’. Além disso, se é verdade que o que move os grupos é o lucro, também é certo que os accionistas ‘não interferem, não querem e nem podem interferir nos critérios editoriais’, sustentava o jornalista, para quem o “capital de credibilidade do jornalista não pode ser afectado”. Francisco Figueiredo, da RTP, mostrou-se um pouco mais pessimista: “Defendeu que os jornalistas deixaram de estar condicionados pelo poder político para passarem a estar sob o jugo do poder económico e lamentou que esta ‘nova ordem’ venha por vezes pôr em causa a independência e autonomia daqueles profissionais, hoje regidos pela ‘lei da sobrevivência’. E é com desagrado que vê as notícias, em particular na TV, estarem condicionadas ‘à promoção dos programas da grelha’ ou dos produtos do grupo” (“Concentração dos ‘media’ pode limitar capacidade crítica dos jornalistas”. Elisabete Vilar, *Público*, 26.01.2001).

¹¹⁵ “O jornalismo ‘On Line’ e os conteúdos da vida real”. Álvaro Vieira, *Público*, 30.03.2001.

¹¹⁶ “Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas discute se ‘novela da vida real’ é notícia - Quando o Big Brother bate Mário Soares”. Ricardo Dias Felner, *Público*, 11.11.2000.

“De que servirá a um jovem estagiário de jornalismo defender, no seu íntimo, o respeito pela pessoa humana e opor-se à exploração dos sentimentos dos seus concidadãos se já souber, de antemão, que só progredirá na carreira caso, na sua prática profissional, faça exactamente o contrário daquilo que pensa?”

De que servirá a um director ou a um chefe de redacção definir uma linha de orientação autónoma e isenta para determinado *media*, se os jornalistas da ‘casa’, cumprem missões definidas por entidades exteriores (partidos, ‘agências de comunicação’, empresas ou outras)?” – pergunta Mário Mesquita (1995b: 4).

Servirá de muito pouco, talvez de nada, porque, e importa dar de novo a palavra a Paulo Bastos, são os sacos-cama do lucrativo teléxico os financiadores das grandes reportagens que, como é sabido, só dão despesas: “No período de debate que se seguiu às intervenções de Paulo Salvador, também da TVI, Avelino Rodrigues, do Sindicato dos Jornalistas, Jorge Wemans, da LUSA, e Manuel Pinto, da Universidade do Minho (UM), a assistência dirigiu a Paulo Bastos estas questões: ‘Que critérios jornalísticos levaram à inclusão de cenas de sexo, por duas vezes nos jornais televisivos [da TVI] desse dia, durante 59 segundos? E quem é o verdadeiro e perigoso BB?’

Bastos não hesitou: ‘É o público. Estamos reféns, obrigados a dar ao público o que ele quer’. O chefe de redacção da TVI Online explicou que ‘os sacos-cama pagam os próximos repórteres que irão a Timor ou uma grande reportagem’. E garantiu que o BB nunca abriu os jornais da TVI: ‘O que vocês vêem são promoções, o BB aparece no fim, como deve ser com os ‘fait-divers’. Paulo Bastos também reconheceu que tem, na Redacção que chefia, jornalistas que alegaram objecção de consciência e ‘não fazem BB’, mas advertiu a assistência, onde os estudantes de Comunicação Social estavam em maioria, de que, ‘na actual conjuntura, isso não é aconselhável. Há dois grandes grupos de comunicação: se batemos a porta a dois, ficamos sem alternativa de emprego’, avisou.

Paulo Bastos recebeu fartos aplausos por estas respostas. O congresso dividiu-se, porque as críticas explícitas ou implícitas às teses do responsável da TVI Online também foram aplaudidas. Avelino Rodrigues anunciou que iria comentar as afirmações de Bastos com uma citação de uma ‘filósofa contemporânea’: ‘Quem tem ética passa fome’ - frase proferida por Teresa Guilherme, numa entrevista recente à PÚBLICA.

Paulo Salvador também interveio nesta polémica: “A LUSA fez ou não uma notícia sobre o BB? Se a RTP e a SIC não fizeram, não foi por uma questão de ética, mas de estratégia empresarial. Se o Zé Maria for para a RTP ou para a SIC vão fazer, não tenham dúvida’, enfatizou. O jornalista da TVI dirigiu-se particularmente aos colegas presentes: ‘Invejo-os, se nunca conviveram com situações que os incomodassem ou que os colocassem em risco de morrer à fome’.

Antes do BB se ter imiscuído no debate, Salvador relativizou a questão de saber se os jornalistas são ‘produtores, gestores ou vítimas’ de conteúdos. Para este orador, o importante é que se produzam cada vez melhores trabalhos jornalísticos na net, independentemente de os grupos de comunicação lhes chamarem conteúdos ou não.

Avelino Rodrigues, Jorge Wemans e Manuel Pinto, discorreram acerca do sincretismo entre jornalismo e outros tipos de informação, comprometida ou irresponsável disponível na Net, que leva os jornalistas a ‘diabolizarem’ o termo ‘conteúdos’. Designação empresarial que favorece a “pirataria” da informação, para uns; conceito que urge densificar, antes de demarcar o jornalismo do seu seio, numa sociedade em mutação que coloca novos desafios aos profissionais e apela a velhas responsabilidades, como a deontologia e a intervenção cívica.

No entanto, foi mesmo a intervenção de Paulo Bastos que mais reacções provocou no congresso: ‘Deram-me razão. Falou-se de uma série de coisas importantes e é do BB que querem falar’, comentou Bastos, quando lhe dirigiram as primeiras perguntas”.

Como constatamos, é o *mercado* a comandar, e contra a lógica do mercado parece não haver argumentos. A *notícia-produto* avassala os alinhamentos televisivos, relegando a *notícia-serviço* para um canto escuro do museu das raridades da estação.

Tendo plena consciência dos males de que padece a profissão (vejam-se as respostas ao nosso inquérito), não pressentimos, nos jornalistas da televisão, força e determinação para mudarem o actual estado de coisas. Iniciativas individuais serão meramente quixotescas. O colectivo também parece não dispor do vigor necessário para propulsionar uma inversão de rumo, basta atentar-se no apagadíssimo papel do Sindicato dos Jornalistas, nos últimos anos.

O jornalismo televisivo parece-nos, assim, condenado ao estatuto de um jornalismo de segunda categoria, jornalismo repelindo a investigação, sugando com deleite e lucros as agendas e o labor de outrém; perenizando-se, com resignada alegria, no rebaixado *podium* do jornalismo de *follow-up*, do *jornalismo de animação*. Neste quadro, os teores miméticos das agendas noticiosas televisivas só poderão intensificar-se, com reflexos directos no poder de agendamento da ordem do dia das conversas e preocupações dos cidadãos que habitam a *polis*.

“(…) Fundamentalmente, é na leitura e na recepção do discurso dos *media* que, hoje, tudo se joga. Pode parecer uma banalidade invocar aqui a questão educativa, mas a verdade é que sem uma educação para os *media* nas escolas secundárias e sem a reorientação dos *curricula* escolares na perspectiva de uma Sociedade de Informação, pouco se adiantará” - afirmava Francisco Rui Cádima em 1999 (1999: 56), acrescentando:

“Nesta questão específica estou em total sintonia com Len Masterman, professor de Educação Audiovisual e assessor do Conselho da Europa e da Unesco, que considera ser vital para a democracia que as mensagens dos *media* possam ser ‘descodificadas’ pelo espírito crítico do cidadão. Essa é a melhor arma contra qualquer ‘violência’ mediática. De facto, a criança que não foi educada sobre os meios de comunicação fala deles como se fossem uma realidade inquebrantável, enquanto aqueles que tiveram uma formação específica sobre os *media* consideram-nos como um sistema que produz as suas próprias realidades, gerando por vezes híbridos onde real e ficção se cruzam indistintamente”.

Não se perscrutando regeneração do lado de lá do ecrã, razão a Cádima, Masterman e a todos os que têm propugnado aposta forte na educação para os *media*. Incumbe aos telespectadores munirem-se das defesas necessárias para impedirem, na medida do possível, a *lilyzação* [gangrena do século XXI] do debate democrático.

Uma maior aposta na investigação científica do dispositivo televisivo, no geral, e do jornalismo de televisão, em particular; uma maior insistência na edição de obras que ajudem a divulgar os resultados e reflexões dimanando de tal labor científico; e, acima de tudo, uma grande aposta na educação para os *media*, ajudarão, por certo, a formar uma classe de telespectadores mais esclarecidos, munidos das ferramentas necessárias para uma descodificação inteligente e responsável dos tortuosos mecanismos que, hoje em dia, vão conformando o jornalismo televisivo.

FONTES

DOCUMENTOS VÍDEO/TV

Notícias 1. RTP1, 4 a 12.01.1999; 21 a 29.06.1999; 29.11.1999 a 7.12.1999.

Jornal da Tarde. RTP1, 12.11.1998; 2 a 13.01.1999; 19 a 29.06.1999; 15.11.1999; 27.11.1999 a 7.12.1999.

Telejornal. RTP1, 25.12.1998; 2 a 13.01.1999; 19 a 29.06.1999; 15.11.1999; 16.11.1999; 27.11.1999 a 7.12.1999.

24 Horas. RTP1, 2 a 13.01.1999; 19 a 29.06.1999; 27.11.1999 a 7.12.1999.

País Regiões Coimbra. RTP1, 6.01.1999; 17.03.1999; 22.03.1999; 9.04.1999; 19.04.1999; 20.04.1999; 21.04.1999.

País País. RTP1, 12.04.1999.

Jornal 2. RTP2, 12.11.1998; 25.12.1998; 2 a 13.01.1999; 19 a 29.06.1999; 27.11.1999 a 7.12.1999.

Acontece. RTP2, 17.11.1999.

Primeira Página. RTP1, 15.11.1999.

Primeiro Jornal. SIC, 31.12.1998; 2 a 14.01.1999; 19.01.1999; 1.04.1999; 20.04.1999; 19 a 29.06.1999; 17.11.1999; 27.11.1999 a 7.12.1999.

Jornal da Noite. SIC, 12.11.1998; 2 a 13.01.1999; 20.01.1999; 19 a 29.06.1999; 27.11.1999 a 7.12.1999; 05.08.2001; 06.09.2002.

Último Jornal. SIC, 12.11.1998; 23.12.1998; 2 a 13.01.1999; 19.04.1999; 20.04.1999; 19 a 29.06.1999; 27.11.1999 a 7.12.1999.

TVI Jornal (1.ª edição). TVI, 4 a 12.01.1999; 19 a 29.06.1999.

TVI Jornal (2.ª edição). TVI, 28.12.1998; 2 a 12.01.1999; 22.01.1999; 19 a 29.06.1999; 27.11.1999 a 7.12.1999.

Directo XXI (1.ª edição). TVI, 27.11.1999 a 7.12.1999.

Directo XXI (2.ª edição). TVI, 12.11.1998; 27.12.1998; 2 a 12.01.1999; 19 a 29.06.1999; 27.11.1999 a 7.12.1999.

Ponto Final (2.ª edição). TVI, 12.11.1998; 2 a 12.01.1999.

Jornal Nacional. TVI, 13.09.2002.

DOCUMENTOS ÁUDIO/RÁDIO

Antena 1. Noticiário das 08h, 7.05.1999; todos os noticiários (à hora certa, espaço alargado de informação regional, desportivos), emitidos nos seguintes períodos: 2 a 13.01.1999; 19 a 29.06.1999; 27.11.1999 a 7.12.1999.

Rádio Renascença. Noticiários das 12h e das 14h, 24.12.1998; *Edição Especial*, 28.12.1998; *Informação Religiosa*, 19.01.1999; noticiário das 12h, 12.03.1999; noticiário das 14h, 19.04.1999; todos os noticiários (à hora certa, espaço alargado de informação regional, informação religiosa, desportivos), emitidos nos seguintes períodos: 2 a 13.01.1999; 19 a 29.06.1999; 27.11.1999 a 7.12.1999.

TSF. Noticiários das 12h, 17h e 18h, 15.11.1999. Todos os noticiários (à hora certa, às meias-horas, desportivos), emitidos nos seguintes períodos: 2 a 13.01.1999; 19 a 29.06.1999; 27.11.1999 a 7.12.1999.

IMPRENSA ESCRITA

Publicações diárias

A Bola. 10.12.1998 a 13.01.1999; 27.05.1999 a 30.06.1999; 4.11.1999 a 8.12.1999.

A Capital. 10.12.1998 a 13.01.1999; 27.05.1999 a 30.06.1999; 4.11.1999 a 8.12.1999.

Açoriano Oriental. 10.12.1998 a 13.01.1999.

Correio da Manhã. 10.12.1998 a 13.01.1999; 27.05.1999 a 30.06.1999; 4.11.1999 a 8.12.1999.

Correio do Minho. 10.12.1998 a 13.01.1999.

Diário As Beiras. 27.05.1999 a 30.06.1999.

Diário de Aveiro. 10.12.1998 a 13.01.1999; 27.05.1999 a 30.06.1999; 4.11.1999 a 8.12.1999.

Diário de Coimbra. 10.12.1998 a 13.01.1999; 27.05.1999 a 30.06.1999.

Diário de Leiria. 10.12.1998 a 13.01.1999.

Diário de Notícias. 10.12.1998 a 13.01.1999; 27.05.1999 a 30.06.1999; 4.11.1999 a 8.12.1999.

Diário de Notícias da Madeira. 4.11.1999 a 8.12.1999.

Diário do Minho. 10.12.1998 a 13.01.1999.

Diário Económico. 10.12.1998 a 13.01.1999; 27.05.1999 a 30.06.1999; 4.11.1999 a 8.12.1999.
Diário Insular. 10.12.1998 a 13.01.1999.
Jornal de Notícias. 10.12.1998 a 13.01.1999; 27.05.1999 a 30.06.1999; 4.11.1999 a 8.12.1999.
O Comércio do Porto. 10.12.1998 a 13.01.1999; 27.05.1999 a 30.06.1999; 4.11.1999 a 8.12.1999.
O Jogo. 10.12.1998 a 13.01.1999; 27.05.1999 a 30.06.1999; 4.11.1999 a 8.12.1999.
O Primeiro de Janeiro. 10.12.1998 a 13.01.1999; 27.05.1999 a 30.06.1999; 4.11.1999 a 8.12.1999.
Público. 12.11.1998; 10.12.1998 a 14.01.1999; 27.05.1999 a 30.06.1999; 4.11.1999 a 8.12.1999.
Record. 10.12.1998 a 13.01.1999; 27.05.1999 a 30.06.1999; 4.11.1999 a 8.12.1999.
24 Horas. 10.12.1998 a 13.01.1999; 27.05.1999 a 30.06.1999; 4.11.1999 a 8.12.1999.

Publicações não-diárias

A Voz da Póvoa. 5.12.1998 a 16.01.1999.
A Voz de Trás-os-Montes. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999.
A Voz do Nordeste. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999.
Auto-Sport. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999; 30.10.1999 a 11.12.1999.
Barlavento. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999; 30.10.1999 a 11.12.1999.
Blitz. 15.05.1999 a 30.06.1999; 30.10.1999 a 11.12.1999.
Correio de Azeméis. 5.12.1998 a 16.01.1999.
Correio do Vouga. 5.12.1998 a 16.01.1999.
Diário do Alentejo. 5.12.1998 a 16.01.1999.
Diário do Sul. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999.
Distrito de Portalegre. 5.12.1998 a 16.01.1999.
Euronotícias. 30.10.1999 a 11.12.1999.
Expresso. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999; 30.10.1999 a 11.12.1999.
Focus. 30.10.1999 a 11.12.1999.
Jornal de Leiria. 5.12.1998 a 16.01.1999.
Jornal de Letras. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999; 30.10.1999 a 11.12.1999.
Jornal do Algarve. 5.12.1998 a 16.01.1999.
Jornal do Fundão. 5.12.1998 a 16.01.1999.
Jornal do Sotavento. 5.12.1998 a 16.01.1999.
Matosinhos Hoje. 5.12.1998 a 16.01.1999.
Nova Guarda. 5.12.1998 a 16.01.1999.
O Algarve. 30.10.1999 a 11.12.1999.
O Crime. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999.
O Diabo. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999; 30.10.1999 a 11.12.1999.
O Figueirense. 5.12.1998 a 16.01.1999.
O Independente. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999; 30.10.1999 a 11.12.1999.
O Ribatejo. 30.10.1999 a 11.12.1999.
Póvoa Semanário. 5.12.1998 a 16.01.1999.
Região Sul. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999.
Semanário. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999; 30.10.1999 a 11.12.1999.
Semanário Transmontano. 5.12.1998 a 16.01.1999;
Tal & Qual. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999; 30.10.1999 a 11.12.1999.
Terras da Beira. 5.12.1998 a 16.01.1999.
TV Guia. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999; 30.10.1999 a 11.12.1999.
TV Mais. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999; 30.10.1999 a 11.12.1999.
Visão. 5.12.1998 a 16.01.1999; 22.05.1999 a 3.07.1999; 30.10.1999 a 11.12.1999.

OUTROS

Alinhamentos da totalidade dos noticiários televisivos (RTP1, RTP2, SIC, TVI) e radiofónicos (Antena 1, Rádio Renascença, TSF), emitidos entre 1 de Janeiro de 1997 e 31 de Dezembro de 2000. Alinhamentos de alguns noticiários emitidos pela Rádio Comercial entre 1 de Janeiro de 1997 e 31 de Dezembro de 2000. Alinhamentos em suporte informático, disponíveis na base de dados da *Cision* (ex-*Memorandum*), que nos foi gentilmente cedida.

Pré-alinhamentos do *Telejornal* (RTP1), 17.11.1999.

Pré-alinhamentos e alinhamentos do *Primeiro Jornal* (SIC), e do *Jornal da Noite* (SIC) 29.11.1999 a 5.12.1999.

Telejornal versus Jornal da Noite. Valores médios no período de 1Jan99 a 21Jun99. Serviço de Estudos e Audiências da RTP, 29.12.1999.

Estrutura comparada da programação de horário nobre da RTP1 em 1997. Serviço de Estudos e Audiências da RTP, s/d.

Horários de difusão do *TVI Jornal* (1.ª edição) (TVI), 04.01.1999 a 26.03.1999, 12.04.1999 a 25.06.1999. Markttest/Audimetria.

Horários de difusão do *Ponto Final* (TVI). 01.01.1999 a 30.04.1999. Markttest/Audimetria.

Horários de difusão do *Notícias 1* (RTP1), *24 Horas* (RTP1) e *Último Jornal* (SIC). Ano de 1999. Markttest/Audimetria.

Desempenho de programas da RTP1 em função da audiência média. Período analisado: 28 de Setembro a 18 de Outubro de 1999. Serviço de Estudos e Audiências da RTP, s/d.

Rating e Share nas aberturas e fechos do Jornal da Tarde (RTP1), *Telejornal* (RTP1), *Primeiro Jornal* (SIC) e *Jornal da Noite* (SIC). Semanas de 12 a 18 de Abril de 1999, e 14 a 20 de Junho de 1999. Markttest/Audimetria.

Melhor audiência média (MAM) e melhor audiência total (MAT) dos telejornais da RTP1, SIC e TVI (entre 26.12.2001 e 30.05.2002), serviço Mediamonitor, Markttest/Markdata.

Blocos temáticos, localização no alinhamento e duração, *Jornal Nacional* (TVI), 23.07.2002. Serviço Mediamonitor, Markttest/Markdata.

ENTREVISTAS

RTP

Entrevista a Adelino Ramos, coordenador do *Telejornal* (edições do fim de semana). RTP1, Lisboa, 21.11.1999.

Entrevista a Daniel Catalão, jornalista. RTP1, Lisboa, 18.11.1999.

Entrevista a Fátima Campos Ferreira, *pivot* do *Telejornal*. RTP1, Lisboa, 21.11.1999.

Entrevista a Fernanda Mestrinho, subdirectora para a Informação Nacional. RTP1, Lisboa, 20.11.1999.

Entrevista a Fernando Barata, coordenador do *Telejornal*. RTP1, Lisboa, 16.11.1999

Entrevistas a Helder Antunes, coordenador do *24 Horas*. RTP1, Lisboa, 15.11.1999, 16.11.1999 e 16.12.1999.

Entrevista a João Filipe Barbosa, coordenador do *Telejornal* (edições do fim de semana). RTP1, Lisboa, 20.11.1999.

Entrevista a José Cândido de Sousa, coordenador do *Telejornal*. RTP1, Lisboa, 16.11.1999.

Entrevista a José Rodrigues dos Santos, *pivot* do *Telejornal*. RTP1, Lisboa, 19.11.1999.

Entrevistas a Mira Godinho, coordenador do *Telejornal*. RTP1, Lisboa, 22.09.1999 e 13.12.1999.

Entrevista a Sérgio Gomes, secretariado de redacção. RTP1, Lisboa, 22.09.1999 e 13.12.1999.

Entrevistas a Carlos Daniel, *pivot* do *Jornal da Tarde*. RTP/Porto, Porto, 19.10.1999 e 22.10.1999.

Entrevista a Dinis Sottomayor, editor do *Notícias 1*. RTP/Porto, Porto, 20.10.1999.

Entrevistas a Fátima Torres, coordenadora do *Jornal da Tarde*. RTP/Porto, Porto, 22.07.1999 e 20.10.1999.

Entrevista a Frederico Lopes, realizador (informação e desporto). RTP/Porto, Porto, 24.10.1999.

Entrevistas a José Cruz, coordenador de Informação do *Jornal da Tarde*. RTP/Porto, Porto, 22.07.1999, 19.10.1999 e 21.10.1999.

Entrevista a Luís Miguel Loureiro, jornalista. RTP/Porto, Porto, 23.10.1999.

Entrevista a Maria Alice de Pinho, realizadora (informação). RTP/Porto, Porto, 22.10.1999.

Entrevista a Marques Rocha, coordenador do *País Regiões Porto*. RTP/Porto, Porto, 22.10.1999.

Entrevista a Pedro Ribeiro, jornalista (departamento de desporto). RTP/Porto, Porto, 22.10.1999.

Entrevistas a Susana Santos, *pivot* do *Notícias 1*. RTP/Porto, Porto, 18.10.1999 e 19.10.1999.

Entrevista a Vítor Hugo, editor do *Notícias 1*. RTP/Porto, Porto, 22.10.1999.

Entrevista a Ana Cardoso Fonseca, jornalista do *Jornal 2*. RTP2, Lisboa, 15.12.1999.

Entrevista a António Nabo, jornalista do *Jornal 2*. RTP2, Lisboa, 14.12.1999.

Entrevistas a António Prata, coordenador-adjunto do *Jornal 2*. RTP2, Lisboa, 13 e 17.12.1999.

Entrevista a Henrique Garcia, coordenador e *pivot* do *Jornal 2*. RTP2, Lisboa, 17.12.1999.

Entrevista a João Fernando Ramos, *pivot* do *Jornal 2* (edições do fim de semana). RTP/Porto, Porto, 19.12.1999.

Entrevista a Lourenço Medeiros, jornalista do *Jornal 2*. RTP2, Lisboa, 14.12.1999.

Entrevista a Luís Marinho, jornalista do *Jornal 2*. RTP2, Lisboa, 16.12.1999.

Entrevista a António Santos, direcção do Centro de Formação da RTP. RTP, Lisboa, 14.12.1999.

Entrevista a Joaquim Osório, direcção do Centro de Formação da RTP. RTP, Lisboa, 14.12.1999.

Entrevista a José Alberto Machado, director de Produção da RTP. RTP, Lisboa, 14.12.1999.

Entrevista a José Arantes, director da RTP/África. RTP/África, Lisboa, 15.11.1999.

Entrevista a Mário Moura, director de Informação da RTP/África. RTP/África, Lisboa, 16.12.1999.

SIC

Entrevista a Alberta Marques Fernandes, *pivot* do *Último Jornal*. SIC, Carnaxide, 29.11.1999.

Entrevista a Alcides Vieira, subdirector de Informação da SIC. SIC, Carnaxide, 1.12.1999.

Entrevista a Alexandra Abreu Loureiro, *pivot* do *Primeiro Jornal* (edições do fim de semana). SIC, Carnaxide, 4.12.1999.

Entrevista a Cândida Pinto, editora do *Jornal da Noite*. SIC, Carnaxide, 30.11.1999, 2.12.1999 e 3.12.1999.

Entrevista a Fernanda de Oliveira Ribeiro, *pivot*. SIC, Carnaxide, 3.12.1999.

Entrevistas a José Alberto Carvalho, editor e *pivot* do *Jornal da Noite*. SIC, Carnaxide, 30.11.1999, 03.12.1999.

Entrevista a Manuel Tomás, realizador. SIC, Carnaxide, 2.12.1999.

Entrevista a Maria João Ruela, *pivot* do *Jornal da Noite* (edições do fim de semana). SIC, Carnaxide, 5.12.1999.

Entrevista a Paulo Nogueira, editor do *Primeiro Jornal*. SIC, Carnaxide, 1.12.1999, 2.12.1999 e 3.12.1999.

Entrevista a Pedro Sousa, secretariado de redacção. SIC, Carnaxide, 3.12.1999.

Entrevista a Valdemar Abreu, editor do *Último Jornal*. SIC, Carnaxide, 30.11.1999.

TVI

Entrevista a João Gabriel, repórter de imagem. TVI, Queluz, 2.11.1999.

Entrevista a José Carlos Castro, *pivot* do *Directo XXI*. TVI, Queluz, 5.11.1999.

Entrevista a Júlio Magalhães, *pivot* do *TVI Jornal – 2.ª edição*. TVI, Queluz, 5.11.1999.

Entrevista a Lurdes Baeta, jornalista. TVI, Queluz, 5.11.1999.

Entrevista a Manuel Domingues, jornalista. TVI, Queluz, 4.11.1999.

Entrevista a Miguel Ganhão Pereira, *pivot* do *Directo XXI* (edições do fim de semana). TVI, Queluz, 6.11.1999.

Entrevista a Nuno Roby Amorim, coordenador do *Directo XXI*. TVI, Queluz, 4.11.1999.

Entrevista a Octávio Ribeiro, subdirector de Informação. TVI, Queluz, 5.11.1999.

Entrevista a Paulo Salvador, *pivot* do *TVI Jornal – 2.ª edição*. TVI, Queluz, 2.11.1999.

Entrevista a Tiago Rebelo, coordenador do *TVI Jornal – 2.ª edição*. TVI, Queluz, 1.11.1999.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- ÁLVAREZ, Jesús Timóteo; RIAZA, Ascensión Martínez. “Historia de la Prensa HispanoAmericana”, Editorial Mapfre, Madrid, 1992.
- AUBENAS, Florence; BENASAYAG, Miguel. “La Fabrication de l’Information – Les journalistes et l’idéologie de la communication”, Éditions La Découverte, Paris, 1999.
- BABIN, Pierre. “Linguagem e Cultura dos Media”, Bertrand Editora, Lisboa, 1993.
- BAGDIKIAN, Ben. “Las Maquinas de Información”, Ediciones Fondo de Cultura Economica España, S.A., Madrid, 1975.
- BANDRÉS, Elena; AVILÉS, José A. García; PÉREZ, Gabriel; PÉREZ, Javier. “El periodismo en la televisión digital”, Paidós, Barcelona, 2000.
- BARATA-FEYO, José Manuel. Prefácio e notas a “Informação — Manipulação”, Alain Woodrow, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996.
- BARROSO, Alfredo. “A Televisão que Temos”, Contexto Editora, Lisboa, 1995.
- BENITO, Ángel. “Ecología de la comunicación de masas”, Eudema Universidad, Madrid, 1989.
- BOSETTI, Giancarlo. Introdução a “Televisão: um perigo para a democracia”, Karl Popper e John Condry, Gradiva, Lisboa, 1995.
- BRANDÃO, Nuno Goulart. “O espectáculo das notícias. A televisão generalista e a abertura dos telegornais”, Editorial Notícias, Lisboa, 2002.
- CÁDIMA, Francisco Rui. “O Fenómeno Televisivo”, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995.
- CÁDIMA, Francisco Rui. “História e Crítica da Comunicação”, Edições Século XXI, Lisboa, 1996.
- CÁDIMA, Francisco Rui. “Estratégias e Discursos da Publicidade”, Vega, Lisboa, 1997.
- CÁDIMA, Francisco Rui. “Desafios dos Novos Media – A Nova Ordem Política e Comunicacional”, Editorial Notícias, Lisboa, 1999.
- CAMPOS, Jorge. “A Caixa Negra – Discurso de um Jornalista sobre o discurso da Televisão”, Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, 1994.
- CASHMORE, Ellis. “... E a televisão se fez”, Summus Editorial, São Paulo, 1998.
- CAZENOBE, Jean. “Les origines de la telegraphie sans fils”, CNRS, Paris, 1981.
- CHARAUDEAU, P.; GHIGLIONE, R. “A Palavra Confiscada – Um género televisivo: o talk show”, Instituto Piaget, Lisboa, 2000.
- CLOUTIER, Jean. “A Era de Emerec – ou a comunicação audio-scripto-visual na hora dos self-media”, Instituto de Tecnologia Educativa, Lisboa, s/d.
- COHEN, Bernard C. “The Press and Foreign Policy”, Princeton University Press, Princeton, 1963.
- CONTRERAS, José Miguel. “Vida política y televisión”, Espasa-Calpe, Madrid, 1990.
- CORREIA, Fernando. “Os jornalistas e as notícias”, Editorial Caminho, Lisboa, 1997.
- COULOMB-GULLY, Marlène. “Les Informations Télévisées”, PUF, Paris, 1995.
- DAYAN, Daniel. “Acerca de la teoría de los efectos limitados”, in *El nuevo espacio publico*, Gedisa Editorial, Barcelona, 1992.
- DIBERDER, Alain Le ; COSTE-CERDAN, Nathalie. “Briser les Chaînes – Une introduction à l’après-télévision”, Éditions La Découverte, Paris, 1988.
- DIWO, François. “La Télé, si vous saviez”, Plon, França, 1997.
- DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony. “História do Século XX”, 1.º volume, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988.
- ECO, Umberto. “La guerre du faux”, Grasset-Fasquelle, Paris, 1985.
- ECO, Umberto. “Viagem na Irrealidade Quotidiana”, Difel, Linda-a-Velha, 1993.
- ECO, Umberto. “Cinco Escritos Morais”, Difel, Algés, 1998.
- ERICSON, R.; BARANEK, P.; CHAN, J. “Visualizing Deviance: a Study of News Organization”, University of Toronto Press, Toronto, 1987.
- EUDES, Yves. “Um show planetário: a informação televisiva”, in *A comunicação social vítima dos negociantes*, Caminho, Lisboa, 1992.
- FARIA, Miguel Figueira de. “Marconi – Da TSF às Comunicações Globais”, ed. Departamento Central de Comunicação da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, Lisboa, 1994.
- FISKE, John. “Introdução ao Estudo da Comunicação”, Edições ASA, Porto, 1990.

- FONTCUBERTA, Mar de. “La noticia. Pistas para percibir el mundo”, Paidós, Barcelona, 1998.
- GAITANO, Norberto González. “El síndrome de Scherazade y otros síndromes deseducativos”, in *III Congreso Internacional Cultura y Medios de Comunicación*, Publicaciones Universidad Pontificia de Salamanca, Salamanca, 2000.
- GARVEY, Daniel; RIVERS, William. “L’ information radiotélévisée. Principes, Exemples, Applications”, De Boeck-Wesmael, Bruxelles, 1994.
- GONÇALVES, Rui Fernando Mendes. “Jornalismo e Valores – O projecto Informativo TSF-Rádio Jornal (1988-1993)”, EDINOVA – Edições da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1999.
- HARLÉ, Mélusine. “Attentats et Télévision. Paroles et images”, De Boeck & Larcier, Paris–Bruxelas, 1998.
- HERREROS, Mariano Cebrián. “Introducción al lenguaje de la televisión: una perspectiva semiótica”, Pirámide, Madrid, 1978.
- IGLESIAS, Francisco. “A Televisão Dominada”, DIFEL, Lisboa, 1993.
- JANOWITZ, Morris; SCHULZE, Robert Oscar. “Tendencias de la investigación en el sector de las comunicaciones de masas”, in *Sociología de la Comunicación de Masas – I. Escuelas y autores*, Miquel de Moragas (ed.), Gustavo Gili, Barcelona, 1985.
- JEANNENEY, Jean-Noel. “Uma História da Comunicação Social”, Terramar, Lisboa, 1996.
- JESPERS, Jean-Jacques. “Jornalismo Televisivo”, Minerva, Coimbra, 1998.
- KLAPPER, Joseph. “The Effects of Mass Communication”, Free Press, New York, 1960.
- LIPPMANN, W. “Public Opinion”, Free Press, New York, 1922.
- “Livro de Estilo da RTP”. RTP, Lisboa, 2001.
- LOPES, Felisbela. “O Telejornal e o Serviço Público”, Minerva, Coimbra, 1999.
- LOPES, João. “Teleditadura — Diário de um Espectador”, Quetzal Editores, Lisboa, 1995.
- MANDER, Jerry. “Quatro Argumentos para Acabar com a Televisão”, Antígona, Lisboa, 1999.
- MATTELART, Armand. “A Comunicação-Mundo - História das Ideias e das Estratégias”, Instituto Piaget, Lisboa, 1997.
- MCCOMBS, Maxwell. “Influencia de las noticias sobre nuestras imágenes del mundo”, in *Los efectos de los medios de comunicación*, Jennings Bryant e Dolf Zillmann (org.), Paidós Comunicación, Barcelona, 1994.
- MERMET, Gérard. “Démocrature: comment les médias transforment la démocratie”, Aubier-Montaigne, Paris, 1987.
- MEUNIER, Jean-Pierre ; PERAYA, Daniel. “Introduction aux theories de la Communication”, De Boeck & Larcier, Bruxelles, 1993.
- MIQUEL, Pierre. “Histoire de la Radio et de la Télévision”, Perrin, Paris, 1984.
- MONTALBÁN, Manuel Vásquez. “As Notícias e a Informação”, Salvat Editora do Brasil, Rio de Janeiro, 1979.
- MORIN, Edgar. “As Grandes Questões do Nosso Tempo”, Editorial Notícias, Lisboa, 1994.
- NEWMAN, Laurent. “Les dieux de la Télé existent — Je les ai rencontrés”, Plon, Paris, 1995.
- ODINA, Mercedes; HALEVI, Gabriel. “El factor fama”, Editorial Anagrama, Barcelona, 1998.
- PASTORIZA, Francisco. “Perversiones Televisivas — Una aproximación a los nuevos géneros audiovisuales”, IORTV (Instituto Oficial de Radiotelevisión española), Madrid, 1997.
- PEREIRA, José Pacheco. “Desesperada Esperança”, Editorial Notícias, Lisboa, 1999.
- PERRAULT, Gilles. “O universo anestésico do pequeno ecrã”, in *A comunicação social vítima dos negociantes*, Caminho, Lisboa, 1992.
- PIEDRAHÍTA, Manuel. “Jornalismo Moderno — História, perspectivas e tendências rumo ao ano 2000”, Plátano, Madrid, 1993.
- PINTO, Manuel. “A Televisão no Quotidiano das Crianças”, Edições Afrontamento, Porto, 2000.
- POPPER, Karl ; CONDRY, John. “Televisão: um perigo para a democracia”, Gradiva, Lisboa, 1995.
- POSTER, Mark. “A Segunda Era dos Média”, Celta Editora, Oeiras, 2000.
- PRATKANIS, Anthony ; ARONSON, Elliot. “La era de la propaganda — Uso y abuso de la persuasión”, Paidós Communication, Barcelona, 1994.
- RAMÍREZ, Txema. “Gabinetes de comunicación — Funciones, disfunciones e incidencia”, Bosch Casa Editorial, Barcelona, 1995.
- RAMONET, Ignacio. “La tiranía de la Comunicación”, Editorial Debate, Madrid, 1998.
- REQUENA, Jesús González. “Televisión: un espectáculo desimbolizado”, in *El Discurso Televisivo*, Catedra, Madrid, 1995.
- RIBEIRO, Fernando Curado. “Rádio”, Editora Arcádia, Lisboa, 1964.

- SANTOS, José Rodrigues dos. “O Que é Comunicação”, Difusão Cultural, Lisboa, 1992.
- SANTOS, José Rodrigues dos. “A verdade da guerra”, Gradiva, Lisboa, Outubro 2002.
- SANTOS, Rogério. “Os novos media e o espaço público”, Gradiva, Lisboa, 1998.
- SARTORI, Giovanni. “Homo videns — La sociedad teledirigida”, Taurus, Madrid, 1998.
- SCARDINO, Albert. “O acesso às fontes de informação na prática jornalística dos EUA”, in *O acesso às fontes de informação*, ed. Alta Autoridade para a Comunicação Social, Lisboa, 1999.
- SEMPRINI, Andrea. “Analyser la communication — Comment analyser les images, les médias, la publicité”, L’Harmattan, Paris, 1996.
- SOUSA, Jorge Pedro. “As notícias e os seus efeitos”, Minerva, Coimbra, 2000.
- SOUSA, Judite de. “Olá Mariana. O poder da pergunta”, Oficina do Livro, Lisboa, 2002.
- STATERA, Gianni. “Las investigaciones sobre los efectos de los ‘mass-media’”, in *Sociología de la Comunicación de Masas – I. Escuelas y autores*, Miquel de Moragas (ed.), Gustavo Gili, Barcelona, 1985.
- STEPHENS, Mitchell. “La televisión transforma las noticias”, in *La Comunicación en la Historia – Tecnología, Cultura, Sociedad*, David Crowler e Paul Heyer (org.), Bosc Casa Editorial, S.A., Barcelona, 1997.
- TAVARES, Miguel Sousa. “Basta de impunidade!”, in *Deontologia — 2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses — Conclusões, Teses, Documentos*, edição do Secretariado da Comissão Executiva do II Congresso dos Jornalistas Portugueses, Lisboa, 1986.
- TRAQUINA, Nelson. “Big Show Media”, Editorial Notícias, Lisboa, 1997.
- TRAQUINA, Nelson. “O Estudo do Jornalismo no Século XX”, Editora Universidade do Vale do Rio dos Sinos, S. Leopoldo, RS, Brasil, 2001.
- TUBAU, Iván. “Periodismo oral”, Paidós, Barcelona, 1993.
- TUCHMAN, Gaye. “Making News: A study in the Construction of Reality”, The Free Press, New York, 1978.
- VASCONCELOS, António-Pedro. “Serviço Público – Interesses Privados”, Oficina do Livro, Lisboa, Janeiro 2003.
- VIZUETE, José Ignacio Armentía. “Las Nuevas Tendencias en el Diseño de la Prensa”, Serviço Editorial da Universidad del País Vasco, Bilbao, 1993.
- WEMANS, Jorge. “O acesso às fontes de informação e as questões postas pelos leitores e pela sociedade civil”, in *O acesso às fontes de informação*, ed. Alta Autoridade para a Comunicação Social, Lisboa, 1999.
- WOLF, Mauro. “Teorias da Comunicação”, Editorial Presença, Lisboa, 1994.
- WOLTON, Dominique. “Elogio do grande público — Uma teoria crítica da televisão”, Edições Asa, Porto, 1994.
- WOLTON, Dominique. “Pensar a Comunicação”, Difel, Algés, 1999.
- WOODROW, Alain. “Os meios de comunicação — Quarto poder ou quinta coluna?”, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1996 (A).
- WOODROW, Alain. “Informação — Manipulação”, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996 (B).

ARTIGOS EM REVISTAS TÉCNICAS E CIENTÍFICAS

- AVILÉS, J. Alberto García. “La imagen totem: algunas paradojas sobre los informativos en el final del milenio”, in *Revista Zer*, Dezembro 1999, (<http://www.ehu.es/zer/>).
- BERNIER, Marc-François. “Quand le port du bonnet hygiénique devient un enjeu électoral”, in *Metamedia*, 05.06.1999, (<http://www.globetrotter.qc.ca/metamedia/Bonnet.html>).
- BEZUNARTEA, Ofa; HOYO, Mercedes del. “Urnas y quioscos: dos espejos discordantes - ¿Dónde se refleja mejor la sociedad vasca: en las preferencias que marca el consumo de prensa o en las que arrojan los resultados electorales?”, in *Estudios sobre el mensaje periodístico*, Departamento de Periodismo I de la Facultad de Ciencias de la Información de la Universidad Complutense de Madrid, n.º 6, Madrid, 2000, (http://www.ucm.es/info/periol/Period_I/Revista/Portad_6.htm).
- BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W. “Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias”, in *JORNALISMO: Questões, Teorias e ‘Estórias’*, Nelson Traquina (org.), Coleção “Comunicação & Linguagens”, s/n.º, Vega, Lisboa, 1993.
- BOGART, Leo. “The Overseas Newsmen: A 1967 Profile Study”, in *Journalism Quarterly*, vol. 45, n.º 1, summer 1968.
- BOU, Lourdes Novalbos. “Paisaje sonoro de una invasión marciana - La intervención de los principios constructivos radiofónicos en el proceso de creación de las imágenes auditivas de ‘La guerra de los mundos’ (Orson Welles, 1938)”, in

- Revista Latina de Comunicación Social*, n.º 24, Universidad de La Laguna, Tenerife, Canarias, Dezembro 1999, (<http://www.ull.es/publicaciones/latina>).
- BREED, Warren. “Controle social na redacção: uma análise funcional”, in *JORNALISMO: Questões, Teorias e ‘Estórias’*, Nelson Traquina (org.), Coleção “Comunicação & Linguagens”, s/n.º, Vega, Lisboa, 1993.
- CASTANHEIRA, José Pedro. “O espaço da investigação no jornalismo português”, in Observatório da Imprensa (Brasil), 23.10.2002, (<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq231020021.htm>).
- CASTILHO, Carlos. “La crisis de la prensa brasileña”, in *Sala de Prensa* n.º 30, Abril 2001, (<http://www.saladeprensa.org>).
- CHARAUDEAU, Patrick. “Les conditions d’une typologie des genres télévisuels d’information”, in *Réseaux*, n.º 81, CNET, Paris, 1997.
- “Deu no tablóide, e a gente aproveita... — Jornais brasileiros não fazem fofoca; reproduzem”, in Instituto Gutenberg, s/d, (<http://www.igutenberg.com.br/atual/fofoca.htm>).
- DINES, Alberto. “A imprensa e a mídia com cara de palhaço”, in Observatório da Imprensa (Brasil), s/d, (<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq200798a.htm>).
- DOUMAZANE, François. “La construction de l’information télévisée — Étude comparée de trois moments du journal télévisé sur TF1, A2, FR3”, in *Pratiques*, n.º 37, s/l, Março 1983.
- DUPUIS, Marc. “Télévision”, in *Le Monde de l’Éducation, de la Culture et de la Formation*, n.º 251, Setembro 1997.
- ESQUENAZI, Jean-Pierre. “Le renouvellement d’un jeu de langage: Genres et canaux”, in *Réseaux*, n.º 81, CNET, 1997.
- FERREIRA, Carla Borges. “Quem manda nos media em Portugal?”, in *Marketing & Publicidade*, Novembro de 2001.
- FIDALGO, Joaquim. “Novos desafios para a imprensa escrita e para o jornalismo”, in *A Comunicação e os Media em Portugal (1995-1999) – Cronologia e leituras de tendências*, Manuel Pinto (coord.), Departamento de Ciências da Comunicação – Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2000.
- GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. “A estrutura do noticiário estrangeiro. A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros”, in *JORNALISMO: Questões, Teorias e ‘Estórias’*, Nelson Traquina (org.), Coleção “Comunicação & Linguagens”, s/n.º, Vega, Lisboa, 1993.
- GOMES, Wilson. “Duas premissas para a compreensão da política-espectáculo”, in *Revista de Comunicação e Linguagens, Comunicação e Política*, n.º 21-22, Mário Mesquita (org.), Edições Cosmos, Lisboa, 1995.
- GRABER, Doris A. “Sólo importan las palabras?”, in *Cuadernos de Información*, n.º 7, Pontificia Universidad Católica de Chile, 1991, (<http://www.per.puc.cl/fcom/publicac/cuaderno/07/noti.htm>).
- GRILLO, João Mário. “O grande programador”, in *Televisão – Estratégias, Discursos, Tecnologias, Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 9, edição do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989.
- HALLIDAY, Tereza Lúcia. - Informar e Entreter – A grande simulação da Tv”, in *Intercom, Revista Brasileira de Comunicação*, Vol. XVII, n.º 2, São Paulo, Julho/Dezembro 1994.
- HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. “Falando do Presidente: a estrutura política e a forma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália”, in *JORNALISMO: Questões, Teorias e ‘Estórias’*, Nelson Traquina (org.), Coleção “Comunicação & Linguagens”, s/n.º, Vega, Lisboa, 1993.
- HERMAN, Edward S. “A diversidade de notícias: ‘Marginalizando’ a oposição”, in *JORNALISMO: Questões, Teorias e ‘Estórias’*, Nelson Traquina (org.), Coleção “Comunicação & Linguagens”, s/n.º, Vega, Lisboa, 1993.
- JUNIOR, Alfredo Pereira. “As rotinas produtivas dos editores de texto no telejornalismo: decidindo o que é notícia”, *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, 1997, (<http://www.intercom.org.br/papers/xxi-ci/gt09/GT0907.PDF>).
- KATZ, Elihu. “La recherche en communication depuis Lazarsfeld”, in *Le Nouvel Espace Public*, Hermès n.º 4, CNRS, Paris, 1989.
- LALLANA, Fernando. “Diseño y color infográfico”, in *Revista Latina de Comunicación Social*, Universidad de La Laguna, Tenerife, Canarias, n.º 13, Janeiro de 1999.
- LAURENTIN, Emmanuel. “Journalistes et linguistes, même langue, même langage?”, in *Revue M Scope*, hors série, Versailles, 1994.
- MESQUITA, Mário. “Tendências da comunicação política”, in *Revista de Comunicação e Linguagens, Comunicação e Política*, n.º 21-22, Mário Mesquita (org.), Edições Cosmos, Lisboa, 1995.

- “MIDIAGATE – Dez dias que aviltaram o jornalismo americano”, in Observatório da Imprensa (Brasil), n/a, s/d, (<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd050298m.htm>).
- MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. “As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos”, in *JORNALISMO: Questões, Teorias e ‘Estórias’*, Nelson Traquina (org.), Coleção “Comunicação & Linguagens”, s/n.º, Vega, Lisboa, 1993.
- MORATÓ, Javier del Rey. “El mundo de los valores y la vida cotidiana en la información de actualidad”, in *Cuadernos de Información y Comunicación*, n.º 2, Universidad Complutense de Madrid, s/d, (<http://www.ucm.es/info/per3/cic/cic2.htm>).
- NEL, Noel. “Généricité, séquentialité, esthétique télévisuelles”, in *Réseaux*, n.º 81, CNET, Paris, 1997.
- NOBLAT, Ricardo. “Brasília faz 40 anos e tem seu jornal de cara nova”, in *Imprensa*, s/d, (<http://www.uol.com.br/imprensa>).
- “O caso Vera Fischer”, in Boletim n.º 6, Instituto Gutenberg, n/a, Novembro-Dezembro 1995, (<http://www.igutenberg.org>).
- OCKRENT, Christine. “Le grand journal du soir”, in *Pouvoirs*, n.º 51, Editions du Seuil, Paris, 1989.
- OLIVEIRA, Emídio Rosa de. “A televisão é um electrodoméstico”, in *Televisão – Estratégias, Discursos, Tecnologias, Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 9, edição do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989.
- OLIVEIRA, José Manuel Paquete de. “Elementos para uma Sociologia dos jornalistas portugueses”, in *Jornalistas, Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 8, Nelson Traquina (org.), Lisboa, Dezembro 1988.
- ORTOLEVA, Peppino. “A Televisão”, in Dossier Televisão, Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Editorial Notícias, Lisboa, 2002.
- PAIVA, Cláudio Cardoso de. “As aparições do Deus Dioniso na Idade Média – Telenovela e ficção seriada no Brasil do século XX”, Universidade Federal de Paraíba, s/d, (<http://ubista.ubi.pt/~comum/cardoso-claudio-dionisio-idade-midia.html>).
- PALETZ, David. “Campañas y elecciones”, in *Cuadernos de Información y Comunicación*, n.º 3, Universidad Complutense de Madrid, 1996 (<http://www.ucm.es/info/per3/cic/cic3ar11.htm>).
- RODRIGUES, Adriano Duarte. “Do dispositivo televisivo”, in *Televisão – Estratégias, Discursos, Tecnologias, Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 9, edição do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989.
- SCHLESINGER, Philip. “Os jornalistas e a sua máquina do tempo”, in *JORNALISMO: Questões, Teorias e ‘Estórias’*, Nelson Traquina (org.), Coleção “Comunicação & Linguagens”, s/n.º, Vega, Lisboa, 1993.
- SCHUDSON, Michael. “Porque é que as notícias são como são?”, in *Jornalistas, Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 8, Nelson Traquina (org.), Lisboa, Dezembro 1988.
- SERRANO, Estrela. “Presidenciais 2001: temas e vozes na cobertura jornalística da campanha eleitoral”, in *Media & Jornalismo*, n.º 1, Minerva, Coimbra, Outubro 2002.
- SHAW, E. F. “Agenda-Setting and Mass Communication Theory”, in *Gazette: International Journal for Mass Communication Studies*, vol. XXV, n.º 2, 1979.
- SILVA, Manuel José Lopes da. “Processos Cognitivos na Comunicação Social”, Universidade da Beira Interior, s/d, (<http://bocc.ubi.pt/pag/silva-lobes-proccognitvnacs.html>).
- TEJIDO, Xurxo Salgado. “1898, el fin del imperio español - La prensa gallega antes y después del ‘desastre’”, in *Revista Latina de Comunicación Social*, n.º 18, Universidad de La Laguna, Tenerife, Canarias, Junho 1999, (<http://www.ull.es/publicaciones/latina>).
- TRAQUINA, Nelson. “As notícias”, in *JORNALISMO: Questões, Teorias e ‘Estórias’*, Nelson Traquina (org.), Coleção “Comunicação & Linguagens”, s/n.º, Vega, Lisboa, 1993.
- TRAQUINA, Nelson. “O paradigma do ‘agenda-setting’. Redescoberta do poder do jornalismo”, in *Revista de Comunicação e Linguagens, Comunicação e Política*, n.º 21-22, Mário Mesquita (org.), Edições Cosmos, Lisboa, 1995.
- TRAQUINA, Nelson. “Uma comunidade interpretativa transnacional: a tribo jornalística”, in *Media & Jornalismo*, n.º 1, Minerva, Coimbra, Outubro 2002.
- WEAVER, David. H. F. “Canalización mediática (Agenda-Setting) y elecciones en Estados Unidos”, in *Cuadernos de Información y Comunicación*, n.º 3, Universidad Complutense de Madrid, 1996, (<http://www.ucm.es/info/per3/cic/cic3ab12.htm>).

- WEAVER, Paul. “As notícias de jornal e as notícias de televisão”, in *JORNALISMO: Questões, Teorias e ‘Estórias’*, Nelson Traquina (org.), Coleção “Comunicação & Linguagens”, s/n.º, Vega, Lisboa, 1993.
- WHITE, David Manning. “O gatekeeper: uma análise de caso na selecção de notícias”, in *JORNALISMO: Questões, Teorias e ‘Estórias’*, Nelson Traquina (org.), Coleção “Comunicação & Linguagens”, s/n.º, Vega, Lisboa, 1993.
- WOLTON, Dominique. “Petit écran, grande ambition”, in *Le Monde de l’Éducation, de la Culture et de la Formation*, n.º 251, Setembro 1997.

ARTIGOS EM PERIÓDICOS

- “A experiência – “Bill Clinton apresentador de televisão”, in *Público*, n/a, 29.04.2002.
- “A força da SIC”, in *Política Moderna*, n/a, Agosto 1999.
- “Allons patrons de la patrie!”, in *Visão* (com *Le Nouvel Observateur*), n/a, 13.10.1994.
- ALMEIDA, Marina. “A guerra das telenotícias”, in *Diário de Notícias*, 6.12.1996.
- “Anti Pub – Semaine sans télé”, in *L’Humanité*, n/a, 22.04.2002.
- “António José Seguro acusa a SIC”, in *Diário de Notícias*, n/a, 21.02.1997.
- “Associação de Telespectadores propõe ‘Um dia sem ver TV’”, in *Público*, n/a, 24.04.2002.
- “Autoridade norte-americana da concorrência dá luz verde à compra da Time Warner pela AOL - Nasce o Maior Grupo ‘Media’ do Mundo”, in *Público*, n/a, 16.12.2000.
- BARATA-FEYO, José Manuel. “Televisão em Portugal: a ditadura do mau gosto”, in *Público*, 19.10.1995.
- BARROSO, Alfredo. “O Grande Carnaval”, in *Expresso*, 10.03.2001.
- BASTOS, Helder. “O triunfo do jornalismo de serviços”, in *Jornal de Notícias*, 31.08.1996.
- BELARD, Francisco. “Ignorância vende-se”, in *Cartaz, Expresso*, 12.01.2001.
- BELARD, Francisco. “Casos sérios”, in *Cartaz, Expresso*, 31.03.2001.
- CARDOSO, Gustavo. “Os novos gladiadores televisivos”, in *Público*, 19.05.2001.
- CARLANDER, Ingrid. “Révolution dans la communication”, in *Le Monde Diplomatique*, Agosto 1999.
- CASTRIM, Mário. “Língua de porco”, in *Tal & Qual*, 8.12.1994.
- COELHO, Eduardo Prado. “Como eles ressonam”, in *Público*, 07.06.2001.
- “Constantes alterações de horários não agradam a telespectadores nem às revistas de televisão - Relógios ao Serviço da Concorrência”, in *Público*, n/a, 3.12.2000.
- DINES, Alberto. “Midiagate, ou com o rabo preso entre as pernas”, in *Folha de S. Paulo*, 7.02.1998.
- DINES, Alberto. “Por um jornalismo humanista”, in *Folha de S. Paulo*, 21.11.1998.
- DIOGO, Fernando. “Pobre língua”, in *Guia da Semana, Expresso*, 28.07.2001.
- “Ex-presidentes dos EUA entram n’ ‘Os Homens do Presidente’”, in *Público*, n/a, 16.04.2002.
- FELNER, Ricardo Dias. “Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas discute se ‘novela da vida real’ é notícia - Quando o Big Brother bate Mário Soares”, in *Público*, 11.11.2000.
- FERNANDES, Ferreira. “A caixa que nos muda”, in *Visão*, 22.04.1999.
- FERNANDES, José Manuel. “O triunfo dos porcos”, in *Público*, 21.10.2000.
- FERREIRA, ANA GOMES. “Criada terceira maior empresa de ‘media’ dos Estados Unidos – ‘Chicago Tribune’ absorve ‘LA Times’”, in *Público*, 16.03.2000.
- FIDALGO, Joaquim. “As imagens e as legendas”, in *Público*, 20.05.2001.
- FONSECA, Correia da. “Os dinheiros do tráfico”, in *Vida Ribatejana*, 24.03.1999.
- GONÇALVES, Pedro Miguel. “Resultados de Le Pen mudam telejornais franceses – Violência na informação”, in *Público*, 28.05.2002.
- HALIMI, Serge. “Un journalisme de racolage”, in *Le Monde Diplomatique*, Agosto 1998.
- KAPUSCINSKI, Ryszard. “Les médias reflètent-ils la réalité du monde?”, in *Le Monde Diplomatique*, Agosto 1999.
- LEITE, Ricardo Pinto. “Far West televisivo”, in *Público*, 13.01.1996.
- LIMA, José António. “O Crime ao Vivo”, in *Expresso*, 01.09.2001.
- LOPES, Maria. “Políticos e figuras públicas desafiados a boicotarem SIC e TVT”, in *Público*, 27.05.2001.
- LOPES, Maria. “Rangel reduz Contra-Informação para dois minutos”, in *Público*, 22.11.2001.
- MADRINHA, Fernando. “O Big Brother e a informação-espectáculo”, in *Expresso*, 09.09.2000.

- MADRINHA, Fernando. “O ‘Big Brother’, o Benfica e a morte do jornalismo”, in *Expresso*, 28.10.2000.
- MADRINHA, Fernando. “Jornalistas no Governo”, in *Expresso*, 25.11.2000.
- MADRINHA, Fernando. “Sempre a descer”, in *Expresso*, 23.12.2000.
- “Manter a personalidade e avançar no estrangeiro”, in *Público*, n/a, 08.05.2001.
- MEHL, Dominique. “Les chaînes font leur menu de vingt heures à leur goût”, in *Libération*, 10.06.1990.
- MELO, Guilherme de. “É Verão o ano inteiro”, in *Diário de Notícias*, 22.05.1994.
- MENDES, Nuno. “Grupo tem um plano de expansão para os Açores – Lusomundo adquire ‘Açoriano Oriental’”, in *Público*, 8.12.1999.
- MESQUITA, Mário. “Jornalismo – a crise da deontologia”, in *Diário de Notícias*, 15.04.1994.
- MESQUITA, Mário. “A agenda afirmativa da telenovela”, in *Público*, 11.05.2001.
- MESQUITA, Mário. “Histórias e Notícias”, in *Público*, 8.06.2001.
- MESQUITA, Mário. “Tauromaquias Estivais”, in *Público*, 25.08.2002.
- MESQUITA, Mário. “O Triângulo das Bermudas”, in *Público*, 29.09.2002.
- “Money, Money, Money”, in *Expresso*, editorial, 14.10.2000.
- MOROSO, José Manuel. “A escola da televisão”, in *Guia da Semana, Expresso*, 29.06.2002.
- NADAIS, Inês. “Telefonica compra produtora holandesa por 1100 milhões de contos – Endemol em mãos espanholas”, in *Público*, 18.03.2000.
- NOBRE-CORREIA, J.M. “O circo da televisão pública”, in *Expresso*, 17.01.1998.
- NOBRE-CORREIA, J.M. “A coragem necessária”, *Expresso*, 29.07.2000.
- “Número – 977.000”, in *Público*, n/a, 27.05.2001.
- NUNES, Catarina. “SIC Notícias estreia em Janeiro”, in *Expresso*, 25.11.2000.
- “O aumento – Assinantes da TV Cabo subiram 18 por cento”, in *Público*, n/a, 23.05.2002.
- “O entrevistador – Gorbachov começa a trabalhar para série de TV”, in *Público*, n/a, 11.06.2001.
- “Organismo regulador da comunicação social teme consequências na ‘livre produção e circulação de ideias’ - Alta Autoridade Preocupada com Concentração”, in *Público*, n/a, 9.11.2000.
- “Paulo Salvador com Sobreviventes”, in *Público*, n/a, 28.06.2001.
- PEREIRA, Pacheco. “O drama político que a imprensa nos proporciona”, in *Expresso*, 24.12.1994.
- PEREIRA, Pacheco. “Revisitando a censura em tempos de selvajaria”, in *Público*, 13.02.2003.
- PICASSINOS, Carlos. “O 25 de Abril na rádio e TV públicas”, in *Público*, 13.01.1996.
- PINTO, Ricardo Jorge. “Conhece este senhor da TV?”, in *Expresso*, 18.09.1999.
- “Procuradoria pede cassetes d’ O Bar da TV”, in *Público*, n/a, 10.06.2001.
- “Programa ‘Naked News’ levanta polémica na Grécia”, in *Diário de Notícias*, n/a, 11.04.2002.
- RAINHO, Rodrigo. “Águia da Record entra na briga”, in *Caderno de TV, Jornal da Tarde (Brasil)*, 13.02.2000.
- RALHA, Leonardo; Portugal, Margarida; CURADO, Paulo. “A ‘tabloidização’ dos telejornais”, in *Público*, 23.04.1997.
- RAMOS, Jorge Leitão. “Indignidades”, in *VIVA, Expresso*, 16.04.1994.
- RAMOS, Jorge Leitão. “Os mascarados”, in *Expresso*, 1.11.1997.
- RESENDES, Mário Bettencourt. “O Director do DN e a ‘Cadeira do Poder’”, in *Diário de Notícias*, 21.02.1997.
- “Rivais ABC e CBS discutem aliança”, in *Diário de Notícias*, n/a, 19.11.2001.
- ROCHA, João Manuel. “Metade do ‘Autosport’ e da distribuidora Vasp também mudam de mãos – ‘Correio da Manhã’ passa para a Cofina”, in *Público*, 16.11.2000.
- ROCHA, João Manuel. “Boicote à televisão sem expressão nas audiências”, in *Público*, 24.04.2001.
- RODRIGUES, Jorge Nascimento. “Os consumidores de ‘experiências’”, in *Caderno de Economia, Expresso*, 14.08.1998.
- RODRIGUES, Sofia. “Relatório anual em 59 países – Consumo de televisão aumentou em 1999”, in *Público*, 7.05.2000.
- RODRIGUES, Sofia. “A arma da contra-programação”, in *Público*, 3.06.2000.
- RODRIGUES, Sofia. “SIC Radical prepara notícias com ‘pivots’ nus”, in *Público*, 08.12.2001.
- SANTOS, João de Almeida. “Os malefícios da televisão”, in *Diário de Notícias*, 14.12.1995.
- SANTOS, João de Almeida. “O partido mediático”, in *Diário de Notícias*, 26.04.1999.
- SARAMAGO, José. “A quoi sert la communication?”, in *Le Monde Diplomatique*, Dezembro 1998.
- SERRANO, Estrela. “Tele-realidade”, in *Diário de Notícias*, 28.05.2001.
- SERRANO, Estrela. “Autárquicas: Temas e protagonistas”, in *Diário de Notícias*, 23.12.2001.
- “SIC adopta o Dot”, in *Público*, n/a, 25.01.2000.

- SILVA, Augusto Santos. “O Vale Tudo no ‘Prime-Time’”, in *Expresso*, 28.10.2000.
- “Sindicato receia concentração”, in *Público*, n/a, 11.11.2000.
- “Sonae entra no capital da Impresa e Media Capital avaliada em 180 milhões”, in *Euronoticias*, n/a, 16.11.2000.
- “Sousa Tavares recusa ‘Milionário’”, in *Público*, 21.07.2000.
- TAILLEUR, Jean-Pierre. “*Soif d’informer ou esprit d’entreprise? – Journalistes économiques sous surveillance*”, in *Le Monde Diplomatique*, Setembro 1999.
- TAVARES, Miguel Sousa. “Televisão: a nova luta de classes”, in *Público*, 01.10.1999.
- TAVARES, Miguel Sousa. “A lição de Lilly”, in *Diário Digital*, 18.04.2001.
- TAVARES, Miguel Sousa. “Razões fundas para uma depressão”, in *Público*, 23.11.2001.
- “Televisão é o ‘objecto do século’”, in *Público*, n/a, 21.12.1999.
- “Televisões travam batalha por transmissão em directo da eutanásia”, in *Diário Digital*, n/a, 26.03.2002.
- TORRES, Eduardo Cintra. “Bensica Notícias”, *Público*, 27.02.2001.
- “TV búlgara tem ‘pivots’ nus”, in *Público*, n/a, 12.12.2001.
- VALENTE, Vasco Pulido. “Nascemos ontem”, in *O Independente*, 13.01.1995.
- VIEIRA, Álvaro. “O jornalismo ‘On Line’ e os conteúdos da vida real”, in *Público*, 30.03.2001.
- VILAR, Elisabete. “Concentração dos ‘media’ pode limitar capacidade crítica dos jornalistas”, in *Público*, 26.01.2001.
- VILAR, Elisabete. “EUA dominam ficção importada pela Europa”, in *Público*, 3.02.2003.

DOCUMENTOS VÍDEO/TV

- A Guerra das Notícias (Breaking the news)*. BBC News/CBC, 1997.
- Arret sur Images*. France 5, 12.10.1997.
- Arret sur Images*. France 5, 2.11.1997.
- Arret sur Images*. France 5, 11.01.1998.
- Arret sur Images*. France 5, 25.01.1998.
- Televisão, a Revolução do Século*. ChumCity Productions/Canadian Broadcasting Corporation, 1995.

OUTROS

- CELEDÓN, Francisco Javier. “Marketing Político - ¿La clave para la Victoria Electoral?”, in CD-ROM Marketing Político, Konrad-Adenauer-Stiftung, s/d.
- MARTÍNEZ-PANDIANI, Gustavo. “La irrupción del marketing político en las campañas electorales de América Latina”, in CD-ROM Marketing Político, Konrad-Adenauer-Stiftung, s/d.
- MESQUITA, Mário. “A (provável) inutilidade da deontologia em tempos de euforia mediática”, intervenção no II Congresso de Imprensa Regional, promovido pela APIR, texto policopiado, Aveiro, 09.09.1995 (B).

PAGINAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA
Nuno Beirão, Mar da Palavra – Edições, L.^{da}

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Norprint

TIRAGEM
1000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO
Mar da Palavra – Edições, L.^{da}

Como surgem as notícias que vemos na televisão? Quais as condicionantes que determinam a agenda da TV? Para responder a estas e outras perguntas, Dinis Manuel Alves analisou os telejornais da RTP1, RTP2, SIC e TVI em 1999. 215 telejornais, 3659 notícias.

Ainda 2344 noticiários emitidos pela Antena 1, Rádio Renascença e TSF. E também várias centenas de jornais diários, semanários e revistas.

Investigação que contemplou também a presença, durante cinco semanas, nas redacções das televisões portuguesas, culminando na tese de doutoramento “Mimetismos e determinação da agenda noticiosa televisiva – A AGENDA-MONTRA DE OUTRAS AGENDAS”, defendida na Universidade de Coimbra.

Centrada nos mecanismos de formação da agenda noticiosa televisiva, mais especificamente na detecção de práticas miméticas (endógenas e exógenas ao meio televisão), a investigação permitiu sustentar o carácter determinado da agenda televisiva em relação a outros meios (rádio e imprensa escrita) e, em consequência: a) uma assinalável *capitis diminutio* da autonomia dos jornalistas de televisão no processo de selecção do noticiável; b) uma considerável redução da diversidade noticiosa gerada pelos *media*.

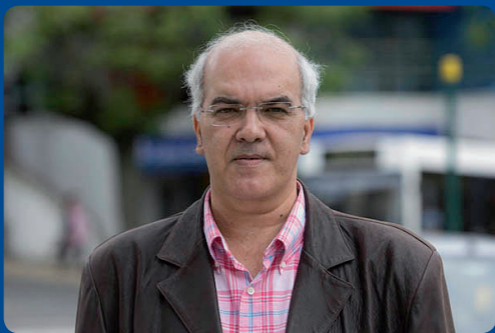
O circuito que vai do acontecimento à inclusão nos alinhamentos noticiosos televisivos surge aqui complexificado, com a introdução de novos elos na cadeia. A notícia, não sendo já aceite como um mero *espelho da realidade*, passa a constituir-se como uma construção resultante de um complexo jogo de espelhos, o agendamento televisivo reflectindo o fulgor de agendamentos prévios por outros meios.

“Importa, em nosso entender, rever a velha máxima *a rádio dá, a televisão mostra, o jornal explica*. À luz dos dados apurados, arriscamos substituir para o tradicional ditado: *a rádio e os jornais dão, os jornais explicam, a televisão mostra ou anima (muito) do que a rádio e os jornais deram, mas explicando muito pouco*.

O *privilégio da revelação* - motor maior daqueles que um dia resolveram abraçar a profissão de jornalistas -, foi substituído pelo *privilégio da animação*. A agenda noticiosa televisiva transformou-se numa *agenda-montra* de outras agendas, escaparate de atracções vendendo os milagres de fazer mexer as fotos que jazem inanimadas na imprensa escrita, e de revelar as fúrias, trejeitos e feições dos *sem-rosto* que ocupam as notícias da rádio” – defende o autor no quarto e último livro resultante dos seus trabalhos de doutoramento.

Apoio:
Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS)





Dinis Manuel Alves nasceu no Lobito, Angola, em 1958.

É doutorado em Ciências da Comunicação (2005), licenciado em Jornalismo (1999) e em Direito (1981), pela Universidade de Coimbra.

Professor no Instituto Superior Miguel Torga (ISMT - Coimbra), cuja Licenciatura em Comunicação Social dirigiu até 2011.

Professor Convidado no Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA - Aveiro).

Consultor de Comunicação da Administração do Porto de Aveiro (APA, S.A.), e da Associação dos Portos de Portugal (APP).

Foi jornalista da TSF, EXPRESSO, Grande Reportagem, TVI, Tal & Qual e Jornal de Coimbra. Desempenhou ainda as funções de repórter fotográfico.

Autor de várias exposições de fotografia e de sites na Web, acessíveis através de www.mediatico.com.pt

Deputado à Assembleia da República (PS), apresentou em parceria com Jaime Ramos (PSD) o primeiro projecto de criação de rádios locais em Portugal (1983).

Este é o oitavo livro de sua autoria.

Capa: João Pocinho

Foto do autor: Ricardo Almeida